UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

RENALVO CAVALCANTE SILVA

CAPITAL FICTÍCIO E CRISES ECONÔMICAS: A DOMINAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Maceió, Alagoas
2022

RENALVO CAVALCANTE SILVA

CAPITAL FICTÍCIO E CRISES ECONÔMICAS: A DOMINAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito à obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto

Maceió, Alagoas

2022

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S586c Silva, Renalvo Cavalcante.
Capital fictício e crises econômicas: a dominação financeira no contexto do capitalismo contemporâneo / Renalvo Cavalcante Silva. – 2022.
373 f.

Orientador: Artur Bispo dos Santos Neto.
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 365-373.

1. Capital fictício. 2. Capitalismo contemporâneo. 3 Crises econômicas. 4. Financeirização econômica. I. Título.

.

CDU: 330.142.28

Dedico esta tese a Rejane Tenório e Dante Gabriel Cavalcante, companheira e filho, por darem significativo sentido à minha existência, com carinho, abrigo e proteção.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meu orientador, Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto, por suas cirúrgicas orientações, sensibilidade, apoio, amizade, inspiração, respeito e compreensão em face dos meus limites.

Às professoras e ao professor que aceitaram o convite para compor a banca de qualificação e defesa: Profa. Dra. Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, Profa. Dra. Maria Cristina Paniago, Profa. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa e Prof. Dr. Diego de Oliveira Souza. Suas contribuições foram fundamentais para o aprimoramento desta tese. E às professoras Josiane Soares Santos e Edlene Pimentel Santos, por aceitarem o convite para a suplência da banca examinadora.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e a todos que o constituem – professores e técnicos –, pelo aprendizado e por me proporcionarem uma das melhores experiências da minha vida.

Ao meu amigo e mestre Ivo Tonet, por sua amizade, por sua produção intelectual e pela inspiração que me estimula a realizar atividades educativas emancipadoras.

À minha querida amiga Edna Bertoldo, por sua amizade sincera, conselhos, ensinamentos e personalidade única.

A Everton Melo (Renk) e Franqueline Terto (Fran), pela amizade, diálogos, cumplicidade e toda a camaradagem durante o processo. Serei eternamente grato pela leveza que me ajudou a superar as dificuldades.

Ao camarada Vicente Guimarães, pelo companheirismo e amizade.

À minha amiga Jaqueline Lima, que me incentivou a fazer a seleção do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Aos meus pais, Miguel Gomes da Silva (*in memoriam*) e Maria José Cavalcante Silva, trabalhadores que me transmitiram os princípios que me movem no mundo.

Aos saudosos amigos Aguinaldo Teixeira Jr. e Edvaldo Albuquerque (*in memoriam*), sem os quais dificilmente teria chegado aqui.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras que morrem um pouco a cada instante para produzir a riqueza social.

Não existe uma estrada real para a ciência,
e somente aqueles que não temem a fadiga
de galgar suas trilhas escarpadas têm
chance de atingir seus cumes luminosos.

Karl Marx

RESUMO

Marx avalia, logo no início de *O Capital,* que a riqueza da sociedade no modo de produção capitalista baseia-se numa coleção de mercadorias que satisfaz as necessidades humanas de um tipo qualquer, independentemente de se a satisfação atenderá às necessidades do estômago ou da imaginação, ou, ainda, se a mercadoria será usada para usufruto direto de quem a adquiriu ou como meio de produção para outras mercadorias. Na mesma obra, Marx já faz menção ao sistema de crédito, à dívida pública, ao mercado bursátil e a um desenvolvimento bancário que dará origem a uma classe de rentistas ociosos que forma uma aristocracia financeira que constitui uma riqueza parasitária. Contudo, no livro III de *O Capital*, ele admite que os títulos financeiros de capital fictício também são mercadorias comercializadas num mercado específico e relativamente insubordinadas à produção de riqueza real. Assim, o tema de estudo proposto desta tese busca compreender as mudanças que o sistema capitalista realiza durante as suas recorrentes crises quando o capital financeiro serve como medida necessária para a reprodução do capital. O objetivo da pesquisa é compreender o funcionamento e as implicações do capital fictício no capitalismo contemporâneo, cujas consequências têm aprofundado as crises mediante um processo de financeirização da economia. A dominação financeira do capitalismo contemporâneo surge como uma medida de contratendência às crises, que reaparecem no futuro com aspectos mais intensificadores e destrutivos. Para alcançar o objetivo de nossos estudos, realizou-se uma pesquisa de caráter bibliográfica, tendo no materialismo dialético o método condutor para a compreensão do movimento da realidade, capaz de mediar a relação entre consciência e concreto efetivo. Ademais, temos como principais referenciais teóricos: Marx, Hilferding, Bukharin, Chesnais, Mészáros, Harvey, Coggiola, Carcanholo, Grespan, Mollo, Nakatani, Sabadini etc. A tese está dividida em cinco seções, sendo a primeira à introdução e a última às considerações finais, versando sobre categorias fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, tanto para compreender a gênese do capital fictício como para entender os desdobramentos que conduziram ao capitalismo financeirizado. Na segunda seção, trata-se da mercadoria, da teoria do valor em *O Capital* e do capital portador de juros. Na terceira seção, discutem-se os fundamentos do capital fictício e as crises capitalistas que se desdobraram na concentração e na centralização de capitais no capitalismo monopolista. Na quarta seção, analisa-se o resultado de décadas de superacumulação capitalista e as consequências da ruptura dos EUA com o acordo de Bretton Woods, a permitir que as orgias especulativas e o cassino global ficassem livres para criar riqueza fictícia. A partir de uma análise ontológica e dialética, conclui-se que a origem do capital fictício dependeu da formação do capital portador de juros, do mesmo modo que o capital portador de juros teve sua ontogênese nas relações do trabalho abstrato na produção de mercadorias. A tentativa de transformar o sistema financeiro no guardião dos interesses capitalistas tem conduzido tão somente à miséria e à destruição da humanidade, não restando alternativa senão a extinção humana ou a superação do capital.

Palavras-chave: Capital fictício. Crises econômicas. Sistema financeiro. Financeirização.

ABSTRACT

Marx assesses, right at the beginning of Capital, that the wealth of society in the capitalist mode of production is based on a collection of commodities that satisfy human needs of any kind, regardless of whether the satisfaction will meet the needs of the stomach or the imagination. , or even if the merchandise will be used for the direct enjoyment of those who acquired it or as a means of production for other merchandise. In the same work, Marx already mentions the credit system, the public debt, the stock market and a banking development that will give rise to a class of idle rentiers that forms a financial aristocracy that constitutes parasitic wealth. However, in book III of Capital, he admits that financial securities of fictitious capital are also commodities traded in a specific market and relatively insubordinate to the production of real wealth. Thus, the subject of study proposed in this thesis seeks to understand the changes that the capitalist system performs during its recurrent crises when financial capital serves as a necessary measure for the reproduction of capital. The objective of the research is to understand the functioning and implications of fictitious capital in contemporary capitalism, whose consequences have deepened the crises through a process of financialization of the economy. The financial domination of contemporary capitalism emerges as a countertrend measure to crises, which reappear in the future with more intensifying and destructive aspects. In order to reach the objective of our studies, a bibliographical research was carried out, using dialectical materialism as the guiding method for understanding the movement of reality, capable of mediating the relationship between consciousness and the effective concrete. Furthermore, we have as main theoretical references: Marx, Hilferding, Bukharin, Chesnais, Mészáros, Harvey, Coggiola, Carcanholo, Grespan, Mollo, Nakatani, Sabadini etc. The thesis is divided into five sections, the first being the introduction and the last the final considerations, dealing with fundamental categories for the development of the research, both to understand the genesis of fictitious capital and to understand the developments that led to financialized capitalism. The second section deals with the commodity, the theory of value in Capital and interest-bearing capital. In the third section, the foundations of fictitious capital and the capitalist crises that unfolded in the concentration and centralization of capital in monopoly capitalism are discussed. In the fourth section, the result of decades of capitalist overaccumulation and the consequences of the US rupture with the Bretton Woods agreement are analyzed, allowing speculative orgies and the global casino to be free to create fictitious wealth. From an ontological and dialectical analysis, it is concluded that the origin of fictitious capital depended on the formation of interest-bearing capital, in the same way that interest-bearing capital had its ontogenesis in the relations of abstract work in the production of goods. The attempt to transform the financial system into the guardian of capitalist interests has only led to misery and the destruction of humanity, leaving no alternative but human extinction or the overcoming of capital.

Keywords: Fictitious capital. Economic crises. Financial system. Financialization.

RESUMEN

Marx evalúa, ya al comienzo de El Capital, que la riqueza de la sociedad en el modo de producción capitalista se basa en un conjunto de mercancías que satisfacen las necesidades humanas de cualquier tipo, independientemente de que la satisfacción satisfaga las necesidades del estómago o del estómago. imaginación., o incluso si la mercancía se destinará al disfrute directo de quienes la adquirieron o como medio de producción de otras mercancías. En la misma obra, Marx ya menciona el sistema crediticio, la deuda pública, la bolsa de valores y un desarrollo bancario que dará lugar a una clase de rentistas ociosos que forma una aristocracia financiera que constituye una riqueza parasitaria. Sin embargo, en el libro III de El Capital, admite que los valores financieros del capital ficticio son también mercancías negociadas en un mercado específico y relativamente insubordinadas a la producción de riqueza real. Así, el tema de estudio propuesto en esta tesis busca comprender los cambios que realiza el sistema capitalista durante sus crisis recurrentes cuando el capital financiero sirve como medida necesaria para la reproducción del capital. El objetivo de la investigación es comprender el funcionamiento y las implicaciones del capital ficticio en el capitalismo contemporáneo, cuyas consecuencias han profundizado las crisis a través de un proceso de financiarización de la economía. La dominación financiera del capitalismo contemporáneo surge como una medida contratendencia a las crisis, que reaparecen en el futuro con aspectos más intensificadores y destructivos. Para alcanzar el objetivo de nuestros estudios, se realizó una investigación bibliográfica, utilizando como método rector el materialismo dialéctico para comprender el movimiento de la realidad, capaz de mediar la relación entre la conciencia y lo concreto efectivo. Además, tenemos como principales referentes teóricos: Marx, Hilferding, Bukharin, Chesnais, Mészáros, Harvey, Coggiola, Carcanholo, Grespan, Mollo, Nakatani, Sabadini, etc. La tesis se divide en cinco apartados, siendo el primero la introducción y el último las consideraciones finales, abordando categorías fundamentales para el desarrollo de la investigación, tanto para comprender la génesis del capital ficticio como para comprender los desarrollos que condujeron al capitalismo financiarizado. La segunda sección trata de la mercancía, la teoría del valor en El capital y el capital que devenga interés. En la tercera sección, se discuten los fundamentos del capital ficticio y las crisis capitalistas que se desarrollaron en la concentración y centralización del capital en el capitalismo monopolista. En la cuarta sección se analizan el resultado de décadas de sobreacumulación capitalista y las consecuencias de la ruptura de Estados Unidos con el acuerdo de Bretton Woods, que permitió que las orgías especulativas y el casino global quedaran libres para crear riqueza ficticia. A partir de un análisis ontológico y dialéctico, se concluye que el origen del capital ficticio dependía de la formación de capital a interés, de la misma forma que el capital a interés tuvo su ontogénesis en las relaciones de trabajo abstracto en la producción de bienes. El intento de transformar el sistema financiero en el guardián de los intereses capitalistas sólo ha llevado a la miseria ya la destrucción de la humanidad, sin dejar otra alternativa que la extinción humana o la superación del capital.

Palabras clave: Capital ficticio. Crisis económicas. Sistema financiero. Financiarización.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO SISTEMA DO CAPITAL 29

2.1 MERCADORIA E TEORIA DO VALOR EM *O CAPITAL* 36
2.1.1 Valor, meios de produção e força de trabalho como mercadoria 57
2.1.2 Valor, capital variável e capital constante 68
2.2 CAPITAL PORTADOR DE JUROS: SISTEMA DE CRÉDITO, JUROS E GANHO EMPRESARIAL 78
2.2.1 Da usura ao sistema de crédito no capital 85
2.2.2 Bancos, aperfeiçoamento do sistema de crédito e exploração da força de trabalho 98

3 FUNDAMENTOS DO CAPITAL FICTÍCIO E CRISES CAPITALISTAS: DOMINAÇÃO FINANCEIRA NO CAPITALISMO MONOPOLISTA E A ESTRATÉGIA DE CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAL 117

3.1 FUNDAMENTOS DO CAPITAL FICTÍCIO 130
3.1.1 Bancos, sistema de crédito e capital fictício 145
3.2 CAPITAL FINANCEIRO, ESTADO E MONOPÓLIO 166
3.2.1 Capital financeiro e exportação de capital 183
3.3 AS CRISES DO CAPITAL E A GRANDE DEPRESSÃO DE 1929 194
3.3.1 Especulação financeira e capital fictício na crise de 1929 204
3.3.2 Ascensão e queda: os dois lados da mesma moeda 221

4 CAPITAL FICTÍCIO E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL 239

4.1 ESPECULAÇÃO E CAPITAL FICTÍCIO: UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES 248
4.1.1 Capital fictício na crise contemporânea: resposta e agravamento da crise capitalista 262
4.2 SISTEMA DE CRÉDITO MODERNO, DÍVIDA PÚBLICA E CRISE DO CAPITAL 285
4.2.1 A alquimia do dólar no sistema de crédito do capitalismo contemporâneo 297
4.2.2 A dívida pública na contemporaneidade 315
4.2.3 A espoliação dos fundos públicos na nova (des)ordem mundial 333

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 343

REFERÊNCIAS 365

1 INTRODUÇÃO

O tema sobre as implicações de um maior protagonismo do sistema financeiro nas crises econômicas do capital, no passado e na contemporaneidade, ganha relevo nesta tese, visto que as antinomias inerentes ao capitalismo tornam-se cada vez mais evidentes a partir da década de 1970, quando se adota o neoliberalismo como modelo econômico e político para tentar responder à crise que irrompeu após quase trinta anos de superprodução e acumulação capitalista. Desde então, o caráter especulativo e parasitário da economia capitalista tem se ampliado gradualmente, elevando de forma significativa as contradições do referido modo de produção.

Entre as diversas medidas adotadas pelo sistema neoliberal, a desregulamentação financeira foi fundamental para "resolver" circunstancialmente a crise que eclodiu naquele período e, ao mesmo tempo, liberou um novo tipo de orgia especulativa que descambou numa produção de capital fictício como nunca houve na história do capital, refletindo no agravamento das crises nas décadas seguintes. Diante desse ineditismo, esta tese elege o capital fictício como seu objeto de investigação.

O interesse em investigar o capital fictício surgiu durante a pesquisa para a Dissertação de Mestrado, defendida em 2012, no Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE, sob o título "Ideologia e Educação na crise do capitalismo contemporâneo". Naquele momento, a preocupação era observar como o complexo da educação estava submetido à ideologia dominante, a partir das necessidades do capital de internalizar nos indivíduos, sobretudo nos filhos dos trabalhadores, uma mistificação do mundo em que a realidade parecia estar invertida, dada a necessidade de ruptura com o modo de produção capitalista.

Nesse ínterim, observou-se uma lacuna a ser preenchida, já que as manifestações ideológicas, até as que se declaram não ideológicas, estão intimamente vinculadas à forma como a sociedade produz e se reproduz, as quais dificultam a compreensão da realidade. A forma de reprodução do capital em sua versão financeirizada amplifica todas as mistificações existentes na sociedade capitalista, tendo na criação de capital fictício a sua manifestação mais bem-acabada.

Assim, a tese intentou responder ao seguinte problema**:** Ao perceber que, ao longo da história do capital, as crises econômicas têm se intensificado e, em momentos específicos, o sistema financeiro tem servido para esconder e/ou adiar as crises, quais as implicações do crescimento excessivo de capital fictício no contexto da crise do capitalismo contemporâneo a partir da década de 1970?

Apesar de algumas hipóteses buscarem responder a essa indagação, procurou-se estear a pesquisa no livro III de *O Capital*, a fim de encontrar as bases ontológicas que respaldam a existência do capital fictício e, com isso, seus reflexos na reprodução do capitalismo contemporâneo. Embora o falecimento de Marx tenha interrompido precocemente a sua pesquisa sobre o tema, o pensador alemão deixou elementos fundamentais para o entendimento da categoria capital fictício, herdando Engels a árdua incumbência de organizar as notas complexas e inconclusas deixadas por Marx. Com a finalidade de contribuir para o debate de um assunto tão complexo e tão atual em nosso tempo histórico, promoveu-se uma judiciosa pesquisa bibliográfica para alcançar a resposta ao problema aqui exposto.

Para melhor efeito didático, segue a introdução com alguns princípios gerais de assuntos que serão abordados no decorrer da tese.

Quando Marx (2013) declara, no primeiro parágrafo de *O Capital*, que a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma coleção de mercadorias, isso demonstra a disposição do pensador alemão em desvelar os segredos da estrutura da ordem econômica capitalista. Numa complexa e detalhada análise investigativa da mercadoria, a partir das determinações gerais que a caracterizam, Marx elucida os mistérios da riqueza produzida pelo capital, possível apenas com a criação de valor através da exploração da força de trabalho, ou seja, da produção de trabalho excedente. A mercadoria surge no modo de produção capitalista como resultado da relação social dos produtores, os quais também tornam sua força de trabalho numa mercadoria intercambiável, não por deliberado desejo, mas pela necessidade de conservação de sua própria existência.

As relações sociais no capital, portanto, ficam obscurecidas pelo fetiche provocado pelo ente mercadoria. As mercadorias singulares trocam-se entre si, sem deixar claro o que as torna equivalentes umas das outras, nem, muito menos, o que constitui essas relações entre indivíduos com necessidades distintas. Assim, o vínculo estabelecido entre o tecelão e o alfaiate ou entre o agricultor e o tecelão ou entre o madeireiro e o marceneiro, e assim por diante, surge como uma

determinação que emana de poderes transcendentais das mercadorias, de modo que há um processo de coisificação das relações humanas à medida que as coisas inertes ganham, aparentemente, atributos divinos.

Marx (2013) observa que os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, os quais se relacionam entre si e com os homens como figuras que agem independentemente de quaisquer interferências subjetivas. O caráter fetichista das mercadorias foi apenas possível em razão do caráter social do trabalho na sociedade capitalista.

Para não restar dúvidas a respeito do caráter fetichista que um determinado produto da criação humana adquire num determinado contexto histórico e social, Marx destaca que o valor de uso da mercadoria como produto que manifesta uma dada necessidade da sociedade, por meio de suas propriedades, nada tem de misterioso, pois o homem transforma a natureza de forma que esta lhe seja útil. Assim, quando o produto humano aparece como mercadoria, ainda que continue com as mesmas qualidades que atendem às necessidades humanas como valor de uso, esse objeto se converte em coisa sensível-suprassensível. Sensível porque não pode mudar sua qualidade de elemento objetivo (madeira, ferro, látex etc.) extraído da natureza com um fim determinado (como “uma coisa sensível e banal” [MARX, 2013, p. 146]), capaz de atender às necessidades que se apresentam à sociedade. Suprassensível porque surge como uma entidade de natureza metafísica que pode ser trocada pelo ente dinheiro, o qual “[...] atua como ente autonomizado e independente dos homens, pairando acima de suas consciências e submetendo-os a seus próprios poderes alienados.” (ANTUNES, 2018, p. 231).

Os produtos do trabalho, no modo de produção capitalista, devem ser coisas úteis e coisas de valor, com a potencialidade de serem trocados por um produto de valor equivalente. Logo, as coisas úteis que antes podiam garantir a satisfação das carências materiais e subjetivas da humanidade, agora estão submetidas à lógica da troca para fins comerciais e para a acumulação de capital. A partir disso, Marx entende que o fetiche da mercadoria é um processo no qual o dinheiro transforma-se em potência superior aos homens, que se move de forma objetiva e independente, com poderes de se multiplicar assim que adiantado como capital na produção de mercadorias, uma vez que cria mais-valor a partir do valor original.

Marx afirma que tal como Deus pai se diferencia do Deus filho, embora seja na mitologia cristã a mesma pessoa, as £10 foram geradas por meio das £100

investidas como capital, “[...] e, assim que isso ocorre, assim que é gerado o filho e, por meio do filho, o pai, desaparece sua diferença e eles são apenas um, £110.” (MARX, 2013, p. 230). O capital, finalmente, manifesta a sua essência, na qual a razão última é a acumulação de riqueza à custa da exploração dos trabalhadores. O capital industrial recolhe os lucros após a venda das mercadorias, num movimento que se repete indefinidamente, onde o capital precisa superar prováveis anomalias durante o processo de circulação que possam impedir tais mercadorias de se realizarem em lucros.

Assim, a mercadoria resulta do trabalho excedente que se desdobra em lucro na circulação; esta, depois de realizada, retoma sua forma dinheiro para que o capitalista industrial, posteriormente, percorra um novo ciclo de reprodução. Portanto, por mais misteriosa que a mercadoria possa parecer, a existência desse produto do trabalho humano corporifica o tempo de trabalho socialmente necessário (fundamental para a autoconservação do trabalhador) e o tempo de trabalho excedente (primordialmente responsável pela autovalorização do capital). Enquanto a primeira parte da jornada de trabalho é destinada à reprodução do trabalhador, a segunda se destina à criação de mais-valor, na qual todo o tempo de trabalho destinado à produção é apropriado gratuitamente pelo capitalista. Desse modo, a grandeza de valor dos produtos no capital resulta da expropriação do tempo de vida do trabalhador, que dedica uma parcela de sua existência para produzir mercadorias.

O fato é que, com o rápido desenvolvimento das forças produtivas e a inevitável acumulação de capital, parte do capital ocioso que o capitalista não colocou ele mesmo em atividade, foi empregada como capital portador de juros, sob a condição de, *a posteriori*, reavê-lo acrescido de juros ou de receber juros e/ou dividendos até que o capitalista tomador de empréstimo possa saldar completamente o valor originário da dívida.

O capital portador de juros não é algo exclusivo da sociedade capitalista. Segundo Marx (2017), esse capital a juros é constituído de uma forma antiga de capital. Mesmo que no passado tenha se apresentado com princípios semelhantes, distingue-se radicalmente em sua execução na sociedade capitalista. No capitalismo, o excedente de capital não alocado para atividades de produção e/ou de circulação inclinou-se a se tornar capital portador de juros para que outros capitalistas possam colocá-lo em funcionamento, isto é, uma soma considerável de

capital fica à disposição para que essa peculiar mercadoria adquira finalmente utilidade.

No modo de produção capitalista, a soma do dinheiro emprestado como capital portador de juros é investida direta ou indiretamente na fabricação de mercadorias, de maneira que sempre esse capital emprestado a um terceiro deve estar comprometido com a autorreprodução do valor que se valoriza. Já nas sociedades antigas e medievais, os empréstimos realizados por usurários representavam tão somente condições de exploração que deixavam a sociedade ainda mais pobre, numa forma absolutamente parasitária de empréstimo que contribuiu grandemente para o declínio desses pretéritos modos de produção e para a consequente ascensão do capitalismo. Para Marx (2017), embora a usura não modifique os modos de produção, ela suga sua substância como um parasita até a sua ruína.

Ao passo que os senhores de escravos, na Antiguidade, e os senhores feudais, no Medievo, encontravam-se submetidos à usura, as condições de reprodução daquelas sociedades tornavam-se mais difíceis, uma vez que à proporção que as classes dominantes desses períodos eram espoliadas pelo usurário, procuravam ser compensadas com uma intensa espoliação das classes subalternas. Se o capital usurário aplica um método de exploração semelhante ao do capital, os resultados distinguem-se justamente porque se referem a modos de produção também diferentes (MARX, 2017). Enquanto no modo de produção capitalista o capital a juros proporciona um incremento da riqueza ao ser colocado em funcionamento na produção e na circulação de mercadorias, nesses modos de produção preexistentes ao capitalismo, com baixa capacidade produtiva, o capital de empréstimo apenas absorve a escassa riqueza existente, o que fragilizou, com o passar do tempo, as estruturas econômicas e sociais, gerando as condições que corroboraram para o seu definhamento.

O capital que porta juros nas sociedades pré-capitalistas assemelha-se na condição de o dinheiro aparecer como se se pudesse reproduzir autonomamente (D-D’), sem a necessidade de criação de mais-valor e como se tudo se resolvesse simplesmente na circulação de mercadorias. As relações mantidas entre os possuidores de mercadorias na circulação não expressam que a troca entre si ou por dinheiro (forma-dinheiro como equivalente universal) possua um valor imanente a cada uma delas, mas indica que os produtos criados a partir do intercâmbio

orgânico dos homens com a natureza geram algo útil às necessidades da sociedade, acrescido de valor em virtude do tempo de trabalho cristalizado nelas.

Essas formas antediluvianas do capital, que precedem o modo de produção capitalista, podem ser encontradas em várias formações econômicas da sociedade, porém, a semelhança circunscreve-se à condição de um tipo específico de mercadoria que gera juros ao ser emprestado e ao engano que provoca no momento em que se apresenta como capital que se autovaloriza, sem precisar ser aplicado à produção de algo útil e intercambiável. O capital usurário está vinculado diretamente ao desenvolvimento do capital comercial e do capital do comércio de dinheiro. Já o capital portador de juros está intrinsecamente ligado a uma fase madura do desenvolvimento capitalista, quando parte do mais-valor que se realizou nas vendas das mercadorias não retorna imediatamente à produção de novas mercadorias.

Assim, a consequência dos repetidos ciclos de valorização de capital alcançou um expressivo acúmulo que tanto pode se transformar em incrementos intensificadores na produção de mercadorias quanto pode permanecer entesourado até que se torne capital de empréstimo a um capitalista que deseje colocá-lo em funcionamento. O dinheiro conquista a qualidade de valor de uso sob as posses de outro capitalista que resolve colocá-lo em atividade; ao mesmo tempo, o capitalista prestamista converte o dinheiro entesourado numa mercadoria *sui generis* à medida que o empresta, haja vista que os juros que recebe representam parte do mais-valor extraído do processo produtivo. Esse capital monetário, ao ser emprestado, funciona como capital que rende juros para o capitalista ou para a instituição financeira que o emprestou. Já para o capitalista prestatário, ele funciona como capital na criação de mais-valor.

Nesse movimento, o capitalista monetário transfere ao capitalista funcionante (produtivo ou comercial) uma dada soma de dinheiro em troca de recebê-lo de volta acrescido de juros depois de um determinado tempo. Nas mãos do prestamista, o capital parece ter se emancipado da produção, sendo capaz de se multiplicar, mesmo que não participe da valorização do valor. Essa “mistificação descarada”, nas palavras de Marx (2017), consiste na ilusão de um tipo específico de valor que cria valor autonomamente, num milagre da multiplicação cujos principais frutos partilhados pelas três maiores potestades do capitalismo moderno (capitalista produtivo, capitalista comercial e capitalista financeiro) ocultam a força de trabalho

humana que determina as condições objetivas para a acumulação de riqueza na sociedade.

Contudo, se para Marx (2017) o capital portador de juros completava a forma fetichista do capital e a ideia do fetichismo do capital, o qual compreendia uma forma sem conceito, que invertia e coisificava as relações de produção em sua máxima potência e transformava o dinheiro numa mercadoria autossuficiente – como fonte independente de valor que poderia se reproduzir em si mesma (dinheiro que gera dinheiro) –, a manifestação do capital fictício com movimento próprio e insubmisso à produção indicava que o fetichismo capitalista não havia atingido seu nível máximo com o capital portador de juros, pois alcançara um fetiche supremo com esse tipo de capital ilusório (HARVEY, 2018).

A partir de uma perspectiva ontológica, percebe-se que tanto o capital portador de juros quanto o capital fictício devem sua existência ao capital produtivo, uma vez que o sistema de crédito somente pode gerar lucros reais para seus prestamistas por meio da partilha do mais-valor criado na produção. Nas análises de Marx no livro III de *O Capital*, pode-se distinguir o capital portador de juros do capital fictício se seguirmos o pressuposto de que todo capital portador de juros deve trazer em si a possibilidade de criação de mais-valor, enquanto o capital fictício gesta exclusivamente formas ilusórias de capital, especulações, fraudes, destruição da riqueza e alargamento da exploração e miséria dos trabalhadores, chegando a comprometer até mesmo as condições de existência das gerações futuras.

Embora o capital fictício tenha aparecido com enorme visibilidade no século XX (principalmente na Grande Depressão de 1929 e na crise de 1970) e no século XXI (entre outras crises, destaque para a crise imobiliária estadunidense de 2007/2008[1]), ele existe desde o início do capitalismo. Na Holanda do século XVII, por exemplo, tem-se notícia do primeiro caso de bolha especulativa. Na década de 1630, a República Holandesa passara por um crescente desenvolvimento comercial, que tinha a ver com a extinção da ameaça militar espanhola e de um próspero comércio têxtil, obtendo vantagens graças à Guerra dos Trinta Anos que acometera a Europa Central entre os anos de 1630 e 1648.

[1] Mais conhecida como *Crise do Subprime*, é fácil perceber a intenção de atribuir culpa às classes desprivilegiadas pela própria estrutura contraditória da ordem econômica capitalista, na qual os responsáveis pela crise são os trabalhadores pródigos e desorganizados, que não conseguiram solver suas obrigações.

Nesse período, a Companhia das Índias Orientais desenvolvia sua colônia na Batávia (hoje Jacarta), o que fazia suas ações subirem em virtude do entusiasmo com a boa fase comercial, assim como os preços das moradias. De acordo com Chancellor (2001), a República Holandesa tornara-se uma nação de consumidores; a população, ansiosa pelo consumo, encontrara na tulipa a ostentação e a busca pela riqueza que tanto ambicionava. A tulipa era a mais desejada das flores; havia chegado à região ainda no século XVI, através do embaixador imperial de Suleiman I, o Magnífico, Ogier Ghislaine de Busbecq. No século seguinte, a tulipa tornara-se a preferência de todos que queriam exibir certo poder econômico. Entre as mais cobiçadas, estava o bulbo da *Semper Augustus*. Segundo Chancellor (2001, p. 30), "em 1624, uma *Semper Augustus* alcançou a substancial cifra de 1200 florins, quantia suficiente para comprar um pequeno sobrado geminado em Amsterdã.". O que ninguém sabia à época era que os diversos tipos de tulipas e suas cores exuberantes eram causados por um vírus.

Desse modo, não se podia prever se um determinado bulbo ao florescer corresponderia às cores e à beleza que o fez ser comprado. No caso da *Semper Augustus*, ela tinha origem de um broto simples, mas se tornara preciosa em virtude das cores que adquirira após a contaminação do vírus. Versignassi (2011, p. 11) diz que "[...] o que era um dano para o vegetal deixava a flor mais bonita, com listas brancas, leitosas, entremeando o pigmento da flor. Esse vírus, porém, só atacava as plantas de vez em quando, o que tornava essa variedade um tipo raro, exclusivo.". Essa raridade de alguns espécimes de tulipas influenciou de forma crescente o preço delas no mercado. Como informa Chancellor (2001), o comércio das tulipas funcionava durante o verão, perto do cultivo da planta, quando os bulbos estavam fora do solo. No entanto, como a procura pelas tulipas aumentava consideravelmente, elas começaram a ser negociadas durante o ano inteiro, ou seja, antes mesmo de seu cultivo. Assim, em virtude da sobrevalorização dos preços das tulipas, não só os floristas negociavam a planta, mas também pessoas de todos os ramos que pretendiam acumular fortuna com a especulação dessas flores.

No período mais efervescente do surto especulativo, no final de 1636 e início de 1637, nenhuma tulipa fora entregue a seus compradores, pois ainda não haviam sido colhidas. As tulipas estavam sendo negociadas num mercado a termo, conhecido nessa época como *windhandel* (negociação do vento), no qual os vendedores prometiam entregar as tulipas na primavera e aos compradores

restavam notas de crédito que, supostamente, asseguravam a entrega das tulipas. Nesse meio tempo, poderiam ajustar em dinheiro qualquer diferença no preço de mercado (CHANCELLOR, 2001). “Nos estágios finais da mania, a fusão de *windhandel* com títulos de crédito criou uma simetria da insubstancialidade [...]” (CHACELLOR, 2001, p. 33), dada a incapacidade de a maioria dos bulbos das tulipas serem entregues pelo simples fato de não existirem, sendo pagos com notas de crédito insolventes, já que não existia dinheiro para quitar o saldo da dívida.

A Mania das Tulipas indicava claramente qual seria o futuro do capital nos séculos posteriores a cada etapa de seu desenvolvimento, pois a estrutura e as antinomias dessa ordem econômica não só estimulam a ganância e o individualismo, mas deixam evidente que não há limites para o desejo de lucros no capitalismo. As vantagens econômicas podem vir tanto da produção e da circulação de mercadorias reais, como podem ter origem num tipo peculiar de mercadoria que, na realidade, nem sequer existe.

As manobras financeiras que marcaram o mercado especulativo das tulipas assemelham-se às formas especulativas que ajudaram a intensificar muitas crises capitalistas na modernidade. Versignassi (2011, p. 13) diz que “um holandês qualquer que acordasse sem um tostão no bolso podia fazer um empréstimo de manhã, comprar uma tulipa ao meio-dia, vender mais caro à tarde, pagar o que devia com juros e dormir com lucro”, prática muito comum na orgia especulativa do sistema financeiro na década de 1920 e em sucessivas especulações e fraudes financeiras que se destacaram nos anos 2000. Isso reforça a ideia de que o capital fictício se caracteriza pela previsão de lucros futuros mesmo que não haja qualquer indício concreto que aponte para tal prognóstico, a não ser a palavra dos próprios especuladores e financistas, que têm a chance de aumentar sua fortuna à proporção que mais pessoas são convencidas por suas profecias econômicas.

Assim, o capital fictício é incapaz de produzir riqueza no sentido global como o faz o capital produtivo ou o capital portador de juros quando emprestado para o capitalista funcionante. Os ativos financeiros não trazem em si valor porque nunca passaram pelo processo de reprodução de valor que se valoriza, ou seja, porque não existe nenhuma atividade de trabalho humano que lhe acrescente valor. Esses ativos, em vista disso, possuem apenas uma atribuição de preço predeterminado pelo mercado através de um reflexo do setor produtivo e comercial, que oscila

baseado na aposta do mercado futuro ou na astúcia de instituições financeiras que manipulam o mercado para aumentar seus ganhos com a especulação.

Marx (2017) identifica que o aparecimento do capital fictício tem relação direta com as crises capitalistas de superprodução, nas quais o excedente de capital que não pode ser usado de forma produtiva é alocado para o sistema financeiro como medida contrária à queda tendencial da taxa de lucro. O papel dos países dependentes[2] tem sido, desde a viragem do século XIX ao século XX, de suma importância para a manutenção do capital financeiro sob a liderança dos países imperialistas, que, com a instauração de um complexo sistema de crédito internacional, determinam normas e imposições às nações periféricas para drenarem parte considerável de suas riquezas naturais e de suas riquezas produzidas. Para Bukharin (1988), o Estado tem sido decisivo para a manutenção do sistema financeiro, sobretudo para atender aos interesses monopolistas das nações ricas.

Marx demonstrou no livro III de *O Capital*, de modo embrionário, que o crescimento da esfera financeira, em especial em sua forma fictícia, tornara-se o refúgio do capital em períodos de crise, embora a solução imediata para esse problema projete condições mais complexas de ser resolvidas para o futuro, uma vez que determinados expedientes para solucionar as crises apenas acentuam as contradições da ordem econômica, os quais tão logo se restabeleça o equilíbrio perturbado incidem mais cedo ou mais tarde em novos desequilíbrios (MARX, 2017).

As crises do capital têm forçado os capitalistas a direcionar grande soma de recursos ao sistema financeiro, gerando um volume de capital fictício superior à produção de capital real. Gradualmente, a distância entre elas se torna maior. O PIB mundial em 2021, por exemplo, de acordo com a Statistic Times.com, foi de US$ 93,86 trilhões, enquanto no mesmo período o fluxo de ativos financeiros alcançou a cifra de US$ 530 trilhões, em matéria publicada pela Bloomberg Línea (2022).

Mesmo com a criação de organismos econômicos internacionais para regular o sistema financeiro mundial, o capital tem se mostrado inapto a impedir as orgias especulativas que o acometem frequentemente em decorrência da incapacidade da ordem econômica para evitar suas crises de superprodução e superacumulação,

[2] É preciso ressaltar aqui que quando usarmos a expressão dependente (nações dependentes, países dependentes, capitalismo dependente etc.) não se estará usando na mesma perspectiva da Teoria Marxista da Dependência (TMD), embora em alguns casos possamos concordar com muitas considerações feitas por seus principais expoentes, em especial, Ruy Mauro Marini.

pois todos os obstáculos que se impõem decorrem da própria natureza do capital. As alternativas propostas pelos capitalistas sempre conduziram, de tempos em tempos, a um processo de crises ainda mais intensas, sobrando pouco ou nenhum espaço para concessões ou negociações que visem melhores condições à classe trabalhadora.

Na década de 1970, ficou claro que as expectativas do Estado do Bem-estar Social jamais seriam respondidas atemporalmente, pois as soluções propostas apenas consideram uma situação específica num tempo determinado, já que os imperativos do capital não oferecem as possibilidades de resolução permanente das adversidades que são inerentes à sua estrutura. Pelo contrário, em função da natureza insubmissa do capital, as tentativas de controle tão só protelam os problemas mais graves do sistema, negando "[...] as evidências da instabilidade estrutural proporcionada por nossos próprios olhos, varrendo pressurosamente para baixo de um tapete imaginário os problemas crônicos e os sintomas da crise [...] que diariamente a ordem social vigente coloca diante de nós." (MÉSZÁROS, 2002, p. 39).

Portanto, por mais que o sistema político capitalista busque medidas que reduzam os impactos da crise, o resultado terá apenas o poder de retardar, sem nunca eliminar, a crise e suas consequências. A dominância financeira converte-se na alternativa possível para o capital, o que tem levado todas as nações do mundo a se arriscarem numa possível bancarrota, incluindo países que até então gozavam de certos privilégios. Obviamente, os maiores prejuízos ficam com países de economia periférica, que já carregam séculos de espoliação dos países dominantes. Todavia, até os países mais ricos que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sofrem com problemas econômicos e sociais que eram exclusivos dos países subdesenvolvidos. A mundialização do capital generalizou um tipo de miséria antes desconhecida para as nações do centro.

A dívida pública tem sido fundamental para tentar restabelecer, relativamente, a economia capitalista, em particular a dos países hegemônicos. Isso revela, *grosso modo,* um maior empobrecimento das economias dependentes, afetadas por políticas econômicas de crédito internacional, as quais provocam dívidas praticamente impagáveis, que aumentaram o fluxo de exportação de capital dos países periféricos para as economias do centro. Ainda que os países ricos também acumulem dívidas que dificilmente serão liquidadas por completo, lidam melhor com

a solvência de seus passivos do que os países que possuem moedas enfraquecidas em razão da própria dinâmica do sistema econômico e da política monetária internacional, ambas dominadas pelos EUA. Não obstante o dólar tenha perdido sua paridade com o ouro após a quebra do acordo de Bretton Woods, a moeda estadunidense conseguiu manter-se como moeda de curso internacional, o que reafirmou a superioridade imperialista do país norte-americano em relação ao resto do mundo.

Nessa perspectiva, a securitização da dívida pública cria capital fictício com potencial de regular o rendimento de capital na forma de taxa média de juro. A emissão de títulos da dívida pública representa um contrato de empréstimo firmado entre o Estado tomador de empréstimo e todos aqueles que compram seus ativos em busca de uma compensação em forma de juros, cuja taxa obedece ao juro do mercado, que pode variar de acordo com as políticas econômicas do país emissor dos títulos, a qual reage, normalmente, às inconstâncias da economia global. As perturbações econômicas decorrem das crises que destroem parte do capital excedente e, a depender do grau e do prolongamento da crise, também de uma parcela considerável de todas as formas de capital fictício, independentemente de se são títulos da dívida pública, títulos da dívida privada, ações etc.

Cabe destacar que existe uma importante diferença entre o capital emprestado ao Estado e o capital emprestado às empresas privadas, ainda que, no segundo caso, igualmente se possam emitir títulos da dívida. A distinção entre um e outro está na finalidade a que se destina o dinheiro. No caso do Estado, uma parte do capital pode ser investida em empresas estatais de economia mista – que representam os interesses do capital produtivo dos investidores privados –, ao tempo que a maior parcela não terá função produtiva, pois a soma de capital emprestada será absorvida pelo próprio Estado a fim de garantir a manutenção da estrutura social. Já no caso das empresas privadas, não há outro propósito a não ser gerar lucro. Portanto, no primeiro caso, o capital emprestado será assimilado, mormente na forma de consumo, enquanto, no segundo caso, o capital emprestado será integralmente destinado à criação de mais-valor.

Em vista disso, a chance possível de o Estado saldar sua dívida com seus credores é através das reservas fiscais adquiridas com os impostos cobrados da sociedade, que, de modo genérico, significa a expropriação de mais uma parcela produzida do capital excedente, ou seja, mais uma forma de espoliação sofrida pela

classe trabalhadora, só que, agora, exterior à esfera produtiva. Na realidade, as classes desfavorecidas não cedem apenas uma fração do mais-valor criado no processo produtivo, mas também cedem, involuntariamente, parte do tempo de trabalho socialmente necessário, revelando um processo contínuo de degradação humana que não tem limites no interior do ordenamento econômico capitalista.

Depois de realizar algumas considerações preliminares a respeito do tema, a presente tese, a fim de alcançar os objetivos previamente estabelecidos, orientou-se pelo método científico fundado por Marx e Engels, por entender que é o único capaz de desvelar a realidade para além das abordagens lógico-gnosiológicas que marcaram a história do conhecimento, da Idade Antiga à Modernidade, as quais apenas conduzem à compreensão parcial de uma dada realidade, negando a possibilidade de conhecer o mundo objetivo em sua totalidade.

A partir do método materialista dialético, o eixo central da investigação é o próprio objeto, no qual o pesquisador deve traduzir a realidade e não defini-la por meio da faculdade da razão que, normalmente, está submetida a vários tipos de preconceitos e limites que a impedem de apreender as determinações mais gerais e essenciais do ser. Por isso, Tonet (2013, p. 14) diz que “[...] não cabe ao sujeito criar – teoricamente – o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto.”. A insuficiência da abordagem gnosiológica está justamente na tentativa de conhecer o objeto através do ponto de vista do sujeito que pesquisa, desconsiderando, geralmente, o próprio movimento da realidade objetiva.

No posfácio da segunda edição de *O Capital*, Marx (2013) deixa evidente que o materialismo dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas se trata exatamente de seu oposto. Enquanto para Hegel o processo de pensamento, a Ideia, é o demiurgo do processo efetivo, para Marx (2013, p. 90), “[...] o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.”. Para Marx e Engels (2007), onde termina a especulação começa a ciência real, fundada em pressupostos práticos da vida dos homens, cuja consciência e o saber real devem tomar o seu devido lugar. Como a realidade não se apresenta em sua essência de forma imediata aos sujeitos, cumpre apropriar-se de princípios e procedimentos metodológicos que possibilitem a consciência conhecer o objeto, pois, como afirmam esses pensadores, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Como bem observa Tonet (2013), no método científico moderno, o caráter gnosiológico busca resolver questões relativas ao conhecimento apoiado no autoexame da razão, de modo que ele mesmo se avalia, decide o que fazer, mostra as possibilidades e encaminha os procedimentos mediante o interesse de conhecer um dado objeto. Diferentemente dessa perspectiva, a razão de ser do materialismo dialético é afastar da subjetividade humana as formações nebulosas que a acompanham numa determinada sociabilidade, mas não por uma mera curiosidade epistemológica que se encerra numa compreensão aproximada dos fenômenos. Para tanto, exige-se, imperativamente, um método que não parta de um enfoque subjetivista e que tenha a capacidade de desvendar os produtos da consciência até que as fanfarronices ideológicas sejam desmentidas pela própria práxis (MARX; ENGELS, 2007).

Entende-se que o método científico é eficiente quando está de acordo com a riqueza da realidade refletida e contida num determinado fato, e detém certo grau de qualidade subjetiva que consegue colocar o movimento da realidade sob o escrutínio da razão. Desse modo, a dialética materialista consiste em ascender do abstrato ao concreto, de forma que a compreensão da realidade depende do rigor da aplicação metodológica e da clareza que o sujeito deve ter do mundo objetivo reproduzido no pensamento. Em síntese, compreende-se que a finalidade do pesquisador é traduzir para a subjetividade a essência do objeto, haja vista que a existência do objeto independe da consciência do investigador. Por causa disso, deve-se exigir do sujeito que investiga o desenvolvimento de uma rigorosa crítica racional, em que “[...] a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – *é o real reproduzido e interpretado no plano ideal* (do pensamento).” (NETTO, 2011, p. 21, grifos do autor).

Marx (2011), ao buscar compreender o movimento real, diz que o concreto só é concreto porque é a síntese de várias determinações que o tornaram uma unidade na diversidade. O concreto aparece para a razão, primeiramente, como uma experiência sensível transposta para o cérebro humano como processo de síntese, resultado das múltiplas determinações históricas refletidas para a consciência do sujeito cognoscente como ponto de partida, embora tenha sua existência objetiva anterior à experiência subjetiva do sujeito que observa – logo, aparece como ponto de partida da intuição e da representação. Portanto, “na primeira via, a representação plena foi volatilizada numa determinação abstrata; na segunda, as

determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento." (MARX, 2011, p. 54).

No materialismo dialético, o pensamento tem de se apropriar do concreto e conseguir reproduzi-lo o mais fielmente possível no pensamento. Contudo, Marx (2011, p. 55) adverte: "mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto.", pois se assim fosse, o método dialético materialista incorreria no mesmo equívoco da dialética hegeliana, que concebia a realidade como uma síntese do pensamento cuja subjetividade poderia sintetizar-se em si, aprofundar-se em si e se movimentar em si a despeito da própria realidade concreta.

O materialismo dialético desenvolvido por Marx indica que a totalidade concreta deve ser reproduzida no pensamento humano como produto do pensar, através do conceito; entretanto, sem entender a realidade como um produto do conceito que gera a si mesma. Para Marx (2011, p. 55), "o todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental.". O emprego do método científico deve utilizar as faculdades da razão para se apoderar do mundo efetivo pelo pensamento.

Neves e Moraes (2021) confirmam que os pressupostos do método científico de Marx indicam a utilização de uma teoria que seja capaz de apreender o que existe de real e concreto, de modo que a investigação científica deve ser um reflexo ativo e dinâmico, onde se constitui o real no pensamento, para, depois, avaliar sua condição particular como ente que se mostra ao pesquisador. Portanto, "é este o modo de a razão produzir os conceitos, vale dizer, de realizar juízos acerca dos dados colhidos." (TONET, 2013, p. 41). Para Kosik (1976), esse movimento dialético não é somente a interação entre as partes e delas com a totalidade e vice-versa, visto que a dialética implica um processo em movimento permanente e nunca acabado.

A consideração que insiste no privilégio de uma categoria sobre outra acarreta a falsa totalidade, visto que não pode haver uma independência entre particularidades e totalidade. Por esse motivo, Tonet (2013, p. 115) afirma que a "[...] totalidade não é sinônimo de tudo, mas significa um conjunto de partes, articuladas entre si, com uma determinada ordem e hierarquia, permeadas por contradições e mediações e em constante processo de efetivação.". Posto isso, concorda-se que a

legalidade do mundo objetivo pode alcançar a condição de concreto pensado; é preciso, porém, aplicar um método científico que possua as qualidades necessárias a não conduzir o pesquisador a interpretações gnosiológicas que pouco dizem da realidade efetiva.

Nos *Grundrisse*, Marx (2011) demonstra a capacidade de o homem compreender a realidade desde que utilize o materialismo dialético para tal finalidade. Na obra citada, Marx ensina que a compreensão de certo objeto de pesquisa deve percorrer o caminho do concreto representado até chegar a conceitos abstratos cada vez mais precisos e, posteriormente, alcançar as determinações mais simples. Depois de tudo, começaria uma viagem de retorno para reencontrar o objeto, agora sem os prejulgamentos da primeira aproximação. O objeto que outrora se manifestou como uma representação caótica de um todo se apresenta para o sujeito cognoscente como uma rica totalidade de muitas determinações e relações.

Assim apareceu, *a priori*, a categoria capital fictício, como uma representação de um todo caótico, impossível de ser compreendida em si mesma. Através do método científico materialista dialético, buscou-se entender o surgimento e as consequências do capital fictício na economia capitalista com base no movimento da própria realidade. O pesquisador deve reproduzir idealmente a objetividade, efetivamente existente, afastada das representações puramente ideais. Mediante as exigências e as complexidades com que a categoria capital fictício apresentou-se desde o primeiro momento, de fato como uma representação caótica de um todo, sobretudo na sociedade contemporânea, foi preciso lançar mão do método marxiano para desvendar os mistérios que a circundam.

Realizada as considerações a respeito do método adotado, a presente tese estruturou a sua exposição em cinco seções, sendo a primeira à introdução e a última às considerações finais.

O ponto de partida, na segunda seção, dedicou-se aos fundamentos ontológicos que originaram o sistema do capital, de modo que se busca seguir os caminhos traçados por Marx no livro I de *O Capital* para entendermos o que é a mercadoria e como ela acumula valor. Foi necessário também compreender a função social do dinheiro na sociedade como representação de um tipo de mercadoria que não traz valor em si, mas que é capaz de ser trocada por todas as outras mercadorias como equivalente universal, mesmo depois de ter deixado de ser cunhada em metais preciosos e de ter passado a ser impressa por bancos em

papéis com valores estabelecidos pelas regras dessas instituições financeiras e do Estado. Por isso, ante os segredos apresentados pela mercadoria, debruçamo-nos sobre a teoria do valor, força de trabalho e meios de produção, para compreendermos o processo que a constitui e, com ela, a estrutura social que forma a sociedade capitalista.

Na mesma seção, no livro III de *O Capital,* estuda-se o capital portador de juros numa fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista em que o dinheiro passa a ser uma mercadoria *sui generis* negociada entre os capitalistas monetários e os capitalistas funcionantes. Nesse processo, há uma imponente evolução dos bancos e do sistema de crédito que não prescinde da crescente exploração da classe trabalhadora.

Na terceira seção, percorrem-se as condições históricas e materiais que deram origem ao capital fictício. A generalização do empréstimo a juros foi determinante para que o avanço do sistema de crédito submetesse o capital portador de juros à lógica do capital, de modo que as instituições financeiras não somente obtivessem vantagens com os juros pagos, mas também com a capitalização das dívidas, situação que mostrava a perda de vínculo com a realidade, cujo capital monetário não precisaria estar necessariamente subordinado à produção. Disso resultou um poderoso sistema monetário, sob o controle inicial dos bancos e, depois, de outras instituições financeiras que não tinham o comprometimento exclusivo de gerar lucros com investimentos produtivos.

Contudo, no caminho para alcançar um conceito abstrato cada vez mais fino de nosso objeto de pesquisa, encontram-se conceitos díspares no próprio campo marxista que nos forçaram a analisar com mais rigor as bases materiais que fundamentam o capital fictício, para, enfim, chegarmos às leis gerais que o sustentam. No decurso da pesquisa, conseguimos verificar a inserção histórica do capital fictício como mediação de exploração e enriquecimento dos países imperialistas, que drenaram (e drenam) os recursos naturais e financeiros dos países dependentes. Esse empreendimento feito pelo capital monopolista das nações imperialistas teve particular importância para o pujante capital financeiro que se erguera na viragem do século XIX ao século XX, e já no século XXI, em todos os espaços do globo.

A crise de 1929 foi um bom exemplo dos danos provocados pelas orgias especulativas e, por conseguinte, da criação de capital fictício absolutamente sem

vínculo com a produção de riqueza real. A seção termina justamente com a análise da falácia do liberalismo, bem como dos reflexos da crise da década de 1920-1930 e seus efeitos para a economia global por aproximadamente trinta anos.

A quarta seção faz o caminho de retorno para entendermos o capital fictício em nosso tempo histórico, já sem a representação caótica de um todo, apresentando-se com a rica totalidade de muitas determinações e relações apropriadas durante a trajetória da pesquisa. A referida seção investiga as transformações econômicas ocorridas após os chamados Trinta Anos Gloriosos do capital, através da implantação de um sistema financeiro hipertrofiado, mais complexo do que em períodos anteriores. Este será identificado pelo economista francês François Chesnais como resultado da mundialização do capital, cujo capital financeiro passa a ter controle sobre as outras esferas capitalistas. Contudo, não houve uma alteração das posições ocupadas na estrutura da economia, uma vez que o capital produtivo não perdeu sua posição de criador de riqueza e ontologicamente fundamental à conservação da ordem econômica capitalista. Todavia, não há com negar, o sistema financeiro exerceu um poder manipulatório sobre todas as formas de produção e reprodução social.

A ruptura unilateral com o Sistema de Bretton Woods pelos Estados Unidos foi definitiva para o encadeamento de uma economia volátil, inconstante e de incertezas, em que o fim da paridade dólar-ouro obrigara todos os bancos centrais do mundo a reter em seus cofres reservas de dólares para transações comerciais e pagamento de dívidas estabelecidas em moeda norte-americana. Assim, criou-se subsequentemente uma política de endividamento que empobreceu ainda mais as nações dependentes, bem como comprometeu a condição da classe trabalhadora dos países ricos. O endividamento público e privado inaugurou uma inesgotável fonte de transferência de riqueza para o sistema financeiro, que, no caso da dívida dos Estados nacionais, intensifica a espoliação da força de trabalho presente e futura. Isso tudo atesta que a mundialização do capital generaliza também as condições degradantes no coração dos países ricos.

Nesse contexto, o endividamento dos Estados nacionais e a titularização da dívida pública tornaram-se investimentos importantes para o controle das disfunções que ocorrem no capitalismo, embora provoquem perturbações piores subsequentemente. A dívida pública, portanto, assim como outros expedientes criadores de capital fictício, tem cumprido atribuições só possíveis num sistema de

crédito bastante desenvolvido, o qual pode atender a algumas tarefas subsidiárias para o revigoramento do sistema financeiro e de interesse medular para a reprodução capitalista.

Na última seção, apresentaram-se as considerações finais a respeito dos limites do crescimento do capital fictício e as consequências de permanecer numa ordem econômica que a cada alternativa para remediar as suas crises, encaminha-se para situações mais complexas de serem solucionadas.

2 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO SISTEMA DO CAPITAL

Na sociedade contemporânea, o capital fictício tem ocupado um papel de destaque na política econômica mundial, especialmente a partir da década de 1970, após a ruptura unilateral dos EUA com o acordo de Bretton Woods. Para compreender a lógica reprodutiva da sociedade capitalista em tempos atuais, precisam-se compreender as bases fundantes da economia capitalista, do *modus operandi* do processo de financeirização do capital e das estratégias utilizadas para mistificar a realidade e ampliar a concentração e a centralização da riqueza.

Constata-se, *a priori*, que o esforço para a manutenção do capital tem elevado o crescimento da miséria em todos os pontos do planeta, inclusive nos países de economias desenvolvidas, gerando consequências que agravam as crises e refletem a disposição do sistema de operar a esfera financeira para disfarçar e/ou adiar os problemas que são de ordem estrutural. São questões que Marx (2017) havia percebido, de forma incipiente, em seus estudos sobre capital fictício, mas que as contradições da economia capitalista, ao longo do tempo, deram oportunidade para o capitalismo aprimorar estratégias de conservação da ordem econômica que ampliaram as mazelas sociais.

Nessas condições impostas pela sociabilidade liberal burguesa, as relações sociais aparecem reificadas; o produto do trabalho humano se impõe contra o próprio homem e se torna um deus sobre seus desejos e necessidades, de modo que “a relação de dependência e subordinação à coisa é cada vez mais profunda, na medida em que as relações mercantis desenvolvem-se e passam da simples mercadoria até chegar ao capital e à mercadoria-capital, como a conhecemos hoje.” (CARCANHOLO, 2011, p. 94). Portanto, a aparência óbvia e trivial da mercadoria esconde um emaranhado de determinações complexas que se estabelecem no modo de produção capitalista. Seus mistérios não se revelam pelos objetos criados para satisfazer as necessidades, os desejos ou as vontades da imaginação e/ou do estômago, mas se manifestam por meio do próprio trabalho humano e da relação social dos produtores com o trabalho total, como se fosse uma relação entre coisas, entre os produtos do trabalho.

O caráter místico da mercadoria, portanto, não se constitui em sua capacidade de atender aos imperativos que se impõem ao gênero humano como valor de uso; isso mostra simplesmente que houve uma mobilização de cérebro,

nervos, músculos e órgãos sensoriais a fim de desenvolver um trabalho útil que possa garantir a manutenção da própria espécie (MARX, 2013).

Para Marx (2013), o caráter enigmático da mercadoria se conforma nas relações entre os produtores no momento em que a duração do tempo de trabalho torna-se a grandeza de valor dos produtos do trabalho humano, de modo que as determinações sociais das quais se efetiva a relação entre os produtores assumem a relação social entre os produtos do trabalho.

> O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. (MARX, 2013, p. 147).

A mercadoria enquanto coisa sensível-suprassensível tem um duplo caráter: o primeiro diz respeito à sua objetividade externa, como matéria da natureza transformada que nasce para atender a determinadas demandas sociais e existe independentemente do modo de produção no qual ela se encontra. Já a condição suprassensível resulta das relações sociais estabelecidas entre os próprios homens na produção e da relação de valor dos produtos do trabalho, que nada tem a ver com a natureza física, nem com as relações materiais na fabricação de uma dada mercadoria (MARX, 2013), pois “é apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.” (MARX, 2013, p. 147). Ainda que essas particularidades da mercadoria não estejam à disposição dos sentidos, seus reflexos têm implicações práticas que carregam em si todas as contradições da sociedade em questão.

A essa ilusória independência da mercadoria como coisa que parece ganhar vida e domínio sobre seu criador, Marx chama de fetichismo. Da mesma forma que no mundo religioso os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, relacionando-se entre si e com os homens, a mercadoria, como produto da criação humana, age de maneira semelhante. “Assim, as relações sociais não se apresentam como vínculo entre pessoas, e sim como vínculo entre coisas, assumindo as qualidades objetivas das coisas, especialmente sua aparência de

força externa ao mundo humano, de realidade natural e eterna.” (GRESPAN, 2021, p. 44-45), onde até mesmo os objetos com valor de uso tornam-se mercadorias porque são produtos dos trabalhos privados que se realizam sem depender um do outro. Ou seja, não somente as pessoas sob a lógica da mercadoria adquirem atributos objetivos, as coisas também aparentam ter qualidades subjetivas. Por isso, Marx confere o caráter suprassensível da mercadoria, incapaz de ser compreendida e revelada através dos sentidos.

Sobre isso, anota Antunes:

> Casaco, linho e a mesa são mercadorias, mas não *a Mercadoria*. O mistério da mercadoria não consiste em saber o que é o ente mercadoria enquanto tal, este ente negativo que não é casaco, nem linho, nem mesa, este ente que não se mostra ao mundo como coisa material e sensível, como coisa que se revela pelo uso e pelos sentidos humanos, mas como coisa imaterial e inteligível, como categoria e forma suprassensível que só se revela e se mostra através das abstrações metafísicas do intelecto humano. (ANTUNES, 2018, p. 222-223, grifo do autor).

Desse modo, não se pode desvendar o mistério da mercadoria enquanto nos detivermos na particularidade de cada mercadoria específica, que resulta tão somente da intenção humana de satisfazer as suas necessidades mais imediatas, apresentando-se de forma objetiva como coisa material sensível. Já a mercadoria como categoria suprassensível não pode ser verificada pelos sentidos humanos porque ela oculta as relações sociais constituídas no processo de produção capitalista. Isto é, o caráter fetichista do capital faz parecer que a capacidade de troca das mercadorias corresponde às suas qualidades materiais imanentes de valores de uso, sem considerar as relações que se estabelecem durante a produção da mercadoria, que precisa de um tempo determinado de trabalho para produzir objetos com valores de uso que poderão ser trocados, primordialmente, por outros objetos com valores equivalentes e a mesma grandeza de valor.

Marx entende que as relações humanas se coisificam quando as coisas, em sua forma-mercadoria, adquirem uma aparente força transcendental acima dos homens, ou melhor, ganham atributos divinos com poderes supraterrenos. Se, por um lado, a mercadoria deve satisfazer determinadas necessidades sociais para continuar o ciclo reprodutivo na ordem econômica capitalista, concomitantemente, ela só pode satisfazer as necessidades dos próprios produtores caso existam

mercadorias produzidas por outros produtores privados que também possuem qualidades que as tornam permutáveis entre si por serem equivalentes.

Em síntese, as relações sociais no capital são mediadas pela produção de mercadorias. Os homens relacionam-se uns com os outros como coisas que produzem coisas, ao tempo que as próprias coisas alcançam um grau de importância superior ao de seus demiurgos, já que “é apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.” (MARX, 2013, p. 147).

Essas relações se aprimoram quando os valores das mercadorias passam a ser representados pela expressão monetária. O dinheiro como equivalente universal alimenta a ilusão fetichista do poder da mercadoria sobre a sociedade. Durante o tempo em que a mercadoria-dinheiro era representada por metais preciosos, ainda existia um *quantum* de valor que havia sido transferido pelo trabalho humano para esses objetos no processo de extração e lapidação; depois da substituição dos metais preciosos por papel-moeda, o que se tem é um montante de papel ou de moedas permutáveis por diferentes objetos úteis sem valor relativo que identifique alguma equivalência entre essas mercadorias. Não há, na realidade, nenhuma grandeza de valor que justifique a troca, a não ser um ordenamento político-jurídico estatal que supostamente garante que uma determinada quantidade de papéis e moedas equivalha ao acúmulo de capital (em suas diferentes formas) entesourado nas instituições bancárias. Seja a mercadoria-dinheiro representada por metais preciosos ou por papel-moeda, o fetiche continua absolutamente o mesmo.

As relações sociais estabelecidas no capital rotulam os produtos do trabalho como mercadorias e viabilizam a circulação dessas mercadorias sob as formas naturais da vida social a-históricas e imutáveis. Por essa razão, Marx observa que, dum ponto de vista fenomênico, somente a análise dos preços das mercadorias determina a grandeza de valor, cuja expressão monetária falsamente indica o caráter de valor dos produtos do trabalho humano postos à venda, como se o valor fizesse parte da essência natural do objeto. Daí desaparece qualquer ação humana no processo produtivo. Por isso, Marx (2013, p. 150) diz que “[...] é justamente essa forma acabada – a forma-dinheiro – do mundo das mercadorias que vela materialmente, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores privados.” Os produtos do trabalho humano relacionam-se como mercadorias equivalentes entre si, mas, na verdade,

constituem a relação entre os produtores de trabalho privado que, no capital, apresenta-se nessa forma alienada.

O fetiche da mercadoria apresenta-se, aqui, através do dinheiro que se põe no mundo como entidade superior aos homens, como potência dominadora objetiva e autônoma, o qual anula a relação dos trabalhadores com o trabalho e com a atividade sensível-criadora. O dinheiro representa, assim, o verdadeiro demiurgo da realidade (ANTUNES, 2018). “Como Deus da crença cristã, o ente dinheiro atua como ente autonomizado e independente dos homens, pairando acima de suas consciências e submetendo-os a seus próprios poderes alienados.” (ANTUNES, 2018, p. 231). De igual modo aos mitos dos deuses greco-romanos e judaico-cristãos, o dinheiro se faz presente em todos os lugares e em todas as fases da vida dos homens.

> O capital, como o deus dos deuses, tem ao seu lado direito o dinheiro, que é o segundo na hierarquia. Sentada ao lado esquerdo de Zeus, encontra-se a mercadoria. Capital, dinheiro e mercadoria, na verdade, formam uma trindade: três em um só. Mas esse é um mistério que pode ser desvendado, está aí a ciência para isso. (CARCANHOLO, 2011, p. 89).

O fetichismo que aparece na mercadoria não emana de relações ilusórias, imaginadas e pensadas como mera representação da realidade, já que o fetiche possui uma realidade objetiva que se estabelece no caráter social do trabalho do sistema capitalista, no qual os homens constituem as suas relações sociais. Portanto, “o fetiche é um fenômeno objetivo e necessário criado pela própria divisão do trabalho fundada na mercadoria.” (CARCANHOLO, 2011, p. 237). Em razão disso, Marx (2013) sustenta que o aparecimento do dinheiro como equivalente universal de todas as outras mercadorias oculta as relações sociais que se encontram na produção. O próprio ouro que serviu outrora como dinheiro resulta de um determinado tempo de trabalho requerido para a sua produção e se expressa como uma mercadoria capaz de ser trocada por outra desde que possua o mesmo tempo de trabalho plasmado em seu corpo.

Marx ressalta que o dinheiro como representação de todas as mercadorias fez desaparecer as relações sociais do trabalho sem deixar rastro, de forma que “sem qualquer intervenção sua, as mercadorias encontram sua própria figura de valor já pronta no corpo de uma mercadoria existente fora e ao lado delas.” (MARX,

2013, p. 167). A mercadoria força de trabalho, como qualquer valor de troca no capital, é permutada por uma soma de dinheiro que corresponde ao previamente acordado com o capitalista. Tudo se resume na sociedade capitalista a um amontoado de mercadorias que pode ser comprado e vendido, mediado pelo dinheiro.

Nos *Grundrisse*, Marx sustenta que "[...] o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como o proprietário de *valores de troca*, de dinheiro." (MARX, 2011, p. 105, grifo do autor). O dinheiro exerce domínio sobre todas as manifestações individuais ou sobre os produtos das atividades humanas, pois as atividades humanas (e tudo o que delas provém) podem ser trocadas pela mercadoria-dinheiro.

Para Marx, na economia capitalista, a exteriorização[3] do conteúdo humano aparece como um completo esvaziamento, pois o homem perde o controle sobre o que ele mesmo produziu, diferentemente do que ocorria em modos de produção pregressos, nos quais as condições objetivas do trabalho eram, na realidade, as condições naturais objetivas, já que o trabalhador como indivíduo natural tinha ali a primeira condição efetiva de seu trabalho junto a tudo encontrado na natureza como parte do seu corpo inorgânico. No sistema capitalista, "o trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria." (MARX, 2015, p. 304). Logo, contraditoriamente, a superação dos limites produtivos das sociedades anteriores conduziu a humanidade a uma relação reificada e alienada com o trabalho.

Por essa razão, os nexos sociais reificados pelas mediações monetárias capitalistas sequer cogitam a possibilidade de um modelo societal que vislumbre uma existência verdadeiramente comunitária entre os homens, visto que as relações alienadas e fetichizadas são condições indispensáveis à manutenção da ordem econômica capitalista.

A esse respeito, Antunes faz as seguintes considerações:

---

[3] A exteriorização (*entäusserung*) em Marx corresponde a uma ação de retorno durante o processo de objetivação. Porém, esse movimento na ordem econômica capitalista converte-se numa condição de alienação (*entfremdung*), que se torna um obstáculo ao desenvolvimento da generidade humana. De acordo com o Sergio Lessa (2007a, p. 39), "a exteriorização é esse momento do trabalho pelo qual a subjetividade, com seus conhecimentos e habilidades, é confrontada com a objetividade a ela externa, à causalidade e, por meio deste confronto, pode não apenas verificar a validade do que conhece e de suas habilidades, como também pode desenvolver novos conhecimentos e habilidades que não possuía anteriormente.".

> Numa sociedade assim, não há Metafísica, pois a forma sensível e natural da riqueza se apresenta diretamente aos indivíduos da comunidade como sua forma imediatamente social, sem jamais precisar encarnar antes uma determinada coisa chamada dinheiro criada por esta mesma comunidade. Numa sociedade, porém, onde a divisão social do trabalho está baseada na Metafísica e na mercadoria, no produto como valor-de-troca, portanto, entre a produção e o consumo interpõem-se necessariamente o dinheiro e a troca mediando e ligando um momento a outro. (ANTUNES, 2018, p. 242).

O poder atribuído ao dinheiro no capital denota apenas o resultado de sua capacidade de funcionar como equivalente geral no sistema de trocas de mercadorias (seja como mercadoria produto da criação humana ou como força de trabalho colocada em movimento em troca de salário). Considera-se, então, que o caráter fetichista do dinheiro corresponde à relação social assentada na ordem econômica capitalista, sem o qual o sistema não estaria apto a se reproduzir tão eficientemente quanto se mostrou desde a sua origem, tanto no que se refere à dinâmica na circulação das mercadorias como na assimilação alienada dos trabalhadores à sua lógica reprodutiva. É preciso lembrar que do mesmo modo que a troca de mercadorias evoluiu para a forma monetária na figura do papel-moeda, o dinheiro pôde adquirir novas formas que ampliaram sua potência de superprodução e superacumulação de capital, livrando-se por completo da obrigatoriedade de lastro metálico ou de qualquer outra expressão de riqueza social.

Marx (2017) afirma que o dinheiro na forma de capital portador de juros manifesta um fetiche automático, no qual a fórmula média do capital D-M-D’ é reduzida aos extremos D-D’, que significa D’ = D + ΔD. Em outros termos, o dinheiro torna-se também uma mercadoria em si, e o valor valoriza a si mesmo. O “[...] capital aparece como fonte misteriosa e autocriadora de juros, de seu próprio incremento.” (MARX, 2017, p. 442). O dinheiro emprestado como capital ao capitalista funcionante é devolvido ao prestamista com acréscimo de juros depois de um determinado tempo. Nesse movimento, o capital aparenta reproduzir-se a si próprio, não mostrando vestígio do processo de reprodução necessário à sua multiplicação, e tampouco de sua origem. Essa capacidade do dinheiro, ou da mercadoria, de criar valor independentemente da produção representa para Marx (2017, p 442) “a mistificação capitalista em sua forma mais descarada.”, que assume uma existência supostamente emancipada da produção.

Muito embora o capital portador de juros consista na ilusão de ser uma fonte de valor que cria valor em si mesmo (de dinheiro que gera dinheiro), não deve ser considerado o nível máximo de fetichismo a ser alcançado na sociedade capitalista. Se o capital emprestado servirá de investimento como capital funcionante na reprodução capitalista, ainda que as relações sociais na criação de valor estejam ocultas em suas entranhas, o mesmo não pode ser dito a respeito do capital fictício. A diferença determinante, de um e outro, está rigorosamente no fato de o capital portador de juros ser a fonte potencial da criação de valor – caso seja investido na produção –, enquanto o capital fictício gera apenas formas ilusórias de capital, sem referência material, apesar de manter uma relativa dependência do capital real, com a finalidade tão somente de justificar sua existência. A independência da realidade do capital fictício proporciona a sua capacidade de se multiplicar, infinitas vezes, ante a produção de riqueza real.

De acordo com Palludeto (2016), não haveria capital fictício sem antes ter existido o capital portador de juros, e não se admite a existência de ambos sem o desenvolvimento do capital real na esfera produtiva. O fetichismo expresso no capital fictício encontra-se em essência no capital portador de juros da mesma forma que o fetichismo do capital portador de juros encontra-se nas relações do trabalho abstrato na produção de mercadorias. Para Carcanholo (2011, p. 95), “os três grandes fetiches do nosso tempo são o capital, o dinheiro e a mercadoria. No mundo atual, o capital especulativo parasitário, conhecido vulgarmente como capital financeiro, é seguramente o mais profundo e enigmático fetiche.”.

Os itens que seguem procuram, a partir de uma investigação ontológica, desvelar as particularidades que deram origem ao capital fictício, a fim de compreender as formas mais elaboradas de o capital reproduzir-se na sociedade capitalista contemporânea.

2.1 MERCADORIA E TEORIA DO VALOR EM *O CAPITAL*

Não por acaso, Marx inicia sua obra maior, *O Capital*, com um capítulo sobre a mercadoria, pois, numa sociabilidade em que imperam relações alienadas, não é possível perceber claramente os nexos estabelecidos pela produção capitalista. Esta, mesmo produzindo riqueza e desenvolvimento, igualmente conduz grande parte da humanidade à pobreza e à miséria. Conforme Marx (2013, p. 113), “a

riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’.”. Ou seja, tem-se à disposição em larga escala objetos negociáveis de todos os tipos sem que se atendam minimamente às necessidades humanas. A criação de excedentes acontece numa ordem social que gera a carência material e espiritual de quem produz essa riqueza.

Marx também expõe a capacidade de o capital mercantilizar a existência humana, não importando se o que está posto como mercadoria é constituído para atender às necessidades materiais ou para atender às necessidades da subjetividade. Para ele, “a natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão.” (MARX, 2013, p. 113). O produto do trabalho na sociedade capitalista não é apenas um objeto útil que, potencialmente, preza pelo atendimento das necessidades humanas, mas é também uma mercadoria que possui valor de troca, capaz de gerar lucro depois que o capitalista coloca esse objeto em circulação a fim de vendê-lo por um determinado preço, a partir da grandeza de valor produzida pelo trabalho alheio explorado no processo de fabricação. Portanto, a maneira como os seres humanos se relacionam com a produção desde a sociedade primitiva é um ato histórico que tem implicações substanciais no destino da humanidade.

O trabalho, independentemente de ser realizado nas primeiras sociedades ou na sociedade capitalista, tem como escopo produzir objetos úteis para atender às carências humanas. Os produtos do trabalho sempre devem ter valores de uso, uma vez que, de outro modo, todo esforço empreendido seria inútil à reprodução social[4].

Segundo Marx:

> O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria (*valeur intrinsèque*); portanto, uma *contradictio in adjecto* [contradição nos próprios termos]. (MARX, 2013, p. 114).

[4] Para Lukács (2018, p. 10), “antes de o valor de uso chegar a uma relação reflexiva com o valor de troca, o que só pode ocorrer em um estágio já relativamente muito elevado, o valor de uso não designa mais que um produto de trabalho que o ser humano é capaz de utilizar na reprodução de sua existência.”. Como observa o pensador húngaro, o capitalismo alcançou esse estágio de desenvolvimento social com uma produção de mercadorias que representa o conteúdo material da riqueza expresso no valor de troca.

As mercadorias de natureza e proporções diferentes intercambiam-se, aparentemente, de maneira fortuita, como se houvesse uma substância mística que determina essa relação de troca. Um determinado volume de trigo é trocado por x litros de óleo ou por y de seda ou z de ouro; isto é, podiam ser trocadas entre si e com outras mercadorias. As mercadorias podem ser trocadas entre si desde que possuam a mesma grandeza de valor, o que as torna valores de troca permutáveis (MARX, 2013).

> Disso se segue, em primeiro lugar, que os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Em segundo lugar, porém, que o valor de troca não pode ser mais do que o modo de expressão, a "forma de manifestação" [*Erscheinungsform*] de um conteúdo que dele pode ser distinguido. (MARX, 2013, p. 115).

Marx busca demonstrar a aparente contradição quando confronta mercadorias absolutamente distintas: 1 *quarter*[5] de trigo = *a quintais*[6] de ferro. Há dois produtos diferentes que possuem a mesma grandeza; ambos podem ser trocados por uma terceira mercadoria. "Cada uma delas, na medida em que é valor de troca, tem, portanto, de ser redutível a essa terceira" (MARX, 2013, p. 115). Entretanto, o que existe em comum entre as mercadorias não pode ser medido a partir de suas qualidades geométricas, físicas, químicas ou de quaisquer outras qualidades de propriedade natural, pois tais características intrínsecas à natureza de cada uma delas só têm utilidade quando levados em consideração seus valores de uso (MARX, 2013). Marx (2013, p.116) assevera que "como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso.".

Portanto, se se abstrair o valor de uso das mercadorias, o que se encontra em comum entre todos os objetos úteis produzidos no capital é o resultado do trabalho. Neste sentido, nem sequer tem importância a origem do trabalho desenvolvido – se é do carpinteiro, do fiandeiro, do pedreiro etc. O que importa é que nenhuma dessas atividades se distingue uma da outra, principalmente quando se observa que elas se apresentam como criação do trabalho humano, do trabalho humano abstrato.

Por essa razão, Marx afirma que:

---

[5] Unidade de volume inglesa usado até o século XIX.
[6] Unidade de medida de peso.

> Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Deles não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia [*Gallerte*] de trabalho humano indiferenciado, *i.e.*, de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio. Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias. (MARX, 2013, p. 116).

O valor de troca independe do valor de uso. A existência comum das mercadorias tem como saldo o trabalho humano acumulado, de modo que "[...] um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato." (MARX, 2013, p. 116). Mensura-se a quantidade de trabalho a partir do tempo de duração contido em cada objeto útil produzido; "[...] o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc." (MARX, 2013, p. 116), de modo que o valor se torna uma virtude intrínseca das relações que os homens mantêm com a natureza ao transformá-la.

No capital, o trabalho adquire características deformantes e alienadas que fazem parte da própria particularidade do modo de produção capitalista.

> Portanto, é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor. A mercadoria individual vale aqui somente como exemplar médio de sua espécie. Por essa razão, mercadorias em que estão contidas quantidades iguais de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra mercadoria assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra. (MARX, 2013, p. 117).

O *quantum* de valor de uma mercadoria não muda caso não se altere o tempo de trabalho requerido para a produção. Assim, a cada mudança no que diz respeito às habilidades adquiridas pelos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e das tecnologias, as técnicas de organização do processo de trabalho, a qualidade dos meios de produção, das condições naturais, entre outros, interferem no tempo de trabalho e, consequentemente, no valor do produto. Marx (2013) exemplifica afirmando que não se pode colher a mesma quantidade de alqueires de trigo quando

há estações qualitativamente distintas. Ou não se pode extrair de minas pobres a mesma quantidade de metais preciosos que se extrai de minas ricas, ainda que se utilize a mesma quantidade de trabalho. Assim, “os diamantes muito raramente se encontram na superfície da terra e, por isso, encontrá-los exige muito tempo de trabalho.” (MARX, 2013, p. 118). Isso significa que, apesar de pouco volume extraído, o valor dos diamantes corresponde ao trabalho empreendido.

De acordo com Marx:

> Como regra geral, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo e maior seu valor. Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho. (MARX, 2013, p. 118).

Marx (2013) adverte que uma coisa pode ter valor de uso sem ter valor de troca, isto é, sem ser mercadoria. Isso se aplica quando a utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho, a exemplo dos elementos da natureza[7], que podem até servir à produção, só que não trazem em si valor de troca; ou, ainda, quando o trabalho mediado não é abstrato, possível unicamente fora da lógica capitalista. Assim, Marx (2013, p. 118) admite que “uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria.”. Se, mesmo através do trabalho, o produto criado apenas servir para atender às necessidades de quem o criou, cria valor de uso, mas não há nada que o aproxime de uma mercadoria. “Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social.” (MARX, 2013, p. 119). Marx acrescenta que, para uma coisa ter valor, a mercadoria criada deve ter uso, pois, “se ele é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor.” (MARX, 2013, p. 119).

Partindo dos pressupostos acima apontados, verifica-se que o valor de uso nem sempre precisa ser produto do trabalho; já o valor de troca requer uma dependência do trabalho humano numa dada sociabilidade e com determinada

[7] De acordo com Lukács (2018, p. 69), “se disso excetuarmos o ar, que representa de fato um caso limite, todos os outros objetos são plenos-de-valor com base em um trabalho útil posterior, como possibilidades para a criação de produtos de trabalho.”.

utilidade social. Posto isto, para que um produto do trabalho humano possua valor de troca, inevitavelmente deve possuir valor de uso para outras pessoas; quer dizer, atenda as necessidades humanas de outrem. Esse intercâmbio de mercadorias é o desdobramento de relações econômicas materializadas num determinado estágio da humanidade[8]. Assim, o trabalho numa sociedade de classes manifesta a sua natureza dupla, pois produz valor de uso e valor de troca em sua forma mercadoria.

Para melhor entender a relação de troca e valor entre as mercadorias, Marx, em *O Capital*, faz a seguinte formulação: "Tomemos duas mercadorias, por exemplo, um casaco e dez braças de linho. Consideremos que a primeira tenha o dobro do valor da segunda, de modo que se **10 braças de linho = *V*, o casaco = 2*V***." (MARX, 2013, p. 119, grifo nosso). Observa-se que essas duas mercadorias são intercambiáveis, pois são determinadas por utilidade social, ou seja, ambas as mercadorias têm valor de uso como consequência de um trabalho útil: a primeira tem o dobro do valor da segunda, uma vez que nela já existe um trabalho pretérito acumulado, além de ter sido despendido um maior tempo de produção.

> Assim como o casaco e o linho são valores de uso qualitativamente distintos, também o são os trabalhos que os produzem – alfaiataria e tecelagem. Se essas coisas não fossem valores de uso qualitativamente distintos e, por isso, produtos de trabalhos úteis qualitativamente distintos, elas não poderiam de modo algum se confrontar como mercadorias. O casaco não é trocado por casaco, um valor de uso não se troca pelo mesmo valor de uso. (MARX, 2013, p. 119).

As mercadorias, por conseguinte, apresentam-se em diferentes valores de uso, os quais representam as diversas necessidades e os distintos trabalhos úteis exigidos para a produção. Entretanto, a divisão do trabalho necessária para corresponder a essas demandas mercantis não é o fator que determina a sua existência, visto que em antigas sociedades, a exemplo da indiana, havia divisão do trabalho entre seus membros sem que a produção estivesse subsumida à lógica da mercadoria. Dessa maneira, "apenas produtos de trabalhos privados, separados e mutuamente independentes uns dos outros se confrontam como mercadorias." (MARX, 2013, p. 120). Valores de uso apenas podem configurar-se como

[8] "Por isso, pode o tempo de trabalho socialmente necessário tornar-se a base do intercâmbio de mercadorias que gradualmente se desdobra, do valor de troca, bem como de todo intercâmbio econômico-social." (LUKÁCS, 2018, p. 124).

mercadorias se a atividade produtiva contiver trabalho útil, adequado a um fim (MARX, 2013). Numa sociedade produtora de mercadorias, os trabalhos úteis são realizados isoladamente como negócios privados de produtores independentes, visto que cada produtor imprime em sua mercadoria um valor que posteriormente pode ser confrontado com o de mercadorias diversificadas.

> Assim como nos valores casaco e linho está abstraída a diferença entre seus valores de uso, também nos trabalhos representados nesses valores não se leva em conta a diferença entre suas formas úteis, a alfaiataria e a tecelagem. Assim como os valores de uso casaco e linho constituem nexos de atividades produtivas orientadas a um fim e realizadas com o tecido e o fio, ao passo que os valores casaco e linho são, ao contrário, simples geleias de trabalho, também os trabalhos contidos nesses valores não valem pela relação produtiva que guardam com o tecido e o fio, mas tão somente como dispêndio de força humana de trabalho. Alfaiataria e tecelagem são elementos formadores dos valores de uso, casaco e linho, precisamente devido a suas diferentes qualidades; constituem substâncias do valor do casaco e do valor do linho apenas na medida em que se abstraem suas qualidades específicas e ambas possuem a mesma qualidade: a qualidade do trabalho humano. (MARX, 2013, p. 122).

Não há outra forma de transferir valor para um produto se não for por meio do trabalho humano útil, no qual o homem altera a forma de matérias da natureza a fim de atender a suas necessidades. Embora o trabalho não seja a única origem do valor de uso, essa categoria social é a única capaz de transferir valor ao substrato material que existe na natureza e, por conseguinte, de ampliar a riqueza social. Marx (2013, p. 121), ao citar o economista inglês William Petty (1623-1687), anota que “o trabalho é o pai da riqueza material e a terra é a mãe”. Assim, “o trabalho pode ser considerado, portanto, como o fenômeno originário, como modelo do ser social.” (LUKÁCS, 2018, p. 10), o qual retira o homem de sua condição pré-humana e o lança, a partir de um salto ontológico, ao mundo dos homens, com condições objetivas que evoluem para formas mais avançadas de socialidade.

Em se tratando do produto do trabalho numa sociedade de classes, de tipo capitalista, o valor de uso inerente à mercadoria somente pode ser medido qualitativamente quando a sua grandeza puder ser medida quantitativamente. Isso significa que o valor de uma mercadoria se dá pelo tempo de trabalho nela contido; logo, todas as mercadorias devem guardar em si a mesma grandeza de valor, condição *per si* para que as mercadorias possam ter valor de troca. Por exemplo:

"*Se um casaco contém x dias de trabalho, dois casacos contêm 2x, e assim por diante.*" (MARX, 2013, p. 123, grifo nosso).

Se, por acaso, o trabalho necessário à produção do casaco dobrar (ou triplicar ou quadriplicar), essa mudança refletirá no valor da mercadoria, de modo que ela dobrará, triplicará e assim sucessivamente. Se, ao contrário, o tempo de trabalho se reduzir pela metade, o valor da mercadoria também será reduzido pela metade. "No primeiro caso, um casaco tem o mesmo valor que antes tinham dois casacos; no segundo caso, dois casacos têm o mesmo valor que antes tinha apenas um casaco [...]" (MARX, 2013, p. 123). Essas premissas são fundamentais para que se possa compreender o valor contido nas mercadorias.

Marx considera que:

> A mesma variação da força produtiva, que aumenta a fertilidade do trabalho e, com isso, a massa dos valores de uso por ele produzida, diminui a grandeza de valor dessa massa total aumentada ao reduzir a quantidade de tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa. (MARX, 2013, p. 123).

Marx (2013) compreende que todo trabalho é dispêndio de força humana que gera o valor das mercadorias numa forma específica de sociedade. No caso da sociedade capitalista, a força de trabalho constitui-se como abstrata. Ao mesmo tempo, todo trabalho é dispêndio de força humana determinada a um fim, concreto e útil, que produz valores de uso. O que existe em comum entre trabalho concreto e abstrato é que ambos despendem força de trabalho humana útil para a produção. O primeiro tem por finalidade produzir valores de uso necessários à preservação da existência humana, enquanto o segundo, mesmo produzindo objetos úteis para os homens, tem por característica produzir valores de troca para atender aos interesses privados de uma classe determinada. Se se confundir o trabalho concreto (trabalho útil real) com o trabalho abstrato (produção característica da sociedade capitalista), tende-se a entender o valor de troca como geral e universal. As mercadorias expressam, portanto, trabalho humano objetivado que mantém uma relação de troca entre si, as quais se mostram em sua forma mais evoluída na sociedade capitalista.

> Lembremo-nos, todavia, de que as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se

> manifestar numa relação social entre mercadorias. (MARX, 2013, p. 125).

Assim, entende-se que no valor de troca entre duas mercadorias distintas, 20 braças de linho = 1 casaco ou 1 casaco = 20 braças de linho (x = y ou y = x), a primeira representa papel ativo enquanto a segunda representa um papel passivo. Para Marx (2013), a primeira mercadoria aparece como valor relativo, e a segunda funciona como valor equivalente, "ou encontra-se na forma de equivalente." (MARX, 2013, p. 126). "A forma de valor relativa e a forma de equivalente são momentos inseparáveis, inter-relacionados e que se determinam reciprocamente, mas, ao mesmo tempo, constituem extremos mutuamente excludentes, isto é, polos da mesma expressão de valor." (MARX, 2013, p. 126). Ou seja, a forma de valor relativa se refere ao tempo de trabalho empregado para produzir mercadorias diferentes. Já a forma de valor equivalente está diretamente vinculada à relação de troca que pode ocorrer entre mercadorias distintas; elas podem ser trocadas porque possuem valor equivalente determinado pelo tempo de trabalho.

Elas sempre são representadas por mercadorias diferentes que se relacionam a partir de seu próprio valor, o que significa que não se deve demonstrar o valor de uma dada mercadoria pela mesma mercadoria, mas se pode representar o valor de uma mercadoria por outra mercadoria. Logo, não teria sentido expressar o valor de um saco de algodão por outro saco de algodão. Todavia, pode-se confrontar seu valor com uma mercadoria distinta, cuja "[...] mercadoria qualquer se confronte com ela na forma de equivalente." (MARX, 2013, p. 126), a qual não expressa seu próprio valor, mas sim o valor de outra mercadoria.

Marx explica:

> [...] a expressão 20 braças de linho = 1 casaco ou 20 braças de linho valem 1 casaco também inclui as relações inversas: 1 casaco = 20 braças de linho ou 1 casaco vale 20 braças de linho. Mas, então, tenho de inverter a equação para expressar relativamente o valor do casaco e, assim o fazendo, o linho é que se torna o equivalente, em vez do casaco. A mesma mercadoria não pode, portanto, aparecer simultaneamente em ambas as formas na mesma expressão do valor. Essas formas se excluem, antes, como polos opostos. (MARX, 2013, p. 126).

A mercadoria pode configurar a forma relativa ou pode logo depois estar na forma equivalente, a depender da posição que assume na expressão de valor.

Desse modo, a mercadoria ora pode se manifestar como mercadoria que expressa o valor (independentemente de sua forma e propriedade), ora pode ser a mercadoria cujo valor é expresso assim que confrontada com outra mercadoria de valor relativo (MARX, 2013). O valor relativo, por sua vez, é mensurado de acordo com o tempo de trabalho que cada mercadoria possui, ainda que, em termos quantitativos, esses objetos estejam numa situação diametralmente oposta. Em termos qualitativos, possuem a mesma grandeza de valor; ou seja, por algum motivo qualquer, o tempo de trabalho para produzir vinte braças de linho torna-se o mesmo para produzir um casaco. Desse modo, embora a quantidade de produtos seja diferente, o valor-trabalho plasmado em vinte braças de linho e em um casaco é absolutamente o mesmo, o que justifica a possibilidade de troca entre essas mercadorias, uma vez que possuem a mesma grandeza de valor (vinte braças de linho = um casaco).

A importância está no tempo de trabalho necessário despendido para produzir tais mercadorias, fator determinante para que elas sejam permutáveis (equivalentes). Marx explica que “quando o casaco é equiparado ao linho como coisa de valor, o trabalho nele contido é equiparado com o trabalho contido no linho.” (MARX, 2013, p. 127). Embora o trabalho para produzir um casaco seja diferente do trabalho para produzir o linho, um e outro resultam do trabalho humano em geral.

> Como valores, **as mercadorias não são mais do que geleias de trabalho humano**; por isso, nossa análise as reduz à abstração de valor, mas não lhes confere qualquer forma de valor distinta de suas formas naturais. Diferente é o que ocorre na relação de valor de uma mercadoria com outra. Seu caráter de valor manifesta-se aqui por meio de sua própria relação com outras mercadorias. (MARX, 2013, p. 127, grifo nosso).

Marx adverte que o trabalho cria valor, mas não é valor. A força humana de trabalho torna-se valor cristalizado quando produz algo objetivo. O valor de um dado produto, a exemplo do linho, saldo de um determinado tempo de trabalho socialmente necessário, é expresso no momento em que é confrontado com outro objeto materialmente distinto; porém, comum no que se refere à sua objetivação por meio do trabalho, e assim acontece com todas as mercadorias. Assim, duas mercadorias distintas apenas podem possuir o mesmo valor quando na matéria física de ambas estiver plasmado o mesmo tempo de trabalho socialmente necessário, valor que se manifesta tão logo essas mercadorias sejam comparadas

entre si. A relação de valor que a mercadoria X mantém com a mercadoria Y deixa clara a sua equivalência, já que as duas incorporam em sua materialidade o trabalho humano. As duas mercadorias, como valores de uso, guardam em si particularidades, mas, como valores de troca, são “idênticas” (MARX, 2013).

Marx diz que os objetos produzidos (casaco, linho etc.), ao serem analisados, revelam seus “pensamentos” na língua das mercadorias: “Para dizer que seu próprio valor foi criado pelo trabalho, **na qualidade abstrata de trabalho humano**, ele diz que o casaco, na medida em que lhe equivale – ou seja, na medida em que é valor – , consiste do mesmo trabalho que o linho.” (MARX, 2013, p. 129, grifo nosso). Por conseguinte, verifica-se que a relação de equivalência entre as mercadorias define a forma de valor relativa, comum em todas elas.

No entanto, o valor das mercadorias pode variar em consequência do desenvolvimento das forças produtivas ou variar em decorrência de quaisquer fenômenos que exijam maior tempo para produção, implicando a relação quantitativa de equivalência entre as mercadorias. Caso se aumente o tempo de trabalho para produzir uma dada mercadoria, seu valor aumentará de forma simultânea; da mesma forma, se diminuir o tempo de trabalho para produzir essa mercadoria, seu valor, consequentemente, também diminuirá. “Assim, o valor relativo da mercadoria *A*, isto é, seu valor expresso na mercadoria *B*, aumenta e diminui na proporção direta da variação do valor da mercadoria *A* em relação ao valor constante da mercadoria *B*.” (MARX, 2013, p. 130).

Exemplifica-se da seguinte forma: se houver algum impedimento que faça com que caia pela metade a produção de linho, vinte braças de linho = um casaco pode se tornar vinte braças de linho = dois casacos, isto é, o valor do linho dobra em comparação ao casaco. Se se der o contrário e houver um aumento das forças produtivas na produção do linho, pode acontecer de o valor do linho cair pela metade: vinte braças de linho = ½ casaco, assim como pode ocorrer o inverso, “permanecendo constante o valor da mercadoria *A*, aumenta ou diminui, portanto, seu valor relativo, expresso na mercaria *B*, em proporção inversa à variação de valor de *B.”* (MARX, 2013, p. 131). Exemplo: se se aumenta o tempo de trabalho para produzir o casaco, tem-se: ½ casaco = vinte braças de linho. Caso caia pela metade o tempo de produção de um casaco: dois casacos = vinte braças de linho.

Além dessas conjecturas, Marx avalia uma terceira hipótese: se o tempo de trabalho necessário para produzir ambas as mercadorias (linho e casaco) variar na

mesma direção e na mesma proporção, seus valores relativos permanecem inalterados, de modo que a variação dos valores dessas mercadorias apenas será descoberta quando comparadas a uma terceira (MARX, 2013). Por isso, existe um encadeamento de variações a depender do tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias díspares, as quais estão submetidas às diversas combinações possíveis, na mesma direção, na direção contrária e em diferentes graus (MARX, 2013).

Todas essas proposições discutidas até o momento não representariam nada se as mercadorias produzidas não tivessem utilidade. Como já tratado acima, para Marx (2013), se algo for produzido sem utilidade, também o é o trabalho que o criou, de maneira a não ser trabalho e, consequentemente, a não produzir nenhum valor. Somente mercadorias diferentes podem ser trocadas na condição de exprimirem a forma de valor equivalente, cada qual com sua própria qualidade, capaz de torná-las permutáveis, nunca podendo representar as suas próprias grandezas, pois "**o valor de uso se torna a forma de manifestação de seu contrário**, do valor." (MARX, 2013, p. 133, grifo nosso). Isso possibilita a uma mercadoria manter a expressão de seu próprio valor; ela não pode ser expressão de valor de si mesma, já que "o corpo da mercadoria que serve de equivalente vale sempre como incorporação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto." (MARX, 2013, p. 134).

O trabalho concreto precisa, por isso, expressar na matéria de todas as mercadorias o seu caráter de valor de uso, para que elas possam ser permutadas. Por essa razão, o trabalho plasmado sob a lógica da mercadoria, particularidade do modo de produção capitalista, se expressa também como trabalho humano abstrato. "Assim, constitui uma segunda propriedade da forma de equivalente que o trabalho concreto se torne forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato." (MARX, 2013, p. 135), desvelando a configuração social do trabalho à medida que as mercadorias podem ser trocadas[9] como equivalentes.

[9] Lukács observa que "o valor de troca é um puramente social, sabemos, todavia, que apenas em inseparável correlação com o valor de uso pode se tornar real. No valor de uso, depara-se com uma dadidade natural socialmente transformada. Na medida, portanto, em que o valor de troca apenas pode se realizar em relação reflexiva como valor de uso, essa relação o ata à base natural geral da socialidade. Com isto de modo algum é diminuído o grande passo da socialização, do aparecer e do tornar-se geral e dominante da mediação do intercâmbio dos seres humanos entre si através do valor de troca puramente social." (LUKÁCS, 2018, p. 124).

Dessa forma, mesmo com as características fetichizantes da produção no capital, não se deve negar o nível de desenvolvimento alcançado, cujas forças produtivas possibilitam as condições para avançar a uma sociabilidade que supere as condições sociais limítrofes do modo de produção vigente. A partir da práxis puramente social entre os seres humanos, especialmente em seu estágio mais avançado, se é capaz de alcançar um intercâmbio que não se restrinja tão somente à troca de mercadorias, uma vez que o trabalho abstrato, que tipifica a sociedade capitalista, representa uma configuração social distinta de sociedades preexistentes, e que ajuda a decifrar o segredo da forma-mercadoria e suas expressões de valor, só possível quando já existe um conceito de igualdade humana e o resultado do produto do trabalho que se apresenta em sua forma universal. Assim, "[...] a relação entre os homens como possuidores de mercadorias é a relação social dominante." (MARX, 2013, p. 136).

Segundo Marx, uma mercadoria apresenta valor independentemente da representação de seu valor de troca, pois ela é tão somente valor de uso e "valor". Ela se apresenta em seu caráter duplo porquanto é colocada numa relação de valor ou valor de troca com uma mercadoria de outro tipo, de modo que essa mercadoria nunca poderá ser considerada valor de troca se por acaso estiver isolada. Marx (2013, p. 137) reitera que sua "[...] análise demonstrou que a forma de valor ou a expressão de valor da mercadoria surge da natureza do valor das mercadorias, e não, ao contrário, que o valor e a grandeza de valor sejam derivados de sua expressão como valor de troca.". Para o pensador alemão, há na mercadoria uma oposição interna entre valor e valor de uso, que se representa numa oposição externa entre duas mercadorias distintas. É a manifestação da forma de valor simples da mercadoria e, igualmente, a manifestação de confronto no interior do valor de uso e do valor (MARX, 2013).

Sobre a forma simples da mercadoria, Marx entende que:

> O produto do trabalho é, em todas as condições sociais, objeto de uso, mas o produto do trabalho só é transformado em mercadoria numa época historicamente determinada de desenvolvimento: uma época em que o trabalho despendido na produção de uma coisa útil se apresenta como sua qualidade "objetiva", isto é, como seu valor. Segue-se daí que a forma de valor simples da mercadoria é simultaneamente a forma-mercadoria simples do produto do trabalho, e que, portanto, também **o desenvolvimento da forma-mercadoria**

> **coincide com o desenvolvimento da forma de valor**. (MARX, 2013, p. 136-137, grifo nosso).

Marx considera que a forma simples do valor é insuficiente por estar circunscrita à fase embrionária da mercadoria, onde a mercadoria **A** expressa o valor relativo em relação à mercadoria **B**, como equivalente na troca com essa mercadoria específica; isto é, uma dada mercadoria que contém o mesmo tempo de trabalho necessário útil corresponde a uma mercadoria específica que possui a mesma grandeza, fazendo com que sejam formas de valores equivalentes permutáveis entre si. A oposição entre valor de uso e valor consiste numa oposição externa entre um valor de uso e outra mercadoria que representa o valor de troca. Entretanto, essa é uma expressão simples de valor, na qual a mercadoria **A** (linho) se confronta com a mercadoria **B** (casaco), ou vice-versa, e que não expressa as relações mais complexas existentes para que se desvende o enigma das mercadorias[10].

Isso não quer dizer que a mercadoria **A** (linho) tem de se relacionar necessariamente com a mercadoria **B** (casaco); na verdade, ambas as mercadorias podem se relacionar com qualquer outra mercadoria num emaranhado de relações. De acordo com Marx (2013), agora todas as mercadorias representam uma massa indiferenciada de trabalho humano, cujo trabalho se equivale a qualquer outro trabalho, independentemente do objeto e da matéria em que ele se objetiva. Por consequência, "por meio de sua forma de valor, o linho se encontra agora em relação social não mais com apenas outro tipo de mercadoria individual, mas com o mundo das mercadorias." (MARX, 2013, p. 139). Nessa infinidade de alternativas proporcionadas nessa forma de valor total, nas quais as mercadorias estabelecem nexos mais complexos do que se tinha verificado até então, a forma de valor que uma determinada mercadoria expressa é indiferente à forma de valor de uso de outras mercadorias; elas podem ser intercambiadas indefinidamente.

Para clarificar a questão exposta, seguimos o esquema organizado por Marx: "*z* mercadoria *A* = *u* mercadoria *B*, ou = *v* mercadoria *C*, ou = *w* mercadoria *D*, ou = *x* mercadoria *E*, ou = etc. (vinte braças de linho = um casaco, ou = dez libras de chá, ou = quarenta libras de café, ou = um *quarter* de trigo, ou = duas onças de ouro, ou

[10] "Num terreno complexo de trocas como é o mercado, minha mercadoria tem inúmeros equivalentes potenciais e, inversamente, todo mundo tem valores relativos numa relação potencial com meu equivalente singular. Uma complexidade cada vez maior entre as relações de troca produz uma 'forma desdobrada' de valor que se converte numa 'forma universal' de valor." (HARVEY, 2013a, p. 40, grifos do autor).

= ½ tonelada de ferro, ou = etc.).” (2013, p. 138). A grandeza de valor de qualquer mercadoria continua a mesma, pois não é a troca que determina a grandeza de valor, mas, ao contrário, é a grandeza de valor que determina as relações de troca; ou seja, a relação de troca fundada pelo *quantum* de trabalho humano útil que foi necessária para produzir cada mercadoria (linho, casaco, pão, bolsa, mesa etc.) (MARX, 2013). É interessante notar que várias mercadorias expressam um corpo de valor, as quais ganham valor de troca, de forma que essas mercadorias corporificam as várias formas de objetivação do trabalho humano.

Marx realiza um longo percurso para tratar do valor e entender todos os mistérios que circundam a mercadoria, mas identifica a insuficiência das formas de valor relativo e equivalente ou a forma de valor total ou desdobrada, haja vista que elas aparecem exclusivamente nos limites das relações particulares entre as mercadorias.

> As insuficiências da forma de valor relativa e desdobrada se refletem na sua correspondente forma de equivalente. Como a forma natural de todo tipo de mercadoria individual é aqui uma forma de equivalente particular ao lado de inúmeras outras formas de equivalentes particulares, conclui-se que existem apenas formas de equivalentes limitadas, que se excluem mutuamente. Do mesmo modo, o tipo de trabalho determinado, concreto e útil contido em cada equivalente particular de mercadorias é uma forma apenas particular e, portanto, não exaustiva de manifestação do trabalho humano. De fato, este possui sua forma completa ou total de manifestação na cadeia plena dessas formas particulares de manifestação. Porém, assim ele não possui qualquer forma de manifestação unitária. (MARX, 2013, p. 140).

Essas formas não comportam uma forma universal de manifestação. Marx compreende que há incompletude dessas expressões de valor, pois são uma série de representações infinitas, já que a cada novo tipo de mercadoria surge uma nova expressão de valor, de modo a aparecer como um *mosaico de expressões de valor, desconexas* e de diversas características. E reforça seus argumentos ao dizer que “[...] se o valor relativo de cada mercadoria for devidamente expresso nessa forma desdobrada, a forma de valor relativa de cada mercadoria será uma série infinita de expressões de valor, diferente da forma de valor relativa de qualquer outra mercadoria.” (MARX, 2013, p. 140). Todavia, a forma de valor desdobrada se cristaliza numa forma de valor universal representada pela mercadoria-dinheiro. Esse entendimento alcançado por Marx terá implicações determinantes para, enfim,

compreender a realidade das fantasmagorias da relação entre as coisas, da essência por trás da aparência da mercadoria.

Porém, é preciso enfatizar aqui que o ordenamento sistemático adotado por Marx apresenta alguns problemas históricos na análise do surgimento do sistema de trocas pela mercadoria-dinheiro, mas sem comprometimento metodológico ou de seu vínculo lógico para explicar a sociedade capitalista. Harvey (2013a) explica que sistemas e mercadorias semimonetárias haviam existido e já expressavam algum tipo de relação social, de modo que registros históricos e arqueológicos demonstraram que a forma dinheiro não surgiu exatamente da maneira que Marx descreveu. O caminho percorrido por Marx procura estar alinhado metodicamente a uma posição que ratifica o lugar que ocupa o sistema de trocas na sociedade capitalista, assim como disciplinou outros sistemas de troca de formas simbólicas antes da forma-dinheiro[11].

Antes de Marx tratar da forma-dinheiro como equivalente universal, ele demonstra que as mercadorias se apresentaram de modo simples, como mercadorias singulares, e logo após, em sua forma unitária, visto que "sua forma de valor é simples e comum a todas e, por conseguinte, universal." (MARX, 2013, 141). Para ele, essas duas formas foram introduzidas para expressar o valor diferente de cada mercadoria de seu valor de uso e de seu valor de troca, como mercadoria. A primeira expressa mercadorias com valores distintos que podem ser permutadas porque são equivalentes entre si, visto que possuem valor relativo: "um casaco = vinte braças de linho, dez libras de chá = ½ tonelada de ferro etc." (MARX, 2013, p. 141).

Marx avalia que essas formas distintas entre as mercadorias refletem épocas remotas de um período no qual as trocas se realizavam de maneira contingente e ocasional. Já na segunda forma por ele analisada, o valor de uma determinada mercadoria confronta-se com outras formas de mercadorias possíveis, por exemplo: linho = casaco, linho = ferro, linho = chá etc., apenas não podendo se confrontar consigo mesma. Assim, um produto de trabalho não passa a ser trocado por outras

[11] Conforme Harvey: "Os precursores da forma-dinheiro, que podem de fato ser encontrados nos registros arqueológicos e históricos da cunhagem de moedas, têm de se adequar a essa lógica, a ponto de serem absorvidos no capitalismo e de desempenharem a função de dinheiro. Ao mesmo tempo, deve estar claro que o mercado não poderia ter evoluído sem esse processo de disciplinamento. Mesmo que o argumento histórico seja fraco, o argumento lógico é poderoso." (HARVEY, 2013a, p. 41).

mercadorias de modo esporádico; ele passa a ser um referencial para toda e qualquer mercadoria.

De acordo com Marx (2013), as duas formas supramencionadas expressam o valor de cada mercadoria, pertencendo ao foro privado da mercadoria individual; essas mercadorias, por conseguinte, são passivas do valor equivalente. As mercadorias somente podem expressar o valor universal quando todas as outras mercadorias expressam seu valor no mesmo equivalente. A objetividade do valor das mercadorias expressa sua relação social universal; por sua vez, a forma de valor tem de ser socialmente válida.

> Na forma de iguais ao linho, todas as mercadorias aparecem agora não só como qualitativamente iguais, como valores em geral, mas também como grandezas de valor quantitativamente comparáveis. Por espelharem suas grandezas de valor num mesmo material, o linho, essas grandezas de valor se espelham mutuamente. Por exemplo, 10 libras de chá = 20 braças de linho, e 40 libras de café = 20 braças de linho. Portanto, 10 libras de chá = 40 libras de café. Ou: em 1 libra de café está contida apenas ¼ da substância de valor – de trabalho – contida em 1 libra de chá. (MARX, 2013, p. 142).

Desse modo, uma dada mercadoria, o linho – no caso descrito acima –, representa o caráter equivalente universal, podendo ser trocada por qualquer outra mercadoria, bem como representa o estágio potencial da socialização e da universalização do trabalho humano. Todos os trabalhos são signos de igualdade corporificados nas mercadorias, não distinguindo o trabalho objetivado de um casaco do trabalho objetivado numa mercadoria qualquer, embora de natureza completamente distinta, já que existe em toda mercadoria força de trabalho humana. Dessa maneira, “a forma de valor universal, que apresenta os produtos do trabalho como meras geleias de trabalho humano, mostra, por meio de sua própria estrutura, que ela é a expressão social do mundo das mercadorias.” (MARX, 2013, p. 143).

Assim, a forma de valor equivalente universal[12] pode se expressar em qualquer mercadoria, mas ela só pode constituir-se como equivalente universal caso

[12] Para Netto e Braz (2007, p. 89, grifos do autor), “quando a produção mercantil se tornou mais ampliada, *uma* mercadoria passou a se destacar entre as demais, com todas as outras expressando o seu valor através dela – e essa mercadoria, assim, converteu-se no padrão de medida do valor das demais, em suma, ela transformou-se num *equivalente universal* (ou geral) e o valor alcançou o que se denomina a sua *forma universal* (*x* de trigo, *y* de tecido ou *z* de ouro etc. passaram a equiparar-se a um boi). O surgimento do *equivalente universal* permitiu que a circulação de mercadorias avançasse ainda mais; no entanto, somente quando esse equivalente universal passou a ser uma mercadoria dotada de propriedades especiais (durabilidade, divisibilidade, facilidade de transporte

seja excluída por todas as outras mercadorias na qualidade de equivalente, apresentando-se como uma unidade que mantém uma relação de troca e de validade social universal (MARX, 2013), uma vez que, “agora, o tipo específico de mercadoria em cuja forma natural, a forma de equivalente, se funde socialmente torna-se mercadoria-dinheiro [*Geldware*] ou funciona como dinheiro.” (MARX, 2013, p. 145).

Nesse ínterim, o dinheiro obedece a uma forma evolutiva que substitui as formas equivalentes particulares de uma específica mercadoria (linho) e substitui essa mercadoria quando expressa o valor relativo, conquistando uma condição superior na relação social no mundo das mercadorias. As mercadorias, agora, podem ser intercambiadas pela forma-dinheiro como forma universal de valor. Várias mercadorias, de diferentes valores de uso e de naturezas distintas, são trocadas por um valor socialmente determinado: vinte braças de linho = duas onças de ouro; um casaco = duas onças de ouro; dez libras de chá = duas onças de ouro, e assim por diante.

O ouro (dinheiro) torna-se o equivalente universal e as relações de troca se consolidam na mercadoria ouro. Para fins didáticos, observa-se que em dois gramas de ouro = R$ 637,00; logo, R$ 637,00 é a representação monetária de dois gramas de ouro. Isso significa que se pode comprar de uma dada mercadoria com o valor equivalente de R$ 637,00 (dois gramas de ouro). Aqui se toma a forma simples de X = Y, mas com a diferença que assume também a sua forma de valor desdobrada, onde X = Y, X = Z, X = B etc. Do mesmo modo, como os valores são equivalentes, também é possível Y = Z, Z = B, B = X etc. Assim, a forma-dinheiro[13] representa o equivalente de várias mercadorias, pois nela subentende-se um valor que se torna universal, permutável a qualquer mercadoria.

A priori, a mercadoria não apresenta nada além do que sua aparência óbvia e trivial, a qual satisfaz as necessidades humanas em sua propriedade de valor de uso a partir da manifestação do trabalho humano numa determinada ordem social. Em todos os momentos da história, o homem transforma a natureza por meio de um

---

etc.), a circulação mercantil pôde florescer – e foram os metais preciosos (ouro, prata), convertidos em *dinheiro*, que se mostraram adequados a essa função.”.

[13] Sem dúvida, a forma-dinheiro foi fundamental para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Sobre isso, Harvey anota: “[...] o surgimento da forma-dinheiro é o que permite que o valor comece a se cristalizar como princípio norteador do funcionamento da economia capitalista.” (2013a, p. 45). Estabelecem-se relações sociais mais complexas do que em condições germinais, cuja mercadoria adquire seu caráter mistificado.

intercâmbio orgânico a fim de produzir objetos que lhe sejam úteis, mas isso não revela qualquer modificação na propriedade natural da matéria, pois “[...] a forma da madeira é alterada quando dela se faz uma mesa. *No entanto, a mesa continua sendo madeira*, uma coisa sensível e banal.” (MARX, 2013, p. 146, grifo nosso). Os produtos do trabalho humano em sua forma mercadoria “conquistam” qualidades metafísicas, como se tivessem autonomia e vontade para além de seu criador.

Marx destaca:

> O caráter místico da mercadoria não resulta, portanto, de seu valor de uso. Tampouco resulta do conteúdo das determinações de valor, pois, em primeiro lugar, por mais distintos que possam ser os trabalhos úteis ou as atividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles constituem funções do organismo humano e que cada uma dessas funções, seja qual for seu conteúdo e sua forma, **é essencialmente dispêndio de cérebro, nervos, músculos e órgãos sensoriais humanos** etc. Em segundo lugar, no que diz respeito àquilo que se encontra na base da determinação da grandeza de valor – a duração desse dispêndio ou a quantidade do trabalho –, a quantidade é claramente diferenciável da qualidade do trabalho. Sob quaisquer condições sociais, o tempo de trabalho requerido para a produção dos meios de subsistência havia de interessar aos homens, embora não na mesma medida em diferentes estágios de desenvolvimento. Por fim, tão logo os homens trabalham uns para os outros de algum modo, seu trabalho também assume uma forma social. (MARX, 2013, p. 146-147, grifo nosso).

Por esses apontamentos, percebe-se que os produtos do trabalho humano, mantidas as devidas proporções, são constituídos de atividades humanas e de produtos com funções sociais imprescindíveis para a conservação da existência dos homens, independentemente das formas sociais em processo. Porém, num estágio da humanidade cujas coisas produzidas pelos homens adquirem a forma-mercadoria, esses objetos caracterizam a natureza da sociabilidade do trabalho realizado, refletindo a relação social dos produtores com o produto do trabalho como se fosse uma relação entre coisas. A relação de valor dos produtos estabelecida, depois do advento da forma-mercadoria, perde a vinculação imediata com a natureza física e com as relações materiais, que é comum num modelo societal onde a produção e a reprodução não estejam entrincheiradas sob a lógica da mercadoria.

Para Marx, a manifestação do valor na forma-mercadoria, saldo do trabalho, “é apenas uma relação social determinada entre os próprios homens, que aqui

assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.” (2013, p. 147).

> Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 2013, p. 148).

O elo social que se constitui por meio da troca de mercadorias produzidas pelos trabalhos privados dá-se como relação estabelecida no trabalho social total, só que não surge, simplesmente, como relação social entre os produtores do trabalho, “[...] mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas.” (MARX, 2013, p. 148). Assim, há uma expressiva ruptura entre os produtos do trabalho exclusivos como valores de uso no momento em que os produtos do trabalho se submetem ao domínio das coisas de valor, que apenas podem se realizar como coisas úteis para a finalidade de troca (MARX, 2013). Segundo Netto e Braz (2007, p. 92), “a mercadoria, *criada pelos homens*, aparece como algo que lhes é alheio e os domina; a *criatura* (mercadoria) revela um poder que passa a subordinar o *criador* (homens).” (Grifos do autor).

Desse modo, a produção de coisas úteis destinadas à troca se torna a finalidade da produção, coexistindo com a necessidade de continuar a produzir objetos úteis para satisfazer as necessidades humanas, ao tempo que se produzem coisas dispostas à troca, dado que a existência da mercadoria depende de ser uma coisa útil que pode ser trocada por outra coisa útil. Senão, o intercâmbio entre esses objetos não seria possível, já que se algo não tem utilidade, é porque o trabalho também foi inútil e todo dispêndio gasto em sua elaboração não produziu valor. Consequentemente, o tempo disposto em sua execução foi completamente perdido.

Essa premissa é importante para demonstrar que os valores de troca expressam as relações permutáveis entre os trabalhos privados e úteis, pois “a igualdade *toto coelo* [plena] dos diferentes trabalhos só pode consistir numa abstração de sua desigualdade real, na redução desses trabalhos ao seu caráter comum como dispêndio de força humana de trabalho, como trabalho humano abstrato.” (MARX, 2013, p. 149).

As mercadorias representam uma determinada etapa da humanidade na qual os produtos do trabalho se manifestam como relações sociais dos trabalhos privados. O movimento social estabelecido no interior da lógica da mercadoria aparece como uma relação entre coisas que controlam e não são controladas, cujo "[...] tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção se impõe com a força de uma lei natural reguladora, assim como a lei da gravidade se impõe quando uma casa desaba sobre a cabeça de alguém." (MARX, 2013, p. 150). Em vista disso, não há mercadoria que não expresse uma grandeza de valor como resultado de um tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, eliminando qualquer manifestação casuística dos valores dos produtos, que vela o caráter reificado de uma sociabilidade na qual o criador se submete à criatura. Em outras palavras, a forma naturalizada que adquire a mercadoria procura ocultar as relações de exploração no capital.

Marx (2013) entende que a formas de trabalho identificam as relações sociais em cada tempo histórico, porém, no mundo sob o domínio das mercadorias, é encoberto o caráter social do trabalho e, consequentemente, a relação entre os trabalhadores privados, base que sustenta a economia burguesa. "Por isso, todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a mágica e a assombração que anuviam os produtos do trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção." (MARX, 2013, p. 151).

Nas formas sociais preexistentes ao capital, o trabalhador tinha clareza de que despendia uma quantidade específica de força de trabalho para o seu senhor. As relações do trabalho claramente refletiam as relações sociais daquele modelo societal; já na sociedade burguesa, o trabalho realizado por trabalhadores "livres" dissimula as relações sociais estabelecidas na troca de mercadorias, que se tornam relações sociais entre coisas, intensificadas pelo intercâmbio realizado na forma-dinheiro, de modo que o valor das coisas parece não ter relação com o trabalho humano útil, e o próprio trabalho humano torna-se uma mercadoria singular (MARX, 2013).

> O cristal monetário [*Geldkristall*] é um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são efetivamente equiparados entre si e, desse modo, transformados em mercadorias. A expansão e o aprofundamento históricos da troca

> desenvolvem a oposição entre valor de uso e valor que jaz latente na natureza das mercadorias. A necessidade de expressar externamente essa oposição para o intercâmbio impele a uma forma independente do valor da mercadoria e não descansa enquanto não chega a seu objetivo final por meio da duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro. Portanto, na mesma medida em que se opera a metamorfose dos produtos do trabalho em mercadorias, opera-se também a metamorfose da mercadoria em dinheiro. (MARX, 2013, p. 161-162).

A produção e a circulação de mercadorias formam os pressupostos históricos para o surgimento do capital, tendo na circulação a origem das condições necessárias que inaugurou a fase moderna do capital no século XVI. Essa genealogia capitalista dependeu da forma-dinheiro para dinamizar a capacidade de o capital comercializar essas mercadorias, na qual o dinheiro se torna o efeito e a causa da produção e da reprodução da sociedade burguesa. Nas palavras de Marx (2013, p. 223), “esse produto final da circulação das mercadorias é a primeira forma de manifestação do capital.”. O dinheiro como capital retorna à produção para iniciar um novo ciclo. Neste caso, segundo Marx (2013, p. 223, grifo nosso), “todo novo capital entra em cena – isto é, no mercado, **seja ele de mercadorias, de trabalho ou de dinheiro** – como dinheiro, que deve ser transformado em capital mediante um processo determinado.”. O que diferencia, assim, capital e dinheiro meramente na forma que adquirem na circulação.

2.1.1 Valor, meios de produção e força de trabalho como mercadoria

Nos sistemas de troca, o objetivo é o valor de uso e a conversão de mercadoria em dinheiro; depois, a reconversão de dinheiro em mercadoria (M-D-M), que se desdobra na forma D-M-D. A finalidade última é sempre o dinheiro, de modo que “o resultado, no qual o processo inteiro se apaga, é a troca de dinheiro por dinheiro, D-D. Se compro 2 mil libras de algodão por £100 e revendo as 2 mil libras de algodão por £110, **o que faço no fim das contas é trocar £100 por £110, dinheiro por dinheiro**.” (MARX, 2013, p. 224, grifo nosso).

Marx (2013) define os dois ciclos (M-D-M e D-M-D) como ordens invertidas das mesmas fases antitéticas da circulação. Enquanto a primeira (circulação simples) começa com a venda e termina com a compra, a segunda (circulação do dinheiro como capital) inicia-se com a compra e termina com a venda. Em ambas as

fases estão os mesmos dois elementos reificados (mercadoria e dinheiro) e os mesmos indivíduos (comprador e vendedor) (MARX, 2013).

Dessa forma, a função do dinheiro como capital é adiantá-lo para que, o mais breve possível, ele seja recuperado com um adicional (ΔD); ao passo que, em sua forma meramente de dinheiro, sua função é fazer circular a mercadoria, cujo ciclo se inicia e termina com a mercadoria (M-D-M). Marx (2013) assevera que a única necessidade de refluxo está na forma D-M-D; se não houver esse refluxo, é porque o processo foi interrompido ou não concluído. De acordo com Marx, "a forma completa desse processo é, portanto, D-M-D', onde D' = D + ΔD, isto é, à quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento. **Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor** (*surplus value*)." (2013, p. 227, grifo nosso).

Para o filósofo alemão:

> O valor se torna, assim, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele sai da circulação, volta a entrar nela, conserva-se e multiplica-se em seu percurso, sai da circulação aumentado e começa o mesmo ciclo novamente. D-D', dinheiro que cria dinheiro – *money which begets money* – é a descrição do capital na boca de seus primeiros intérpretes, os mercantilistas. (MARX, 2013, p. 231).

Todavia, o valor não cria valor autonomamente, nem as mercadorias são consequência de um fenômeno natural. O dinheiro tão somente pode se tornar capital quando se descobre um tipo específico de mercadoria que seja fonte de valor. Essa mercadoria, fonte produtora de valor, é identificada por Marx como força de trabalho, extraída das capacidades físicas e intelectuais que se tornam subordinadas à produção de valores de troca na ordem capitalista.

No capital, a produção de valor depende exclusivamente da força de trabalho posta à venda como mercadoria. Marx entende por força de trabalho "[...] o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo." (MARX, 2013, p. 242). As relações sociais estabelecidas na sociabilidade capitalista implicam a compra e venda da força de trabalho. O trabalhador dispõe a sua capacidade de trabalho em troca de dinheiro (salário), de modo que o possuidor da força de trabalho e o

possuidor de dinheiro instituem uma relação em que ambos são juridicamente iguais (MARX, 2013).

> O dinheiro, em si, não é capital; ele se converte em capital apenas quando compra a força de trabalho e outras mercadorias para produzir novas mercadorias (novos valores de uso e de troca) que serão vendidas por mais dinheiro. Vê-se, pois, que o capital não é uma coisa ou um conjunto de objetos – ele só existe na medida em que subordina a força de trabalho; de fato, o capital, mesmo que se expresse através das coisas (dinheiro, objetos, mercadorias etc.) é sempre uma *relação social* (NETTO; BRAZ, 2007, p. 98, grifo dos autores).

A igualdade jurídica que estabelece a compra e a venda da força de trabalho também determina o período que a capacidade de trabalho deve ficar disponível para a produção de mercadorias, pois se a força de trabalho estiver integralmente à disposição de seu comprador, aquele que a dispôs deixa de ser um homem livre e passa a ser um escravo (MARX, 2013). Outra condição decisiva na relação entre o possuidor do dinheiro e o vendedor da força de trabalho é que este último não pode vender as mercadorias objetivadas por seu trabalho, pois não é provido dos meios de produção, o que o impele a vender a sua capacidade física e mental para a produção de mercadorias. A maior parte do valor produzido é apropriada por outrem, ficando somente com uma parcela exígua para manter a sua existência corpórea e continuar atendendo às necessidades de acumulação do capitalista.

> Suas condições históricas de existência não estão de modo algum dadas com a circulação das mercadorias e do dinheiro. Ele só surge quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho, e essa condição histórica compreende toda uma história mundial. O capital anuncia, portanto, desde seu primeiro surgimento, uma nova época no processo social de produção. (MARX, 2013, p. 245).

Como outras mercadorias, o valor da força de trabalho se submete às mesmas leis de mercado e corresponde a uma quantidade de tempo de trabalho social médio para a objetivação de determinados produtos e para a reprodução do trabalhador. Logo, “[...] o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor.” (MARX, 2013, p. 245). O pagamento da força de trabalho visa manter o organismo corpóreo em plena

atividade para satisfazer as necessidades da produção de mercadorias o maior tempo possível, bem como conseguir os meios de subsistência necessários à sua prole, a fim de criar uma força de trabalho reserva para substituir aquele trabalhador que a degradação física e mental impede de continuar a vender a sua força de trabalho. Para Marx, essa é a alternativa para que "[...] essa peculiar raça de possuidores de mercadorias (o trabalhador) possa se perpetuar no mercado." (2013, p. 246).

Nessas considerações realizadas por Marx, compreende-se que a força de trabalho é considerada uma mercadoria peculiar porque é a única capaz de criar valor, pois o tempo de trabalho socialmente necessário que produz várias espécies de mercadorias incorpora em cada matéria transformada um valor adicional. Depois do processo de produção, a matéria transformada carrega em si um acréscimo de valor que Marx vai chamar de mais-valor[14]. O próprio valor da força de trabalho é determinado de acordo com o tipo de trabalho e com o grau de intensidade que o cérebro, os nervos e os músculos são utilizados, visto que quanto maior o desgaste, maior a quantidade de provimentos destinados ao trabalhador para que ele consiga colocar em movimento a produção de mercadorias.

Embora a força de trabalho também seja uma mercadoria, o seu possuidor é um organismo vivo com necessidades biológicas e sociais que devem ser supridas[15].

Ao realizar uma analogia entre a capacidade de trabalho e a capacidade digestiva, Marx (2013) esclarece que assim como a capacidade de digestão não é digestão, a capacidade de trabalho não é trabalho. Nos dois casos, devem existir meios de subsistência para que entrem em movimento. Marx observa que se a força de trabalho não é vendida, o seu possuidor não terá os recursos para manter seu organismo em funcionamento. O trabalhador é forçado a vender sua capacidade de trabalho a fim de obter certa quantidade de meios de subsistência para suprir suas

[14] Apesar de aqui no Brasil a tradução clássica usar o termo *mais-valia*, opta-se por utilizar a versão das edições da editora Boitempo (*mais-valor*), visto que, no geral, a tradução da referida editora corrige erros das traduções anteriores e atualiza palavras e expressões importantes para a compreensão do tema proposto. Ademais, houve o cuidado de comparar com as traduções anteriores, a fim de evitar possíveis equívocos.

[15] Harvey completa dizendo que "o valor da força de trabalho é fixado, portanto, pelo valor de todas aquelas mercadorias que são necessárias para reproduzir o trabalhador em certa condição de vida. Soma-se o valor do pão, das camisas, dos sapatos e de tudo mais que é necessário para sustentar e reproduzir os trabalhadores, e o total é o que determina o valor da força de trabalho." (HARVEY, 2013a. p. 106).

necessidades biológicas. O valor da força de trabalho depende do valor da quantidade de mercadorias imprescindíveis para que o trabalhador possa renovar sua disposição e continue produzindo e se reproduzindo; “tal limite é constituído pelo valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis.” (MARX, 2013, p. 247).

O possuidor do dinheiro compra todas as mercadorias (meios de produção e força de trabalho) com a finalidade de produzir novas mercadorias e criar mais-valor. Conforme Marx, a mercadoria força de trabalho se distingue de qualquer outra, uma vez que é a única que tem a capacidade de criar valor. Essa criação de mais-valor tem implicações práticas; suas relações sociais são intermediadas pela produção de mercadorias nas quais os sujeitos produtores e criadores de mais-valor representam a parte orgânica das coisas produzidas. Em cada mercadoria materializada, existe a subjetividade objetivada de seu produtor; os produtos “[...] **funcionam simplesmente como fatores objetivos do trabalho vivo**.” (MARX, 2013, p. 260, grifo nosso). Em *O Capital*, Marx diz que “o segredo da criação de mais-valor tem, enfim, de ser revelado” (MARX, 2013, p. 250), tal como todos os mistérios que obnubilam o capital e a forma como ele é produzido e reproduzido.

Marx, de forma sistemática, revela os traços que caracterizam o modo de produção capitalista, o qual depende do trabalho vivo para despertar do mundo dos mortos os valores de uso e transformá-los em valores de uso reais e efetivos, convertendo elementos da natureza que se encontram inertes em mercadorias que poderão ser permutadas por um equivalente. Neste mesmo processo, o trabalhador dispõe de sua força de trabalho em troca de uma soma de dinheiro. Assim, o possuidor da força de trabalho cede parte de sua existência ao capitalista, embora isso resulte, contraditoriamente, na sua degeneração física e mental. Não lhe sobra outra escolha a não ser perder parte de sua vida para poder ganhá-la, mesmo que ela seja abreviada pelo desgaste a que está exposto (MARX, 2013).

> Ao abandonarmos essa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, de onde o livre-cambista *vulgaris* [vulgar] extrai noções, conceitos e parâmetros para julgar a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já podemos perceber uma certa transformação, ao que parece, na fisiognomia de nossas *dramatis personae* [personagens teatrais]. O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... despela. (MARX, 2013, p. 251).

Se a produção de valores de uso não tiver como finalidade os valores de troca, não convém ao capitalista desperdiçar tempo em produzi-las. No capital, toda a produção deve estar submetida a produzir algo que seja colocado à venda por um valor superior ao das mercadorias que foram indispensáveis no expediente da produção: os meios de trabalho e a força de trabalho. Primeiramente, o capitalista precisa ter disponível determinado montante de capital a fim de comprar os meios necessários para produzir mercadorias que sejam trocadas num valor superior ao de seu investimento inicial. O capitalista "[...] quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor." (MARX, 2013, p. 263).

Um produto do trabalho humano possui, imperiosamente, valor de uso e valor, que carrega em si a potencialidade de valor de troca assim que é colocado na circulação como mercadoria. Essa relação do tempo de trabalho necessário para produzir uma coisa útil tem uma configuração distinta de outros modos de produção que antecederam ao capital; o que existe de essencialmente igual é o processo de formação de valor na transformação de elementos já disponíveis na natureza em objetos que devem ser úteis à sociedade. Por esse motivo, "sabemos que o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção." (MARX, 2013, p. 262).

O tempo de trabalho socialmente necessário é uma exigência para a produção de qualquer mercadoria. Para Marx, é irrelevante se a produção está destinada a fabricar parafusos, casacos, automóveis etc., pois a importância se encontra justamente no tempo necessário para objetivar algo que seja útil e que possa ser trocado quando estiver disponível no mercado. Marx (2013, p. 266) observa que "não se trata mais, aqui, da qualidade, do caráter e do conteúdo específicos do trabalho, mas apenas de sua quantidade".

Como mencionado anteriormente, o valor da mercadoria carrega em sua essência as horas, os dias, as semanas etc. que foram precisos a fim de produzir algo que tenha utilidade para os homens. Até mesmo as matérias-primas para a produção de mercadorias trazem em si o tempo de trabalho realizado.

A força de trabalho é vendida ao dono dos meios de produção a partir de um preço estabelecido socialmente, que leva em consideração algumas variantes: o tempo, o lugar, o desenvolvimento das forças produtivas e o volume ofertado dessa

mercadoria. A importância da força de trabalho se encontra especificamente no fato de ela gerar a riqueza requerida pelo capitalista à medida que o trabalhador transforma a matéria-prima num objeto útil e permutável, numa circunstância em que a soma dos gastos com meios de produção e com salário não obsta o capitalista de obter uma soma superior ao investimento inicial. Isso somente é possível porque parte expressiva da força de trabalho viva é apropriada por seu comprador. “Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, **realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso**.” (MARX, 2013, p. 270, grifo nosso). O trabalhador adianta a sua força de trabalho, tendo-a como única mercadoria sob sua posse, em troca de um pagamento que subsidiará os provimentos imperiosos à sua reprodução, mas que nunca corresponderá à integralidade do trabalho objetivado.

> A circunstância na qual a manutenção diária da força de trabalho custa apenas meia jornada de trabalho, embora a força de trabalho possa atuar por uma jornada inteira, e, consequentemente, o valor que ela cria durante uma jornada seja o dobro de seu próprio valor diário – tal circunstância é, certamente, uma grande vantagem para o comprador, mas de modo algum uma injustiça para com o vendedor. (MARX, 2013, p. 270).

O negócio realizado entre comprador e vendedor da força trabalho é uma relação jurídica estabelecida em comum acordo com ambos os lados, na qual o capitalista tem em suas posses os meios de produção e o trabalhador tem unicamente sua força de trabalho para trocar por dinheiro. Apesar de vantajosa para o capitalista, não pode ser compreendida como ilícita, uma vez que não infringe as normas legais combinadas de antemão entre as partes. O trabalhador passa tantas horas por dia dedicado a transformar matérias-primas em mercadorias para o capitalista, que tem a intenção de vendê-las para recuperar o dinheiro aplicado na produção com um valor adicional. O tempo de trabalho socialmente necessário para produzir, por exemplo, um casaco, somado às matérias-primas e a outros meios de produção, determina o valor do produto/mercadoria. Está no trabalho (pretérito e presente) cedido gratuitamente pelo trabalhador o segredo da acumulação da riqueza do capitalista.

> Todas as condições do problema foram satisfeitas, sem que tenha ocorrido qualquer violação das leis da troca de mercadorias. Trocou-

> se equivalente por equivalente. Como comprador, o capitalista pagou o devido valor por cada mercadoria: algodão, fusos, força de trabalho. Em seguida, fez o mesmo que costuma fazer todo comprador de mercadorias: consumiu seu valor de uso. (MARX, 2013, p. 271).

A força de trabalho e os meios de produção, consumidos como valor de uso pelo capitalista para a fabricação de mercadorias e, tão logo seja possível, colocadas à venda para que se realizem enquanto capital na esfera da circulação, retornam à produção para reiniciar o ciclo produtivo. O capitalista investe o dinheiro na compra de meios de produção e de força de trabalho para a criação de novos produtos, cujas objetividades mortas incorporam a força viva do trabalho (MARX, 2013). Marx (2013) percebe que as mercadorias, geleias do trabalho humano passado, são transformadas assim que o dinheiro investido converte-se em capital, confirmando o capital como valor que se autovaloriza ao passo que se configura como um processo contínuo de reprodução e de recriação de valor.

> Ora, se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, veremos que este último não é mais do que um processo de formação de valor que se estende para além de certo ponto. Se tal processo não ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, ele é simplesmente um processo de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, ele se torna processo de valorização. (MARX, 2013, p. 271).

Os meios de produção são mercadorias provenientes do trabalho humano que têm a finalidade de entrar no processo produtivo para fabricar outras mercadorias. Podem aparecer como ferramentas de diferentes níveis e complexidades ou apenas como matérias-primas sem as quais não seria possível produzir valores de uso. Desse modo, todo material utilizado para a produção tem incorporado em si trabalho passado. Constata-se, portanto, que ao produzir novas mercadorias, esses produtos do trabalho tornam-se valores que foram acrescidos de mais valor. Houve uma valorização sobre elementos que já tinham sido marcados pelo processo de trabalho, com uma massa de tempo trabalho cristalizado em seus corpos (MARX, 2013).

O processo de trabalho no capital forma tanto valores de uso quanto valores de troca. Enquanto o trabalho consiste em produzir valores de uso, a sua especificidade está vinculada a um movimento qualitativo preocupado com a

finalidade e o conteúdo. No segundo caso, na produção de valores de troca, sua especificidade se concentra nos aspectos quantitativos e sua importância está na quantidade de tempo de trabalho objetivado: “Se contido nos meios de produção ou adicionado pela força de trabalho, o trabalho só importa por sua medida temporal. Ele dura tantas horas, dias etc.” (MARX, 2013, p. 272).

> O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias. (MARX, 2013, p. 273).

O trabalhador vende a sua força de trabalho em troca de uma soma de dinheiro que lhe possibilite comprar as mercadorias para a sua subsistência. Essa troca da força de trabalho por um equivalente permite a compra de mercadorias úteis à reprodução do trabalhador e de sua família. A mercadoria força de trabalho é trocada pela mercadoria-dinheiro, que é novamente permutada com outras mercadorias que garantem as condições para que o trabalhador continue a vender a sua força de trabalho[16].

Entretanto, o trabalhador não precisaria cumprir duas ou três jornadas de trabalho para conseguir o equivalente necessário à sua reprodução, pois em poucas horas de trabalho alcançaria o tempo necessário à sua manutenção. Se assim fosse, não se trataria do capital, visto que esse sistema econômico depende do sobretrabalho para gerar o mais-valor, que extrai parte do tempo de vida do trabalhador para a realização de atividades degradantes e inúteis à sua existência. Enquanto para o trabalhador o que importa é obter os meios para a sua conservação (M-D-M), para o capitalista o objetivo finalístico é acumular cada vez mais dinheiro (D-M-D + ΔD) através da exploração da força de trabalho.

O trabalhador no processo produtivo capitalista acrescenta um novo valor aos materiais de trabalho e a todos os meios que ele utiliza para a produção de mercadorias (máquinas, equipamentos, ferramentas, instalações etc.). Marx (2013)

[16] “Na medida em que se consome um valor de uso para produzir um novo valor de uso, o tempo de trabalho necessário para criar o valor de uso consumido integra o tempo necessário para produzir o novo valor de uso, ou seja, é tempo de trabalho que se transfere do meio de produção consumido para o novo produto. O trabalhador conserva os valores dos meios de produção consumidos, os transfere ao produto como partes constitutivas do seu valor, *não pela adição de trabalho em geral, mas pelo caráter útil, particular, pela forma produtiva específica desse trabalho adicional*.” (ROSDOLSKY, 2001, p. 187, grifos do autor).

observa que é no momento do trabalho que se adiciona um novo valor e se conservam os valores anteriores que haviam sido incorporados pelo trabalho humano passado. Apesar de serem resultados completamente diferentes, no mesmo processo é possível atingir os dois resultados numa única vez, exatamente porque o trabalho apresenta essa duplicidade: “Um lado do trabalho tem de criar valor ao tempo que seu outro lado tem de conservar ou transferir valor.” (MARX, 2013, p. 277). O valor de uso, ao ser aproveitado para a produção de um novo valor de uso, assimila parte do tempo de trabalho necessário que se aproveitou para objetivar esse novo produto via meios de produção consumidos durante o processo. Os objetos produzidos como valores de uso num determinado momento, agora são utilizados como meios de trabalho na atividade produtiva, transferindo os valores acumulados da atividade laboral desses produtos ao novo produto fabricado.

> O fiandeiro só adiciona tempo de trabalho quando fia, o tecelão quando tece, o ferreiro quando forja. É, portanto, por meio de uma forma determinada da adição de trabalho e de valor novo, isto é, por meio da fiação, da tecelagem, da forjadura etc., que os meios de produção, o algodão e o fuso, o fio e a máquina de fiar, o ferro e a bigorna se tornam elementos formadores de um produto, um novo valor de uso. (MARX, 2013, p. 277).

Dessa forma, somente por meio da força humana de trabalho se adiciona valor aos valores de uso que, posteriormente, noutro processo produtivo, transferem valor aos novos produtos materializados até o momento que não lhes reste mais nada. Isso indica que o desgaste dos meios de produção, no decorrer do tempo, implica perda de valor. A perda de valor é compreendida por Marx tão somente como a transferência do valor para outro valor de uso. Quanto mais se usam os meios de produção, mais rapidamente há um processo de desgaste que indica a transferência de valor aos novos produtos do trabalho humano. Marx (2013, p. 280) diz que “[...] eles só perdem a figura originária de seu valor de uso para, no produto, ganhar a figura de outro valor de uso.”. Com a perda do valor de uso, os meios de produção não perdem seu valor, perdem a sua característica originária de valor de uso para tomar forma em outra coisa útil produzida (MARX, 2013).

No entanto, nem todos os meios de produção transferem valor para os novos produtos até que percam em definitivo seu valor de uso e de troca. Os materiais auxiliares, por exemplo, são absorvidos completamente pelo novo valor de uso e as

matérias-primas ganham outra forma, mas continuam como a substância primordial do produto. Os meios de trabalho fazem parte do processo produtivo sem perder sua forma originária, transferindo seus valores para o novo valor de uso enquanto forem capazes de ser empregados de maneira eficiente na produção.

> Os cadáveres das máquinas, ferramentas, edifícios industriais etc. continuam a existir separados dos produtos que eles mesmos ajudaram a criar. Ora, se considerarmos o período inteiro durante o qual tal meio de trabalho serve na produção, desde sua introdução na oficina até o dia de seu banimento ao depósito de sucata, veremos que, durante esse período, seu valor de uso foi integralmente consumido pelo trabalho e, portanto, seu valor de troca foi completamente transferido ao produto. (MARX, 2013, p. 280).

A transferência de valor dos meios de trabalho para a produção de valores de uso indica que o tempo de vida dessas ferramentas está submetido à sua utilização. De forma idêntica, encontra-se o homem, cuja própria condição de ser orgânico e, por conseguinte, finito, faz com que a ordem temporal dê cabo de sua existência, sobretudo quando lhe é imposto expor-se em situações que acelerem o processo de degeneração física. Por isso, Marx (2013, p. 281) enfatiza que “todo homem morre 24 horas a cada dia”, não podendo ser possível avaliar o quanto morreu (o quanto se desgastou) e quanto tempo lhe sobra.

O tempo e a energia física e mental, que mobilizam ossos, músculos e cérebros na produção, transferem valor para cada objeto útil produzido, ao tempo que também desgastam o corpo responsável por colocar em atividade a força de trabalho. Marx avalia que o valor transferido dos meios de produção aos novos valores de uso deriva dos valores que antes foram transferidos da força humana de trabalho aos meios de produção, de modo que apenas adicionam o valor que já possuem como resultado da força de trabalho incorporada, incapaz de criar valor autonomamente, pois essa propriedade de criar valor é, excepcionalmente, humana. Segundo Marx, “por mais útil que possa ser um material de trabalho, uma máquina, um meio de produção – custe ele £150 ou, digamos, 500 jornadas de trabalho –, ele jamais poderá adicionar ao produto total mais do que £150.” (2013, p. 283).

2.1.2 Valor, capital variável e capital constante

Como vimos até o momento, a criação de valor é um atributo próprio da força de trabalho humana. O trabalhador conserva e ao mesmo tempo adiciona valor à medida que transforma matérias naturais em objetos úteis. O trabalho vivo como capacidade natural dos homens e condição ontológica para o surgimento do ser social tornou-se meio de exploração do homem pelo homem. No capital, o trabalho é uma atividade rentável para o capitalista quando este se apropria da maior parte da força de trabalho que foi despendida na produção de mercadorias. Assim, o capitalista se apropria do mais-valor produzido pelo trabalhador, de maneira que uma proporção expressiva do tempo de trabalho não é remunerada (MARX, 2013).

O capital adiantado é composto de capital constante (meios de produção) e capital variável (força de trabalho). Marx representa essa relação com a equação C = *c* + *v*, isto é, o capital adiantado para o processo de produção é igual aos meios de produção (meios de trabalho, matérias-primas e materiais auxiliares) mais a força de trabalho. Suponha-se que o capital investido seja de R$ 1.000,00, onde R$ 900,00 representa o capital constante (*c*) e R$ 100,00 o capital variável (*v*). Daí, tem-se: R$ 1.000,00 = R$ 900,00 + R$ 100,00. Depois de acionado o processo produtivo, no final, ter-se-á: **(*c* + *v*) + *m*** (mais-valor), que equivale a **(R$ 900,00 + R$ 100,00) + 100,00**, de forma que o capital original (C) de R$ 1.000,00 se converteu em R$ 1.100,00 ao fim do processo, com um acréscimo de R$ 100,00 em relação ao valor original. Embora o valor de produção seja o mesmo do capital adiantado, o excedente de valor que aparece após a conclusão do processo produtivo é o mais-valor produzido (MARX, 2013).

O trabalhador precisa de uma determinada quantidade de horas para produzir o valor dos meios necessários à sua subsistência. A força de trabalho se apresenta como uma mercadoria que pode ser trocada por um valor que equivalha aos meios de subsistência que o trabalhador precisa para continuar a se reproduzir. Numa etapa desenvolvida da sociedade de classes, a força de trabalho vendida para o capitalista é permutada pela mercadoria-dinheiro, a qual será trocada por mercadorias de que o trabalhador necessite para repor, minimamente, a sua capacidade física e intelectual, mesmo que seja por um tempo bastante exíguo. Para Rosdolsky (2001, p. 176), “o intercâmbio entre a força de trabalho e o capital permanece no âmbito da circulação mercantil simples porque, para o trabalhador, o

objetivo desse intercâmbio não é valor como tal, mas sim a satisfação de suas necessidades imediatas".

Desse modo, uma fração da jornada de trabalho é dedicada a garantir esses proventos para a manutenção do trabalhador, enquanto a outra jornada será colocada à disposição gratuitamente para o comprador de sua força de trabalho. O trabalho socialmente necessário corresponde à jornada de trabalho que o trabalhador precisa para a sua reprodução, cujo trabalho necessário é o tempo destinado a esse intento, que não se sujeita a uma específica forma social de trabalho (MARX, 2013). Já a segunda jornada de trabalho é o tempo gasto para além dos limites do trabalho necessário. O tempo excedente dedicado a esse período gera mais-valor para o capitalista. Por essa razão, Marx (2013, p. 293) enfatiza: "A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente [*Surplusarbeitszeit*], e ao trabalho nela despendido denomino mais-trabalho [*Mehrarbeit*] (*surplus labour*)".

A jornada de trabalho, para Marx, não pode ter uma grandeza fixa que determine o tempo destinado tanto para a reprodução do trabalhador quanto para o mais-valor, de modo que o limite para cada momento da jornada é indeterminável. Porém, o limite mínimo se encontra no momento do dia que o trabalhador precisa trabalhar para a sua autoconservação, pois sem esse mínimo não seria possível completar o restante da jornada de trabalho, cuja parte é o trabalho excedente, responsável pela autovalorização do capital.

A jornada de trabalho é composta de duas partes: a primeira, na qual o trabalhador precisa garantir a manutenção de suas necessidades vitais e sociais; a segunda é a força de trabalho posta em movimento gratuitamente para o capitalista. Marx adverte que a jornada de trabalho tem um limite máximo, porque de nada adiantaria a primeira parte da jornada para o trabalhador se não lhe restasse um tempo mínimo para repor suas forças (descansar, dormir, alimentar-se, consumir etc.) (MARX, 2013).

> O capitalista tem sua própria concepção sobre essa *ultima thule*, o limite necessário da jornada de trabalho. Como capitalista, ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da

> sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. Se este consome seu tempo disponível para si mesmo, ele furta o capitalista. (MARX, 2013, p. 307).

Se a vida do trabalhador é abreviada em troca de uma maior produtividade, em razão do tempo de trabalho dedicado ao mais-valor, isso pouco importa para o capitalista, contanto que a força de trabalho colocada em movimento possa, na mesma proporção, ampliar a capacidade de obtenção de lucro. A produção capitalista "[...] produz o esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador durante certo período mediante o encurtamento de seu tempo de vida." (MARX, 2013, p. 338). Do mesmo modo que a intensificação do uso de um equipamento no processo produtivo acelera o seu desgaste, assim acontece com o prolongamento da jornada de trabalho: o trabalhador sofre as ações dos desgastes físicos e intelectuais, sendo imperativa a rápida reposição para que isso não implique a perda de sua produtividade.

Como qualquer ferramenta, peça, máquina etc., o trabalhador é trocado se não corresponder às expectativas após um determinado tempo de desgaste. A força de trabalho é a mercadoria que cria valor, mas isso não a torna, de maneira geral, distinta das outras mercadorias quando não consegue produzir como antes, uma vez que o capital não se preocupa com a saúde nem com a duração da vida do trabalhador; o lucro é o gozo do capitalista e seu único objetivo (MARX, 2013). O trabalhador, por não possuir outra coisa senão sua força de trabalho, tem de vendê-la para o capitalista, que "[...] não o deixará 'enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue para explorar'." (MARX, 2013, p. 373).

O tempo dedicado ao trabalho pela classe trabalhadora é superior ao que ela realmente precisaria para atender às suas necessidades vitais, que se acentuam conforme o desenvolvimento das forças produtivas, aumentando o grau e a intensidade da exploração, de maneira que todos os meios são utilizados para que o capitalista obtenha o máximo de mais-trabalho.

Conforme Marx:

> Os meios de produção convertem-se imediatamente em meios para a sucção de trabalho alheio. Não é mais o trabalhador que emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos

> materiais de sua atividade produtiva, são eles que o consomem como fermento de seu próprio processo vital, e o processo vital do capital não é mais do que seu movimento como valor que valoriza a si mesmo. Fornos de fundição e oficinas que permanecem parados à noite, sem sugar trabalho vivo, são “simples perda” para o capitalista. (MARX, 2013, p. 382).

O capitalista não economizará esforços para tragar completamente a energia da classe trabalhadora até que alcance seus fins, reduzindo o tempo de trabalho necessário para produzir os provimentos imprescindíveis à sua reprodução com o intuito de reservar a maior parte da jornada de trabalho para a geração de mais-valor. Isso só se tornou possível com a elevação da força produtiva por meios de produção mais desenvolvidos, os quais mudaram o processo de trabalho e intensificaram a exploração da classe laboriosa. Mas nada disso seria obtenível se não fossem revolucionadas os meios produtivos juntamente com as condições técnicas e sociais (MARX, 2013).

Marx percebe duas formas de produção de mais-valor:

> O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo. (MARX, 2013, p. 390).

Essas observações de Marx indicam que o valor está submetido à forma como a mercadoria é produzida, e não somente à quantidade de trabalho despendida durante um tempo determinado. Marx assegura que o valor da mercadoria tem a ver com a massa de trabalho contida nos meios de produção, de modo que o valor da força de trabalho corresponde ao barateamento das mercadorias, que servirão de insumos, ou das máquinas, das ferramentas etc., quer dizer, dos meios de intensificação da força produtiva de trabalho, os quais o filósofo alemão chama de capital relativo, que conseguirão ampliar a escala produtiva em tempo reduzido, principalmente no que se refere aos provimentos dos trabalhadores.

O tempo de trabalho abstrato, assim, expande-se substancialmente em relação ao trabalho concreto, o que representa mais-trabalho à disposição do capitalista. Com o desenvolvimento das forças produtivas de todos os setores, é inevitável que o preço da força de trabalho também seja barateado. Sobre isso, Marx (2013, p. 390) alega que “naturalmente, a mercadoria mais barata diminui o valor da

força de trabalho apenas *pro tanto*, isto é, na proporção em que essa mercadoria participa na reprodução da força de trabalho.”. Isso se deve, obviamente, à mudança na composição orgânica do capital.

Para melhor entender o que caracteriza a produção de mais-valor relativo, far-se-á uma breve consideração a respeito do mais-valor absoluto. Imagine-se que numa jornada de oito horas de trabalho será produzido um valor de R$ 100,00, correspondente a oito peças diárias de um determinado objeto, que custará, ao fim do processo produtivo, R$ 12,50 por peça (uma peça por hora); 50% do valor foi gasto com meios de produção (*c*) e os outros 50% com força de trabalho (*v*). Daí se tem a seguinte equação: **R$ 100,00** (*Capital total*) **= R$ 50,00** (*capital constante*) **+ R$ 50,00** (*capital variável*). Se adicionarmos o mais-valor ao ganho do capitalista, encontra-se o valor de R$ 18,75, que expressa 50% do equivalente ao tempo excedente.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, mediante a implantação de equipamentos, máquinas, insumos, técnicas etc. sofisticados, a produção, em nosso exemplo, consegue fabricar o dobro de antes, o equivalente a 16 peças diárias. Para melhor efeito didático, parte-se dos mesmos valores do parágrafo anterior: **R$ 100,00** (*Capital total*) **= R$ 50,00** (*capital constante*) **+ R$ 50,00** (*capital variável*). A fim de deixar inequívoca a exposição em *O Capital*, Marx procurou também não alterar os valores dos meios produtivos, que usou como exemplo quando analisou a criação do mais-valor absoluto. Como duplicou a confecção das peças (16 peças em vez de oito), o valor de cada peça por hora passa a custar R$ 6,25, ou seja, metade do valor de antes da implantação de forças produtivas sofisticadas.

Contudo, ao fim da jornada, ainda se produz um novo valor, que corresponde a 50% (R$ 50,00) do gasto com força de trabalho, tanto no que se refere ao mais-valor absoluto quanto ao mais-valor relativo. A diferença é que, no primeiro caso, a mercadoria pode ser negociada por R$ 18,75, enquanto no segundo caso pode ser negociada por aproximadamente R$ 9,37, havendo uma redução significativa do valor individual das mercadorias, abaixo do valor social. As condições de desenvolvimento ajustadas à elevação da força produtiva alteram a dinâmica do processo de trabalho, no qual o tempo de trabalho socialmente necessário é reduzido, “[...] de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada da força para produzir uma quantidade maior de valor de uso.” (MARX, 2013, p. 389).

Todas essas mudanças que aumentam a produtividade e reduzem o valor da força de trabalho dependem de um revolucionamento ligado às condições técnicas e sociais do processo de trabalho; em outras palavras, de uma revolução do próprio modo de produção (MARX, 2013).

As circunstâncias que reduzem o valor da força de trabalho acham-se sujeitadas aos ramos produtivos dos quais dependem os meios de subsistência dos trabalhadores, pois o valor das mercadorias não está subordinado apenas à quantidade do trabalho de um dado produto, mas à massa de trabalho contida em todos os meios de produção (meios de trabalho, matérias-primas e materiais auxiliares) para produzi-lo. Portanto, “o valor de uma bota, por exemplo, não é determinado apenas pelo trabalho do sapateiro, mas também pelo valor do couro, do piche, do cordão etc.” (MARX, 2013, p. 390). O barateamento da força de trabalho reflete o barateamento dos materiais que servem de base para o capital constante (ou como insumos para a confecção de um produto ou como ferramentas, equipamentos, máquinas etc., que aceleram a produção de quaisquer mercadorias), especialmente os bens de consumo necessários à reprodução da classe trabalhadora, cujos valores são definidos no momento em que se estabelece o salário a ser pago.

Marx (2013) ressalta que o valor efetivo de uma mercadoria não é seu valor individual, e sim seu valor social médio. Ou seja, o valor não pode ser medido com base no tempo de trabalho estabelecido em casos singulares, mas sim pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria de forma geral. Se uma indústria ou outra conseguiu aplicar técnicas e meios produtivos que aceleram o tempo da produção, o cálculo do tempo exigido para essa produção não deve ser generalizado, a não ser que todas as empresas que produzam esse mesmo artigo tenham a capacidade de confeccioná-lo num período de tempo semelhante. Enquanto isso não acontece, o capitalista que adotou o novo método terá vantagem sobre seus concorrentes em relação ao aumento da produção por jornada de trabalho e, ainda, obterá um mais-valor adicional, uma vez que leva menos tempo para fabricar uma quantidade específica de produtos, que corresponde ao aumento do trabalho excedente (MARX, 2013). Isso indica que ele poderá vender as mercadorias acima de seu valor individual.

Nesse caso, se numa jornada de oito horas a força de trabalho custava R$ 50,00 para produzir oito peças diárias, agora, com o mesmo valor, produzem-se 16

peças ou mais, a depender da sofisticação dos meios de produção. A partir da produção de 16 peças, os novos equipamentos, tecnologias, técnicas etc. usados para a produção conseguem reduzir o tempo de trabalho necessário de quatro horas para duas horas, o que comprova que essa diminuição do tempo representa um aumento de quatro horas para seis horas de trabalho não pago. Dessa forma, “o capitalista que emprega o modo de produção aperfeiçoado é, portanto, capaz de apropriar-se de uma parte maior da jornada de trabalho para o mais-trabalho do que os demais capitalistas no mesmo ramo de produção.” (MARX, 2013, p. 393). As vantagens obtidas por esses capitalistas logo perdem a exclusividade assim que os demais capitalistas igualmente empregam meios de produção capazes de ampliar sua capacidade produtiva, eliminando “[...] a diferença entre o valor individual das mercadorias barateadas e seu valor social.” (MARX, 2013, p. 393).

> A mesma lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho, que se apresentou ao capitalista, juntamente com o novo método de produção, sob a forma de que ele é obrigado a vender sua mercadoria abaixo de seu valor social, força seus concorrentes, como lei coercitiva da concorrência, a aplicar o novo modo de produção. Desse modo, o processo inteiro só afeta a taxa geral do mais-valor se o aumento da força produtiva do trabalho afetar os diferentes ramos da produção e, portanto, baratear as mercadorias que integram o círculo dos meios básicos de subsistência e, por isso, constituem elementos do valor da força de trabalho. (MARX, 2013, p. 393).

O mais-valor relativo segue de modo proporcional o desenvolvimento das forças produtivas, já que cresce o mais-valor conforme o seu aumento. A diminuição no valor dos meios de subsistência diários para a reprodução dos trabalhadores reduz, paulatinamente, o valor de sua força de trabalho. Assim, com a ampliação das forças produtivas, cresce o tempo excedente não remunerado que o trabalhador é obrigado a cumprir em sua atividade laboral e, por conseguinte, diminui o valor das mercadorias; por extensão, há um claro rebaixamento do valor da mercadoria força de trabalho. Num primeiro momento, o valor das mercadorias cai em relação ao seu valor social e, num segundo momento, os novos métodos e os meios de produção mais desenvolvidos universalizam a criação de valor de todos os ramos da produção até que desapareça a diferença entre valor individual da mercadoria e seu valor social (MARX, 2013).

Diante de uma maior produção de mercadorias, o capitalista deve expandir a sua demanda de consumidores, tendo êxito apenas se contrair seus preços. Ele poderá vender, por algum tempo, acima do valor individual, mas abaixo do valor social. Marx (2013, p. 392) garante que “independentemente desta última circunstância, existem, para cada capitalista individual, razões para baratear a mercadoria mediante o aumento da força produtiva do trabalho.”. Todas as circunstâncias que apontam para a redução do valor das mercadorias têm relação, originalmente, com a diminuição do tempo de trabalho necessário e com o prolongamento do mais-trabalho, em decorrência da ampliação da capacidade das forças produtivas.

> Na produção capitalista, portanto, a economia do trabalho por meio do desenvolvimento de sua força produtiva não visa em absoluto a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas a redução do tempo de trabalho necessário para a produção de determinada quantidade de mercadorias. Que o trabalhador, com o aumento da força produtiva de seu trabalho, produza em 1 hora, digamos, 10 vezes mais mercadorias do que antes, e, consequentemente, precise de 10 vezes menos tempo de trabalho para cada artigo, não o impede em absoluto de trabalhar as mesmas 12 horas de antes, tampouco de produzir, nessas 12 horas, 1.200 artigos em vez de 120. (MARX, 2013, p. 395).

Em resumo, com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho dá-se a proporção inversa no que diz respeito ao valor das mercadorias e da força de trabalho. À medida que o capital avança na capacidade de potencializar os seus instrumentos para fabricar produtos com valor de troca, o tempo que o trabalhador precisa para produzir o valor de uso é consideravelmente reduzido. Por esse motivo, mais tempo é destinado à produção de mercadorias para o capitalista, ou seja, a maior parte da jornada de trabalho é apropriada pelo capitalista de forma gratuita. A produção de mercadorias subsidiadas por meio de trabalho aperfeiçoado consegue confeccionar uma quantidade de produtos antes impensável sem o desenvolvimento das forças produtivas.

Marx (2013) conclui que a única preocupação do capitalista é a ampliação de seus lucros, o que, em grande parte, depende do aumento do trabalho excedente:

> O desenvolvimento da força produtiva do trabalho no interior da produção capitalista visa encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo precisamente para

> prolongar a parte da jornada de trabalho durante a qual ele pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. (MARX, 2013, p. 395-396).

As proposições verificadas por Marx indicam que a produção capitalista não teria como finalidade a produção de mercadorias se o verdadeiro interesse não fosse a criação de mais-valor. Consequentemente, o trabalhador nesse sistema econômico produz o mínimo para si, a fim de continuar produzindo o máximo para o capital, até seu esgotamento físico, mental, moral, social etc. Numa fase mais desenvolvida da produção capitalista, o mais-valor relativo surge como alternativa para se extrair intensiva e extensivamente o trabalho não pago. O trabalho necessário é comprimido num tempo menor, a fim de reservar para o capitalista uma parcela maior da jornada, de maneira que “para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário.” (MARX, 2013, p. 578). O mais-valor relativo faz parte do revolucionamento dos meios produtivos, das técnicas e dos métodos, e se torna a forma dominante de extração de mais-valor.

Para Marx (2013), o mais-valor relativo é absoluto, uma vez que condiciona uma extensão absoluta da jornada de trabalho, além do tempo de trabalho necessário à manutenção da existência do trabalhador. Por outro lado, o mais-valor absoluto é relativo no momento em que condiciona o desenvolvimento da produtividade do trabalho de uma maneira “[...] que possibilita limitar o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho.” (MARX, 2013, p. 579). Todavia, a própria capacidade produtiva, e a consequente generalização do modo de produção capitalista, não deixa dúvida sobre a distinção entre mais-valor absoluto e mais-valor relativo. Isso se verifica quando se aumenta a taxa do mais-valor em geral, desfazendo qualquer equívoco de identidade entre essas duas fases do processo de extração da força de trabalho (MARX, 2013), que podem conviver no mesmo tempo histórico, a depender do grau de progresso do capitalismo em cada região do planeta (ou até no mesmo país), devido às contradições do capital.

> Pressupondo-se que a força de trabalho seja remunerada por seu valor, vemo-nos, então, diante da seguinte alternativa: por um lado, dada a força produtiva de trabalho e seu grau normal de intensidade, a taxa de mais-valor só pode ser aumentada mediante o prolongamento absoluto da jornada de trabalho; por outro lado, com uma dada limitação da jornada de trabalho, a taxa de mais-valor só pode ser aumentada por meio de uma mudança relativa da grandeza

> de suas partes constitutivas, do trabalho necessário e do mais-trabalho, o que, por sua vez, pressupõe, para que o salário não caia abaixo do valor da força de trabalho, uma mudança na produtividade ou intensidade do trabalho. (MARX, 2013, p. 579-580).

O aperfeiçoamento dos meios de produção ampliou a capacidade de reduzir o tempo de trabalho necessário ao sustento do trabalhador. Sem essas condições, não seria possível qualquer forma de produção social que se utiliza da força de trabalho alheia, pois se o trabalhador disponibilizar completamente o seu tempo para conseguir os meios de sua subsistência e de sua família, não lhe sobra tempo para dedicar ao mais-trabalho.

Somente no capital o desenvolvimento de técnicas, de ferramentas, de máquinas e de tecnologias impulsionou a capacidade produtiva a tal ponto de o trabalhador dedicar um tempo bastante reduzido à produção do trabalho necessário e a maior parte dele para produzir uma quantidade de mercadorias nunca alcançada nos sistemas econômicos preexistentes. Embora o trabalho seja uma condição ontológica do homem enquanto ser social, apenas após certo grau de desenvolvimento e socialização é que surgem as condições para as quais a existência de um grupo ou classe se acha marcada pela exploração da força de trabalho (MARX, 2013).

O capital configura, neste aspecto, o resultado de um longo caminho percorrido em séculos que demandou formas de trabalho anteriores até ascender à sua manifestação mais evoluída na sociedade capitalista, no entanto, não definitiva. A acumulação de riqueza que se expressa na mercadoria-dinheiro e se converte em processos avançados da produção e da compra da força de trabalho é entendida por Marx (2013, p. 639) como “[...] o primeiro movimento realizado pela quantidade de valor que deve funcionar como capital. Ela age no mercado, na esfera da circulação.”. A segunda fase, para ele, acontece na produção e termina quando a força de trabalho coloca em movimento os meios produtivos, uma vez que fabrica mercadorias com valor superior às partes que a constituíram, com valor acrescido através do empreendimento do trabalho humano.

> Em seguida, essas mercadorias têm, por sua vez, de ser lançadas novamente na esfera da circulação. O objetivo é vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, converter esse dinheiro novamente em capital, e assim consecutivamente. Esse ciclo, percorrendo sempre as

> mesmas fases sucessivas, constitui a circulação do capital. (MARX, 2013, p. 639).

À vista disso, a acumulação depende, definitivamente, da venda das mercadorias para que se converta a maior parcela do dinheiro em capital. Uma fração é reinvestida no setor produtivo para que se inicie um novo processo de circulação e realização do valor em dinheiro, e assim sucessivamente. Muito embora o capitalista, dono dos meios de produção, seja o apropriador direto do trabalho não pago, não será o único que se apossará desse mais-valor, pois a partilha se dará entre outros capitalistas e de diversas maneiras: lucro, juro, ganho comercial, renda fundiária etc. (MARX, 2013).

2.2 CAPITAL PORTADOR DE JUROS: SISTEMA DE CRÉDITO, JUROS E GANHO EMPRESARIAL

A produção capitalista não tem por finalidade produzir valores de uso para atender às necessidades gerais da humanidade; a única coisa que, de fato, interessa ao capitalista é o lucro produzido por meio do trabalho excedente. Contudo, isso somente é possível depois que se coloca à disposição um valor que circule para que dele se consiga um valor maior, que se materializa a partir do trabalho não pago ao trabalhador. Marx (2017, p. 65) diz que “transformar o valor do capital variável por ele adiantado num valor maior é algo que ele só pode fazer por meio de seu intercâmbio com trabalho vivo, da exploração de trabalho vivo.”.

Para que o capital consiga aumentar o valor adiantado, é preciso que haja um intercâmbio com o trabalho vivo, onde se elaboram as condições materiais necessárias para a exploração da força de trabalho. O capitalista apresenta-se como tal à medida que adianta uma soma de valor que será investida em equipamentos, máquinas, ferramentas, espaços, matérias-primas e tudo mais que estiver à disposição, o que é colocado em funcionamento a partir da força de trabalho que ele compra/aluga por algumas horas diárias, deixando em evidência as classes, diametralmente opostas, que constituem a sociedade capitalista: o dono dos meios de produção e o proprietário da força de trabalho.

O capital que se adianta para a produção de mercadorias consiste no investimento em capital constante e em capital variável, porém, apenas o segundo

pode criar valor e gerar lucro para o capitalista, haja vista que o trabalho não pago é o fator decisivo para a reprodução e a razão de ser desta ordem econômica.

> O lucro do capitalista provém do fato de que ele possui para vender algo pelo qual não pagou. O mais-trabalho, ou lucro, consiste precisamente no excedente do valor-mercadoria sobre seu preço de custo, isto é, no excedente da soma total de trabalho contida na mercadoria sobre a soma de trabalho paga nela contida. O mais-valor, independentemente de onde provenha, é, pois, um excedente sobre o capital total adiantado. (MARX, 2017, p. 68).

Mais-valor e lucro não possuem a mesma identidade; a existência do lucro é impossível sem que haja a apropriação do mais-trabalho. O mais-valor é mobilizado na circulação para que se possa extrair o lucro, que será compartilhado entre diversos capitalistas, visto que “a transformação da taxa de mais-valor em taxa de lucro deve ser derivada da transformação de mais-valor em lucro, e não o inverso.” (MARX, 2017, p. 68). Jamais seria possível criar mais-valor e capital na circulação de mercadorias, esperando que *a posteriori* se transforme em lucro, pois o mais-valor e um novo *quantum* de riqueza material somente podem germinar do trabalho produtivo colocado em movimento pelo proletariado. Neste, há imperiosamente um intercâmbio orgânico entre os seres humanos e os elementos naturais na produção de um objeto útil que representa uma riqueza social completamente inédita.

Contudo, deve-se aqui mencionar que o proletário não representa exclusividade na produção de mais-valor em relação a outros trabalhadores produtivos; sua distinção está no fato de representar a classe de trabalhadores que, além de criar mais-valor, também gera um novo conteúdo material, o que sugere um acréscimo de capital global na sociedade. Lessa (2007b, p. 169) resume essa questão da seguinte forma: “A distinção fundamental entre proletários e outros trabalhadores produtivos reside em que, ao produzir a mais-valia, o proletário ‘produz’ ‘capital’.”.

Segundo Marx:

> A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. **Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital**. (MARX, 2013, p. 578, grifo nosso).

No caso específico da produção de mercadorias, parte do lucro obtido retorna ao processo produtivo e a outra parte, quando o capitalista resolve entesourá-lo, por motivos quaisquer, acumula-se na forma-dinheiro. Tanto o capital em sua forma-mercadoria quanto em sua forma-dinheiro manifesta a propriedade que o caracteriza: a mercadoria se apresenta como resultado do trabalho excedente e o lucro como o seu desdobramento, que depois de realizado pode retornar ao ciclo do capital industrial (MARX, 2014). Na reprodução ampliada do capital, a sua grandeza sempre se apresenta na acumulação de mais-valor nas mercadorias que participarão de um novo processo de produção, seja como matéria-prima, seja como materiais auxiliares ou como meios de trabalho, já que deriva da interação dos meios de produção e da atividade humana.

Marx (2014) esclarece que esse desenvolvimento conduz à diminuição, em termos relativos e absolutos, do valor da força de trabalho, causando certos impasses para a própria obtenção de lucros. No decorrer do desenvolvimento capitalista, o mais-valor realizado incorporar-se-á ao processo produtivo juntamente ao capital original até que se alcance um acúmulo que se converta em incrementos intensificadores da capacidade de reprodução.

A acumulação é, para Marx (2014), efeito de repetidos ciclos de valorização que a fizeram alcançar um volume mínimo para o funcionamento ativo. Por isso, Marx (2014, p. 162) diz que “a acumulação de dinheiro, o entesouramento, aparece aqui como um processo que acompanha transitoriamente a acumulação efetiva, a ampliação da escala em que atua o capital industrial.”. Contudo, enquanto estado de entesouramento, não participa do processo de valorização, de modo que se acumula sem funcionar como capital, pois está fora da produção e da circulação.

O entesouramento, pondera Marx (2014), existe em todos os processos de produção de mercadorias e desempenha um fim em si mesmo nas formas pré-capitalistas. Há uma tênue distinção entre tesouro e entesouramento. Para Marx, o tesouro é uma forma de dinheiro que não se encontra em circulação e que teve sua circulação interrompida, uma vez que está guardado em sua forma-dinheiro em alguma instituição financeira. Já o entesouramento é resultado de um processo efetivo de acumulação, no qual o capitalista retira da circulação o dinheiro conseguido a partir do mais-produto e o entesoura a fim de colocá-lo novamente em operação o mais breve possível.

Assim, enquanto o tesouro aparece como uma forma de capital monetário latente que não participa do processo de valorização (não funciona como capital), o entesouramento acompanha o processo de acumulação de capital a fim de transformar o mais-valor em capital operante. Marx (2014, p. 162) destaca que “a acumulação de dinheiro, o entesouramento, aparece aqui, portanto, como um processo que acompanha transitoriamente, a acumulação efetiva, a ampliação da escala em que atua o capital industrial.”. O tesouro, por sua vez, mostra-se como capital monetário imóvel, já que ainda não traz em si as condições necessárias para funcionar como capital efetivamente operante.

Por essa razão, Marx (2014, p. 163) considera que “enquanto permanece em estado de tesouro, contudo, ele não funciona como capital monetário, mas é ainda capital monetário imóvel; não capital monetário interrompido em sua função, como antes, mas capital monetário ainda não apto ao exercício de sua função.”. Desse modo, o estado em que se encontra o tesouro em sua forma-dinheiro não o destina eternamente à imobilização, e pode, subsequentemente, servir até mesmo de capital de empréstimo para o capitalista que deseje colocá-lo em funcionamento. Esse fundo de acumulação de dinheiro é a forma que o capital assume temporariamente até que esteja em condições de atuar na reprodução capitalista. O fundo de reserva tem papel importante para o metabolismo capitalista quando o ciclo reprodutivo do capital demora mais que o previsto para se concluir.

O retardo na finalização do processo requer do capitalista um fundo de acumulação que possa servir de capital monetário enquanto o ciclo não se completa, visto que a paralisia nalguma etapa do processo reprodutivo do capital implica a estagnação do sistema inteiro, o que, consequentemente, conduz à crise.

> Se o processo M’-D’ se prolonga além de sua medida normal, isto é, se o capital-mercadoria leva mais tempo para se transformar em forma-dinheiro ou se, uma vez realizada essa transformação, por exemplo, o preço dos meios de produção em que o capital monetário tem de ser investido aumenta acima do nível em que se encontrava no início do ciclo, o tesouro que funciona como fundo de acumulação pode ser utilizado para ocupar o lugar do capital monetário ou de uma parte dele. O fundo de acumulação de dinheiro serve, assim, como fundo de reserva para equilibrar as perturbações do ciclo. (MARX, 2014, p. 163).

Marx destaca a diferença que existe entre o fundo de reserva e o capital em funcionamento, pois embora o primeiro possa eventualmente suprir as necessidades

do capital quando as mercadorias em circulação não se convertem na forma-dinheiro no tempo devido, ele pode apenas assumir essa condição temporariamente. Na continuidade do processo de produção, forma-se um capital monetário de reserva que busca manter as relações de compra e venda antes de as mercadorias serem realizadas na circulação, ou seja, existe um capital circulante na forma-dinheiro para ajustar os negócios capitalistas. Porém, no momento em que acontece um tipo de disfunção no tempo de retorno do capital investido, o fundo de reserva pode ser acionado para equilibrar as contas enquanto o ciclo, enfim, se completa.

O fundo de reserva, para Marx,

> [...] é uma parte constitutiva não do capital operante (mais precisamente, do capital monetário), mas do capital situado num estágio preliminar de sua acumulação, do mais-valor que ainda não se transformou em capital ativo. De resto, é evidente que o capitalista em apuros não se pergunta em nenhum momento pelas funções determinadas do dinheiro que se encontra em suas mãos, mas aplica o que tem para manter em funcionamento o processo cíclico de seu capital. (MARX, 2014, p. 164).

No entanto, a existência de outras formas de acumulação que fogem de sua forma original como forma de tesouro real em dinheiro pode se dar na forma simples de crédito ou saldo credor de uma mercadoria vendida (M'), ou, ainda, sob a forma de juro bancário, letras de câmbio ou papéis de qualquer tipo (MARX, 2014). Marx anota que o mais-valor, em sua forma dinheiro, realiza outras funções fora do capital produtivo, que não guardam nenhuma função do ciclo industrial, distintas das relações estabelecidas na produção de mercadorias. Marx, no livro II de *O Capital*, parte da premissa de seis capitalistas, identificados por A, B, C, D, E e F, os quais atuam distintamente na ordem do capital.

Suponha-se que ***A*** tem uma renda periódica que utiliza ao fim de cada ciclo para reinvestir novamente na produção, exceto na primeira fase dos ciclos de rotação, quando iniciou o negócio. ***A*** consegue financiar seu próprio consumo anual sem ter de usar seus próprios fundos, uma vez que seus recursos surgem do próprio negócio. Imagine-se, no caso do capitalista ***B***, que ele produz, no mesmo período de ***A***, a mesma quantidade de mais-valor, porém, não consegue realizá-lo; ele terá de adiantar capital se quiser se manter no negócio, até que consiga reaver todos os seus investimentos mais a parcela de lucro. De alguma forma, os dois tiveram de antecipar um valor específico de capital. Entretanto, o capitalista ***A*** apenas

conseguiu iniciar o seu negócio porque tomou emprestada certa quantia com o banqueiro ***C***, que nada mais é do que uma soma de dinheiro extraída do mais-valor que ***D***, ***E***, ***F*** etc. depositaram no banco. Marx (2014, p. 416) reconhece que “com o desenvolvimento do crédito, a relação entre capital originalmente avançado e o mais-valor capitalizado complica-se ainda mais.”.

No exemplo supramencionado, observa-se que “do ponto de vista de *A*, essa soma ainda não é capital acumulado. Para *D*, *E*, *F* etc., na realidade, *A* não é mais do que um agente que capitaliza o mais-valor por eles apropriado.” (MARX, 2014, p. 416).

> Assim se apresentam as coisas do ponto de vista do capitalista individual. Com o desenvolvimento da produção capitalista, no entanto, desenvolve-se também, ao mesmo tempo, o sistema de crédito. O capital monetário que o capitalista ainda não pode empregar em seu próprio negócio é empregado por outros, que lhe pagam juros por esse uso. Para o capitalista, ele funciona como capital monetário em sentido específico, como um tipo de capital distinto do capital produtivo. Em outras mãos, porém, ele funciona como capital. É óbvio que, com a realização mais frequente do mais-valor e a escala crescente em que este é produzido, aumenta a proporção em que novo capital monetário ou dinheiro como capital é lançado no mercado monetário e em que, encontrando-se já neste último, ele é novamente absorvido, ao menos em sua maior parte, para ampliar a produção. (MARX, 2014, p. 417).

Uma dada soma de valor, em sua forma dinheiro ou mercadoria, pode converter-se em capital que valoriza a si mesmo, a qual, empregada na produção, possibilita ao capitalista aumentar os seus lucros através do trabalho não pago, do mais-produto e do mais-valor, no momento em que compra parte da vida do trabalhador com a única finalidade de valorizar progressivamente seu capital. O dinheiro, no capital, já possui a qualidade de valor de uso, mas nas mãos do capitalista consegue adquirir um valor de uso suplementar (ou adicional, nos termos de Marx) quando funciona como capital e na medida em que consegue obter lucro depois que a mercadoria se realiza na circulação.

Na ocasião em que o capitalista dono do capital, por um motivo qualquer, não pretende investir seu dinheiro no capital produtivo, pode emprestar a outro que faça o dinheiro funcionar e valorizar o capital aplicado na fabricação de mercadorias (MARX, 2017). Marx identifica o capital emprestado como uma mercadoria *sui generis* que gera um tipo de lucro para o prestamista diferente do lucro obtido pelo

capitalista que investe na produção e no comércio, pois é uma relação em que “dinheiro gera dinheiro”. O capitalista que empresta uma determinada soma pretende recebê-la de volta após um tempo preestabelecido entre as partes envolvidas (prestamista e prestatário), acrescida de juros; ou seja, o dinheiro inativo passa para a mão de um capitalista que investirá esse dinheiro como capital. Transcorrido certo tempo, deverá pagar a soma com um valor a mais, parte do mais-valor extraído do trabalho excedente.

Sobre isso, Marx esclarece:

> Digamos que um homem disponha de £100 e tenha nas mãos o poder de converter essas £100 em £120, produzir um lucro de £20. Ele tem nas mãos um capital possível de £100. Se esse homem cede as £100 por um ano a outro, que as emprega realmente como capital, ele entrega a esse outro o poder de produzir um lucro de £20, isto é, um mais-valor que não lhe custa nada e pelo qual ele não paga equivalente nenhum. Se no final do ano esse homem paga, digamos, £5 ao proprietário das £100, ou seja, uma parte do lucro produzido, ele paga, com isso, o valor de uso das £100, o valor de uso de sua função de capital, da função de produzir £20 de lucro. A parte do lucro que ele lhe paga chama-se juros, que não é mais do que um nome especial, uma rubrica para designar uma parte do lucro que o capital ativo, em vez de colocar em seu próprio bolso, precisa pagar ao proprietário do capital. (MARX, 2017, p. 386).

Marx constata que o dinheiro que se apresenta como uma mercadoria *sui generis*, portador de juros, é emprestado por um tempo determinado ao capitalista produtivo e, assim, pode compartilhar com ele parte do lucro realizado do mais-valor. Portanto, ao ser empregado no setor produtivo, o dinheiro antes entesourado tem a oportunidade de ser usado como capital, conferindo ao capitalista monetário – proprietário do capital de empréstimo – um rendimento proveniente de uma fração extraída do mais-valor produzido pelo trabalhador no processo de produção.

O juro surge como qualidade de um capital que valoriza a si mesmo, mas, ao contrário, depende inexoravelmente da produção para criar o valor necessário que, *a posteriori*, se realizará em lucro, de modo que essa mediação é indispensável à valorização, mas parece desaparecer aos “olhos desavisados”, pois o ganho do capitalista cria a falsa impressão de independência do capital portador de juros, como se por si só pudesse gerar lucro dissociado da fabricação de mercadorias (MARX, 2017).

2.2.1 Da usura ao sistema de crédito no capital

Antes de continuar a discutir o capital portador de juros, entende-se necessário apreender as condições que lhe deram origem nas sociedades pré-capitalistas: o capital usurário. Conforme Marx (2017), o capital usurário é um tipo de capital portador de juros em sociedades sob o domínio do capital comercial, que se expressa em formações econômicas anteriores ao capital, precedendo por longo tempo a sociedade capitalista. Segundo o pensador alemão, a existência do capital usurário depende de que, pelo menos, uma parcela dos produtos tenha se tornado mercadoria e que o dinheiro possa desempenhar, na sociedade em questão, todas as funções que cabem ao dinheiro junto ao comércio, onde deve se encontrar num certo nível de desenvolvimento, pois “o desenvolvimento do capital usurário está ligado ao desenvolvimento do capital comercial e, especialmente, ao do capital do comércio de dinheiro.” (MARX, 2017, p. 653).

Na sociedade antiga, nos sistemas escravistas, o dinheiro era emprestado para que indivíduos adquirissem escravos, terras etc. a fim de explorar a força de trabalho, de maneira que uma fração dos rendimentos pagaria aquele que o emprestou. Ao usar o dinheiro para a compra de escravos e de terras, o capital era valorizado e o prestatário obtinha os lucros necessários para quitar o débito com seu credor e continuar se reproduzindo. Nessa relação, os dois agentes envolvidos dividiam o lucro adquirido na exploração da força de trabalho (MARX, 2017).

Marx (2017) lembra que existiam duas formas que caracterizavam o capital usurário e que apareceriam no modo de produção capitalista simplesmente em formas secundárias, visto que não guardavam as formas que determinam o capital portador de juros. As duas formas seriam: o empréstimo feito a dilapidadores, principalmente donos de grandes propriedades de terra; e o empréstimo para pequenos produtores, proprietários das próprias condições de trabalho, como era o caso dos artesãos e, principalmente, dos camponeses, que compunham sempre a maioria nas sociedades pré-capitalistas.

No segundo caso, os empréstimos nunca eram tomados com o intuito de enriquecimento, mas sim porque os indivíduos foram acometidos por algum infortúnio que os forçou a adquirir o débito. Na Idade Média, quando o empréstimo era realizado por pessoas que desfrutavam do mesmo *status* social, o que se esperava era a devolução da mesma soma ou do mesmo produto que lhe foi

concedido. Essa relação se dava porque a Igreja condenava com veemência o empréstimo a juros como um pecado, sob a autorização do poder político constituído à época. O juro não só era um pecado como também um crime na sociedade medieval.

> Além disso, emprestar dinheiro e receber de volta não apenas o total emprestado, mas também um juro fixo, significava a possibilidade de viver sem trabalhar – o que estava errado. (Pelo pensamento medieval, os sacerdotes e guerreiros estavam "trabalhando" nas ocupações a que se dedicavam). Alegar que o dinheiro é que trabalhava para seu sono seria apenas irritar os homens da igreja. Teriam respondido que o dinheiro era estéril, não podia produzir nada. (HUBERMAN, 2010, p. 31).

O problema se encontrava no fato de a Igreja condenar a usura ao tempo que infringia as próprias leis estabelecidas, as quais eram deliberadas pelas forças políticas da época para a grande massa da população. Os judeus que emprestavam a juros bastante elevados eram odiados e perseguidos pelos usurários demagogos, representados pela Igreja e pelos nobres.

Segundo Huberman (2010), os banqueiros italianos emprestavam somas vultosas a juros com frequência, porém, quando o devedor não conseguia pagar os juros, o próprio papa se encarregava de cobrá-lo sob as ameaças de castigo espiritual. Assim, "é fácil ver que a doutrina do pecado da usura iria limitar os processos do novo grupo de comerciantes que desejava negociar em uma Europa em expansão comercial." (HUBERMAN, p. 32-33), especialmente quando o dinheiro começara a ter maior representatividade na vida econômica.

Marx (2017), no livro III de *O Capital,* menciona o filósofo Francis William Newman. Este afirmou certa vez que o banqueiro era respeitado por emprestar aos ricos enquanto o usurário era odiado e desprezado por emprestar aos pobres. O que Newman não percebia é que a diferença entre ambos não se encontrava no contraste entre pobres e ricos, pois "poderíamos, pelo contrário, dizer que a usura que espolia os pequenos produtores pobres é sempre acompanhada da usura que espolia os proprietários fundiários ricos." (MARX, 2017, p. 655). Segundo Marx, a usura representou uma influência nociva e destrutiva sobre a riqueza e a propriedade antigas e feudais, porquanto provocou o declínio tanto de pequenos camponeses quanto de pequenos burgueses, ou melhor, de todas as formas em que os trabalhadores aparecem ainda como possuidores dos meios de produção.

O capital usurário, quando se caracteriza como forma de capital portador de juros em sociedades preexistentes à capitalista, denota algum tipo de produção, ainda que seja em pequena escala, realizada por camponeses autônomos ou pequenos mestres artesãos. Isso revela que haverá um adicional de riqueza a ser produzido e que parte dele retornará em forma de juros para o usurário (prestamista).

No modo de produção capitalista, são colocadas à disposição do trabalhador todas as condições de trabalho necessárias sem que ele precise dispor de nenhum dinheiro como produtor, visto que nada ali lhe pertence a não ser sua força de trabalho, que está disponível para o capitalista durante algumas horas do dia em troca de um salário. Se porventura o trabalhador, sob essas condições, recorrer a empréstimos, o faz para atender a necessidades pessoais, que não têm a ver com a produção e que, por conseguinte, não se relacionam com nenhuma criação direta de riqueza social, de modo que a incapacidade de solvência da dívida adquirida conduz boa parte desses trabalhadores a um destino semelhante ao dos trabalhadores dos modos de produção pré-capitalistas, isto é, à plena indigência.

Por outro lado, se o trabalhador é proprietário de seus meios de produção e do produto de seu trabalho (independentemente de sua capacidade), ao tomar uma soma de dinheiro emprestado para o desenvolvimento produtivo, o vínculo estabelecido com o capital do prestamista é o de capital portador de juros, pois nessa relação ele aparece como produtor, o que não elimina os riscos de insolvência, dada a baixa produtividade em face da produção dos capitalistas e da condição de concorrência desigual.

> Além disso, se o usurário, não contente em sugar de sua vítima o mais-trabalho, adquire pouco a pouco os títulos de propriedade de suas próprias condições de trabalho, da terra, da casa etc., e dedica-se continuamente a expropriá-lo desse modo, volta a esquecer-se, em face disso, de que essa expropriação completa do trabalhador com relação a suas condições de trabalho não é um resultado que o modo de produção capitalista procura alcançar, mas uma premissa da qual ele parte. O escravo do salário, do mesmo modo que o verdadeiro escravo, está excluído da possibilidade da escravidão por dívidas, pelo menos em sua condição de produtor; só pode sê-lo, quando muito, como consumidor. (MARX, 2017, p. 655).

A maneira como uma sociedade se reproduz numa determinada época esconde questões importantes que não aparecem na superfície social. Na

problemática levantada por Marx, a usura sempre expressou a expropriação do trabalho alheio, que em sua forma de juros se apropria do trabalho excedente, aparecendo como lucro ou renda fundiária ou como fração, na forma de juro, de um empréstimo concedido a um terceiro.

O usurário espoliava as próprias condições de trabalho daqueles que foram obrigados a pedir-lhe empréstimo, adquirindo seus títulos de propriedade e retirando a possibilidade de sua sobrevivência. A necessidade que fez o pequeno produtor, o artesão etc. da Antiguidade ou do Medievo recorrer ao empréstimo, para atender às suas demandas, o fez alcançar situações piores por não conseguir saldar suas dívidas e, concomitantemente, destruiu as bases que produziam a riqueza daquelas sociedades, à medida que se expropriaram os meios de produção dos produtores.

Marx observa que a usura arruinou a produção de pequenos camponeses e de pequeno-burgueses; “[...] numa palavra, todas as formas em que o produtor ainda aparece como proprietário de seus meios de produção.” (MARX, 2017, p. 656).

> Onde os meios de produção estão dispersos, a usura centraliza fortunas em dinheiro. Ela não altera o modo de produção, mas suga sua substância como um parasita e o arruína. Ela o exaure, enerva-o e obriga a reprodução a desenvolver-se sob condições cada vez mais deploráveis. Isso explica o fato de o ódio popular contra a usura ter sido mais intenso no mundo antigo, quando a propriedade dos meios de produção pelo produtor era ao mesmo tempo a base das relações políticas e da autonomia do cidadão. (MARX, 2017, p. 656).

Desse modo, quanto mais espoliado era o dono de escravos ou o senhor feudal, mais espoliava os trabalhadores dos respectivos modos de produção. Marx (2017) afirma que o caráter revolucionário da usura incide sobre a destruição e a dissolução das formas de propriedade dos modos de produção pré-capitalistas, cuja permanência provocou a degeneração política e econômica. Portanto, somente com o surgimento das condições necessárias de mediação para o modo de produção capitalista é que a usura se apresenta com os elementos constitutivos de uma nova ordem econômica e social. “O capital usurário e a fortuna comercial promovem a formação de uma fortuna monetária independente da propriedade fundiária.” (MARX, 2017, p. 657).

Isso teve implicações fundamentais na medida em que os produtos reduziam seu caráter de mercadoria, de maneira que o valor de troca dominava menos intensiva e extensivamente a produção, pois o dinheiro se afirmava como riqueza

propriamente dita, como dinheiro geral que aparecia na forma absoluta da mercadoria. Nesse ínterim, a acumulação de riqueza, na forma de dinheiro, conquista protagonismo e transforma-se numa mercadoria importante que deu origem ao capital monetário, como um meio de pagamento que desenvolve juros (MARX, 2017). Em razão disso, Marx (2017, p. 658) diz: “O que a riqueza pródiga e corruptora deseja é o dinheiro como tal, o dinheiro como meio para comprar tudo (e também pagar dívidas).”. Isso demonstra o caráter dominante que rege o capitalismo até o presente momento.

O entesouramento procedente dos juros transforma o dinheiro acumulado (tesouro monetário) em capital, cujos juros pagos têm origem no mais-trabalho e nas próprias condições de produção, pois o empréstimo foi contraído para comprar os meios de subsistência e as matérias-primas para a produção e reprodução dos trabalhadores, que se encontravam naquele período ainda como proprietários. Huberman (2010, p. 30) anota que “naquela sociedade, onde o comércio era pouco e a possibilidade de investir dinheiro com lucro praticamente não existia, se alguém desejava um empréstimo certamente não tinha por objetivo o enriquecimento, mas precisava dele para viver.”, o que confere à usura uma forma de ganho parasitário que se estabelece ao tempo que uma tragédia se abate sobre indivíduos que têm como única alternativa a subsunção ao empréstimo do usurário, num pacto faustiano do qual jamais se libertará.

> No entanto, a função do dinheiro como meio de pagamento é o domínio realmente importante e característico da usura. Todo pagamento em dinheiro, toda renda fundiária, tributo, imposto etc. que vence num determinado prazo coloca a necessidade de se dispor de certa soma em dinheiro. Assim se explica que a usura em grande escala tenha se desenvolvido, desde os antigos romanos até os tempos modernos, em conexão com os coletores de impostos, *fermiers généraux* [coletores gerais], *receveurs généraux* [recebedores gerais]. Em seguida, com o comércio e a generalização da produção de mercadorias, desenvolve-se a separação temporal entre a compra e o pagamento. O dinheiro precisa ser entregue num prazo determinado. As modernas crises monetárias demonstram como isso pode conduzir a circunstâncias em que as figuras do capitalista monetário e do usurário ainda hoje se confundem. (MARX, 2017, p. 659).

O avançado sistema de crédito inaugurado na modernidade sugere a submissão do capital portador de juros ao modo de produção capitalista, que se adaptou a esse sistema econômico. Para Marx (2017), a usura continua a existir

com as mesmas características que possuía nas sociedades pré-capitalistas; a única diferença é que ela se liberta de certos limites impostos pelas antigas sociedades, mas conserva relações semelhantes com pessoas e classes ou em circunstâncias de situações análogas às dos antigos povos (MARX, 2017).

O capital portador de juros na sociedade capitalista não se concretiza (pelas vias legais, ao menos) quando o empréstimo é para mero esbanjamento dos ricos ou para um produtor não capitalista, ou para um pequeno produtor, ou para um artesão etc., que não têm a intenção de usufruir do dinheiro como capital, tendo o prestatário de empregar o dinheiro para se apropriar de trabalho excedente: “o crédito lhe é concedido como capitalista potencial.” (MARX, 2017, p. 660).

De acordo com Marx (2017), a usura representa a exploração de um dado sistema produtivo que funciona como elemento externo que nada cria, apenas conserva as condições para explorar e deixar um modo de produção mais miserável. Para o filósofo alemão, “quanto menos os elementos de produção entram no processo de produção como mercadorias e dele saem como mercadorias, mais a sua origem no dinheiro aparece como um ato separado.” (MARX, 2017, p. 669). Seu comprometimento é com a autorreprodução do valor que se valoriza, sem vincular o prestamista diretamente à atividade produtiva, ainda que dela dependa (num momento ou noutro) para se reproduzir e renovar seus votos com a sociedade capitalista. O capital usurário conquista novas particularidades que não o forçam a romper com sua natureza parasitária. Assim, “só se empresta dinheiro àquele que gasta de modo a permitir sua volta após um período normal de circulação. Esse crédito é garantido, ao mesmo tempo, pelas mercadorias para cuja compra o dinheiro foi adiantado.” (HILFERDING, 1985, p. 73).

O capital portador de juros é a forma renovada do capital usurário no modo de produção capitalista. O capitalista monetário possui determinada soma em dinheiro que não pretende investir na produção, preferindo entregar o dinheiro a outro capitalista, que devolverá a quantia emprestada, sob o acréscimo de juros, depois de um tempo previamente estabelecido. O dinheiro retorna para as mãos do prestamista como parte do lucro produzido pelo capitalista que tomou o dinheiro emprestado; o que antes se apresentava como capital latente passa a ser capital ativo na medida em que participa da produção de mais-valor, no qual o dinheiro exerce qualidade de valor de uso na função de capital. Se um capitalista produtivo tomar emprestado R$ 20.000,00 a 5% de juro ao ano, ele terá de devolver no fim

deste período o valor de R$ 21.000,00. Suponha que o investimento produtivo do capitalista o fez lucrar o equivalente a R$ 4.000,00, ou seja, 20% a mais do que o capital empregado originalmente. Do valor obtido, 5% (mil reais) serão devolvidos ao capitalista monetário num acordo juridicamente instituído.

Marx também considera a possibilidade de o capital latente ser emprestado ao capitalista comercial, pois, ainda que este não produza valor, tem função fundamental para a realização do lucro, bem como na venda de insumos e em meios de trabalho necessários à produção de outras mercadorias, de forma que "**o ponto de partida é o dinheiro que *A* adianta a *B*.**" (MARX, 2017, p. 387, grifo nosso).

> Nas mãos de *B*, o dinheiro se converte realmente em capital, descreve o movimento D -M -D' e, então, retorna às mãos de *A* como D', como D + ΔD, no qual ΔD representa os juros. Para simplificar o problema, deixamos aqui de lado, por enquanto, o caso em que o capital permanece mais tempo nas mãos de *B* e os juros são pagos periodicamente. (MARX, 2017, p. 387).

O movimento D-D-M-D'-D' (D + ΔD) que aparece como dinheiro duplicado não é outra coisa senão o capital emprestado que, como capital ativo, se valorizou na produção de mercadorias por meio do trabalho excedente. Enquanto mercadoria, o capital pode mudar muitas vezes de mãos até que seja consumido e retorne à esfera monetária acrescida do lucro. Ao analisar todo o movimento realizado, constata-se a participação de vários capitalistas na produção do mais-valor, sendo aquele que empresta a juros o único que não participa da etapa da produção ou circulação.

Desse modo, o capital portador de juros não passa pela metamorfose da mercadoria, nem pela reprodução. O dinheiro nessas condições apenas tem funcionalidade no sistema econômico no momento em que é desembolsado pela segunda vez nas mãos do capitalista em atividade, porque até então expressa a transferência de dinheiro de um capitalista para outro (MARX, 2017). Marx anota que "a primeira troca de lugar de D não expressa aqui mais que transferência ou cessão de *A* para *B*, uma transferência que costuma se realizar sob certas formas e cautelas legais." (MARX, 2017, p. 688).

O capital portador de juros, depois de exercer a função de valor de uso pelo capitalista que tomou o empréstimo, reflui para as posses de ***A*** acrescido de uma parte do lucro como capital realizado (D + ΔD) por ***B***. O dinheiro figura aqui uma mercadoria cujo valor de uso exerce sua função de capital na produção de

mercadorias. Marx afirma que esse capital como mercadoria é *sui generis*, visto que sua originalidade se concentra justamente na sua capacidade de se multiplicar sem que seu proprietário esteja imbricado de forma direta em qualquer etapa da produção capitalista.

O capital no processo de circulação pode funcionar como capital-mercadoria ou como capital monetário. O capital, nesses termos, nunca antes tinha se transformado em mercadoria. O capital-mercadoria, para Marx, está prenhe de mais-valor que espera o momento de se realizar. A mercadoria assume uma etapa de movimento parcial durante o processo em conexão com o movimento total, que, finalmente, se expressa no mais-valor realizado. Já o capital monetário funciona como dinheiro na compra de mercadorias que serão usadas na produção, porém, isso não implica que sua condição de capital monetário esteja atrelada à função efetiva como dinheiro; na verdade, está em conexão com o movimento total do capital, tendo em vista que o movimento alcançado como dinheiro resvala nas condições que asseguram a continuidade do modo de produção capitalista (MARX, 2017).

Embora a mercadoria seja vendida ao comprador como capital, ela não passa de uma mercadoria para o vendedor. Semelhantemente, o capital monetário, nesta relação entre comprador e vendedor, não passa de dinheiro com uma função bem específica. Em nenhuma forma, como mercadoria ou como capital monetário, nem a mercadoria nem o dinheiro se manifestam como capital, de modo que “tanto num caso como no outro, ele aliena a mercadoria apenas como mercadoria e o dinheiro apenas como dinheiro, como meio de compra de mercadorias.” (MARX, 2017, p. 389-390).

Marx, ao avaliar o processo inteiro, conclui que o ponto de partida aparece como o ponto de chegada e que o capital surge na circulação quando se realiza o mais-valor em lucro. Durante a produção, o capital se mostra na submissão do trabalhador e na produção de mais-valor. Por conseguinte, o capital disponibiliza para o capitalista monetário uma soma de dinheiro igual à que foi previamente concedida ao capitalista ativo, mas agora com um excedente, que equivale ao mais-valor realizado, no qual a mediação parece desaparecer. É revelado tão somente D-D’, como dinheiro que se autovaloriza. Todavia, “em seu movimento real, o capital não existe como tal no processo de circulação, mas apenas no processo de produção, no processo de exploração da força de trabalho.” (MARX, 2017, 390).

No capital que porta juros, o capitalista monetário aliena seu dinheiro a um terceiro que o coloca em movimento. Para o capitalista que empresta o capital, a quantia disponibilizada converte-se em mercadoria que possui valor de uso e que cria mais-valor e, consequentemente, lucro após a sua realização. Esse dinheiro emprestado, que serviu de capital funcionante no decorrer de um período, retorna ao possuidor que o desembolsou originalmente depois que a função instituída, de entrar em atividade e produzir o mais-valor, estiver concluída (MARX, 2017).

> Portanto, a *modalidade* do retorno é sempre determinada pelo movimento cíclico real do capital que se reproduz e de suas modalidades particulares. Para o capital emprestado, no entanto, o refluxo assume a *forma* da devolução, uma vez que o desembolso, a alienação desse capital, tem a forma do empréstimo. (MARX, 2017, p. 391, grifos do autor).

O dinheiro desembolsado regressa acrescido de um mais-valor; esse mais-valor não se multiplicou autonomamente como a sua aparência indica, mas teve de ser aplicado como capital ativo na produção e explorar a força de trabalho antes de ir para a circulação, extraindo dessa relação um tempo de trabalho não pago. Marx (2017) assevera que todo dinheiro emprestado como capital conserva o valor original e se incrementa, podendo sempre retornar ao mesmo processo de modo indefinido, pois seu enfoque reside na produção capitalista, dado que é única forma de aumentar a riqueza, a depender exclusivamente do mais-trabalho. Essa impressão de o capital de empréstimo mostrar-se como dinheiro que gera dinheiro obscurece o processo intermediário, no qual é o verdadeiro motivo da criação de valor.

Mollo esclarece:

> O capital emprestado pelo capitalista financeiro é o capital de empréstimo portador de juros, e obtém sua remuneração da mais-valia produzida na produção onde o empréstimo é empregado. Ao capitalista que empresta cabe o juro, ao que toma emprestado cabe o lucro de empresário, os dois recebendo parte da mesma mais-valia gerada no processo produtivo que o crédito potencializou. (MOLLO, 2011a, p. 5).

O capital investido pelo capitalista, caso tudo ocorra como o esperado, retorna depois de concretizar o ciclo completo. O capital portador de juros não se comporta exatamente da mesma maneira porque o seu retorno está separado do ciclo

mediador, onde esse capital se configura numa forma externa de retorno. O capitalista, dono do dinheiro, transfere a outro o direito de usá-lo como queira desde que retorne com um acréscimo. Esse dinheiro representa um capital-mercadoria que deve produzir mais-valor para multiplicar a soma emprestada.

O capitalista prestamista, que cede o empréstimo ao capitalista industrial, não o faz em troca de um equivalente, como é comum na troca de outras mercadorias, nem tem a intenção de empregar esse capital na produção. O capitalista monetário entrega o dinheiro a outro capitalista para que este possa participar do processo cíclico efetivo e realizar o capital cedido na produção de valores de troca. Marx (2017, p. 394) considera que “essa primeira mudança de lugar do dinheiro não expressa nenhum ato da metamorfose, nem compra nem venda.”; tampouco há algum tipo de troca. Para o processo produtivo, não importa se o dinheiro usado como capital é tomado de empréstimo ou é capital próprio do capitalista industrial, pois nada se altera durante o ciclo de produção e reprodução.

O capital adiantado que o capitalista prestatário utilizou na produção retorna na forma dinheiro ao fim do ciclo, mas agora deve cumprir o acordo estabelecido com seu prestamista e devolvê-lo com um valor adicional.

Segundo Marx:

> O primeiro desembolso, que transfere o capital das mãos do prestamista às mãos do prestatário, é uma transação jurídica, que não tem relação nenhuma com o processo real de reprodução do capital e apenas lhe serve de introdução. O reembolso, pelo qual o capital retorna das mãos do prestatário às mãos do prestamista, é uma segunda transação jurídica, complementar à primeira; uma serve de introdução ao processo efetivo, a outra é um ato complementar desse processo. Ponto de partida e ponto de retorno, cessão e restituição do capital emprestado, aparecem, pois, como movimentos arbitrários, mediados por transações jurídicas efetuadas antes e depois do movimento efetivo do capital e que com ele não têm relação nenhuma. (MARX, 2017, p. 395).

A mediação estabelecida entre prestamista e prestatário só ocorre num determinado momento histórico em que o Estado oficializa essa articulação jurídica, diversamente do que ocorria em sua forma primitiva usurária, que era condenada pelos órgãos dominantes. Ao contrário do que acontece no capitalismo, o empréstimo nas sociedades preexistentes, sobretudo na feudal, ajudou a minar as condições de reprodução, pois levou à miséria absoluta os seus devedores.

No modo de produção capitalista, o dinheiro somente tem efetividade no tempo em que é colocado em atividade pelo capitalista funcionante. Durante o período em que se encontra nas mãos do capitalista monetário, não é outra coisa senão capital monetário potencial, capital ocioso, capital latente que, como riqueza entesourada, espera o momento para ser colocado em ação, sendo transformado em capital efetivo sob a égide daquele que tomou o dinheiro emprestado. Marx entende que “cessão, empréstimo de dinheiro por certo tempo e devolução desse dinheiro acrescido de juros (mais-valor) constituem a forma integral do movimento, que corresponde ao capital portador de juros como tal.” (MARX, 2017, p. 395-396).

O capital portador de juros adquire uma forma peculiar de alienação quando se torna uma mercadoria de tipo específico. O refluxo do capital deve retornar às mãos do prestamista após certo tempo distante de seu proprietário, acrescido de um valor na forma de juros. Nesse movimento de fluxo e de refluxo, não aparecem os determinantes que provocam a multiplicação do dinheiro; a criação de valor depende do processo de produção.

O mistério da multiplicação é desvendado assim que se observa que a única maneira de o dinheiro aumentar, em relação ao seu capital originariamente desembolsado, é através do trabalho não pago, ou melhor, da produção de mais-valor da indústria capitalista. Se, por acaso, houver problema no retorno, o prestatário terá de buscar outros recursos para honrar seus compromissos com o prestamista.

> No movimento efetivo do capital, o retorno é uma fase do processo de circulação. Primeiro, o dinheiro é convertido em meios de produção; o processo de produção o converte em mercadoria; mediante a venda da mercadoria, ele é novamente convertido em dinheiro e, sob essa forma, retorna às mãos do capitalista, que inicialmente desembolsou o capital em forma de dinheiro. No capital portador de juros, porém, tanto a devolução como a cessão do capital são mero resultado de uma transação jurídica entre o proprietário do capital e uma segunda pessoa. O que vemos é apenas a devolução. Tudo o que se encontra entre esses dois polos se esfuma. (MARX, 2017, p. 396).

Isso acontece porque o processo de mediação é a forma imanente do movimento em que o possuidor de dinheiro empresta uma soma desde que ela retorne ao ponto de partida, incrementada com uma alíquota do mais-valor criado no processo de produção onde entrou em atividade como capital, já que “o movimento

cíclico efetivo do dinheiro como capital é o pressuposto da transição jurídica pela qual o prestatário se compromete a devolver o dinheiro ao prestamista.” (MARX, 2017, p. 397).

Marx observa que para o possuidor do dinheiro é indiferente se o dinheiro será usado como capital ou não. O capital-mercadoria não é trocado por nenhuma mercadoria equivalente ou é vendida como acontece com outras mercadorias; como uma mercadoria *sui generis*, seu propósito é ser emprestado como capital que retorna ao seu ponto de partida num prazo determinado. O dinheiro como capital-mercadoria “[...] não compra nem vende, mas empresta.” (MARX, 2017, p. 397).

Hilferding (1985), em sua obra clássica *O Capital Financeiro*, considera que se o dinheiro não for investido como capital, não poderá se conservar nem criar valor, e a depender das circunstâncias, não pode retornar ao prestamista – não pelo menos enquanto valor que se valorizou na produção. Desse modo, o pagamento ao prestamista dá-se pelas obrigações sociais ditadas pela lógica econômica e não pelo fato de o dinheiro cedido ter se multiplicado e, assim, retornado àquele que o emprestou, acrescido de mais-valor.

Segundo Hilferding (1985, p. 91), “[...] sempre é necessário que o devedor pague o que deve, para que o empréstimo ofereça certo grau de segurança. Ocorre, pois, aqui, uma transferência de dinheiro já existente, não havendo nenhuma economia de dinheiro absolutamente.”. Por isso, o capital alienado deve ser restituído como D + DΔ, como parte do lucro adquirido pelo capitalista em atividade, já que ele colocou em movimento esse dinheiro como valor de uso, ou melhor, como capital que diverge de outras formas de mercadoria, pois seu valor de uso também conserva valor e ainda é incrementado.

A diferença do capital como mercadoria, de uma mercadoria comum, está no fato de não existir relação de compra e venda entre o capitalista monetário e o capitalista funcionante, mas há uma alienação de valor em que o possuidor do dinheiro cede uma quantia determinada cuja soma deverá ser reembolsada com uma grandeza superior ao valor original depois de um período previamente definido. No terceiro tomo de *O Capital*, encontra-se: “A soma de valor, o dinheiro, é cedido sem equivalente nenhum e restituída depois de certo tempo.” (MARX, 2017, p. 400). Assim, o dinheiro é emprestado como capital potencial, igual a todo capital antes de financiar algum estágio da reprodução capitalista.

Esse capital apresenta uma dupla existência para duas pessoas distintas: nas mãos do prestamista, aparece como dinheiro entesourado; nas mãos do prestatário, aparece como capital que pode ser empregado na indústria ou no comércio. Esta soma de dinheiro desembolsada pelo capitalista monetário para emprestá-lo ao capitalista ativo é capaz de gerar um lucro que será dividido entre os capitalistas que participaram da transação; “a parte do lucro que cabe ao prestamista chama-se juros.” (MARX, 2017, p. 400).

Marx (2017) assegura que tanto o dinheiro quanto as mercadorias são capital em potencial. Do mesmo modo, o trabalho humano se manifesta como potência de mais-valor. A força de trabalho representa a capacidade humana de produzir capital. Em razão disso, Marx (2017, p. 402) declara que “o valor do dinheiro, ou das mercadorias consideradas como capital, não está determinado por seu valor como dinheiro ou mercadorias, mas pela quantidade de mais-valor produzida para seu possuidor.”.

A transferência de dinheiro de um capitalista para outro – a fim de que essa soma seja utilizada como capital ativo – possui a potência criadora de mais-valor, pois se o dinheiro não for utilizado como capital, independentemente do valor entesourado, não consegue se multiplicar. O capital portador de juros tem papel determinante como valor-capital adiantado no processo de produção capitalista, essencial para o contínuo permanente de sua reprodução. “Em outros termos, enquanto é puro dinheiro a emprestar, o capital fica fora do processo de reprodução, que inclui apenas as esferas da produção e da circulação de mercadorias”. (GRESPAN, 2019, p. 64). Em sua condição de entesouramento, o dinheiro não consegue superar sua forma de mera potência e, portanto, não pode se realizar em quaisquer tipos de lucro vinculados à realidade, visto que, para isso, deve se submeter à criação de mais-valor.

> O motivo de os juros não representarem equivalente é que a “propriedade não é cedida”, mas emprestada. À diferença da circulação, marcada pela cessão plena da propriedade sobre a mercadoria ou sobre o dinheiro, no crédito a “transferência” é temporária e apenas do direito de *uso*, e não do direito à *alienação* do dinheiro, que não passa à propriedade plena do tomador de empréstimo. Daí ele ter de restituí-lo, e os juros se definirem como retribuição por um direito transferido provisoriamente. (GRESPAN, 2019, p. 64, grifos do autor).

O capital portador de juros é o adiantamento de uma soma de dinheiro que deve gerar mais-valor e, por fim, retornar ao prestamista acrescido de juros, como retribuição do lucro obtido pelo capitalista que tomou o empréstimo, haja vista que os juros representam parte do lucro realizado pelo capital industrial. A taxa geral de lucro regula a taxa de juros (MARX, 2017).

2.2.2 Bancos, aperfeiçoamento do sistema de crédito e exploração da força de trabalho

Com o desenvolvimento do sistema de crédito mediado pelos bancos, os capitalistas ativos (industriais e/ou comerciantes) têm à sua disposição as poupanças das pessoas que compõem todas as classes sociais. Isso estabelece novas relações político-financeiras na sociedade capitalista, o que contribui para desencadear diferentes formas de o capital alargar os seus lucros; o sistema bancário assume a função de emprestador, usando o dinheiro de terceiros para executar os empréstimos. Logo, "o crédito de capital consiste, pois, na transferência de dinheiro, que assim deve ser transformado de capital monetário ocioso em ativo." (HILFERDING, 1985, p. 91). Os bancos representam a evolução dessas transações, inclusive quando fixam as taxas de juros que devem ser adotadas, a depender das circunstâncias[17].

Para Marx, a taxa de juros é fixada pela concorrência entre os capitalistas monetários e os capitalistas produtivos, ou seja, entre aqueles que detêm uma vultosa soma de dinheiro emprestável e aqueles que organizam a produção para gerar mais-valor. Marx (2017, p. 420) considera que "é a separação dos capitalistas em capitalistas monetários e capitalistas industriais que, na realidade, converte uma parte do lucro em juros e cria, em geral, a categoria dos juros; e a taxa de juros

[17] Marx afirma no livro III de *O Capital* que a taxa de juros depende da taxa de lucro total e da proporção em que é repartido o lucro entre prestamistas e prestatários, obedecendo ao ciclo de rotação que caracteriza o modo de produção capitalista: estabilidade, crescimento, prosperidade, superprodução, *crash*, estagnação, nova estabilidade etc. Para ele, os juros baixos têm a ver com os períodos de prosperidade, bem como os juros altos têm relação com os períodos de pouca prosperidade. Mas adverte: "***É certo que, por outro lado, juros baixos podem coincidir com a paralisação dos negócios, e juros moderadamente altos, com uma animação crescente***." (MARX, 2017, p. 408, grifo nosso); porém, indubitavelmente, a elevada taxa de juros atinge seu nível mais alto durante as crises. Em outro momento, Marx afirma: "Sem dúvida, é certo que a própria taxa de juros é constantemente variável de acordo com as classes das garantias dadas pelos prestatários e a duração do empréstimo; mas para cada uma dessas classes ela é, num momento dado, uniforme." (MARX, 2017, p. 413). Os juros são influenciados pela oferta e pela demanda de capital emprestável.

nasce exclusivamente da concorrência entre esses dois tipos de capitalistas.”, pois, se os capitalistas ativos usarem seus próprios recursos na produção, eles não são obrigados a dividir seus lucros.

Desse modo, o capitalista monetário depende, imperiosamente, do capitalista industrial ou comercial para que seu dinheiro funcione como capital e, consequentemente, lhe renda lucro em forma de juros. A riqueza entesourada do capitalista monetário tem de funcionar como capital nas mãos dos demais capitalistas para que gere rendimento; enquanto estiver em suas posses, nada lhe rende. Enquanto isso, o capitalista que emprega capital emprestado é forçado a dividir seus lucros com o prestamista depois de transcorrido o tempo acordado para a restituição do empréstimo. Nesse ponto de vista, o lucro bruto do capitalista em atividade, que toma empréstimo para investir em seu negócio, é o lucro menos os juros (MARX, 2017). É necessário frisar que as hipóteses levantadas por Marx consideram, em suas teorizações, que a propriedade do capital pertence ao prestamista; com isso, o lucro obtido pelo capitalista ativo deve contar com os juros do empréstimo realizado.

> A divisão meramente quantitativa do lucro bruto entre duas pessoas que possuem títulos distintos sobre o mesmo capital – e, portanto, sobre o lucro engendrado por ele – converte-se, assim, numa divisão qualitativa tanto para o capitalista industrial que trabalha com capital emprestado como para o capitalista monetário que não investe diretamente seu capital. Uma parte do lucro se apresenta agora como fruto que, como tal, pertence ao capital na qualidade de juros; a outra parte se apresenta como fruto específico do capital numa forma oposta, isto é, como ganho empresarial. Uma aparece como simples fruto da propriedade do capital, a outra, como fruto da mera operação com o capital, como fruto do capital em ação ou das funções que o capitalista ativo desempenha. (MARX, 2017, p. 424).

O capitalista que investe o seu próprio capital desdobra-se em duas personagens: possuidor do capital e o empregador do capital. Assim, o capitalista que possui as condições financeiras suficientes para investir na indústria ou no comércio assimila, em relação à taxa média de lucro, uma divisão qualitativa (não mais somente quantitativa), na qual os juros e o ganho empresarial não são distribuídos entre pessoas diferentes, pois se trata de duas categorias de lucro. Segundo Marx (2017), o empregador do capital que não precisou tomar empréstimo

é proprietário de capital e empregador de capital. Como capital fora do processo produtivo, rende juros por si só; como capital em atividade, gera ganho empresarial.

O lucro bruto corresponde aos juros e ao ganho empresarial, sendo os juros uma "[...] subforma pronta do mais-valor produzido pelo capital, muito antes de existirem o modo de produção capitalista e as ideias de capital e lucro que lhe correspondem." (MARX, 2017, p. 425). *Grosso modo*, isso significa que o capitalista, que é proprietário de seu próprio capital, atribui a si mesmo os juros que aparecem para ele como ganho empresarial, graças ao excedente de seu lucro bruto; em outras palavras, esse capitalista se apropria dos juros que ele pagaria a um capitalista monetário caso tivesse adquirido um empréstimo.

A existência do modo de produção capitalista depende da permanente conversão de dinheiro em capital para colocar em atividade a produção e a circulação de mercadorias. Por isso, é necessário também se apossar do trabalho não pago para gerar um montante de mais-valor que posteriormente se realizará em lucro, em ganho empresarial dos capitalistas. Os juros representam a expressão do valor criado no processo produtivo que depois assume a forma de meios de produção, com os quais se confronta a força viva do trabalho, propiciando as condições para que o capital se aproprie do trabalho excedente gratuito.

No entanto, na forma dos juros desaparece qualquer vestígio que mostre a sua relação contraditória com o trabalho assalariado, pois o antagonismo que se institui diretamente com o capital portador de juros é o capital ativo, o qual mantém a exploração da força de trabalho e a evidente antinomia com o trabalho. Assim, "o capital portador de juros é o capital *como propriedade* diante do capital *como função*. Enquanto o capital não funciona, ele não explora os trabalhadores nem assume uma posição antitética em relação ao trabalho." (MARX, p. 428, grifos do autor).

O ganho empresarial não se opõe ao trabalho assalariado, mas aos juros, porque, neste caso, sua taxa de lucro depende da taxa de juros. O ganho empresarial é determinado pelo uso de um capital emprestado; há aí uma competição do capitalista monetário com o capitalista ativo, como se este último, na figura de não proprietário, se apresentasse como "trabalhador" do primeiro (MARX, 2017), porquanto "os juros são uma relação entre dois capitalistas, não entre capitalista e trabalhador." (MARX, 2017, p. 431).

A despeito dessa concepção de Marx, Grespan pondera que:

> A distinção categorial entre a “diversidade” e a “oposição” é sabidamente um ponto-chave da lógica hegeliana; no texto de Marx, ela comparece para definir o vínculo das partes como de recíproca determinação e negação. Ou seja, mais do que distintas, as duas partes o são uma para outra, uma pela outra. Cada qual está “em uma determinação”, mas é pelo fato de a do ganho empresarial ser “oposta” à dos juros – só “daí” – que ela se define como tal. Além disso, a oposição funda uma diferença entre os juros “como fruto proveniente em si e para si do capital” e o ganho empresarial “como fruto específico do capital”. Claro, esse último é “específico” porque deriva do emprego do capital enquanto capital na reprodução social. O interessante é o primeiro ser caracterizado, com recurso a outra categoria de Hegel, como o “em si e para si” com que os juros constituem “fruto proveniente” do capital. (GRESPAN, 2019, p. 67, grifos do autor).

Desfaz-se então o mistério da autocriação do juro, pois somente quando investido na produção de mais-valor, o dinheiro como capital pode se multiplicar. Assim, no momento em que se empregam os recursos necessários para a produção e para a circulação de mercadorias, a apropriação do mais-trabalho é absolutamente inexorável para a reprodução capitalista, de maneira que nessa relação antinômica entre capitalista monetário e capitalista ativo, os juros delimitam o ganho empresarial, embora haja, ao mesmo tempo, uma relação de determinações recíprocas, já que a taxa de juros tem dependência da taxa geral de lucro.

Desse modo, desenvolve-se uma falsa consciência de que existe uma submissão do capitalista ativo ao capitalista possuidor de capital, como se os lucros obtidos pelo que investe na produção e/ou circulação equivalessem ao seu salário. Isso se dá “[...] a partir da tendência apologética de apresentar o lucro não como mais-valor, isto é, não como trabalho não pago, mas como salário que o próprio capitalista recebe pelo trabalho que realiza.” (MARX, 2017, p. 438).

E Marx é ainda mais convincente quando afirma:

> Com o desenvolvimento da cooperação da parte dos trabalhadores, das empresas por ações da parte da burguesia, desapareceu o último pretexto para a confusão do lucro do empresário com o salário de administração, e o lucro revelou ser também na prática aquilo que ele já era indiscutivelmente na teoria: simples mais-valor, valor pelo qual não se paga equivalente nenhum, trabalho realizado e não pago; de maneira que o capitalista atuante explora realmente o trabalho e, quando opera com capital emprestado, divide o fruto de sua exploração em juros e lucro do empresário, que é o excedente do lucro sobre os juros. (MARX, 2017, p. 439).

Portanto, dinheiro não gera dinheiro autonomamente; é preciso que ele seja empregado como capital e resulte na exploração da força de trabalho. A fórmula D-D' (D = D + DΔ) omite a verdadeira razão que aumenta o valor investido originalmente na produção. Para Marx, sob o capital portador de juros, desaparece a mediação necessária e imprescindível do processo de produção, cujo "[...] capital aparece como fonte misteriosa e autocriadora de juros, de seu próprio incremento." (MARX, 2017, p. 442). Tem-se a impressão de que é uma simples questão de escolha de o capitalista monetário decidir se usa seu dinheiro como dinheiro ou o desembolsa para emprestá-lo como capital que irá lhe render juros.

O capital portador de juros aparece como uma mercadoria que depois de emprestada retorna para aquele que o emprestou com um valor maior, como se ele fosse uma fonte de criação de valor em si mesmo. Desse modo, "assim como na força de trabalho, o valor de uso do dinheiro transforma-se em fonte de criação de valor, de um valor maior que está contido nele mesmo." (MARX, 2017, p. 442). Isso denota o caráter fetichista do capital portador de juros, do valor que se valoriza a si mesmo, do dinheiro que gera dinheiro.

Ao invés de os juros representarem parte do lucro que é subtraído do trabalhador na criação de mais-valor, a lógica do capital portador de juros se mostra invertida, pois os juros aparecem como o verdadeiro capital, e o lucro, como ganho empresarial, "[...] *aparece como simples acessório e ingrediente adicionado no processo de reprodução*." (MARX, 2017, p. 442, grifos nosso), de modo que o processo produtivo perde seu *status* de única forma de valorização do valor. Nesta, os juros "adquirem" uma existência independente dele. O dinheiro figura, por conseguinte, o crescimento natural de si mesmo, a capacidade de valorizar seu próprio valor sem conexão manifesta com a realidade, ocultada pelo fetichismo em sua forma mais pura: dinheiro que gera dinheiro (D-D').

> Aqui se completam a forma fetichista do capital e a ideia do fetichismo do capital. Em D-D', temos a forma mais sem conceito [*begriffslose*] do capital, a inversão e a coisificação das relações de produção elevadas à máxima potência: a forma simples do capital, como capital portador de juros, na qual ele é pressuposto a seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro ou, conforme o caso, da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução – eis a mistificação capitalista em sua forma mais descarada. (MARX, 2017, p. 442).

O dinheiro como mercadoria aparece como valor de troca autônomo e com capacidade de valorizar seu próprio valor. Na relação em que se institui como capital portador de juros, aparenta não ter mediação com a produção e a circulação de mercadorias, e se multiplica independentemente, de forma tão natural quanto o crescimento das árvores (MARX, 2017), reproduzindo-se sem o imperativo do mais-trabalho. Contudo, o fetichismo expresso nessas premissas esconde que a potência criadora de valor do dinheiro somente existe enquanto capital empregado na produção.

O capital monetário consegue ter crescimento real unicamente quando é emprestado ao capitalista ativo, que o colocará em atividade na produção ou na circulação, pois o mero entesouramento não lhe rende parte dos lucros obtidos por meio da expropriação da força de trabalho humana no processo produtivo, de modo que “tão logo é emprestado ou investido no processo de reprodução [...], crescem seus juros, não importando se ele dorme ou está acordado, se está em casa ou viajando, se é dia ou noite.” (MARX, 2017, p. 443).

A concentração de riqueza de que o capitalista monetário dispõe para emprestar dinheiro a juros como capital é composta do acúmulo histórico de trabalho excedente não pago. Não existe outra forma de se criar valor senão por via do trabalho; para que o capital se multiplique, há a necessidade imprescindível de aplicá-lo no processo produtivo. Portanto, “o produto do trabalho pretérito, o próprio trabalho pretérito, está aqui, em si mesmo, prenhe de um fragmento de mais trabalho vivo, presente ou futuro.” (MARX, 2017, p. 449).

Os juros dependem do ganho empresarial oriundo da produção na forma de mais-valor, que depois se realiza em lucro e, subsequentemente, é compartilhado entre os capitalistas envolvidos no processo (capitalista monetário, capitalista produtivo e capitalista comercial) para, logo em seguida, reiniciar um novo ciclo que amplia o acúmulo de capital agora existente.

Dada a permanente necessidade de retornar a um novo ciclo que garanta a reprodução capitalista, evita-se manter o capital em ociosidade ou, na melhor das hipóteses, uma parte dele. Para isso, a ordem econômica capitalista aperfeiçoa seu sistema de crédito e impede que o capital fique estagnado por longo tempo, assegurando que o capital portador de juros seja indispensável para a acumulação de riqueza, pois, por via de uma complexa relação entre credores e devedores na

produção e na circulação de mercadorias, generalizam-se as bases sofisticadas de empréstimo.

O desenvolvimento do comércio e da produção capitalista precisa de um sistema de crédito que aprimore o desempenho do modo de produção, no qual o funcionamento deve ser eficiente na circulação (MARX, 2017). Neste caso, na maioria das transações, recorre-se, como meio de pagamento, às letras de câmbio até que esses papéis sejam compensados e debitados.

Sobre a importância do sistema crédito, Hilferding escreve:

> É fácil ver o modo como o crédito irá exercer essa função. Vimos que o capital monetário é liberado periodicamente do processo cíclico do capital. Uma vez excluído esse capital monetário do ciclo de qualquer capital individual, o mesmo pode, no entanto, atuar como capital monetário do ciclo de outro capital, desde que colocado à disposição de outros capitalistas sob a forma de crédito. Dessa maneira, a liberação periódica de capital constitui uma base importante para o desenvolvimento das condições de crédito. (HILFERDING, 1985, p. 82).

O desenvolvimento do comércio de dinheiro que se relaciona dialeticamente com o comércio de mercadorias conta com desdobramentos basilares para a origem do crédito no sistema capitalista, importante para aqueles envolvidos nos negócios, seja como possuidor de dinheiro, seja como industrial ou como comerciante. Os negócios realizados a partir do sistema de crédito nem sempre têm associação direta com o empréstimo de dinheiro, já que o crédito pode vir em forma de mercadoria adiantada de um capitalista produtor de matérias-primas para um capitalista industrial: aquele que adianta a mercadoria recebe uma promessa de pagamento com vencimento fixo. Do mesmo modo, o capitalista industrial pode também vender seu produto a outro capitalista fabricante, e assim por diante, até chegar ao consumidor final.

Marx usa Tooke (1844 apud MARX, 2017) para explicar que o crédito é uma relação de confiança em que se empresta dinheiro ou mercadorias, cuja soma de valor será paga num prazo estipulado. Se o capital emprestado é em dinheiro ou nalgum tipo de ordem de pagamento, a soma devolvida terá um acréscimo, na forma de juros, numa data previamente acordada. Quando se trata de uma compra de mercadorias que é, na verdade, uma venda na qual o comprador negociou o

pagamento para uma data futura, o valor original é acrescido de uma indenização pelo uso do capital e pelo risco que se corre antes do dia do vencimento.

Com o desenvolvimento do sistema bancário, os bancos assumem o protagonismo de mediadores na circulação de pagamentos e são as principais entidades responsáveis por realizar empréstimos, nos quais retêm os depósitos de pessoas físicas, de todas as classes sociais que conseguem poupar dinheiro, bem como de pessoas jurídicas. Os banqueiros não demoram muito para tornar o sistema de crédito mais eficiente e mais lucrativo para os homens de negócios, inclusive para eles próprios. “Emprestar e tomar dinheiro emprestado converte-se num negócio específico desses negociantes, que atuam como intermediários entre o verdadeiro prestamista e o prestatário de capital monetário.” (MARX, 2017, p. 454).

O negócio do banco consiste em concentrar grandes somas de capital monetário potencialmente emprestável; o banqueiro substitui a figura do prestamista individual para se estabelecer como representante de todos os prestamistas, administrando o dinheiro de outrem entesourado nos bancos. Para Marx (2017, p. 454), “um banco representa, de um lado, a centralização do capital monetário, isto é, dos prestamistas; de outro, a centralização dos prestatários. Seu lucro consiste, em geral, em pegar emprestado a juros menores do que aqueles pelos quais ele empresta[18].”.

Os fundos de reserva de todos os capitalistas, rentistas, proprietários de terra, trabalhadores etc. são mobilizados nos bancos, funcionando como capital portador de juros quando cedido como empréstimo. Neste, pequenas somas, que se fundem com as grandes somas de dinheiro das classes abastadas, transformam-se em poder monetário. Os bancos medeiam essas relações financeiras entre os verdadeiros capitalistas monetários e os prestatários.

Se o capitalista esperar o final de todo ciclo reprodutivo do capital, da fabricação ao consumo, para reinvestir na produção de novas mercadorias somente depois da realização de seu lucro, dificilmente conseguirá perdurar numa organização econômica tão competitiva quanto a capitalista. O crédito responde a esse intervalo que se cria entre a produção e o consumo, entre a oferta e a demanda do capitalista, que é obrigado a pagar com suas vendas futuras os gastos que teve no passado na criação de mais-valor (meios de produção e força de

[18] *Spread* bancário

trabalho). Segundo Harvey (2013b, p. 350), “a redução do tempo de circulação realmente libera o capital monetário, que pode então ser usado para uma acumulação adicional.”.

Os bancos aproveitam-se dessa necessidade dos capitalistas ativos de conseguir fundos para reinvestir na produção sem esperar que a reprodução de seu ciclo seja concluída. O lucro dos bancos está, na realidade, no uso do dinheiro dos outros para investir em diversas aplicações financeiras que surgem no sistema capitalista, na medida em que se desenvolvem e se complexificam suas relações econômicas.

Harvey diz o seguinte sobre os bancos:

> Finanças e bancos não são meros receptores passivos de sua parcela da alíquota do mais-valor produzido na forma-dinheiro. Eles são intermediários ativos e agentes da circulação de dinheiro de volta a produção de mais-valor por meio da circulação de capital portador de juros. (HARVEY, 2018, p. 30).

Harvey (2018) considera que a própria existência do sistema bancário evidencia a finalidade de criar dinheiro sem a criação de mais-valor na produção, de modo que se percebe o entusiasmo de impulsionar a circulação de valor antes da efetivação do mais-valor na produção. Assim, o capital portador de juros cedido para o capitalista ativo mediante o retorno com acréscimo, baseado nos lucros alcançados na extração de mais-valor, representa um fluxo de valor em movimento. Quando o capitalista industrial possui as condições de utilizar seu próprio recurso encarna o papel de proprietário do capital (forma-dinheiro) e, ao mesmo tempo, de beneficiário dos juros do dinheiro que financiou a produção.

Por outro lado, pode não ter os recursos necessários para investir na indústria ou no comércio e se encontrar compelido a tomar um empréstimo, para depois pagar juros a terceiros. Contudo, a dinâmica do sistema econômico capitalista faz com que o capital portador de juros adquira certa autonomia em relação ao seu vínculo com a atividade produtiva ou comercial, tornando-se um instrumento financeiro indisciplinado à produção. Gilbart (apud MARX, 2017, p. 459-460) diz que “tudo o que facilita os negócios facilita também a especulação. Negócios e especulação estão, em muitos casos, tão intimamente unidos que é impossível dizer onde exatamente acabam os negócios e onde começa a especulação”.

Com base nesse comentário de Gilbart, Marx (2017) considera que a facilidade que se tem em adquirir adiantamentos sobre mercadorias ainda não vendidas pode estimular a fabricação de mercadorias e buscar mercados distantes, para tão somente obter adiantamentos em dinheiro desses mercados. Logo, o crédito tanto pode ser alcançado no banco como numa venda adiantada entre dois capitalistas, seguindo, obviamente, as leis bancárias. Isso implica criar condições estruturais para que essas relações comerciais se objetivem: construção de portos, ferrovias, estradas etc., o que demanda novas linhas de crédito, agora do Estado, para essa realização. As apostas em futuras produções desprezam as eventualidades que podem interromper o fluxo mercantil e, consequentemente, gerar crises, dívidas e estagnação econômica.

Nessas condições, é inevitável que os bancos restrinjam seus créditos e aumentem suas taxas de juros significativamente. Juros elevados, dificuldade ou não de pagamento das dívidas etc., levam vários capitalistas à falência. Se não fosse a intervenção do Estado e novas formas de crédito (que “desconsideram” a realidade), todo o sistema econômico iria à bancarrota. Desde o século XIX, com o aperfeiçoamento do sistema de crédito bancário, há um crescimento de operações financeiras em detrimento de investimentos de fato produtivos, causando desordens econômicas nos séculos seguintes. A ganância capitalista, consequentemente, percebe fontes não convencionais de lucros.

> Banco e finanças têm diversas funções. Eles absorvem bolsões de dinheiro inativo onde quer que estejam e os convertem em capital-dinheiro ao emprestá-los a qualquer um que esteja interessado em aproveitar oportunidades lucrativas de investimento. Na posição de intermediárias, as instituições financeiras agem como o “capital comum de uma classe [a capitalista]”. Elas desempenham um papel decisivo na aceleração da equalização da taxa de lucro, retirando fundos daqueles que trabalham com setores econômicos de baixa rentabilidade e redirecionando-os para onde quer que a taxa de lucro seja mais alta. Também tem certo poder de criação de dinheiro, independentemente de qualquer aumento na vazão de valor. A independência e a autonomia do sistema financeiro, além do poder inerente de criação de dinheiro, podem ser subsumidas no processo de circulação de capital como valor em movimento, mas não sem impactos importantes. (HARVEY, 2018, p. 48, grifo do autor).

Esse fenômeno indica que do mesmo jeito que os bancos trabalham com vultosas somas de capital-dinheiro, retidas em seus cofres e disponíveis para

empréstimos nos setores produtivos, também têm a capacidade de criar valores monetários que independem da produção de valor real, cujo valor em movimento atua num mercado paralelo improdutivo. Isso evidencia a contradição do sistema de crédito bancário nos momentos de crise econômica, pois quando a economia capitalista apresenta fases de crescimento, tudo parece apontar para a autonomia do dinheiro criado no mercado monetário, livre das bases que produzem valor.

Porém, em momentos de crise, percebe-se que a economia não se sustenta sem um equivalente derivado da produção de mais-valor, porque precisa de fundamentos reais para a quitação de dívidas, a compensação de títulos de crédito e até mesmo para que o dinheiro em circulação funcione como meio de pagamento, já que nada garante que as cédulas emitidas têm relação com o tesouro à disposição, principalmente, dos bancos centrais.

Embora o capital monetário, sob a égide dos bancos, proponha se organizar melhor por intermédio do sistema de crédito, no qual os interesses capitalistas se deslocam da esfera individual para o interesse coletivo de classe, desvela a impossibilidade de o modo de produção capitalista alcançar algum tipo de equilíbrio permanente, dada a sua essência contraditória, egoísta e competitiva.

O desenvolvimento proporcionado pelo sistema de crédito impulsiona o ganho do mais-valor relativo por meio de investimentos tecnológicos, implicando aumento de trabalhadores desempregados, o que conduz à eliminação de grande parte dos consumidores e estimula que as mercadorias sejam negociadas pelos preços de produção e não pelos valores (HARVEY, 2013b). Apenas essas questões já seriam suficientes para demonstrar a ineficiência da administração financeira, determinada a evitar os desequilíbrios atinentes ao sistema do capital. Mas existem outros fatores de desestabilização.

A vontade de desenvolver um sentimento coletivo e sem conflitos entre os capitalistas durante o processo de organização do sistema crédito, obviamente, não teria êxito. Longe disso, surge uma classe de financistas que dominam o sistema do capital à proporção que a produção de riqueza material aumenta o capital monetário, de modo a crescer a riqueza e a quantidade de capitalistas que vivem do rentismo.

A ampliação do sistema de crédito viabiliza o aparecimento de banqueiros, prestamistas, financistas etc. que fazem fortuna à custa da produção, mas invertem deliberadamente a lógica econômica, parecendo que o valor pode ser criado fora do setor produtivo (MARX, 2017). Como afirma Marx (2013, p. 815), ao aludir a esse

grupo de capitalistas, “[...] Deus é empurrado para o segundo plano pelo ‘mediador’, e este, por sua vez, é deixado para trás pelos padres, que são, por sua vez, os intermediários imprescindíveis entre o bom pastor e suas ovelhas.”.

No interior da própria burguesia, revelam-se outras antinomias do sistema capitalista: parasitas que se nutrem de membros de sua classe e impõem normas e métodos de trabalho que permitem intensificar a criação de mais-valor.

> O sistema de crédito, cujo núcleo são os supostos bancos nacionais e grandes prestamistas e usurários de dinheiro a seu redor, constitui uma enorme centralização e **confere a essa classe parasitária um poder fabuloso** – não só de dizimar periodicamente os capitalistas industriais, mas de intervir da maneira mais perigosa na produção real, da qual esse bando não sabe absolutamente nada e com a qual não tem nenhuma relação. (MARX, 2017, p. 605, grifo nosso).

Esses honoráveis bandidos, como diria Marx, conseguem estabelecer conflitos e domínio de poder a fim de explorar os recursos da produção nacional e internacional, visando se aproveitar, tanto quanto possível, da riqueza produzida e do dinheiro poupado dos sujeitos de diferentes classes, dos empréstimos, das especulações etc. O acordo faustiano do capitalista ativo com os *bancocratas* chega às suas últimas consequências. O pacto é realizado e pago com o sangue da classe trabalhadora, onde “*o sangue humano é tinta ardente e especial*” (GOTHE, 2002, p. 74).

Emprestar e tomar emprestado para capitalizar a riqueza produzida não impede que esses negócios financeiros também promovam a circulação de ativos financeiros que não tenham base na produção real. O negócio bancário busca concentrar todo capital monetário emprestável; o banqueiro aparece como representante de todos os prestamistas, bem como das transações que trazem o gérmen do capital fictício (MARX, 2017).

A expansão da produção industrial demandou a ampliação do sistema de crédito, o que aumentou a demanda do comércio exportador entre vários países, ocasionando *crashs* originados de adiantamentos de dinheiro sem a devolutiva das mercadorias, as quais deixaram de ser fabricadas ou cultivadas por diversos motivos. Muitas transações comerciais eram realizadas sem ao menos existir a mercadoria negociada.

Verifica-se que nessas relações germinava a roleta global que se tornou a bolsa de apostas financeira do capitalismo contemporâneo. Negócios eram realizados com letras emitidas por vários agentes sem nenhuma dificuldade, enquanto bancos tinham dinheiro para adiantar sobre os documentos. O problema estava justamente na quantidade ilimitada de letras emitidas não lastreadas, sem a correspondência devida do que havia de equivalente em dinheiro metálico nos bancos, o que somente se revela em momentos de crise econômica.

Marx (2017) aponta outras formas de crédito, como é o caso de um fabricante que toma emprestado uma mercadoria, a título de reembolsar em dinheiro o prestamista após um período previamente combinado, com um acréscimo determinado pela taxa de juros. Neste caso, assevera Marx, a mercadoria converte-se em capital monetário que rende juros, a deixar claro que a taxa de juros em geral está submetida aos limites da taxa de lucro e que o vínculo entre a demanda de capital-mercadoria e de capital monetário depende das circunstâncias encontradas na produção real. Ou seja, o capital para manter o equilíbrio depende de um fluxo permanente de demanda e oferta de capital monetário (dinheiro e crédito) (MARX, 2017).

Marx relata as circunstâncias ocorridas em 1847, quando a demanda por capital monetário cresceu em consequência de alguns fatos: encarecimento do trigo, aumento do preço do algodão, superprodução de açúcar, especulação ferroviária, *crash*, ampliação do mercado estrangeiro com artigos de algodão e exportações e importações realizadas para sacar letras de câmbio, sem nenhum interesse real pelos produtos negociados.

Esses fatores que envolviam tanto a superprodução de mercadorias quanto a subprodução da agricultura levaram à alta na demanda de capital monetário e expressavam os reflexos do próprio processo de produção capitalista (MARX, 2017). “Porém, independentemente de sua causa, a demanda de capital *monetário* era a responsável pelo aumento da taxa de juros, do valor do capital monetário.” (MARX, p. 478, grifo do autor).

Marx avalia que o valor-capital pode crescer mesmo que o lucro diminua. Com a escassez de capital monetário em circulação, seu valor tende a subir. Em vista disso, “a esse valor aumentado do capital monetário correspondia diretamente o valor monetário diminuído do capital real (capital-mercadoria e capital produtivo).”

(MARX, 2017, p. 479). O aumento do valor do capital monetário corresponde à diminuição do valor da outra forma de capital (mercantil e produtivo).

À medida que os problemas da reprodução aparecem, as taxas de juros tendem a crescer. No caso de 1847 a que Marx se refere, as taxas de juros bancários eram inicialmente de 3% em fevereiro daquele ano e variaram entre novembro e dezembro de 5% a 10%. Assim, a taxa de juros é regulada pela oferta e pela demanda de capital monetário no transcurso do processo de reprodução capitalista, sem que haja, como acreditavam alguns economistas da época, uma taxa natural de juro.

Harvey analisa essas precisões teóricas da seguinte forma:

> O "catolicismo" da base monetária, no qual o valor real é representado pela mercadoria-dinheiro (ouro e prata), é considerado por Marx o teste decisivo de realidade imposto às febres especulativas. Assim, mesmo quando as mercadorias-dinheiro – os metais preciosos – são desobrigadas de seu papel mediador como representações de valor, Marx dificilmente concordaria em tirar do valor seu papel central como árbitro das leis de movimento do capital. A questão da relação entre os poderes imateriais – porém objetivos – do valor e as eflorescências do sistema de crédito passa então para o primeiro plano da preocupação teórica. (HARVEY, 2014, p. 213).

É nesses momentos que se desvela o sentido do valor do capital para Marx. Nessa situação, "[...] pode ocorrer que a taxa de lucro permaneça alta por muito tempo, ao passo que cai o lucro do empresariado e sobe a taxa de juros, de modo que os juros absorverão a maior parte do lucro." (MARX, 2017, p. 480). Hilferding (1985) concorda com Marx e explica que enquanto, por um lado, o dinheiro encontra-se momentaneamente ocioso, mas precisando valorizar-se como capital, por outro lado, existem capitalistas ansiosos para transformar esse dinheiro inativo em capital monetário voltado à produção.

Para que não seja interrompido o ciclo reprodutivo, o capitalista tem de recorrer ao capital creditício, cujos juros irão depender das condições do mercado de capitais. O pensador austríaco observa que se o capital tem à disposição uma soma determinada de dinheiro que representa a oferta, concomitantemente há a necessidade do capitalista produtivo de se apropriar desse capital monetário para colocá-lo em funcionamento.

A análise feita por Hilferding indica que a oferta e a demanda representam duas magnitudes que determinam o preço do empréstimo do dinheiro (taxa de juros). Com a expansão da produção e da circulação, aumenta a procura pelo capital monetário, de modo que, ampliada a procura por capital monetário e havendo desequilíbrio entre essas duas magnitudes, a elevação da taxa de juros é quase inevitável.

Hilferding atenta para o fato que o capital monetário da oferta se constitui de moeda corrente e de moeda fiduciária; esta última tem um valor variável que cresce de acordo com a expansão da produção.

> Essa expansão significa demanda multiplicada de capital monetário; a demanda multiplicada provoca, igualmente, uma oferta maior que se apresenta em decorrência da moeda fiduciária incrementada, gerada pela expansão da produção. Portanto, uma alteração da taxa de juros ocorrerá apenas quando a variação da demanda de capital monetário for mais forte do que a variação da oferta; haverá, pois um aumento da taxa de juros só quando a procura de capital monetário crescer mais rapidamente do que o aumento da moeda fiduciária. (HILFERDING, 1985, p. 103).

O aumento da moeda fiduciária exige igualmente o crescimento da soma de dinheiro real; isto é, para existir equilíbrio, as letras de câmbio emitidas devem estar lastreadas em reservas de riqueza e não baseadas tão somente em notas bancárias emitidas sem valor nem lastro material. Hilferding conclui com isso que “[...] a multiplicação da moeda fiduciária exige também um aumento paralelo da soma de dinheiro que é sempre necessário existir como reserva para a conversibilidade constante de moeda fiduciária.” (HILFERDING, 1985, p. 103). Com a circulação da moeda fiduciária, que se converte em capital monetário investido na produção e na circulação, há um aumento inicial de moeda corrente que equilibra, momentaneamente, a balança da moeda fiduciária não compensada.

Ao passo que a circulação se expande, a moeda fiduciária fica no plano secundário, no qual a realidade se impõe e o dinheiro assume o protagonismo em relações que exigem uma resposta imediata, como é o caso do pagamento do salário dos trabalhadores, das vendas no varejo etc., que precisam, *a fortiori*, de moeda corrente, resultando no comprometimento de parte do dinheiro para essas transações (HILFERDING, 1985). Somada a isso, a própria dinâmica incessante de investimentos, cada vez maiores, na produção e circulação com dinheiro fiduciário

(sem lastro) ou mesmo com capital-dinheiro (com lastro), conduz ao fim de um ciclo de prosperidade e ao início de um período de crise, de paralisação e/ou diminuição nas vendas, em razão da superacumulação de capital na forma mercadoria. Em outras palavras, a crise se instaura porque o mais-valor não consegue se realizar no tempo previsto.

> Isso significa, na verdade, que os títulos sacados contra as mercadorias não se compensam mais reciprocamente e que, pelo menos, se prorroga o prazo da circulação dos mesmos. Posto, porém, que os títulos não sejam compensados, terão que ser resgatados em moeda corrente. A moeda fiduciária (isto é, as letras e as respectivas notas substitutivas) já não pode, portanto, desempenhar, nos moldes anteriores, suas funções monetárias, ou seja, promover a circulação das mercadorias. (HILFERDING, 1985, p. 103).

Daí decorre uma demanda maior de moeda corrente para compensar as notas emitidas e escoar as mercadorias estagnadas, o que faz aumentar a taxa de juros dos empréstimos. As variações na taxa de juros estão vinculadas ao comportamento da conjuntura industrial e à facilidade com que as mercadorias estão sendo consumidas, pois se o fluxo da produção, circulação e consumo estiver comprometido, a taxa de juros se eleva, já que depende da reserva de dinheiro acumulado em épocas de prosperidade, podendo ser emprestado desde que não esteja em circulação.

Desse modo, “a experiência ensinar-nos-á o montante que a reserva deve ter para esses fins. O resto pode ser emprestado e constitui, em última instância, aquela oferta cuja utilização determina o nível da taxa de juros.” (HILFERDING, 1985, p. 104). Harvey (2013b) entende que o sistema de crédito, mesmo com a estrutura financeira que o envolve, está submetido a falhas, uma vez que não tem como tornar a taxa de juros desarticulada da produção de mais-valor.

Para que não haja nenhuma anomalia no processo de reprodução do capital, a taxa de juros vigente deve ser inferior à taxa de lucro do capitalista prestatário, visto que o capitalista funcionante, sobretudo na figura do capitalista industrial, explora a força de trabalho de tal modo que obtenha lucro suficiente para destinar parte dele ao prestamista. Assim, “o fluxo de capital nas mãos dos capitalistas industriais se divide de fato em dois caminhos: como detentor de dinheiro, o capitalista recebe juros sobre o dinheiro depositado; como produtor, lucra com a

exploração do trabalho na produção.” (HARVEY, 2018, p. 50). Isso deixa evidente que não existe outra forma de produzir valor senão pela produção, sendo os juros uma fração do mais-valor paga ao capitalista possuidor de dinheiro pelos capitalistas que investem diretamente na produção ou no comércio.

De acordo com Grespan:

> Essa confusão dissimula o lucro obtido pelo capital explorador do trabalho, dissimula o mais-valor colocando no seu lugar a propriedade pura como a fonte do excedente social na forma dos juros. Não é a relação entre capitalista e trabalhador, mas entre um tipo de capitalista e outro, que aparece como a forma de valorizar o valor. A exploração do trabalho transfigura-se em expropriação de um capitalista por outro, mas num grau mais alto do que o registrado nos dois itens anteriores: não se trata mais só de dividir os lucros com capitalistas produtivos que recebem mais do que contribuem para criar mais-valor; nem com o capital comercial, integrante pelo menos do processo de reprodução e em parte até o empregador de trabalho produtivo. Agora o lucro deve ser dividido com o simples proprietário de capital, que constitutivamente está fora da reprodução do capital e não coloca em ação trabalho produtivo. (GRESPAN, 2019, p. 69).

Como bem expõe Grespan, as relações entre capitalistas por meio de um elaborado sistema de crédito bancário dissimulam a verdadeira fonte de riqueza social, que, na sociedade capitalista, se manifesta pela expropriação da força de trabalho. No momento em que o capitalista ativo toma uma determinada soma de valor emprestada para financiar os seus negócios e é obrigado a devolver esse capital depois de certo período, acrescido de juros, parece que quem está sendo expropriado da força de trabalho é o capitalista tomador de empréstimo, haja vista que tem de partilhar o seu lucro com o capitalista que figura tão somente como dono do dinheiro.

A divisão original entre trabalhadores e capitalistas, onde os primeiros são coagidos a dispor diariamente parte de sua vida para trabalhar em troca de um mísero salário (por nada terem além de sua força de trabalho), e os segundos, donos dos meios de produção e exploradores, é substituída, no campo das aparências, pela concorrência entre os próprios capitalistas, entre a esfera dos que têm poder sobre os recursos financeiros e os que investem em ramos da produção capitalista.

Ainda segundo Grespan:

> [...] com isso, o que se distribui é trabalho, que passa de um caráter produtivo a um improdutivo conforme transite de uma esfera para outra da economia. Assim como os comerciários, os bancários e os trabalhadores do setor de crédito não geram diretamente mais-valor para o patrão, e sim direito a se apropriar de uma parte maior do mais-valor criado no setor produtivo. (GRESPAN, 2019, p. 70).

Essa transposição significa que o capital, mais cedo ou mais tarde, deve prestar contas de suas contradições à medida que o aumento da taxa de lucro e a menor taxa de juros dependem irremediavelmente da criação do mais-valor, o que revela que o dinheiro não pode gerar valor se não estiver empregado nalguma atividade produtiva. Mesmo que o capital seja obrigado a manter formas mediadoras para a sua reprodução, não pode abandonar o setor produtivo, fonte criadora de mais-valor em essência. O aumento da taxa de juros como resultado do déficit do dinheiro corrente (do dinheiro lastreado) equivale à diminuição do ganho empresarial. O capitalista recorrerá a métodos de maior exploração da força de trabalho para recuperar as suas perdas devido ao decréscimo da taxa de lucros.

Grespan (2019) entende que está no domínio da reprodução do sistema de crédito a mudança no capital que corresponde à ênfase capitalista em formas de lucros afastadas da produção de mercadorias. Essa mercadoria não corresponde aos valores de uso geral, não experimentam incrementos de valor através do trabalho, nem são responsáveis pela manutenção de recursos que subsidiam a vida humana. Os valores agora produzidos não possuem existência material; o dinheiro é o fim em si mesmo, é o próprio valor de uso. Logo, “a supressão do termo médio na fórmula geral do capital D-M-D’, justo o da produção da mercadoria, revela bem como o capital agora pretende ser a única mercadoria, a mercadoria ‘em si’.” (GRESPAN, 2019, p. 70). O valor valoriza a si mesmo.

É nesse fetiche automático do valor que se valoriza que desaparece a cicatriz de seu nascimento (MARX, 2017). Marx (2017, p. 442) considera que “a relação social é consumada como relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma. Em vez da transformação real do dinheiro em capital, aqui se mostra apenas sua forma vazia de conteúdo.”. Expressa, desse jeito, uma forma de relação externa na qual o capital portador de juros é resultado de um processo estranhado, uma vez que o mais importante é lucrar sobre o empréstimo do capital, mais do que com a fabricação de um produto que, de fato, amplie a riqueza social.

Dá-se vazão, assim, a novas formas de ganho no capital, dissociadas da produção real, e nascem formas fictícias de lucro que potencializam o parasitismo já existente no capital portador de juros, só que agora com um grau de especulação que não mantém aproximação alguma com o setor produtivo.

Marx (2017), mencionando Gilbart (1834), adverte que os bancos ao tentarem facilitar os negócios também facilitam a especulação, ao ponto de, posteriormente, não se saber onde terminam os negócios e começam as especulações. O capital portador de juros se desdobra num ativo criado no sistema bancário que não carrega em si vestígios ou conexão com a valorização do capital de forma substantiva, revelando-se numa forma puramente fictícia e que teve desdobramentos geopolíticos na transição do século XIX para o século XX na formação de monopólios sob a proteção das nações imperialistas. Esse tema será aprofundado na próxima seção.

3. FUNDAMENTOS DO CAPITAL FICTÍCIO E CRISES CAPITALISTAS: dominação financeira no capitalismo monopolista e a estratégia de concentração e centralização de capital

Marx (2013), no tomo I de *O Capital*, já antevê questões que foram fundamentais para a formação do imperialismo monopolista do século XIX, ratificando que as bases de sua origem estavam postas nas formas primordiais da economia capitalista, onde já se identificam os elementos financeiros que teriam maior predominância nos séculos XX e XXI. Para ele, o sistema de crédito e a dívida pública na Idade Média, oriundos de Gênova e Veneza, generalizaram-se pela Europa no período manufatureiro, de modo que o sistema colonial serviu de incubadora para esse fim, haja vista que nações se endividavam para manter sua capacidade produtiva e comercial, diante do comércio marítimo e das guerras comerciais no alvorecer do sistema capitalista.

Sobre isso, Marx (2013, p. 824) ironiza: “O crédito público se converte no credo do capital. E ao surgir o endividamento do Estado, o pecado contra o Espírito Santo, para o qual não há perdão, cede seu lugar para a falta de fé na dívida pública.”, o que demonstra a irracionalidade de uma dinâmica completamente material que aparece envolta num misticismo incapaz de ser questionado, assim como as expressões esotéricas das religiões.

O endividamento público tornou-se um dos fatores mais relevantes para a acumulação primitiva, especialmente quando transforma certa soma de capital improdutivo em capital, sem se expor aos riscos da produção industrial, do comércio ou da aplicação usurária (MARX, 2013). Marx (2013 p. 824) afirma que “na realidade, os credores do Estado não dão nada, pois a soma emprestada se converte em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que, em suas mãos, continuam a funcionar como se fossem a mesma soma de dinheiro vivo.”. Isso evidencia o surgimento de uma classe que tão somente vivia de maneira parasitária por meio de lucros produzidos na indústria: a classe de rentistas.

Nessa perspectiva, Marx (2013, p. 825) conclui que “[...] a dívida pública impulsionou agiotagem, numa palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancarrota”, o que no futuro repetir-se-ia com frequência. A dívida pública, portanto, não só criou uma classe de parasitas, mas ajudou a estabelecer as relações capitalistas de

produção à medida que os capitalistas monetários também viviam das rendas dos empréstimos concedidos aos capitalistas funcionantes.

Os grandes bancos se destacam como uma sociedade de especuladores privados sob a proteção dos governos. O Estado sustenta essas instituições financeiras com determinados privilégios a fim de que elas, posteriormente, tenham condições de lhes conceder empréstimos. Portanto, “com as dívidas públicas surgiu um sistema internacional de crédito, que frequentemente encobria uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele povo.” (MARX, 2013, p. 825).

Engels também fez considerações no livro III de *O Capital*, e procura situar o fenômeno no contexto histórico geral do capitalismo: “Logo, a colonização. Essa, atualmente, não passa de mera sucursal da Bolsa, em cujo interesse as potências europeias, há alguns anos, repartiram a África, e os franceses conquistaram Túnis e Tonquim.” (ENGELS, 2017, p. 970).

Marx destaca a importância do sistema colonial no processo de estímulo ao desenvolvimento industrial através das matérias-primas extraídas das colônias, as quais eram comercializadas e/ou manufaturadas para serem vendidas no mercado interno e externo, inclusive nas próprias colônias. Segundo Marx (2013, p. 824), “o sistema colonial era o ‘deus estranho’ que se colocou sobre o altar, ao lado dos velhos ídolos da Europa, e que, um belo dia, lançou-os por terra com um só golpe. Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade.”.

A relação dos países imperialistas com as colônias, *a fortiori*, demandou a dependência dos dominados. A expansão do Estado imperialista anula quase completamente a já relativa liberdade das atividades econômicas e políticas das colônias, ou, no caso das colônias informais, intervém nas políticas econômicas e sociais da nação colonizada, em favorecimento do império e das classes dominantes locais.

Anota Marx:

> Uma vez que a produção capitalista encontra-se desenvolvida num país, também se elevam aí, acima do nível internacional, a intensidade e a produtividade nacional do trabalho. As diferentes quantidades de mercadorias do mesmo tipo, produzidas em diferentes países no mesmo tempo de trabalho, têm, portanto, valores internacionais desiguais, que se expressam em preços diferentes, isto é, em quantias diferentes de dinheiro de acordo com

> os valores internacionais. O valor relativo do dinheiro será, portanto, menor na nação com modo de produção capitalista mais desenvolvido do que naquela em que é menos desenvolvido. Disso concluímos, portanto, que o salário nominal, o equivalente da força do trabalho expresso em dinheiro, será também mais alto na primeira nação que na segunda, o que não quer dizer em absoluto que isso também valha para o salário efetivo, isto é, para os meios de subsistência postos à disposição do trabalhador. (MARX, 2013, p. 632).

Demonstra-se nessas considerações que a relação estabelecida dos países adiantados com os países atrasados visa obter taxas de lucros superiores. Os investimentos das economias centrais nos países subdesenvolvidos garantiam as matérias-primas indispensáveis à confecção dos produtos manufaturados e a apropriação intensiva da força de trabalho dos povos das nações subjugadas. Conforme Coggiola, “criava-se uma taxa de lucro média internacional e a dos pobres, acima, o que é a base do superbenefício dos monopólios.” (COGGIOLA, 2002, p. 220). Esses *superbenefícios* resultam da alta taxa de mais-valor extraída do trabalho excedente, no qual os trabalhadores das colônias submetem-se a condições de exploração piores do que a dos proletários dos países desenvolvidos.

Para ter uma ideia concreta do quão lucrativo foi (e é) a relação dos países imperialistas com as nações subdesenvolvidas para o desenvolvimento do capital no último quartel do século XIX, apenas em 1870 a exportação de capital britânico girava em torno de £700 milhões; mais de um quarto desse capital era empregado na economia industrial estadunidense. Hobsbawm (2016) avalia que esses montantes de investimento em países estrangeiros, os quais ampliaram expressivamente as propriedades britânicas fora de seus limites territoriais, poderiam ter se realizado sem tantas exportações de capital, pois com os reinvestimentos dos juros e dividendos do que já se encontrava no exterior era possível alcançar tais objetivos, embora não se tenha conhecimento se em algum momento isso chegou a acontecer. O que se pode afirmar, com certeza, é que o capital exportado apenas representava parte dos lucros e das poupanças que buscavam investimento, visto que o grande fluxo de capital não procurou somente investir em mercados tradicionais de bens imóveis e títulos públicos, mas também em ações industriais.

> Por seu turno, homens de negócios e financistas (é provável que os contemporâneos disseram homens de negócios inidôneos e

> financistas suspeitos) viam-se agora em melhores condições para levantar capital não apenas com sócios em potencial ou outros investidores informados, mas junto a uma massa de investidores totalmente desinformados, que buscavam um retorno para seu capital em qualquer parte da áurea economia mundial, e para encontrá-lo através da mediação de solicitantes e corretores de família, muitas vezes remunerando-os por encaminhar tais recursos para eles. (HOBSBAWM, 2016, p. 109).

À época, segundo o historiador britânico, uma nova lei permitia a abertura de companhias de ações, estimulando novos investimentos que não comprometeriam sua fortuna como um todo, mas tão somente o dinheiro investido nesses títulos. Eram produtos da *mania ferroviária* da década de 1840, de modo que "[...] constituía um meio valioso, embora decerto não essencial, para mobilizar capital para grandes empreendimentos fora da possibilidade de sociedades ou para empresas em partes remotas do mundo." (HOBSBAWM, 2016, p. 109).

Duas décadas após a *mania ferroviária*, a pequena burguesia britânica acreditou numa etapa aparentemente próspera, até que a economia capitalista deu, outra vez, novos sinais de declínio, como já havia acontecido na primeira fase da industrialização. Uma questão importante a ser destacada é que essa crise inaugurou as crises modernas, pois a subprodução de vários produtos (agrícolas e industriais), que provocara a penúria em momentos anteriores, fora substituída pela superprodução relativa (COGGIOLA, 2009).

Segundo Coggiola:

> Embora cada crise apresentasse características próprias, correspondentes às conjunturas particulares nas quais se inseria, de modo geral elas se faziam notar pela contração brutal da economia, pela dificuldade de escoamento da produção industrial, pela queda de preços, pelas falências de numerosas empresas, a quebra da bolsa, o desemprego e a redução dos salários, enfim, tensões sociais. (COGGIOLA, 2009, p. 71).

Decerto, a gravidade das crises do capital no século XIX se diferenciou de outros momentos da breve história do sistema econômico justamente pela capacidade de expansão mundial da produção capitalista, cujo aprofundamento intensificou fortemente os problemas comerciais e financeiros, não só em alguns países, mas agora com alcance de dimensões mundiais. A quebra da Bolsa de Viena, em 1873, ilustra isso. Essa crise econômica atingiu também a economia

inglesa, que naquele momento era o centro mundial do capitalismo (COGGIOLLA, 2009). Tal crise leva a uma sucessão de falências bancárias na Áustria e na Alemanha, o que fez a indústria alemã regredir após um longo período de ascensão no decurso da guerra franco-prussiana, ao passo que incentivou a indústria pesada, sobretudo na construção de estradas de ferro e de navios.

Essa articulação entre as economias avançadas, bem como dos países europeus do centro com as economias dependentes do ultramar, mostrou o acirramento de um modelo de desenvolvimento desigual que se constituía mundialmente. De acordo com Coggiola (2002, p. 207), “o desenvolvimento desigual do capitalismo em escala planetária determinou a forma histórica concreta que assumiu a unificação econômica mundial.”. O imperialismo forjado no cerne desse estágio do capitalismo não se configura como uma etapa passageira da economia mundial; ele representa a força histórica necessária para manter essa relação econômica concomitante entre países subdesenvolvidos dependentes e nações de capitalismo desenvolvido.

Para Coggiola, as mercadorias no comércio mundial expandem-se universalmente e sua forma de valor autônoma se manifesta como uma moeda mundial, dado o valor relativo que cada mercadoria possui mediante a realização do trabalho humano abstrato. O dinheiro se apresenta como uma mercadoria de equivalência global capaz de mediar o processo de compra de quaisquer mercadorias, inclusive da mercadoria força de trabalho. Sobre isso, Bukharin (1988, p. 24) diz que “do mesmo modo que o mercado mundial das mercadorias se forma na esfera da circulação mercantil, o mercado mundial do capital-dinheiro encontra sua expressão na igualização internacional da taxa de juros e da taxa de descontos”. Bukharin entende, assim, que o capital se estabelece como um sistema estável de relações de produção que constitui a estrutura da organização econômica capitalista. Em consequência, a economia mundial que se desenvolveu no capital torna-se um complexo sistema de relações de produção e de relações correspondentes de troca em âmbito mundial em sua totalidade.

O desenvolvimento do mercado em mercado mundial implica a transformação do dinheiro em dinheiro mundial e do trabalho abstrato em trabalho social, trabalho que assume diversas funções na divisão internacional, particularmente na fase monopolista, na qual os impérios submetem, formal ou informalmente, nações subdesenvolvidas às suas necessidades (COGGIOLA, 2002). O imperialismo

capitalista se forma a partir de um processo de concentração-centralização de capitais pelos países de capitalismo desenvolvido; a livre concorrência é substituída pelo monopólio promovido pelos países imperialistas.

Os vínculos ontológicos entre Estado e classe dominante revelam-se nos momentos em que algumas determinações objetivas da realidade exigem uma posição de salvaguarda das empresas nacionais ante a concorrência interimperialista. Os governos imperialistas e não imperialistas são eleitos com a finalidade de representar e proteger os interesses do capital, haja vista que o simulacro da democracia liberal[19] cede lugar às formas reacionárias e autocráticas do Estado, sobretudo quando as relações econômicas capitalistas requerem a adoção de medidas que garantam a manutenção da hierarquia econômica mundial entre as nações, pois o que verdadeiramente importa são os elevados lucros obtidos com base na exploração dos trabalhadores e na especulação financeira.

O imperialismo que se apresenta no estágio monopolista do capitalismo, à sombra do capital financeiro, abandona o cinismo impraticável dos ideais iluministas e assume, de uma vez por todas, o seu caráter despótico em defesa da conservação da estrutura econômica capitalista. Por isso, concorda-se com Bukharin (1988, p. 57) quando ele afirma que "a coesão estatal configurou-se assim tão somente como expressão da coesão econômica.". Isto é, a existência do Estado e o modo que ele se comporta têm a ver com as necessidades econômicas objetivas do capital como controle sociometabólico que se manifesta numa relação de determinações recíprocas com a sua estrutura política.

> Os países capitalistas dominantes sempre defenderam (e continuam a defender) seus interesses econômicos vitais como combativas entidades nacionais, apesar de toda a retórica e mistificação em contrário. Suas companhias mais poderosas estabeleceram-se e continuam a funcionar pelo mundo afora; são "multinacionais" apenas no nome. Na verdade, são corporações *transnacionais* que não se sustentariam por si mesmas. (MÉSZÁROS, 2002, p. 229, grifos do autor).

[19] Por essa razão, Mészáros diz que "[...] sempre que os antagonismos se tornam sérios demais para ser tratados por meios 'consensuais', abandonam-se os simulacros democráticos normais para preservar a relação de forças estabelecida no sistema global do capital, garantindo a permanente sujeição e dominação desses povos 'rebeldes' por meios nada democráticos. Significativamente, esse tipo de solução é adotado ou defendido não apenas por personalidades abertamente autoritárias, mas também por políticos que explicitamente reivindicam 'credenciais democráticas'. Estes não hesitam em argumentar – de forma absolutamente absurda – que sua recomendação de negar a 'opção democrática' de autonomia e autodeterminação aos povos 'rebeldes' deve ser seguida em nome da nobre causa da preservação das realizações e valores democráticos dos Estados Unidos e dos países da Europa ocidental." (MÉSZÁROS, 2002, p. 228).

O capital movimenta-se para acomodar os novos imperativos reprodutivos do sistema com a intenção de perpetuar a sua existência. O período liberal marcado pelo monopólio industrial inglês e pela “livre concorrência” não tinha mais lugar nessa fase que estava sendo dominada pelo capital financeiro, uma vez que fora permeada pela competição internacional entre as economias mais desenvolvidas daquele momento (Grã-Bretanha, Alemanha, França e EUA), apesar das dificuldades que as empresas sofriam em cada país como efeito da crise econômica (COGGIOLLA, 2009). De acordo com Coggiola, o crescimento econômico expressava também a luta para a concentração econômica e o controle do mercado. O imperialismo revelou o fortalecimento das rivalidades políticas, a luta por territórios e a necessidade de ampliar as áreas de influência político-econômica.

> A nova estrutura da organização econômica foi, depois, denominada de “capitalismo monopolista”. A crise abriu espaço para a crescente monopolização das economias nacionais, e permitiu a intensificação da expansão imperialista, acirrando a tensão entre as grandes potências capitalistas. Os limites do liberalismo econômico apareceram definitivamente. A teoria do *laissez-faire* triunfou enquanto perduraram as condições históricas favoráveis à adoção de uma política e uma economia liberais. (COGGIOLA, 2009, p. 80-81).

O avanço do capitalismo monopolista caracteriza-se pela produção multinacional e pela substituição da livre concorrência entre os países de economia avançada pela concentração e centralização de capitais. Contudo, o método encontrado para impor as novas relações nesse estágio do capitalismo vincula-se a estratégias político-econômicas protetivas pelos Estados nacionais imperialistas, à dominação do capital financeiro e ao controle formal ou informal de Estados economicamente fragilizados. O imperialismo que se configura nesse período possui atributos bastante específicos que o caracterizam: monopólio econômico; protagonismo do capital financeiro, a partir da fusão dos bancos com a indústria; exportação de capital em vez da exportação de mercadorias; e divisão do mercado mundial entre nações de capitalismo avançado, com transformações sociais e políticas ao longo de todo o século XX.

Nesse contexto, preliminarmente apontado por Marx no livro III de *O Capital*, o desenvolvimento de várias expressões do capital fictício foi indispensável tanto como medida contrária à queda tendencial da taxa de lucro como para criar

dispositivos de dependência financeira nos países de capitalismo atrasado. O capital financeiro perpassa todo o século XX, mas já nas duas primeiras décadas, sob a representação do capital fictício, ganhou um nível de especulação desmesurado que se consumou na grande depressão da década de 1920.

A ampliação do capital fictício torna-se uma aposta antecipada da apropriação de mais-valor que quiçá um dia será produzido. Uma vez que se instituem mecanismos legais, políticos, econômicos e tecnológicos para aumentar a exploração da força de trabalho, também se desenvolvem instrumentos das instituições financeiras que conseguem expandir sua capacidade de produzir capital fictício numa velocidade impossível de ser seguida pelo setor produtivo. O papel dos países dependentes é indispensável para os países centrais em virtude do potencial de extração de mais-valor (relativo e absoluto), da apropriação das riquezas naturais e do endividamento dessas economias subdesenvolvidas, cujas dívidas são capitalizadas e dificilmente solvidas. Assim, parte significativa do capital produzido do país subalterno é exportada para as nações imperialistas. Conforme Hilferding[20] (1985, p. 296), "[...] a exportação de capital reduz a quantidade nacional de capital e aumenta a renda nacional pela mais-valia produzida.".

O capital fictício, em suas diversas formas de representação no mercado financeiro, torna-se progressivamente um instrumento especulativo e parasitário eficiente para os monopólios dos países imperialistas na viragem do século XIX para o século XX, que a partir de um sistema de crédito internacional, estabelecido especialmente por órgãos econômicos fundados pelos próprios países dominantes

[20] Antes de tudo, é preciso fazer algumas considerações a respeito da teoria de Hilferding quanto ao surgimento do capital financeiro, baseado na fusão do capital industrial e do capital bancário. Não se tem dúvida de que o processo de expansão do capital financeiro foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capital fictício, o qual tem crescido na contemporaneidade de forma considerável, à medida que as crises do capital demandam estratégias que geram um tipo de riqueza sem vínculo com a criação de riqueza real. Embora se admita, a partir de uma análise ontológica, que o capital fictício só se torna possível após uma determinada etapa de desenvolvimento do capital financeiro e, igualmente, o capital financeiro tão somente alcança esse nível graças à elevação da capacidade das forças produtivas, discorda-se de Hilferding quando ele entende que todas as manifestações de capital financeiro têm ligação com o capital industrial (monopólios não financeiros), onde tudo aparece como se fosse capital portador de juros (com a finalidade de investimentos no processo produtivo), diferentemente da compreensão que Marx expõe na seção V do livro III de *O Capital*.
Entende-se que, nesse ponto, o economista austríaco consegue dar conta em suas explicações de seu tempo histórico e do lugar do qual teorizava (a Alemanha do início do século XX); porém, a dinâmica e as contradições do capitalismo demonstraram que o capital fictício consegue ser insubordinado e ter uma independência relativa da produção de capital real e, ao mesmo tempo, ser responsável por muitas crises desencadeadas no sistema financeiro que não estavam diretamente submetidas às convencionais crises da superprodução capitalista. Para Hilferding, essa relação entre bancos e capital industrial deu origem ao capital monopolista e, por efeito, ao imperialismo moderno.

imperialistas na década de 1940, expropriam a produção de riqueza presente e futura das nações de capitalismo subdesenvolvido, ampliando intensivamente o grau de abrangência do capital financeiro até os tempos hodiernos.

O Estado como representante geral da estrutura totalizadora de comando político do capital torna-se essencial ao estabelecimento das condições imperativas para a viabilidade reprodutiva do ordenamento econômico capitalista, de modo que as estruturas de ambas são completamente entrelaçadas e codeterminantes. Isso permite sua perpetuação por um longo tempo, sem sequer imaginar a superação do capital sem que se elimine de igual forma essa estrutura político-jurídica. Por esse motivo, Mészáros (2002, p. 106) diz que “a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema.”, uma vez que sem ele o capital não teria alcançado sua dominância na produção material.

Em virtude desse vínculo indissociável entre capital e Estado, na fase capitalista em que o capital financeiro exerce dominação sobre as outras esferas da economia, o Estado não age de outro modo senão reforçando, a partir de sua própria estrutura estatal, modos de criação de lucros especulativos. O próprio Estado também produz capital fictício na medida em que securitiza as dívidas estatais, cujos títulos, prioritariamente, são negociados no mercado secundário. Marx (2017) entende que o movimento independente do valor dos ativos financeiros, sejam eles quais forem, reforça a ilusão de constituírem um capital real.

Carcanholo e Nakatani (2015) asseguram que a natureza do capital fictício não permite determinar o valor de uma dada mercadoria mediante os mesmos parâmetros do capital real, ou de uma mercadoria que tem um valor baseado na extração de mais-valor. Ora valor está maior, ora o valor está menor, quando visto do ponto de vista da totalidade, pois “[...] pode parecer duplicado, triplicado etc. e aparece existindo ao lado do capital real como outro capital que se soma a este.” (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015, p. 49). Essas características se consolidam mais rápida e objetivamente nas primeiras décadas de nosso século com a espantosa dinâmica especulativa das novas formas de transações financeiras.

Bukharin (1988), em *A Economia Mundial e o Imperialismo*, demonstrara a importância do Estado como instrumento de classes indispensável ao estabelecimento do capital financeiro, o qual torna as empresas estatais dependentes e a serviço dos interesses dos mais poderosos rentistas do mercado.

O Estado capitalista e sua estrutura servem ao capital monopolista assim como serviu ao capital em outros períodos; ademais, não há como dissociar a natureza do Estado e a sociedade de classes, visto que a sua presença também foi imprescindível em modos de produção preexistentes. Sabadini e Campos (2021, p. 46-47) entendem que "[...] a internacionalização do capital financeiro dependia da 'nacionalização' dos blocos de interesses monopolistas, que refletiam a guerra imperialista na forma de rivalidades nacionais incontroláveis politicamente [...]".

Isso indica que cada Estado nacional trabalha a fim de fortalecer sua oligarquia financeira doméstica para a disputa no mercado financeiro internacional, o que levou tanto Bukharin quanto Lenin a perceberem a incapacidade civilizatória da sociedade capitalista, não restando alternativa senão a saída pela via revolucionária ou admitir à barbárie como um futuro inexorável da humanidade.

Na atualidade, os Bancos Centrais assumem essa atribuição do setor financeiro com os Estados nacionais, ainda que o Banco Central, como é o caso do Federal Reserve nos EUA, não seja uma instituição estatal. No moderno sistema de crédito, os Bancos Centrais têm um controle mais ativo da gestão monetária, de modo que os meios de pagamento e de circulação acham-se ligados a uma unidade de conta nominal e contábil, completamente conversíveis em moeda fiduciária (FARDIN; JUSTO; DOMINCZAK, 2021). Para os autores, "[...] o critério de sua emissão são as necessidades decorrentes do movimento do capital, e isso condiciona os movimentos de expansão e contração cotidiana da base monetária, ou a criação primária de moeda." (FARDIN; JUSTO; DOMINCZAK, 2021, p. 136).

A consequência de tudo isso é o crescimento da esfera financeira e de uma acumulação de capital em suas formas fictícias, bem como o aumento de investimento de capital dinheiro em países em que as taxas de juros são elevadas, como nos países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil, cujos investidores institucionais conseguem lucros exorbitantes com a securitização das dívidas soberanas das nações de capitalismo dependente.

Nas últimas décadas, a criação de capital fictício através de um complexo sistema financeiro tem sido a principal estratégia do capitalismo para ampliar a acumulação e a concentração de capital sob o poder de magnatas do mercado financeiro, visando forjar um sistema capaz de superar as crises de superprodução e superacumulação por meio de simples manipulações especulativas. Além disso, peremptoriamente, drena quase todos os recursos públicos dos Estados nacionais

para o serviço da dívida soberana, agora não mais restrita aos países de economia subalterna.

Carcanholo e Sabadini (2015, p. 129) anotam que “o capital fictício dissimula ainda mais as conexões com o processo real de valorização do capital, ao consolidar a imagem de um capital que se valoriza autonomamente, particularmente no mercado de compra e venda especulativa.”. Essa dissimulação da realidade, para que se sustente, precisa expropriar continuamente a riqueza produzida pelos trabalhadores.

Numa economia cada dia mais financeirizada, todas as mercadorias são potenciais ativos financeiros. Os alimentos, por representarem algo que não se pode suprimir da existência humana, tornam-se um ativo altamente rentável, sobretudo para os especuladores. O especulador de *commodities* de alimentos atua em todas as frentes que lhe possam gerar lucros (terra, insumos, sementes, adubos, créditos e alimentos). Contudo, como se sabe, o mercado especulativo representa uma grande bolsa de apostas em que ora se ganha uma fortuna, ora se perdem somas incomensuráveis. O movimento estimulado pelos especuladores de compra e venda, depois, de recompra para revendê-lo mais adiante, pode não gerar um aumento dos preços, porém influencia na brevidade desse movimento. “Os instrumentos por excelência dos especuladores de matérias-primas agrícolas são o produto derivado e o contrato de futuros.” (ZIEGLER, 2013, p. 279).

Na crise de 2007, o mercado financeiro implodiu; trilhões de dólares em valores patrimoniais foram destruídos. O mundo inteiro sofreu com o estouro da bolha financeira causada pela especulação imobiliária dos EUA. No entanto, os grandes investidores foram prontamente socorridos pelos Estados nacionais, cujo dinheiro público financia a manutenção dos já afortunados investidores do milionário mercado financeiro. Para Ziegler (2013, p. 281), “com os Estados nacionais mostrando-se incapazes para impor quaisquer limites jurídicos aos especuladores, o banditismo bancário floresce atualmente mais do que nunca”.

A natureza especulativa do sistema financeiro não tem limites; todos os bens produzidos podem ser objeto de apostas especulativas sobre o preço futuro. Ainda de acordo com Ziegler (2013), o mercado de produtos agrícolas sofre com determinadas eventualidades que modificam o equilíbrio entre oferta e demanda. Incidentes planetários (naturais ou provocados pela humanidade) causam efeitos globais que repercutem no volume da produção (oferta), enquanto a população do

mundo continua crescendo a despeito de qualquer situação que surja (demanda). Isso impacta nos preços dos alimentos.

O sociólogo suíço também comenta o fato de muitos alimentos terem como destino o sustento de rebanhos. A demanda por mais carne acarreta a redução de cereais disponíveis ao consumo humano. Todavia, o que representa a miséria para uns, para os especuladores, são potenciais lucros, já que os produtos agrícolas são produtos de mercado e devem sofrer o mesmo processo de manipulação para a ampliação dos lucros. Segundo Ziegler (2013, p. 284), “os especuladores não têm nenhuma consideração particular sobre as consequências que sua ação passa a ter sobre milhões de seres humanos, por conta da elevação dos preços”. A voracidade dos especuladores denunciada por Ziegler é tanta que o próprio Senado dos EUA demonstrou preocupação com os excessos nos mercados de trigo ao perceber a quantidade de contratos que os *traders* possuíam.

O poder que o sistema financeiro possui é facilmente verificável quando se avalia a sexta praça financeira mais importante do mundo: Genebra. Embora a Suíça ocupe um território de 247 quilômetros quadrados e uma população de apenas 400 mil pessoas, o franco suíço é a segunda moeda de reserva do mundo. A Suíça é um paraíso fiscal que abriga os haveres dos indivíduos mais poderosos da economia capitalista. Os negócios agrícolas movimentaram, em 2005, 1,5 bilhão de dólares; em 2009, 12 bilhões, e chegou a 17 bilhões em 2010. Na Suíça, em 2010, foi registrado o movimento de um montante de depósitos nos fundos de investimento no valor de 4,5 trilhões de francos suíços, uma soma cinco vezes maior que o orçamento da Confederação; porém, apenas um terço dessa soma está submetido ao direito suíço (ZIEGLER, 2013).

De acordo com Ziegler (2013, p. 297-298), em sua maioria, os Estados ocidentais submetem os fundos de investimento em território nacional a uma legislação rigorosa, “mas os *hedge funds* registrados *off-shore* não estão submetidos a nenhuma dessas legislações restritivas, uma vez que, por definição, não são objeto de restrição nas praças em que se sediam”. Daí que a falta de um controle mais austero sobre esse fundo de investimento com caráter especulativo elevado o torna bastante imprevisível. Do mesmo modo que pode gerar vultosos lucros, também pode gerar enormes prejuízos, assim como se deu na crise imobiliária norte-americana.

Depois da crise de alimentos (2007-2008), muito países ricos com poucas terras produtivas começaram a arrendar e a comprar terras de outras nações com o objetivo de se abastecerem. A intenção desses países era reduzir a dependência externa em face das flutuações do mercado. Esses investimentos são facilitados em razão dos preços de terras nos países subdesenvolvidos, que chegam a ser trinta vezes menores do que os dos países do Norte (ZIEGLER, 2013). Nesse caso, a comunidade internacional não tem se mobilizado sobre a situação dos povos do Sul, de modo que a compra de terras transforma-se em investimentos promissores para o mercado especulativo e de muita escassez para as regiões subdesenvolvidas. “Na África, em 2010, 41 milhões de hectares de terras aráveis foram vendidos, arrendados ou apropriados sem contrapartida por *hedge funds* norte-americanos, bancos europeus e fundos dos Estados sauditas, sul-coreano, singapurense, chinês e outros.” (ZIEGLER, 2013, p. 302).

A República do Sudão do Sul, embora com Estado formado – depois de muitos conflitos – recentemente na década de 2000, vendeu para Nile Trading and Development Inc., um truste agroalimentar do Texas, 600 mil hectares de terras aráveis, equivalente a 1% do território nacional, por US$ 25.000, ou seja, três centavos de dólares por hectare. No Brasil, segundo Ziegler (2013, p. 303), “os fundos de Sarasin e de Pictet[21] investem na Cosan[22], da qual uma das atividades é a compra de terras e fazendas no Brasil, com o objetivo de lucrar com a elevação do preço das terras”, além de também lucrar com as apostas dos fundos especulativos. Já os nativos empobrecidos dessas regiões são desprovidos de qualquer porção de terra que lhes garanta a sobrevivência.

Portanto, o capital fictício, ao tempo que soluciona problemas imediatos da ordem capitalista, projeta problemas para o futuro impossíveis de serem resolvidos no cerne de sua ordem sistêmica. Os títulos de terras, as dívidas públicas, as dívidas privadas, ações, derivativos etc. não produzem capital real. O capital supostamente fundado em ativos financeiros é uma ilusão. Isso não significa que não haja rendimentos e que parte desse capital não possa ser transferida em forma de crédito às indústrias ou possam gerar riqueza a seus investidores; a diferença consiste na condição de serem títulos que se valorizam sem a criação de mais-valor,

[21] Bancos privados suíços.
[22] Cosan S.A. é uma empresa brasileira especializada nas áreas de açúcar, álcool, energia, lubrificantes e logística.

e sim mediante a especulação e o pagamento dos ganhos que resultam do valor e de rendas já existentes (MOLLO, 2010). Estas foram criadas a partir do sobretrabalho, principalmente das regiões periféricas do globo; à medida que as contradições do capital se complexificam, os monopólios das nações imperialistas acentuam o nível de opressão.

As contradições inerentes à lógica do capital indicam que no capitalismo monopolista não se pode prever ou sequer imaginar a real situação de uma empresa, pois as crises da superprodução e superacumulação fazem com que os próprios capitalistas produtivos aloquem fortunas para o mercado financeiro, gerando uma quantia imensurável de capital fictício que se distancia gradualmente da produção da riqueza real. Essa relação existente tem sido fundamental para a manutenção da ordem econômica capitalista em períodos de crise, embora resulte em crises posteriores muito mais graves.

Para que o capital financeiro pudesse se consolidar, foi necessário que os monopólios industriais e os monopólios bancários se fundissem sob a proteção de nações imperialistas, as quais submetiam as nações subdesenvolvidas a seus interesses econômicos. Porém, a partir da década de 1970, e mais intensamente no início do século XXI, com as desregulamentações financeiras do neoliberalismo, desenvolveu-se uma infinidade de instrumentos e investimentos financeiros que hipertrofiaram a produção de capital fictício.

Nos itens que seguem, procura-se dar clareza à categoria capital fictício, trabalhando os fundamentos que o distinguem do capital portador de juros e esclarecem por que não produz valor como as mercadorias tradicionais produzidas nas fábricas capitalistas. Busca-se, do mesmo modo, delinear as bases do imperialismo monopolista que ao longo da história desenvolveram o capital financeiro e como isso descambou na trágica crise econômica de 1929, momento histórico que manifestou com nitidez as contradições concebidas pela superprodução capitalista e que se exacerbou com o processo de financeirização da economia.

3.1 FUNDAMENTOS DO CAPITAL FICTÍCIO

Toda riqueza material encontrada na sociedade resulta de um longo processo de trabalho pretérito acumulado, assim como de trabalho presente. Numa sociedade

dividida em classes, uma classe social dominante mantém-se no poder a partir da exploração da força de trabalho de uma classe social subalternizada, seja na escravidão da Antiguidade, na servidão do Medievo ou no trabalho assalariado do capital. O que distingue a exploração do sistema capitalista dos modos de produção preexistentes é o estabelecimento de uma dada legalidade em que se presume a venda livre e consensual da força de trabalho, a sustentar a premissa de que não existe outra escolha para os trabalhadores senão subtrair parte de sua existência e transformá-la em mais-valor para o capitalista.

Afora esse aspecto particular da forma de reprodução no capital, também se desenvolvem maneiras contrárias à queda tendencial da taxa de lucro, inerente à própria natureza contraditória do sistema, procurando explorar a força de trabalho com o intuito de compensar as alternativas financeiras improdutivas utilizadas para postergar e/ou ocultar as crises, nas quais o capital fictício aparece como o fetiche do capital em sua máxima potência.

Como vimos na seção anterior, o avanço do sistema de crédito implicou a submissão do capital portador de juros à lógica capitalista, numa relação em que o capitalista monetário obteve (e obtém) parte do lucro do capitalista ativo na forma de juros. A generalização do empréstimo criador de juros provocou um processo de capitalização no qual o vínculo com a realidade foi desfeita, revelando uma nova forma de o capital se reproduzir, dissociado completamente da produção, mas que atribui poder ao sistema monetário sob o controle dos bancos e, depois, de um complexo sistema financeiro.

O sistema de crédito é usado para ampliar a produção capitalista, para que se extraia mais-valor suficiente para aumentar os lucros do capitalista produtivo e os juros que devem ser pagos ao seu credor após um determinado tempo. Assim, “se o dinheiro é empregado na produção e as mercadorias produzidas são vendidas, o crédito é pago e o capital se reproduz em maior escala e ritmo, permitindo que, da mais-valia aumentada, saiam os lucros de empresário e os juros do capital emprestado.” (MOLLO, 2011a, p. 452).

Se, por um lado, o capital de empréstimo portador de juros é investido na esfera produtiva com o propósito de produzir mais-valor, por outro lado, o rendimento do capital fictício provém da capitalização dos juros, sem conexão com a materialidade, pelo menos não no sentido de estar intrinsecamente ligado à produção. Enquanto o capital de empréstimo a juros sempre está prenhe de mais-

valor, o capital fictício gesta tão somente formas ilusórias de capital, embustes que de tempos em tempos têm de prestar contas à objetividade concreta.

Na relação entre a objetividade e as formas ilusórias e mistificadas do capital fictício, não há total concordância no campo marxista/marxiano a respeito da incapacidade de vínculo dessa forma de valores fictícios, que se desenvolve no capital financeiro, do processo real de valorização na ordem capitalista. Apresentamos a seguir duas posições teóricas contrapostas no espectro marxista sobre a caracterização do capital fictício, a fim de esclarecer o lugar em que nos colocamos neste debate. A primeira posição é defendida por Reinaldo Carcanholo e a segunda por Maria de Lourdes Rollemberg Mollo. De acordo com nossos estudos de *O Capital*, livro III, Mollo consegue ser fiel às elaborações de Marx sobre o tema, enquanto Carcanholo não tem o mesmo êxito.

Carcanholo (2013) declara que o capital fictício é constituído em parte de riqueza nominal ou patrimonial, e não diretamente por bens reais que objetivam a valorização desse tipo de capital através da especulação ou como capital rentista que adquire remuneração a partir dos juros. Para o economista, o capital portador de juros pode ser entendido como um tipo de capital fictício. Ele diferencia dois tipos de capital fictício: tipo 1 e tipo 2.

> Enquanto o tipo 1 apresenta riqueza substantiva por detrás e, de fato, contribui para a produção de mais-valia (ao menos quando se trata de empresa produtiva), o capital fictício do tipo 2 nada tem de substantivo por detrás e não contribui em nada para a produção e menos ainda para a de excedente econômico. (CARCANHOLO, 2013, p. 148).

O esforço realizado por Carcanholo para atestar a sua teoria não é suficiente para dar conta das contradições nela contidas, principalmente quando afirma que o capital fictício de tipo 1 apresenta uma riqueza substantiva como lastro que a fundamenta e até contribui para a produção de mais-valor. Para ele, o dinheiro, mesmo que seu valor de uso esteja destinado a funcionar como capital, configura o tipo 1 de capital fictício, desde que o sistema monetário esteja baseado no papel-moeda e no sistema de crédito. Assim, mesmo que o capital de investimento seja do capitalista produtivo, ele pode configurar-se como capital fictício, pois “o possuidor do dinheiro ou o tem como parte do seu patrimônio ou é devedor da soma

correspondente a alguém que o possuía como capital a juros.” (CARCANHOLO, 2013, p. 148).

Entende-se, portanto, que a riqueza tem apenas substância real quando materializada em mercadorias, as quais serão adquiridas com um montante determinado de dinheiro. Dinheiro e mercadoria aparecem como se existissem de forma duplicada, “[...] como direito do credor (ou, simplesmente, como patrimônio de seu possuidor) e como mercadorias a serem vendidas.” (CARCANHOLO, 2013, p. 148). As mercadorias, depois de vendidas, surgem como riqueza nas mãos de quem as comprou e como riqueza em dinheiro para quem as vendeu. Segundo Carcanholo, isso demonstra que a operação de compra e venda não cria nenhuma riqueza nominal adicional, a qual duplica aparentemente a riqueza existente. Para o teórico, “significa que a soma de dinheiro nas mãos de seu possuidor, sim, é riqueza nominal preexistente e, no caso, capital fictício do tipo 1.” (CARCANHOLO, 2013, p. 148).

Concorda-se com o fato de não existir duplicação na relação de compra e venda. O que acontece é que o dinheiro emprestado a juros funciona como capital na produção de mercadorias. Após a realização do mais-valor em lucro, cumpre o contrato previamente acordado com o capitalista monetário (ou com alguma instituição financeira), tendo de devolver a totalidade da soma que tomou emprestada, acrescida de juros (fração do lucro), ou repassa ao prestamista tão somente os juros, de maneira a realocar mais uma vez a quantia originária que pegou emprestado para um novo processo produtivo. Ou seja, o capital foi investido na produção, o que gera uma quantidade específica de mais-valor que posteriormente pode se realizar em lucro. Do lucro realizado, parte dele é paga ao prestamista. Isso não significa que foi criado um valor além do que existia na mercadoria, mas sim que o lucro realizado foi repartido entre vários capitalistas (produtivos, comerciais e monetários).

Para não deixar dúvidas, é preciso explicar que o processo produtivo só é possível de acontecer quando colocado em movimento pela força de trabalho, que precisa de todos os meios de produção necessários para a fabricação de um produto qualquer. Os meios de produção utilizados carregam em si força de trabalho pretérito que irá transferir valor à medida que for criada uma nova mercadoria.

Posto isto, nota-se que a riqueza que se produz depende imperiosamente da força de trabalho para ser gerada. Por esses e outros motivos, Carcanholo tipifica o

capital fictício que não tem nenhuma conexão com o patrimônio real e o capital fictício que mantém relação com investimentos reais, proporcionados pelo sistema de crédito por meio do capital a juros.

No artigo “Capital Fictício e Lucros Fictícios”, em coautoria com Maurício de S. Sabadini, Carcanholo reafirma:

> Quando os títulos públicos são emitidos para financiar investimentos reais, tais como rodovias, portos, pontes, túneis, ferrovias, edifícios, trata-se de capital fictício de tipo 1. Ao contrário, quando o aumento da dívida pública ocorre em razão de gastos improdutivos, gastos correntes ou ainda de transferências, estamos frente à criação de um novo capital fictício do tipo 2, uma vez que não sobrevive nada de substancial por detrás desse incremento da dívida. (CARCANHOLO; SABADINI, 2015, p. 131).

Contudo, o empréstimo ao Estado não funciona de forma equivalente quando esse mesmo capital é emprestado para o capitalista industrial, pois este, para manter o seu negócio, deverá pagar os juros e continuar a investir na produção, ao contrário do que se dá com o Estado, uma vez que o empréstimo, na maioria das vezes, tem finalidade improdutiva, exceto quando as empresas estatais são formadas sob o regime de sociedade de economia mista; afora isso, será sempre de caráter improdutivo, independentemente de se os investimentos forem em gastos correntes (pagamentos de salários, material de consumo etc.) ou em estradas, em ferrovias, na construção de escolas etc.

O capitalista produtivo tem a opção de saldar somente os juros do empréstimo ou de liquidar completamente a quantia que tomou emprestada mais os juros; o que não pode deixar acontecer é o reinvestimento na produção de mercadorias, pois o capital para continuar existindo deve conservar um ciclo reprodutivo sem o qual entra em declínio. O Estado, portanto, na situação de contratante de alguma empresa produtiva, acha-se na condição de consumidor e não de capitalista produtivo; seu intuito jamais será a obtenção de lucro, porque o lucro será destinado à entidade financeira que emprestou o capital e às empresas contratadas que executaram o serviço. Como já mencionado, há ressalva apenas para os casos das empresas de economia mista.

Assim, as dívidas do Estado são transformadas em títulos que renderão juros/lucros para seus possuidores, de modo que o possuidor de títulos da dívida pública tem direito a parte da receita dos tributos arrecadados pelo Estado e não a

parte de dividendos, como seria se tivesse investido nalguma empresa capitalista. Isso tudo reforça o equívoco da categorização de tipos de capital fictício realizada por Carcanholo, entre outros marxistas.

Para Mollo (2011b), a percepção do crédito como capital fictício não leva em conta o fato de esse capital emprestado a juros potencializar a produção, pois, ao antecipar os investimentos, sincroniza as várias etapas da produção e circulação, ampliando a riqueza real da sociedade, de maneira que não pode ser identificado como capital fictício, ainda que esteja qualificado com o atenuante que Carcanholo utiliza para se referir a um tipo de capital fictício que consegue manter vínculo com a produção.

Meacci (1998), citado por Mollo (2011b, p. 483), tem uma concepção parecida com Carcanholo, a despeito do capital fictício: *"*[...] *the money capital lent to (deposited at) a bank is in turn turned into nothing but a claim on the bank, and therefore again into fictitious capital*"[23]. Desse modo, Meacci também desconsidera que o próprio desenvolvimento do capital dependeu em grande parte do capital emprestado a juros, e esse desenvolvimento teve implicações reais no *quantum* de riqueza acumulado na sociedade.

Mollo (2011b) esclarece que o capital financeiro é um capital que se especializa no comércio de dinheiro com algumas funções. Se, por um lado, serve de capital-dinheiro que será emprestado a juros, por outro, figurará tão somente como capital fictício, gerando ganhos fictícios dissociados de qualquer valorização do processo produtivo. Argumentos que se apoiam na emissão primária de ações para justificar um tipo diferente de capital fictício, que conservam um lastro material, não percebem que essas ações são portadoras de recursos que serão usadas no processo produtivo; à medida que o dinheiro investido nessas ações é aproveitado para a produção, elas produzem riqueza real e não uma riqueza derivada da especulação do mercado financeiro (MOLLO, 2011b). Não examinar essas diferenças que se constituem na dinâmica do capital financeiro é ignorar o papel do valor-trabalho.

Em nossa avaliação, ou é capital fictício ou não é capital fictício, com delimitações bastante óbvias: se há produção de mercadorias e se há trabalho na produção de alguma coisa útil, há produção de valor e um acréscimo de riqueza real

[23] "[...] o capital monetário emprestado (depositado em) um banco é, por sua vez, transformado em nada além de um crédito no banco e, portanto, novamente em capital fictício."

na sociedade. Se, de outra forma, não existe produção real de riqueza e os ganhos aparecem sob a forma de lucros alcançados no mercado especulativo, na capitalização de dívidas etc., não há outra coisa senão formas ilusórias de lucro, que nada somam substancialmente à sociedade.

Segundo Mollo (2011a), sempre que houver aplicação no processo produtivo com dinheiro de terceiros e desse investimento se produza mais-valor, tem-se um capital de empréstimo que não deve ser identificado com o capital fictício. De acordo com Palludeto e Rossi (2018, p. 8), “do ponto de vista ontológico, não há capital fictício sem o capital portador de juros, assim como, sob essa mesma perspectiva, ambos não são inteligíveis sem a consideração do capital real.”. Apesar desse vínculo, as duas categorias não podem ser confundidas, pois o capital portador de juros pressupõe uma contrapartida na criação de mais-valor, apenas possível na produção de mercadorias, na qual mantém uma associação direta com o capital real.

Marx (2017) afirma que é no capital portador de juros que o fetiche do capital é capaz de criar mais-valor em progressão geométrica, como uma misteriosa qualidade inata, cujo dinheiro se move de forma autônoma. Isto é, no campo das aparências, o capital portador de juros se multiplica autonomamente, sem manter relação com a esfera produtiva. No entanto, na realidade, esse capital deve entrar em atividade para produzir mais-valor e depois se realizar em lucro, para só assim ser devolvido ao prestamista com os juros que representam uma fração do lucro total. O mistério é solucionado quando se verifica a origem real da riqueza capitalista. Todo capital que se multiplica sem origem na produção, que não cria mais-valor, não possui atributos substantivos e não tem justificativa para a riqueza produzida, desenvolve um tipo de “ganho” fictício que ante o menor sinal de abalo na estrutura capitalista se desmancha no ar. Em verdade, não aumenta em nada a riqueza da sociedade, mas motiva apenas manifestações ilusórias que não podem se sustentar em momentos de crise.

Marx (2017) observa que, em momentos de crise, quando o sistema de crédito colapsa e as mercadorias e títulos não podem ser vendidos, os negócios capitalistas devem imperiosamente se realizar com pagamentos à vista. É nesses momentos que se percebe mais claramente que os ganhos fictícios, no sentido da totalidade, não passam de embustes que o capital utiliza para continuar a sua reprodução, que assim que possível lançará mão de uma crescente espoliação da força de trabalho, a fim de compensar a estagnação econômica e o consequente

deslocamento do processo produtivo para o mercado especulativo, que nada cria de riqueza real.

O dinheiro utilizado para o pagamento à vista não carrega em si mesmo valor, já que corresponde apenas a uma substância que possibilita a capacidade de valor de troca, ou seja, é o capital monetário que em sua forma-dinheiro representa uma mercadoria com equivalência universal, que poderá ser trocada por outras mercadorias e, assim, manter o fluxo indispensável para que o capital não se acumule demasiado em sua forma-mercadoria.

Entre os intermediários financeiros, os bancos se distinguem dos demais porque “criam valores monetários fictícios quando substituem seus próprios extratos por letras de câmbio que os capitalistas (e outros) circulam entre si.” (HARVEY, 2013b, p. 367). Com o dinheiro que circula nos bancos de vários agentes econômicos, pode-se ter uma reserva de capital monetário antes de qualquer produção para atender às demandas que surgem em situações de crise, desde que a crise não comprometa as reservas acumuladas que entesouram o dinheiro de diversas classes.

O capital monetário, concentrado nos bancos, assume um notório caráter social, uma vez que, emprestado aos capitalistas ativos, é administrado por um diretor da empresa que gerencia esse capital mesmo que nada tenha a ver com ele, pois ainda que assuma uma função privilegiada entre os trabalhadores assalariados, é apenas um funcionário que presta serviço ao capital. Nessa relação social, “o capitalista desaparece como personagem supérfluo.” (MARX, 2017, p. 437). Obviamente, isso só ocorre em sentido fenomênico, e não modifica em nada os objetivos das transações financeiras que se constituem na ordem do capital entre a instituição prestamista e o capitalista prestatário, visto que o valor de uso do dinheiro como capital é criar valor de troca e, subsequentemente, mais-valor ao agir como capital funcionante.

> Estima-se o valor do dinheiro-capital na fonte do empréstimo pela projeção do lucro esperado com o investimento do capitalista em funções, situado no meio do processo cujo final é o pagamento dos juros de volta ao seu proprietário. Esse lucro, porém, é uma probabilidade que talvez não se realize plenamente ou nem sequer em parte. Por isso, Marx chama o dinheiro posto em tais condições de capital “fictício”, forma mais complexa de representação real, cujo significado é necessário especificar. (GRESPAN, 2019, p. 211).

Quando o capital de empréstimo é investido na produção, segue a dinâmica normal do capital de produzir alguma mercadoria que possa finalmente criar mais-valor. De outro modo, como observa Grespan (2019), o dinheiro-capital pode apenas ter aparência de capital efetivo à medida que é representado por títulos, ações ou quaisquer ativos financeiros que operam no mercado especulativo com a expectativa de gerar lucros futuros. Conforme Grespan: “O capital não pode ser ‘fictício’ enquanto capital em funções, só enquanto dinheiro que vê à sua frente várias oportunidades e ‘calcula previamente’ qual delas seria mais lucrativa.” (GRESPAN, 2019, p. 2014, grifos do autor). Isto é, o capital fictício é uma aposta, uma previsão de lucros futuros com implicações relevantes que aparecem como supostos ganhos.

Marx inicia sua discussão sobre o capital fictício ao analisar a constituição do capital bancário:

> 1) de dinheiro em espécie, ouro ou cédulas; 2) de títulos de valor. Estes, por sua vez, podem se decompor em: títulos comerciais, letras de câmbio, que são flutuantes, vencem periodicamente e cujo desconto constitui o verdadeiro negócio do banqueiro; e títulos públicos, como os da dívida pública, os do Tesouro, ações de todos os tipos, em suma, títulos portadores de juros, mas que se distinguem essencialmente das letras de câmbio. Entre eles, incluem-se também as hipotecas. O capital formado por esses elementos materiais se divide, por sua vez, no capital de investimento do próprio banqueiro e nos depósitos que formam seu *banking capital* ou seu capital emprestado. (MARX, 2017, p. 521).

Marx avalia que o fato de o capital bancário ser constituído de dinheiro, letras de câmbio e títulos depositados, os quais representam tanto seu capital próprio quanto o de outras pessoas, não altera em nada a função que desempenha para a sociedade capitalista, sendo indiferente se os negócios que opera sejam realizados com capital próprio ou com capital de terceiros que foi depositado em suas contas. Assim, com os recursos que o banco possui, somados aos dos depositantes, consegue-se transformar esse capital monetário em capital que rende juros. Isso independe de se seu uso será realizado ou não na produção. Para Marx (2017, p. 522), “a forma de capital portador de juros é responsável pelo fato de que cada rendimento determinado e regular em dinheiro apareça como juros de algum capital, provenha ele de um capital ou não.”. O capital portador de juros aparece como se toda soma de dinheiro que rendeu um lucro na forma de juros remanescesse de um capital ativo.

Exemplifica Marx:

> [...] suponhamos que a taxa média de juros seja de 5% ao ano. Nesse caso, uma soma de £500, se convertida em capital portador de juros, produziria £25 ao ano. Considera-se, assim, cada ganho fixo anual de £25 como juros de um capital de £500. Mas isso não passa de uma ideia puramente ilusória, exceto no caso em que a fonte das £25 – seja ela um simples título de propriedade, seja um crédito, seja um elemento real de produção, como uma propriedade fundiária – for diretamente transferível ou assumir uma forma transferível. Tomemos como ilustração a dívida pública e o salário. (MARX, 2017, p. 522, grifo nosso).

O Estado, ao tomar emprestado um valor específico, tem de pagar uma determinada quantia de juros previamente estabelecida entre as partes. Até esse momento, a relação entre Estado e prestamista não se diferencia dos negócios que se realizam entre o capitalista monetário e o capitalista em atividade, nos quais o prestatário assume o compromisso jurídico de devolver o valor tomado de empréstimo, adicionado de juros, o que, *a priori*, significa parte do lucro que conseguiu com a aplicação do capital em seu negócio. A semelhança termina justamente no fato de o Estado representar um ente público que não tem a função de obter lucro, pelo menos quando a empresa estatal não representa uma sociedade de economia mista; logo, o valor total de sua dívida e os juros (ou simplesmente os juros) não resultam de uma partilha do lucro adquirido na realização do mais-valor, como acontece com as empresas privadas; ainda assim o Estado precisa pagar anualmente aos seus credores os juros da dívida. “Nesse caso, o credor não pode reclamar a seu devedor a devolução do dinheiro emprestado, mas simplesmente vender a outro o crédito, ou seja, seu título de propriedade sobre ele.” (MARX, 2017, p. 522).

O capital que o Estado adquiriu sob a condição de empréstimo foi completamente consumido, sobrando ao seu credor um título da dívida que lhe confere o direito de participar das receitas anuais do Estado mediante os impostos pagos pela população e que possibilita à instituição financeira vender títulos a outros, de modo que pode receber nessa venda o valor que emprestou ao Estado. A depender das circunstâncias, mantém o recebimento de parte dos juros (MARX, 2017).

Marx observa que se a taxa de juros for de 5% numa dívida, por exemplo, de R$ 1.000,00, o proprietário original **A** do título da dívida pode vendê-la a **B**. Dessa

forma, para **B**, não importa se ele empresta R$ 1.000,00 ao ano a juros de 5% ou em troca do pagamento de R$ 1.000,00 garante um tributo de R$ 50,00 por parte do Estado.

> Porém, o capital, do qual o pagamento pelo Estado é considerado um fruto (juros), é, em todos esses casos, ilusório, fictício. A soma que foi emprestada ao Estado já não existe. Além disso, ela jamais se destinou a ser gasta, investida como capital, e apenas seu investimento como capital poderia tê-la convertido num valor que se conserva. (MARX, 2017, p. 522).

Marx considera que, a despeito de como a soma será gasta pelo Estado, é fictício porque ela não foi investida como capital, nem houve criação de mais-valor. Isso corresponde ao pagamento em forma de juros que o Estado efetua a seu credor, que provém de uma quantia de dinheiro arrecadada como tributo, mas que em momento algum foi gerada pelo setor produtivo. Portanto, os gastos que o Estado pratica, assentado na quantia que tomou emprestado, não tem por finalidade o lucro, pois o destino desse capital de empréstimo é o financiamento de obras públicas ou de gastos correntes, sem os quais o Estado não conseguiria operacionalizar seu funcionamento; assim, perderia sua determinação ontológica de controle político sociometabólico do capital.

Deste modo, o que discrimina a posição do Estado em relação a uma empresa privada, embora ambos sejam obrigados a pagar juros, é o fato de o primeiro não consumir o capital para a produção de mercadorias, resguardado casos pontuais, como é o caso de algumas empresas estatais de economia mista; já o segundo é forçado a aplicar esse capital na produção e dele criar mais-valor, baseado na expropriação do trabalho alheio; do contrário, não conseguiria se reproduzir e muito menos arcar com o pagamento de seus passivos. Para Marx, parte dos impostos anuais paga ao credor original representa os juros do seu capital, de modo muito similar ao que acontecia com o usurário doutros tempos, porque, nos dois casos, o dinheiro não foi usado como capital. Enquanto para o credor original **A** o título da dívida significa a recuperação do montante principal da dívida, para o credor **B** o seu capital foi investido como um capital portador de juros (MARX, 2017). “Na realidade, ele apenas apareceu no lugar de *A*, cujo título da dívida pública ele comprou.” (MARX, 2017, p. 523).

Marx (2017) compreende que não importa quantas vezes essas transações se repitam, nem para quais mãos irão os títulos da dívida pública, dado que nada disso fará com que esses títulos superem a natureza inequívoca de capital fictício. Quando uma crise econômica se abate sobre o capital e o Estado se vê com dificuldade de honrar o compromisso de pagamento dos juros da dívida, sobremodo por não conseguir captar recursos suficientes, isso acarretará a incapacidade de venda desses títulos devido à impossibilidade de apresentar certa segurança a seus compradores. Assim, o capital da dívida pública aparece numa relação contrastante com o capital, que depende da força de trabalho para poder ser gerado e nasce como uma das manifestações do capital portador de juros.

Segundo Marx:

> Devemos agora considerar a força de trabalho em contraste com o capital da dívida pública, no qual uma quantidade negativa aparece como capital – sendo o capital portador de juros, em geral, a matriz de todas as formas insanas de capital, o que explica, por exemplo, que as dívidas possam aparecer como mercadorias na concepção do banqueiro. O salário é aqui concebido como juros e, portanto, a força de trabalho como o capital que o gera. Sendo, por exemplo, o salário de um ano = £50 e a taxa de juros de 5%, a força de trabalho anual corresponde a um capital de £1.000. (MARX, 2017, p. 523).

Parte do mais-valor retido pelo Estado através de tributos converte-se em juros pagos aos credores do Estado, de modo que a capacidade de trabalho se transforma em potencial fonte geradora de lucro, que, *a posteriori*, é capitalizada e produz lucros financeiros na forma de juros e de especulação, o que ampliará progressiva e substancialmente a exploração dos trabalhadores. Nos termos de Marx, busca-se justificar a valorização do capital não pela exploração da força de trabalho, mas, de modo inverso, pelo capital portador de juros, como se o capital pudesse reproduzir-se a si mesmo. Desse modo, o trabalhador não somente é a única fonte provedora de lucros reais, mas, como não bastasse, torna-se também, em potência, a causa primeira dos lucros financeiros, pois não há capital financeiro sem antes existir capital produtivo.

Marx argumenta acerca da concepção econômica vulgar sobre os supostos juros que os trabalhadores recebem em forma de salário, que tais economistas não entendem que o dinheiro dessa relação resulta da valorização desse valor; ou seja, quando o capitalista subtrai um tempo da vida do trabalhador, o faz com a certeza

do ganho que terá com esse negócio, de modo que o salário pago destina-se tão somente à manutenção da força de trabalho, para que esta produza mais-valor e gere mais lucros. O valor do salário médio anual corresponde ao valor anual da força de trabalho; o trabalhador devolve ao seu comprador, no decorrer desse período, um valor acrescido de mais-valor.

Por esse motivo, a expectativa de lucro calculado por um capitalista no que se pode embolsar com a compra da força de trabalho jamais deve ser percebida como uma expressão do capital fictício, uma vez que há um acréscimo de valor quando se produz alguma coisa. A expectativa de produção e lucro não pode ser determinada pela projeção de ganhos futuros, numa lógica absolutamente especulativa, que não leva em consideração as possibilidades da não realização do mais-valor por várias circunstâncias.

Marx assegura que a formação de capital fictício surge com a capitalização das receitas que se repetem com regularidade, que se baseiam na taxa média de juros como o rendimento sobre o valor de um capital emprestado. Se o rendimento for de R$ 100,00 anuais, numa taxa de juros de 5%, isso significa que a soma de R$ 100,00 representa os juros anuais de R$ 2.000,00, cujo valor-capital está submetido às normas jurídicas que garantem a seu possuidor o direito de um dado rendimento (MARX, 2017). “Desse modo, apaga-se até o último rastro toda a conexão com o processo real de valorização do capital e se reforça a concepção do capital com um autômato que se valoriza por si mesmo.” (MARX, 2017, p. 524).

> Os papéis de valor são como títulos de propriedade que representam esse capital. As ações de companhias ferroviárias, de mineração, de navegação etc. representam um capital real, a saber, o capital investido e em funcionamento nessas empresas, ou o montante de dinheiro desembolsado pelos sócios para ser investido como capital em tais empresas. O que não exclui, de forma alguma, a possibilidade de que se trate de mera fraude. Mas esse capital não existe duas vezes: a primeira, como valor-capital dos títulos de propriedade, das ações, e a segunda, como capital realmente investido ou que tem de ser investido naquelas empresas. Ele só existe nesta última forma, e a ação não é mais que um título de propriedade que dá direito a participar *pro rata* [proporcionalmente] no mais-valor que aquele capital vier a realizar. (MARX, 2017, p. 524).

A transação desses títulos pode ocorrer entre diversos indivíduos sem que isso modifique a situação de serem apenas papéis com uma representação jurídica

que dá ao seu possuidor o direito a uma renda, mas que, na verdade, não trazem em si nada além de tinta e papel. A venda de um título de propriedade indica que o capitalista conseguiu converter esse ativo em capital, bem como aquele que o comprou possui supostamente a propriedade de parte do mais-valor que talvez seja criado no futuro. Entretanto, não se tem garantia se esse mais-valor será produzido e se será realizado em lucro, ou, na pior das hipóteses, se essas ações representam os ativos materiais e/ou os rendimentos efetivos que são valores de mercado especulados. Assim, "[...] a futura produção de valor excedente é incerta e varia segundo a situação da competição, o ritmo da mudança tecnológica, a taxa de exploração e a dinâmica geral da acumulação e da superacumulação." (HARVEY, 2013b, p. 354).

Sobre isso, diz Marx:

> O movimento independente do valor desses títulos de posse, não só dos títulos da dívida pública, mas também das ações, reforça a ilusão de que eles constituem um capital real ao lado do capital ou do direito ao qual eles possivelmente deem título. Pois esses títulos se tornam, de fato, mercadorias, cujo preço tem seus próprios movimentos característicos e é fixado de maneira peculiar. Seu valor de mercado é determinado diferentemente de seu valor nominal, sem que se altere o valor (ainda que se possa alterar a valorização) do capital real. (MARX, 2017, p. 524).

A independência do valor dos títulos de posse em relação ao capital real acontece porque seu rendimento é calculado sobre um capital ilusório estimado a partir dos juros vigentes. Por esse motivo, quando existem dificuldades no mercado monetário, há uma depreciação dos títulos, que Marx atribuía a duas razões: aumento da taxa de juros e lançamento em massa desses títulos no mercado[24]. Nessa condição, o objetivo de convertê-los em dinheiro é necessário para garantir a reprodução capitalista.

A queda dos preços não depende da constância do rendimento (como ocorre com os títulos públicos) ou do rendimento instável que derivam dos títulos de empresas de capital industrial e/ou comercial; estes sempre estão em permanente inconstância pela própria dinâmica contraditória do sistema econômico. Em vista

[24] Fenômeno ocorrido no *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, assunto abordado ainda nesta seção.

disso, “passada a tormenta, esses papéis voltam a subir ao nível de antes, desde que não representem empresas falidas ou fraudulentas.” (MARX, 2017, p. 525).

As variações do preço das ações que ora se valorizam, ora se desvalorizam, não dependem do valor do capital real, de maneira que em nada alteram a riqueza de uma nação, uma vez que esses títulos representam simplesmente direitos acumulados sobre a produção futura, insubordinada à representação de capital real. A acumulação de capital monetário, nesse conjunto de imbricações, denota tão somente um acúmulo de direitos sobre o que, porventura, possa ser produzido um dia, sem a garantia, obviamente, de ser objetivado (MARX, 2017).

Portanto, o capital fictício conquista uma autonomia que permite inversões de poder que minimizam a importância da produção de valores reais diante da produção de valores ilusórios, ainda que o capital não consiga perder seu vínculo com o capital produtivo, dada a sua dependência ontológica da apropriação do tempo de trabalho socialmente necessário da classe trabalhadora para a criação de mais-valor.

Pode-se então considerar que os títulos são rendimentos sobre a produção futura que se compromete a compartilhar seus “lucros”, mesmo que eles não impliquem ganhos reais no sentido da totalidade. Hilferding (1985) explica que os lucros são capitalizados e que a soma capitalizada constitui o preço da ação, que parece carregar em si um capital duplicado. Porém, o que existe da riqueza produzida pelo capital industrial e dos lucros depende exclusivamente da produção de mais-valor.

Segundo o pensador austríaco, esses títulos não representam o capital, apenas expressam um preço de rendimento que só se torna possível porque na economia capitalista qualquer soma de dinheiro pode gerar uma renda. Logo, “se nas ações industriais essa confusão é facilitada pelo fato de existir um capital industrial realmente ativo, o caráter fictício e puramente contável desse capital de papel torna-se inconfundível no caso dos demais títulos de renda.” (HILFERDING, 1985, p. 114).

No caso dos títulos da dívida pública, estes não precisam representar nenhum capital existente, visto que o dinheiro emprestado, que gerou a dívida, já não existe há muito tempo e seu preço equivale ao que deve ser pago pela participação nos impostos, que nada dizem a respeito dos gastos que motivaram o Estado a tomar o empréstimo.

3.1.1 Bancos, sistema de crédito e capital fictício

As dívidas que se convertem em títulos jurídicos, as quais reivindicam uma produção futura, precisam das condições necessárias para que possam ser liquidadas; do contrário, serão desvalorizadas nas crises capitalistas, visto que se encontram numa forma de capital a juros absolutamente desarticulada da produção, a representar um valor-capital que dificilmente será materializado.

Marx demonstra no livro III de *O Capital* que parte do capital bancário está investida na condição de capital portador de juros, constituída, em sua maioria, por letras de câmbio que rende juros àqueles que as compram. Uma parcela importante do dinheiro entesourado nos bancos de uma nação é composta de títulos que equivalem não mais a direitos sobre bens que representam valores reais, mas que não trazem em si nenhum valor (MARX, 2017).

> A maior parte do capital bancário é, pois, puramente fictícia e consiste em títulos de dívidas (letras de câmbio), títulos da dívida pública (que representam capital pretérito) e ações (direitos sobre rendimentos futuros). E não devemos esquecer que o valor monetário do capital representado por esses papéis nos cofres do banqueiro é, ele mesmo, fictício, na medida em que tais papéis consistem em direitos sobre rendimentos seguros (como no caso dos títulos da dívida pública) ou títulos de propriedade de capital real (como no caso das ações) e que esse valor é regulado diferentemente do valor do capital real, que, ao menos em parte, esses papéis representam; ou quando representam mero direito a rendimentos, e não capital, o direito ao mesmo rendimento é expresso num montante de capital monetário fictício constantemente variável. Ademais, é preciso notar que esse capital fictício do banqueiro representa, em grande parte, não um capital do próprio banqueiro, mas do público que o deposita em suas mãos, com ou sem juros. (MARX, 2017, p. 527).

Desse modo, a maior parte do capital bancário está organizada em papéis de diversos tipos que possuem uma representatividade legal, cujos valores se constituem por meio de um mercado próprio que se move distintamente do que regula o valor do capital real. Como já mencionado, os títulos de dívidas (públicos e/ou privados), ações etc. são valores monetários fictícios que exprimem direitos sobre rendimentos futuros. Esse capital bancário, constituído de papéis com garantias jurídicas, nunca poderá representar o capital efetivo.

Ao emprestarem uma dada soma de ativos que possuem, os bancos emitem documentos que garantem ao portador uma remuneração em forma de juros e/ou de dividendos. Os empréstimos somados representam valores bastante superiores quando comparados aos ativos que o banco retém em seus cofres, mas cumpre lembrar que parte da soma do valor monetário representado por papéis nesses mesmos cofres também é representada por valor fictício.

A criação de dinheiro fictício, por conseguinte, sugere a necessidade de produzir e de realizar valor, uma vez que situações de intensas conturbações econômicas forçam o capital a se deparar com soluções que não permitem determinadas manobras financeiras, já que a urgência de capital pela criação de valores reais supera a sobrevalorização do capital especulativo. Harvey (2018, p. 49) considera que “toda a produção capitalista é especulativa, mas no sistema financeiro essa característica é exacerbada, transformando-se em fetiche supremo.”.

O surgimento do capital portador de juros e do sistema de crédito parece ter capacitado o capital a se valorizar sem se comprometer com o setor produtivo. Por vezes, aparentando duplicar-se, triplicar-se etc., a depender da forma de aplicação especulativa e a quem pertence tal tipo de capital (MARX, 2017). Isso evidencia que todos os depósitos representam apenas créditos que não existem objetivamente. Marx (2017, p. 530) explica que “nesse sistema de crédito, tudo é duplicado, triplicado e transformado em simples fantasias, e o mesmo se aplica ao ‘fundo de reserva’, onde se acreditava enfim poder agarrar algo sólido.”.

Assim, embora o fundo de reserva constitua a realidade em meio às ilusões provocadas pelo capital fictício, ele representa a emissão de cédulas dos Bancos Centrais sem que haja equivalente metálico ou quaisquer mercadorias que justifiquem a produção de dinheiro fiduciário, de maneira que até esses fundos contribuem para as fantasias da economia capitalista.

O capital monetário, na condição de capital portador de juros, foi um fator decisivo para o desenvolvimento das forças produtivas, contribuindo para a superprodução industrial, o que não implicou a mesma superabundância de dinheiro no que diz respeito ao capital de empréstimo, pois a produção cada vez mais ampliada não levou a que o mais-valor criado na produção de mercadorias pudesse ser realizado com a mesma facilidade e com os mesmos lucros esperados. A alternativa encontrada pelo capital para evitar a estagnação econômica e manter um fluxo contínuo de capitais para a conta dos capitalistas se traduz no acúmulo do

capital monetário e na riqueza monetária na forma de acumulação de títulos que representam a apropriação de trabalho futuro (MARX, 2017).

No caso específico da dívida pública, além de uma espoliação antecipada, houve um aumento considerável de credores do Estado que gozavam (e gozam) do privilégio de tomar para si uma parcela dos impostos públicos, tributos que representam uma fração da riqueza produzida pela própria classe trabalhadora, os quais, do mesmo modo, indicam outra maneira de lesar aqueles que já recebem o mínimo pela venda de sua força de trabalho, o suficiente apenas para continuar a serviço da reprodução do capital.

Sobre isso, Marx afirma:

> Esses títulos de dívida, que são emitidos sobre o capital originalmente emprestado e gasto há muito tempo, essas duplicatas de papel de um capital já consumido, servem para seus possuidores como capital na medida em que são mercadorias que podem ser vendidas e, com isso, reconvertidas em capital. (MARX, 2017, p. 534).

Os títulos de propriedade das sociedades anônimas, de ferrovias, de minas, de canais, de docas, de estradas etc. podem se converter em capital monetário real para aqueles que possuem esses papéis, mas não lhes conferem poder sobre o capital desses ativos financeiros, porque os títulos garantem somente o direito de reivindicar parte do mais-valor produzido. “Mas esses títulos se convertem também em duplicatas de papel do capital real, como se o conhecimento de carga obtivesse um valor separado do da carga e concomitantemente a ele.” (MARX, 2017, p. 534).

Essa representação nominal existe de forma simultânea aos capitais reais, sem que isso comprometa o funcionamento do capital existente. Mesmo que essas duplicatas sejam continuamente vendidas (e trocadas entre) de proprietários, o capital real nada sofre com essas transações. Marx (2017) compreende que esses títulos se convertem em capital portador de juros na medida em que podem ser vendidos e reembolsados como valores-capitais, já que conseguem assegurar rendimentos a seus donos.

Muito embora a valorização dos títulos independa da movimentação do capital real, há uma autonomia relativa na relação entre essas formas de capital. Do ponto de vista macro, quando os negócios do capital não estão rendendo os lucros esperados para o capitalista, há uma realocação das aplicações dos setores

funcionantes do sistema econômico para o mercado financeiro. Esse movimento realizado no mercado financeiro tende a valorizar as ações, sobretudo do mercado secundário, independentemente do valor das empresas que emitiram esses ativos financeiros. Essas ações valorizam-se especialmente porque a demanda de papéis cresce à medida que o setor financeiro proporciona maiores vantagens se se comparar ao mercado tradicional (produtivo e/ou comercial). Isso tudo acontece sem que haja nenhuma relação com a esfera produtiva, o que demonstra a autonomia relativa entre as formas de reprodução do capital.

As flutuações dos preços dos títulos de propriedade e da centralização sob as posses de grandes capitalistas tornam-se uma aposta que pode ou não ser confirmada, pois se encontra numa situação dominada pelo acaso. Para Marx (2017, p. 535), “esse tipo de riqueza monetária imaginária constitui uma parte considerável não só da riqueza monetária dos particulares, mas também do capital dos banqueiros.”.

A acumulação de riqueza sob o poder dos banqueiros resulta da mediação realizada entre os capitalistas monetários privados (entre os capitalistas monetários e os capitalistas funcionantes e entre os capitalistas monetários e o Estado). O desenvolvimento do sistema de crédito dá-se justamente pela capacidade de o banco concentrar em seus cofres o capital privado de vários capitalistas e, até mesmo, de outras classes sociais, conseguindo assimilar tanto parte da riqueza real criada pela produção quanto da riqueza imaginária que eles ajudam a instituir através das transações financeiras.

Anota Hilferding:

> Como mediador do crédito, o banco trabalha com todo capital próprio e alheio de que dispõe. Seu lucro consiste no juro pelo capital emprestado; seu lucro líquido – depois da dedução das despesas – consiste na diferença entre os juros que lhe são pagos e os que, por sua vez, paga pelos depósitos. Por conseguinte, esse não é lucro no sentido categórico, e seu nível não é dado pela taxa média de lucro. É oriundo do lucro, do mesmo modo que o lucro de outros capitalistas monetários. A posição mediadora do banco na circulação do crédito permite-lhe ganhar não somente com o capital próprio, como qualquer outro capitalista monetário, mas também com o de seus credores, a quem paga juro mais baixo do que cobra de seus devedores. Esse juro é apenas uma parte ou uma dedução do lucro médio de nível socialmente já dado. Todavia, esse lucro não entra, de modo algum, na determinação do nível da taxa média de lucro, como o lucro do capital do comerciante e do capital monetário. (HILFERDING, 1985, p. 170).

O banco, desse modo, estabelece o valor dos juros com base na oferta e na procura de capital de empréstimo; o capital bancário representa apenas uma parte dos emprestadores. No entanto, para que o banco consiga absorver o máximo de capital monetário em forma de depósitos, deve estabelecer um valor de juros a ser pago aos depositantes, onde a diferença dos juros recebidos como credores e dos juros pagos como devedores representa o lucro líquido dos bancos (HILFERDING, 1985).

Sobre os banqueiros, Marx (2017, p. 535) diz que “esses sujeitos possuem o capital e a receita sempre em forma de dinheiro ou de direitos que versam diretamente sobre o dinheiro”. Em consequência, eles acumulam fortuna com negócios que se distanciam da riqueza procedente da criação de mais-valor. Isso não quer dizer que não haja apropriação de uma alíquota dos lucros produzidos pelo capital em atividade, uma vez que uma parcela de seus ganhos torna-se dependente do empréstimo concedido em troca de juros previamente acordados com o prestatário.

Títulos privados ou públicos e as ações são investimentos que têm por função produzir juros, mesmo que esse capital não vise à produção ou ao comércio de mercadorias, o qual configura apenas investimentos em papéis que atuam unicamente como ativos financeiros sem valor real, ou seja, expressam somente uma valorização especulativa. Entretanto, embora os valores atribuídos a esses papéis sejam ilusórios, a indústria e o comércio, quando precisam de dinheiro, logo procuram vender ou penhorar títulos e ações para continuar o processo reprodutivo. Isso quer dizer que se algum capital for investido na criação de capital real, parte dele não é fictício. Conforme os capitalistas se deparam com certas circunstâncias concretas, sobretudo em momentos de crise, as categorias imaginárias da economia não mais podem ser satisfeitas, de modo que a realidade se impõe ante qualquer forma de riqueza fictícia.

Apesar de os títulos e as ações não figurarem uma substância real, podem ser negociados no mercado por um valor especulado. A riqueza adicional tem significado concreto unicamente para o vendedor dos ativos financeiros, ao passo que com a transação conseguiu aumentar seu capital, só que não em termos da totalidade, pois nada se acrescentou de valor à sociedade, a comprovar que não há criação de mais-valor previamente produzido nessas transações financeiras, já que a riqueza dos títulos e das ações é fictícia.

Por exemplo, quando o dono dos papéis coloca ativos dessa natureza à venda, pode, com o dinheiro que adquiriu na negociação, convertê-lo em riqueza real, desde que se aproprie de um bem real ou invista na produção. Todavia, aquele que recebeu o dinheiro proveniente da venda dos papéis ou trocou por uma riqueza real especulada (fazenda, casa, apartamento, fábrica, edifício etc.), na verdade, recebeu uma soma na transação que não representa valor real[25]. Nessas transações financeiras que envolvem valores especulados, sempre alguém ficará com o prejuízo, mesmo que demore um tempo para que perceba.

A instituição bancária utiliza todos os recursos disponíveis para expandir os negócios no capital, especialmente aqueles que criam riqueza fictícia; mas, para isso, precisa garantir o mínimo da produção da riqueza substantiva em virtude de os títulos e as ações caracterizarem uma promessa de espoliação futura da força de trabalho. O capitalista prestatário se compromete em partilhar um quinhão de seus lucros com seu prestamista. Se esse acordo firmado irá se materializar, depende das condições econômicas em vigência.

Conforme Hilferding (1985, p. 114), “a ação é, pois, sem dúvida, um título de rendimento, um título de dívida sobre a futura produção, uma ordem de pagamento de lucros.”. O sistema de crédito bancário numa fase desenvolvida do sistema capitalista estimula o surgimento de papéis que correspondem a um compromisso e, com o passar do tempo, afasta-se completamente de sua intenção original e se transforma simplesmente num amontoado de letras frias.

---

[25] Para Carcanholo, os papéis que representam o capital fictício são entendidos por riqueza nominal; já os bens de raiz (apartamentos, casas, terrenos etc.) figuram como riqueza patrimonial. A diferença entre ambas é que a riqueza nominal não possui substância, enquanto a riqueza patrimonial possui correspondência com a materialidade. Apesar de as duas estarem permeadas por relações especulativas, essas formas de riqueza possuem natureza e forma de reprodução distinta. “A valorização especulativa e mais ou menos sustentada de um determinado apartamento, por exemplo, faz com que seu proprietário passe a ver-se, e também ser visto no mercado, como mais rico que antes. Seu patrimônio incrementou-se na exata medida da valorização especulativa, e esse incremento se manterá enquanto a especulação mantiver o preço do imóvel elevado. Observe-se que, caso seu proprietário venda esse imóvel e enquanto o preço de mercado seguir sem alteração, o comprador, a outra parte da operação comercial, não terá transferido valor ao vendedor, uma vez que o seu patrimônio (o do comprador) continuará exatamente igual ao anterior à sua compra: antes em dinheiro, agora em imóvel valorizado pela especulação” (CARCANHOLO, 2013, p. 143). Contudo, garante o autor, o capital fictício do ponto de vista global não pode se converter completamente em capital real, indicando que nessas relações em que uma riqueza real especulada (riqueza patrimonial) é negociada por um preço acima do valor real, inevitavelmente alguém ficará com o prejuízo, e isso acontece no momento que eclodem as crises, agravadas (ou a razão de ser) também pela infinidade de títulos que tão somente representam riqueza nominal (sem nenhum lastro) e que são adquiridas por um significativo número de investidores. Segundo Carcanholo (2013, p. 152), “normalmente o perdedor é o pequeno investidor, o cotizado de um fundo de pensão etc.”, visto que o Estado sempre protegerá os poderosos e os bancos.

> [...] com a expansão do sistema de crédito, o volume de capital de toda empresa limitou-se ao mínimo, uma vez que qualquer necessidade repentina ocorrente exige um aumento dos meios líquidos, requerendo uma operação de crédito cujo fracasso poderia significar a quebra da empresa. É a disponibilidade do capital monetário que dá ao banco sua superioridade em relação à empresa, cujo capital se encontra imobilizado como capital de produção ou de mercadorias. Acresce ainda a superioridade do capital do banco, supremacia que o toma relativamente independente em relação à transação individual, enquanto para a empresa, talvez, tudo dependa dessa transação. Inversamente, o banco pode, em alguns casos, estar tão fortemente comprometido com a empresa que ele terá que se submeter a todas as exigências desta. (HILFERDING, 1985, p. 97-98).

Essa observação de Hilferding demonstra que o capital industrial desenvolve uma maior subordinação ao capital bancário à medida que a sociedade capitalista necessita de um rápido aprimoramento das forças produtivas. Usa-se o capital de empréstimo em vez de recursos particulares, visto que o capital próprio pode ser mais bem utilizado em circunstâncias emergenciais nos momentos em que as crises se manifestam.

Segundo Hilferding, o banco tem vantagens em relação à empresa justamente porque consegue imobilizar em seus cofres tanto o capital da indústria quanto o do comércio, porém essa condição não exclui a possibilidade de, em alguns casos, ocorrer exatamente o contrário. Para o pensador austríaco, o crescimento do capital monetário à disposição impõe a dependência no caso de uma relação de endividamento (HILFERDING, 1985). Isso indica que a expansão dos negócios capitalistas provoca uma crescente concentração de capital no banco, permitindo realizar negócios lucrativos, o que o autoriza a aumentar sua influência no mercado.

Hilferding entende que “quanto maior o banco, maior a garantia de seu investimento. Ele poderá colocar grande parte das aplicações em seus próprios clientes.” (HILFERDING, 1985, p. 99). Dessa forma, as empresas ficam menos sujeitas aos excedentes adquiridos com a realização do mais-valor, haja vista que não precisam esperar obter os lucros para reinvestir e reiniciar o processo produtivo, podendo expandir os negócios por meio de investimentos permanentes com o capital que tomaram emprestado. Por sua vez, o banco apenas consegue operar esses negócios se o fluxo de depósitos e a venda de títulos e ações (entre outras

transações financeiras) mantiverem sempre um valor reduzido de passivos, dada a necessidade de alta concentração de capital sob seu domínio.

O problema está no interior da ordem econômica capitalista, precisamente quando os bancos corroboram para a redução dos investimentos no setor produtivo e passam a estimular aplicações vultosas de capital em ações e títulos, entre outros papéis que representam capital fictício, gerando uma disparidade entre capital efetivo e capital fictício.

Hilferding (1985) entende que, depois do surgimento das sociedades anônimas, essa diferença continua a crescer em razão da oportunidade de aumentar o capital com a emissão de ações, possibilitando ao capital acionário ultrapassar o capital ativo.

> No decorrer da existência de uma sociedade anônima pode continuar crescendo a diferença entre capital efetivamente ativo e o capital acionário (fictício). Caso a empresa renda um juro acima do médio, surge a necessidade ou apenas a oportunidade para um aumento do capital; **esse rendimento mais elevado torna-se, então, a base para nova capitalização, de modo que o capital acionário nominal passa a ultrapassar em grande parte o capital ativo**. Inversamente também é possível aumentar o capital ativo sem aumentar o capital acionário nominal. É o caso que se apresenta, por exemplo, quando o lucro líquido, em vez de ser distribuído como dividendo entre os acionistas, é empregado total ou parcialmente para o funcionamento da empresa. Como esse tipo de emprego promete um aumento do futuro rendimento, ocorrerá, ao mesmo tempo, um aumento na cotação de mercado do capital acionário. (HILFERDING, 1985, p. 119, grifo nosso).

Hilferding pressupõe que o mercado de ações pode aumentar o capital ativo quando o lucro líquido é usado parcial ou totalmente no funcionamento da empresa, de modo que pode hipoteticamente garantir um aumento do rendimento futuro, assim como um aumento da cotação no mercado de ações, devido a avaliações positivas sobre a empresa, deixando perceptível o alcance especulativo desses mercados. Daí que “o valor do mercado do capital acionário é, pois, sempre maior, em condições normais, do que o capital ativo, ou seja, capital produtor de lucro médio.” (HILFERDING, 1985, p. 120).

Com a chegada das sociedades anônimas, inaugura-se uma etapa inédita na economia capitalista, cuja acumulação de capital, apoiada nos ativos financeiros, cria um tipo de riqueza que mantém uma relação dialética com os setores

produtivos. Até mesmo o capital submetido à lógica especulativa conserva uma relativa dependência da produção, pois, malgrado exista a capacidade de se multiplicarem sem que estejam ligados diretamente ao capital funcionante, jamais os papéis financeiros podem existir sem que haja uma riqueza real que os sustente. Segundo Carcanholo (2013, p. 154, grifo nosso), “os lucros fictícios constituem, em si, um passo adicional no processo de mistificação da origem do lucro capitalista. Eles não constituem resultado de transferência, mas da criação de riqueza fictícia. **É pura fumaça do ponto de vista global**.”.

Ações e títulos de todas as espécies caracterizam ativos financeiros de investimento para o capital de empréstimo, cujos detentores lucram a partir dos juros supostamente conquistados no setor produtivo; no entanto, tais papéis não podem de fato representar o capital neles investidos. Por esse motivo, Marx (2017) compreende que o sistema de crédito desempenha papel direto e fundamental na reprodução capitalista, tendo em conta que, em determinadas situações, não interessam para o capitalista industrial ou comercial ações ou títulos, porque precisam de dinheiro que traga alguma correspondência com a realidade, ou seja, que mantenha uma relação com um capital-monetário emprestável que possa ser colocado em atividade e gerar riqueza substantiva. “Trata-se exclusivamente dos empréstimos em dinheiro que os banqueiros, como intermediários, fazem a industriais e comerciantes”. (MARX, 2017, p. 536).

No entanto, Marx (2017) entende que a base do sistema de crédito se encontra no crédito concedido entre os próprios capitalistas comerciais, responsáveis pela reprodução, por meio de uma letra de câmbio, que Marx define como um documento de pagamento diferido; na verdade, um título de crédito que vincula uma ordem de pagamento após um tempo determinado: “cada um concede crédito com uma das mãos e o obtém com a outra.” (2017, p. 536). Essas letras de câmbio podem circular entre os comerciantes como meio de pagamento sob a garantia daquele que a emitiu ou daquele que a transferiu para um terceiro. “O que ocorre é apenas a substituição de uma pessoa por outra.” (MARX, 2017, p. 536). Pode, assim, ocorrer uma liquidação da dívida sem que haja sequer dinheiro lastreado envolvido.

Marx (2017) exemplifica da seguinte forma: **A** é um comerciante de algodão que deve pagar a seu fornecedor **B** um valor determinado; por causa de uma circunstância qualquer, **A** resolve pagar ao corretor de algodão **B** com uma letra de

câmbio, e **B**, do mesmo modo, paga ao importador **C** com a mesma letra que recebeu de **A**. Se **C** decide exportar fios, ele pode comprar de **A** e pagá-lo com letras de câmbio, e este pode agora pagar a **B** com as letras que foram adquiridas de **C**.

O que se observa nessa transação comercial é uma troca de mercadorias; no final, restará um saldo negativo em dinheiro, pois houve apenas uma mediação na troca de algodão por fios sem envolvimento de capital real, de modo que "o exportador representa somente o fiandeiro, o corretor, o plantador." (MARX, 2017, p. 536). Na evolução do sistema de crédito, as letras de câmbio podem muitas vezes não corresponder à riqueza produzida. Encontra-se nessa fase do desenvolvimento capitalista a gênese do capital fictício[26].

Marx avalia que os débitos somente podem ser liquidados se o mais-valor se realizar na operação M-D, dado que, se houver problema durante o processo de reprodução, os comerciantes não terão dinheiro para saldar suas dívidas. As transações comerciais devem seguir seu fluxo sem impedimento, já que existe a necessidade de conversão da mercadoria em dinheiro antes do prazo de pagamento acordado entre fornecedor e comerciante.

Marx observa ainda que:

> Esses pagamentos dependem, portanto, da fluidez da reprodução, isto é, dos processos de produção e de consumo. Mas, como os créditos são mútuos, a solvência de cada um depende ao mesmo tempo da solvência dos outros, pois, ao emitir a letra de câmbio, cada um deles confia, seja no retorno do capital em seu próprio negócio, seja no retorno no negócio de um terceiro que tem de lhe pagar uma letra. Abstraindo da perspectiva de retornos do capital, a possibilidade do pagamento dependerá exclusivamente do capital de reserva de que o emissor da letra disponha para poder cumprir seus compromissos, no caso de se retardar o retorno esperado. (MARX, 2017, p. 537).

Embora essa interdependência entre capitalistas favoreça o crédito, pode ao mesmo tempo levar todos à ruína se inesperadamente o fluxo comercial sofrer algum tipo de interrupção.

[26] Segundo Palludeto (2016), por volta de 1540, reconheceram-se legalmente na Antuérpia as letras de câmbio, de modo que os contratos para entrega futura tornaram-se executáveis por terceiros. Todavia, somente no século XIX esses papéis financeiros conquistam notoriedade com o acelerado desenvolvimento capitalista.

Além disso, as dívidas contraídas pelos capitalistas não podem depender das letras de câmbio que recebem para solver seus passivos, pois é possível que o vencimento delas não corresponda ao vencimento das letras de câmbio que eles emitiram para outros capitalistas. É "[...] possível que *B*, a quem *C* pagou com uma letra de câmbio, tenha, antes que essa letra vença, de pagar a *A* uma letra vencida e, para isso, necessite de dinheiro em espécie". (MARX, 2017, p. 537).

Assim, os ciclos reprodutivos capitalistas podem passar um longo tempo sem necessitar de grandes volumes de dinheiro para usar nas transações comerciais que realizam. Essa constância sem interrupção de pagamentos através de letras de câmbio representa uma exceção e não a regra da reprodução do capital.

> Os limites desse crédito comercial, considerados em si mesmos, são: 1) a riqueza dos industriais e comerciantes, isto é, sua possibilidade de dispor de capital de reserva, no caso de haver atraso nos refluxos de capital; 2) esses próprios refluxos, que podem apresentar um atraso temporário. Também pode ocorrer que, nesse ínterim, caia o preço das mercadorias ou que elas se tornem momentaneamente invendáveis pela paralisação dos mercados. Quanto maior for o prazo de vencimento da letra, maior terá de ser o capital de reserva e maior também será a possibilidade de redução ou atraso do refluxo como consequência da queda de preços ou da saturação dos mercados. (MARX, 2017, p. 537).

Marx demonstra que o crédito comercial que envolve as letras de câmbio, como direito de pagamento, tem em seu curso a ontogênese do capital fictício, uma vez que os valores das mercadorias vendidas se acham aquém da importância que se tomou emprestado ou, simplesmente, as mercadorias não conseguem ser vendidas por diversos motivos, exigindo dos capitalistas um considerável capital de reserva para atender a esses momentos de crise. Em épocas que as transações financeiras subvertem excessivamente a lógica produtiva do capital, o endividamento atinge intensidade desmesurada que desvenda a verdadeira situação dos papéis negociados, ocasionando uma procura desesperada por fundos econômicos reais e uma quebra generalizada dos capitalistas que não conseguem converter o mais-valor contido nas mercadorias em lucro. Marx (2017) observa que a produção em grande escala expande os mercados e, igualmente, os distancia dos centros produtivos, de modo a nutrir os elementos especulativos das relações comerciais estabelecidas.

O pensador alemão também percebeu que essa ampliação da capacidade produtiva alcançada pelo capital, depois de certo tempo, conquista mercados fora do território da nação produtora. Em razão disso, o capital nacional seria incapaz de aumentar os seus recursos na mesma velocidade de sua capacidade produtiva, necessitando de um crédito que equivalha ao montante do valor da produção e que possa assegurar a produtividade até que as mercadorias vendidas sejam liquidadas, principalmente pelos mercados consumidores de regiões distantes (MARX, 2017). Assim, “o desenvolvimento do processo de produção expande o crédito, e este último leva à expansão das operações industriais e comerciais.” (MARX, 2017, p. 538).

Deste modo, quando se avalia o crédito separado do sistema de crédito bancário, percebe-se que existe um aumento que se dá de acordo com a capacidade produtiva da indústria. A diferença está justamente no fato de o empréstimo não se constituir em dinheiro, mas em capital-mercadoria que tem como finalidade o consumo final ou o consumo na produção de outras mercadorias (MARX, 2017). Por esse motivo, o capital emprestado sempre servirá a uma determinada etapa da reprodução do capital, na qual agentes capitalistas trocam letras de câmbio por mercadorias que lhes serão úteis para a produção de outras mercadorias; estas também poderão ser negociadas com outros agentes capitalistas mediante letras de câmbio.

Em todos os casos, o pagamento deve ser efetuado no vencimento estimado por ambos os negociantes. Nesse ínterim, as mercadorias se transformam em outras mercadorias ou fazem parte da produção de mercadorias distintas que, subsequentemente, podem ser trocadas por outras que nada têm a ver com as que as antecederam, iniciando um novo ciclo de reprodução sem que haja, *a priori*, nenhum pagamento em dinheiro.

> O crédito medeia aqui, portanto: 1) na medida em que se consideram os capitalistas industriais, a transição do capital industrial de uma fase a outra, a conexão entre esferas vinculadas da produção; 2) na medida em que se consideram os comerciantes, o transporte e a transferência das mercadorias de mãos, até sua venda definitiva por dinheiro ou sua troca por outras mercadorias. (MARX, 2017, p. 539).

O que se empresta é um tipo de capital que muda de forma segundo as necessidades do capitalista que o possui; este deve transformá-lo numa mercadoria

que potencialmente se converta em dinheiro, de modo que “[...] o crédito serve aqui de mediador da metamorfose da mercadoria; não só M-D, mas também D-M e o processo real de produção.” (MARX, 2017, p. 539). Contudo, a superacumulação de capital, em sua forma mercadoria, torna-se um entrave para o fluxo contínuo esperado do sistema econômico, podendo levá-lo a um colapso momentâneo.

O atraso no retorno de capital como consequência de mercados saturados e, por conseguinte, da queda de preços impede que o modo de produção capitalista continue a desempenhar sua função, pois uma significativa quantidade de mercadorias se acumula sem perspectiva de converter-se em lucro (MARX, 2017). Essa condição impositiva da própria dinâmica contraditória do capital contrai o crédito por três razões elencadas por Marx (2017): paralisação da reprodução capitalista, desconfiança no processo de fluidez da reprodução e redução da demanda do crédito comercial.

Assim, as disfunções ocorridas no processo de reprodução em tempos de crise levam à inevitável escassez de crédito, exigindo que praticamente todas as transações sejam mediadas por pagamentos à vista, pois nesse período de estagnação em que as mercadorias e as matérias-primas se acumulam e os meios de produção se tornam inativos, o capital necessita de capital real em vez de papéis como promessas de pagamento.

A superabundância de capital, como mercadoria, demonstra que a riqueza da produção capitalista coexiste com a miséria que igualmente é produzida por ela, só que em escalas ainda maiores, uma vez que a incapacidade de vender as mercadorias está relacionada ao subconsumo das classes subalternas que, em sua maioria, se encontram em condições de pauperismo ou num estado de coisas que não permite o atendimento da totalidade de suas necessidades. Para Marx (2017, p. 541), “a razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em contraste com o ímpeto da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se estas tivessem seu limite apenas na capacidade absoluta de consumo da sociedade.”.

Ao analisar o sistema de crédito de sua época, Marx (2017) conclui que, com o desenvolvimento da ordem econômica capitalista, o crédito comercial junto ao crédito monetário, concedido por banqueiros e prestamistas, ajuda a superar os momentos em que o capital se mantém em estagnação, de modo que os negócios realizados com base no sistema de crédito viabilizam-se através de letras de

câmbio, que podem ser descontadas em *bill-broker*[27]*.* Estes, por sua vez, recebem dos bancos o capital monetário de seus depositantes. Nessa relação, capitalistas industriais e comerciais não são obrigados a manter um forte capital de reserva, nem dependem dos refluxos financeiros para que continuem a se sustentar no mercado, especialmente quando o sistema econômico é acometido por crises.

Marx adverte que uma parcela dos negócios comerciais é realizada tão somente com o objetivo de emitir letras frias que procuram manter a aparência de negócios sólidos, sem riscos e lucrativos, de modo que os lucros obtidos nada mais são que a espoliação provocada pelos negócios fraudulentos de prestamistas ou produtores, intensificados pelas operações especulativas. De acordo com Marx (2017, p. 541), “os negócios estão sempre sólidos, e o campo, em plena prosperidade, até que de repente, da noite para o dia, estoura a crise.”.

O sistema capitalista, já em sua fase avançada de desenvolvimento, baseia-se no crédito para manter os fluxos constantes de compra e venda. Quando o crédito cessa e se admite apenas o pagamento à vista, essa ordem econômica desvela a rede ilusória em que está envolvida. Marx (2017) diz que à primeira vista a crise se apresenta como uma crise monetária ou uma crise de crédito, que se resolveria simplesmente com a conversibilidade das letras de câmbio em dinheiro.

Contudo, pondera que:

> Ao mesmo tempo, há uma massa enorme dessas letras que representa apenas negócios fraudulentos, que agora vêm à luz e estouram como bolhas de sabão; além disso, há especulações feitas com capital alheio, porém malogradas; e, por fim, capitais-mercadorias desvalorizados, ou até mesmo invendáveis, ou refluxos de capitais que jamais se realizam. (MARX, 2017, p. 547).

Marx entende que essa forma encontrada pelo capital de continuar o processo reprodutivo consiste numa expansão forçada que não pode ser resolvida simplesmente com a emissão de cédulas concedidas a todos os especuladores; se for assim, encontrar-se-ia uma condição enganadora para comprar as mercadorias depreciadas por seus antigos valores nominais. “Além disso, aqui tudo aparece distorcido, pois nesse mundo de papel jamais se manifestam o preço real e seus fatores reais; o que se vê são apenas barras, dinheiro metálico, cédulas bancárias, letras de câmbio e títulos.” (MARX, 2017, p. 547).

[27] Corretores de contas

A ordem capitalista utiliza essas alternativas fraudulentas para dar conta de resolver a superabundância do capital industrial que se desvela em momentos de crises e que não consegue ser escoado para nenhum mercado consumidor. A mercadoria é capital monetário potencial e também valor de uso que não conseguiu converter-se em dinheiro.

> Depreende-se que, em épocas de crise e de paralisação dos negócios, o capital-mercadoria perde em grande parte sua capacidade de representar capital monetário potencial. O mesmo ocorre com o capital fictício, com os títulos portadores de juros, na medida em que circulam na Bolsa como capitais monetários. Seu preço cai à medida que aumenta a taxa de juros. Ele cai, além disso, pela escassez geral de créditos, que obriga seus possuidores a lançá-los em massa no mercado a fim de conseguir dinheiro. (MARX, 2017, p. 550).

Quando o sistema do capital entra em crise, o preço das ações cai em função da própria paralisia dos negócios e do peculiar caráter fraudulento encontrado nos papéis dessa natureza, não podendo alcançar a valorização nem os rendimentos que geravam até então para seus possuidores. Marx (2017, p. 550) atesta que “esse capital monetário fictício diminui enormemente em épocas de crises, e, com ele, cai o poder de seus possuidores de obter dinheiro no mercado.”, de forma que a queda do seu preço no mercado de ações não tem relação com o capital real que representam, mas sim com a incapacidade de seus proprietários honrarem os compromissos pela falta de liquidez de seus produtos acumulados.

Sobre isso, Hilferding observa:

> As mercadorias precisam ser vendidas para se conseguirem os meios de pagamento que já não são mais conseguidos por meio do crédito. Começa a queda de preços. Mas o nível do preço até agora era a base de todas as transações creditícias. Queda dos preços significa que também a letra de câmbio sacada por conta dessa mercadoria não pode ser paga pelo produto da venda da mercadoria. No mesmo momento em que a oferta se restringe, surge a procura de meios de pagamento. Pois o crédito de circulação decresce rapidamente, já que a baixa dos preços desvaloriza as letras de câmbio e diminui assim as suas entradas. Simultaneamente, o crédito bancário não pode ser estendido, visto que a baixa dos preços põe em dúvida a garantia de solvência dos produtores. Assim, a procura de pagamento conduz à impossibilidade de sua satisfação. Não apenas o juro subiu ao máximo, mas não se obtém crédito algum, visto que o abalo do crédito faz com que todos que disponham de dinheiro líquido o reservem para pagamentos próprios.

> Só há um caminho para se conseguir meios de pagamento: a transformação de mercadoria em dinheiro. (HILFERDING, 1985, p. 257).

O retardo ou a impossibilidade das vendas num determinado momento da reprodução do capital dificultam a liquidez, assim como levam à desvalorização das letras de câmbio, não permitindo que o crédito bancário seja estendido, sob o risco de comprometer as reservas ainda existentes nos bancos. Entretanto, em situações de severos agravamentos da crise, tornam-se inevitáveis as circunstâncias que eliminam os recursos dos bancos quando indivíduos de todas as classes buscam recuperar o valor de seus depósitos pelo imperativo de saldar os seus passivos, sendo quase certa a intervenção do Estado com o intuito de livrar essas instituições financeiras do *crash*. Desse modo, a restrição de crédito para os capitalistas ativos indica a necessidade de converter o capital de sua forma mercadoria em dinheiro, pelo menos até que se equilibre novamente a ordem econômica.

Os papéis de todos os tipos que configuram o capital fictício são desvalorizados em face dos ativos verdadeiros a que estes correspondem. A estratégia de bancos e de outros capitalistas é adquiri-los para que sejam vendidos a preços superiores no momento em que se superem a crise e as incertezas do mercado, apontando para tempos mais promissores.

Os ganhos fictícios corrigem de forma compensatória os prejuízos causados pelas perdas nas vendas de determinadas mercadorias. O capitalista, com a venda desses títulos, embolsa um tipo de capital que não acumula valor-trabalho. Por isso, quanto mais duradoura a crise, mais fácil será identificar o antivalor que esses papéis representam, porquanto não trazem em si resquício algum de valor, mas somente um preço atribuído pelo mercado financeiro-especulativo, que não resulta do processo produtivo, o qual, imperiosamente, exige o empreendimento de força de trabalho humana para a incorporação de valor em cada mercadoria fabricada.

> Desenvolvimento de capital fictício não significa capital com lucros ilusórios porque enriquecem, de fato, seus proprietários. Mas a articulação, mesmo que frouxa entre produção, circulação e distribuição conduz a que os ganhos sem lastro em valor-trabalho precisem ser compensados de alguma maneira. (MOLLO, 2011b, p. 8).

Essa observação de Mollo indica que, apesar de o capital fictício não ter identificação com o valor criado na produção, os lucros não são ilusórios porque enriquecem os seus possuidores. A falta de lastro dessa riqueza deve ser compensada o mais breve por um tipo de valor que somente é possível na fabricação de mercadorias, haja vista o risco de esses lucros se dissiparem em severos e prolongados períodos de crise econômica.

O capital fictício representa um fluxo de rendimentos presente e precisa desenvolver as condições necessárias para que seus investimentos correspondam a um fluxo de rendimentos futuros, realizados num mercado especializado (PALLUDETO; ROSSI, 2018). Palludeto e Rossi (2018, p. 8) dizem que "[...] toda e qualquer fonte de renda prospectiva aparece como a possibilidade de constituição de capital fictício e, assim, de formação de um mercado no qual são transacionados esses direitos sobre a renda futura.".

O mercado bursátil e todas as transações interbancárias que não têm em sua gênese o investimento produtivo carregam os elementos que podem desencadear a crise do sistema de crédito, em que papéis que representam valores fictícios não conseguem ser vendidos devido à sua incapacidade de disponibilizar ativos que tenham valor real. O grau de fictividade nutrido pelas instituições financeiras não suporta as crises econômicas que, de maneira abrupta, descortinam o que realmente existe de riqueza na sociedade, demonstrando a invencionice criada pelos manipuladores do mercado financeiro para valorizar títulos jurídicos que, provavelmente, nunca poderão ser convertidos em valor real.

É justamente por constituir uma acumulação de direitos que Chesnais (2010, p. 133) reitera que "ainda que esses ativos sejam fictícios, podem exercer uma pressão com todo o seu peso sobre a sociedade pelo fato de constituírem uma 'acumulação de direitos', de títulos jurídicos sobre uma produção futura.".

O capital fictício pode ser compreendido como um desdobramento do desenvolvimento do capital quando o recurso do empréstimo se torna necessário para acelerar o processo produtivo e aperfeiçoar os meios de produção, sem que se espere que todas as etapas sejam concluídas para que se reinvista parte do capital conquistado na extração de mais-valor e realizado no comércio em um novo ciclo. De acordo com Chesnais (2010), o capital fictício expõe o fetichismo inerente ao capital portador de juros ou de aplicações financeiras no sentido mais geral, cujo

título, que supõe um determinado valor de capital, é uma pura ficção do ponto de vista da reprodução do capital.

Ao longo da história do capital, os bancos por meio do crédito têm criado formas de capital fictício com a finalidade, *a priori*, de investimentos produtivos. O próprio capital bancário tem sido composto de títulos que se comprometem com uma produção futura; estes são, para Chesnais (2010), duplicatas fictícias de um capital real.

Conforme Hilferding:

> A metamorfose do capital industrial em fictício só depende da quantidade de capital que pode ser emprestado em geral, que esteja pronto para a transformação em capital fictício, conservando a forma de capital que rende juro. Deve existir dinheiro suficiente para investimento em ações. Aqui se deve distinguir: a transformação de capital industrial já existente em capital acionário não implica mais dinheiro do que o necessário para circulação das ações no mercado de valores; e em 'mãos fixas', ou se serão vendidas ativamente como títulos especulativos. Ou, então, a emissão de capital acionário pode significar, ao mesmo tempo, a fundação de novas empresas ou a expansão da empresa existente. Então, se necessitará tanto capital quanto necessário para concretizar as transações e, em segundo lugar, para realizar as transações das próprias ações. (HILFERDING, 1985, p. 172).

A quantidade de capital monetário disponível para empréstimo determina o nível da taxa de juros, definindo a capitalização e a grandeza do lucro que será alcançado com a emissão dos títulos. Hilferding (1985) entende que isso independe do capital próprio do banco, mas que os lucros devem se equiparar à cota média dos lucros bancários sobre seu próprio capital.

Chesnais (2010), amparado em Marx, considera que esses papéis negociáveis significam títulos de propriedade das empresas que representam simplesmente miragens na cotação das Bolsas, que equivalem em grande parte ao capital do banqueiro, mediante uma parcela expressiva de capital fictício. Portanto, "o fato de a capitalização pressupor uma taxa de juros de referência reflete o fato de o capital fictício pressupor o próprio capital portador de juros." (PALLUDETO, 2016, p. 114).

Segundo Palludeto, há uma dependência ontológica do capital fictício do capital portador de juros, visto que o próprio desenvolvimento da economia capitalista demandou que uma soma de capital monetário fosse empregada na

produção antes do resultado das vendas das mercadorias, colocando de imediato em atividade um capital até então ocioso, não do produtor, mas de um capitalista especializado em emprestar dinheiro. Palludeto destaca que tanto o capital portador de juros quanto o capital fictício são inteligíveis apenas por efeito do capital real.

O industrial beneficia-se de uma ficção criada pelo sistema de crédito e tem sob suas posses um capital antes mesmo que a mercadoria produzida haja sido vendida. Essa condição se agrava com o aprimoramento do crédito comercial a partir de letras de câmbio (que não têm valor imanente) e, especialmente, do crédito bancário, no qual se criam financiamentos de um capital inexistente. Isto é, o crédito concedido pelos bancos não representa um entesouramento que garanta sua representatividade lastreada, pois não passa de expectativas de rendas futuras.

Para Chesnais (2010, p. 124), “o capital fictício de origem bancária é um grande ingrediente das crises financeiras.”. Esse tipo de ficção gerado pelos bancos é tão somente uma pretensão de ganhos sobre a produção futura, julgando que não haverá impedimentos à obtenção dos lucros no decorrer do processo industrial e comercial.

As próprias dívidas que se formam no empréstimo de capital fictício são capitalizadas e transformadas em títulos jurídicos, que, supostamente, possuem um valor, embora signifiquem uma duplicação, uma triplicação ou mais de um tipo capital que já não existe. Harvey (2018, p. 49) esclarece que “esses empréstimos podem ser três vezes ou, em períodos de ‘exuberância irracional’, até trinta vezes maiores do que os ativos depositados”.

Esse tipo de valorização especulativa também ocorre em outros ativos financeiros, a exemplo dos derivativos. Apesar de esses ativos serem lastreados num produto específico, possuem uma cotação no mercado financeiro que cria uma independência relativa, mas com uma volatilidade ainda maior em relação ao ativo real. Palludeto (2016, p. 115) aduz que “[...] os derivativos são, ao lado das ações, dos títulos da dívida e de outros títulos financeiros, uma mercadoria *sui generis*, pela qual um determinado atributo econômico, o risco, se apresenta como capital (ainda que fictício).”, os quais não impedem de manter uma relação direta com o capital real.

O caráter fictício-especulativo desses ativos se sustenta na expectativa dos fluxos de rendimentos futuros, estimulado pela dívida pública, pelas dívidas privadas e pelo consumo exagerado de todas as classes, inclusive dos trabalhadores, que,

comumente, tornam-se cativos de uma espécie de consumo predatório que atende às contingências capitalistas.

O capital fictício potencializa a capacidade da economia capitalista de mercantilização de todas as esferas da reprodução material da sociedade e possibilita para o capitalista individual um tipo de acumulação de riqueza sem que se envolva diretamente na produção ou no comércio de mercadorias, instituindo uma relativa independência desses processos. Isso não significa que esse capital perca sua condição ilusória, porque apesar de manter um movimento próprio, é apenas um reflexo do verdadeiro capital que, através de títulos jurídico-especulativos, não consegue sustentar-se sem uma permanente produção de riqueza real.

Vale tratar da distinção que Marx (2017) faz entre puramente ilusório e totalmente ilusório ao se referir às manifestações do capital fictício. Para o pensador alemão, os títulos da dívida pública, por exemplo, é um capital puramente ilusório, uma vez que o capital tomado de empréstimo pelo Estado não mais existe. Já os títulos de valor do setor privado representam, no mercado primário, capital de fato existente, ou seja, um capital real investido e em funcionamento nas empresas. Porém, Marx (2017) destaca isso não significa que todos esses investimentos não passem de mera fraude para que os preços dos ativos financeiros de uma dada empresa sejam amplamente especulados. Por isso, quando se passa por determinados períodos de crises econômicas, desvelam-se as empresas falidas ou fraudulentas.

Se por acaso uma empresa de capital aberto, cujas ações são negociadas no mercado bursátil, decidir não mais fazer parte da sociedade anônima, nada obsta que ela continue a sua produção normalmente, sem precisar de vínculo com essa modalidade do sistema financeiro. Por outro lado, se uma empresa encerrar suas atividades produtivas, do mesmo modo serão encerradas suas atividades no mercado da Bolsa de Valores. Assim se rompe com qualquer vestígio da realidade e com a garantia de apropriação de mais-valor no futuro, visto que os direitos representados pelos títulos perdem o sentido de existir se não houver expectativa de rendimentos *a posteriori*.

Quando uma fase de crise se apodera do capital, a necessidade de dinheiro real (com lastro) confronta-se com as mercadorias que não puderam se realizar durante o processo. Para evitar que haja uma desvalorização do dinheiro creditício,

“sacrifica-se o valor das mercadorias para assegurar a existência imaginária e autônoma desse valor no dinheiro”. (MARX, 2017, p. 574).

Para essa lógica, é fundamental que o valor nominal do dinheiro creditício corresponda, aparentemente, ao dinheiro real, cuja relação às avessas e contraditória presente no ordenamento econômico capitalista afirma-se nas manobras feitas para assegurar a confiabilidade dos ativos financeiros em detrimento dos ativos reais. As manifestações ilusórias do capital fictício devem submeter a própria realidade a um tipo de miragem que proteja a sua reprodução.

O capital fictício não produz riqueza no sentido global, pois o valor atribuído às suas diversas formas de manifestação é, na verdade, um preço que oscila de acordo com a perspectiva, com os riscos e com as artimanhas fomentadas pelos agentes especuladores do mercado financeiro. Embora o capital fictício não mantenha relação direta com o trabalho, sua existência depende do capital ativo na produção e circulação de mercadorias, já que apenas se especula sobre a riqueza que um dia, quiçá, poderá ser produzida.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, delineava-se a formação dos impérios capitalistas, que tinham como arcabouço de sustentação o capital financeiro. Este, sob o signo do capital especulativo de caráter absolutamente fictício, teve contribuição importante para o acirramento da maior crise econômica do século passado, em 1929, provocando miséria e convulsões sociais.

A orgia especulativa que intensificou a crise econômica de 1929 apenas foi possível graças aos monopólios das nações imperialistas, os quais tiveram no capital financeiro o aporte necessário para expandir seus negócios ultramarinos e submeter as regiões de capitalismo atrasado a uma maior dependência econômica, representada mormente por dívidas estatais praticamente impagáveis e pela exploração dos trabalhadores locais. A expansão do capital financeiro marcou definitivamente a história do capital até a contemporaneidade.

No próximo item, serão analisados os aspectos objetivos e as implicações do rápido crescimento do mercado financeiro, sobremodo os efeitos deletérios causados nas regiões de economia periférica, cada vez mais subjugadas aos interesses econômicos dos países imperialistas.

3.2 CAPITAL FINANCEIRO, ESTADO E MONOPÓLIO

Após a crise de 1873, a realidade se impôs para o sistema capitalista, que não foi capaz de sustentar a fantasia da regulação automática do mercado através da livre concorrência. Com a *Grande Depressão*, houve um longo período de prosperidade de cartéis e trustes entre as décadas de 1860 e 1870, que passam a representar as bases da economia capitalista, o que leva o sistema a uma nova fase no final do século XIX e início do século XX. O capitalismo funda um método de expansão econômica concentrado-centralizador e tem à sua disposição um poderoso complexo militar[28] que lhe garantia (e garante) a dominação formal ou informal das regiões de economia atrasadas.

Nesse período, os Estados Unidos davam seus primeiros passos para se tornar a maior economia e o maior poderio bélico da história da humanidade. Segundo Santos Neto (2020), a Guerra da Secessão (1861-1865) teve participação fundamental para o revolucionamento das forças produtivas do Estado norte-americano, contrariando os interesses do capital mercantil, que preferia manter uma relação substantivamente atrasada no Sul agrário em relação aos estados do Norte industrializados.

Os grandes latifundiários, os senhores de escravos e os capitalistas britânicos tinham relações de negócios muito lucrativas que viam nas lavouras de algodão do Sul dos EUA quase um complemento econômico das indústrias têxteis da Grã-Bretanha. Muito diferente do que aconteceu na região Norte do país, inicialmente financiada pelos ingleses, que conquistou autonomia capaz de concorrer com a metrópole. Santos Neto (2020, p. 112) diz que “os ingleses ajudaram a financiar o desenvolvimento capitalista do Norte, que no decorrer do século XIX ganhou

[28] “O militarismo desempenha, na história do capital, uma função bem determinada. Ele acompanha os passos da acumulação em todas as suas fases históricas. No período da chamada ‘acumulação primitiva’, ou seja, nos primórdios do capital europeu, o militarismo desempenhou um papel decisivo na conquista no Novo Mundo e dos países fornecedores de especiarias das Índias. Desempenhou-o também mais tarde, na conquista das colônias modernas, na destruição das comunidades sociais das sociedades primitivas e na apropriação de seus meios de produção, na imposição violenta do comércio aos países cuja estrutura social constituía um obstáculo à economia mercantil, na proletarização forçada dos nativos e na instituição do trabalho assalariado nas colônias, na formação e extensão de áreas de influência do capital (europeu em regiões não europeias), na imposição de concessões de ferrovias a países atrasados, na execução das dívidas resultantes de empréstimos internacionais de capital europeu e como instrumento da concorrência entre países capitalistas, visando à conquista de culturas não capitalistas.” (LUXEMBURGO, 1984, p. 89, grifo da autora).

existência autônoma perante a metrópole e passou a disputar o mercado interno e internacional com os capitalistas britânicos.”.

Hobsbawm (2011) anota que a Guerra Civil estadunidense fez parte de um período histórico da expansão capitalista global, que aumentou a tensão nos países europeus e a ambição das indústrias. O apoio inglês ao lado sulista da guerra se justifica pelo declínio que estava no horizonte do império britânico. Era importante para os britânicos apoiar os Estados do Sul em razão de que estes estavam inseridos na divisão internacional do trabalho inglesa, a fim de sustentar uma economia que dava sinais de enfraquecimento e que marcavam a decadência de alguns impérios capitalistas na passagem do século XIX para o século XX.

Santos Neto (2020) observa que a independência das colônias britânicas do Norte e da Nova Inglaterra foi importante na constituição de relações genuinamente capitalistas, pois não permitiu a interferência da Grã-Bretanha no comércio dos produtos manufaturados dessas colônias com outros países. Esse autor conclui que “as condições privilegiadas para a ascendência do capital financeiro nos EUA foram estabelecidas pelos capitalistas ingleses e depois escaparam completamente de suas mãos.” (SANTOS NETO, 2020, p. 113).

Para Chancellor (2001), a Guerra Civil norte-americana inaugura uma nova era da especulação financeira. O que no início da guerra causou temor e, consequentemente, queda nos preços no mercado acionário, transformou-se, no início de 1862, em entusiasmo dos especuladores, especialmente depois que o Congresso aprovou o *Legal Tender Act* (Lei da Moeda do Curso Legal), que autorizou a emissão de US$ 150 milhões em um novo papel moeda, as chamadas *greenbacks* (“as verdinhas”). Assim, “os especuladores gradualmente se deram conta de que a indústria e a agricultura seriam estimuladas pela necessidade de equipar, vestir e alimentar as forças da União, e de que as *greenbacks* trariam inflação ao sistema.” (CHANCELLOR, 2001, p. 192). A previsão havia se concretizado, pois meses após a aprovação da lei, os preços das ações voltaram a subir.

Como a especulação se estabelece na Bolsa de Valores por meio de apostas, as incertezas do resultado da Guerra Civil norte-americana forneceram as circunstâncias apropriadas para a especulação. O ouro dava indícios de como se encaminhavam os conflitos nos campos de batalha a partir da alta ou da queda do seu preço na Bolsa de Valores. Segundo Chancellor, quando a União vencia alguma

batalha, o preço do ouro despencava em virtude do medo de o mercado reduzir a oferta dos *greenbacks*. O preço do ouro subia todas as vezes que se noticiava a derrota da União, pois o mercado vislumbrava que esse acontecimento ocasionaria emissões adicionais de papel-moeda. Isso demonstra os princípios morais que regem o capital; o lucro é sua infeliz virtude.

A Guerra Civil norte-americana não foi apenas uma disputa entre a burguesia agrária do Sul e a burguesia industrial do Norte, mas também contava em seus bastidores com uma classe de parasitas que lucravam na Bolsa enquanto o sangue de trabalhadores era despejado nos campos de batalha. No final, todos os capitalistas saíram vitoriosos.

Disso se pode entender que as crises econômicas forçaram a ordem capitalista a se submeter às novas diretrizes. Daí por que Bukharin (1988) compreende o capital financeiro como a forma mais penetrante de capital, preenchendo todos os espaços vazios do globo terrestre, diferentemente do que acontecia na maneira tradicional capitalista de se reproduzir. Segundo o economista russo, não importa a região, o clima ou quaisquer outras características locais, o primordial para o capitalismo é aumentar as margens de lucro. Isso só foi possível com a participação dos bancos nacionais, que fundaram consórcios bancários internacionais a fim de maximizar a influência direta e indireta em todos os países do mundo, em especial nos países periféricos.

Já Hilferding (1985) concluiu que o capital financeiro avançou mediante o desenvolvimento da sociedade anônima no auge da monopolização industrial. Para ele, a segurança e continuidade nos investimentos somente foram capazes de se efetivar depois de um expressivo rendimento da indústria, o que fez expandir o capital bancário no setor produtivo. O economista austríaco também observa que a crescente concentração de propriedade levou tanto os proprietários de capital fictício quanto os proprietários de capital real a se tornarem as mesmas pessoas. O que antes era relativamente separado – o primeiro salvaguardava o poder dos bancos e o segundo assegurava o poder da indústria – convergiu para o mesmo objetivo.

A indústria alarga, gradualmente, sua dependência do capital bancário, mas isso não indica que os capitalistas industriais estão subordinados aos banqueiros. “Na medida em que o próprio capital, no seu mais alto grau, se torna capital financeiro, o magnata do capital, o capitalista financeiro, concentra a disposição de

todo o capital nacional em forma de domínio do capital bancário.” (HILFERDING, 1985, p. 219).

Foi apenas com a instituição de cartéis e trustes que o capital financeiro alcançou a forma mais poderosa da história do capital, à medida que conseguia interagir e dominar todas as demais formas de reprodução no capitalismo, pois embora a ordem econômica capitalista seja necessariamente dependente do capital produtivo, o *modus operandi* do capital financeiro não implica que seus ganhos estejam concentrados em investimentos na indústria ou no comércio tradicional, já que seus lucros são os juros obtidos em transações bancárias.

Hilferding explica a evolução desse processo da seguinte maneira:

> O capital usurário é subordinado ao capital industrial. Como o capital mercantil desempenha as funções de dinheiro que de outra forma teria de desempenhar a própria indústria e comércio na transformação de suas mercadorias. Como o capital bancário, facilita as operações de crédito entre os capitalistas produtivos. A mobilização do capital e a expansão cada vez mais acentuada do crédito, altera, paulatinamente e por completo, a posição dos capitalistas monetários. O poder dos bancos cresce, eles se tornam fundadores e, finalmente, os soberanos da indústria, cujo lucro usurpam como capital financeiro, exatamente como o usurário se apoderava, outrora, com seu ‘juro’ , do rendimento do trabalho dos camponeses e da renda do senhor da terra. O hegeliano poderia falar em negação da negação: o capital bancário foi a negação do capital de usura e ele, por sua vez, é negado pelo capital financeiro. (HILFERDING, 1985, p. 219-220).

Assim, para Hilferding, a fusão que se estabelece entre capital industrial e capital bancário, germina o capital financeiro que, por sua vez, potencializa o nascimento de nações imperialistas. Hilferding acredita que o desenvolvimento do capital, após a crise capitalista da década de 1870, tornou o capital comercial agente da indústria monopolizada pelo capital financeiro, deixando evidente o seu caráter já dominante na virada do século XIX para o século XX. “**Assim, extingue-se, no capital financeiro, o caráter particular do capital.**” (HILFERDING, 1985, p. 227, grifo nosso), a julgar pelo poder unitário que domina todas as relações da sociedade, cujas contradições e antagonismos se exteriorizam mais claramente entre as classes fundamentais que compõem a ordem social e entre as nações com situações de desenvolvimento distintas. “Dessa forma, a questão das relações de propriedade ganha sua mais clara, inequívoca e aguda expressão, ao passo que a questão da

organização da economia social é solucionada de forma sempre melhor pelo desenvolvimento do próprio capital financeiro.” (HILFERDING, 1985, p. 227).

O capital financeiro se expandiu pelo planeta, tendo nos bancos o veículo indispensável para realizar os investimentos nas regiões periféricas. Para isso, a partilha do mundo pelas metrópoles, inclusive de países que não haviam sido ocupados anteriormente, estava na ordem do dia para atender aos imperativos dos quais dependia o capital para continuar a se desenvolver, não só porque essas zonas atrasadas possuíam fontes quase inesgotáveis de matérias-primas e um novo mercado a ser conquistado, mas, sobretudo, pelas vantagens econômico-financeiras obtidas com a exportação de capitais e pela exploração da força de trabalho dos povos nativos. Coggiola (2002, p. 221, grifo do autor) aduz que “nas economias atrasadas, a penetração do capital monopolista determina seu caráter *combinado*, por combinarem a última palavra da ciência e da técnica com formas pré-capitalistas de exploração do trabalho.”.

Coggiola (2002) afirma que o capitalismo desenvolvido dos países imperialistas combina com o atraso encontrado nas colônias e nas semicolônias, uma vez que o subdesenvolvimento dos países periféricos permite que os países do centro se apropriem de uma parcela maior do mais-valor. E no mesmo momento em que se estimula o desenvolvimento capitalista nas regiões atrasadas, em que ainda se encontram resquícios dos antigos modos de produção, não consente a essas mesmas regiões o usufruto dos benefícios do capital legados às regiões metropolitanas europeias.

> A essência da exploração imperialista consiste nessa diferença no nível de desenvolvimento das forças produtivas, entre países centrais (ou “avançados”) e atrasados, que permite aos monopólios internacionais dos primeiros garantir-se uma quota maior da mais-valia monopolizada. Ao mesmo tempo, o capital monopolista dissolve as velhas relações produtivas e acelera o desenvolvimento capitalista nos países atrasados, mas sob a forma do monopólio, ou seja, sem conhecer as vantagens da livre-concorrência: os países atrasados conhecem, então, do capitalismo, só as desvantagens da sua maturidade, sem chegar a conhecer as virtudes da sua juventude, tão exaltadas por Marx no Manifesto Comunista. (COGGIOLA, 2002, p. 221).

A divisão do mundo baseada nas novas necessidades de reprodução do capital, do pós-crise, dita o ritmo da exploração e das ideologias que aparecem à

medida que o abismo que separa o mundo desenvolvido europeu e o mundo atrasado de regiões pobres procura justificar as intervenções bélicas, econômicas e políticas, sempre amparados no suposto interesse em dividir a prosperidade e universalizar o modo de vida capitalista. Como bem pondera Coggiola, os países atrasados conhecem apenas as desvantagens da maturidade do capitalismo, pois o interesse das potências imperialistas reside na obtenção de recursos naturais das colônias (e semicolônias) e na ampliação do balcão de negócios para a fruição das vantagens comerciais e financeiras dessas relações.

> Então, o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido. (HOBSBAWM, 2017, p. 102).

Não existia outra intenção dos países desenvolvidos senão expandir os espaços de circulação econômica. O desenvolvimento das forças produtivas, que havia avançado excepcionalmente em menos de um século, demonstrara os limites do capital em diversas situações: escassez de matérias-primas, queda da taxa de lucro, superacumulação, conflitos comerciais interimperialistas e luta pela apropriação de outros mercados.

Essa dominação das regiões atrasadas instituiu uma classe operária vinculada e em defesa dos interesses da classe dominante, especialmente da democracia burguesa e de ideais nacionalistas. Coggiolla (2002) ressalta que o empreendimento capitalista nos países atrasados resultou, no início do século XX, na formação de uma aristocracia operária mantida sob um artificial padrão de vida à custa da exploração dos povos dominados, com evidente preocupação de obstar o desenvolvimento revolucionário dos trabalhadores metropolitanos.

Por essa razão, Estados considerados independentes, como é o caso dos países de capitalismo atrasado das Américas (entre outros), estão subordinados ao capital financeiro, embora sejam nações teoricamente livres. O capitalismo monopolista “precisa de um Estado politicamente poderoso que, na sua política comercial, não tenha necessidade de respeitar interesses opostos de outros Estados.” (HILFERDING, 1985, p. 314).

Os Estados orientados pela lógica monopolista, que ocupam a posição dominante na ordem econômica global, simulam acreditar nas ideias do livre comércio, da competição justa etc. com a finalidade de manter outros Estados nacionais submetidos a seus propósitos. As nações de economia subdesenvolvidas colocam à disposição do imperialismo tanto seus recursos naturais como os financeiros. Assim, não importa se a nação imperialista se reveste sob a camuflagem de uma nação regida por valores democráticos ou se se declara abertamente autoritária, suas aspirações serão sempre submeter outras nações para perpetuar a estrutura da ordem do capital.

> No sistema do capital, o Estado deve afirmar, com todos os recursos à sua disposição, os interesses monopolistas de seu capital nacional – se preciso, com a imposição da "diplomacia das canhoneiras" – diante de todos os Estados rivais envolvidos na competição pelos mercados necessários à expansão e à acumulação do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 113).

Os países imperialistas não têm interesse de restringir a maneira como o capital se reproduz em sua fase monopolista/financeira, especialmente na realização de políticas econômicas externas, uma vez que existe a necessidade de extorquir ao máximo os países dependentes. O Estado no capital monopolista expande as áreas de sua influência mundial e intervém em outros Estados nacionais a fim de tornar o mundo uma imensa área de negócios para o capital financeiro (HILFERDING, 1985).

Desse modo, "o capital financeiro precisa de um Estado suficientemente forte para praticar uma política de expansão e poder de incorporar novas colônias." (HILFERDING, 1985, p. 314). Isso exige que o Estado, como estrutura geral de comando político, seja capaz de dominar os espaços ainda não ocupados pelo monopólio, empregando sua capacidade de controlar, oprimir, proteger e legalizar todas as iniciativas vitais para a reprodução capitalista, mesmo que isso implique a submissão de povos e a degradação da biodiversidade planetária.

Para Mészáros:

> Isto acontece em relação às mais variadas práticas políticas, desde o início do colonialismo moderno (com o papel por ele concedido às companhias comerciais monopolistas) até o imperialismo plenamente desenvolvido, passando pelo "desmembramento do império" pós-colonial, que garante novas formas de dominação neocolonialistas, para não mencionar as aspirações e os métodos neoimperialistas agressivos dos Estados Unidos e seus aliados subservientes na

> recentemente decretada “Nova Ordem Mundial”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 113).

Daí que a ideologia disseminada de um sistema de livre-comércio não se sustenta, ao passo que o processo de financeirização da economia capitalista, ao longo da história, demonstra que as alternativas possíveis para a preservação da ordem do capital demandam soluções que conduzirão a situações sempre mais graves do ponto de vista econômico e social, o que favorece predominantemente as nações com maior poder financeiro. Quer dizer, é nula qualquer decisão no interior da lógica do capital com a qual se pretenda resolver as perturbações motivadas por sua própria natureza antinômica. O alcance máximo das intervenções do Estado está em adiar e/ou esconder as consequências das crises o maior tempo possível. Segundo Mészáros (2002, p. 259), “o impulso expansionista cego do sistema do capital é incorrigível, porque não pode renunciar à sua própria natureza e adotar práticas produtivas compatíveis com a necessidade de restrição racional em escala global.”.

Para Bukharin (1988, p. 57), “o próprio processo de constituição dos Estados modernos, como forma política determinada, engendrou-se segundo experiências e necessidades econômicas”. Isso indica sua disposição ontológica de assegurar a reprodução do sistema, mudando tão somente as estratégias de acordo com as causalidades que se impõem num determinado momento. Mészáros entende que apenas os limites relativos do sistema podem ser superados no momento em que se expande a margem e a eficiência produtiva, de modo que se pode falar apenas em minimizar “[...] por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 173).

Esse fato implicou desdobramentos rápidos depois da formação dos monopólios capitalistas. Esses monopólios, representados por cartéis, trustes, consórcios bancários, sindicatos industriais etc., exercem função histórica na concentração e centralização de capitais formados por economias nacionais que monopolizaram a totalidade de determinados mercados. “Com efeito, quanto mais desenvolvidas são as forças produtivas de um país, tanto mais poderosos são os monopólios.” (BUKHARIN, 1988, p. 59).

As necessidades produtivas e reprodutivas do capital determinaram ao Estado medidas políticas e jurídicas essenciais para assegurar a existência do sistema capitalista, contribuindo para que desde o último quarto do século XIX até o

século XXI fossem garantidas a formação do capital monopolista e a consolidação do capital financeiro. Consequentemente, forjaram-se as bases fundantes do imperialismo moderno. Mészáros (2002) argumenta que o Estado sustenta os mecanismos nada espontâneos do mercado capitalista, que se nutre da exploração dos trabalhadores. De acordo com o filósofo, o Estado "[...] é igualmente importante para facilitar e proteger a concentração e a centralização monopolistas do capital, bem como para impor leis gerais, promulgadas para evitar a articulação de uma alternativa hegemônica do trabalho ao sistema do capital." (MESZÁROS, 2002, p. 913).

Hilferding (1985) entende que esses ideais desvanecidos da burguesia são substituídos por uma ilusão nova e maior: a de que a política econômica empreendida pelas nações de capitalismo avançado consegue harmonizar interesses e ponderar conflitos entre os próprios capitalistas; a política de cartelização – mesmo com interesses capitalistas diversos – mantém relação de conflito e ao mesmo tempo de união, obviamente, em conveniência de seus interesses.

Assim, "a 'questão nacional' não é eliminada pelo imperialismo, mas levada a um plano superior, mundial, em que a característica central da realidade internacional será a divisão do mundo entre nações opressoras e nações oprimidas." (COGGIOLA, 2002, p. 225). Essa internacionalização do capital dos países imperialistas tem a ver com a meticulosa acumulação alcançada mediante um longo e rigoroso processo de exploração das nações atrasadas, que sempre contaram com a anuência e a submissão de sua burguesia doméstica.

Desse modo, os investimentos dos países imperialistas em regiões de baixo desenvolvimento em nada contribuíram para que os países sob o jugo das nações mais ricas conquistassem, finalmente, uma relativa independência econômica e política; pelo contrário, cada vez mais se ampliou a dependência da periferia.

Sobre isso, Coggiola tece as seguintes considerações:

> A industrialização artificial das regiões atrasadas não diminuiu – ao contrário, aumentou – a dependência delas em relação às metrópoles, aumentando também a sua exploração, devido à crescente dependência tecnológica (industrial) e financeira, o que é facilmente comprovável medindo o aumento das remessas de lucros e da dívida externa nas décadas do pós-guerra. A internacionalização crescente do capital nos países metropolitanos

> teve por base, justamente, uma acumulação sem precedentes de superbenefícios monopólicos originados na exploração das nações atrasadas. (COGGIOLA, 2002, p. 227).

Essas imposições determinadas pelo capitalismo monopolista são uma condição *sine qua non* de permanência da ordem econômica capitalista, não somente nesse estágio da hegemonia do capital financeiro, bem como do capital como um todo. Pode-se considerar essa fase como parte do *modus operandi* evolutivo do sistema, o que configura, consequentemente, um mecanismo protetivo sem o qual o capitalismo se encaminharia à extinção.

Faz parte da natureza do capital aperfeiçoar gradual e permanentemente seus expedientes de exploração para que possa gerar mais-valor e defender sua existência. No caso particular da interferência imperialista nas regiões de capitalismo atrasado, as condições de exploração dos povos nativos são determinantes; a própria lógica contraditória do capital implica um ininterrupto processo de expansão de seus negócios para que sua reprodução possa se perpetuar, ainda que isso resulte na degradação e no aniquilamento de parte da humanidade. O jugo que os monopolistas impõem sobre o restante da população torna-se mais pesado, mais sensível e mais insuportável (LENIN, 2012).

O movimento que levou o capital à sua fase monopolista não conseguiu substituir o capital produtivo na criação de valor (a base da formação do próprio sistema econômico). Para Lenin (2012), os principais lucros começam a ser destinados para o capital financeiro, que consistem em maquinações e trapaças que beneficiam exclusivamente os especuladores. Embora adquira a capacidade de socializar a produção em termos gerais, reserva os ganhos significativos somente para um determinado grupo de indivíduos que se nutrem da especulação e do rentismo. Assim se constituem os monopólios econômicos que dominaram a economia mundial na passagem do século XIX para o século XX e que perduram até o presente momento. Lenin (2012, p. 53) declara que “o monopólio é a última palavra do ‘estágio mais recente de desenvolvimento do capitalismo’”.

Afirma Hilferding:

> O capital financeiro coloca progressivamente a disponibilidade da produção social nas mãos de um reduzido número de grandes associados capitalistas; separa a direção de produção da propriedade e socializa a produção ao limite a ser alcançado dentro

> do capitalismo. As barreiras da socialização capitalista são constituídas, em primeiro lugar, pela divisão do mercado mundial em áreas econômicas nacionais de cada um dos Estados, que só podem ser vencidas de forma penosa e incompleta pela cartelização internacional; simultaneamente, essa divisão prolonga a duração da luta competitiva que os cartéis e trustes travam entre si com a ajuda dos instrumentos do poder estatal. Em segundo lugar, o que deve ser mencionado aqui completamente é que essas barreiras são constituídas pela formação de rendimento que entrava a concentração na agricultura; em terceiro lugar, pelas medidas político-econômicas para o prolongamento da vitalidade das empresas pequenas e médias. (HILFERDING, 1985, p. 343).

Hilferding (1985), Bukharin (1988) e Lenin (2012) concordam a respeito da importância dos bancos para a consolidação dos monopólios. A atividade tradicionalmente realizada pelos bancos de fornecer capital monetário, sob a condição de o dinheiro agir de maneira ativa na produção e circulação de mercadorias, começa a buscar formas diferentes de rendimentos que serviram de base para o surgimento do capital monopolista interposto por nações de capitalismo desenvolvido, as quais se tornaram impérios modernos em defesa da ordem econômica.

Bukharin (1988) compara o processo de penetração do capital bancário na indústria e dessa relação à transformação do capital em capital financeiro com a complexa formação dos trustes, que, inicialmente, se estruturam verticalmente para fortalecer e garantir a cadeia produtiva. Sobre os trustes, ele diz que começam com a produção de matérias-primas e de produtos industriais, que engloba diferentes ramos da produção, “[...] dado que esses ramos, em maior ou menor grau, são colocados, direta ou indiretamente, em mútua dependência sob o efeito da moderna divisão do trabalho.” (BUKHARIN, 1988, p. 63).

Um truste conquista o monopólio de um determinado produto essencial e, simultaneamente, procura desenvolver um derivado desse produto. Com o tempo, também traz outros produtos que possam substituir esse derivado, de modo que tenta dominar o mercado por completo. Assim, tanto o domínio das matérias-primas e de seus derivados como o de determinados ramos da indústria passam a ser uma prioridade no interior da lógica monopolista – “considerado na escala social, todo processo tende assim a transformar o conjunto da economia nacional em uma única empresa combinada, por meio de um vínculo de organização que entrelaça a totalidade dos ramos da produção.” (BUKHARIN, 1988, p. 64).

De forma semelhante, o capital financeiro consegue entrelaçar a totalidade das relações econômicas instituídas originalmente pela penetração do capital bancário na indústria, onde a relação de trustes e cartéis, por exemplo, funciona em sintonia com o mercado financeiro especulativo. Dessa maneira, “a essa ligação econômica específica entre os bancos e os diferentes ramos da produção corresponde um modo particular de direção superior de uns e de outros: os representantes da indústria administram os bancos e vice-versa.” (BUKHARIN, 1988, p. 65).

Hilferding (1985) argumenta que em virtude da supressão da livre concorrência na indústria há um aumento da taxa de lucro, tendo na formação de cartéis e/ou de trustes um fator fundamental para que isso aconteça, o que determina forçosamente uma ampla intensificação das relações entre banco e indústria. A constituição de cartéis oferece maior segurança nos investimentos, uma vez que a concorrência é suprimida a partir de um acordo estabelecido entre empresas do mesmo ramo. Isso ocorre da mesma maneira com empresas do mesmo ramo ou de ramos distintos quando se fundem para formação de trustes[29].

Em razão dessas articulações, o capital investido no mercado de ações das empresas cartelizadas tem risco reduzido e maior retorno, caso não haja nenhuma eventualidade que desestabilize o ordenamento econômico. “Desse modo, pela cartelização, estreitam-se ainda mais as relações entre os bancos e a indústria; ao mesmo tempo cabe, cada vez mais, aos bancos a disponibilidade do capital investido na indústria.” (HILFERDING, 1985, p. 218).

Os bancos, como resultado dessas relações, configuram-se como um instrumento muito poderoso que retém todo capital-dinheiro do conjunto da sociedade (capitalistas, classe média e classe trabalhadora); de igual modo, têm em seu controle os meios de produção e as fontes de matérias-primas disponíveis em diferentes países. Para Lenin (2012), esses aspectos de concentração de riqueza que os bancos conquistaram nos séculos XIX e XX os elevaram de meros intermediários a grupos de monopolistas responsáveis pela conversão do capitalismo em imperialismo capitalista.

[29] O truste que se reúne em torno de um mesmo ramo do mercado é chamado de truste horizontal; já o truste que se funde com empresas de setores produtivos distintos ou com empresas que representam diferentes etapas da produção é entendido como um truste vertical.

Esse entendimento de Lenin, no que se refere à importância dos bancos, pode igualmente ser encontrado em Hilferding quando o pensador austríaco declara que “uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e dos industriais.” (HILFERDING, 1985, p. 219).

Hilferding (1985) aduz que a sociedade anônima foi responsável pelo desenvolvimento do capital financeiro, que alcança seu apogeu com a monopolização da indústria. Por essa razão, cada vez mais, o rendimento industrial torna-se seguro e de caráter contínuo graças aos recursos frequentemente disponibilizados pelos bancos. Disso decorrem investimentos maiores na indústria à medida que se afastam certos riscos, comuns em quaisquer negócios do capitalismo. Daí a importância para o capitalismo monopolista da simbiose existente entre capital bancário e capital industrial, ambos fundantes do capital financeiro.

Hilferding (1985, p. 219) observa que “[...] o banco dispõe de capital bancário, e os proprietários majoritários das ações bancárias dispõem do domínio sobre o banco.”. Isso deixa a indústria progressivamente dependente do capital bancário, o que não significa que os capitalistas industriais se tornam dependentes dos capitalistas bancários, pois a conversão do capital em capital financeiro dá origem aos capitalistas financeiros, que concentram todo o capital sob o domínio do capital bancário. Ou seja, o capital financeiro concentra a riqueza de outros setores do capital, de maneira que os próprios bancos se convertem em monopólios que aglutinam os interesses capitalistas. Por isso, “os bancos, em todos os países capitalistas, qualquer que seja a diferença entre as legislações bancárias, intensificam e muitas vezes tornam mais rápido o processo de concentração do capital e de constituição de monopólios.” (LENIN, 2012, p. 62).

Bukharin completa:

> Todas as peças desse sistema, organizado em larga escala (cartéis, bancos, empresas do Estado), são objeto de incessante processo de integração. Tal processo acentua-se na medida em que se desenvolve a concentração capitalista. A “cartelização” e a formação de empresas combinadas estabelecem, em seguida, uma comunidade de interesses entre bancos que asseguram seu financiamento. Por um lado, os bancos têm interesse em ver o fim da concorrência entre as empresas que eles financiam. Por outro lado, qualquer acordo entre os bancos facilita a aglutinação dos grupos industriais. Quando às empresas do Estado, tornam-se cada vez

> mais dependentes dos grandes grupos industriais e financeiros, e vice-versa. (BUKHARIN, 1988, p. 66).

Bukharin sintetiza aqui como se dão as relações entre empresas cartelizadas, bancos e empresas estatais, à medida que confere segurança à reprodução concentrada e expansiva do capital em sua fase monopolista e estabelece interesses comuns entre as empresas privadas e os bancos que as financiam, enquanto empresas estatais são orientadas por políticas que visam transferir parte importante dos lucros obtidos para o setor financeiro, confirmando a interdependência e a determinação recíproca entre capital e Estado.

Verifica-se, ainda, que esses diferentes processos de concentração e de organização interdependentes provocam inevitavelmente um estímulo mútuo que transforma a economia nacional numa economia internacional, subordinada aos magnatas do rentismo e ao Estado capitalista, evidenciando a demagogia que sempre norteou a ideologia da livre concorrência.

Segundo Segal:

> *Cuando se establece la interdependencia de las sociedades por acciones, el llamado* ***sistema de participación*** *desempeña un papel particularmente considerable en el reforzamiento de los vínculos entre la industria y la banca. Supongamos que un gran banco haya comprado acciones por 2 millones de pesos a una sociedad cualquiera que tenga un capital de 5 millones. Si esta sociedad, a su vez, participa de la misma manera en otra sociedad por acciones, con uno capital de 5 millones, por ejemplo, resulta que el banco no solamente domina a la primera sociedad, sino también a la segunda, y dispone de un capital de 10 millones*.[30] (SEGAL, 1947, p. 319, grifo do autor).

As considerações de Segal explicam o funcionamento do monopólio dos bancos a partir das sociedades anônimas, nas quais se intensificam os vínculos entre setores da indústria e dos bancos. Quando os monopólios bancários adquirem ações dos grandes monopólios industriais, tem-se um sistema de subjugação de

[30] "Quando se estabelece a interdependência das sociedades anônimas, o chamado sistema de participação desempenha um papel particularmente importante no reforço das ligações entre a indústria e o banco. Suponha que um grande banco tenha comprado ações por 2 milhões de pesos de uma empresa de qualquer tipo que tenha um capital de 5 milhões. Se esta empresa, por sua vez, participa da mesma forma em outra sociedade anônima, com capital de 5 milhões, por exemplo, verifica-se que o banco não só domina a primeira empresa, mas também a segunda, e tem uma capital de 10 milhões". (Tradução nossa).

tantas outras empresas industriais, comerciais e bancárias[31], de maneira que os bancos abandonam os limites de suas antigas funções para desempenhar o papel de capitalista industrial, ao tempo que os monopólios industriais participam da compra de ações bancárias. "*La línea divisoria entre el monopolio industrial y monopolio bancario se borra. Un pequeño grupo de grandes monopolizadores domina igualmente la industria, el comercio y el crédito*.[32]" (SEGAL, 1947, p. 320). Nessa linha tênue que se verifica após um vigoroso desenvolvimento de concentração na indústria e nos bancos forja-se o capital financeiro.

O processo de concentração que dá origem aos monopólios dos bancos coloca sob a nova ordem a economia capitalista, consequência inequívoca do que Lenin (2012) identifica como efeito da formação de trustes bancários[33], numa óbvia tendência estratégica de se chegar a acordos monopolistas. Lenin foi preciso em perceber que o capitalismo transitava para uma fase diferente em seu desenvolvimento, na qual seria impossível conciliar os preceitos do ideário monopolista com os princípios da livre concorrência. "O velho capitalismo caducou", afirmava o revolucionário russo. Para ele, "encontrar 'princípios firmes e fins concretos' para a 'conciliação' do monopólio com a livre concorrência é, naturalmente, uma tentativa fadada ao fracasso." (LENIN, 2012, p. 73).

O capital financeiro, por conseguinte, interfere na totalidade da produção e reprodução capitalista, alcançando um monopólio capaz de não apenas dominar setores vinculados diretamente à economia, mas também de intervir em manifestações da vida política e social. Essa dominação do capital financeiro em relação às demais formas de capital tinha sido privilégio exclusivo dos Estados nacionais mais desenvolvidos. Isso acontece com mais intensidade no início do século XX com o surgimento dos grandes monopólios na figura de trustes, cartéis, sindicatos empresariais etc., tendo o capital financeiro como elemento essencial para impulsionar, para o bem ou para o mal do capitalismo, os desdobramentos econômicos daí em diante, sobretudo na primeira metade daquele século.

---

[31] Lenin verifica que o capital financeiro consegue obter lucro com a especulação realizada a partir da fusão entre monopólio bancário e monopólio da terra, além do monopólio das vias de comunicação, já que o aumento do preço dos terrenos é operacionalizado através da comunicação com a parte central da cidade, "[...] que se encontram nas mãos de grandes companhias, ligadas a esses mesmos bancos mediante o sistema de participação e distribuição dos cargos diretivos". (LENIN, 2012, p. 86).

[32] "A linha divisória entre monopólio industrial e monopólio bancário é tênue. Um pequeno grupo de grandes monopolistas domina igualmente a indústria, o comércio e o crédito". (Tradução nossa).

[33] Entre os trustes bancários, Lenin identifica os bancos Rockefeller e Morgan nos EUA e, na Alemanha, a Aliança Bancária Schaffhausen.

Com a ampliação do poder das associações monopolistas, o capitalismo mundial foi compelido a adotar mecanismos de obtenção de lucro que contradiziam, até certa medida, as fantasias idealistas dos antigos liberais. A supressão da livre concorrência leva parte dos capitalistas individuais a extinguir suas atividades ou a serem absorvidos por cartéis ou trustes, sempre com a aquiescência do Estado, que, demagogicamente, continuava a defender a liberdade comercial e individual. Atravessar as fronteiras nacionais à procura da expansão imperial tornou-se uma necessidade do capital financeirizado monopolista, no qual as grandes potências econômicas dominavam (e dominam), direta ou indiretamente, as regiões de baixo desenvolvimento.

Para que o capital dos maiores países imperialistas mantivesse a capacidade de concentração de riquezas num processo contínuo de expansão, foi imprescindível empregar políticas econômicas que também protegessem a economia nacional de seus concorrentes, bem como empreender políticas econômicas internacionais de dominação às nações de capitalismo subdesenvolvido. Bukharin (1988) assevera que a taxa aduaneira favoreceu as metrópoles à medida que o mais-valor produzido se converteu em impostos que, subsequentemente, possibilitou a prática do *dumping*[34] das nações imperialistas.

Entre melhorar a condição dos trabalhadores – aumentando a capacidade de consumo interno – e expandir o território econômico, a segunda opção resultaria em maiores lucros. A expansão territorial para a realização dos negócios capitalistas compensaria “as perdas” com a redução do preço das mercadorias no mercado externo. O domínio da força de trabalho nativa, o escoamento das mercadorias manufaturadas das metrópoles para as colônias, a apropriação das riquezas naturais das regiões dominadas e o endividamento das nações subalternas às nações imperialistas provocaram as condições que puderam satisfazer os interesses do capital financeiro.

Bukharin, referindo-se ao imperialismo inglês, traduziu perfeitamente o funcionamento do capital monopolista sob a orientação do capital financeiro:

[34] É a prática em que bens e serviços são oferecidos no mercado com preços bem abaixo dos negociados no mercado ou até mesmo dos custos da produção. Essa estratégia geralmente é utilizada por grandes empresas que são capazes de arcar com o “prejuízo” inicial, com o intuito de eliminar empresas concorrentes que não possuem as mesmas condições de se manter no mercado com os preços reduzidos. Esse mecanismo foi muito utilizado por empresas que queriam garantir seu monopólio no mercado internacional.

> É esse, na realidade, o fruto dos interesses e da ideologia do capital financeiro: infiltrando-se em todos os poros da economia mundial, ele cria, ao mesmo tempo, uma tendência violenta ao isolamento dos corpos nacionais e à formação, como instrumento de consolidação de seu monopólio, de um sistema econômico capaz de bastar a si mesmo. Assim, paralelamente à *internacionalização* da economia e do capital, opera-se um processo de aglutinação nacional, de racionalização do capital – processo prenhe de consequências. (BUKHARIN, 1988, p. 72, grifo do autor).

O pensador russo constata que todo o sistema econômico fica submetido a essa lógica, o que obrigou as nações de capitalismo desenvolvido a empreender, na década de 1870, a aquisição de territórios que atendessem às imposições das novas exigências reprodutivas do capital[35], o que além de anular a liberdade desses territórios colonizados mediante a dominação bélica e/ou político-econômica, eliminava relativamente a livre concorrência devido ao surgimento dos grandes monopólios capitalistas. É preciso destacar que o surgimento dos monopólios não extingue em termos gerais a livre concorrência, mas a subordina ao controle político-econômico estatal, ampliando o grau de dependência das economias subdesenvolvidas das economias do centro.

Esse estágio do capitalismo é uma eminente fase de dominação monopolista e do capital financeiro; a exportação de capitais foi fundamental para a sua consolidação. Desse modo, os Estados nacionais imperialistas utilizam-se de quaisquer estratégias disponíveis, especialmente de seu potencial armamentista, para deliberar sobre a função das colônias e semicolônias. Por isso, nenhuma proposta conciliatória com o imperialismo e com os elementos essenciais à sua existência (bancos, trustes, cartéis, *holdings* etc.) é possível. Pode-se observar que a conquista de espaços territoriais estrangeiros, aliada ao desenvolvimento das forças produtivas, conduziu as potências econômicas a políticas imperialistas que se retroalimentaram com o capital financeiro.

De acordo com Coggiola:

> No capitalismo monopolista a ideologia prevalecente passou a ser a que assegurava à própria nação o domínio internacional. A expansão do capital era justificada ideologicamente pelo desvio conceitual da ideia de nação, onde uma poderia sobrepujar outras por considerar-

[35] “As grandes potências adquirem assim, no período que vai de 1876 a 1914, cerca de 25 milhões de quilômetros quadrados, 2,5 vezes a superfície da Europa. O mundo acha-se quase inteiramente dividido entre os “senhores” das grandes potências.” (BUKHARIN, 1988, p. 77).

> se “eleita” entre as demais. (COGGIOLA, 2009, p. 126, grifo do autor).

Para o autor, tanto as guerras quanto as crises econômicas fazem parte da dinâmica vital do capitalismo, expondo a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e os limites dos Estados nacionais, que culminaram na primeira metade do século XX em duas guerras de proporções mundiais e numa inédita partilha do mundo que sugeria uma configuração geopolítica adequada ao imperialismo e amparada pelo capital financeiro. A rivalidade entre as potências imperialistas em torno de maior concentração de capital e domínio de territórios, para além de suas fronteiras, conduziu o próprio povo e os povos estrangeiros a disputarem os interesses que, na prática, eram do capital financeiro.

O capital financeiro submete as nações subdesenvolvidas a uma progressiva exploração mediante políticas econômicas de interesses imperialistas. As economias periféricas não estão subjugadas apenas à superioridade militar das metrópoles, mas se acham submissas ao baixo desenvolvimento de suas forças produtivas, de modo a serem utilizadas como parte da reprodução ampliada em favorecimento dos países dominantes que atingiram um elevado grau de maturidade no capitalismo, já que a expansão dos territórios através das colonizações faz parte do projeto monopolista.

As estratégias de dominação adotadas pelo capital financeiro não se impõem somente pelo poder das armas, mas, sobretudo, pela dependência econômica motivada pela exportação de capitais. O aprimoramento dessas estratégias tem efeitos qualitativa e quantitativamente importantes na história da sociedade capitalista, com desdobramentos importantes nos séculos XX e XXI.

3.2.1 Capital financeiro e exportação de capital

As transformações históricas não são experiências metafísicas, mas acontecimentos materiais e empiricamente verificáveis. Essa expansão da atividade histórica em atividade histórico-mundial submete-se a um poder cada vez maior que se revela como mercado mundial, assim refletiam Marx e Engels (2007), em 1846, em *A Ideologia Alemã*. Essas proposições acertadamente apontadas por Marx e Engels demonstram o quanto eles conseguiram apreender a natureza e o

movimento histórico na dinâmica do capital. Contudo, a expansão do mercado mundial capitalista, que se seguiu na viragem para o século XX, surpreenderia até mesmo os mais aguçados estudiosos do capital no século XIX.

Para Hilferding (1985), essa evolução para o capital financeiro conseguiu elevar a importância do espaço econômico. A generalização do sistema protecionista fragmentou o mercado mundial em territórios econômicos individuais. A lógica expansionista, *grosso modo*, aproveita-se da fragilidade de economias subdesenvolvidas à medida que obtém vantagens a partir do baixo custo da força de trabalho, da apropriação dos recursos naturais e do endividamento das nações periféricas, provocando um vínculo de dependência alinhado à manutenção da pobreza.

No último quartel do século XIX, a Inglaterra não conseguira manter sua hegemonia econômica diante de outras nações que similarmente avançaram no desenvolvimento das forças produtivas. Isso tirou dos britânicos as vantagens antes exclusivas de nação que detinha a maior parte do monopólio dos produtos manufaturados. A Grã-Bretanha não mais poderia ser considerada a fábrica do mundo; Estados capitalistas independentes começaram a se defender das políticas econômicas externas dos britânicos por meio de políticas alfandegárias que lhes garantissem disputar no mercado internacional em condições de relativa igualdade.

O desdobramento dessas mudanças torna-se evidente no início do século XX, quando outras formas de monopólio surgem em virtude da união monopolista dos países desenvolvidos, bem como do resultado da acumulação de capital alcançada ao longo do período nas nações que melhoraram sua capacidade produtiva e comercial.

O salto evolutivo do capitalismo que ampliou sua capacidade na produção de excedentes não foi capaz de eliminar, nem ao menos reduzir, a exploração da classe operária. Pelo contrário, pioraram sistematicamente as condições da classe trabalhadora, em particular dos trabalhadores dos países periféricos. Isso só confirma as contradições inerentes ao capital desde o seu nascedouro. Ainda que consiga acumular quantidades extraordinárias de riqueza, as medidas expansionistas do capital monopolista reclamam uma proporção de pobreza, quiçá miséria, para assegurar a dominação imperialista.

> Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois isso significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes, o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários, relativamente baixos, e as matérias-primas, baratas. (LENIN, 2012, p. 94).

A exportação de capital expressa a relação compulsória e parasitária em que países imperialistas submetem países e/ou regiões inteiras à reprodução do capital em escala mundial, visto que os limites territoriais desses centros de capitalismo avançado são insuficientes para se alcançar níveis de exploração e lucro desejáveis, sem incorrer no risco inelutável de estagnação econômica. A exportação de capital indica a existência de uma superprodução e superacumulação de capital; países e regiões atrasados, de pronto, são absorvidos pelo mercado mundial com o intuito de atender às necessidades do capitalismo monopolista, orientado predominantemente pelo capital financeiro.

O progresso técnico do capital eleva as condições de produção capitalista, o que envolve o aprimoramento dos meios de produção e questões relativas aos meios de transporte, além de fatores que facilitaram a circulação das mercadorias. Esse rápido desenvolvimento das forças produtivas, que motiva o surgimento dos monopólios, é um tipo de organização que tem nos cartéis e nos trustes seu reflexo patente das contradições capitalistas, pois somente conseguem superar a tendência à queda da taxa de lucro quando inexiste a concorrência de outras empresas cartelizadas. Bukharin sustenta que a consequência disso é um processo que lança o capital para fora das fronteiras nacionais dos Estados metropolitanos.

Mais um motivo para que haja a exportação de capital tem a ver com a existência de elevados direitos aduaneiros, que se tornam um impeditivo à penetração das mercadorias entre os próprios países de capitalismo desenvolvido. Assim, devido a barreiras tarifárias impostas pelos principais países industrializados na intenção de defender a economia nacional, elaboram-se políticas protecionistas que obstaculizam a circulação internacional dos produtos fabricados dessas nações. Isso não significa que o comércio exterior não consiga avançar, mas esses empecilhos exigem um constante esforço para a sua superação.

Os direitos alfandegários impelem grupos privilegiados de capitalistas a criar filiais de suas empresas no exterior, porque o que antes era um problema passa ser

instrumento a impulsionar lucros, uma vez que esse capitalista começa a se beneficiar da proteção aduaneira do país em que foi instalada sua empresa. Nessa perspectiva, os direitos alfandegários servem de estímulo para o capitalista, porém outros fenômenos políticos e econômicos devem ser levados em consideração ao se analisar a exportação de capital.

Bukharin (1988) diz que a exportação de capital na forma de empréstimo de um determinado Estado imperialista a um país periférico não revela apenas as obrigações financeiras que essa nação subdesenvolvida tem com seu credor, mas também configura um acordo que deve prever compromissos do prestatário com o prestamista muito além do pagamento dos juros ou do pagamento completo da dívida.

Junto ao empréstimo, o Estado devedor fica comprometido a comprar produtos (armas, equipamentos, navios, entre outras mercadorias ligadas à indústria bélica), abrir concessões para a construção de meios para facilitar a instalação de empresas (transportes, comunicações etc.), renunciar a tributos, permitir a exploração de minas e florestas, realizar tratados comerciais etc. (BUKHARIN, 1988). “Essas medidas são estipuladas diretamente como condições nas cláusulas do empréstimo ou constituem a sequência lógica da ‘marcha dos acontecimentos’” (BUKHARIN, p. 89).

A exportação de capital realizada por monopólios industriais e bancários pressupõe o aumento das exportações de produtos metropolitanos para países colonizados e semicolonizados, tendo em vista o surgimento de uma demanda recém-adquirida a partir da instalação de indústrias e de espaços comerciais há bem pouco tempo inexistentes, que interferem integralmente na dinâmica social da região, agora sob o jugo do capital financeiro.

Ao se analisar o movimento do capital monopolista, percebem-se as contradições e a coexistência de fatores que impulsionam a exportação de capital. Verifica-se que o protecionismo estorva a expansão das relações comerciais às fronteiras do território nacional, instituindo as condições de desenvolvimento de cartéis no mercado interno, como reação às políticas do livre intercâmbio de mercadorias impostas pelo livre-comércio, o que leva os monopólios a empreenderem maiores esforços para dinamizar o processo de cartelização no comércio internacional.

Para Hilferding (1985), a monopolização avança mesmo sem protecionismo, embora se depare com resistências de todas as ordens para a sua concretização, sobretudo quando se opõe a cartéis internacionais que exprimem forças econômicas estranhas à nação. O protecionismo possibilita ao cartel nacional o domínio quase que absoluto do mercado interno, “[...] não apenas pela exclusão da concorrência, mas também porque a possibilidade de exploração do protecionismo torna-se diretamente a força motriz para a consolidação da cartelização.” (HILFERDING, 1985, p. 294).

Se os lucros adicionais alcançados pela cartelização a custo do controle das vendas no mercado interno tem relação com o tamanho do território econômico nacional, a dimensão territorial proporciona aos cartéis aumentar seu quantitativo de vendas e, consequentemente, expandir a realização de seus lucros. As condições proporcionadas aos monopólios nacionais os revestem da capacidade de concorrer no mercado mundial e de executar uma política internacional expansionista em regiões do planeta de baixo desenvolvimento socioeconômico.

Hilferding (1985) esclarece:

> Ainda que, dessa forma, se torne impossível a expansão da empresa matriz e se perca o aumento da taxa de lucro devido à redução dos custos de produção, mesmo assim isso volta a se compensar pelo argumento do lucro que lhe assegura a alta de preços dos produtos fabricados agora pelos próprios capitalistas no exterior. Dessa forma, a exportação de capital, poderosamente estimulada de outro modo pelo protecionismo do próprio país, é fomentada igualmente pelo país estrangeiro e, ao mesmo tempo, contribui para a difusão do capitalismo em escala mundial e para a internacionalização do capital. (HILFERDING, 1985, p. 295).

Essa mobilidade a fim de suplantar determinadas antinomias produzidas pelo sistema tenta suprimir os efeitos da paralização da produtividade causada pelo protecionismo. A saída para esses problemas encontra-se justamente na ampliação do próprio território econômico mediante a exportação de capital. O protecionismo da política moderna reforça o caráter continuamente expansionista do capitalismo, em que o capital ocioso concentrado em bancos mantém um vínculo com a indústria, empregando parte desse capital monetário no setor produtivo para além das fronteiras nacionais. Conforme Hilferding: “Entendemos por exportação de capital a exportação de valor destinado a gerar mais-valia no exterior. É essencial que a mais-valia fique à disposição do capital interno.” (HILFERDING, 1985, p. 296).

Os argumentos do pensador austríaco são fundamentais para percebermos que não é qualquer investimento no exterior que pode ser apontado como exportação de capital. Se, por exemplo, houver um investimento de capital noutro país e os lucros por ali ficarem, nada indica que existiu uma exportação de capital, mas tão só uma transferência de capital, que inevitavelmente leva a um acréscimo na riqueza da nação que recebeu tal investimento. Ou seja, o que houve, na verdade, foi uma desnacionalização de capital.

Por outro lado, se o capital monetário aplicado retornar para o país de origem acrescido do lucro proveniente do mais-valor e permanecer à sua disposição, houve então exportação de capital. “Portanto, **a exportação de capital reduz a quantidade nacional de capital e aumenta a renda nacional pela mais-valia produzida**.” (HILFERDING, p. 296, grifo nosso). Isso expressa os lucros extraordinários obtidos por empresários através da exploração do trabalho colonial e/ou semicolonial.

A exportação de capital estimula a exportação de mercadorias na medida em que as indústrias instaladas em terras estrangeiras dependem de certos bens de produção para dar continuidade às suas atividades e vice-versa. Essa política imperialista de dominação assistida pelo capital financeiro leva em conta tão somente a necessidade da defesa intransigente de sua riqueza. O capital faz uso de qualquer expediente que assegure a continuidade de sua acumulação, pois “o lucro do empresário é maior, porque a força de trabalho é extraordinariamente barata, e sua menor qualidade é compensada por uma jornada de trabalho exorbitantemente longa.” (HILFERDING, 1985, p. 297).

A ponderação feita por Hilferding está de acordo com os apontamentos de Marx a respeito da extração do mais-valor em *O Capital*. Quanto maior é a composição orgânica, menor é a taxa de lucro; de maneira inversa, o menor desenvolvimento das forças produtivas implica uma taxa maior de mais-valor. Em vista disso, o capital para combater suas contradições históricas que resultam na queda tendencial da taxa de lucro precisa manter sua capacidade de explorar mais-valor; essa disposição se torna determinante numa política de dominação imperialista.

> O imperialismo constitui assim um nexo entre unidade, mobilidade e antagonismo do capital financeiro. Em outras palavras, a exportação

> de capital não se refere apenas a “exportação de capitais”, mas a própria exportação da relação social capitalista em uma lógica intrinsecamente imperialista, cuja função é preservar os vínculos mundiais que canalizam a valorização do capital financeiro. O imperialismo exprime desse modo uma política de dominação que assegura permanentemente o desenvolvimento das forças produtivas e da reprodução das relações tipicamente capitalistas delimitadas por um avanço mundial de acumulação, composto hierarquicamente por economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. (CAMPOS; SABADINI, 2014, p. 22, grifo dos autores).

Mesmo que os países dominados alcancem certo tipo de progresso em decorrência dos investimentos feitos pelas metrópoles através da exportação de capitais, esse desenvolvimento se subordina à lógica imperialista, na qual o desenvolvimento exíguo das colônias é determinado pelas relações necessárias que devem existir entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Essas condições foram possíveis apenas depois que países atrasados se incorporaram à circulação do capitalismo mundial. Os Estados nacionais dominantes haviam colocado à disposição os elementos basilares para o desenvolvimento industrial nessas regiões (LENIN, 2012).

As riquezas extraídas das colônias não se limitavam exclusivamente à exploração direta da força de trabalho ou à apropriação dos recursos naturais, ou mesmo das vantagens conseguidas por intermédio da burla do protecionismo das barreiras alfandegárias, mas decorriam das tratativas financeiras que comprometiam a já relativa autonomia econômica dessas regiões em dívidas insolúveis, bem como de títulos de empresas de todos os gêneros, da produção agrícola etc. Em razão disso, Bukharin (1988) considera a exportação de capital o resultado da conquista e monopolização de novas esferas de investimento pelos monopólios de uma grande potência econômica ou de uma indústria nacional organizada ou, ainda, do capital financeiro nacional.

> A exportação de capital constitui o método mais cômodo de aplicação da política econômica dos grupos financeiros que, com maior facilidade, colocam sob sua dependência novas regiões. Eis porque o agravamento da concorrência entre os diversos Estados aparece, nesse quadro, com relevo particular. Também aqui a internacionalização da vida econômica conduz inexoravelmente a resolver o fio de espada as questões litigiosas. (BUKHARIN, 1988, p. 93).

Como visto, a crise da indústria no século XIX levou as potências econômicas capitalistas a avançarem, num rápido processo de colonização de países de economia retardatários. A intenção dessa medida foi manter a ordem capitalista em seu ritmo contínuo de prosperidade, assim como evitar que a depressão econômica levasse o capital a sofrer efeitos deletérios irreversíveis que o conduzissem inevitavelmente ao declínio. A exportação de capital colabora não só para conservar o sistema econômico, como também para expandir os domínios dos Estados de capitalismo avançado, transformando-os em poderosos centros imperiais capitalistas, dispostos a tudo para aumentar o faturamento de seus monopólios.

Em consequência, há um acelerado desenvolvimento das forças produtivas nas colônias a fim de adequá-las à produção de determinadas mercadorias. As nações dominantes estenderam sua capacidade produtiva a locais onde as condições materiais, geográficas e o próprio trabalho humano poderiam obter lucros superiores aos obtidos no limitado comércio europeu, sob o rígido controle dos monopólios. A “exportação de capital, especialmente desde quando se deu em forma de capital industrial e financeiro, acelerou enormemente a reviravolta de todas as velhas relações sociais e a submersão do mundo no capitalismo.” (HILFERDING, 1985, p. 303).

Esse acelerado processo de exportação de capital acirrou a necessidade de outros países de capitalismo avançado seguirem o mesmo caminho dos países que tiveram êxito na conquista de territórios estrangeiros. As nações cujos monopólios da indústria apresentavam desenvolvimento superior conquistaram vantagens em relação aos que não haviam atingido esse mesmo nível de organização industrial. A monopolização através de cartéis e trustes tornou-se uma exigência para nações que desejassem certa prosperidade no capitalismo.

Já nos países em que os monopólios se encontravam bem sedimentados, o princípio norteador se concentrava em aumentar a exportação de capital, eliminando a concorrência do capital estrangeiro (HILFERDING, 1985). De acordo com Hilferding (1985, p. 306), “cabem então aos grandes bancos e à grande indústria os volumosos lucros extras, em cuja participação as forças capitalistas menores não podem nem pensar.”.

As políticas econômicas adotadas pelas nações imperialistas forneceram aos cartéis nacionais territórios com matérias-primas abundantes e com ampla capacidade de absorver os investimentos do capital. Isso já havia sido observado

por Hilferding (1985) quando descreve três objetivos da política do capital financeiro: criação de maior território econômico, protecionismo de todo território econômico dominado pela nação imperialista e transformação do novo território econômico em área de exploração dos monopólios nacionais.

Em análises semelhantes, Bukharin (1988) constata que a política aduaneira do capital monopolista elimina a concorrência, aumenta a extração de mais-valor e torna comum a prática do *dumping*. Assim, "todo o conjunto do sistema contribui para o aumento da taxa de lucro dos monopólios. Ora, **essa política do capital financeiro é o imperialismo.**" (BUKHARIN 1988, p. 98, grifo nosso).

Cada Estado nacional imperialista representa os interesses de seus próprios monopólios e, consequentemente, do capital financeiro. Isso revela a existência de um permanente conflito entre as nações de capitalismo desenvolvido, que guardam em si a concorrência que se manifesta ante a lógica concorrencial do mercado, seguindo uma marcha de tendências beligerantes em disputa por espaços políticos e econômicos que lhes garantam a supremacia absoluta de uns sobre os outros.

Os conflitos armados, guerras etc. demonstram claramente a incapacidade da sociedade capitalista de se manter em convivência pacífica, devido aos interesses econômicos que permeiam as relações entre indivíduos, classes e nações. As contradições imanentes ao capital confirmam que esses mesmos conflitos que devastam territórios inteiros podem ao mesmo tempo resolver infortúnios de uma crise econômica profunda, como se viu nas duas grandes guerras do século XX. Portanto, "um poderoso Estado militar é, na luta entre as potências, o trunfo derradeiro." (BUKHARIN, 1988, p. 99).

Hilferding resume de forma magistral a relação entre capital financeiro e Estado:

> [...] o capital financeiro não quer liberdade, mas dominação; não tem interesse pela autonomia do capital industrial, mas exige seu atrelamento; detesta a anarquia da concorrência e quer a organização, certamente apenas para poder retomar a concorrência numa escala mais alta. Mas para impor isso, para manter e ampliar sua superioridade, precisa do Estado que lhe assegure o mercado interno mediante a política aduaneira e de tarifa, que deve facilitar a conquista de mercados estrangeiros. Precisa de um Estado politicamente poderoso que, na sua política comercial, não tenha necessidade de respeitar os interesses opostos de outros Estados. Necessita, em definitivo, de um Estado forte que faça valer seus interesses financeiros no exterior, que entregue o seu poder político

> para extorquir dos Estados menores vantajosos contratos de fornecimento e tratados comerciais. Um Estado que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro. O capital financeiro finalmente precisa de um Estado suficientemente forte para praticar uma política de expansão e poder incorporar novas colônias (HILFERDING, 1985, p. 314).

Hilferding confirma que a política expansionista modifica, ao longo do tempo, a concepção da burguesia que fora herdeira direta do Iluminismo, deixando ao esquecimento os princípios que outrora fizeram parte de sua campanha revolucionária. O pensador austríaco também lembra que os livre-comerciantes do passado defendiam o livre-comércio como uma forma de levar ao mundo uma ordem pacífica. Entretanto, depois de mais de um século, desde as principais revoluções burguesas do século XVIII, o estágio do capitalismo dominado pelo capital financeiro abandona em definitivo a crença na liberdade, na igualdade e na fraternidade, em favor dos lucros, da desigualdade e da exploração progressiva dos trabalhadores. Hilferding (1985, p. 314) afirma que “o ideal de paz se desvanece; no lugar do ideal humanitário irrompe o ideal de poder e da força do Estado.”, que tem como finalidade a dominação de outros Estados a fim de expandir os negócios dos cartéis nacionais.

Para Lenin (2012), os cartéis internacionais tornaram-se uma manifestação evidente do crescimento dos monopólios e dos objetivos dos grupos capitalistas de cada nação imperialista. A subordinação política e econômica dos povos subjugados é bastante lucrativa para os Estados dominadores, mesmo que eventualmente a nação subalterna aparente independência, como acontece nos casos das semicolônias.

> Do mesmo modo que os trustes capitalizam os seus bens atribuindo-lhes o dobro ou triplo do seu valor, tomando em consideração os lucros “possíveis” no futuro (e não os lucros presentes) e os resultados posteriores do monopólio, o capital financeiro, manifesta a tendência geral de se apoderar das maiores extensões de territórios possíveis, sejam eles quais forem, estejam onde estiverem, por qualquer meio, pensando nas possíveis fontes de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa pelas últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas. (LENIN, 2012, p.118).

Lenin indica que a exportação de capital tem sido adotada pelos países dominantes como uma estratégia eficiente para a conquista das colônias, e constitui as condições preliminares, pouco desenvolvidas, num mercado periférico para promover a realização de lucros dos monopólios. No caso das semicolônias, embora a dependência não seja formal, encontram-se financeira e diplomaticamente comprometidas com as potências imperialistas; suposta independência política dessas nações subdesenvolvidas existe apenas em períodos em que o capital não se sente ameaçado. Na história do capitalismo moderno, não são poucas as intervenções em países politicamente “livres” ante a ameaça de instabilidade da ordem política, econômica e ideológica.

Anota Lenin sobre o capital financeiro:

> [...] por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolista fundido com o capital de grupos monopolistas de industriais, e, por outro, a partilha do mundo é a transição da política colonial, que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista, para a política colonial de dominação monopolista dos territórios de um mundo já inteiramente repartido. (LENIN, 2012, p. 134).

Em resumo, constata-se que a origem do imperialismo tem relação direta com o estágio monopolista do capitalismo. Assim, num primeiro momento, o capital financeiro representa os monopólios bancários fundidos com os grandes monopólios da indústria[36]; os Estados nacionais das economias dominantes hostilizam-se com a finalidade de se apropriar de territórios de regiões subdesenvolvidas, numa competição que requer o domínio quase completo da estrutura econômica e social do planeta.

O imperialismo como estágio de desenvolvimento do capitalismo, que irrompe na década de 1870, se ocupou em dominar a maior parte possível dos territórios internacionais a fim de concentrar e centralizar o poder econômico em poucas nações. O expansionismo territorial, econômico e político dos países imperialistas dava conta de resolver a grande depressão daquele momento. A exportação de

[36] Compreende-se que esse conceito de capital financeiro, utilizado por Hilferding, corresponde à realidade alemã de sua época e da origem do capital financeiro como categoria importante para consolidação dos monopólios e do imperialismo moderno. Contudo, difere do entendimento que se tem hoje dessa categoria e que condiz com a definição mais universal do termo encontrada no livro III de *O Capital*, de Karl Marx. Segundo Mollo, Dourado e Paraná (2022), a definição mais apropriada ainda é a utilizada pelo filósofo alemão: capital de comércio de dinheiro (capital comercial).

capitais teve (e tem) atribuição exitosa no sentido de facilitar a partilha do mundo pelos trustes internacionais sob o controle do capital financeiro.

As transformações econômicas derivadas do capital financeiro das últimas décadas do século XIX até a metade do século XX revelaram as contradições do capital em grandes proporções. Entre a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, o mundo nunca mais foi o mesmo: miséria, fome, destruição ecológica, espionagem, conflitos armados, crimes corporativos, violência urbana, conflitos étnicos etc. apresentam a face da sociedade capitalista conduzida por velhos e novos impérios.

O *crash* da Bolsa de Nova Iorque, portanto, é um capítulo à parte na história econômica do capitalismo, de forma que se torna relevante a compreensão das razões e consequências da amplitude do capital financeiro nesse evento, bem como dos efeitos que tiveram influência decisiva para as políticas econômicas internacionais deliberadas posteriormente e o aumento extraordinário de instrumentos de criação de capital fictício.

3.3 AS CRISES DO CAPITAL E A GRANDE DEPRESSÃO DE 1929

As crises econômicas que acompanham a história do capital não resultam de um mero acidente, mas são algo inerente à sua lógica e impossível de suprimir, dada a natureza da estrutura do sistema econômico. Portanto, as crises capitalistas além de se distinguir das crises precedentes dos modos de produção do passado (que se manifestavam a partir da subprodução e escassez), alcançam uma dimensão mais global à proporção que a ordem econômica se complexifica, principalmente quando as alternativas assumidas para evitar o declínio do sistema requerem medidas que conduzem a crises com potencial de maior extensão e profundidade.

As crises econômicas capitalistas, diferentemente do que muitos economistas acreditavam (e acreditam), não são resultado do acaso e muito menos possuem a capacidade de se dirimirem autonomamente, sem que haja uma expressiva intervenção do Estado, fato que, em geral, frustra as expectativas dos defensores da autorregulação do mercado.

No tomo III de *O Capital*, Marx (2017) assevera que a superprodução provoca uma queda da taxa de lucro, que conduz uma massa de pequenos capitais a incertezas que se desdobram em especulação, fraudes creditícias e acionárias,

crises etc. Romero (2009, p. 22) considera que “as crises de superprodução no capitalismo são a combinação da superacumulação dos capitais (queda da taxa de lucro) com a superprodução de mercadorias (desvalorização do capital).”.

O aumento de composição orgânica do capital, a fim de potencializar a produção, causa um processo de encadeamento contraditório, já que a capacidade de consumo é reduzida de acordo com o aumento da superpopulação relativa, de modo a contribuir para o crescente acúmulo de mercadorias sem aproveitamento, apesar de existirem milhares de pessoas que utilizariam esses produtos, mas não possuem os meios legais para adquiri-los.

Isso demonstra a incapacidade da ordem econômica capitalista de suprir universalmente as necessidades da maior parte da população, em termos relativos ou absolutos. Eis o reino das contradições do capital: De um lado, salários que mal garantem a manutenção da reprodução biológica; de outro, milhares de trabalhadores desocupados por efeito do acelerado desenvolvimento das forças produtivas.

Para Marx (2017), o desenvolvimento no modo de produção capitalista corresponde à elevação das forças produtivas, que está relacionado diretamente ao aumento da composição orgânica do capital, impulsionando, igualmente, o progresso da acumulação e do crescimento da riqueza social[37]. Assim, o emprego de sofisticados meios de produção amplia a capacidade da força de trabalho, o que, gradualmente, eleva a produção de mercadorias, expandem os mercados, acelera a acumulação de capital e, depois de um determinado período de expansão, tende a rebaixar a taxa de lucro, de modo a gerar uma massa de desempregados, uma vez que o capital excedente, criado por efeito do aumento da composição orgânica, **em condições normais**[38], jamais será reconvertido em contratação de trabalhadores para o setor produtivo, a fim de equilibrar a economia como em estágios anteriores à crise.

Nos termos de Marx:

---

[37] “Avançam com rapidez incomparavelmente maior, porque a acumulação simples ou a ampliação absoluta do capital total é acompanhada pela centralização de seus elementos individuais, e a revolução técnica do capital adicional é acompanhada pela revolução técnica do capital original.” (MARX, 2013, p. 704).

[38] Destaca-se “em condições normais” porque as políticas econômicas inspiradas nas ideias John Keynes se estabeleceram como alternativas encontradas pelo capital para superar a Grande Depressão de 1929. Os Estados nacionais adotaram medidas para reduzir os impactos da crise; em menor ou maior grau, estavam algumas que visavam à criação de postos de trabalho.

> [...] essas mesmas circunstâncias geraram e geram constantemente uma superpopulação relativa, uma superpopulação de trabalhadores que o capital excedente deixa de empregar em virtude do baixo grau de exploração do trabalho, único grau em que ela poderia ser empregada, ao menos em virtude da baixa taxa de lucro que ela proporcionaria como grau dado de exploração. (MARX, 2017, p. 295).

Essa consideração de Marx demonstra o quão paradoxal é a ordem econômica capitalista. O desenvolvimento das forças produtivas resulta no interior do capitalismo em prejuízo à classe trabalhadora, à medida que reduz efetivamente o número de trabalhadores na produção. O que seria uma virtude numa sociedade comunista, na sociedade capitalista torna-se um desalento à vida dos trabalhadores, que ficam à mercê da própria sorte.

Vale lembrar as observações de Aristóteles (384-322 a. C) em *A Política*:

> Com efeito, se cada instrumento pudesse, a uma ordem dada ou apenas prevista, executar uma tarefa [...], se as lançadeiras tecessem as toalhas por si, se o plectro tirasse espontaneamente sons da cítara, então os arquitetos não teriam necessidade de trabalhadores, nem os senhores de escravos. (ARISTÓTELES, 2012, p. 20).

As reflexões do pensador grego nos fazem perceber que, no modo de produção capitalista, mesmo com todo o avanço tecnológico de computadores e máquinas, a liberdade se restringe aos limites da ordem econômica, na qual o trabalhador é forçado a vender sua força de trabalho para continuar existindo, se tiver sorte de encontrar comprador. Embora a condição material-objetiva aponte para alternativas sociais que eliminem a exploração do homem pelo homem, é nessas antinomias que repousam as agruras que acometem a estrutura social capitalista.

Escreve Grespan:

> Para Marx, as crises constituem uma determinação central e incontrolável do capital, que pode ser, no máximo, atenuada e postergada, mas que tende necessariamente a se manifestar em algum momento. Isso porque são manifestação do aspecto negativo inerente ao capital, que se opõe ao trabalho assalariado: ao excluir de si a fonte de valor e valorização, o capital opõe-se a si mesmo em uma contradição paralisante. (GRESPAN, 2021, p. 66).

Essa desvalorização do capital que se revela na superprodução/superacumulação estimulada pela implementação progressivamente mais de capital constante, compromete o fluxo reprodutivo do capitalismo, uma vez que contraria a disposição imperativa de manter a sua base de crescimento de sempre valorizar o valor, que depende da permanência da oposição entre capital e trabalho assalariado. O capital tem a necessidade "[...] de medir tanto o valor que possui certo momento quanto o mais-valor obtido pela exploração da força de trabalho." (GRESPAN, 2021, p. 66).

A criação de valor não pode se originar senão mediante a força de trabalho explorada, haja vista que a valorização de capital, por intermédio do mercado de ações, representa formas fenomênicas, fetichizadas, especulativas, fantasmagóricas, enganosas etc. de o capital manter a sua reprodução, ainda que isso provoque, subsequentemente, desequilíbrios na estrutura socioeconômica, desencadeando nexos causais impossíveis de prever os resultados. Assim, quando o trabalho vivo é substituído pelo trabalho morto de computadores, de máquinas ou de congêneres, o capital não consegue medir o valor, pois este apenas pode ser mensurado pelo trabalho, o que implica o problema da desmedida e da desvalorização (GRESPAN, 2021). Por essa razão, outras formas elaboradas pelo capital de medir o valor, como a taxa de lucro ou a taxa de juros, não conseguem, sob nenhuma hipótese, representar a realidade quando confrontadas com a verdadeira mensuração da taxa de mais-valor obtida através do trabalho.

Marx (2014), ao analisar a produção de artigos de luxo, é categórico quando afirma que as crises surgem da incapacidade de solvência de consumidores. Essa observação não se limita apenas a esses produtos específicos, mas à dificuldade de a classe trabalhadora consumir a totalidade dos produtos que ela mesma produz. Para Netto e Braz (2007, p. 161), "esse descompasso entre a magnitude da produção de mercadorias e a possibilidade de sua realização deve-se ao fato de as massas trabalhadores não disporem de meios para comprá-las.".

Se a maioria absoluta da população do mundo não é composta de capitalistas, pode-se concluir que a imensa capacidade de produção alcançada no capital pressupõe um volume de mercadorias que não pode ser absorvida por expressiva parcela da população, dadas as incongruências do sistema econômico vigente. Marx (2014, p. 514) observa que "**o sistema capitalista desconhece outros tipos de consumo que não aquele capaz de pagar**, excetuando o

consumo *sub forma pauperis* [próprio dos miseráveis] ou o do ‘velhaco’.” (grifo nosso).

Se no capital o dinheiro aparece como uma manifestação divina (que se apresenta como uma entidade onipresente e onipotente, como princípio e fim de si mesmo e de existência eterna), a mercadoria e o dinheiro representam Deus pai e Deus filho, como bem afirma Marx (2013), diferenciando-se e se manifestando como uma única pessoa, de maneira que a mercadoria apenas pode ser trocada por um ente que possui identidade equivalente.

Os trabalhadores não possuem esse equivalente necessário para absorver o montante de mercadorias que se acumula no mercado, sobretudo porque a mercadoria força de trabalho da qual dispõem é trocada por um salário que malmente lhes dá condições de se sustentar e sustentar sua prole. Marx (2014) aduz que a produção capitalista implica condições que independem da boa ou da má vontade, pois em situações em que os trabalhadores gozam momentaneamente de relativa prosperidade, em razão do aumento salarial, já se prenuncia uma crise para o futuro da (des)ordem econômica. É que a crise é parte indissociável do sistema capitalista.

À medida que a ordem econômica se complexifica, a inserção das instituições financeiras para além das funções tradicionais de dispor da poupança de todas as pessoas, independentemente das classes sociais a que pertencem, torna-se essencial para que se desenvolvam estratégias que superem as adversidades que ocorrem em períodos críticos da reprodução capitalista, não obstante isso leve às causas de crises posteriores. Já se observou anteriormente que ativos financeiros que prometem a criação de valor sem a produção de mercadorias reais são tidos por Marx como a expressão máxima de fetichismo, uma vez que se respaldam numa aposta para a produção futura que não garante objetivamente a sua efetivação. Esses investimentos estão alicerçados na especulação da produção que porventura venha a se concretizar ou em lucros obtidos a partir do prejuízo de outrem, já que nenhum valor novo fora criado.

Embora esses ativos se afastem da realidade, o capital se esforça em empreender políticas econômicas que possam administrar riscos e assegurar a produtores e/ou a especuladores garantias de lucro, real ou fictício. A exploração do trabalho, a perda de direitos, maiores tributações etc. são os instrumentos utilizados pelo capitalismo para a sua manutenção orgânica, influenciando as taxas de juros

cobradas pelas instituições financeiras, que dependem das variações da taxa de lucro (GRESPAN, 2021).

Conforme Grespan:

> A taxa de juros e a taxa de lucro tomam caminhos opostos e definem uma desmedida que agrava os prejuízos da crise econômica, pois a inadimplência dos capitalistas do setor produtivo repercute em perdas no setor financeiro, que elevará novamente a taxa de juros, configurando um novo círculo vicioso. (GRESPAN, 2021, p. 74).

As crises capitalistas têm em sua gênese a esfera produtiva, o que não significa que os negócios especulativos das instituições financeiras não tenham nalgum momento responsabilidade sobre elas; muito pelo contrário, foram crises econômicas com nível de profundidade e extensão que afetaram não somente a economia capitalista, mas toda a estrutura social, tendo como um dos principais vetores de agravamento estratégias financeiras que buscam manter o rendimento dos capitalistas com lucros superlativos, mesmo que parte desses ganhos seja completamente ilusória. A condição fictícia desses lucros fragiliza uma ordem econômica já tomada por contradições. Contudo, a despeito de as crises pertencerem à lógica imanente do capital, não se pode determinar quando e como elas irão ocorrer.

Conforme Grespan:

> As crises têm seu fundamento nas oposições da esfera da produção capitalista, diretamente vinculadas à relação constitutiva e negativa entre capital e trabalho assalariado, por isso, as crises não podem deixar de ocorrer. Contudo, as contratendências que as engendram também se fundamentam na esfera da produção e expressam o lado oposto da crise, em que o capital é capaz de superar brevemente a contradição que o ameaça e transformá-la em um limite que ele pode ultrapassar. As épocas de crise são, por isso, épocas de relativa indeterminação: surge aí a possibilidade de mudanças radicais, de revoluções[39]. (GRESPAN, 2021, p. 75-76).

[39] As indeterminações provocadas em períodos de crise econômica profunda são momentos em que há movimentos sociais que cogitam transformações sociais radicais, porém, nem sempre isso significa um movimento positivo e de crescimento humanitário. Do mesmo modo que podem existir tendências à esquerda, cujo propósito é uma revolução que supere os entraves econômicos e sociais que paralisam o fluxo de desenvolvimento da humanidade, também podem surgir movimentos reacionários e oportunistas à direita, que se apoiam na miséria e na decadência social para escalar o poder, assim como aconteceu com a ascensão do fascismo na Europa da década de 1930, sobretudo na Alemanha hitleriana.

As influências contra-arrestantes a que Marx se refere no tomo III de *O Capital* como fator que anula a condição de lei geral das crises capitalistas e que torna a queda da taxa geral de lucro em apenas tendência, são explicadas por várias intervenções tomadas pela ordem econômica, uma vez que interrompe por um determinado tempo a crise em andamento. Entretanto, não pode evitar que as crises eclodam em outro momento e em grau superior.

Marx destaca alguns desses fatores contra-arrestantes que o capital utiliza para evitar que em determinados momentos as crises arrisquem a conservação da estrutura da economia capitalista: 1. Aumento do grau de exploração do trabalho; 2. Compressão do salário abaixo de seu valor; 3. Barateamento dos elementos do capital constante; 4. Superpopulação relativa; 5. Comércio exterior; 6. Aumento do capital acionário. Marx verificou que esses fatores aplicados pelo capital conseguiam influir para que a queda da taxa de lucro se interrompesse, pelo menos por algum tempo.

Os efeitos de uma maior exploração da força de trabalho, historicamente, não estão separados do prolongamento da jornada e da intensificação do trabalho. Tal intensificação, por consequência, está vinculada ao aumento do capital constante, que reflete numa inevitável queda da taxa de lucro. Esta responde justamente à redução de trabalho vivo na produção, com o intuito de acelerar a fabricação de mercadorias; por efeito, os preços das mercadorias são reduzidos, inclusive dos meios de produção.

Assim, pelas próprias demandas concorrenciais, os capitalistas que intentam uma sobrevida nos negócios buscam ampliar seus investimentos em tecnologias que proporcionem recursos que acelerem e barateiem todo o processo. Quanto mais tecnologias e máquinas no processo produtivo, concomitantemente há o surgimento, na mesma proporção, de uma superpopulação relativa. Há o aumento da capacidade produtiva a partir do empreendimento de novos recursos tecnológicos e, por conseguinte, o barateamento do processo produtivo, o que intensifica a acumulação e diminui o capital variável em relação ao constante. Cumpre ampliar o comércio exterior para escoar o capital acumulado, e até com taxas maiores, já que os países importadores não produzem, ou não produzem suficientemente, uma determinada mercadoria.

O aumento do capital acionário depende da necessidade de o capital multiplicar seus rendimentos sem que esteja envolvido diretamente na produção,

lucrando por meio de empréstimo a juros ou aplicando capital em ações e títulos sem referência material. A riqueza produzida nesse tipo de negócio depende de investimentos especulativos que visam compensar a queda da taxa de lucro na produção de mercadorias com lucros fictícios. À medida que se retiram investimentos da produção para investir num tipo específico de mercadoria sem valor, paralisa-se a produção de um *quantum* de riqueza e se estimula um crescimento gradual da exploração dos trabalhadores. De acordo com Marx (2017, p. 278), "a queda tendencial da taxa de lucro está ligada a um aumento tendencial na taxa do mais-valor, ou seja, ao grau de exploração do trabalho.[40]".

As observações realizadas por Marx a respeito das estratégias capitalistas contra-arrestantes de enfrentamento à queda tendencial da taxa de lucro não só mantêm a sua atualidade, mas adquirem, ao longo do tempo, níveis de austeridade superiores conforme a sociedade capitalista avança. O aumento do mais-valor absoluto através da redução de trabalhadores em certas áreas laborais tem intensificado as atividades daqueles que dividem o espaço de trabalho com máquinas e computadores de última geração, sem que se reduza o desgaste físico e

[40] Encontra-se já na Lei Geral da Acumulação Capitalista, livro I de *O Capital*¸ a seguinte afirmação: "Vimos que o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho – simultaneamente causa e efeito da acumulação – capacita o capitalista a movimentar, com o mesmo dispêndio de capital variável, mais trabalho mediante uma maior exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individuais. Vimos, além disso, que ele, com capital do mesmo valor, compra mais forças de trabalho ao substituir progressivamente trabalhadores mais qualificados por menos qualificados, maduros por imaturos, masculinos por femininos ou adultos por adolescentes ou infantis." (MARX, 2013, p. 711). Desse modo, o processo de desenvolvimento das forças produtivas colocado em acelerado movimento em virtude da substituição de trabalho vivo pelo trabalho morto, pelo progresso tecnológico, pelas descobertas científicas etc., fatalmente conduzem a um aumento da superpopulação relativa, da redução salarial, de subempregos, entre outros, sempre com a finalidade de manter uma determinada margem de lucro. Por essa razão, Marx (2011, p. 587-588), nos *Grundrisse*, também vai dizer que "[...] à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (Por seu lado, o próprio desenvolvimento dessa ciência, especialmente da ciência natural e, com esta, todas as demais, está relacionado ao desenvolvimento da produção material.).". Em consequência, surge uma massa crescente de trabalhadores que compõe no exército de reserva e de trabalhadores em atividade com salários que não atendem as necessidades mínimas para conservação de sua existência. Isso significa que uma quantidade importante das mercadorias produzidas não será consumida porque os potenciais consumidores compõem o exército de reserva não possuem dinheiro suficiente para consumir todos os produtos disponíveis como mercadorias. Daí que a superprodução e a superacumulação de capital orientam os capitalistas a realocarem parte considerável de seus provimentos para o mercado financeiro, na forma de capital portador de juros ou de capital puramente fictício. Entende-se, a partir disso, a coerência teórica que Marx estabelece entre os três tomos de *O Capital*, que acompanham até os tempos atuais a dinâmica contraditória da ordem econômica capitalista, a qual tem hipertrofiado a esfera financeira mediante o aprofundamento das crises que afetam a estrutura da sociedade.

mental; muito pelo contrário, auxilia para que se produza mais trabalho num tempo menor.

Os direitos trabalhistas, que outrora o capital havia concedido, são reelaborados a fim de ampliar a jornada de trabalho sem gerar encargos para os capitalistas. Outras medidas político-jurídicas expressam igualmente um desconto salarial, a exemplo da redução ou da eliminação de aposentadorias, das pensões ou serviço de saúde, aumento da carga horária ou redução de carga horária com diminuição proporcional do salário, modificação de contratos trabalhistas, entre outras.

A exportação de capital também foi utilizada pelos impérios monopolistas tanto para abrir novos mercados, nos quais se conseguia uma força de trabalho mais barata (ou escrava) e um mercado para consumir os produtos das metrópoles, como para ter acesso a matérias-primas necessárias à produção de seus produtos manufaturados.

Poladori, Melazzi e Kilpp (2016, p. 222) analisam os fatores compensatórios que transpõem os limites nacionais no contexto da crise econômica mundial da seguinte forma: “[...] com sua relativa simultaneidade em todos os países capitalistas do mundo mostra que, à medida que se integram os processos em escala mundial, a exportação de capitais é cada vez mais uma falsa saída para a crise.”. Afora os fatores a que os autores se referem, a exportação de capitais no tocante à relação financeira com os países colonizados (formais e informais) mantém uma relação de dependência em virtude de dívidas adquiridas para supostos investimentos estruturais modernizadores.

A avidez por lucros cada vez maiores orienta a organização econômica capitalista a investimentos tecnológicos que provocam o aumento da produção, colocando as mercadorias produzidas num período de tempo menor em circulação. Num primeiro momento, os capitalistas gozam de lucros extraordinários em razão de seus produtos serem negociados por um preço que se funda na criação de mais-valor num processo produtivo em que a maioria das empresas possui baixa composição orgânica.

Com a utilização de meios de produção tecnologicamente mais avançados que a de seus concorrentes, os capitalistas que apostam no aumento da composição orgânica para produzir com baixo custo e com maior velocidade têm o privilégio, por algum tempo, de vender suas mercadorias com margens de lucro

bastante superiores, embora tenham diminuído o mais-valor no processo de produção. Consequentemente, o preço do produto não deve ser ajustado a partir do valor gerado em cada unidade produtiva, mas deve estar assentado no valor socialmente determinado.

Portanto, as empresas que empregam seu capital em meios de produção com tecnologias avançadas, os quais potencializam a fabricação de mercadorias, conseguem ampla vantagem sobre os concorrentes, pelo menos até que a concorrência remanescente seja obrigada a se modernizar, sob o risco de desaparecer. Esse movimento contínuo e contraditório do capital leva à superprodução de mercadorias e à superacumulação de capital, colocando em marcha uma nova crise.

> As crises de superprodução no capitalismo são a combinação da superacumulação dos capitais (queda da taxa de lucro) com a superprodução de mercadorias (desvalorização do capital). É apenas na articulação entre essas duas dimensões, o âmbito da produção e o da circulação, que é possível compreender a dinâmica das crises econômicas e suas alternativas políticas para a classe trabalhadora. (ROMERO, 2009, p. 22).

A economia capitalista necessita que tanto mercadorias quanto capitais exerçam um fluxo metabólico dinâmico para que não haja estagnação no processo reprodutivo. De outra forma, a superprodução de mercadorias e a superacumulação de capitais levarão a uma inevitável crise econômica. As crises podem ser interrompidas momentaneamente ou atenuadas, mas jamais eliminadas, pois fazem parte da lógica contraditória do sistema.

A função do Estado é essencial para que se garantam as condições para a manutenção constante do capitalismo, desde a intervenção por meio de políticas econômicas e subsídios diretos até incentivos às unidades produtivas e financeiras. Entretanto, essas medidas protetivas não podem ter validade perpétua, já que tais ações corretivas assumem apenas formas imediatas de contenção por um tempo determinado, de modo que os efeitos paliativos servem tão somente para manter certa estabilidade do sistema, até que, finalmente, se inicie um novo ciclo de crises, com tendências mais agressivas.

Segundo Poladori, Melazzi e Kilpp (2016, p. 226), “é incorreto, portanto, falar de crise econômica como de situações que conduzem à queda do sistema, a

problemas insolúveis ou obstáculos intransponíveis.”. Para os economistas, essas manifestações do capital são inerentes à sua lógica, e não podem ser superadas com ações de políticas econômicas governamentais, pois os desequilíbrios ocorridos em toda a história capitalista são elementos constitutivos de sua estrutura.

As situações de crise que acometem o capital têm sido seguidas de fases de desenvolvimento que resultam em problemas semelhantes (POLADORI; MELAZZI; KILPP, 2016). Essa condição do ordenamento econômico capitalista só confirma a incapacidade do capital para resolver as disfunções consequentes de sua própria natureza, o que demonstra a demagogia dos ideólogos, políticos e economistas liberais que difundem a promessa de uma sociedade justa, fraterna e capaz de superar as instabilidades econômicas que provocam a desigualdade.

Muitos teóricos da economia clássica liberal minimizavam as crises econômicas por acreditarem na capacidade de regulação automática do mercado, porém a realidade histórica do capital demonstrou o contrário. Na crise de 1929, o economista John Maynard Keynes[41] (1883-1946) divergiu dos economistas clássicos e neoclássicos, entendendo que o mercado não poderia se autorregular. Ao contrário, Keynes (2017) acreditava que apenas mediante intervenções estatais o capital poderia chegar a uma solução definitiva para suas crises. A Grande Depressão na primeira metade do século XX, além de ter introduzido um novo entendimento por parte de alguns liberais a respeito da crise, estabeleceu um tipo de crise capitalista que tinha na especulação financeira o fator substancial de seu adensamento.

Os desdobramentos do *crash* de 1929 deixaram gravadas na história marcas indeléveis: a ascensão do nazifascismo; a Segunda Guerra Mundial; a hegemonia econômica dos EUA e uma inédita relação entre os países imperialistas e a periferia. Essas foram algumas mudanças que determinaram o futuro da economia mundial.

3.3.1 Especulação financeira e capital fictício na crise de 1929

O desenvolvimento dos EUA, no final do último quarto do século XIX, prenunciou que essa nação seria em pouco tempo a maior potência econômica do mundo, o que foi comprovado antes mesmo de se chegar à década de 1920 e se

[41] Cf. KEYNES, John, Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Saraiva, 2017.

reafirmou após a Primeira Guerra Mundial. A rápida evolução estadunidense deu-se num período de grande entusiasmo do mercado, que estabeleceu mudanças nos hábitos de consumo da população; os Estados Unidos consolidaram o modo de vida americano (*american way of life*) como padrão para o resto do mundo. Isso não apenas estimulava o consumo dos produtos que já faziam parte do cotidiano dos cidadãos norte-americanos, mas também apregoava o consumo de produtos ligados à indústria da moda e do entretenimento.

Os EUA finalmente assumiram o posto de nação economicamente dominante que, de pronto, buscava expandir valores, ideias e comportamentos alinhados ao seu projeto imperialista. Os "Loucos Anos Vinte" (*Roaring Twenties*) marcaram um período de consumismo que intensificou os sintomas da crise de 1929. Parker (2009, p. 30) relata que "graças à produção desenfreada, as lojas estavam repletas de produtos que apenas alguns anos antes tinham preços inacessíveis para o cidadão comum.".

Outro fator importante para o aumento da produtividade das indústrias estadunidenses foi a adoção do método de organização produtiva elaborado por Frederick Winslow Taylor (1856-1915). O método taylorista, como ficou conhecido, impulsionou os lucros industriais ao aumentar a produção e reduzir os custos. O método de gerenciamento inventado por Taylor não mantinha preocupação com o bem-estar da classe trabalhadora, pelo contrário, foi responsável por produzir diversas sequelas físicas e mentais durante o processo produtivo.

Taylor entendia que a capacidade produtiva do trabalhador era sempre maior do que a sua produção real, pois apesar de o trabalhador ter adquirido destreza ao longo da vida no processo laboral, uma parcela do tempo era perdida durante o processo de troca de operações, de ferramentas, nos deslocamentos no espaço fabril etc. Logo percebeu que o tempo desperdiçado não se devia somente as condições técnicas, mas tinha relação intrínseca com o controle do tempo realizado pelos trabalhadores a fim de proteger seus empregos perante o rápido desenvolvimento das forças produtivas (emprego da maquinaria) (PINTO, 2013)[42].

[42] "A ideia fundamental desse sistema de organização é o de uma especialização extrema de todas as funções e atividades. Uma especialização que perfaz um traçado de todas as ferramentas de trabalho utilizadas em cada atividade, de todos os movimentos executados por quem as maneja em cada instante, de todas as operações intelectuais necessárias exigidos nessa condição especial em que é colocado o trabalhador." (PINTO, 2013, p. 30).

> Em termos claros, o problema era fazer que o trabalhador empregasse todo o seu engenho, sua criatividade, seus conhecimentos técnicos, suas competências profissionais assimiladas nos ofícios que exerceu, suas habilidades pessoais adquiridas com as situações que enfrentou nestes, seu maior esforço psíquico, intelectual e físico, toda a sua capacidade de concentração e destreza para a realização das tarefas que lhe competiam, tudo com o menor desgaste de suas energias e, principalmente, dentro do menor tempo possível. (PINTO, 2013, p. 28).

No entanto, a prosperidade capitalista na década de XX fez com que os próprios trabalhadores se sentissem favorecidos pela possibilidade de ter acesso a determinados bens de uso que, até aquele momento, não podiam consumir. O progresso econômico nutriu o sentimento patriótico e consumista de todos os cidadãos norte-americanos.

O consumo de mercadorias como refrigeradores, automóveis e rádios não mais era privilégio exclusivo das classes abastadas. Esse entusiasmo pelo consumo ajudou a fundar 22,8 mil novas fábricas somente nos últimos quatro anos do mandato de Coolidge. O crescimento vertiginoso da economia impactou também na arrecadação do governo: entre 1921 e 1928, a taxa de produção industrial do Federal Reserve foi de 67 para 110 (PARKER, 2009).

É justamente a ascensão dos EUA como maior potência econômica do mundo que explica a sua condição de epicentro da crise de 1929. De 1870 a 1929, o produto industrial estadunidense quadriplicou em razão de altos investimentos de capitais em tecnologias avançadas que aceleraram a produção (COGGIOLA, 2009). Ao longo do século XIX até a década de 1920, os EUA receberam milhares de imigrantes que contribuiriam para o rápido desenvolvimento econômico da nação.

As crises que se apresentavam no início do século XIX, para Coggiola (2009), foram administradas com uma vigorosa baixa de preços. A indústria tentava manter certa margem de lucro com o rebaixamento dos salários dos trabalhadores, “[...] e assim restabelecia o seu equilíbrio num nível inferior; era a fase de ‘depressão’, ou de liquidação da crise.” (COGGIOLA, 2009, p. 137). Um fator que funcionou como motor propulsor para a economia estadunidense foi a Primeira Guerra Mundial; após ela, o país tornou-se a maior potência industrial, financeira e bélica do mundo. Favorecido por sua localização geográfica, que protegia seu território, os EUA entraram na guerra tanto no combate direto quanto no fornecimento de armamento para os países europeus envolvidos no conflito.

Segundo Trindade (2017), vários países europeus tiveram de recorrer a empréstimos para a compra de armamentos e produtos bélicos durante a Primeira Guerra. Somente a Grã-Bretanha e a França obtiveram um montante de US$ 10 bilhões[43] dos bancos norte-americanos, até abril de 1917, para a compra de munições, o que impactou severamente em suas contas públicas. O acúmulo de dívida pública dos países europeus em função da guerra resultou na transferência de renda da Europa para os EUA, "[...] o que parcialmente determinou as condições de potência hegemônica que esse país passaria a deter na segunda metade do século XX." (TRINDADE, 2017, p. 172).

> A análise da relação entre economia estadunidense e as economias europeias do início do século, mais especificamente nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, reflete o quanto os EUA foram beneficiários da exportação de armamentos e produtos bélicos, em grande parte, como no caso da Grã-Bretanha, financiados com dívida pública, como pode ser atestado no crescimento da dívida pública nas vésperas da guerra [...]. (TRINDADE, 2017, p. 172).

Com o fim da guerra, a procura por armamentos e produtos bélicos desapareceu parcialmente das contas dos países europeus; surgiu então a necessidade de alimentos, matérias-primas e bens de capital para atender a milhares de famintos e à reconstrução dos países envolvidos diretamente no conflito. Em razão disso, no fim de 1920, as exportações norte-americanas alcançaram um superávit comercial de US$ 4,9 bilhões. As nações europeias eram obrigadas a fazer novos empréstimos para atender às demandas do pós-guerra. Isso tudo representou um imenso crescimento da economia estadunidense e o controle absoluto das decisões políticas na esfera mundial.

Desde 1914, a maior parte das principais nações capitalistas, exceto os EUA, mantinha suas moedas descoladas do preço do ouro. Em 1919, muitos desses países tiveram seus preços internos inflacionados no mesmo momento em que o preço mundial do ouro estava em baixa. Isso implicava a dificuldade de determinar o movimento real dos preços. Coggiolla (2009, p. 142) avalia que "a 'bolha

[43] Arthmar (2002) discorda desse valor destinado à Grã-Bretanha e à França. De acordo com o economista, a quantia adiantada pelo Tesouro dos EUA foi de aproximadamente US$ 9,5 bilhões, distribuídos da seguinte forma: US$ 4,3 bilhões à Inglaterra, US$ 3 bilhões à França, US$ 1,6 bilhão à Itália.

especulativa' dos preços fora o primeiro sinal. Nas análises conjunturais, a partir de março de 1928, iniciou-se o *boom* 'puramente especulativo'.".

Galbraith afirma que o movimento especulativo teve importante participação no agravamento da crise e nas consequências que se seguiram na década de 1930. Em sua opinião, "a bancarrota do mercado de ações e a especulação que a tornou inevitável foram em grande parte responsáveis pela crise econômica que se prolongou durante os meses e os anos seguintes." (GALBRAITH, 1972, p. 33). Para o economista, a especulação financeira que colapsou a economia só foi possível por causa de medidas adotadas pelas autoridades do Federal Reserve ainda em 1927.

Os grandes industriais da época acreditavam na capacidade da atividade econômica de gerar lucros futuros. Contudo, em 12 de junho de 1928, 5 milhões de ações mudaram de proprietários. Essa mudança abrupta indicava a desvalorização desses ativos financeiros, registrando uma queda de até 23 pontos. Em julho do mesmo ano, o mercado de ações volta a se valorizar, ancorado, principalmente, nas eleições presidenciais do candidato republicano Herbert Hoover, o qual afirmava que a vitória do candidato democrata Al Smith levaria os EUA à depressão em 1929, embora na condição de secretário do comércio do governo do presidente Calvin Coolidge houvesse revelado desconfiança a respeito do *boom* econômico em virtude dos numerosos negócios sem regulação ou fiscalização do governo.

Na verdade, já em 1925, Hoover se apercebera da bolha especulativa que se formava (GALBRAITH, 1972). Sobre as políticas econômicas do presidente Coolidge, Parker (2009, p. 26) diz que "a única lei aprovada durante sua administração liberal, que praticamente poderia ser descrita como antinegócios, foi a que colocou a corrupção na ilegalidade – algo a que dificilmente um presidente poderia se opor.". O que não se sabe é se Hoover empreendeu algum esforço junto ao presidente Coolidge e ao Federal Reserve para evitar uma catástrofe prenunciada. O presidente Coolidge gozava de prestígio e de boas relações com os principais líderes de negócios dos EUA, transmitindo uma falsa garantia de segurança.

> Desse modo, sob seu governo minimalista, os monopólios comerciais se multiplicaram e o poderoso motor econômico dos Estados Unidos passou para mãos de um número cada vez menor de pessoas. Até 1929, metade de toda riqueza corporativa dos Estados Unidos era controlada por apenas 200 companhias. (PARKER, 2009, p. 27).

A confiança excessiva de Coolidge no mercado e na benevolência dos homens de negócio teve consequências em 1928, quando surgiram fortes indícios que confirmavam as suspeitas de Hoover. As cotações após meses tranquilos de inverno apresentaram uma subida gradual que, depois de algum tempo, começou a dar saltos valorativos. Em pouco tempo, as alternâncias entre desvalorizações e recuperações ficaram mais constantes, o que demonstra que o mercado de ações estava claramente movido pela especulação. O afastamento da realidade reclamava alternativas que desencorajassem a euforia especulativa; entretanto, o que aconteceu foi justamente o contrário.

> A fuga maciça para um mundo ilusório, que é uma característica muito importante da verdadeira orgia especulativa, começou a sério. Ainda era necessário instilar confiança naqueles que não dispensam um laço, ainda que tênue, com a realidade. Este processo de tranquilização – de invenção dos equivalentes industriais do clima da Flórida – veio a profissionalizar-se. Contudo, tinha chegado a altura, como acontece em todos os períodos especulativos, em que as pessoas não pretendiam ser persuadidas da realidade das coisas, mas sim encontrar um pretexto para mergulhar no fundo da fantasia. (GALBRAITH, 1972, p. 52).

Com a criação do Federal Reserve System em 1913, pretendia-se abolir as oscilações periódicas de escassez e abundância que haviam acometido a economia estadunidense no início do século XX. O Federal Reserve surgiu com a missão de evitar que as crises financeiras dos Estados Unidos se tornassem demasiado desequilibradas por não existir um banco central que pudesse fornecer fundos para o setor bancário em períodos instáveis. O Federal Reserve surge da necessidade de leis federais que pudessem regular a emissão de moedas e o funcionamento dos bancos que não respeitavam a parca legislação que existia.

Fardin, Justo e Dominczak (2021) asseveram que o atraso dos norte-americanos na fundação de um banco central desde a sua emancipação política da Inglaterra tem a ver com o processo de se constituir como nação, pois após a sua independência, os EUA consistiam tão somente em 13 colônias ainda em expansão. De 1846 a 1848, a guerra com o México resultou na conquista de metade do território do país vizinho e, ao mesmo tempo, anexou o Texas, que pretendia tornar-se independente.

Foi depois da Guerra da Secessão, com a vitória do Norte industrializado, que os EUA buscaram instituir uma legislação federal que acomodasse todos os Estados

da federação por meio de um governo central, sem que isso retirasse dos Estados seus poderes e a autonomia locais. “Nessas condições, as tentativas de centralizar e unificar a moeda nacional foram infrutíferas durante quase todo o século XIX até o início do século seguinte.” (FARDIN; JUSTO; DOMINCZAK, 2021, p. 132). A falta de um banco que legislasse como instituição financeira centralizadora provocou a abertura de muitas instituições bancárias: 1.600[44] apenas em 1860. A fundação e a operação dos bancos exigiam somente que os capitalistas tivessem boa relação com o governo dos Estados.

Após algumas iniciativas para unificar a moeda nacional, e crises bancárias na transição do século XIX para o século XX, finalmente o banco central estadunidense foi instituído, sob o controle dos poderosos banqueiros John D. Rockfeller e John P. Morgan (entre outros magnatas norte-americanos), tornando-se a mais poderosa instituição financeira do mundo até o presente momento, haja vista que as políticas econômicas propostas pelos organismos econômicos internacionais têm, em certa medida, subserviência às decisões do banco central dos Estados Unidos.

Coolidge foi um dos entusiastas que acreditou que o Federal Reserve poderia proteger o sistema de quaisquer tipos de crises que porventura interrompessem a crescente efervescência econômica dos EUA. Como ele, banqueiros e especuladores sentiram-se protegidos pelo Federal Reserve, de modo a praticar operações financeiras arriscadas, o que mais tarde intensificou a gravidade da crise. O presidente Calvin Coolidge conseguiu, anos mais tarde, eleger Herbert Hoover.

> Ulteriormente, amargurado, em suas *Memórias*, o presidente Hoover estigmatizou a especulação: “Há crimes piores que o assassínio, pelos quais os homens mereciam ser injuriados e castigados”. Faziam-se empréstimos nos bancos para comprar títulos na Bolsa e, diante da procura crescente, os estabelecimentos bancários de Nova Iorque emprestavam a prazo curtíssimo, a juros de 12%, tomando emprestado a 5% ao Federal Reserve. Todo mundo lucrava e a euforia difundia-se com a credulidade geral. Os agentes de câmbio emprestavam a seus clientes aceitando como garantia os títulos comprados. (COGGIOLA, 2009, p. 145).

O otimismo exagerado de políticos, industriais e especuladores com a “Nova Economia” fez com que acreditassem num possível usufruto de paz e livre-comércio

[44] De acordo com a Revista El País Economia, no ano em que o FED foi criado, existiam 7.500 bancos que operavam de forma independente uns dos outros.

sem turbulências, mas alguns anos seriam suficientes para a inevitável colisão com a realidade. No entanto, antes de perceberem que tudo não passava de uma miragem, a crença em fundamentos econômicos inabaláveis se espalhou por todos os setores econômicos dos EUA, o que provocou a impressão de uma infindável estabilidade, refletindo numa maior aposta no mercado acionário (CHANCELLOR, 2001). Chancellor (2001, p. 231) descreve o entendimento dos investidores: “Se os ganhos das empresas eram estáveis e crescentes, então deveria ser atribuído a eles um valor maior.”.

Embora alguns analistas à época advertissem a respeito de equívocos avaliativos sobre a inabalável segurança do mercado bursátil, constituída sob um ponto de vista especulativo, a ânsia por lucros vultosos sem esforço era mais sedutora do que os supostos riscos. Escreveu o economista conservador Lewis H. Haney (1882-1969) para a revista *North American Review*: “Abrir mão de um bom retorno corrente normal em nome de um esperado aumento do principal é especulação pura e simples. Não é investimento, pois arrisca no futuro à custa da segurança no presente.” (LEWIS apud CHANCELLOR, 2001, p. 233). Chancellor acrescenta que muitas concepções baseadas em estatísticas procuravam provar que as ações não tinham caráter especulativo, nem sequer o investimento nelas poderia ser considerado um negócio perigoso. Contudo, as teorias que defendiam tais ideias, pretensamente científicas naquele período, foram anuladas pelo próprio movimento da realidade.

O Federal Reserve que foi responsável desde sua origem por resguardar o equilíbrio da ordem capitalista nos EUA e contribuiu de forma direta para o contrário. Em 1925, o Federal Reserve baixou a taxa de juros, desencadeando uma alta súbita na cotação do mercado de ações. Essa política tinha por intento ajudar o Banco Inglês, que havia tido uma perda considerável de suas reservas de ouro na ocasião em que resolveu retornar ao padrão-ouro à taxa de câmbio antes da Primeira Grande Guerra. Em 1927, o Federal Reserve mais uma vez atendeu aos interesses britânicos quando reduziu a taxa de desconto para 3,5%. Diante do crescimento especulativo, o Federal Reserve elevou gradualmente a taxa de desconto para 6%, mas a especulação dos lucros era tanta que muitos investidores correram os riscos dos empréstimos de margem, ainda mais porque os juros não haviam chegado a patamares altos suficientes a impedir a compra de ações (CHANCELLOR, 2001).

Os empréstimos de margem são um caso emblemático para demonstrar o funcionamento da orgia especulativa que vigorava nos anos de 1920. Galbraith (1972) explica que os compradores de ações à margem tornavam-se proprietários dos títulos através de uma venda incondicional, sem dispor da totalidade do capital para realizar essa compra, visto que a maior parte da importância provinha de empréstimos adquiridos por meio de corretores que, por sua vez, tomavam emprestados de bancos. Os títulos comprados ficavam sob a guarda dos corretores como garantia do empréstimo contraído.

A vantagem do comprador que se utilizava desse expediente oferecido pelos corretores era poder beneficiar-se do acréscimo de valor na cotação das bolsas sem que houvesse qualquer aumento adicional no valor da dívida, apesar de os benefícios/rendimentos das ações compradas serem inferiores aos juros do empréstimo. Enquanto os rendimentos das ações variavam entre 0% e 2%, os juros dos empréstimos adquiridos variavam entre 8%, 10% ou mais (GALBRAITH, 1972).

Gazier ilustra o funcionamento dessas relações, também caracterizadas como uma prática especulativa de *call loans*:

> O mecanismo é simples: o comprador cobre 10% do preço da ação e toma um empréstimo de 90% com o agente de câmbio; este último obtém a quantia junto aos bancos, tomando empréstimos de dinheiro diariamente (*on call* em inglês, *reports* em francês). Suponhamos uma ação que valha 100; o comprador adianta 10 e o corretor 90, emprestados por um banco. Se as cotações subirem, digamos até 110, é possível revender sua ação com um ganho de 10, dividido entre o corretor e seu cliente. Depois tudo recomeça... (GAZIER, 2019, p. 28).

A alta no mercado de ações tornou-se um entrave nas políticas do Federal Reserve que pretendiam impedir a mania especulativa que acometera a economia estadunidense nos últimos anos da década de 1920. Os especuladores não se importavam em pagar juros mais altos por seus empréstimos de margem, haja vista que os juros estavam demasiadamente baixos se comparados à expectativa estimada de valorização dos títulos comprados.

Chancellor (2001) diz que o Federal Reserve alertou seus bancos afiliados sobre os riscos dos empréstimos de margem; advertiu que esses negócios mediados pelos corretores (*brokers*) seriam um uso inadequado dos recursos financeiros. Porém, os argumentos foram inúteis na tentativa de conter a

especulação a partir de uma sensibilização moral, pois o princípio (anti)ético-moral que norteia a sociedade capitalista, especialmente no mercado de ações, é a obtenção de lucro a todo custo.

Segundo Chancellor, os empréstimos de margem foram concedidos por empresas estadunidenses e bancos estrangeiros que não se encontravam sob o controle do Federal Reserve, o que impedia quaisquer ações do banco central dos Estados Unidos que pudessem impedir os excessos especulativos dos investidores/apostadores.

> As empresas incrementavam seus lucros levantando recursos no mercado acionário (que lhes custavam cerca de 4% em dividendos) e emprestando o dinheiro excedente no mercado de empréstimos a taxas de 15%. A alta nos preços das ações, por sua vez, era impelida por especuladores que compravam ações com empréstimos de margem. Nas palavras de um contemporâneo, era “verdadeiramente um círculo vicioso”. (CHACELLOR, 2001, p. 237, grifo do autor).

Para Galbraith (1972), o estratagema desenvolvido por Wall Street era engenhoso por separar a oportunidade de especulação dos rendimentos e incômodos inerentes à propriedade. O negócio consistia, basicamente, em empréstimos bancários a corretores, que, por sua vez, emprestavam esses fundos adquiridos a seus clientes, os quais deviam depositar uma garantia subsidiária nos bancos. Os bancos, de imediato, já tinham de volta uma parte do capital que haviam emprestado aos corretores no início do processo. Desse modo, além da garantia subsidiária – as margens – disponibilizada pelo comprador para que este pudesse receber o fundo necessário à compra das ações, os títulos ficavam sob a posse dos corretores como proteção do empréstimo.

A mania especulativa dos investidores crescia à medida que a confiança no mercado de ações era alavancada pela euforia dos bons negócios da indústria dos bens de consumo, que parecia ter, enfim, superado o passado recente de crises, além das estratégias fraudulentas utilizadas pelos trustes de investimento para valorizar artificialmente as ações, tratadas mais adiante. O mercado de ações se aproveitava da boa fase da indústria e da ambição dos investidores para estimular a aquisição de empréstimos dos corretores.

De 31 de dezembro de 1927 a 30 de junho de 1929, os empréstimos saltaram de 4 bilhões de dólares para 7 bilhões de dólares, e, em 4 de outubro do mesmo

ano, duas semanas antes da Quinta-feira Negra, chegaram a 8,5 bilhões de dólares, voltando a cair para 4 bilhões em razão da quebra da Bolsa de Valores (GAZIER, 2019). No dia 29 de outubro, a fatídica Quinta-feira Negra, havia um excesso de ações à venda, mas a falta de compradores fez com que as ações despencassem em cerca de 80%. Nos últimos dias do mês, novas quedas de preços fizeram com que milhares de acionistas perdessem uma grande soma de dinheiro, sucedendo um encadeamento de falências. No mesmo período, pequenos e médios investidores perderam tudo o que tinham.

Para Gazier (2019), o crescimento da especulação demonstra que havia naquele período uma forte pressão sobre o sistema financeiro internacional, que tornara Nova Iorque uma força centrípeta a atrair os capitais estrangeiros, em particular o de Londres, com o interesse de comprar ações ou financiar sociedades de investimento ou os *call loans*. O economista francês observa que as compras à margem não representavam uma novidade, já que no *boom* especulativo de Lyon, na França, em janeiro de 1882, esses métodos para a compra de ações já haviam sido praticados em larga escala.

Gazier entende que apesar de existirem em 1929 aproximadamente 600 mil pessoas que praticavam as compras à margem entre o 1,5 milhão de possuidores de títulos na bolsa de Nova Iorque, esse número, ainda que bastante representativo, não indicava que a especulação estadunidense fosse um fenômeno de massa generalizado. Isso não implica que a especulação em sua versão mais irracional não fora aplicada por outros meios, principalmente por corporações financeiras, das quais muitas nem sequer existiam como estrutura física.

A falta de senso da realidade tomou conta das pessoas que viam na compra de ações uma oportunidade de aumento de sua riqueza – sem correr o risco dos negócios convencionais da produção e/ou comércio – ou do enriquecimento de maior parte da população composta de trabalhadores e da classe média. Comprar ações à margem parecia um bom negócio no momento em que os compradores se beneficiariam do aumento de valor das cotações sem os custos de sua posse, já que os custos eram assumidos, *a priori*, pelos bancos de Nova Iorque. Daí surgirem tantos agentes prestamistas dos EUA e de fora do país dispostos a emprestar para a realização dessas transações, que pareciam um negócio tão vantajoso para os prestatários quanto para os emprestadores (GALBRAITH, 1972).

Segundo Galbraith,

> Um dos paradoxos da especulação de ações é que os empréstimos que as subscrevem são dos investimentos mais seguros. A sua garantia é constituída por ações de venda instantânea, em condições normais, assim como por uma importância marginal em dinheiro. (GALBRAITH, 1972, p. 64)

Chancellor (2001) anota que a característica dominante do mercado de ações na década de 1920 não era simplesmente a busca por novos investimentos especulativos, mas o uso do recurso de assumir dívidas para ampliar investimentos e tentar obter lucro sem precisar de capital próprio para a compra do título. As facilidades disponíveis pelo empréstimo de margem ajudavam os especuladores a adquirir todos os tipos de ações, muitas vezes com pouco ou nenhum critério qualitativo sobre o título que estava sendo negociado, devido à crença na infalibilidade do mercado e nos lucros que ele, supostamente, poderia proporcionar.

O relato do ator nova-iorquino Groucho Marx (1890-1977) é revelador: “Podíamos fechar os olhos, apontar o dedo para qualquer lugar do grande placar, e a ação que comprávamos começava a subir.” (MARX apud CHANCELLOR, 2001, p. 246). No *crash* da bolsa de Nova Iorque, o ator afirmou ter perdido 800 mil dólares, que equivaleriam, em valores atualizados, a mais de 12 milhões de dólares.

O empréstimo de margem fez com que dinheiro de todas as partes do mundo convergisse para Wall Street a fim de encontrar ávidos investidores estadunidenses dispostos a pagar uma taxa de 12% do valor obtido. Por esse motivo, muitas empresas resolveram se tornar emprestadoras, já que poderiam ter um acréscimo de 12% de sua renda sem precisar aumentar a produção. Galbraith avalia que essa decisão por parte de muitos capitalistas produtivos nos EUA visava obter lucro e, ao mesmo tempo, evitar os inconvenientes do processo de fabricação de mercadorias, de forma que diversas empresas norte-americanas, daí em diante, tornavam-se financiadoras especulativas. Do mesmo modo, muitos bancos nova-iorquinos desenvolveram estratégias ainda mais vantajosas para pleitear ganhos a partir da ambição insuflada pelo mercado de ações.

Os bancos nova-iorquinos tomavam empréstimos do Federal Reserve a juro de 5%, à medida que emprestavam a juro de 12%. Galbraith (1972, p. 65) acredita que “esta foi, talvez, a mais lucrativa operação de arbitragem de todos os tempos.”. Assim, não há dúvidas de que a década de 1920 foi favorável ao enriquecimento,

pois naquela ocasião a forma de reprodução capitalista apresentava diversas alternativas de se ganhar dinheiro (e em vários setores do capital).

Até mesmo os bancos comerciais, que eram proibidos de negociar ações, burlavam esse empecilho legal ao utilizar organizações filiadas para vender suas ações e obrigações, prática introduzida logo após a Primeira Guerra Mundial por Charles E. Mitchell[45]. Depois da Grande Guerra, os EUA emergiram como a maior nação credora do mundo, o que facilitou a impulsão do mercado acionário concomitantemente a empréstimos especulativos a países estrangeiros, com destaque para os países da América do Sul e da Europa Central (CHANCELLOR, 2001).

Chancellor pondera que, nos últimos anos da década de 1920, os EUA eram um país em que um vigésimo de sua população controlava nove décimos da riqueza do país, o que proporcionou um controle absoluto do mercado acionário pelas classes mais abastadas dos especuladores. As transações especulativas não tinham limites para homens de negócios formados dentro das grandes indústrias, sobretudo da indústria automobilística.

Percebe-se a importância desses grandes empresários nas especulações financeiras, no final da década de 1920, no caso de William Crapo Durant, fundador da General Motors: “Em 1929, correu o boato de que o *pool* de investimentos de Durant controlava mais de 4 bilhões de dólares em ações (aproximadamente 38 bilhões aos preços atuais), e seus lucros especulativos eram estimados em mais de 100 milhões de dólares[46].” (CHANCELLOR, 2001, p. 239-240).

Esse poder dos industriais automobilísticos que se originou da grande prosperidade econômica transformou o mercado de automóveis no substituto das ferrovias, guardadas as devidas diferenças e importâncias históricas. A GM, por exemplo, entre 1925 e 1928, fez subir mais de dez vezes o valor de suas ações. No caso da Ford, além de ter padronizado seus carros e criado consumidores de massa para seus produtos, lançou mão de recursos tecnológicos, que já estavam à

[45] Banqueiro norte-americano que desenvolveu políticas de títulos que facilitaram a especulação.

[46] Chancellor afirma que boatos da época indicam que vários jornalistas eram subornados por operadores de fundos de investimento para sobrevalorizar ações no mercado. Em 1928, A National City Company entrou num fundo de investimento da mineradora Anaconda Cooper, repassando para seus clientes a preços superiores aos do mercado. Essa negociação rendeu em dois meses 1,25 milhão de ações da Anaconda, com um lucro superior a 20 milhões, justamente num período em que o preço do cobre havia caído 25%. Segundo Chancellor, as ações da Anaconda posteriormente caíram de 125 para apenas quatro dólares.

disposição à época[47], para aumentar a velocidade da produção, o que lhe garantia carros mais baratos e acessíveis à classe trabalhadora. Esse *boom* no mercado de automóveis ajudou a promover os mercados de pneus, calçados e negócios imobiliários, além de gastos públicos na construção de estradas ou no beneficiamento delas.

Esse vultoso crescimento econômico, sob o comprometimento do Estado, não apenas inflou o valor das ações da indústria tradicional, como também assegurou que empresas administradoras do serviço público pudessem aumentar seus rendimentos com lucros, em boa parte das vezes, por intermédio de métodos puramente especulativos: “Os lucros também eram fabricados por subsidiárias que vendiam ativos umas às outras a preços inflados.” (CHANCELLOR, 2001, p. 247).

Observa-se uma notável simbiose entre a indústria, os bancos e o Estado, com o propósito de produzir vantagens e lucros para os grandes representantes do capitalismo, mesmo que os rendimentos resultantes dessas transações não mantivessem vínculo com a realidade, uma vez que a participação industrial não expressava a participação nos lucros obtidos com a realização do mais-valor. O importante para essas operações financeiras era estabelecer meios eficazes de especular, deixando os prejuízos para setores desprotegidos da sociedade e para investidores amadores (que se moviam sob o entusiasmo e a cupidez do enriquecimento fácil).

Para Chancellor, as companhias controladoras de serviços públicos dominaram a alta das ações até o declínio econômico no final de 1929. As ações dessas empresas quadruplicaram o valor contábil, ao passo que o valor de seus dividendos caiu para menos de 1%. Essa fase do mercado altista chamou atenção principalmente dos bancos de investimento, como foi o caso do J.P. Morgan[48], que atuou como promotor da United Corporation, empresa responsável por um quinto da eletricidade dos EUA. O banco J.P. Morgan chegou a reter US$ 2 milhões de dólares de bônus de subscrição, o que lhe proporcionou a possibilidade de

[47] Henry Ford adaptou o sistema de carretilhas, usadas em matadouros para esquartejar reses, em esteiras transportadoras que puderam ampliar a produção. O fordismo conseguiu fundir o sistema organizacional fundado por Taylor com recursos tecnológicos que reduzem o tempo de fabricação, tornando-se um sistema produtivo de larga escala (PINTO, 2013).

[48] “Entre a J.P. Morgan & Co e o banco associado Drexel & Co, os sócios ocupavam vinte diretorias em 15 grandes bancos e companhias de crédito, 12 em dez companhias ferroviárias, 19 em 13 companhias de eletricidade e 58 em 38 companhias industriais, todas elas grandes. Ao todo, divulgou-se mais tarde, os sócios ocupavam diretorias de 89 corporações com ativos totais de US$ 20 bilhões.” (PARKER, 2009, p. 39).

subscrever novas ações da companhia a preço fixo, embora as revendesse abaixo do preço de mercado a clientes preferenciais.

Naquela época, as oportunidades favoráveis à especulação motivaram muitas empresas a realizar operações que se utilizavam das facilidades proporcionadas aos especuladores para manter os seus negócios em funcionamento, como foi o caso da Kreuger & Toll, que detinha três quartos da produção de fósforos do mundo (CHANCELLOR, 2001). A Kreuger & Toll, como tantas outras empresas, emitia obrigações em Nova Iorque para conseguir recursos e continuar em atividade. A contração de dívidas servia tanto para manter essas atividades-fim em movimento quanto para colocar ativos financeiros de alto risco no mercado de ações. Nesse mesmo período, a fusão de bancos atendia aos interesses de companhias controladoras; muitas delas detinham o monopólio bancário da região em que operavam.

> O conceito de companhia controladora encontrou sua aplicação mais ampla no campo dos trustes de investimento. O propósito do truste de investimento (originado na Escócia no final do século XIX) era atuar como portador dos valores imobiliários de outras empresas, proporcionando ao pequeno investidor privado os benefícios da administração profissional e da diversificação de investimentos a um custo reduzido. (CHANCELLOR, 2001, p. 248).

Em 1928, surgiram mais de duzentos novos trustes de investimento que possuíam 1 bilhão de dólares em ativos combinados, o que contrastava com o rendimento consideravelmente inferior de menos de 1 milhão de dólares em 1925. Nos primeiros nove meses de 1929, surgiu um truste de investimento por dia, emitindo mais de 2,5 bilhões de dólares em valores imobiliários para o público (CHANCELLOR, 2001). À época, alguns economistas, a exemplo de Irving Fischer, acreditaram que os trustes de investimento seriam responsáveis, contraditoriamente, pela estabilização econômica, podendo conter as flutuações especulativas. Entretanto, acontecia justamente o contrário.

Chancellor anota que os administradores dos trustes investiam intensamente nas melhores ações disponíveis no mercado (*blue chips*) ao tempo que disponibilizavam o excedente de caixa para o mercado de empréstimos; em consequência, aumentava-se a demanda por ações e aumentava-se a especulação.

Galbraith (1972) relata no livro *A Crise Econômica de 1929: anatomia de uma catástrofe financeira,* o caso da sociedade bancária de investimentos e de corretagem Goldman, Sachs and Company, que em 4 de dezembro de 1928 aparece como patrocinadora da Goldman Sachs Trading Corporation. Esta teve um crescimento espantoso, assim como as empresas a que ela deu origem, poucos meses após o seu aparecimento no mercado.

Galbraith conta que a Trading Corporation emitiu 100 mil ações que foram compradas pela Goldman, Sachs and Company ao preço de cem dólares. Posteriormente, 90% dessas ações foram repassadas ao público a 104 dólares. Embora a Goldman, Sachs and Company tenha ficado com apenas 10% das ações, ela continuou no controle majoritário em virtude de um contrato administrativo e da presença dos sócios no quadro da Trading Corporation. Dois meses depois de sua origem, conseguiu vender mais ações ao público e fundir-se com outro truste de investimentos, a Financial and Industrial Securities Corporation. Os ativos da empresa foram avaliados em US$ 235 milhões de dólares, o que representava um ganho de mais de 100% após três meses de sua fundação.

> Em 2 de fevereiro, apenas três semanas antes da fusão, as ações pelas quais os investidores originais tinham pago estavam a vender-se a 136,5. Cinco dias mais tarde, em 7 de fevereiro, a cotação atingira 222,5 dólares. Este último valor representava aproximadamente o dobro do valor total corrente dos títulos, dinheiro e outros ativos da Trading Corporation. (GALBRAITH, 1972, p. 114).

Galbraith esclarece que esses resultados não decorriam do entusiasmo do público pelo gênio financeiro de Goldman, Sachs, mas, certamente, refletia a tarefa da Trading Corporation na compra de seus próprios títulos, de tal forma que “em 14 de março tinha comprado 560.724 ações do seu próprio capital, com um dispêndio total de 57.021.936 dólares.” (GALBRAITH, 1972, p. 115). Posteriormente, a Trading Corporation interrompeu a compra das próprias ações. Para Galbraith, a Trading Corporation abandonou esse *modus operandi* em razão dos limites impostos nesse tipo de transação financeira, visto que seus investimentos consistiam basicamente na compra de suas ações. Todavia, continuou a realizar negociações financeiro-especulativas ainda mais complexas.

Em 26 de julho de 1929, a Trading Corporation fundou a Shenandoah Corporation com o milionário estadunidense Harrison Williams. Os títulos emitidos da

nova companhia alcançaram US$ 102.500.000 dólares, sendo subscritos por mais de sete vezes o seu valor. Como a Goldman, Sachs já conhecia o efeito da alavancagem, não foi difícil inflar o preço das ações. Conforme Galbraith (1972, p. 115), “dos 5.000.000 de ações comuns da oferta inicial, 2.000.000 foram adquiridas pela Trading Corporation e 2.000.000 pela Central States Electric Corporation, por intermédio do copatrocinador, Harrison Williams.”.

As ações da Shenandoah Corporation foram emitidas por 17,5 dólares, mas na expectativa da emissão do ativo, começou a trinta dólares, chegou a 36 e fechou com os mesmos 36 dólares, mais do dobro do valor de emissão. O desfecho fatídico desse negócio para os pequenos investidores foi que, no final de 1929, seu valor de mercado caiu para oito dólares e, mais tarde, para 0,50 centavos de dólar.

As manobras especulativas permitem multiplicar os investimentos em títulos e ações de todos os gêneros, com a disposição de ampliar, consideravelmente, a fortuna dos maiores especuladores capitalistas, mesmo que muitos – ou mesmo a maioria – sejam capitalistas ativos que buscam multiplicar seu capital através do mercado financeiro, ou capitalistas que fundiram suas atividades econômicas tradicionais com atividades bancárias, a fim de obter lucros fáceis com a comercialização de papéis de “valor” para parte da população que se aventura nesse tipo de mercado sem acesso a informações privilegiadas e movida pelo delírio especulativo. Especialistas indicam que aproximadamente US$ 25 bilhões de dólares em títulos negociados nos EUA nos anos de 1920 eram indesejáveis ou inúteis (PARKER, 2009). Decerto, apenas os investidores poderosos do mercado financeiro tiveram ciência das ações razoavelmente confiáveis que estavam em circulação.

Não existem formas de aumentar dinheiro/capital que não estejam relacionadas com o processo produtivo. A misteriosa qualidade inata de multiplicação autônoma nas relações financeiras do mercado de ações tão somente expõe o fetichismo da sociedade capitalista, que oculta a real fonte de riqueza social, gerada mediante a força do trabalho. Em momentos críticos do capitalismo, as ilusões não resistem à dialética do concreto.

As fantasmagorias fundadas pelas relações sociais no capital podem atingir até os mais argutos intelectuais e empreendedores capitalistas. Roger Babson[49] foi um empresário, economista, matemático, estatístico e investidor na Bolsa de Valores que percebeu as disfunções especulativas nos últimos anos da década de 1920. Embora tenha previsto o colapso econômico que se anunciava desde o início da alta do mercado, “ele acreditava que a posse de ações era um fator essencial da criação de riqueza.” (PARKER, 2009, p. 43).

Sabe-se que nas *manias*, sejam quais forem, está implícita a perda do senso de realidade, que se aproxima da histeria, como entende Kindleberger (2000). Entretanto, o que houve nos anos de 1920 foi além de qualquer experiência que o capital vivenciara em sua história. A experiência d’*Os Loucos Anos XX* demonstrou a irracionalidade (ou insanidade) daqueles tempos, que se aproxima mais apropriadamente do conceito de orgia. Os negócios especulativos autorizaram um emaranhado de relações estimulado por créditos e empréstimos para adquirir algum tipo de ativo financeiro.

Apesar de as especulações promovidas pelo mercado financeiro terem enorme influência no desastre econômico das décadas de 1920-1930, não se pode ignorar o fator originário das crises: a superprodução e a superacumulação de capital, condição inerente à lógica reprodutiva do sistema econômico. Contudo, isso não significa que as crises não possam ter início na esfera financeira e, por consequência, alcançar outros setores da economia, pois à medida que as crises se instauram no sistema financeiro, desencadeiam uma queda nos consumos e nos investimentos, o que afeta implacavelmente a produção de capital real. Todo esse movimento do capital é perceptível nos acontecimentos que se desdobraram subsequentemente à crise de 1929.

3.3.2 Ascensão e queda: os dois lados da mesma moeda

O liberalismo econômico que, teoricamente, dominou a Europa no século XIX, na verdade, nunca conseguiu se estabelecer na prática, devido aos próprios limites determinados pela lógica imperialista. O liberalismo econômico prático que vigorou

[49] Em 3 de setembro de 1929, Babson declarou: “fábricas fecharão [...] homens serão demitidos do emprego [...] o círculo vicioso se processará com força total, e o resultado será uma grave depressão econômica”. (BABSON apud CHANCELLOR, 2001, p. 254).

durante muito tempo consistia em políticas econômicas que defendiam o livre-comércio desde que este estivesse em comum acordo com os interesses imperialistas e pudesse impor medidas restritivas aos países europeus mais pobres e, com mais rigor, às regiões colonizadas.

A estrutura econômica erguida sob o império do capital monopolista divergia em grande parte dos ideais do liberalismo econômico. Na defesa dos próprios interesses, as nações dominantes intensificavam os conflitos entre si e com outras nações para controlar o mercado mundial, além de proteger quase de modo absoluto o mercado interno. Nos anos de 1920, a prosperidade dos Estados Unidos era atribuída ao retorno do liberalismo econômico ao cenário mundial, porém com instrumentos de controle e de protecionismo mais eficientes[50].

Essa virada para o "retorno" do liberalismo econômico demandou uma redução do controle estatal na economia (ainda que se possam verificar as intervenções políticas para o favorecimento de vários setores do grande capital estadunidense). O crescimento demográfico, o aumento da taxa de acumulação de capitais e um forte estímulo à expansão do crédito foram características da boa fase que a economia dos EUA atravessara na década de 1920.

O desenvolvimento interno do país foi seguido por sua condição hegemônica no contexto mundial. Segundo Coggiola (2009), de 1926 a 1929, os EUA eram responsáveis por 42% dos produtos industrializados no mundo, maior produtor de carvão, eletricidade, petróleo, aço e ferro fundido, e acumulou extraordinários superávits na balança de pagamentos em virtude de ser o primeiro exportador mundial desses produtos.

Gazier (2019) indica que a produção de automóveis passou de 1,9 milhão em 1919 para 5,6 milhões em 1929.

> Foi durante essa fase de prosperidade que ocorreu também a grande expansão da exportação do capital norte-americano; embora a passagem do país de devedor para credor não fosse tão abrupta, a rapidez com que realizou investimentos no exterior não teve paralelo na experiência de qualquer país credor. Grande parte disso, tomou a forma de investimento direto através, ou sob controle, de companhias norte-americanas (COGGIOLA, 2009, p. 147).

[50] A Primeira Guerra Mundial foi, sem dúvida, um fator motivador para seu vertiginoso crescimento econômico.

Outros países e regiões do planeta também apresentavam desenvolvimento expressivo no mesmo período, com destaque para a produção primária[51] e alguns produtos industriais oriundos do Japão e da América do Sul, mas com desempenho oscilante, muito distante do que acontecia nos Estados Unidos, embora existam evidências de que em 1927 os EUA passaram por uma breve recessão, que foi superada com certa facilidade (GAZIER, 2019).

As antinomias que regem o capital não permitiram que o rápido desenvolvimento continuasse impunemente e sem consequências, haja vista que as relações de desigualdade impediam um progresso econômico favorável a todas as classes sociais. Coggiola (2009) afirma que a prosperidade dos anos de 1920 nos EUA escondia problemas estruturais, e destaca quais fatores contribuíram para a crise: “a baixa taxa de lucros, o alto grau de concentração de renda, razoável nível de desemprego, fatores que, quando maximizados, dariam origem a uma crise econômica sem paralelos no passado, e mundial.” (COGGIOLA, 2009, p. 148). Somado a isso, a mania especulativa que acometeu aquele período, como medida contrária à queda da taxa de lucros, intensificou os problemas.

> A prosperidade estava longe de ser partilhada. As desigualdades haviam se aprofundado durante a década de 1920, o crescimento do mercado não acompanhava o ritmo de produção, criando uma acumulação de estoques que só poderiam ser comercializadas mediante o recurso, cada vez mais intenso, ao financiamento do consumo. Os agricultores passaram a armazenar cereais. Para isso, tiveram que pedir empréstimos aos bancos, oferecendo suas terras como garantia. Já as indústrias se viram forçadas a desacelerar o ritmo da produção e, consequentemente, a despedir milhares de trabalhadores, o que afetou ainda mais o mercado consumidor. (COGGIOLA, 2009, p. 149).

Coggiola avalia que as novas configurações do mercado mundial foram decisivas para a crise de superprodução que atingira a economia norte-americana. Não há dúvida de que a Primeira Grande Guerra foi muito favorável para a evolução econômica dos Estados Unidos e elevou significativamente as exportações, em especial para os países europeus. Após a guerra, a necessidade de reconstrução dos países diretamente afetados manteve um fluxo de exportações satisfatórias aos interesses estadunidenses.

[51] Gazier (2019) indica que apesar de toda prosperidade do período, a agricultura era o único setor que estava à margem da expansão econômica, se comparado ao crescimento do setor secundário, não somente nos EUA, como em outros países.

Isso se modificou no final da década de 1920, depois que as nações atingidas pela guerra se reestruturaram, obrigando os EUA a ampliar seu estoque de produtos, o que motivou muitas empresas a emitir ações e tirar vantagens do mercado especulativo para compensar suas perdas de lucros no mercado convencional, apesar de muitas ações compartilhadas já nascerem fadadas ao fracasso, de modo que “grande parte dessas empresas possuía ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque, e milhões de norte-americanos tinham investido nestas ações, o chamado ‘capitalismo popular’.” (COGGIOLA, 2009, p. 150).

A popularização das ações ordinárias ajudou a dar, por algum tempo, uma sobrevida para a maioria das empresas atingidas pela crise, porém esse recurso foi responsável pelo aprofundamento dela. Nesse período, poucos estavam preocupados com a origem do dinheiro para a compra das ações, se era ou não capital adquirido em empréstimos. Na verdade, isso pouco importava quando a crença na vitalidade de Wall Street prometia enriquecimento fácil e aumento de fortuna, superando quaisquer riscos. “Para alguns observadores alarmados, era como se Wall Street ameaçasse devorar o dinheiro de todo o mundo.” (GALBRAITH, 1972, p. 123), e, de fato, devorou o dinheiro de uma parcela considerável deste mundo.

A concentração de capital sob o controle de poucos, o barateamento da força de trabalho e o desemprego evidenciavam que a bonança dos anos de 1920 apresentava efeitos deletérios que em breve impactariam o mercado de ações. Às vésperas da crise em 1929, 50% do capital industrial e comercial pertencia a duzentas sociedades, correspondendo a 20% da riqueza nacional, o que mantinha o poder econômico concentrado em 2 mil indivíduos (COGGIOLA, 2009). O alto consumo estimulado pela propaganda publicitária motivara o crescimento da produção, e nada parecia comprometer o excelente desempenho da economia.

Os EUA, na década de 1920, transformaram-se no maior credor do mundo, subscrevendo mais de 5 bilhões de títulos estrangeiros, ao tempo que possuíam 3 bilhões investidos no exterior. A expansão econômica transformada em números revelou um aumento de 20% na produção de carvão, 80% de petróleo e 100% de eletricidade. No período de 1921 a 1928, a produção industrial passou de 58% para 99%, e a renda nacional, de 59 bilhões para 87 bilhões de dólares. No *boom* econômico dos Estados Unidos, 26 milhões dos 35 milhões dos carros do mundo se encontravam no país. O monopólio, sobretudo no setor automobilístico, aumentava à

medida que a economia avançava. Em 1903, havia 181 construtores de carros; em 1926, havia apenas 44, e três controlavam 83% da produção (Ford, General Motors e Chrysler) (COGGIOLA, 2009).

Foi a partir de 1925 que a economia estadunidense começou a apresentar sérios problemas por conta de uma progressiva mecanização da indústria e da agricultura. Os investimentos tecnológicos que intensificavam o ritmo da produção causavam concomitantemente uma defasagem salarial e um inevitável crescimento do desemprego. Ademais, a recuperação dos países envolvidos na guerra desenvolveu uma concorrência no mercado internacional, de maneira que os Estados Unidos não mais detinham o controle absoluto, não obstante fossem hegemônicos na economia global.

Coggiola (2009, p. 153-154) alega que “pela falta de consumidores externos e internos, começaram a ‘sobrar’ enormes quantidades de mercadorias no mercado norte-americano, desenhando, assim, uma crise de superprodução.”. Essas condições eram suficientes para indicar o presumível declínio da Bolsa de Valores, só que o insaciável mercado especulador insistiu em ir às últimas consequências por acreditar na capacidade do capital de se recuperar autonomamente.

Galbraith traz uma interessante análise sobre esses fatos:

> Os sortilégios preventivos exigem que tantas pessoas importantes quantas for possível repitam, o mais firmemente possível, que os acontecimentos que se pretende evitar não se verificarão. Assim se fez. Explicou-se que o mercado de ações era meramente a espuma, e que a verdadeira substância da vida econômica consistia na produção, no emprego e nas despesas de consumo, e **nenhum destes fatores seria afetado**. Ninguém tinha a certeza de que assim fosse. Como instrumento da política econômica, os encantamentos não admitem as menores dúvidas ou escrúpulos. (GALBRAITH, 1972, p. 150, grifo nosso).

No início de 1929, houve uma pequena queda na Bolsa de Nova Iorque, mas nada que pudesse assustar os investidores. Em julho, houve uma diminuição da atividade econômica com a queda na produção industrial e, em setembro, os reflexos da crise geraram a queda da Bolsa de Londres. Na tentativa de reduzir o volume de crédito, o Federal Reserve elevou a taxa de juros de 5% a 6% em agosto daquele ano, porém os efeitos de quase uma década de negócios que visavam lucros sobre qualquer pretexto não gerou dispositivos que pudessem remediar a crise econômica que abalou as estruturas do capital em 24 de outubro de 1929.

Depois de várias providências para refrear a crise e suas consequências, investidores e operadores da Bolsa entenderam que pouco, ou nada, poderiam fazer para equilibrar o mercado de ações, pois tudo indicava a sua piora.

As ações da Bolsa de Valores de Nova Iorque caíram 50% num único dia e mais de 12 milhões de ações mudaram de mãos; durante o final de semana, houve uma breve estabilização, contudo, as ações voltaram a despencar abruptamente na quarta-feira, 28 de outubro (COGGIOLA, 2009). Então, “cerca de 16,4 milhões de ações subitamente foram postas à venda na quinta-feira, 29 de outubro, a ‘Quinta-feira Negra’. O excesso de ações à venda e a falta de compradores fizeram com que os preços destas ações caíssem em cerca de 80%.” (COGGIOLA, 2009, p. 154-155). A terça-feira que antecedeu a Quinta-feira Negra é tida como o dia mais devastador da história do mercado da Bolsa de Valores de Nova Iorque, ou até mesmo da história mundial do mercado de ações. O volume de transações foi maior do que o da fatídica quinta-feira e com queda nas cotações próximas à da segunda-feira (GALBRAITH, 1972).

Nos dias seguintes, as ações continuaram a se desvalorizar, acompanhadas de uma sucessão de falências. “Milhares de acionistas perderam, literalmente da noite para o dia, grandes somas em dinheiro. Muitos investidores pequenos e médios perderam tudo o que tinham.” (COGGIOLA, 2009, p. 155). No auge da orgia especulativa, a compra de ações parecia ser o melhor negócio para aqueles que almejavam ascender socialmente. Infelizmente, aconteceu exatamente o contrário: esses investidores de médio e pequeno porte perderam as economias que acumularam durante a vida inteira.

Assim, “muitos decidiram cortar gastos supérfluos; outros, que haviam comprado produtos através de empréstimos e prestações, reduziram ainda mais seus gastos, economizando dinheiro para efetuar seus pagamentos.” (COGGIOLA, 2009, p. 155-156). A crise provocou uma súbita queda nas vendas e um aprofundamento da recessão industrial e comercial dos EUA. Empresas comerciais e industriais faliram, piorando a condição dos trabalhadores, agora desempregados.

A expansão da crise dos EUA, em pouco tempo, atingiu todo o mundo. Para tentar reaquecer o mercado interno, em 1930, o governo aprovou o Ato Tarifário Smoot-Hawley, que aumentava as tarifas alfandegárias de 20 mil produtos estrangeiros. Essa medida não foi bem-aceita por muitos economistas, que elaboraram um abaixo-assinado contra o aumento dos impostos. O presidente

Hoover assinou, pois em concordância com o Congresso, entendia que essa medida ajudaria o comércio interno, visto que não competiriam com os produtos importados.

Em retaliação a esse ato, alguns países reagiram da mesma forma, aprovando atos semelhantes para proteger seus interesses internos. Isso levou a uma redução drástica nas exportações estadunidenses e deflagrou uma guerra comercial (COGGIOLA, 2009). “Dessa ‘guerra’ surgiram as desvalorizações competitivas das moedas e o controle cambial. Em 1931-1932, a Inglaterra, o Canadá, a Escandinávia e os EUA abandonaram o padrão-ouro; somaram-se a eles Holanda e Bélgica, e também a França.” (COGGIOLA, 2009 p. 156-157).

Gazier (2019) aponta os aspectos subjetivos que acometeram o mercado e que, para ele, não podem ser desconsiderados. O pessimismo que se abateu, principalmente nos primeiros anos da década de 1930, conduziu a reflexos restritivos, como redução do consumo, medo de investimentos e pânico ante a instabilidade. Esses primeiros anos de 1930 tiveram problemas monetários e bancários que resultaram numa crise financeira internacional e na destruição do padrão câmbio-ouro.

De acordo com Coggiola (2009), os países do bloco-ouro não aceitaram recorrer à desvalorização, que implicava a estagnação econômica de suas economias em face das economias regidas pela libra e pelo dólar. A solução encontrada por essas nações foi adotar políticas deflacionárias “[...] que tendiam a aprofundar a depressão ou a retardar o recrescimento econômico.” (COGGIOLA, 2009, p. 157). O pânico que assolou esses países inviabilizou a cooperação internacional, mesmo depois da Conferência de Londres. Na falta de uma política econômica internacional que pudesse de forma coordenada adotar medidas contra a depressão, a expansão monetária e o controle de câmbio surgiram como alternativas. Entretanto, “a desvalorização se mostrava incapaz de sustar as fugas de capitais, ao contrário, as reforçava.” (COGGIOLA, 2009, p. 157).

Com exceção da Alemanha nazista, vários países europeus recorreram à desvalorização monetária e ao controle cambial. A Alemanha manteve sua moeda superapreciada e impôs condições aos acordos bilaterais com países da Europa Central, mas, ainda assim, não impediu uma redução relevante do comércio alemão de 1929 a 1935. Já a França permaneceu com sua moeda lastreada no ouro, mantendo-a também superapreciada, o que a forçou a impor um austero contingenciamento de importações que manteve sua balança comercial equilibrada.

Quanto aos países latino-americanos, suas moedas haviam sido depreciadas de 1929 a 1930; por isso, optaram pelo controle de câmbio em 1931 e 1932 (COGGIOLA, 2009).

> Em 1932, a produção mundial tinha caído 33% em valor; o comércio mundial, 60%; o Birô Internacional do Trabalho contabilizava 30 milhões de desempregados (cálculo modesto). Os países mais atingidos pela crise, além dos Estados Unidos, foram a Alemanha, Austrália, França, Itália, o Reino Unido, e especialmente o Canadá. Não se tratava, porém, do primeiro craque da Bolsa, depois de uma grande alta especulativa. Desta vez, porém, as consequências foram tais, que se achou que o craque da Bolsa fosse a causa da crise propriamente dita. (COGGIOLA, 2009, p. 159).

Coggiola entende que certos índices econômicos mudaram de sentido alguns meses antes do *crack*, eliminando a ilusão de muitos que acreditaram que o mercado financeiro, especialmente a Bolsa de Valores, poderia atender ao delírio da prosperidade eterna. Segundo o economista, no período de 1920 e 1939, os EUA enfrentaram três crises econômicas parciais e uma integral. Um ano e meio após 1929, os valores norte-americanos se depreciaram em US$ 16 bilhões de dólares. Depois de quatro anos, a economia ficou paralisada em razão da queda vertical na produção industrial. Com isso, “a produção de automóveis se reduziu em 80%. Só em 1932 quebraram 31.822 empresas; durante o período de 1930 até 1933 faliram, no total, 106.769 empresas, sem contar os bancos.” (COGGIOLA, 2009, p. 159). Em 1921 existiam 21 mil bancos nos Estados Unidos; em 1933 restaram apenas 12 mil, além dos que foram fechados temporariamente por Roosevelt para evitar a quebra de tantos outros.

O recuo dos consumidores era inevitável devido à crise e às incertezas que a acompanhavam. A redução drástica no consumo de bens duráveis, as dificuldades no setor primário e a estagnação da construção civil levaram os empresários a reduzir a carga horária dos operários ou a demiti-los, além de reduzir os investimentos, que, na prática, agravou a situação econômica. Para Gazier (2019, p. 41), “as indústrias mais atingidas foram aquelas que haviam sido as mais vigorosas durante os anos 1920: construção e infraestrutura de consumo e produção (baixas respectivas de 85%, 50% e 75% de suas produções).”.

Os resultados da crise levaram ao aumento da taxa de juros, a fim de controlar o endividamento para que a situação não fosse agravada. Isso quase

causou a falência da economia dos EUA, pois o crédito era uma das principais condições que sustentavam as bases econômicas daquele país. Em consequência, os países europeus foram forçados a aumentar a taxa de juros para arcar com suas dívidas externas, sobretudo as nações que utilizavam o padrão-ouro para manter o câmbio fixo com os EUA, o que acarretou severas quedas na produção industrial desses países. Coggiola (2009) acredita que todos esses fatores estenderam a Grande Depressão à Europa.

Para alguns analistas, a depressão norte-americana, que acompanhou a crise de 1929, incidiu numa crise de crédito e de confiança; isso certamente foi um aspecto que dificultou a recuperação da economia. Gazier (2019, p. 42) entende que "a depressão americana consistiu, acima de tudo, num estrangulamento do crédito (*credit crunch*) e da confiança.". O que ficou claro, com o passar do tempo, foi que a crise de 1929 se distinguia bastante das crises que o sistema capitalista experimentou no passado, principalmente a da década de 1870.

Afirma Coggiola:

> A crise de 1929 diferia de uma crise cíclica de tipo clássico, não se resolveria "sozinha", como as precedentes, e chegara a aprofundar-se ao ponto de constituir a preocupação essencial dos governos, e a ser muito diretamente influenciada em seu curso pelas diferentes políticas nacionais. (COGGIOLA, 2009, p. 161, grifo do autor).

De 1932 a 1933, muitos países buscaram a solução da crise na intervenção estatal, mesmo aqueles que vinham de uma longa tradição liberal, como os EUA (que, contraditoriamente, também têm forte tradição protecionista) e a Inglaterra. As alternativas para a crise apresentavam um caráter particular para cada realidade, mas certas deliberações tiveram uma base comum: proteção alfandegária, desvalorização monetária, auxílio a empresas privadas e aumento dos gastos públicos (COGGIOLA, 2009). As medidas alfandegárias foram aplicadas de maneira progressiva. De início, com o aumento de impostos, e depois com providências mais severas, utilizadas principalmente por países cuja moeda não sofreu desvalorização, sempre acompanhadas de acordos multilaterais entre as nações.

Nos EUA, as medidas intervencionistas colocadas em prática pelo Estado pretendiam tão somente "resolver" a crise sem que houvesse mudanças na estrutura social. O sentido das intervenções, a partir do *New Deal*, atendia a uma necessidade emergencial que elevou a economia norte-americana aos níveis de 1929, porém

sem extinguir o alto índice de desemprego, que trazia consequências lastimáveis para milhares de trabalhadores[52]. A ruína na qual a classe trabalhadora se encontrava levou milhares de cidadãos a sucumbir às medidas contra-arrestantes capitalistas a fim de manter os empregos, mesmo em condições mais precárias. Assim, conduzidos pela força das circunstâncias, tiveram de aceitar a redução imposta de carga horária juntamente com a redução salarial.

Estima-se que em 1940 havia mais de 8 milhões de desempregados nos EUA, problema relativamente solucionado apenas na economia de guerra; em 1939, as nações europeias ampliaram o consumo de armas do mercado estadunidense e os próprios Estados Unidos aumentaram a aquisição de artigos militares no preâmbulo da guerra iminente (COGGIOLA, 2009). Parecia, com isso, que junto ao *New Deal* o país norte-americano encontrou na guerra a fórmula para sair da crise.

Para Coggiola (2009, p. 163-164), "no imediato, o *New Deal* tentou sanear a situação financeira de todos os setores falidos, através do controle e regulamentação da atividade econômica, a desvalorização do dólar (que aliviou a situação dos produtores agrícolas endividados), o abandono do padrão-ouro.". A economia de guerra veio para salvaguardar os interesses dos Estados imperialistas, assim como a deliberação radical interventora para a retomada da economia capitalista.

Sob a resistência dos liberais, o intervencionismo idealizado por Keynes foi forçosamente colocado em prática com o propósito de dar cabo da crise, considerando as particularidades de cada país para a sua implantação. A "transição" do velho liberalismo para o Estado intervencionista não se configurava como algo confortável para os capitalistas, mas como algo necessário para a manutenção da ordem econômica.

A superprodução e a superacumulação de capitais haviam demonstrado a fragilidade do capital, sobretudo quando a ambição e as supostas facilidades de ganhos econômicos aparentemente sem os riscos orientavam empresários de diversos setores a investir somas vultosas em papéis negociáveis (capital fictício[53])

[52] Nos anos de 1933-1934, apareceram casos de raquitismo, escorbuto e pelagra, doenças comuns ao século XIX e/ou nos locais mais miseráveis de países subdesenvolvidos. Isso demonstra as condições vividas por milhares de trabalhadores da época. Para piorar, multiplicaram-se os despejos, levando a moradias improvisadas com poucos cuidados sanitários. (GAZIER, 2019).

[53] Em 1933, através da *Securities Act* e depois através da *Securities Exchange*, em 1934, houve mudanças na relação do governo federal com a Bolsa de Valores. O governo proibiu algumas ações que estimularam a especulação nos anos de 1928 e 1929. Desse modo, "exigia-se completa

do mercado financeiro. Milhares de indivíduos comuns também usaram suas economias na miragem de se tornar os mais novos milionários de Wall Street. Coggiola (2009) diz que de 1925 a 1929 o valor global das ações passou de 27 a 67 bilhões, com alta de 20 bilhões somente nos nove primeiros meses de 1929. Em alguns casos, certos *portfólios* valorizaram 700%, um aumento muito superior ao da produção e uma valorização (precificação) excepcionalmente superior à do capital real.

A redução do crédito bancário recrudesceu as falências de milhares de empresas, o que provocou praticamente a extinção da venda a crédito. A produção industrial de base caiu 65% e a indústria no geral caiu 45%. Os prejuízos se acumularam, em especial de 1929 a 1932. Cada vez que se aprofundava a crise, afugentavam-se os investimentos e o consumo.

Coggiola expõe os números da crise entre 1929 e 1932:

> Resultado: os lucros afundaram (US$ 2,9 bilhões em 1929; 1,67 bilhões em 1930; 667 milhões em 1931; 657 milhões em 1932). A renda nacional caiu de 87,4 bilhões em 1929 para 41,7 bilhões em 1932: a massa salarial, de 50 para 30 bilhões. Os preços caíram 30%, na média (50%, os preços agrícolas): a renda agrária caiu 57% entre 1929 e 1932. O desemprego disparou: 1,5 milhão em 1929; 4,2 milhões em 1930; 7,9 milhões (16% da força de trabalho) em 1931; 11,9 milhões (24% da PEA) em 1932; 12,8 milhões em 1933, quando já atingia 25,2% da mão de obra: o capitalismo se evidenciava um regime destruidor de forças produtivas, incompatível com a sobrevivência física da maioria da população. (COGGIOLA, 2009, p. 170).

Gerou-se um abismo de desigualdade social em consequência da desigualdade da distribuição de rendimentos, a indicar que sem elevados investimentos econômicos, que pudessem garantir o retorno dos empregos e do consumo, nada mudaria, pois as pessoas endinheiradas não eram capazes de resolver a crise apenas adquirindo artigos de luxo, uma vez que somente a maior parte da população, representada por trabalhadores e pelas classes intermediárias, era capaz de consumir o suficiente para reativar a economia em patamares anteriores à crise (Galbraith, 1972).

---

divulgação sobre as novas emissões de títulos, embora não se encontrasse qualquer processo de fazer com que os prováveis investidores lessem o que se divulgava". (GALBRAITH, 1972, p. 249). Também foram coibidas várias operações que estimulavam a especulação, acima de tudo, as que envolviam boatos e notícias falsas, entre outras estratégias para a manipulação do mercado.

Os juros altos e as indeterminações que se apresentavam não motivavam investimentos ousados, visto que a maioria desses investimentos dependia de empréstimos. Galbraith confirma que a depressão revelou a fragilidade do sistema bancário, e conclui: “empréstimos que teriam sido perfeitamente sensatos tornavam-se perfeitamente loucos devido ao colapso dos preços do devedor, ou dos mercados dos seus artigos, ou das garantias que apresentara.” (GALBRAITH, 1972, p. 267).

Coggiola (2009) observa que a crise comercial e bancária é tão somente um aspecto subordinado da crise da produção, já que o crescimento do capital comercial e do capital bancário depende do aumento do capital produtivo. Encontra-se claramente essa compreensão do funcionamento do sistema capitalista em *O Capital*, discussão que fora abordada em nossa primeira seção. Não se pode esquecer, portanto, que a circulação de capital é incapaz de criar valor, uma vez que está sujeita ontológica e estruturalmente ao capital industrial.

Em períodos de prosperidade, operações de compra e venda, de crédito, de pagamentos, entre outras formas de relações financeiras, fazem com que essa relativa autonomização de capitais comercial e bancário, muitas vezes, se movimentem além dos limites impostos pela reprodução do capital industrial. Comercializar ações que representam produtos de um mercado futuro, especular valores possíveis a serem alcançados e, consequentemente, lucros ostentosos, “criar valor” do que não tem valor e realizar lucro do que não foi produzido são anomalias do sistema capitalista decorrentes de um processo fetichista de financeirização econômica.

> Por isso a conexão interna é restabelecida mediante uma crise comercial e bancária (ou financeira), formas de aparência da crise econômica real, apreendidas pelos economistas como contradições que se passam exclusivamente no âmbito da circulação monetária, mas que em verdade resultam da anarquia do processo global de reprodução do capital industrial, unidade de seu tempo de produção e circulação. (COGGIOLA, 2009, p. 175).

Em 1933, Roosevelt em seu primeiro mandato adotou medidas que limitavam a liberdade dos especuladores na realização de negócios que alimentavam a criação de capital fictício. Os investimentos de então foram separados das atividades bancárias comerciais pela Lei Glass-Steagall, que também restringia a emissão de títulos pelos bancos comerciais, evitando que, posteriormente, sofressem com as

flutuações do mercado acionário, estimulando os clientes a adquirir quaisquer tipos de ações a fim de obter supostos rendimentos. A Lei Glass-Steagall procurou um processo de alavancagem que estivesse em comum acordo com as necessidades do capital industrial, propiciando certo afastamento dos interesses específicos do capital financeiro.

Coggiola (2009) destaca que, em 1929, as flutuações longas e muito longas foram preponderantes na mudança das estruturas econômicas.

> Pela nova lei, a "cobertura ouro" mínima ficava fixada em 40%. Para os 60% restantes, os bancos de emissão podiam também utilizar bônus do Tesouro, sendo os bancos autorizados a comprar esse bônus e imprimir, com essa nova garantia, mais moeda, mas conservando em caixa a reserva de ouro fixada. Poder-se-ia, desse modo, emitir 2 bilhões de dólares "novos" (os EUA possuíam, em 1932, um terço das reservas mundiais de ouro). (COGGIOLA, 2009, p. 179-180).

As manobras realizadas pelo governo não pretendiam resolver o problema da criação de capital fictício; a Lei Glass-Steagall pretendia apenas reduzir as deformidades causadas pela especulação desenfreada, as quais agravaram a crise. Coggiola diz que essa manobra das autoridades foi uma "fuga para frente" por meio da formação suplementar de capital fictício, que gerou mais tarde uma crise bancária na qual o presidente Roosevelt usou do expediente do Estado de exceção para controlar os arroubos econômicos que poderiam provocar consequências piores para uma economia em recuperação.

A crise do capital e seus desdobramentos motivaram a crise do Estado e a crise da própria democracia burguesa[54]. Até mesmo Walter Lippmann, um proeminente entusiasta do livre mercado e cofundador do neoliberalismo, aconselhou o presidente Roosevelt a assumir um poder ditatorial (COGGIOLA, 2009).

Em 1934, entrou em vigor a Lei de Mercado de Capitais, que estabeleceu normas para evitar novas distorções do mercado financeiro, entre elas: proibição dos *pools* no mercado acionário, proibição de informações privilegiadas (*insider trading*) e manipulação do mercado. O *New Deal* adotado por Roosevelt buscava afastar-se,

[54] Em 1933, Hitler passou a ser o novo chanceler da Alemanha. A crise econômica daquele período possibilitou a escalada ao poder de vários ditadores. A democracia liberal demonstrara, notadamente, as contradições do regime político idealizado com os interesses econômicos da ordem econômica capitalista.

minimamente, do individualismo que dominou os anos 1920, o que fez o Estado, por fim, assumir o controle dos assuntos econômicos. Sob essa orientação, “no lugar das forças de mercado entraram o programa de bem-estar social do governo federal, programas habitacionais e trabalhistas, seguros de depósito, política de preços e rendas, legislação de salário mínimo e várias outras medidas.” (CHANCELLOR, 2001, p. 262-263).

Para Keynes, deveria existir um imposto punitivo sobre os ganhos de capital adquiridos em transações no mercado acionário, cujos investidores procurassem adotar investimentos fora desse setor e indicassem uma expectativa em longo prazo que considerasse as vantagens sociais, e não só visasse aos lucros (CHANCELLOR, 2001).

Nos anos que se seguiram, foram criadas agências governamentais a fim de administrar os programas sociais e “outros órgãos governamentais foram criados com o intuito de administrar e/ou empregar trabalhadores na área de construção de aeroportos, escolas, hospitais, pontes e represas [...]” (CHACELLOR, 2001, p. 183). O governo estimulou investimentos que pudessem retomar um novo ciclo de prosperidade, mas os índices negativos da economia não se resolveriam com providências anódinas que consistiam exclusivamente em socorrer o capital por tempo determinado.

Os EUA usaram seus recursos financeiros para auxiliar empresas bancárias e comerciais, além de incentivos à criação de leis que restringiam a concorrência e permitiam a alta de preços. O *laissez-faire* que tanto identificou a cultura econômica anglo-saxã, mesmo que nunca tenha se configurado inteiramente na realidade, cedia lugar à política do Estado intervencionista, reafirmando o capital monopolista como expressão necessária do imperialismo para aquele tempo histórico. Aliado a tudo isso, os EUA abandonaram o padrão-ouro, aumentando a emissão da moeda nacional, de maneira a fortalecer o dólar ante outras moedas nacionais.

> Para conter a crise, o Estado virou açambarcador, banqueiro e ‘produtor’, comprando e estocando (ou destruindo) a produção agrícola, salvando o sistema bancário através de uma “socialização das perdas” (impondo ao Tesouro – isto é, aos contribuintes – as bancarrotas dos bancos e o saneamento financeiro), outorgando créditos, comprando, orientando os investimentos, favorecendo as fusões. (CHANCELLOR, 2001, p. 188, grifos do autor).

A solução keynesiana para a crise imputava ao Estado a promoção de gastos e a manutenção de um déficit orçamentário controlado, buscando promover uma distribuição de renda que estimulasse o consumo. O Estado norte-americano estava disposto a superar a crise, mas com os cuidados suficientes para não incorrer num maior aprofundamento dela. O orçamento equilibrado, os cuidados em reduzir as taxas de juros, a expansão do crédito e a concessão de empréstimos refletiam a preocupação do governo Roosevelt. Contudo, todas as tentativas de solucionar a crise por meio do Estado do "bem-estar social" não lograram impulsionar a economia nos parâmetros que outrora os EUA vivenciaram nos anos 1920, nem sequer do que fora esperado depois das intervenções estatais.

Em 1938, a resolução do *Socialist Workers Party*[55] (SWP) indicava que após seis anos do *New Deal,* a economia havia colapsado. As medidas tomadas pelo governo não foram suficientes para conter a crise. Diante do fracasso das medidas do governo para resolver a economia interna, a classe dominante estadunidense inicia uma movimentação política com medidas externas. A nação deseja assumir, definitivamente, a liderança entre os impérios, por aliança ou subjugação (econômica e/ou militar); o que importava aos interesses capitalistas dos EUA era eliminar os imbróglios que dificultavam o seu fluxo de prosperidade.

O ódio que se nutria por Hitler entre o povo norte-americano em decorrência de suas pautas ultrarreacionárias e, em certa medida, antiliberais[56], foi um fator decisivo para a reeleição de Roosevelt. Segundo Coggiola (2009), apenas com o início da Segunda Guerra Mundial foi possível reverter os índices econômicos negativos dos Estados Unidos, que já tinham reagido anteriormente com a aprovação do maior orçamento de defesa em tempos de paz.

A Segunda Grande Guerra tinha, finalmente, resolvido a depressão econômica iniciada em 1929 nos EUA. Pode-se estabelecer como marco histórico da virada o ano de 1942, quando do ataque japonês a Pearl Harbor, pois foi nesse evento que a máquina bélica dos EUA começou a funcionar vigorosamente, revitalizando a economia e alcançando um monopólio inédito na história do mercado militar mundial, de sorte que as taxas de desemprego recuaram a patamares de

[55] Partido Socialista dos Trabalhadores.

[56] "Mesmo em sua forma mais radical, contudo, a retórica anticapitalista do fascismo era seletiva. Ao tempo que denunciava as finanças especulativas internacionais (juntamente com todas as outras formas de internacionalismo, cosmopolitismo ou de globalização), respeitava as propriedades dos produtores nacionais, que deveriam vir a se constituir na base social de uma nação revigorada". (PAXTON, 2007, p. 26).

1930 (COGGIOLA, 2009). Isso indicava que “a entrada do país na guerra acabou com os efeitos negativos da Grande Depressão; a produção industrial americana cresceu drasticamente e as taxas de desemprego caíram.” (COGGIOLA, 2009, p. 212).

É preciso abrir um parêntese e destacar que a própria ascensão do nazifascismo na Alemanha resulta da crise de 1929 na Europa. A Alemanha derrotada e humilhada na Primeira Guerra Mundial teve poucos episódios de prosperidade na década de 1920, sofrendo uma hiperinflação em 1923 e agravando a sua situação com a chegada da crise econômica. Em 1924, fora estabelecido um plano provisório de pagamentos elaborado pelo financista e político norte-americano Charles G. Dawes (Plano Dawes), no qual a Alemanha se comprometia a pagar as dívidas contraídas em consequência da guerra, resolução debatida no Tratado de Versalhes.

Em junho de 1929, o plano foi substituído pelo Plano Young, depois de se perceber que os valores cobrados eram insustentáveis. O Plano Young foi um acordo internacional que garantia as reparações pela Primeira Guerra Mundial com taxas menores que as do antigo plano. Embora os valores da reparação fossem inferiores aos do Plano Dawes, a continuidade do pagamento causou indignação entre o povo alemão. Para complicar ainda mais o problema, o *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque inviabilizou as chances de recuperação econômica do país, ainda que naquela situação fossem remotas.

Em 1930, a Alemanha teve de enfrentar o crescimento do desemprego e seus efeitos. O país se viu no dilema de conceder benefícios aos desempregados ou controlar o orçamento para satisfazer os credores externos (PAXTON, 2007). Os conflitos políticos se acirravam internamente e proporcionavam o surgimento de oportunistas – políticos que apresentavam à população soluções simples para problemas estruturais bastante complexos.

A instabilidade política gerada pela crise econômica favoreceu as manobras de Franz von Papen e o alçaram a chanceler da República de Weimar. De acordo com Paxton (2007), von Papen tentou governar sem políticos profissionais, usando quadros técnicos e personalidades externas à política. O então chanceler procurou trazer Hitler para o gabinete como vice-chanceler, porém Hitler não aceitaria nada menos que o posto principal. Assim, em 30 janeiro de 1933, Von Papen convenceu o presidente Hindenburg de que o seu ministro da defesa, Kurt von Schleicher,

planejava depô-lo e instalar uma ditadura militar. De pronto, temeroso da iminência do suposto golpe, Hindenburg, sob a influência de Von Papen, nomeou Hitler para a chancelaria do *Reich*.

Hobsbawm (1995) declara que o governo nazista realizou um programa social para as massas que envolviam benefícios e estímulo ao consumo de bens duráveis[57]. Em razão disso, conforme o historiador, a maior realização do governo de Hitler foi, de forma eficiente, acabar com a Grande Depressão no país como nenhuma outra nação conseguiu. Hobsbawm observa que o antiliberalismo dos nazistas se limitava à crença no livre mercado, de modo que o fascismo foi uma expressão do capitalismo monopolista, assim como o *New Deal* estadunidense, o governo trabalhista inglês ou a própria República de Weimar.

O interesse do grande capital não se restringe a um regime específico, desde que possa conservar a sua estrutura de controle e poder. Portanto, "está claro que foi a Grande Depressão que transformou Hitler de um fenômeno da periferia política no senhor potencial, e finalmente real, do país." (HOBSBAWM, 1995, p. 133).

As relações ditatoriais expostas com a crise de 1929 demonstram, de maneira inequívoca, a demagogia da democracia liberal e a incapacidade da ordem capitalista de manter condições minimamente humanitárias quando confrontada com situações econômicas declinantes, em que as questões postas à mesa estão entre o extermínio de milhares de vida (em virtude da miséria e/ou das guerras), a restrição dos lucros do grande capital e a alternativa de um modo produção que consiga trazer benefícios emancipatórios, igualitários e universais a todos. O que se tornou "óbvio", após duas guerras mundiais, foi que a primeira alternativa é considerada a única exequível no interior do capital, pois o extermínio de milhares de vidas aparece quase como algo natural.

A crise que se iniciou nos EUA desvelou o cinismo do Estado democrático liberal, sobretudo das nações imperialistas, em defesa de um conceito de liberdade que somente cabe aos donos do poder. Seja o governo de Roosevelt, de Churchill ou de Hitler, o Estado capitalista agiu (e age) de forma autoritária para defender a manutenção da estrutura do sistema econômico e político, embora cada um aja com seu próprio *modus operandi*.

[57] "Fusca" Volkswagen, por exemplo.

Coggiola (2009) assevera que a crise de 1929 enterrou as “democracias”. Por coincidência, o discurso da posse de Roosevelt antecede em apenas um dia a posse de Hitler na Alemanha. Isso indica que as demandas históricas para aquele momento exigiam que o capital se revelasse em sua completa intencionalidade. A Grande Depressão do século XX revelou que não pode existir harmonia entre Estado, capitalistas e trabalhadores, uma vez que esses últimos, em situações críticas, serão sacrificados pela fome ou nos campos de batalha em defesa dos interesses do patronato.

O poder das armas se impôs na economia tanto no que diz respeito à opressão quanto nos altos lucros da indústria e dos seus patrocinadores do capital financeiro. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Grande Depressão finalmente havia sido superada à custa de milhares de vidas, de um rastro de destruição nos países diretamente envolvidos e de uma imensa dívida pública[58] dos Estados nacionais. Acordos inéditos foram estabelecidos entre os países vencedores e os países derrotados.

Ao longo da década de 1940, organizações foram constituídas com o intuito de manter a “paz” e a estabilidade da economia mundial. Evidentemente, essas instituições foram elaboradas sob a tutela dos interesses geopolíticos dos EUA. Daí em diante, ergueu-se o maior império da história humana e se iniciou uma nova etapa na história da economia capitalista, em especial do capital financeiro.

[58] De acordo com Trindade (2017, p. 168), “o fato de os gastos extraordinários com as guerras serem financiados mediante empréstimos públicos e não por receita fiscal ordinária é um aspecto histórico da maior importância. Essa pragmaticamente é a solução mais simples sob o ponto de vista de garantir os enormes fundos necessários à guerra. Contudo, o aumento do déficit orçamentário e a expansão da dívida geram consequências nas relações de poder entre nações e nas condições de retomada do ciclo de acumulação no pós-guerra, em função do elevado custo a ser cobrado pelos detentores dos títulos da dívida pública”.

4 CAPITAL FICTÍCIO E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

A ordem econômica capitalista não tem outra razão de ser senão o aumento da taxa de valorização do capital total alcançada através da maior exploração possível da força de trabalho. A queda na taxa de lucro inibe a formação de novos capitais, o que indica uma possível ameaça para o sistema econômico como um todo, que desemboca em superprodução, em especulação, em crises, numa imensa população desempregada e, no capitalismo contemporâneo, numa criação descontrolada de capital fictício.

Marx (2017) contesta as proposições de Ricardo por este entender o modo de produção capitalista como absoluto, pois o capital constrói as barreiras ao seu próprio desenvolvimento; isto é, apesar de o capital demonstrar uma espantosa capacidade produtiva, superior a qualquer outro sistema econômico do passado, traz em si paradoxos que atestam suas limitações, seu caráter histórico e, principalmente, sua natureza transitória. Por isso, Marx (2017, p. 282) afirma que o capital "[...] não é um modo de produção absoluto para a produção da riqueza, mas que, ao contrário, tendo atingido certo estágio, ele entra em conflito com o desenvolvimento ulterior dessa riqueza.".

Desse modo, a dinâmica conflituosa entre os capitalistas impulsiona o avanço das forças produtivas e implica o aumento da composição orgânica do capital enquanto diminui de maneira relativa a parte variável em relação à constante, de modo a estabelecer subsequentemente as tendências ao surgimento das crises. Para Marx, as alternativas pensadas no interior do capital para resolver as crises provocam, mais cedo ou mais tarde, novas crises. E acrescenta: "estas são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado." (MARX, 2017, p. 288).

Embora a produção capitalista esteja disposta a conservar o valor existente e manter essa valorização na máxima potência, tais condições só ocorrem num determinado tempo da reprodução do capital, pois essa intenção compartilhada entre os próprios capitalistas acarreta uma superacumulação de capitais que precisa passar por uma desvalorização periódica para conter a queda da taxa de lucro. Marx (2017) lembra que o decréscimo relativo ao capital variável acompanha paralelamente o desenvolvimento das forças produtivas ante a necessidade da

ordem capitalista de conservar a sua reprodução durante um determinado tempo até que enfim a crise se restabeleça.

Marx adverte:

> O *verdadeiro obstáculo* à produção capitalista é *o próprio capital*, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como mola propulsora e escopo da produção; o fato de que a produção é produção apenas para o *capital*, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios para um desenvolvimento cada vez mais amplo do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores. (MARX, 2017, p. 289, grifos do autor).

A essência da produção na sociedade capitalista não tem outro objetivo senão a criação de valor com a finalidade de acumular e concentrar riqueza para a classe dominante. Enquanto isso, a classe trabalhadora – a classe dos verdadeiros produtores – fenece a expensas de um salário suficiente apenas para mantê-la viva a fim de gerar riqueza para o capital. A produção se torna um fim em si mesmo que estabelece a conservação e a valorização do valor de capital na expropriação e no empobrecimento da grande massa de produtores. Restam expostas as contradições entre o imenso desenvolvimento das forças produtivas e a incapacidade de socialização igualitária dos bens produzidos, uma vez que a intenção é unicamente valorizar o capital (MARX, 2017).

As medidas tomadas após a Segunda Grande Guerra para suprimir quaisquer chances de o mundo capitalista repetir uma experiência parecida com a crise de 1929 não obtiveram êxito. As leis criadas para regulamentar o comércio e o mercado financeiro internacional, bem como a fundação de vários organismos econômicos que controlam todos os tipos de transações financeiras no âmbito mundial, foram insuficientes para eliminar os obstáculos gerados pelo próprio capitalismo, deixando explícito que nenhum modelo econômico fundado com o objetivo de evitar as crises capitalistas pode ser exitoso, pois não é possível conter os imperativos antinômicos da natureza capitalista.

Entre as décadas de 1960 e 1970, ao contrário das estimativas realizadas pelos entusiastas do *Welfare State*, desencadeou-se uma crise com grandes danos e reflexos na história capitalista, cujas tentativas de solução tiveram determinações que provocaram expressivas mudanças na ordem econômica mundial. Estas repercutiram não somente nas condições socioeconômicas da população dos países

periféricos, mas também na classe trabalhadora e na classe média dos países centrais, que sempre haviam usufruído de condições sociais superiores em relação aos povos dos países subdesenvolvidos.

A crise, por si só, já era um problema, mas a tentativa frustrada de controlá-la foi capaz apenas de manter o sistema econômico, conservando a riqueza sob o poder de uma ínfima parcela da população mundial. Mészáros assegura que "[...] o capital *jamais* se submeteu a um *controle* adequado duradouro ou a uma autorrestrição racional." (MÉSZÁROS, 2002, p. 100, grifos do autor).

É preciso voltar um pouco ao tempo para verificar os delineamentos político-econômicos da década de 1940, a fim de entender os seus desdobramentos na década de 1970.

Com o fim da Segunda Guerra, os países aliados concordaram que uma convivência pacífica entre as nações imperialistas protegeria as relações políticas e comerciais necessárias à prosperidade de todas as nações, ou pelo menos daquelas que integrariam o grupo seleto na obtenção de lucros vultosos, entre as quais os EUA emergiam como a maior potência econômica, política e bélica. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir do Acordo de Bretton Woods, em 1944, foi fundamental para deliberar sobre as inéditas regras políticas e comerciais que norteariam a economia mundial por quase trinta anos. O Sistema de Bretton Woods fundou as bases do sistema econômico do pós-guerra; a presença de Keynes na liderança da delegação britânica indicava o grau de importância do encontro para o destino do capital.

Para Chesnais:

> O sistema de Bretton Woods refletia a hegemonia absoluta dos EUA na concorrência intercapitalista, bem como a necessidade de preencher as enormes necessidades, herdadas da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, para financiamento da acumulação. O atrelamento do dólar ao ouro, mesmo que indireto, permitia, bem ou mal, que este alicerçasse um sistema financeiro e monetário internacional, que comportava a existência de autoridades estatais, dotadas de instrumentos que lhes possibilitavam controlar a criação de crédito e assegurar a relativa subordinação das instituições financeiras e do capital de empréstimo às necessidades do investimento industrial. (CHESNAIS, 1996, p. 250).

Chesnais considera que o acordo estabelecido em Bretton Woods amparou-se na convicção de que era preciso ter uma moeda internacional com todos os atributos necessários que facilitassem as relações comerciais e financeiras do capitalismo. Depois de um extenso período de crise e de uma guerra que deixou fraturas sociais e econômicas, o sistema de Bretton Woods comportava satisfatoriamente os interesses do capitalismo daquele momento histórico, principalmente dos EUA. O dólar, a partir do acordo, assumiria a condição de moeda de reserva internacional vinculado ao ouro, ao tempo que as demais moedas tornar-se-iam conversíveis ao dólar, de modo que "o sistema adotado conferia ao dólar um papel central, ao lado do ouro e, por assim dizer, representando a este. O dólar estava atrelado ao ouro por uma taxa de conversão fixa, negociada internacionalmente." (CHESNAIS, 1996, p. 249). Isso significava, *grosso modo*, que as taxas de câmbio de todas as outras moedas deveriam estar atreladas ao dólar, variando apenas quando os Estados nacionais decidissem desvalorizar ou valorizar suas moedas por um motivo qualquer (CHESNAIS, 1996).

Na ocasião do encontro em Bretton Woods, Keynes buscava uma unidade de moeda global que não estivesse sob o controle de qualquer nação, mas essa proposta foi rejeitada prontamente pelos EUA, preocupados com a perda de protagonismo político e econômico e, por consequência, em perder o controle que protegia os interesses internos. A hegemonia estadunidense rejeitou quaisquer propostas que não estivessem em consonância com seu projeto de poder. O padrão dólar-ouro prescrito em Bretton Woods consolidava a moeda estadunidense no contexto do cenário político e econômico internacional.

Coggiola (2002) confirma que havia duas propostas preliminarmente apresentadas antes do encontro, uma de Keynes e a outra de Harry White – do departamento de Estado norte-americano. Ambas centravam-se na estruturação do sistema monetário internacional ou na criação (ou não) de uma moeda internacional. A escolha da moeda estadunidense foi reforçada pelos estatutos do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e, depois, pelo Banco Mundial. Era notória, nos documentos dos dois órgãos, a forte predileção pela proposta norte-americana, pois se privilegiava "a estabilidade das taxas de câmbio e o levantamento de restrições ao comércio internacional, de modo a favorecer seus [EUA] investimentos no estrangeiro." (COGGIOLA, 2002, p. 371).

> Os termos estabelecidos em Bretton Woods, que predominarão na economia internacional até o final dos anos 1960, tiveram como pontos principais: a adoção do dólar norte-americano como moeda de curso internacional e conversível em ouro; ajuste de desequilíbrios fundamentais com o monitoramento consentido de instituições multilaterais, FMI, Bird e o *General Agreement on Trade and Tarifs* (Gatt). Essas instituições foram estruturadas com o intuito de preservar a estabilidade econômica internacional, a capacidade de previsão e a presença do setor público no mercado internacional de capitais, sendo responsáveis pela supervisão de comércio, do sistema monetário e do equilíbrio do balanço de pagamentos dos países membros. (COGGIOLA, 2002, p. 371).

O dólar, enfim, fora alçado à posição de moeda mundial em virtude de sua ancoragem no ouro; consequentemente, as moedas dos países signatários eram forçadas a ter o dólar como referência monetária de valor, com uma variação de apenas 1% para mais ou para menos. Nesse período, os EUA como potência absoluta no mundo têm a dupla função de ser fonte autônoma de demanda efetiva e também um emprestador internacional através do Federal Reserve, e regulam a liquidez internacional do sistema. O dólar como moeda de curso internacional confirmou a supremacia econômica, política e militar estadunidense do pós-guerra. Os EUA possuíam dois terços das reservas de ouro e eram responsáveis por aproximadamente metade do produto industrial do mundo (COGGIOLA, 2002).

Todavia, o acordo não implicava o domínio irrestrito da economia internacional sobre as economias domésticas dos Estados nacionais, havendo, inclusive, certo controle sobre os fluxos internacionais de capital. “Prevalecia a premissa de que as correntes internacionais de capitais eram não só improváveis, como indesejáveis em enormes quantidades, já que teriam como consequência a instabilidade e a perda do controle de políticas econômicas internas.” (COGGIOLA, 2002, p. 372).

Keynes defendia o controle da política interna de juros, mantendo-a tão baixa quanto fosse necessário para os interesses de cada nação, sem a interferência dos movimentos internacionais de capitais ou de fugas de capital especulativo (COGGIOLA, 2002). Essa relativa independência econômica apoiada por Keynes já constava nos estatutos do acordo de Bretton Woods, no artigo VI, que tratava da liberdade dos Estados nacionais para controlar os seus fluxos internacionais e não provocar desequilíbrios nos mercados cambiais.

Coggiola conclui que:

> A arquitetura do sistema financeiro internacional, nos anos de Bretton Woods, se construiu à imagem do sistema financeiro norte-americano, que teve suas bases lançadas nas reformas empreendidas durante o *New Deal*, quando foram reformulados e fortalecidos o sistema bancário e o de mercados de capitais. Um dos aspectos institucionais mais importantes das reformas de 1933[59], além da criação do Federal Reserve System (FED), consistiu na *Glass Steagall Act*, lei que regulamentou estruturação dos mercados financeiros por segmentos – bancos comerciais, bancos de fomento e desenvolvimento, bancos de investimentos, corretoras etc. – evitando a excessiva alavancagem por parte das instituições financeiras, principalmente corretoras e bancos de investimento que inflacionavam artificialmente os preços dos papéis negociados. Este último aspecto, aliás, fora um dos elementos responsáveis pela fragilização financeira decorrente da onda especulativa ocorrida na economia americana às vésperas da crise de 1929. (COGGIOLA, 2002, p. 372-373).

Levando em conta essa análise, percebe-se a importância da reestruturação do sistema financeiro estadunidense como parâmetro para outros sistemas financeiros e mercados de capitais, além de entendê-lo como um modelo indiscutível para o sistema de Bretton Woods. Chesnais (1996) compreende que o acordo reforçava indiscutivelmente a hegemonia dos EUA na concorrência intercapitalista e, ao mesmo tempo, resolvia as sequelas herdadas da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, tendo a capacidade de financiar a acumulação de capital, uma vez que o dólar vinculado ao ouro permitia melhores garantias (não isentas de riscos) para o mercado financeiro e monetário internacional. O sistema de Bretton Woods conseguiu, por meio de autoridades estatais e dos instrumentos que tinha à sua disposição, "[...] controlar a criação de crédito e assegurar a relativa subordinação das instituições financeiras e do capital de empréstimo às necessidades do investimento industrial." (CHESNAIS, 1996, p. 250).

Conforme Combat:

> Na prática, o Acordo de Bretton Woods estabeleceu um conjunto de regras de conversibilidade, que norteavam os regimes cambiais dos países signatários. As paridades das moedas em relação ao ouro e, consequentemente, em relação ao dólar poderiam oscilar em apenas 1%, o que assegurava ao dólar a centralidade no sistema financeiro e monetário internacional. Dessa forma, sanaram-se os problemas decorrentes da fragmentação monetária e financeira das décadas anteriores. (COMBAT, 2019, p. 248).

[59] Encontra-se aqui certa imprecisão na data citada pelo autor em relação a origem do Federal Reserve e da Lei Glass-Steagall. De fato, a Lei Glass-Steagall foi criada no ano de 1933, porém, o Federal Reserve foi fundado vinte anos antes, em 1913.

Muito embora o sistema fosse constituído com base na hegemonia norte-americana, os EUA não estavam livres das leis que restringiam a criação monetária, a qual influenciaria no equilíbrio orçamentário e em sua balança comercial (CHESNAIS, 1999), tornando-o, com o tempo, um sistema insustentável para os interesses da economia estadunidense. De acordo com Chesnais (1999), a ruptura unilateral dos EUA com o sistema de Bretton Woods não só veio atender aos interesses estadunidenses, como também beneficiou os bancos internacionais e os operadores do mercado especulativo. Observa Chancellor (2001, p. 279): “Quando o presidente Nixon suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro em 15 de agosto de 1971, pôs fim ao sistema de Bretton Woods que vigorava no quarto de século anterior, introduzindo uma nova era na história da especulação.”.

Não seria possível indicar somente uma causa que levaram os EUA a romper com o sistema de Bretton Woods, visto que todas as decisões tomadas pelo país no pós-guerra tiveram fortes implicações décadas mais tarde na decisão de Nixon; até mesmo as políticas expansionistas procuravam manter a hegemonia norte-americana em relação ao temor do domínio político e econômico dos soviéticos. O Plano Marshall, por exemplo, quando buscou prestar assistência à restituição do capitalismo europeu e japonês, beneficiava os futuros concorrentes dos EUA no mercado mundial, além de favorecer a superprodução/superacumulação de capitais, razão da crise que irrompe na década de 1970.

Os países europeus e o Japão, posteriormente, desenvolveriam sistemas industriais e empresas modernas que produziriam mercadorias com valores inferiores aos da indústria estadunidense, tendo os EUA como importante parceiro no mercado consumidor dos produtos dessas regiões, o que, com o passar do tempo, intensificou o desequilíbrio na balança comercial, que piorava com a sobrevalorização do dólar.

O Plano Marshall buscava estender o modo de vida norte-americano para nações europeias e do Oriente, com o propósito de consolidar uma nova ordem mundial fundada na produção e no consumo de massas. No começo na década de 1950, o Plano Marshall dava indicações de êxito: o PIB da Europa Ocidental em relação ao de 1948 havia aumentado 32%, a produção agrícola cresceu 11% e a indústria, 40%. Simultaneamente, “a economia estadunidense também atingiu níveis de crescimento bastante expressivos na produção, renda e consumo.” (HOGAN apud COMBAT, 2019, p. 249).

Todavia, no final da década de 1960 e início da década de 1970, a superacumulação já provocara uma desaceleração das principais economias do mundo, com consequências já conhecidas na história do capital: redução da produtividade, dos lucros, aumento do desemprego, inflação etc. Isso seria suficiente para desestabilizar a economia norte-americana, porém o endividamento público, acentuado, em grande parte, pelo financiamento oneroso da Guerra Vietnã, suprimiu quaisquer expectativas de recuperação econômica sob o compromisso estabelecido em Bretton Woods.

> O fim do *gold Exchange standard*[60], decretado unilateralmente pelos EUA em agosto de 1971, é produto dessas condições como um todo. O principal fator interno, de exclusiva responsabilidade dos EUA, foi a explosão da dívida federal, conjugada a um déficit crescente na balança de pagamentos. A criação desenfreada de meios monetários para financiar a emissão de bônus do Tesouro tornou insustentável a manutenção da paridade dólar-ouro. A partir de 1965, o duplo déficit do orçamento e dos pagamentos externos, agravado pelo financiamento de guerra do Vietnã, traduziu-se por emissões de dólares, cuja conversão ao ouro era pleiteada imediatamente pelos outros países. As reservas do Fort Knox estavam se esvaziando. (CHESNAIS, 1996, p. 250).

A dívida federal e um crescente déficit na balança de pagamentos foram fatores determinantes para a ruptura dos EUA com o acordo de Bretton Woods. Apesar de os EUA sustentarem sua hegemonia política e bélica internacionalmente, a economia norte-americana sofria com graves problemas. Chesnais (1996) avalia que a paridade entre dólar e ouro acordada em Bretton Woods não mais possuía as condições de conversibilidade, o que demonstrara as contradições do *gold exchange standard*, levando o governo estadunidense a desvincular o dólar do ouro a fim de recorrer a instrumentos financeiros de liquidez para financiar suas dívidas, ainda que isso significasse um aumento e a maior generalização das dívidas: dívida estatal, dívida de empresas e dívida de famílias (CHESNAIS, 1996).

Na década de 1960, a saída de capitais dos EUA era maior que o superávit. Os bancos centrais dos países industrializados conseguiam manter altas reserva de dólares, de sorte que “os passivos externos norte-americanos em poder das autoridades monetárias estrangeiras, que representavam US$ 3 bilhões no final de 1949 e US$ 11 bilhões em 1960, passaram a US$ 18 bilhões em 1967.”

[60] Padrão ouro.

(KILSZTAJN, 1989, p. 92). Contudo, a falta de credibilidade da moeda norte-americana estimulou os bancos centrais europeus a resgatar em ouro o tanto que fosse possível de suas imensas reservas em dólares. Os EUA de 1960 a 1967 haviam perdido US$ 6 bilhões de suas reservas de ouro, sem contar com US$ 7 bilhões de passivos, mais US$ 1 bilhão de outros ativos (KILSZTAJN, 1989).

Diante da superacumulação de capitais – impulsionada pelos EUA no Plano Marshall – e o elevado financiamento na fracassada Guerra do Vietnã, a erosão do sistema de Bretton Woods era tão somente uma questão de tempo. Para Combat (2019), se não bastasse o acúmulo de prejuízos causados pela Guerra do Vietnã, a derrota norte-americana contribuiu para a perda de credibilidade do dólar no sistema internacional, não mais respondendo como antes à condição de equivalente geral e de reserva de valor internacional. Daí a razão de os países europeus se negarem a financiar a economia estadunidense em detrimento de suas economias.

> Para os Estados Unidos, a sustentação do dólar no topo da hierarquia monetária internacional tinha uma grande vantagem: a aparente capacidade de autofinanciamento sem limites, precisamente por se endividarem na moeda que emitiam e que era referência internacional. (COMBAT, 2019, p. 254).

Assim, ficou muito difícil evitar o colapso do padrão dólar-ouro. Embora os EUA estivessem atravessando uma crise que repercutiu nas estruturas da ordem capitalista, a economia norte-americana prosseguiu dominante e o dólar continuou como referência monetária mundial, mesmo sem estar atrelado ao ouro. A autoridade política, econômica, ideológica e bélica dos Estados Unidos demonstrou que o mercado financeiro o assegurava como maior potência imperialista da história através de um irrestrito e sólido vínculo, a sustentar o absoluto poder econômico-político estadunidense no capitalismo contemporâneo.

O capital financeiro, ao inaugurar um tipo de imperialismo que teve desdobramentos importantes ao longo do século XX e continua no século XXI, consagra um processo imponente de concentração e centralização de capitais, bem como aumenta sua complexidade na mesma medida em que as crises capitalistas manifestam-se com maior rigor. Os imperativos do capital dos últimos tempos consistem em alocar recursos criados a partir do mais-valor do setor produtivo para investimentos financeiros puramente especulativos, os quais geram bolhas financeiras que provocam na conjuntura mundializada da sociedade contemporânea

danos que serão pagos pelas classes desprivilegiadas. O Estado, por sua vez, funciona de forma complementar à estrutura totalizadora do sistema capitalista em aspectos essenciais que contribuem para a formação desse tipo de “riqueza” financeira/fictícia mediante políticas econômicas adequadas às exigências objetivas que garantam as condições produtivas e reprodutivas do capital.

A ruptura do acordo de Bretton Woods na década de 1970 é um marco histórico que conduz a um novo ciclo de orgias financeiro-especulativas maior que o da década de 1920, mas agora com fluxos financeiros quase ilimitados, transferidos da produção e/ou do Estado para o circuito financeiro mediado por estratégias administrativas inéditas.

4.1 ESPECULAÇÃO E CAPITAL FICTÍCIO: UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES

O rompimento unilateral com o sistema de Bretton Woods pelos Estados Unidos no governo de Richard Nixon, em 1971, deixa evidente que essa decisão foi tomada para atender aos interesses exclusivos do Estado norte-americano endividado, dos bancos internacionais e dos grandes especuladores do mercado financeiro. Isso indicava que mesmo os EUA em crise estavam afiançados pelo setor financeiro, precisando libertar-se do acordo para viabilizar seus negócios. O endividamento público dos EUA tornou-se parte integrante da economia estadunidense, gerando lucro para os homens de negócios, sem os riscos e as oscilações do setor produtivo.

O fim do sistema de Bretton Woods leva a um mundo econômico volátil, inconstante e de muitas inseguranças. Um novo cassino global se estabelece na década de 1970 com uma diversidade quase infinita de instrumentos financeiros para realizar suas apostas. Chancellor (2001, p. 280) avalia que “após o fim do sistema de Bretton Woods, o dinheiro tornou-se apenas um produto da imaginação, etéreo e sem peso.”, com o fetichismo elevado à potência máxima.

No final da década de 1960 e início da década de 1970, o capitalismo deu sinais de estagnação econômica devido a um bem-sucedido crescimento do pós-guerra, que levou a uma perda progressiva de rendimentos em virtude da superprodução e da superacumulação de capitais dos últimos quase trinta anos. “Independentemente da recente centralização e concentração do capital monetário,

os capitais industriais saíram em busca de formas de valorização puramente financeiras. A formação dos euromercados, na década anterior, ofereceu-lhes possibilidade sem precedentes." (CHESNAIS, 1996, p. 252).

Chesnais lembra o vislumbre equivocado de Keynes quando, no fechamento de sua *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda,* acreditava na eutanásia do capital rentista. Para Chesnais, o que aconteceu foi justamente o contrário: o capital rentista renasceu e intensificou seu poder opressivo como nunca havia acontecido na história do capitalismo. Agora, o capital financeiro espraiava-se por todos os cantos do planeta; pessoas de nacionalidades, classes sociais e culturas distintas tinham o cotidiano afetado pelo crescente processo de financeirização.

Dardot e Laval (2016) consideram que a lógica do capital financeiro teve efeitos no comportamento das pessoas, pois o advento da financeirização, além de reforçar o individualismo típico da sociedade capitalista, transforma certas demandas da vida cotidiana num tipo de capital que deve valorizar-se: estudos universitários, poupança individual para aposentadoria, compra de imóveis, investimentos de longo prazo em títulos da bolsa etc. A consequência dessa capitalização da vida individual implica, com o passar do tempo, uma erosão da solidariedade de classe e uma identificação de parte da população com a classe capitalista[61].

As dívidas que se acumulavam com o declínio do setor produtivo foram uma oportunidade de negócios para os especuladores do mercado. Isso não confirma somente o caráter contraditório que caracteriza o capital, mas demonstra que a possibilidade de miséria social neste sistema econômico pode ser convertida em lucros para o mercado financeiro. Assim, da política econômica do endividamento norte-americana, surgiram os euromercados, que mais tarde deram origem ao moderno e poderoso mercado financeiro que se conhece hoje em dia.

Chesnais (1996) avalia que esse movimento que originou o euromercado, iniciado nos anos de 1950, internacionalizou a economia do endividamento, a qual, ao longo de décadas, tem elevado o nível de desigualdade socioeconômica em todos os cantos do mundo. Não por acaso, o economista francês considera que essa economia do endividamento representa um verdadeiro câncer para economia

[61] Segundo Alves (2011, p. 111, grifos do autor), "na nova produção do capital, o que se busca 'capturar' não apenas o 'fazer' e o 'saber' dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-afetiva, constituída para cooperar com a lógica da valorização. O trabalhador é encorajado a pensar 'pró-ativamente' e a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, no plano sindical, por exemplo, estratégias neocorporativas de cariz propositivo).".

em geral. Na verdade, esse fenômeno do capital rentista representou (e representa) o assassinato econômico[62] de várias nações. A crise que finalmente se desencadeia na década de 1970 como resultado das contradições da superacumulação provoca uma queda dos rendimentos do capital industrial, que logo busca outras oportunidades para continuar obtendo altos patamares de lucros.

A "saída da crise" percebida pelos industriais estaria na reserva de uma fração de seus ganhos da produção para aplicá-los num tipo de valorização puramente financeira. Sabe-se que esse retorno triunfante do mercado financeiro quarenta anos após o *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque não representava uma alternativa inédita na história do capitalismo, porém, a busca pelo rentismo, depois das traumáticas experiências do passado, exigiu do Estado estratégias adequadas às novas necessidades do capital, que dava sinais de esgotamento.

Em razão disso, entende-se que a adoção do modelo político-econômico e ideológico neoliberal configurou uma readaptação do Estado[63] ante as imposições da realidade objetiva que se colocavam naquele momento histórico, expressando indícios de uma crise que se distinguia das anteriores justamente por afetar todas as esferas da economia capitalista (produtiva, comercial e financeira), por seu caráter global (sem se limitar a determinados países) e permanente, cujo esforço para administrar a crise ou deslocá-la temporariamente tende tão somente a provocar refluxos com maior intensidade[64].

O Estado de bem-estar social de outrora se convertera no Estado de bem-estar dos ricos[65], com todos os tipos de proteção possíveis para garantir a permanência de lucros e evitar quaisquer riscos de falência dos diferentes setores do capital, em especial do setor bancário ou das demais organizações do mercado financeiro. De acordo com Bernstein (2001, p. 130), "[...] empresas e bancos foram embarcando rapidamente em um processo de 'financeirização' que lhes assegurou

---

[62] A autobiografia de John Perkins, *Confissões de um Assassino Econômico*, relata as impressionantes estratégias de empresas privadas, com o apoio do Estado norte-americano, para endividar, sobretudo, países em desenvolvimento. Cf. PERKINS, John. **Confissões de um assassino econômico**. Tradução: Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Cultrix, 2005.

[63] "Seria extremamente tolo negar que tal maquinaria existe e é poderosa, nem se deveria excluir ou minimizar a capacidade do capital de somar novos instrumentos ao seu já vasto arsenal de autodefesa contínua. Não obstante, o fato de que a maquinaria existente esteja sendo posta em jogo com frequência crescente e com eficácia decrescente é uma medida apropriada da severidade da crise estrutural que se aprofunda." (MÉSZÁROS, 2002, p. 796).

[64] O filósofo húngaro István Mészáros (2002) identifica a crise que se irrompe na década de 1970 e que persiste até os dias atuais como uma crise estrutural.

[65] Coggiola (2012) denomina de "Estado assistencial do rentista".

lucros que compensavam a menor rentabilidade de suas atividades tradicionais ou lhes permitia conseguir fundos de forma direta.”.

Os efeitos do fim do acordo de Bretton Woods são notórios e inquestionáveis na economia mundial, principalmente com as flutuações cambiais e o expressivo investimento no mercado financeiro, mas, como insiste Chesnais (1996), o euromercado foi o primeiro passo para colocar o mundo à mercê do rentismo. Ainda segundo o economista francês, os euromercados tiveram sua aceitação primeiramente na City de Londres, seu principal reduto quando as bases econômicas internacionais foram mundializadas.

Comumente se atribui a iniciativa da formação do euromercado à antiga União Soviética, que temia que os Estados Unidos pudessem embargar os seus ativos em dólar, daí o interesse dos soviéticos em proteger suas divisas da retaliação dos EUA em bancos estrangeiros. Todavia, Chesnais garante que a verdadeira origem dos eurodólares acontece por causa da depreciação cambial da libra esterlina, pois a queda da moeda local obrigou os britânicos a realizarem suas transações com dólares norte-americanos, “[...] chamados de ‘eurodólares’ por serem originários de operações de débito/crédito de contas gerenciadas fora do país que os emitia, os EUA.” (CHESNAIS, 1996, p. 252).

O gerenciamento dessas contas começou com as multinacionais estadunidenses e depois com os bancos de origem também norte-americana, os quais internacionalizaram suas atividades como prestamistas e/ou prestatários, sem precisar fornecer informações às autoridades monetárias dos EUA. Tanto Kennedy quanto Lyndon Johnson buscaram medidas para controlar os movimentos de capitais fora do território norte-americano, mas ambos fracassaram e acabaram convencidos de que os euromercados eram mercados privados que não podiam ser contidos, de modo que qualquer esforço empreendido com o propósito de monitorar as divisas norte-americanas fora do país era uma tarefa em vão (CHESNAIS, 1996).

> Em 1952, o mercado dos eurodólares movimentava aproximadamente 2 bilhões de dólares; em 1960, em valores líquidos, ainda não ultrapassava 4,5 bilhões. Pouco mais de doze anos depois, às vésperas da alta no preço do petróleo em 1973, esse montante atingia 160 bilhões de dólares. A partir de 1973, a massa movimentada dobra a cada três anos, até 1981, depois segue-se um período de estagnação, até retomar o crescimento sob o impulso da liberalização monetária e financeira dos governos neoliberais. (CHESNAIS, 1996, p. 253-254).

Para Chesnais, a presença do Estado, na figura de suas instituições foi fundamental para o retorno do capital rentista, pois nada disso seria possível se não fossem as desregulamentações, a supressão de impostos – principalmente a correção da taxa de juros – e o aumento de praças que constituem o mercado privado de liquidez de fundos. Tem-se uma noção da importância desse fato através das medidas intervencionistas das instituições estatais, que possibilitaram a reciclagem de um terço dos petrodólares. Isso indica que sempre que houver interesses do capital, o Estado realizará mediações por meio de sua estrutura totalizadora de comando político a fim de corrigir, dentro de limites bastante rigorosos, os distúrbios que irrompem das contradições gestadas pelo próprio sistema econômico.

No caso das praças de negociação de eurodólares, houve uma importante ampliação que não se limitava unicamente à City de Londres ou ao centro financeiro de Toronto, as quais conseguiram acelerada expansão graças aos fundos de petróleo e, mais tarde, através da comercialização mundial de drogas (narcodólares), concentradas nas praças *off shore* de Hong Kong, Bahrein, Cingapura, Bahamas, Ilhas Caiman, entre outros paraísos fiscais que abrangiam antigas áreas da libra e do dólar (CHESNAIS, 1996).

O crescimento comercial do petróleo com os países que compunham a OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo) teve papel imprescindível para aumentar a liquidez europeia, já que o aumento do preço do petróleo ampliou o fluxo de dólares para essas nações produtoras, que excediam as necessidades de investimento doméstico. Por esse motivo, foram classificados de “petrodólares excedentes” e parte desses ativos foi reciclada novamente nos bancos de Londres e de Nova Iorque (CLARK apud COMBAT, 2019).

> A Arábia Saudita e os outros produtores da OPEP depositaram seus excedentes de dólares nos bancos dos EUA e do Reino Unido, que então pegaram esses petrodólares da OPEP e os emprestaram, como títulos ou empréstimos de “eurodólares”, a governos de países em desenvolvimento que estavam desesperados por empréstimos para financiar as importações de petróleo. Embora benéfico para os centros financeiros dos EUA e do Reino Unido, o acúmulo dessas dívidas em petrodólares, no final da década de 1970, facilitou a base da crise da dívida no mundo em desenvolvimento no início da década de 1980. Centenas de bilhões de dólares foram reciclados

> entre a OPEP, os bancos de Londres e Nova York e de volta aos países em desenvolvimento. (CLARK apud COMBAT, 2019, p. 257).

Para Bourguinat (apud CHESNAIS, 1996), os Estados nacionais, mais precisamente os EUA e o Reino Unido, tiveram imensa responsabilidade na formação desse mercado financeiro transnacional ao passo que os bancos constituíam um mercado externo dos meios de financiamento paralelamente aos mercados nacionais, os quais se tornaram gradativamente interdependentes através do euromercado, que funcionou como um enorme mercado extra-alfandegário e por atacado, criando uma forte integração financeira internacional. Assim, “o euromercado é um mercado por atacado, no sentido de que só trata de somas elevadas, das quais parte importante assumiu, até a crise mexicana de 1982, a forma de empréstimos conjuntos feitos pelos bancos internacionais aos países em desenvolvimento.” (CHESNAIS, 1996, p. 254).

Chesnais explica que essas características classificam o euromercado como um mercado interbancário, que começa com aproximadamente duzentos bancos e a partir de 1973 atinge milhares de integrantes; no entanto, somente os cinquenta maiores bancos da tríade (EUA, Reino Unido e Japão) conseguem manter o oligopólio. Isso não quer dizer, entretanto, que as políticas monetárias internas entre os países da tríade fossem iguais, pois enquanto os EUA adotavam medidas de desregulamentação financeira, a Europa e o Japão diligenciavam mecanismos de controle sobre o fluxo de capitais (COMBAT, 2019).

No período que abrangeu os anos de 1964 a 1968, houve um aumento do mercado de eurodólares de US$ 35 bilhões de dólares; no mesmo período, os déficits norte-americanos aumentaram apenas US$ 9 bilhões. A diferença entre esses valores corresponde à criação de crédito numa complexa cadeia de operações, como também pirâmides de créditos e dívidas, favorecidos pelo mercado interbancário e com a ausência de reserva obrigatória e de mecanismos de controle. Isso colaborou para o crescimento, posterior, de atividades especulativas que envolviam a moeda estadunidense (CHESNAIS, 1996). O aumento de dinheiro decorrente dos petrodólares em 1974, controlados por monopólios bancários, tomou a forma de empréstimos remetidos a países do Terceiro Mundo, que já eram subordinados política e economicamente às nações imperialistas.

Assim, uma soma bastante vultosa de petrodólares foi reciclada através de instituições financeiras dos países mais desenvolvidos, e logo convertida em empréstimos para os países periféricos. Desse modo, a periferia não conseguia se desvincular de sua condição semicolonial de exportadora de capitais para os países imperialistas. Bernstein (2001) indica dois fenômenos que contribuíram para que isso ocorresse: a primeira diz respeito à saturação dos mercados da periferia oprimidos pela dívida; a segunda está associada às transformações estratégicas das economias centrais – que absorviam porções de excedentes financeiros, conquistados por meio do crescimento da dívida pública e da emissão de ações e obrigações do setor privado, estimuladas pela liberalização e pela alta da taxa de juros.

Percebe-se que essa nova fase do capital não se contenta com a tradicional exportação de capitais que sempre espoliou os recursos naturais, a força de trabalho e os recursos financeiros dos países subdesenvolvidos. Agora, a titularização das dívidas das nações de capitalismo atrasado tornam os ativos dessas dívidas em fonte praticamente inesgotável de enriquecimento dos países de capitalismo avançado, expandindo o poder e o controle das nações imperialistas sobre as nações de economia dependentes.

Chesnais (2010) assevera que essa relação resultou numa abertura de espaços geopolíticos para países centrais em recessão com vistas à valorização de suas exportações e/ou do investimento direto em países subdesenvolvidos, cujos bancos representaram a classe capitalista como um todo, a fim de favorecer o capital produtivo. Outro fator fundamental notado pelo economista está na relação usurária que reapareceu no capital de empréstimo entre países credores e países devedores.

> O aumento simultâneo das taxas de juro e da taxa de câmbio do dólar pelas autoridades norte-americanas entre 1979 e 1981, paralelamente à liberalização dos mercados financeiros e a securitização dos bônus do Tesouro, teve um conjunto de efeitos semelhantes a um golpe de Estado financeiro em favor de credores, instaurando sua “ditadura”. Nos países economicamente e politicamente dominados essas consequências foram mais dramáticas. A multiplicação por três, e mesmo por quatro, das taxas de juro nas quais os valores emprestados deviam ser reembolsados precipitou a “crise da dívida do Terceiro Mundo” cujo primeiro episódio foi a crise mexicana de 1982. (CHESNAIS, 2010, p. 152, grifos do autor).

As condições a que foram expostos os países endividados do Terceiro Mundo concorreram para o debate sobre a legitimidade dos passivos que eram obrigados a pagar, com juros abusivos e parcelas a perder de vista. Nas condições postas pelos euromercados, créditos foram criados sob o regime de bancos ligados entre si numa intrincada relação entre credores e devedores, que permitiu aos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) um fluxo de capitais gerado a partir das exportações para os países subdesenvolvidos.

Não há dúvidas sobre o caráter altamente lucrativo desses empréstimos, ligados a um funcionamento multiplicador bastante duvidoso. Segundo Chesnais (1996, p. 256), “tratava-se de componentes de um balanço complexo, feito de muitas contas a pagar e a receber, de uma criação convencional, para não dizer fictícia, de liquidez, destinada a garantir a entrada de lucros bancários.”.

Em 1982, os abundantes lucros dos bancos ficaram perceptíveis quando estourou a crise do Terceiro Mundo, na qual se destaca a do México, que não conseguiu cumprir os pagamentos de sua dívida. Apesar do risco da insolvência de outros países devedores, não houve crise bancária, mas somente uma redução nos lucros e, no caso dos bancos privados, uma queda na cotação das Bolsas. Na prática, os dispositivos desenvolvidos pelo mercado financeiro protegiam suficientemente os bancos para aumentar seus lucros, uma vez que os países devedores se propunham a renegociar as dívidas.

No decorrer dos anos 1980, as condições colocadas para as nações devedoras não permitiam que seus débitos fossem liquidados, já que a vantagem dos empréstimos não estava no pagamento da dívida, mas nas renegociações que ocorriam de tempos em tempos. Chesnais (2010, p. 152) anota que “as obrigações da dívida foram securitizadas, provocando a entrada em cena de investidores financeiros prontos para comprar, a taxas muito elevadas, os títulos emitidos pelos Tesouros nos mercados financeiros ‘emergentes’.”.

Como se não bastasse a securitização das dívidas soberanas, entre 1982 e 1984, medidas foram estabelecidas a favor do mercado e contrapostas aos Estados endividados. Chesnais (1996) elenca algumas das principais medidas: criação de comitês de credores; planos de reescalonamento das dívidas; mercado secundário de dívida estatal; e, por último, privatizações de empresas públicas. Esta última tinha por finalidade apropriar-se de parte do capital produtivo nacional dos países

devedores, cujas dívidas eram convertidas em títulos de propriedade adquiridas por seus credores, reduzindo cada vez mais a capacidade de liquidez.

Para piorar, a dolarização das economias devedoras e as privatizações drenavam parte considerável dos recursos gerados pelas nações endividadas ao ponto de tornar o pagamento de seus passivos praticamente impossível, fazendo-as sempre mais dependentes dos países do centro, sobretudo dos EUA, forçadas a pagar juros elevados. Coggiola (2012, p. 24) sustenta que “o acúmulo de grandes dívidas públicas conferiu aos interesses financeiros e bancários o poder de ditar a política social e econômica, processo originado na sobreacumulação de capital.”.

Camara e Salama descrevem com clareza o caráter impositivo sobre os países periféricos em 1982:

> Os mercados financeiros internacionais reagem de maneira brutal: os países latino-americanos, assim como vários países asiáticos, não podem mais ter acesso aos créditos internacionais, a menos que assinem uma ‘carta intenção’ com o FMI. Doravante devem financiar uma parte substantiva do serviço de sua dívida com seus recursos internos, negociando com o FMI o adiamento de outra parte, a amortização do principal. Eles são impelidos a adotar uma política de austeridade (redução drástica das despesas públicas e forte desvalorização da moeda) a fim de exportar mais e de obter um saldo líquido na sua balança comercial, o que lhes permite obter divisas necessárias ao financiamento de parte do serviço da dívida (CAMARA; SALAMA, 2005, p. 212-213, grifo do autor).

As diretrizes políticas que orientavam a economia entre as décadas de 1970 e 1980 orbitavam em torno dos EUA. Duménil e Lévy (2005) observam que a elevação da taxa de juros determinada pelo Federal Reserve, a fim de eliminar a inflação, na passagem dos anos 1970 aos anos 1980, teve efeitos deletérios para economia mundial, com consequências ainda piores para as economias periféricas. Tais medidas do Banco Central norte-americano são compreendidas pelos economistas como um golpe, por se tratar de uma violência política que atacava frontalmente a segurança econômica de outras nações, para beneficiar os EUA.

> O que se seguiu esteve à altura desse primeiro passo: controle de salários, erosão gradual dos sistemas de proteção social, onda de desemprego, crescimento lento e crise recorrentes nos países da periferia, deslocalização das empresas, elevação das tensões internacionais e novo militarismo. (DUMÉNIL; LÉVY, 2005, p. 85).

A partir da década de 1970 o endividamento dos Estados, preponderantemente dos países subdesenvolvidos, foi fundamental para que essa relação financeira liberalizada e mundializada retirasse o protagonismo dos bancos e transferisse ao mercado financeiro o controle das políticas determinadas para a economia contemporânea.

Desse modo, “[...] os bancos passaram a sofrer, na esfera financeira, a concorrência dessas formas recentes de centralização e concentração capitalistas – os fundos de pensão e os fundos mútuos –, ao lado das quais até os maiores bancos parecem anões.” (CHESNAIS, 1996, p. 258). As consequências dessas mudanças na ordem do capital levaram à perda de certa autonomia nas decisões internas da política econômica dos países devedores. A abertura do mercado de obrigações arrastou essas economias endividadas para um desenvolvimento pífio e em permanente instabilidade.

Chesnais (1999) assegura que o regime de câmbio flutuante e o mercado de câmbio totalmente liberalizado representam meramente um dos fundamentos da mundialização financeira. Os mercados de obrigações liberalizados e desregulamentados, além de outros papéis da dívida pública, juntamente ao mercado de ações de títulos de empresas e de ações na Bolsa de Valores, viabilizam o funcionamento do sistema capitalista contemporâneo. No fim das contas, todos esses ativos financeiros (públicos e/ou privados) representam a intensão de se apropriar da riqueza previamente determinada, que deverá ser criada para que o sistema continue a se reproduzir. A produção dessa riqueza financeiro-fictícia estará sempre em desacordo com a riqueza real existente no presente.

Lembremo-nos das considerações de Marx (2017) a respeito da dívida pública, quando o pensador alemão demonstra o caráter fictício dos títulos da dívida, uma vez que a soma emprestada ao Estado jamais intencionou ser investida como capital; logo, não é capaz de criar valor e o valor do empréstimo original já não existe. Os juros destinados ao pagamento podem até parecer um valor criado, mas são, na realidade, uma parte dos tributos das diversas classes sociais arrecadados pelo Estado. Em vista disso, o mercado que circunda a dívida pública aparece como a base que sustenta a mundialização financeira. O próprio FMI declara que o mercado da dívida pública representa a “pedra angular” do sistema financeiro mundial na contemporaneidade (CHESNAIS, 1999), dada a sua capacidade de gerar somas infinitas de capital fictício por meio de diversos instrumentos financeiros.

Chesnais adverte:

> Criticar os fundamentos do poder do capital financeiro pressupõe o desmantelamento desses mecanismos e, portanto, o cancelamento da dívida pública, não só dos países mais pobres, mas também a de qualquer país cujas forças sociais atuantes se recusam a ver o governo impor a austeridade orçamentária aos cidadãos sob o pretexto do pagamento dos juros da dívida pública. (CHESNAIS, 1999, p. 14).

O mercado de obrigações realmente conseguiu atender às necessidades do capital tanto no que diz respeito à obtenção de imensas somas de capitais, em forma de pagamento de juros, quanto à capacidade de se apoderar dos recursos naturais das regiões subdesenvolvidas através das privatizações que lhe garantiam as condições de saldar o pagamento dos juros e as amortizações da dívida. Esse mercado constituído por meio das desregulamentações financeiras permitiu de igual modo que os déficits orçamentários dos países da OCDE pudessem ser negociados nos mercados financeiros mediante a aplicação dos ativos da dívida do Estado nos fundos de pensão e fundos mútuos. Esse fluxo transnacional de ativos das dívidas estatais negociados – seja dos países do Terceiro Mundo, seja dos países desenvolvidos do centro – tornou-se possível apenas no tempo em que essas obrigações foram securitizadas.

> A ‘securitização’ permitiu aos títulos sua transformação em títulos livremente negociáveis, que passaram a ser vendidos para outros bancos, instituições financeiras, companhias de seguros e fundos de pensão pelo mundo afora, sistema julgado com o mais alto patamar de segurança pelas agências mundiais. (COGGIOLA, 2012, p. 57).

A securitização dos ativos da dívida pública possibilitou que fossem emitidos títulos das obrigações para financiar os déficits orçamentários dos governos que supostamente não conseguiam equilibrar suas contas. O advento da mundialização financeira do capital conduziu os Estados a se endividarem em razão de adotaram políticas econômicas (com destaque para as que se referem ao regime fiscal) que forçosamente conduziram a elevadas dívidas estatais. Em consequência dessa “má administração”, as contas públicas proporcionaram um negócio lucrativo aos investidores do mercado financeiro.

Chesnais (1996, p. 259) aduz que “os interesses capitalistas, especialmente os de caráter rentista, saíram ganhando em todas as instâncias.”, pois todas as mudanças que houve no mercado financeiro que liberalizou e desregulamentou após a ab-rogação do Sistema de Bretton Woods contribuiu para a evasão dos fluxos financeiros e o enriquecimento dos capitalistas, em especial dos rentistas. “Quanto mais se aprofundaram os déficits orçamentários, mais aumentou a parte dos orçamentos reservada para o serviço da dívida pública, mais forte se tornou sua pressão sobre os governos.” (CHESNAIS, 1996, p. 259).

Ao Estado cumpre o papel ontológico de comitê que administra os negócios da burguesia ou cabe a condição de, na expressão de Mészáros (2002), *estrutura totalizadora de comando político do capital*, que ampara e protege a produção e a reprodução social do sistema capitalista, independentemente de se é capital produtivo, comercial ou financeiro. A insuficiência orçamentária estatal é incapaz, perante condições normais, de subtrair dos ricos e das grandes fortunas os provimentos necessários para equilibrar as contas do Estado. Pelo contrário, desenvolve estratégias que aumentam ainda mais o endividamento e promovem novas ferramentas que amplificam o poder econômico dos já muito ricos investidores do capital financeiro, ao tempo que rebaixam as condições de existência dos trabalhadores e das classes intermediárias, o que ratifica a natureza do Estado como complementar, corretiva, protetora e codeterminante, além de ser pré-requisito fundamental ao funcionamento do capital.

As políticas neoliberais, desde a década de 1970, não têm outra função senão proteger os grandes investidores do mercado financeiro, garantindo-lhes a redução dos riscos em seus negócios, nem que para isso tenham de sacrificar uma massa de bilhões de pessoas. As medidas econômicas que beneficiam o mercado financeiro resultam no desemprego e/ou na queda de rendimento dos trabalhadores. Simultaneamente, reduz-se a arrecadação de impostos das classes mais abastadas sob o pretexto contraditório de preservar os empregos e a estabilidade econômica.

A queda da receita fiscal do Estado, em virtude das políticas econômicas favoráveis ao capitalismo, mas em especial em favorecimento do capital financeiro, aumenta a dívida pública e, igualmente, a parcela da receita destinada ao serviço da dívida. Por sua vez, o Estado, para assegurar o pagamento de suas contas, emite mais títulos públicos, alarga a sua dívida e entra numa crise fiscal que extorque quase completamente os fundos públicos. Daí que, “acima de certo patamar [...], a

crise fiscal do Estado, conjugada aos efeitos das políticas neoliberais, acarreta a redução de emprego no serviço público e a aceleração das privatizações e desregulamentações." (CHESNAIS, 1996, p. 308). A miséria provocada pelo endividamento dos países transformou-se numa fonte inesgotável de transferência de riqueza para o mercado financeiro.

Para que sempre mais o mercado financeiro consiga expandir-se, as negociações da dívida pública exigem que os Estados nacionais sigam as diretrizes dos organismos econômicos internacionais, que exigem uma economia liberalizada e desregulamentada. Os Estados nacionais reféns das dívidas e/ou de governos corruptos têm sido complacentes a esses ditames e precisam de mudanças econômicas internas para derrubar as barreiras que impedem novas dependências do mercado financeiro mundial. Chesnais (1996) revela que a liberalização e desregulamentação nas economias domésticas têm retirado a já comprometida autonomia relativa dos bancos centrais, até mesmo do Federal Reserve, nas determinações sobre a taxa de juros.

A consequência da perda de independência nos rumos da economia interna mantém uma relação intrínseca com a subordinação total dos governos aos interesses dos mais poderosos operadores do mercado. Já os operadores conseguem maior previsibilidade em seus investimentos e flexibilidade para fabricar dinheiro sempre que isso for benéfico a seus negócios (BOURGUINAT apud CHESNAIS, 1996).

O aumento do poder do mercado financeiro implica políticas econômicas cada vez mais preocupadas com o serviço da dívida, cuja finalidade é apoderar-se dos recursos públicos para atender, preferencialmente, às demandas dos investidores institucionais. Os fundos de pensão e os fundos mútuos, dos anos 1980 aos anos 1990, aproveitaram-se da crise econômica, que causou o endividamento tanto de nações do centro como de nações periféricas, para expandir os seus rendimentos.

Em 1988, os fundos de pensão nos países da OCDE administraram investimentos de US$ 3,9 trilhões de dólares; uma década depois, os valores já chegavam a US$ 10,2 trilhões de dólares, o que significava à época quase um terço do Produto Mundial Bruto. Nos EUA, os fundos mútuos administravam nos anos 1980 US$ 134 bilhões de dólares, e em 1990, US$ 1 trilhão de dólares. Sete anos depois, esses valores chegavam a US$ 3,7 trilhões de dólares (BERNSTEIN, 2001).

De acordo com o FMI (apud BERNSTEIN, 2001), em 1980, os Estados Unidos administravam quatro categorias de investimentos institucionais que correspondiam US$ 1,6 trilhão de dólares, pouco menos de 60% do PIB do país. Em 1990, chegaram a US$ 5,2 trilhões de dólares (95% do PIB), e três anos mais tarde superaram US$ 8 trilhões de dólares (125% do PIB). Na Inglaterra, em 1993, o valor se aproximava de US$ 2 trilhões de dólares, ou seja, 165% do PIB.

Para Bernstein, os fatores que explicam o processo de mundialização financeira que tem seu marco no final dos anos 1970 e início dos anos 1980:

> Um primeiro componente foi o papel dos Estados centrais, que desde a década de 1980 persistiram em seus déficits fiscais, o que gerou um enorme endividamento. Essa necessidade estatal de fundos forçou os governos a liberalizar os sistemas financeiros, abrindo suas ofertas de títulos ao capital internacional, no que começaram a se destacar os investidores institucionais não bancários (fundos de pensão, fundos comuns de investimento), as dívidas públicas se globalizaram e numerosos “produtos derivados” incluíam operações com títulos da dívida estatal (BERNSTEIN, 2001, p. 128).

Somente os EUA no ano de 1981 deviam US$ 1,1 trilhão de dólares, que dobrou em 1986 para US$ 2,2 trilhões. Em 1991, deviam US$ 3,4 trilhões; cinco anos depois, essa soma saltou para US$ 4,6 trilhões. Isso explica como ao longo do tempo esses investidores institucionais, sobretudo os fundos de pensão e os fundos mútuos, tornaram-se responsáveis pela hipertrofia financeira da economia mundializada.

Sauviat (2005) afirma que além dos investimentos nos títulos públicos, esses fundos constituem seu poder financeiro nos anos 1980 por meio da elevação da taxa de juros, do surgimento de um regime de baixa inflação e do desenvolvimento do mercado bursátil. “A regulamentação dos mercados de ativos e a liberalização dos mercados de capitais decuplicaram, ao mesmo tempo, suas oportunidades de aplicação.” (SAUVIAT, 2005, p. 112). Como se sabe, a liberalização dos fluxos de capitais e a titularização da dívida pública tiveram significativa importância para a mundialização financeira.

Sauviat garante que os haveres financeiros dos fundos de pensão e os fundos mútuos constituem uma força financeira considerável no final da década de 1990, graças à desregulamentação financeira doméstica que permitiu a esses fundos diversificar seus riscos. O poder financeiro desses fundos esclarece por que as

políticas econômicas orientadas pelos organismos internacionais conduzem os Estados a um crescente endividamento, sempre protegidos por acordos que garantem o pagamento das obrigações a um custo bastante elevado para a população.

Ao tempo que os fundos de pensão e os fundos mútuos são beneficiados com a liberalização da economia, à custa das reformas estruturais, conseguem aumentar a captação de meios para investir em mais ativos financeiros, inclusive em títulos da dívida pública (domésticos e/ou estrangeiros). Esses investidores institucionais corroboram para um *looping* eterno e paradoxal da sociedade capitalista, no qual as más decisões do Estado são recompensadas pelo sacrifício involuntário dos trabalhadores.

4.1.1 Capital fictício na crise contemporânea: resposta e agravamento da crise capitalista

A crise capitalista dos anos 1970, fartamente mencionada nesta seção, provocou um período relativamente longo de contração da economia mundial, que suscitou variadas teorias a respeito da razão da crise após quase trinta anos de crescimento econômico. A resposta à pergunta de como são desenvolvidas as crises do capital não é tão complexa quanto as condições objetivas para resolvê-las.

A superprodução e a superacumulação do capital acirram as contradições do sistema à medida que toda a riqueza acumulada e produzida pela classe trabalhadora retorna contra a própria classe que a produz. A sanha dos capitalistas de ampliar seu poder econômico, embora não seja um processo no qual essas subjetividades tenham absoluto controle sobre a ordem econômica, impõe a necessidade sistêmica desses sujeitos de se perpetuarem como capitalistas, num movimento contraditório que conduz a situações difíceis de serem atenuadas no interior do sistema capitalista.

As experiências dos anos de 1920 e 1930 deixaram marcas sociais que num modo de produção racional nunca voltariam a se repetir. Décadas após a Segunda Guerra Mundial, os desdobramentos político-econômicos apontavam para deliberações que, em 1971, confluiriam para a ruptura unilateral dos EUA com a paridade dólar-ouro do Sistema de Bretton Woods, bem como em decisões políticas dos países imperialistas (com destaque para Estados Unidos e Inglaterra), os quais,

sob a alegação de enfrentamento da crise, viriam a normatizar decisões que retomariam o protagonismo do mercado financeiro, só que agora em sua versão hipertrofiada.

Mészáros (2002) assevera que as contradições imediatas do capital são deslocadas e diretamente utilizadas como poder aparentemente ilimitado de autopropulsão:

> No curso do desenvolvimento histórico real, as três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo e circulação/distribuição/realização – tendem a se fortalecer e a se ampliar por um longo tempo, provendo também a motivação interna necessária para a sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada. Desse modo, em primeiro lugar, são superadas com sucesso as limitações *imediatas* de cada uma, graças à interação entre elas. (Por exemplo, a barreira imediata para a produção é positivamente superada pela expansão do consumo e vice-versa.). (MÉSZÁROS, 2002, p. 798, grifo do autor).

Desse modo, para Mészáros, a crise das décadas de 1929-1933 foi uma crise de realização em virtude do baixo nível de produção e consumo, o que não a valida como uma crise de dimensões estruturais, pois não abarcou as três dimensões a que o filósofo se refere, pois as disfunções de cada uma, isoladamente, não provocam um bloqueio sistemático das partes constituintes vitais do capital. A gravidade, a duração e a frequência das crises capitalistas que afetam uma ou outra das dimensões elencadas por Mészáros não indicam necessariamente que o sistema atingiu seus limites últimos. A crise estrutural, segundo o filósofo, deve forçosamente apresentar distúrbios de funcionamento nas três dimensões para que impeça sua capacidade de autorreprodução.

Ainda que não se aceite a perspectiva de crise estrutural[66] de Mészáros, é preciso concordar que a crise da década de 1970 não se circunscreve à esfera

[66] A expressão “crise estrutural” também é utilizada por outros pensadores, mas num sentido distinto do usado por Mészáros. Como exemplo, os economistas Gérard Duménil e Dominique Lévy entendem que a crise de 1890, a crise de 1929, a crise de 1970 e a crise da década de 2000 – que eles chamam de *Crise do Neoliberalismo* – são crises estruturais. Para ambos, “crises estruturais são os resultados combinados das contradições internas de cada ordem social e da luta de classes. Marcam rompimentos violentos na história do capitalismo, mas não mudam as evoluções subjacentes”. (DÚMENIL; LÉVY, 2014, p.29), e nem sempre apresentam os mesmos motivos para eclodir. Segundo os economistas franceses, as crises de 1890 e de 1970 foram resultado da queda da taxa de lucros; já a Grande Depressão e a *Crise do Neoliberalismo* não tiveram relação com o mesmo fenômeno. Eles acreditam que nessas duas últimas crises, a queda da taxa de lucros vinha se recuperando. O que essas crises possuem em comum é o fato de terem marcado o fim de um período de hegemonia financeira. “Ambas foram consequência do exercício da hegemonia, a

econômica, pois alcança de forma geral toda a sociedade, gerando, até os dias atuais, perturbações vigorosamente contraditórias à ordem do sistema. A crise dos anos 1970 legou à economia mundial um longo processo de estagnação, o endividamento de praticamente todas as nações (do centro à periferia), o desemprego e o deslocamento dos investidores para títulos da dívida pública dos EUA, que representavam investimentos financeiros pouco lucrativos, mas seguros ante a instabilidade econômica mundial. Conforme Coggiola (2012), os lucros em títulos da dívida norte-americana só não eram pequenos para um número relativamente reduzidos de bancos e *hedge funds* que manipulavam as operações financeiras em todo o mundo.

A transferência de investimentos do setor produtivo para o mercado financeiro-especulativo foi a alternativa encontrada pelo sistema capitalista para manter uma determinada margem de lucro, mesmo sem produzir valor real. O que se viu desde então foram crises econômicas potencializadas pelas disfunções da esfera financeira numa economia mundial que se encontrava (e se encontra) em permanente fragilidade. Diante disso, “o caminho da crise econômica foi pavimentado por uma série de crises financeiras.” (COGGIOLA, 2012, p. 11).

Mencionam-se a seguir algumas crises que resultaram dos desdobramentos econômicos dos anos 1970: crise da dívida externa dos países latino-americanos (1982); crise bancária do sistema de poupança e empréstimos dos EUA (1985); quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque (1987); estouro das bolhas acionárias e imobiliárias no Japão (1990); recessão norte-americana (1990-1991); ataques especulativos às moedas do mecanismo da taxa de câmbio europeus (1992); crise do México (1994-1995); crise asiática (1997); quebra do fundo especulativo *Long Term Capital Menagement*, LTCM (1998); crise russa (1998); crise da Turquia (2001); crise argentina (2001-2002); estouro da bolha acionária Nasdaq (2000-2001); recessão nos EUA (2000-2001); crise financeira iniciada no setor imobiliário (também chamada “Crise do *Subprime*”) (2007-2008) (COGGIOLA, 2012; HARVEY, 2014/2011; CHOSSUDOVSKY, 1999).

---

expressão irrestrita das exigências das classes altas que forçaram os mecanismos econômicos até os limites da sustentabilidade, extrapolando-os por fim”. (DÚMENIL; LÉVY, 2014, p. 29). Contudo, os economistas não levam em consideração, provavelmente, a hipótese de que o tal exercício hegemônico das classes altas tem relação com a superacumulação de capital que, consequentemente, pode levar à queda da taxa de lucro. Em razão disso, a alternativa sistêmica oferecida pelo capital é usar o excedente do setor produtivo num setor que pode dar respostas relativamente imediatas às suas necessidades sem incorrer nos riscos inerentes aos processos que envolvem a produção.

> A partir de 1970, tivemos 17 “eventos de crise” em três décadas e meia, uma a cada dois anos, em média; as crises passaram, aparentemente, a ser a norma da evolução econômica mundial, sendo a exceção o sexênio compreendido entre 2002 e 2007. A excepcional expansão econômica desse período concluiu numa crise sem precedentes, surpreendente pelo seu volume, profundidade e abrangência. (COGGIOLA, 2012, p. 12).

Analisam-se essas afirmações de Coggiola da seguinte maneira: as crises capitalistas sempre estão relacionadas à superacumulação que decorre da incrível e expansiva força produtiva do capital, que suscita contradições insolúveis no próprio sistema, uma vez que as condições que darão origem à crise estão justamente na necessidade de produzir mais e conseguir meios que aumentem a capacidade da extração de mais-valor. No entanto, à medida que se implementam tecnologias que reforçam a capacidade produtiva, cresce do mesmo modo a composição orgânica do capital, o que revela a redução variável da produção, ou seja, emprega-se menos trabalho vivo.

Marx esclarece:

> Considerando que as mesmas causas que elevam a taxa do mais-valor (o prolongamento do tempo de trabalho é um resultado da grande indústria) tendem a diminuir a força de trabalho empregada por dado capital, essas mesmas causas tendem a diminuir a taxa de lucro e a frear o movimento dessa diminuição. (MARX, 2017, p. 273).

O progressivo investimento em ativos financeiros em detrimento das aplicações no setor produtivo não impede a superprodução/superacumulação de capitais; pelo contrário, gera um tipo de superacumulação que não se restringe à realidade: a do mercado financeiro. Logo, dada a própria natureza do capital financeiro, o seu potencial especulativo e as ferramentas desenvolvidas pelas instituições financeiras, esse capital cresce indiscriminadamente, mesmo desvinculado das bases materiais que lhe deram origem.

A relativa autonomia do mercado financeiro, que busca resolver a queda tendencial da taxa de lucro capitalista com investimentos que não estejam diretamente dependentes da produção, circulação e do consumo/realização, fornece a falsa compreensão sobre a capacidade do dinheiro de criar dinheiro (D-D’), ou seja, dinheiro que se autovaloriza.

Ao passo que essas relações se tornam mais complexas e se desenvolvem outros mecanismos para operar esse tipo de mercado, as crises capitalistas ganham proporções maiores, pois “uma crise não é mundial só pela sua extensão geográfica, mas por deitar suas raízes e afetar os movimentos (produtivos, comerciais, financeiros) do mercado *mundial*.” (COGGIOLA, 2012, p. 13, grifo do autor). A suposta reabilitação da crise através de investimentos financeiros, sobretudo os que rendem uma fortuna em capital fictício, empurra para frente bolhas que, cedo ou tarde, estourarão com intensidade e profundidade que os expedientes usados outrora pelo capital não terão efeito.

Mandel ressalta a ocorrência desse fato nos anos 1970:

> O *boom* de 1972/73 havia sido essencialmente especulativo. A especulação imobiliária – da mesma forma que a especulação de matérias-primas – é um produto inevitável da inflação acelerada. Quanto mais o investimento produtivo se enfraquece ou estagna e quanto mais os bancos dispõem de uma abundância de liquidez, buscam alocações lucrativas em outro lugar, portanto também nos negócios imobiliários. A crise da indústria de construção civil foi – com a crise da indústria automobilística – o detonador da recessão de 1974/75. (MANDEL, 1990, p. 67).

Isto é, o capitalismo, ao risco de prejuízos ou de redução de lucro na produção, não se demora em procurar espaços mais propícios que lhe garantam os lucros e sua capacidade competitiva. A novidade está na dominância financeira em face da produção no capitalismo contemporâneo desde os anos 1970. Como pondera Harvey (2018), há uma mobilização muito grande de antivalor[67] para

[67] Segundo Harvey, o antivalor surge como a negação do valor, assim como a antimatéria se coloca oposta à matéria. O autor explica, baseando-se na teorização de Marx, que no momento que uma mercadoria é produzida, o trabalho vivo cria valor, porém esse valor apenas será realizado na circulação se não houver nenhuma intervenção que interrompa o processo. Caso aconteça algo que interrompa o processo de circulação do capital, há, para Harvey, uma situação de antivalor. Se numa situação hipotética houver um retardo na circulação de uma dada mercadoria, ela provavelmente perderá valor. Harvey também afirma que o antivalor não é um acidente infeliz provocado por um erro de cálculo, pois faz parte da própria natureza do capital. A crise de superprodução/superacumulação de capital é uma condição de antivalor, pois parte da riqueza produzida será completamente destruída ou desvalorizada. No momento em que o excedente de capital, no período de crise, é realocado para setores improdutivos, a exemplo de empréstimo para Estados nacionais – que gastam o dinheiro do empréstimo sem nada produzir –, existe nessa circunstância uma manifestação de antivalor, uma vez que a soma emprestada será convertida em títulos de capital fictício, os quais se converterão em renda para os credores/detentores dos títulos da dívida pública do Estado devedor. Harvey (2018, p. 81) afirma: “Qualquer desaceleração do valor em movimento acarreta uma perda de valor. Inversamente, acelerar o tempo de rotação do capital é um elemento fundamental para alavancar a produção de valor.”. Portanto, para ele, no momento em que há um obstáculo que impossibilite a valorização do valor e/ou na realização do valor, o antivalor aparece como oposição ao valor. Até mesmo o capital latente, enquanto se mantiver inativo, pode ser considerado um antivalor.

assegurar a produção futura do capital. Mais uma vez, o capital não se afasta de seu caráter antinômico, pois os mecanismos utilizados para proteger sua capacidade produtiva são os mesmos que intensificam as crises capitalistas e desaceleram a produção, isso quando não interrompem definitivamente várias unidades produtivas.

O investimento em papéis financeiros de obrigações (públicos e/ou privados) significa que a compra desses ativos deve render ao proprietário um tipo de "lucro" em forma de juros. Isso quer dizer também que o emissor desses títulos adquiriu uma dívida com aqueles que as compraram. Assim, "essa criação de dinheiro assume a forma de dívida, e dívidas são reivindicações sobre a produção futura de valor. A acumulação de dívidas ou é liquidada por uma produção futura de valor ou é desvalorizada no decurso de uma crise." (HARVEY, 2018, p. 49). Essa relação puramente especulativa produz um montante de capital fictício que, ao primeiro sinal de crise, paralisa boa parte do sistema produtivo. Como as dívidas são reivindicações sobre a produção futura de valor, a não liquidação da dívida implica o comprometimento da valorização (HARVEY, 2018).

Com a adoção do modelo político-econômico neoliberal pelas principais nações imperialistas na década de 1970, o crescimento econômico esteve sempre aliado ao aumento do desemprego mundial em virtude das mudanças no sistema financeiro internacional. O desenvolvimento econômico crescia proporcionalmente às crises, por todas as razões já destacadas.

> As contradições precedentes, porém, não tinham sido resolvidas, sua resolução foi adiada, dando uma sobrevida ao processo de acumulação com predomínio da valorização financeira do capital, que gerou as condições para que as contradições reaparecessem, agravadas. Diversos subprodutos financeiros surgiram, como os derivativos sobre empréstimos imobiliários, que foram empacotados e distribuídos por "fundos de investimento", perfazendo uma espiral de valorização fictícia do capital que encontrou rapidamente seus limites. (COGGIOLA, 2012, p. 17, grifo do autor).

A crise que se estabeleceu nos anos 1970 não destoou dos moldes da crise de 1929. O somatório dos colapsos econômicos que ocorreram em quase todos os países subdesenvolvidos e em diversos segmentos dos países do centro indicam que os prejuízos podem ser comparados aos da Grande Depressão. Coggiola

---

Essa categoria do antivalor citada por Harvey nada tem a ver com a teoria do antivalor do sociólogo pernambucano Francisco de Oliveira.

examina a relação entre produção e esfera financeira, e compreende que o apoio estatal para evitar a falência dos bancos e, do mesmo modo, o fechamento de vários setores da cadeia produtiva – incapazes de saldar suas dívidas –, centraliza a crise na esfera financeira e retira da esfera produtiva sua real responsabilidade.

As sucessivas instabilidades financeiras que têm acentuado as crises capitalistas no último quarto do século XX contribuíram para a interpretação da crise como um fenômeno que, basicamente, nasce da especulação (COGGIOLA, 2012). Surgem daí estratégias para controlar as especulações no âmbito internacional, a fim de evitar que o fluxo de capital se desloque tão somente para o mercado financeiro.

Como visto, a sociedade capitalista é constituída por um modo de produção que precisa se reafirmar como tal justamente quando necessita produzir mercadorias. Todavia, essas mercadorias não podem ser fabricadas sem antes o capitalista apropriar-se da força de trabalho humana; o tempo de trabalho socialmente necessário, dedicado à produção de uma dada mercadoria, é trocado por um salário.

O restante da jornada de trabalho que o trabalhador tem a obrigação jurídica de cumprir, sob as leis que regem a sociedade capitalista, converte-se em trabalho gratuito, trabalho não pago. Outras manifestações de mercadorias surgem no sistema capitalista, a exemplo de títulos, ações etc., mas apenas as que incorporam trabalho humano útil possuem valor cristalizado em sua matéria, independentemente de se se originam das necessidades do estômago ou da imaginação.

Quaisquer crises que se manifestem no capital têm vinculação direta com a produção de mercadorias, pois se encontra exatamente nos distúrbios da esfera produtiva o motivo pelo qual o capital realoca recursos fora da produção para a esfera financeira, sempre com o propósito de conservar sua taxa de lucro ou, o que é mais comum, de elevá-la a todo custo.

Os limites alcançados por intermédio de políticas contra-arrestantes encontram-se no adiamento dos impactos imediatos da crise, porém, o retardamento dela não a impede perpetuamente de se manifestar. Pelo contrário, o que se percebe depois da dominância financeira da economia é que o represamento da crise mediante artifícios do sistema financeiro tem acentuado a frequência, a extensão e a profundidade das crises quando o sistema econômico não consegue mais contê-las. A formação fora de controle de capital fictício, em suas variegadas

formas, demanda que o capital produtivo procure assegurar, com pouco ou nenhum êxito, a aposta especulativa sobre a criação de valor futuro.

Coggiola explica:

> Produziu-se então uma sequência de crises econômicas, interrompidas por “recuperações” frágeis e curtas. Para confrontar essa tendência, o capital global levou a níveis recordes a acumulação de capital, com elevação das taxas de exploração da força de trabalho (aumento da produtividade) e a potenciação de novas crises. O movimento acelerado surgia da própria crise do capital, e da tentativa de saída através do aumento da sua composição orgânica, aumentando a taxa de mais-valia e, portanto, a taxa de lucro de cada capital, acionando o mecanismo que produz a queda da taxa média de lucro. O movimento principal foi, porém, a valorização fictícia do capital. (COGGIOLA, 2012, p. 21, grifo do autor).

Coggiola comenta ainda o depoimento do analista da *Pacific Investment Management Company*, Bill Gross, que afirma ter descoberto que os preços dos ativos financeiros não eram mais função dos movimentos reais da economia, mas, contrariamente, os preços estabelecidos na economia real estavam sendo influenciados pelo movimento dos ativos no mercado financeiro. Especialmente o mercado de derivativos e os *hedge funds* dominavam esse tipo de manipulação.

Chesnais (1996, p. 275) diz que “para os grandes grupos do setor de manufaturas ou serviços, a estreita imbricação entre as dimensões produtiva e financeira da mundialização do capital representa hoje um elemento inerente ao seu funcionamento cotidiano.”. Ele entende com isso que a mundialização do capital transformou, com o passar do tempo, grupos industriais em grupos financeiros de predominância industrial e, em alguns casos, a globalização financeira coagiu grupos industriais a abrirem seu capital no mercado de ações. Desse modo, a esfera produtiva, ansiosa pelo crescimento em seus rendimentos, não se importa, *a priori*, se a obtenção de seus lucros tem origem na produção ou nos meios puramente financeiros.

> No entanto, permanece a distinção essencial, que separa capital produtivo, engajado num movimento de valorização do capital onde é central a maximização da produtividade do trabalho, e o capital-dinheiro, remunerado pelos juros, aos quais se somam atualmente todo tipo de lucros financeiros ligados ao movimento “autônomo” do capital monetário. (CHESNAIS, 1996, p. 275).

A busca por investimentos no mercado financeiro, com a intenção de reagir à queda da taxa de lucros, não modifica em nada a essência produtiva do sistema capitalista; longe disso, as antinomias do capital se reafirmam e reagem com mais violência aos momentos críticos em que se questiona a viabilidade de manutenção da economia capitalista e a estrutura político-estatal que a sustenta. “O aumento de especulação financeira, ou a transferência de riquezas da produção para o setor financeiro, é uma tendência em tempos de crise.” (COGGIOLA, 2012, p. 26). A mundialização capitalista tem nas últimas décadas elevado consideravelmente a exploração dos trabalhadores combinada ao aumento do desemprego, que impõe, igualmente, um crescimento do trabalho informal.

A novidade que se apresenta desde então é que a intensificação da jornada de trabalho, o desemprego, a inflação, a miséria e a precarização da vida humana não se restringem aos países subdesenvolvidos. A sociedade capitalista em permanente crise na contemporaneidade precisa extrair o máximo de mais-valor, alheia à nacionalidade dos explorados.

Em períodos de crise, contudo, há um recuo nos investimentos produtivos pelos próprios excessos do capital. A superprodução e a superacumulação de capitais forçam o sistema econômico a se orientar para setores improdutivos da economia que possam lhe proporcionar a preservação da ordem sistêmica, uma vez que os investimentos produtivos não podem proteger da mesma maneira a continuidade da reprodução capitalista. Para Coggiola (2012, p. 32), “as crises capitalistas são consequência da superprodução de mercadorias, manifestada como superacumulação (excedente) de capital, incapaz de continuar obtendo sua taxa de lucro precedente.”.

Os fluxos de capital afluem para o mercado financeiro a fim de alcançar ganhos que durante um processo de crise tornam-se impossíveis de ser alcançados na fabricação de mercadorias. A financeirização capitalista na década de 1970 não conseguiu se proteger das perturbações especulativas que também acometeram a crise de 1929; muito pelo contrário, houve sempre mais ferramentas financeiras que alimentaram a concupiscência especulativa dos operadores do mercado.

Chancellor (2001) faz uma boa reflexão a esse respeito ao dizer que a *especulação* é o nome dado a um investimento fracassado, enquanto *investimento* é o nome dado a uma especulação bem-sucedida. Independentemente dos ganhos (ou perdas) que proporciona aos investidores, a criação de capital oriundo da

especulação, ainda que indiretamente, gera prejuízos em médio e/ou longo prazo à sociedade, pois o lucro de alguns poucos impõe perdas imensuráveis a uma grande parcela da população mundial.

> Tendo como pano de fundo a gestação interrompida da tendência à queda da taxa de lucro, o movimento do capital na mundialização está regido, então, pelo efeito conjunto de dois mecanismos. Eles escapam, pelo menos no momento, quase completamente a qualquer “regulação”. De um lado se está na presença de mercados financeiros capazes tanto de condenar ao desaparecimento setores industriais inteiros, se isso puder aumentar o valor acionário de alguns grupos, ou de destruir a economia de um país débil através da especulação, quanto de ceder a movimentos coletivos de pânico financeiro. Simultaneamente, se está frente ao jogo devastador de uma concorrência sem freios, que vence as estratégias oligopolistas destinadas a contê-la, no qual um dos componentes é o movimento de internacionalização do capital produtivo com traços novos, que não se detém frente à deslocalização dos tecidos industriais e sociais nacionais de países que até agora lhe serviram de base. (CHESNAIS, 2010, p. 170).

As contradições inerentes ao capital, maiormente em períodos de crise, têm estimulado nos últimos cinquenta anos a estreita correspondência da esfera financeira com a da produção. Assim, cotidianamente, o mercado financeiro concebe novos produtos atrativos para investidores ávidos por lucros, cujo objetivo tem sido ampliar sua riqueza sem depender direta e exclusivamente do setor produtivo.

Para Chesnais (1996), a quantidade e a complexidade das transações financeiras, com destaque para os derivativos, refletem a irracionalidade e anarquia desse mercado que não para de se expandir à medida que as taxas de lucros do capital oscilam, estagnam e até recuam nalguns momentos. A minimização dos lucros na esfera produtiva estimula gradualmente o acirramento da exploração da força de trabalho.

Brenner (2002) considera que a estagnação econômica da década de 1970 a meados dos anos 1990 provém da capacidade produtiva do capital no âmbito internacional, que comprova as teorizações de Marx sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro. O pensador alemão entende que se deve à superprodução e à superacumulação de capitais a redução dos lucros nos setores produtivos. Na condição financeirizada do capital, o advento do neoliberalismo e uma nova configuração da divisão internacional do trabalho potencializaram esse fenômeno.

Brenner também confirma o retorno dos ciclos financeiros que posteriormente motivam sucessivas crises:

> A partir de inícios da década de 1980, imensas bolhas financeiras incharam por todas as economias capitalistas avançadas, em especial nos mercados de ações, nas fusões e aquisições e nos imóveis comerciais, com a demanda especulativa elevando o valor dos ativos e com os investidores efetuando suas compras na expectativa de que, havendo subido no passado, o valor dos ativos continuariam a subir no futuro. (BRENNER, 2002, p. 87).

Para o historiador, esse comportamento empresarial que mirava nos investimentos especulativos a saída da crise, com lucros superiores aos ligados à produção, causaram tão somente prejuízos e a elevação do endividamento das empresas não financeiras, as quais usaram bilhões emprestados para aquisições de ativos alavancados e a recompra das próprias ações, tudo isso acompanhado da fragilidade dos bancos que financiaram as ondas especulativas. O estouro da bolha determinou a tendência de um novo período de estagnação econômica.

Esse foi apenas um dos episódios dos muitos que marcariam a liberalização econômica e a desregulamentação financeira do capital pós-1970. “A nova era passou a caracterizar-se pela reprodução conjunta produtivo-especulativa do capital. Cada capitalista passou a reproduzir, conjuntamente, seu capital de forma produtiva e também financeira.” (COGGIOLA, 2012, p. 39).

Decorrem das mudanças dos direcionamentos econômicos com a financeirização do capital o distanciamento e uma relativa independência do preço dos ativos financeiros em relação ao dos ativos produtivos. Isso foi possível porque contou com a colaboração do capitalista industrial, que quis variar seus ganhos e garanti-los por intermédio de aplicações de cunho especulativo. A força das circunstâncias leva o capitalista industrial a investir parte de seus lucros em todos os tipos de papéis disponíveis no mercado financeiro; em sua maioria, de natureza genuinamente fictícia: fundos de investimento, dívidas públicas, ações, derivativos, *hedge* etc.

Coggiola avalia que essas transformações que aconteceram no capital, ao longo de décadas, incorporaram de tal maneira a lógica reprodutiva do sistema que mesmo que haja uma nova fase de acumulação produtiva, dificilmente existirá uma decomposição da estrutura financeiro-especulativa. “Pelo contrário, sua

permanência é critério cada vez mais importante do cálculo da valorização global de cada capital, e fator que permite a reprodução do capital.” (COGGIOLA, 2012, p. 39).

A simbiose do capital produtivo com o capital financeiro estimulou o poder dos oligopólios que mantinham a relação em ambas as esferas. Assim, conseguiram intensificar seus lucros ou compensar a redução dos ganhos no setor produtivo, no caso de ter havido alguma estagnação nas vendas. A participação das duzentas maiores empresas no PIB passou de 24%, em 1982, para aproximadamente de 35% no ano 2000. Pode-se ter uma dimensão do poder financeiro conquistado por algumas corporações (Mitsubishi, Mitsui, Itochu, Sumitomo, General Motors, Marubeni, Ford, Exxon, Nissho e Shell) no momento em que estas concentravam o equivalente ao PIB conjunto de Brasil, México, Argentina, Chile, Venezuela, Colômbia, Peru, Uruguai e Nova Zelândia, que correspondia a US$ 1,4 trilhão de dólares (sem mencionar algumas outras centenas de empresas que ampliaram seu poder econômico mediante os investimentos desvinculados do setor industrial). (COGGIOLA, 2012).

A concentração de capital em poucas empresas revela que estimativas ou apostas equivocadas nos papéis negociados por essas corporações podem causar o endividamento e a subvalorização dos ativos financeiros comprados e/ou emitidos por instituições financeiras, Estados nacionais, empresas e indivíduos, levando-os à ruína, mesmo que não tenham relação produtiva e/ou financeira direta com esses grupos.

Essa dialética perigosa entre produção e mercado financeiro gera repercussões deletérias, especialmente na população dos países periféricos, já que mais da metade dos funcionários e metade dos meios de produção desses grupos estão localizados fora de seus países de origem. As consequências das apostas do cassino estabelecido pelo mercado globalizado pioram a condição de desemprego, miséria, violência e impõem o declínio do padrão de vida nas regiões subdesenvolvidas do planeta.

De 1994 a 2000, o aumento da cotação das ações das empresas de tecnologia (*dot.com*) foi responsável pela bolha bursátil formada naquele período. Fica logo evidente o distanciamento entre o movimento da esfera financeira e as variáveis reais, pois apesar da queda da taxa de lucro das atividades produtivas, os preços das ações subiram. A relativa autonomia das ações não permitiu que a elevação dos preços continuasse superior à capacidade excedente da indústria.

Tratava-se de um caso de sobrevalorização de ativos financeiros, isto é, da criação de capital fictício, o que causou a queda da Bolsa e a recessão de 2000-2001. Os rendimentos do setor financeiro declinaram ao nível mais baixo desde 1980 (COGGIOLA, 2012).

Sobre essas crises, Chesnais comenta:

> [...] as crises são uma manifestação da exterioridade da finança em relação à produção. Os mercados financeiros aumentam a probabilidade. O "ficcionismo" inerente aos títulos é ainda aumentado pelo jogo de transações bursáteis que empurra a níveis elevados muito elevados o valor nominal de certos ativos. (CHESNAIS, 2010, p. 171).

A crise das *dot.com* que se abateu sobre a Nasdaq representou basicamente a diferença dos créditos conferidos à produção futura e a possibilidade de essa produção se tornar realidade. A ideia, à época, de que a internet seria capaz de vender qualquer coisa ditava às empresas de tecnologia uma nova economia que se apresentava ao mundo dos negócios capitalistas como uma fonte inesgotável de lucros, assemelhando-se à irracionalidade das *manias* que ocorrera no passado. A título de exemplo, "na Nasdaq o grau de 'fictividade' de uma grande parte dos títulos era tão elevada que os investidores realizaram seus ganhos e partiram." (CHESNAIS, 2010, p. 176).

As promessas dos ganhos estimados se frustram assim que o mercado se torna incapaz de corresponder aos anseios dos investidores, que, ludibriados pela ambição de alta lucratividade, não avaliam os riscos dessas transações. As oscilações dos preços dos ativos financeiros têm a ver com as estratégias desenvolvidas pelos especuladores para sobrevalorizar os papéis colocados à disposição no mercado, ainda que haja uma enorme distância entre o desempenho da empresa e sua representação bursátil, ou já não haja correspondência entre essas duas esferas.

Sobre esse tema, Teixeira e Gomes refletem:

> Imaginemos, então a possibilidade de crescimento das alternativas de especulação ante a queda geral dos lucros nos circuitos de produção e de comercialização de mercadorias. Foi exatamente isso que ocorreu nas últimas décadas. A incapacidade de solução para a crise mundial que se alastrou, envolvendo as grandes potências capitalistas e seus satélites, levou a uma corrida sem precedentes às

> oportunidades especulativas que se abriram a se multiplicaram, tornando ainda mais difícil a recuperação das taxas médias de crescimento econômico experimentadas nas décadas anteriores. (TEIXEIRA; GOMES, 2021, p. 66).

Na esteira do que dizem Teixeira e Gomes, Chesnais (2010) afirma que, para os rentistas, a solução das “crises financeiras” consiste na defesa do capital fictício sob o pretexto da promessa de renda sobre a produção presente e futura. A criação e a comercialização de formas fictícias de capital se justificam porquanto se especulam os lucros da produção existente e da produção que não existe. O incentivo a uma sobreprodução que equivalha à quantidade de papéis emitidos no presente provoca a queda da taxa de lucro do setor produtivo, o que fatalmente redundará em novos investimentos no mercado de ações.

Chesnais entende que o método adotado pelos especuladores financeiros baseia-se em persuadir os investidores a permanecerem no mercado, bem como convencê-los de que nem todos devam vender os seus títulos e, sobretudo, certificar-se que uma quantidade suficiente de investidores está disponível para a compra dos títulos colocados à venda. Segundo Chesnais (2010, p. 174), “é aqui que intervém esse elemento tão fortemente diferenciado de país a país, que é a capacidade de ‘curar o mal com o mal’, isto é, de injetar liquidez que ajudará a evitar a destruição do capital fictício e que pode se transformar em capital fictício adicional.”. Isso desenvolve um mecanismo que corrobora a capacidade do mercado financeiro de se retroalimentar, embora essas alternativas para crise impliquem subsequentemente crises mais severas.

As crises financeiras revelam o caráter fictício de todas as formas de ativos no mercado que perderam o seu nexo com a realidade ou que nunca tiveram, de modo que tão logo se desencadeie um processo de crise, os excessos na criação de títulos de natureza fictícia são revelados. Contudo, a crise não apenas elucida as formas ilusórias de capital, cada vez mais corrente na atualidade, mas tem consequências práticas: destruição de capital excedente, destruição das forças produtivas e aviltamento das condições sociais de existência, com maiores prejuízos para a classe trabalhadora. Coggiola (2012, p. 105) assegura que “a gigantesca torre de Babel do capital fictício, a estrutura de crédito global que se ergueu nas últimas décadas, deixara de ser um instrumento de expansão global para converter-se em um fator de desintegração global e de crise.”.

O retorno do crescimento na produção e no comércio internacional a partir de 2002 faz o capital iniciar um novo processo de desenvolvimento da economia mundial, que, em certa medida, teve contribuições dos ataques ao *World Trade Center* e ao Pentágono em 11 de setembro, um ano antes. Essa ocorrência que deflagrou a Guerra do Iraque e do Afeganistão não só justificou o aumento dos gastos militares, como também os gastos de outros setores da indústria que estiveram ligados indiretamente a esse evento.

Mampaey e Serfati (2005) advertem que desde 1999, sob a gestão Clinton, o governo norte-americano propôs um aumento para o período 1999-2003 de US$ 110 bilhões de dólares, o que significa um crescimento orçamentário militar anterior aos ataques de 11 de setembro, a fim de tranquilizar os mercados no contexto do *crash* que abalou Wall Street e a Nasdaq. Talvez, a real contribuição econômica dos ataques aos EUA esteja efetivamente nos gastos militares que legitimaram a elevação dos ativos dessa indústria no mercado.

Coggiola (2012) acredita que essas medidas militares contra alguns países do Oriente Médio reduziram os impactos da crise de 2001-2002, porém, apenas estariam adiando as contradições intrínsecas ao capitalismo estadunidense. Essa guerra, além de reaquecer a economia dos EUA nalguns setores da indústria, tinha interesses claros a respeito do petróleo e de outros insumos da Ásia Central, sem levar em consideração a necessidade dos Estados Unidos de ocupar o espaço geopolítico deixado pela antiga União Soviética.

A aparente recuperação econômica mundial de 2002 a 2007 foi seguida de uma considerável expansão internacional do capital financeiro. De acordo com Coggiola, o fluxo anual mundial de capitais pelas fronteiras nacionais passou de US$ 1,1 trilhão de dólares em 1990, o equivalente a 5% do PIB mundial, para US$ 11,2 trilhões em 2007, 20% do PIB mundial. Contraditoriamente, os EUA, que representavam o centro da recuperação econômica mundial, enfrentavam a maior depreciação cambial dos últimos 15 anos em relação às moedas estrangeiras, além de uma dívida pública crescente (interna e externa). Para Harvey (2011, p. 26), “de quase nada em 1990, esses mercados cresceram e passaram a circular aproximadamente 250 trilhões de dólares em 2005 (a produção total mundial foi então de apenas 45 trilhões de dólares) e talvez algo como 600 trilhões de dólares em 2008.”.

As inúmeras crises que acometeram por décadas o sistema capitalista resultaram na crise *dot.com* e incentivaram a busca de mercados mais seguros para a valorização de capital. Nesse contexto, o ramo imobiliário, que se encontrava em progressiva expansão, parecia ser uma fonte confiável para que os investidores pudessem aplicar seu capital. Coggiola informa que a hipoteca faz parte da realidade econômica norte-americana desde os anos 1900, quando 30% das residências dos EUA eram financiadas em 40% de seu valor. Desde o início do século XX foram realizadas várias iniciativas nesse sentido, como a lei de 1913, que permitiu deduzir do imposto de renda os juros sobre os empréstimos para habitação, ou as medidas do *New Deal* que criaram a Agência Federal de Habitação (*Federal Housing Authority* – FHA).

Na década de 1970, 60% das residências nos EUA estavam hipotecadas em mais da metade do seu valor (COGGIOLA, 2012). Os EUA em mais de um século desenvolveram políticas de endividamento bastante lucrativas para os bancos prestamistas, porém, com a desregulamentação nas décadas de 1990 e 2000, foi dada a oportunidade para que outros agentes financeiros pudessem igualmente realizar empréstimos hipotecários.

A desregulamentação junto à securitização do mercado imobiliário ajudou o movimento de especulação e de valoração dos ativos financeiros na década de 2000, fazendo com que os imóveis chegassem a aumentar até 126%. Tonelo (2021) diz que de 2000 a 2008, o PIB estadunidense variava de 1% a 3%, enquanto as operações que envolviam o mercado imobiliário giravam em torno de 3 a 4 trilhões de dólares, as quais constituíam 35% do PIB do país em 2003. A entrada de instituições financeiras não bancárias como financiadoras de créditos habitacionais foi favorecida pela queda da taxa básica de juros da economia, que variava entre 1% e 2% até 2004. Em 2002, essas entidades financeiras ofereciam apenas 12% dos empréstimos; contudo, 62% dos mutuários mantinham vínculos com essas instituições.

Em 2003, o governo de George W. Bush sancionou o *American Dream Downpayment Initiative*, um programa habitacional que visava promover a “casa própria” de 40 mil estadunidenses por ano e, ao mesmo tempo, tentava fortalecer o mercado imobiliário. Esse sistema de crédito hipotecário foi desenvolvido para atender à faixa de cidadãos estadunidenses que normalmente teriam dificuldades de demonstrar sua capacidade de adimplência na compra de imóveis; pois os

tomadores desses empréstimos não precisavam comprovar renda, emprego ou quaisquer garantia de pagamentos. Esses créditos foram chamados de *subprime* (*subprime loan* ou *subprime mortgage*) pelos riscos oferecidos, diferentemente dos *prime lending rate,* que representavam créditos destinados a tomadores de empréstimos confiáveis (COGGIOLA, 2012).

Coggiola (2012) esclarece que o mercado habitacional dos EUA estava integrado ao mercado de capitais desde a reestruturação e o desenvolvimento da securitização dos títulos hipotecários na década de 1980. Nessa correlação existente entre mercado de hipotecas e mercados de capitais, os bancos concediam créditos gradualmente arriscados com a finalidade de alavancar o preço desses ativos. Com o tempo, as dívidas dos mutuários passaram a ser saldadas somente mediante a tomada de novos empréstimos, que tinham como garantia de pagamento o mesmo imóvel.

Essa estratégia de rolagem de dívidas funcionou enquanto o preço dos imóveis permanecia em incessante valorização, mas com a disparada dos juros, houve uma depreciação no preço dos imóveis, o que desencadeou um processo de inadimplência massiva. Por consequência, “metade dos ‘proprietários’ só o eram no nome, pois possuíam, muitas vezes, apenas 10% do valor real de suas casas.” (COGGIOLA, 2012, p. 67).

Tonelo anota:

> Entre os principais mecanismos de expansão da financeirização e das condições para a formação da bolha imobiliária, podemos remarcar como aspecto central a importância da participação dos bancos de investimento para a aceleração das vendas de imóveis a partir de volumosas concessões de crédito. Com isso, permitiu-se o superaquecimento das vendas no setor e foram oferecidas novas “condições” para a criação de hipotecas, por meio de mecanismos financeiros inovadores. Em outras palavras, o que foi visto foi um processo de alavancagem (*leverage*) das vendas imobiliárias a tal nível que criou condições para o hiperendividamento das famílias até a asfixia, levando à inadimplência e à crise generalizada. (TONELO, 2021, p. 19).

Embora o crescimento da renda dos EUA estivesse em níveis muito baixos em 2007, a reduzida taxa de juros estimulava o consumo privado, que chegou ao patamar de 72% do PIB. A combinação de baixas taxas de juros com a venda indiscriminada no setor imobiliário levou ao estouro da bolha. A securitização das

dívidas dos mutuários e diversas inovações financeiras transformaram o setor imobiliário na mais nova *mania* do capital; no período de 2000 a 2005, houve uma elevação da taxa média dos preços dos imóveis de 6,4% para, aproximadamente, 14%.

Conforme Coggiola (2012, p. 70), "o crédito *subprime* fora criado em 2001 para salvar o capital financeiro da crise das empresas de alta tecnologia, propiciando aos bancos de investimentos gerarem operações em derivativos, tendo como título garantidor as hipotecas *subprime*". Cabe aqui ressaltar a importância dos derivativos como ferramenta financeira fundamental para o esgarçamento da crise convencionalmente chamada de crise do *subprime*. Daí a não menos importante tarefa de entender a sua função, sobretudo no capitalismo contemporâneo.

A priori, pode-se afirmar que os derivativos são títulos derivados de ações ou obrigações (títulos de dívida pública e/ou privada) ou mercadorias que atuam sobre a especulação dos preços no mercado futuro, de modo que os preços negociados/especulados no presente de um ativo financeiro ou ativo real devem ser comprados ou vendidos no preço previamente estabelecido entre as partes.

Para Palludeto (2016), o derivativo representa a venda de uma promessa da entrega de um ativo, que não precisa ser necessariamente o ativo subjacente, a um preço acordado e num futuro também acordado entre duas contrapartes.

> Atualmente, uma multiplicidade de variáveis pode ser utilizada como subjacente, desde mercadorias agropecuárias até títulos financeiros, como ações, moedas nacionais diversas e títulos de dívida. Mesmo elementos que não são propriamente ativos podem ser objeto de transação envolvendo derivativos, como índices de bolsas de valores, índice pluviométrico, temperatura, receitas do lançamento de filmes etc. – embora a parcela desses contratos no total do mercado seja bastante pequena. (PALLUDETO, 2016, p. 12).

O grau de fictividade do derivativo demonstra o quão tem sido responsável pela criação de capital fictício desde a liberalização e a desregulamentação financeira nos anos 1970, apesar de se ter indícios de sua presença desde a Antiguidade. O economista supramencionado também elenca pelo menos quatro modalidades de derivativos que podem gerar combinações: 1. A termo (*forward*); 2. Futuro (*future*); 3. Opções (*options*); 4. *Swaps*. Para a nossa pesquisa, a relevância no que se refere à crise econômica de 2007 se encontra no que Palludeto classifica

como comportamentos básicos dos derivativos: *hedge*, especulação e arbitragem. De forma bastante abreviada, discorrer-se-á sobre os três.

O ***hedge*** é um derivativo que serve como um mecanismo de cobertura de risco. Se num determinado período, um industrial estiver receoso sobre a estabilidade econômica e preocupado com a variação de preços dos seus produtos no mercado, poderá vender sua produção antecipadamente a um preço preestabelecido, sem que, com isso, precise ter essas mercadorias fabricadas.

Já os derivativos da **especulação** podem se beneficiar de uma variação no mercado através do recurso da alavancagem. Toma-se o seguinte exemplo: suponha que um agente espere que certo ativo financeiro no futuro seja negociado por um valor superior ao que tem no momento presente; ele poderá adquirir através de alguma entidade financeira um contrato de compra, no qual, no futuro, devolverá o valor do empréstimo com os juros do contrato e, a partir daí, embolsará a diferença ou – caso suas estimativas sejam frustradas – terá de pagar o prejuízo.

Por último, a **arbitragem** ocorre quando é possível avaliar as desigualdades de preços de ativos da mesma natureza, mas de mercados distintos; bem como podem ser do mesmo mercado, porém com temporalidades distintas (PALLUDETO, 2016). Por exemplo: um determinado ativo custa no mercado à vista o equivalente a R$ 100,00, a taxa de juros de três meses é de 10% e no preço futuro está sendo negociado a R$ 120,00. Isto é, o empréstimo será de R$ 100,00 a 10%. Logo, pode-se representar o lucro da operação da seguinte forma: R$ 120,00 - R$ 110,00 = R$ 10,00.

> Derivativos negociados em bolsas ou fora de bolsas também podem ser usados como garantia para outros negócios em bolsa ou para créditos. Quando esses derivativos perdem seu valor subitamente, afetam também o negócio que deveriam garantir. No caso dos derivativos dos créditos hipotecários *subprime*, os tomadores de empréstimos não tinham condições de renda para assegurar as condições dos contratos em horizontes de várias décadas, as instituições financeiras criaram então mecanismos de repasse do risco de não pagamento das hipotecas. São os mercados derivativos de risco de inadimplência, onde os “agentes econômicos” apostam nas hipóteses dos contratos serem ou não honrados. (COGGIOLA, 2012, p. 17, grifo do autor).

Observam-se alguns fatores que determinaram o desencadeamento da crise, os quais isoladamente já causariam problemas à reprodução capitalista. No entanto,

todos juntos serviram de catalisadores para a maior crise do capital depois do *crash* de 1929. A causa primordial está, certamente, na superprodução estimulada pelo aumento do crédito, que forçou o desenvolvimento do mercado financeiro com a finalidade de compensar a queda dos rendimentos do setor produtivo e, por sua vez, absorveu o excedente de capital, haja vista que os ativos negociados, mesmo vinculados a ativos reais da produção, tiveram seus valores independentes dos valores das mercadorias que originaram esses papéis.

Contudo, existiu uma condição singular dessa crise que foi decisiva para a criação da bolha e o consequente estouro dela em 2007. Os bancos, para assegurar o pagamento das hipotecas, repassaram os riscos para seguradoras. “A *securitização* era uma forma de agrupar uma série de tipos de passivos financeiros (de diferentes rentabilidades e riscos) e convertê-los em títulos padronizados e negociáveis no mercado.” (TONELO, 2021, p. 20, grifo do autor). Entre esses agrupamentos de passivos transformados em títulos estava o *Collateralized Debt Obligations* (CDO).

Os bancos de investimento, para melhor negociar os ativos derivados das hipotecas, classificavam-nos de acordo com o risco de inadimplência e rentabilidade: quanto maior fosse o risco, maior seria a rentabilidade. O processo de securitização permitiu que vários produtos financeiros fizessem parte de um mesmo pacote de investimentos, independentemente da variedade de riscos e da diferença que esses ativos de dívida guardavam entre si.

> O objetivo desse processo de securitização era diluir as hipotecas consideradas de alto risco de inadimplência em outros ativos mais seguros, para que o novo ativo criado – no caso, o CDO – pudesse ser bem avaliado pelas agências de avaliação de risco – como a Standard & Poors, Moody’s e Fitch – e dessa forma encontrasse mercado. Pela via desse processo, os bancos conseguiam que cerca de 75% das dívidas negociadas se transformassem em novos títulos, mais bem classificados, com *raitings* [avaliações] superiores. Assim, o banco de investimentos, ao vender o pacote financeiro para investidores, transferia-lhes o grosso dos rendimentos e dos riscos. (TONELO, 2021, p. 21).

Esses títulos eram repassados para outros bancos que se interessavam em comprar o risco e, assim, tinham a chance de aumentar sua rentabilidade. De acordo com Coggiola (2012), essa cadeia era retroalimentada frequentemente, pois os CDSs (*credit default swaps*) podiam ser repassados de banco em banco a partir de

um novo derivativo lançado em cada operação. O caráter especulativo-fictício da economia capitalista atingia níveis imensuráveis. Em 2003, o valor nocional dos CDSs estava em US$ 2,2 trilhões de dólares; quatro anos depois chegavam a US$ 54,6 trilhões.

Comenta Coggiola:

> A produção de títulos inflados pela especulação, créditos e dívidas em lastro, dos estados nacionais e suas autoridades monetárias, permitiram que os ativos financeiros em circulação no planeta, momentos antes da crise, fossem estimados na cifra de 680 trilhões de dólares, para um PIB mundial de 60 trilhões. (COGGIOLA, 2012, p. 75).

Em 2008, o mundo finalmente descobriu a fraude construída pelo setor imobiliário norte-americano, que criou uma bolha financeira com cifras inimagináveis ao vender imóveis a uma parcela da população que claramente teria dificuldade em saldar suas obrigações. Em virtude dos CDOs, muitos fundos de investimentos possuíam parte desses papéis financeiros. O que se seguiu foi o pânico que levou à venda das ações por medo de elas estarem contaminadas com os títulos dos passivos imobiliários estadunidenses.

Dessa maneira, “o medo de retração da economia dos EUA, aliado à suspeita da existência de papéis ‘contaminados’ nos fundos de investimento, fez com que muitos investidores vendessem as ações que possuíam.” (COGGIOLA, 2012, p. 80). Em vista disso, o preço das ações no mercado acionário mundial sofreu queda e houve um fluxo de capitais dos países periféricos para países do centro em busca de melhor alocação a seus recursos. Muitas instituições financeiras tornaram-se insolventes, tendo de receber recursos governamentais e até sendo controladas diretamente pelos governos.

O saldo da crise estava representado por aproximadamente 3 milhões de famílias inadimplentes. Em ato de desespero, muitos mutuários procuraram vender suas casas no mercado, mas isso apenas reforçou a depreciação desses imóveis – até mesmo dos imóveis financiados pelas taxas *prime*, ou seja, aquelas hipotecas com melhores chances de solvência. Assim, “muita gente devia mais na hipoteca do que o valor da casa hipotecada, pois os preços tinham sofrido uma queda histórica (a maior em um século, depois de ter experimentado um crescimento igualmente espetacular).” (COGGIOLA, 2012, p. 81). Para complicar a situação, os próprios

bancos tomavam a casa das famílias inadimplentes e as colocavam à venda. Isso desencadeou um processo crescente de imóveis disponíveis no mercado, que desestimulava a compra de títulos vinculados a hipotecas sob a suspeita de títulos tóxicos.

Estima-se que em 2007 somente 10% dos valores negociados nas hipotecas tinham lastro real, o que resultava na prática numa bolha de US$ 60 trilhões de dólares, correspondente a quatro vezes o PIB dos EUA ou o valor de todos os depósitos bancários de todo o mundo, ou ainda, 100% do PIB mundial. Essa condição conferiu à crise de 2007 a formação da maior bolha especulativa da história do capital (COGGIOLA, 2012).

Dúmenil e Levy (2014) estão convencidos de que os excessos decorrentes das hipotecas *subprime* apenas foram possíveis por causa da securitização e do seguro contra a inadimplência. Esses instrumentos financeiros, além de fomentar o mercado imobiliário, foram utilizados por outros mercados de derivativos. A partir daí, a bolha imobiliária dos EUA fez com que pacotes financeiros e outros títulos imobiliários depreciassem em razão das próprias condições de risco que se manifestavam na crise, levando a um imenso acúmulo de títulos podres (*junk bonds*) nos bancos de investimento.

Os impactos causados pela Terceira Grande Recessão esboçam a incapacidade de o capital conseguir aliar sua reprodução com os interesses comuns aos de toda a humanidade. Pelo contrário, o sistema econômico capitalista tão somente reafirma sua natureza despótica, que não mede esforços para proteger a fortuna alcançada através da expropriação do trabalho alheio. Sobre isso, Harvey (2011, p. 10) diz que, em 2007, “as perdas dos que estão na base da pirâmide social quase se igualaram aos extraordinários ganhos dos financistas na parte superior.”.

A experiência da crise de 2007 demonstrou, de forma clara, que os riscos financeiros ou as perdas capitalistas serão sempre restituídos com o aumento da exploração dos trabalhadores, pois é nos momentos de crises econômicas que se revela a inconsistência dos ativos financeiros puramente especulativos, demandando da ordem econômica capitalista a criação de riqueza real através do trabalho excedente. No século XXI, aperfeiçoaram-se diversos instrumentos já utilizados desde a reestruturação produtiva na década de 1970, legitimados pelo próprio desenvolvimento informacional, que requereu novas estratégias para a apropriação do trabalho alheio.

Segundo Alves:

> Não se trata apenas de um novo modo de regulação do trabalho capitalista adequado ao capitalismo flexível, mas uma situação-limite na forma de ser da exploração do trabalho humano pelo capital. Por exemplo, as novas tecnologias informacionais acopladas à gestão toyotista – método *just-in-time/kan-ban* e a automação – contribuíram efetivamente para a intensificação do tempo de trabalho e o aumento do estresse laboral. No plano categorial, o capital global – a forma dominante de capital predominantemente financeirizado que comanda o processo de trabalho operando a síntese entre mais-valia relativa e mais-valia absoluta – "implodiu" no território do Estado-nação, desmontado pelas políticas neoliberais, as categorias de *jornada do trabalho* e *forma-salário* [...] (ALVES, 2016, p. 87, grifos do autor).

Na atualidade histórica, com todos os dispositivos tecnológicos e científicos que auxiliam na intensificação da exploração da força de trabalho, a mudança de empresas capitalistas nacionais para determinadas regiões subdesenvolvidas tem sido uma das principais alternativas do capital para atenuar os prejuízos financeiros acumulados ao longo das últimas décadas, uma vez que nos países localizados nessas regiões encontram-se as condições favoráveis (trabalhadores mal remunerados, desregulamentações trabalhistas, isenção fiscal etc.) para que as empresas capitalistas reduzam os efeitos da crise, além de estimular a valorização dos ativos financeiros no mercado especulativo. Por essa razão, as crises progressivamente mais violentas do capital deixam explícita a expansão de desempregados em proporções globais; ao mesmo tempo, produz uma massa de trabalhadores precarizados em determinadas partes do planeta[68], como medida paliativa para tentar resolver momentaneamente transtornos insolúveis no interior do modo de produção capitalista, haja vista que tais problemas são de ordem estrutural.

[68] A diáspora industrial provoca, nos países originários dessas empresas, um crescente aumento da massa de desempregados que produz as mazelas econômicas e sociais que acompanham os trabalhadores num modelo de sociedade do tipo capitalista. Isso, subsequentemente, desencadeará um novo processo de crise que reflete a incapacidade do capital de solucionar as suas contradições. Daí que, no máximo, o capital consegue lançar para o futuro os problemas atuais, porém, cedo ou tarde, terá de prestar contas com todas as antinomias acumuladas a partir de medidas utilizadas para ocultar e/ou adiar as crises. De acordo com Marx, a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva "[...] ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital." (MARX, 2013, p. 721).

O desemprego assume proporções crônicas em razão do próprio estímulo às contradições do sistema econômico.

Como anota Mészáros:

> [...] a questão do desemprego crônico traz à baila as contradições e os antagonismos do sistema global do capital na forma potencialmente mais explosiva. Todas as medidas criadas para tratar do profundo defeito estrutural do crescente desemprego tendem a agravar a situação, em vez de aliviarem o problema. Seria um milagre se fosse diferente, já que todas as premissas e determinantes causais do sistema devem ser consideradas resolvidas e inalteráveis: a maneira característica de lidar com as dificuldades é reforçar de modo implacável a subordinação do trabalho ao capital até nos países “democráticos liberais” (que nos últimos tempos aprovaram leis mais abertamente antitrabalhistas) e ao mesmo tempo fingir que ela não existe neste melhor de todos os mundos realmente plausíveis. (MÉSZÁROS, 2002, p. 224-225).

Nesse sentido, a particularidade do capitalismo dos Estados Unidos foi responsável por prejuízos financeiros, sociais, ambientais, políticos e humanitários que desencadearam as maiores crises econômicas do século XX e do início do século XXI. Estas não se restringiram aos limites fronteiriços da nação norte-americana, pelo contrário, expandiram-se pela economia global, gerando reflexos negativos, com maior gravidade para as regiões periféricas. Desse modo, a América Latina, historicamente dominada/dependente do imperialismo norte-americano, sofreu mais diretamente as consequências das crises, sobremodo pela especulação e pela criação de capital fictício sob a regência do mercado financeiro hipertrofiado no capitalismo contemporâneo.

4.2 SISTEMA DE CRÉDITO MODERNO, DÍVIDA PÚBLICA E CRISE DO CAPITAL

Marx, no livro III de *O Capital,* já havia tecido breves considerações a respeito da dívida pública, que, apesar de cumprirem um papel introdutório, foram importantes para entender o lugar que ela ocupa na criação de capital fictício e como fonte de lucro praticamente inesgotável para a acumulação e a centralização de riqueza sob o poder de uma classe de rentistas e financistas.

A dívida pública, nos séculos posteriores à publicação da obra póstuma de Marx, foi imprescindível para a reprodução do capital e uma maior dependência econômica das nações de economia subdesenvolvidas, o que contribuiu para a

sobrevida do sistema econômico, ainda que para isso fosse necessário um exponencial esgotamento dos recursos de manutenção da vida planetária e um aumento substancial da expropriação da força de trabalho.

Marx (2017) esclarece que o capital da dívida pública não passara de relações contratuais que equivaliam simplesmente a uma quantidade negativa de valor, mas que apareciam como parte do capital bancário de maneira semelhante às formas reais de capital. Para o banqueiro, a dívida passa a ser uma mercadoria como qualquer outra.

O pensador alemão constata que todas essas distorções do valor apenas foram possíveis porque tiveram como fonte primordial o capital portador de juros, que embora tivesse uma relação originalmente indissociável com o capital funcionante (produtivo e comercial), foi matriz geradora de todas as formas insanas encontradas na economia capitalista. Os juros dos empréstimos ocultavam que a única forma verdadeira de multiplicar capital não podia ser outra senão por via da criação de mais-valor extraída da força de trabalho. De acordo com Marx, o movimento independente do valor dos ativos financeiros (títulos, ações etc.) reforça a ilusão.

Marx (2013), no livro I de *O Capital,* definiu a mercadoria como um objeto externo que, por meio de suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas, indiferentemente de se elas derivam do estômago ou da imaginação. No livro III, ele admite que os títulos financeiros (ou quaisquer outros ativos dessa natureza) se tornam mercadoria. Os preços estabelecidos no mercado se distinguem do valor nominal, mesmo que em sua referência no capital real não tenha havido alteração de valor ou que possa ser alterado, pois sua lógica obedece a uma dinâmica diferente das mercadorias criadas a partir do capital produtivo.

A natureza das mercadorias apresentadas por Marx no livro I (originada numa fábrica ou numa escola) é absolutamente distinta da natureza da mercadoria apresentada por ele no capítulo V do livro III; porém, ambas possuem características fundamentais que as identificam como mercadoria: a capacidade de serem comercializadas num mercado específico e de gerar lucro para o capitalista.

As propriedades das mercadorias negociadas no mercado financeiro não satisfazem as necessidades humanas do estômago ou da imaginação, mas com toda a certeza atendem aos imperativos do capitalismo, pois esse tipo de mercadoria, apesar de dotada de formas ilusórias geradas pelo próprio capital, não

impede que seus proprietários acumulem riqueza, desde que o sistema econômico permaneça em relativa estabilidade. De modo contrário, em períodos críticos da economia capitalista, torna-se bastante difícil dissimular a falta de substância desses ativos financeiros.

Marx (2017) pondera que o capital portador de juros representa uma forma mistificada de capital, porém isso não significa que as relações constituídas não são reais, visto que o empréstimo foi destinado à produção de mercadorias que, ao serem colocadas em circulação, realizam-se em lucros, de modo que os juros dizem respeito a uma parcela da criação de mais-valor que fora convertida em lucros e apropriada pelo capitalista/instituição financeira prestamista. O mesmo não acontece com o capital fictício, cujos lucros são completamente estabelecidos em transações financeiras, sem uma substância real vinculada ao valor-trabalho.

Segundo Sabadini:

> [...] o desenvolvimento do capital fictício – caracterizado por diversos instrumentos financeiros como as ações, títulos públicos... – dissimula ainda mais as conexões com o processo real de valorização do capital, consolidando a imagem de que ele se valoriza por si mesmo, nas transações de compra e venda especulativas. (SABADINI, 2013, p. 602).

Como explica Marx (2013), o valor das mercadorias relaciona-se com o tempo de trabalho socialmente necessário que se encontra cristalizado nelas e que é a única fonte real de criação de riqueza. Sobre a dubiedade causada por alguns marxistas que encontram uma identidade entre capital portador de juros e capital fictício, Sabadini adverte que o proprietário de uma massa de ativos financeiros de capital fictício pode utilizar seus rendimentos para investir na produção ou no comércio de mercadorias sem, contudo, alterar em nada o valor total da riqueza social, pois o capital fictício tão somente é transferido para outras mãos, onde não há acréscimos de valor na totalidade social.

Carcanholo (2013) explica que, do ponto de vista global, o capital fictício não pode ser convertido em capital substantivo, já que qualquer intento nesse sentido resultará na transferência para outros agentes do ônus de possuírem papéis sem conteúdo real de valor, de maneira que, em momentos de crise, um número

expressivo de sujeitos ficará com parte do prejuízo[69]. Para o economista, “normalmente o perdedor é o pequeno investidor, o cotizado de um fundo de pensão etc.” (CARCANHOLO, 2013, p. 152). Porém, se os prejuízos recaírem sobre grandes especuladores, bancos, investidores institucionais etc., o Estado acionará todos os dispositivos políticos, jurídicos e econômicos necessários para preservá-los, inclusive transferindo à classe trabalhadora os prejuízos na forma de encargos tributários.

Assim, a remuneração obtida por seus investidores são simplesmente transferências do valor excedente adquirido na esfera produtiva, única fonte capaz de valorização de valor. Enquanto isso, o capital portador de juros, como consequência do próprio desenvolvimento do capitalismo, “[...] potencializa a acumulação do capital, ampliando o ritmo e a escala da produção, ao antecipar a compra da força de trabalho e dos meios de produção sem esperar a realização da mais-valia, sua transformação em lucro ao final de cada ciclo, para fazer tal ampliação.” (MOLLO, 2010, p. 481-482).

Está justamente na concorrência e no crédito o aumento da centralização e da concentração do capital, que além de desenvolver mais rapidamente as forças produtivas, conseguem acumular somas vultosas de dinheiro nos caixas bancários, constituindo-se num comércio de dinheiro que se tornou a base de formação do capital financeiro. O capital bancário não representa apenas um montante entesourado de ações, de títulos, de depósitos etc. que se multiplicam com as diversas transações financeiras disponíveis, como consequência, nomeadamente, das desregulamentações neoliberais na década de 1970, mas também de um fluxo de capital proveniente de todas as classes sociais.

Marx (2017) percebe que o capital bancário, na verdade, era composto em sua maior parte de capital fictício. Tal afirmação se realizara num século em que o capital financeiro estava numa fase de desenvolvimento embrionária. A capacidade de criação de capital fictício no primeiro quarto do século XX e, finalmente, com a quebra do sistema de Bretton Woods, aproximadamente há cinquenta anos, demonstrou que o capital não tem limites nem mensura as consequências da produção de ativos financeiros que impactam diretamente nas condições de existência de milhares de pessoas, do centro à periferia capitalista.

[69] A crise de 1929, tratada na segunda seção deste trabalho, contextualiza bem as observações de Reinaldo Carcanholo.

Por essa razão, Sabadini compreende que:

> A dívida pública e as ações constituem um dos principais representantes do capital fictício. Por um lado, a instrumentalização do capital fictício pelo Estado, a partir da dívida pública, funciona como um mecanismo de acumulação e de centralização do capital, **transferindo uma parte da mais-valia para a esfera financeira.** (SABADINI, 2013, p. 603, grifo nosso).

Sabadini observa que se o capital fictício atende a determinadas exigências do capital como contratendência à queda da taxa de lucro, ao mesmo tempo sustenta em si o germe da sua própria ruptura e instabilidade, revelado abertamente em períodos de crises, quando o Estado reduz os investimentos sociais e transfere uma parcela considerável da produção da riqueza para o pagamento dos serviços da dívida pública. Além disso, recorre ao aumento da exploração da força de trabalho mediante as imposições do capital financeiro para se apropriar de parte do mais-valor produzido na forma de juros e dividendos.

Assim, "[...] o fato de o capital fictício ter, diferentemente do capital portador de juros, certa autonomia em relação à esfera produtiva não significa dizer que ele não interfere na dinâmica da acumulação capitalista e, portanto, no cotidiano da sociedade." (SABADINI, 2013, p. 604). Segundo Sabadini, as crises que se manifestam na esfera financeira, a partir de movimentos especulativos, exercem influência direta nos outros setores da economia.

Por isso, não se desconsidera a relação dialética existente entre o capital financeiro e os demais setores de atividade econômica; contudo, é preciso destacar que as crises, como declara Marx em *O Capital*, são originadas das contradições da superprodução e superacumulação do capital, que, ademais, são a condição ontológica de existência do capital financeiro, especialmente do capital fictício. O adensamento das crises capitalistas nas últimas décadas é reflexo da exacerbada produção de capital fictício, que durante o processo de crise exterioriza-se à falta de substância desses ativos financeiros e se apresenta geralmente como efeito e não como causa principal, acarretando a eliminação de uma grande parcela da fictividade em circulação no sistema do capital.

Marx (2017) diz que os ciclos da crise caracterizam-se por um processo de expansão gradual de produção. Após um determinado período de estagnação, a produção declina a níveis inferiores aos que antecederam a crise. Ao retomar

períodos de prosperidade, o nível alcançado é o mesmo que o anterior, mas o crédito estimula os investimentos até que haja um novo processo de superprodução e especulação que chega a superar o ciclo anterior. “Assim, o caráter contraditório da produção capitalista se apresenta aqui como expansão da acumulação que amplia gradualmente a capacidade produtiva, mas que também acarreta necessariamente crises.” (GRAZZIOTIN; HERRLEIN JR., 2021, p. 46).

O endividamento público tornou-se um caminho relativamente seguro para o capital enfrentar suas crises, pois o Estado não se resume à condição essencial de executor político-jurídico e repressivo da ordem econômica e social, transforma-se também em fonte abundante de riqueza proveniente dos fundos públicos, que nada mais são de que parcela do mais-valor adquirida na forma de tributação (salário, mercadorias, serviços etc.).

Para Sabadini e Campos (2021), a concentração de capital que surge na fase monopolista desenvolve, por meio do crédito, uma oligarquia financeira que comprometeu (e compromete) as economias nacionais, concepção esta também partilhada por Hilferding (1985) e por Lenin (2012). Em virtude disso, o Estado transforma-se, conforme os autores, numa máquina rentista que nutre a burguesia parasitária[70] por via da reciclagem da dívida pública.

Por conta disso, Chesnais (1999) adverte que a dívida pública tem se estabelecido como um dos fundamentos primordiais do capital financeiro/especulativo, uma vez que a negação do pagamento da dívida não deve circunscrever-se exclusivamente aos países periféricos, haja vista que a transferência da riqueza que proporciona os recursos (poder) ao mercado financeiro provém igualmente da expropriação da classe trabalhadora dos países centrais. Obviamente, o impacto do endividamento estatal sobre os países de economia dependentes é mais degradante, já que a maior parte das dívidas dos países periféricos concentra-se nas posses de instituições financeiras das nações ricas, sobretudo no que concerne à influência do capital financeiro na consolidação do imperialismo entre os séculos XIX e XX.

Para Chesnais, nos anos 1980, os fundos de investimento e os fundos de previdência privada investiam parte importante de suas carteiras em títulos da dívida

[70] Não que os burgueses da esfera produtiva e comercial também não sejam parasitas, uma vez que vivem da exploração da força de trabalho, porém, os autores aqui se referem a uma classe de burgueses que aumentam a sua fortuna tão somente com a especulação e a espoliação do mais-valor obtido em outras esferas da economia capitalista.

pública, porém, com a alta das ações em Wall Street e em outros centros financeiros importantes, houve um recuo na aplicação desses títulos, já que eles não mais representavam um investimento tão rentável quanto as ações e os títulos privados. Nas crises do capital, os riscos assumidos pelo mercado financeiro dão lugar a investimentos de baixo rendimento que oferecem maior segurança.

Chesnais considera que

> [...] nos momentos de queda das cotações ou de ameaça de grave crise financeira, percebemos que a preocupação com a segurança dos investimentos fez com que os investidores se voltassem para os títulos da dívida pública, embora estes gerassem um rendimento menor que o das ações desde a queda dos juros. É o que chamamos solenemente de “fuga em direção à qualidade”. Estes são muitos dos elementos que nos põem diante de uma das principais inovações do regime financeiro contemporâneo e do regime de acumulação predominantemente financeiro que lhe é associado. (CHESNAIS, 1999, p. 27, grifo do autor).

Ademais, Chesnais (1996) confirma que os créditos fornecidos aos países subdesenvolvidos foram responsáveis pelo reerguimento da economia dos países que compunham, naquela ocasião, a OCDE. Enquanto para os países devedores os créditos expressavam a oportunidade de investimentos em emprego e renda, para as instituições financeiras emprestadoras o empréstimo funcionava como um mecanismo de multiplicação de capital *ad eternum*. Assim, esse intrincado vínculo dos países em dívida com o sistema financeiro mundializado inaugurava um moderno sistema de crédito que, além de elevar a dependência econômica dos países de economia periférica, expandia um mercado de obrigações no qual os países devedores dificilmente teriam condições de saldar seus empréstimos.

Devido a um sistema de tributação sempre mais favorável a diversos grupos de capitalistas e, por consequência, desfavorável à classe trabalhadora, o déficit orçamentário tornou-se um negócio lucrativo para os rentistas por intermédio da titularização dos ativos da dívida pública ao tempo que reprimia os investimentos sociais, que logo são responsabilizados pela crise deficitária do Estado.

Chesnais comenta:

> Se os governos, não obstante as políticas de austeridade, pretendem continuar a financiar as despesas públicas, que são superiores às receitas devido à própria redução da base tributária, esses governos

> terão de tomar dinheiro emprestado. De quem? Dos mesmos que eles não querem mais tributar. (CHESNAIS, 1999, p. 27).

Em determinadas despesas públicas, o Estado não concede por comiseração, mas por imperativos do próprio ordenamento econômico, sem o qual o capitalismo não teria condições de se reproduzir. Contudo, após adoção do modelo neoliberal por diversos Estados nacionais, do centro à periferia, as concessões do capital às classes desfavorecidas ficam mais raras, mesmo que isso implique soluções profícuas para o ressurgimento de governos alinhados à extrema direita, com elementos ideológicos e políticos análogos aos do fascismo.

Mais uma vez, percebe-se que a eficiência do capital financeiro depende de uma força político-jurídica estatal que esteja completamente disponível a realizar todos os expedientes necessários à sua conservação. Chesnais (1999) observa que boa parte do orçamento destinado ao pagamento dos juros e amortizações da dívida pública provoca um déficit orçamentário que requer um novo endividamento, mantendo o Estado sob o jugo da ditadura de credores e, simultaneamente, torna as dívidas impagáveis.

Hinkelammert (1989) entende que a dívida impagável transformou a América Latina num Sísifo, que a mantém escrava do sistema bancário internacional e dos países do centro. Enquanto para os países centrais e para o sistema financeiro o endividamento dos países latino-americanos (e periféricos em geral) parece o anúncio de uma vitória definitiva, para os países endividados indica uma derrota de longo prazo.

De acordo com Hinkelammert (1989, p. 58), “assim como a dívida impagável subverteu a democracia alemã dos anos 20, a dívida impagável da América Latina subverte hoje a democracia na América Latina.”. A desobrigação do Estado neoliberal com investimentos sociais, em benefício do serviço da dívida, potencializada pelas privatizações, pelas reformas estruturais e pela hipertrofia do sistema financeiro, tem elevado globalmente a penúria social. Isso fornece as condições favoráveis para a extrema direita espalhar, com certa facilidade, seu ideário político reacionário e populista em setores fragilizados da classe trabalhadora.

Chossudovsky escreve:

> O mesmo cardápio de austeridade orçamentária, desvalorização, liberalização do comércio e privatização é aplicado simultaneamente em mais de cem países devedores. Estes perdem a soberania econômica e o controle sobre a política monetária e fiscal; seu Banco Central e Ministério da Fazenda são reorganizados (frequentemente com a cumplicidade das burocracias locais); suas instituições são anuladas e é instalada uma "tutela econômica". Um "governo paralelo" que passa por cima da sociedade civil é estabelecido pelas instituições financeiras internacionais (IFIs). Os países que não aceitam as "metas de desempenho" do FMI são colocados na lista negra. (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 28, grifos do autor).

Chossudovsky ressalta que um bom governo para essas instituições financeiras internacionais é aquele que aplica as reformas econômicas que, em essência, impedem qualquer expressão de um legítimo regime democrático, mesmo que seja sob os moldes da democracia liberal anglo-saxã. Desse modo, o apoio do exército e de um Estado autoritário tem se tornado uma constante para as economias periféricas na implantação de reformas estruturais que interessam a certa oligarquia financeira.

Segundo o autor, "o ajuste estrutural promove instituições falsas e uma democracia parlamentar fictícia, que, por sua vez, patrocina o processo de reestruturação econômica." (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 28). Depois da mundialização do capital na década de 1970, o grau de dependência dos países subdesenvolvidos aumentou proporcionalmente às suas dívidas. Nos anos de 1980, com a queda das exportações das *commodities*, as receitas dos países subdesenvolvidos eram quase por completo destinadas ao serviço da dívida.

> Por volta de meados dos anos 80, os países em desenvolvimento tinham se tornado simples exportadores de capital para os países ricos. Em outras palavras, o fluxo do serviço da dívida real excedia os novos influxos de capital (na forma de empréstimos, investimentos e ajuda estrangeiros). (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 38).

As políticas desenvolvidas para a administração da dívida e as mudanças político-jurídicas no plano macroeconômico visam manter as nações devedoras comprometidas e subservientes às obrigações financeiras. Com a titularização da dívida, as nações devedoras são obrigadas a pagar os juros enquanto adiam o principal da dívida para um futuro incerto.

O contínuo pagamento dos juros garante à nação em débito a possibilidade de adquirir novos empréstimos, inclusive para saldar as dívidas antigas. No entanto,

a rolagem da dívida somente é possível se o país prestamista comprometer-se a aceitar as condicionalidades políticas impostas por seus credores (CHOSSUDOVSKY, 1999). Essa estratégia “[...] consiste em impor a legitimidade da relação do serviço da dívida enquanto as nações devedoras são mantidas numa camisa de força que as impede de se lançarem numa política econômica nacional independente.” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 43). Simultaneamente, o mercado financeiro consegue através da dívida pública valorizar seus ativos e criar mais capital fictício.

De acordo com Trindade:

> O Estado capitalista se estrutura e se modifica em conformidade com a dinâmica reprodutiva do capital, e a dívida pública, como forma de financiamento do mesmo, também apresenta funções distintas conforme os diferentes estágios capitalistas, em conformidade com a dinâmica de acumulação e crise do sistema. (TRINDADE, 2017, p. 23).

Para o autor, o entendimento da dívida pública passa pela necessidade de compreender a dinâmica do financiamento e dos gastos estatais a partir da análise específica do Estado capitalista em sua forma de Estado nacional, pois apenas sob a análise concreta e objetiva podem-se avaliar os fatores determinantes do endividamento e sua importância para a manutenção reprodutiva do capital. Essa avaliação de Trindade está de acordo com as considerações de Brettas (2012), pois a autora também admite o caráter particular de cada país, embora os países capitalistas, de modo geral, transfiram os prejuízos do setor privado para o Estado, onde sempre os mais onerados concentram-se nas classes com menos recursos.

Brettas destaca que quando se analisam os países subdesenvolvidos em relação aos países centrais, percebe-se que há uma maior subtração de recursos financeiros dos Estados de capitalismo dependente. Nestes, o serviço da dívida consome grande parte do orçamento total, o que reforça a condição histórica dos países periféricos como exportadores de capital para as economias imperialistas.

Para Brettas,

> [...] tanto o tamanho da dívida quanto sua gestão não envolvem questões puramente técnicas. Ao contrário, trata-se de decisões políticas que envolvem a defesa dos interesses do grande capital e que têm por base uma determinada correlação de forças entre estes e a classe trabalhadora. (sic) (BRETTAS, 2012, p. 117-118).

No caso do endividamento externo, as imposições do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial regulam a condição de novos empréstimos, assim como servem de avalistas que atribuem certa credibilidade ao país tomador. Essas concessões só são liberadas se o Estado nacional compactuar com medidas políticas que, na maior parte dos casos, estão vinculadas a reformas econômicas estruturais, estabilização macroeconômica, desregulamentações, privatizações etc.

Esses empréstimos com muitos critérios estabelecidos pelas instituições emprestadoras, em vez de auxiliar as nações que passam por dificuldades econômicas, as rebaixam a condições piores e as obrigam a se comprometer com novos acordos para obter mais empréstimos. Na prática, isso significa um maior empobrecimento da população e uma maior exploração da força de trabalho, cujo mais-valor produzido será cotizado não apenas entre os capitalistas nacionais, mas por outros capitalistas espalhados pelo mundo por meio dos impostos que serão convertidos em pagamento de juros e de amortizações da dívida.

Com relação à dívida pública, em *O Capital*, há as seguintes considerações de Marx:

> Como a dívida pública se respalda nas receitas estatais, que têm de cobrir os juros e demais pagamentos anuais etc., o moderno sistema tributário se converteu num complemento necessário do sistema de empréstimos públicos. Os empréstimos capacitam o governo a cobrir os gastos extraordinários sem que o contribuinte o perceba de imediato, mas exigem, em contrapartida, um aumento de impostos. Por outro lado, o aumento de impostos, causado pela acumulação de dívidas contraídas sucessivamente, obriga o governo a recorrer sempre a novos empréstimos para cobrir os novos gastos extraordinários. (MARX, 2013, p. 826).

A lógica, portanto, é entregar para a classe trabalhadora os encargos do pagamento da dívida mediante a transferência de recursos extraídos de sua própria exploração. Mesmo quando o capitalista paga os impostos como pessoa física e/ou jurídica, proporcionalmente inferior ao pagamento realizado pelo trabalhador, esse dinheiro nada mais é que o equivalente de parte do mais-valor do sobretrabalho. Os recursos que o Estado transfere para seus credores são rendimentos adquiridos através da expropriação do trabalho alheio.

Marx verifica que o regime fiscal inaugurado no sistema capitalista foi formado sobre os meios de subsistência mais necessários, de modo que esses meios sofrem uma tendência de encarecimento progressivo. O pensador alemão avalia que “a

sobrecarga tributária não é, pois, um incidente, mas, antes, um princípio.” (MARX, 2013, p. 826), o que representa um gradual e sistemático processo de transferência de riqueza social em benefício dos capitalistas especuladores do mercado financeiro.

O sistema tributário regressivo provoca o encarecimento dos produtos comercializados, que logo surtem efeito degradante na vida da classe trabalhadora. Brettas (2012, p. 99) ressalta que “recai para a classe trabalhadora o ônus de alimentar esse processo de endividamento, na medida em que se define uma estrutura tributária pautada pela tributação indireta.”.

Enquanto o capital lucra com a estrutura financeira disponível em torno da dívida pública, a classe responsável pela produção da riqueza dificilmente consegue prover-se de todos os itens básicos para a manutenção de sua subsistência; a classe trabalhadora dos países periféricos chega a sofrer situações ainda piores. Desse modo, as nações de capitalismo dependente que têm uma economia baseada predominantemente no setor primário tornam-se as principais fornecedoras de matérias-primas e alimentos para as economias desenvolvidas, o que pode causar, em períodos de desvalorização cambial, a escassez de muitos produtos para o consumo interno, gerando mercadorias hiperinflacionadas.

Por outro lado, o subdesenvolvimento dos países periféricos exige a importação de muitas mercadorias industrializadas dos países imperialistas (ou de empresas imperialistas sediadas em nações subdesenvolvidas), negociadas em moeda estrangeira, o que só tende a agravar o problema.

Marx (2013) não tinha dúvidas de que a função da dívida pública e do sistema fiscal era capitalizar a riqueza resultante da expropriação das massas. Segundo o filósofo alemão, a dívida pública tornou-se uma das alavancas mais poderosas para a acumulação primitiva, além do papel eficiente que cumpriu na consolidação do sistema bancário e na potencialização do desenvolvimento da Bolsa de Valores.

Com o endividamento público foi possível inaugurar um sistema de crédito internacional que, no último quarto do século XX, tornara-se fundamental para a hipertrofia financeira do capital, particularmente em sua forma de capital fictício, como medida para proteger os interesses capitalistas em razão da tendência à queda da taxa de lucro. Além de tudo, a securitização da dívida proporcionou a esses títulos a capacidade de circular entre investidores institucionais ou particulares

de todas as partes do mundo, o que representa um novo processo de exportação de capitais, favorecendo majoritariamente as nações de economia dominante.

4.2.1 A alquimia do dólar no sistema de crédito do capitalismo contemporâneo

O sistema de crédito, como afirma Marx (2013), aparece no início do capital como um modesto auxílio de acumulação que, de forma nada aparente, transferiu para capitalistas individuais e associados recursos que não se encontravam funcionantes. Estes "[...] logo se convertem numa arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais." (MARX, 2013, p. 702).

Marx indica que o desenvolvimento produtivo e a acumulação capitalista são duas alavancas fundamentais para a centralização de capitais, de modo que à medida que há uma progressiva acumulação constituem-se as condições prévias de centralização do capital, vinculadas a investimentos em meios técnicos e produtivos que potencializam a produção e geram lucros para o capitalista emprestador.

Trindade anota:

> O sistema de crédito comparece como uma forma madura quando as condições de acumulação se encontram em um nível em que o próprio capital torna-se mercadoria. A propriedade privada capitalista sobre uma massa crescente de valores leva o capital a se colocar como uma mercadoria especial, cuja especificidade é ter o valor de uso "de funcionar como capital", ou seja, seu valor de uso é criar lucro, colocando-se como uma categoria específica, cuja forma de manifestação oculta o processo de exploração e alienação do mais-valor, estabelecendo-se o automatismo do valor. (TRINDADE, 2017, p. 75, grifos do autor).

A sanha do capitalista de ampliar sua capacidade de acumulação e centralização de capitais, bem como de evitar ou adiar as crises, aperfeiçoou o sistema de crédito do século XIX ao século XX e, mais radicalmente, no século XXI, elevando de forma desmesurada a quantidade de papéis financeiros, que, objetivamente, não possuem valor. Tem-se, em meados do século XX, o ouro como unidade metálica responsável por estabelecer validade às notas emitidas pelos bancos; já o Estado assume a responsabilidade jurídica de avalizar a conversibilidade.

Soto e Mello (2021) afirmam que o Estado assume as atribuições de assegurar a conversibilidade e, *a posteriori*, a emissão de papel-moeda – e de outros papéis financeiros – a fim de evitar o monopólio que havia se desenvolvido em torno da emissão monetária, atividade que se fizera suficientemente rentável em razão da diferença do valor de face da moeda e do custo de fabricação.

Assim, "[...] o Estado passou a centralizar e a monopolizar essa emissão, em meio a um processo complexo que eventualmente conduziu à criação dos bancos centrais e à sua estatização." (SOTO; MELLO, 2021, p. 81). A emissão de notas pelos bancos era superior ao volume que de fato existia entesourado em seus cofres. A criação de notas, no começo, era realizada à revelia dos Estados, e depois sob a tutela dos mesmos Estados que, gradualmente, tornaram-se dependentes dos empréstimos de grandes instituições financeiras.

Ainda de acordo com Soto e Melo, com o passar do tempo, foram deliberadas normas legais que obrigavam os bancos à conservação em seus caixas de uma parcela do dinheiro depositada. Isso possibilitava aos bancos realizarem empréstimos e operações financeiras sem precisar do equivalente em seus cofres. Assim, poderiam fazer quaisquer transações sem a quantia transacionada de dinheiro em caixa. "Com isso, foi legitimado o processo de criação de uma espiral de créditos e depósitos capaz de gerar no seio do próprio sistema bancário um volume de dinheiro muito superior ao emitido pelo Estado." (SOTO; MELLO, 2021, p. 81).

Isso já seria suficiente para gerar desconfiança sobre as condições dos bancos de concederem tais empréstimos sem riscos, uma vez que o capital próprio dos bancos juntamente ao dos depositantes (de diferentes classes sociais) seria incapaz de garantir a devolução desse dinheiro em situações de crise, o que contrasta com a própria origem da palavra "crédito", que significa "crença" e "confiança".

O compromisso firmado para que o dinheiro depositado retornasse a seus proprietários com acréscimo de juros não segue somente o dito popular de que "promessa é dívida"; é possível entender que as condições de instabilidade do capital, especialmente depois da década de 1970, levam também à consideração de que "promessa é dúvida". Num período em que a realidade da economia capitalista está submetida à lógica do capital financeiro, os "sólidos" impérios de muitas empresas monopolistas desmancham-se no ar tão rápido quanto aparecem no mercado, dada a especulação e a banca de apostas do mercado financeiro global.

O problema está justamente na instabilidade do sistema econômico/bancário ante um cenário de crise, no qual a falta de confiança na solvência dos bancos pode causar uma corrida dos correntistas a seus caixas para retirar de imediato o dinheiro depositado, o que contraditoriamente antecipa o declínio dessas instituições por perderem toda e qualquer capacidade de liquidar seus passivos, assim como ocorreu na crise de 1929 e em outras crises ao longo do século XX e na primeira década do século XXI. Com o acordo estabelecido em Bretton Woods, houve mudanças expressivas no sistema financeiro internacional que reverberam até os dias atuais.

O fim da paridade dólar-ouro deliberada após o término do Sistema de Bretton Woods permitia que os bancos centrais retivessem em seus sofres uma soma considerável de dólar, o que dinamizava e expandia as relações comerciais internacionais, sobretudo as de interesses dos bancos norte-americanos. Assim, os bancos estadunidenses conquistaram autonomia para criar um dinheiro de aceitação mundial, que circulava livremente em todos os âmbitos do planeta, enquanto os bancos de outras nações limitavam-se tão somente a emitir dinheiro bancário de circulação em território nacional.

“Nesses marcos, estabeleceu-se um sistema de câmbio fixo cuja defesa foi encomendada ao Fundo Monetário Internacional (FMI) – na prática, uma correia de transmissão do *Federal Reserve* (FED), o banco central estadunidense.” (SOTO; MELLO, 2021, p. 82). Segundo Soto e Mello, o FMI representou os interesses dos EUA no sentido de pressionar os países a respeitarem a paridade cambial, e como gratificação infausta, oferecia empréstimos àqueles que em suas relações econômicas apresentavam déficits comerciais com o resto do mundo.

> Após a Segunda Guerra Mundial, o padrão monetário que serve de base à circulação internacional baseada em títulos de crédito é o dólar norte-americano. Nestas condições, ao receber uma transferência em dólares, a qualquer título, o que o país recebedor obtém não é dinheiro (=ouro), nem notas bancárias, mas um crédito denominado em dólares, ou seja, um depósito em um banco norte-americano, em troca do qual o banco central do país receptor transfere ao investidor moeda local em valor equivalente. Isto é, o exportador ou investidor estrangeiro recebe um poder de compra local efetivo em troca não de dinheiro real (=ouro), como ocorria no passado, mas de um crédito bancário nos Estados Unidos. (GERMER, 2000, p. 162).

Para se atentar às mudanças que houve no sistema de crédito, a análise realizada por Hilferding (1985) em sua época é bastante ilustrativa. Conforme o pensador austríaco, a crise creditícia desdobrava-se em crise monetária, quando faltavam meios de pagamento, porque a superprodução consumia a maior parcela do capital disponível, que, por conseguinte, ficara retido nas mercadorias produzidas, as quais precisavam realizar-se na circulação para que os capitalistas envolvidos no processo pudessem partilhar seus lucros e pagar seus credores.

O crédito era (e ainda é) a única forma de se angariar recursos para continuar a produção antes de as mercadorias serem vendidas e de o capitalista comercial não interromper suas atividades. O fato é que quanto maior for o volume da produção, maior é a escassez de capital monetário, de modo que assim o dinheiro creditício cumpre a função de evitar a paralisia do processo produtivo. De pronto, o crédito comercial de outrora é substituído por uma forma mais eficiente de crédito, o crédito bancário.

Para Hilferding, o crédito bancário evita que a escassez de meios de pagamento em períodos de crise resulte numa contrapartida com reflexos aprioristicamente prejudiciais à reprodução capitalista, já que nessas circunstâncias opta-se por formas de pagamento “correspondentes” via letras de câmbio, cheques, entre outras transações de compensação, que solucionem momentaneamente as disfunções do capital durante a crise. “O banco substitui o crédito comercial pelo seu crédito próprio no volume permitido pela verdadeira circulação de mercadorias. Pode fazê-lo nesse volume porque a continuação da circulação mercantil dá-lhe a certeza de que suas exigências estão garantidas.” (HILFERDING, 1985, p. 273).

Os bancos, através da emissão de moeda fiduciária, respondem às necessidades exigidas para a circulação e evita que haja uma procura em massa da população aos caixas bancários a fim de resgatar o dinheiro ali, supostamente, entesourado, sob o temor de perder os meios necessários de pagamento para quitar suas obrigações. Contudo, para que o banco emissor tenha as condições de realizar esses procedimentos, é indispensável que seu crédito esteja consolidado por uma gestão eficiente e que o aumento da emissão de notas não comprometa a conversibilidade, adverte Hilferding:

> Essa condição é cumprida mediante o procedimento ditado ao banco pelos seus próprios interesses de conservação, de só conceder suas

> notas durante a crise contra a garantia absoluta, com o que obtém a garantia de que realmente satisfaz apenas a necessidade de circulação nos limites dados pela crise. Segundo, **que essa conversibilidade seja protegida contra acidentes imprevistos, por uma reserva de moeda corrente suficiente e sobretudo pelo ouro**. (HILFERDING, 1985, p. 274, grifo nosso).

Para o autor, isso é facilmente realizável com o aumento da produção de ouro no decorrer do desenvolvimento da produção capitalista, pela acumulação de ouro nos bancos para a compensação da balança de pagamentos internacional. Se o fluxo de pagamentos internacionais se expandir consideravelmente, o dinheiro retido em caixa pode compensar a balança de pagamentos em virtude do crescimento da moeda fiduciária nas transações internacionais, sem, contanto, aumentar "[...] nas mesmas proporções nem na mesma relação das reservas de ouro acumuladas nos países de desenvolvimento capitalista antigo." (HILFERDING, 1985, p. 274). Isso confere aos bancos as condições necessárias para emitir notas suficientes durante a crise.

Hilferding entende que a ausência de crise monetária é uma forma de evitar a crise bancária, já que os bancos mantêm suas atividades independentemente das reservas em seus cofres, cumprindo suas obrigações sem comprometer a ordem financeira.

> Contanto que a crise bancária não surja da crise creditícia e monetária, mas primordialmente da imobilização dos meios bancários e de prejuízos pelas concessões de crédito, o desenvolvimento capitalista também apresenta aqui tendências que propiciam uma atenuação da crise para o capital. (HILFERDING, 1985, p. 274).

Hilferding assevera que a concentração bancária permitiu uma distribuição muito maior de risco, haja vista a extensão e a importância conquistada pelos bancos em negócios de diferentes setores da economia de nações com níveis de desenvolvimento diversos, o que implicou uma reposição de poder econômico para as instituições bancárias. Segundo Hilferding (1985, p. 275), "de imediato, a concentração bancária significa uma mudança de poder a favor do banco, em virtude de seu poder de capital.". Além de todas as manobras de especulação mercantil e financeira, outros movimentos foram executados para evitar a ruína das instituições bancárias.

O sistema bancário avaliado por Hilferding tem na produção de riqueza real por meio das indústrias e de uma soma vultosa de ouro em seus cofres, a garantia de que a crise no setor teria dificuldades em se consolidar. Posto isso, as empresas capitalistas criaram um vínculo de dependência dos bancos, as quais perdiam certa autonomia de decisões ante a necessidade de cumprir suas obrigações com o sistema de crédito bancário.

A crise da década de 1920 mostrou que a dinâmica contraditória capitalista não impediu que o descumprimento do pagamento das dívidas, graças à impossibilidade de escoar a vultosa quantidade de mercadorias produzidas, reforçasse a aposta da ordem do capital na especulação financeira como medida para combater a crise de superprodução e superacumulação. A preocupação que ainda existia em ter referência na produção e nas reservas de metais preciosos (que também carregam em si trabalho humano cristalizado) não permitia que as relações fossem tão voláteis quanto as que se desenvolveram mediante as decisões adotadas após o final da Segunda Guerra Mundial com a implantação do Sistema de Bretton Woods e a criação do FMI e do Banco Mundial.

Germer faz a seguinte consideração a respeito do período tratado por Hilferding:

> Até pouco antes da Primeira Guerra Mundial, quando o sistema de crédito internacional ainda não havia atingido o nível de desenvolvimento atual, as reservas internacionais consistiam em ouro acumulado em cada país. Deste modo, um superávit comercial seria liquidado através da transferência de dinheiro (=ouro), que funcionava diretamente como reserva e meio de pagamento internacional, para o país superavitário. (GERMER, 2000, p. 162).

A condição privilegiada dos EUA como fábrica de dinheiro mundial confirmou em definitivo a nação norte-americana como o maior império da história. O Plano Marshall, constituído para a reconstrução dos países da Europa Ocidental, foi bastante favorável aos interesses dos EUA desde que o capital de empréstimo começou a ser emitido em moeda estadunidense e, ainda, servia para o pagamento de importações provenientes dos próprios Estados Unidos. Assim, ao tempo que dava com uma mão, retirava com a outra, o que facilmente gerou superávit para a balança comercial do país e de sua conta-corrente (SOTO; MELLO, 2021).

Soto e Mello afirmam que em 1971, quando Roosevelt rompeu com o acordo de Bretton Woods, a balança comercial dos EUA encontrava-se negativa em razão do incentivo da corrida armamentista, dos investimentos externos e da ampliação de suas importações. A saída massiva de dólar não correspondia às reservas de ouro nos cofres do Federal Reserve.

> Assim, em 1971, as reservas de ouro dos Estados Unidos somente podiam assegurar a conversibilidade de uma sexta parte de seus passivos em dólares ante outros países. Neste mesmo ano, sob pressão internacional, admitiu-se formalmente a inconversibilidade do dólar. A partir daí, a imensa dívida estadunidense com o restante do mundo não seria reembolsada em ouro ou qualquer outra moeda; seus titulares tiveram que se contentar com anotações contáveis referidas exclusivamente em “dólares-papel”, em dinheiro fiduciário. (SOTO; MELLO, 2021, p. 82-83).

Conforme os autores, a comprovação da inconversibilidade do dólar em ouro desacreditou (momentaneamente) a moeda norte-americana e obrigou a uma nova configuração da política econômica global, que reforçou o caráter virtual do sistema monetário, cujo câmbio fora flexibilizado e desregulamentado para atender às exigências do sistema financeiro internacional, o que favoreceu o sistema bancário e financeiro dos Estados Unidos.

A incapacidade de conversão do dólar, ou seja, a falta de relação da moeda estadunidense com quaisquer bases de riqueza material, não atrapalhou em nada os projetos de dominação econômica e política do país imperialista; pelo contrário, o dólar, agora, “sem precisar” prestar contas com as bases reais de produção de riqueza, transformara-se, oficialmente, em moeda do mundo que não custava (nem custa) para a sua criação nada mais que o papel e os gastos de impressão, como diria Marx (2017).

A redefinição do sistema de crédito internacional, após a ruptura unilateral dos EUA com o acordo de Bretton Woods, foi fundamental para a manutenção do ordenamento econômico do capital numa crise que se orientou por caminhos mais complexos do que ocorrera na primeira metade do século XX. Germer (2000) examina essas condições que fizeram outras nações aceitarem o dólar como padrão monetário internacional, mesmo que não houvesse garantia de sua conversibilidade em ouro.

Para Germer, existiam dois motivos: 1 essas nações eram incapazes de reclamar o recebimento de dinheiro real (ouro) por efeito do poder dos EUA ante outras nações, especialmente as de economias dependentes; 2 o rendimento em dólares era superior ao que obtinham até então sobre a posse do ouro. “Na realidade, o depósito em dólares corresponderia, sob o ‘padrão-ouro’, a ouro emprestado aos Estados Unidos, em troca do qual o depositante receberia juros.” (GERMER, 2000, p. 163).

Daí Germer conclui que:

> Consequentemente, no sistema de crédito internacional liderado pelos Estados Unidos, os pagamentos internacionais só podem ser realizados por países possuidores de títulos de crédito denominados em dólar. Isto significa que os países devem possuir depósitos em bancos norte-americanos. Para tanto, devem obter saldos de depósitos positivos nas suas relações com os Estados Unidos, ou com países que os possuam com os Estados Unidos. Esses saldos são as suas reservas internacionais, ao lado do ouro que porventura possuam. (GERMER, 2000, p. 163).

Germer assevera que os dólares circulantes fora dos EUA são depósitos em bancos norte-americanos decorrentes de negócios realizados entre capitalistas estadunidenses e capitalistas de outras nações; esses capitalistas ou os bancos centrais dos respectivos países transferem esses dólares como dinheiro de crédito. Quando a empresa de um determinado país exporta mercadorias para os EUA, o pagamento é realizado através de um cheque contra a conta do importador em um banco norte-americano. Isso significa que as instituições bancárias de ambos os países fazem a intermediação entre a empresa exportadora e a empresa importadora, de modo que o banco norte-americano deposita no banco central do país exportador o cheque que logo será transferido para a empresa exportadora em moeda local. Esses depósitos no exterior, transferidos aos bancos centrais, tornam-se reservas internacionais por serem aceitos em qualquer parte do mundo (GERMER, 2000).

> Deste modo, depósitos em dólares converteram-se em dinheiro de crédito internacional. No sistema de crédito internacional estão presentes, portanto, três categorias monetárias distintas: em primeiro lugar o dinheiro, que é ouro; em segundo lugar o dólar, que é o padrão monetário dos Estados Unidos, definido como certa quantidade de dinheiro (=ouro), e que se transformou em padrão

> monetário mundial; e finalmente os depósitos expressos em dólar, que constituem o dinheiro de crédito. (GERMER, 2000, p. 163).

Esse autor esclarece que a estrutura de crédito internacional assemelha-se aos elementos que igualmente guiam os sistemas de crédito nacionais; a distinção está na particularidade dos regramentos jurídicos adotados por cada nação independente, que na maioria das vezes se encontram numa fase embrionária. As imposições dos organismos econômicos internacionais insistem nas mudanças políticas e econômicas internas que se amoldam aos interesses do sistema financeiro. Na realidade, como insiste Germer, no atual sistema de crédito internacional, "[...] o banco central norte-americano (Federal Reserve), que representa o sistema bancário dos Estados Unidos, funciona ao mesmo tempo como banco mundial, isto é, recebe depósitos de países superavitários e os reempresta a países deficitários." (GERMER, 2000, p. 164).

No momento em que se procura uma caracterização tradicional para a definição do sistema de crédito para a reprodução do capital, percebe-se o quão complexo ele se tornou ao longo do tempo. No passado, de forma simples, se poderia entendê-lo como uma maneira de dar ao capital ocioso uma maior mobilidade no campo do mercado mundial, o qual precisava de um constante movimento para dinamizar a produção a fim de não esperar as mercadorias entrarem em circulação para, só assim, gerarem lucros, e logo depois reiniciar o processo de produção. Ou seja, a produção e a circulação de mercadorias deveriam reduzir o tempo de rotação.

A única maneira de isso acontecer seria recorrer a recursos externos por meio de empréstimos de capitalistas monetários (bancos, instituições financeiras etc.) para dar continuidade à fabricação e colocar os produtos o mais breve em circulação. Sem o crédito, a indústria moderna, o comércio e tampouco o sistema financeiro teriam alcançado os patamares que obtiveram na contemporaneidade.

De acordo com Germer, em tempos atuais, o Federal Reserve atua como banco central mundial ao realizar no final das negociações entre países exportadores e importadores a compensação dos débitos recíprocos, "[...] enquanto os bancos centrais dos demais países funcionam como os bancos comerciais nos sistemas bancários nacionais." (GERMER, 2000, p. 164).

Além de esses bancos centrais realizarem a compensação interna dos bancos nacionais, devem apresentar o saldo positivo ou negativo com o exterior, recebidos ou pagos em ouro. São essas reservas que mantêm fora de seus territórios no banco central dos EUA que determinam a capacidade de crédito que possuem. “Para que o sistema seja operacional, é necessário que cada banco central nacional mantenha uma reserva compulsória no banco central mundial e que este concentre as reservas mundiais de ouro.” (GERMER, 2000, p. 164).

Para Nakatani e Braga (2021), o poder do Federal Reserve tanto o habilita a prover os bancos deficitários com recursos capazes de cumprir suas operações quanto para penalizar os bancos que solicitam sua ajuda, a depender das circunstâncias. Se os bancos centrais nacionais não seguirem as deliberações impostas pelo banco central norte-americano e não atenderem aos interesses políticos e econômicos capitalistas, podem sofrer severas sanções determinadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, sob o comando das políticas econômicas externas dos EUA.

A relação do banco central dos EUA com os bancos centrais nacionais de diferentes nações torna-se operacional à medida que o Federal Reserve mantém teoricamente uma reserva compulsória de ouro. Germer (2000, p. 164) afirma que “parece ser precisamente este o papel das reservas internacionais atuais, que são predominantemente créditos em dólares e representam teoricamente ouro depositado por cada país no banco central dos Estados Unidos.”, o que, evidentemente, não condiz com a realidade.

Germer esclarece que a ausência do ouro na circulação internacional deve-se à própria condição de sistema de crédito mundializado que, por questões pragmáticas, dispensa completamente a participação direta do dinheiro em sua forma ouro das funções comerciais na circulação, uma vez que a concentração de reservas de ouro nos cofres bancários evita que fiquem sob a posse de agentes privados. Em situações de crises econômicas, o ouro faz-se necessário para avalizar a solvência das obrigações das nações devedoras a seus credores ou gera a possibilidade de rolamento da dívida a partir de novos empréstimos.

No caso específico do Federal Reserve, o fato de desempenhar a função de banco central mundial lhe impõe uma reserva de ouro monetário sob o controle incondicional dos Estados Unidos, impedindo que grande parte desse metal precioso esteja disponível para a conversibilidade em dólar (GERMER, 2000). Assim, a

utilização do dólar como moeda fiduciária de circulação mundial facilita as negociações sem prejudicar as reservas de capital monetário de valor real, disponíveis quando forem necessárias.

Desde que o dólar conquistou determinada “independência” do ouro em 1971, todas as nações do mundo são obrigadas a acumular reservas de dólares nos cofres de seus bancos centrais para lidar com as instabilidades da economia capitalista e saldar suas obrigações, já que a dívida pública dos países devedores é cobrada em moeda norte-americana. Germer (2000) aponta algumas formas de um país acumular reservas de dólares, como ter depósitos em bancos estadunidenses ou no banco central dos EUA.

Independentemente de se as reservas estarão em depósitos em bancos comerciais ou no Federal Reserve, em ambos os casos os saldos devem estar superavitários “[...] nas diversas formas de transações com os Estados Unidos e/ou com países que possuam tais saldos positivos em dólares.” (GERMER, 2000, p. 164).

Para Germer, a primeira forma de obtenção de dólares consiste em manter o superávit da balança comercial e de serviços não financeiros, cujos saldos a receber estejam vinculados a depósitos efetivados em bancos estadunidenses.

A segunda seria através de investimentos externos diretos em forma monetária. O investidor deposita no banco central um cheque contra sua conta em dólares num banco dos EUA; este recebe em moeda local o capital necessário a aquisições de meios de produção, pagamento de salários, entre outras despesas. Em suma, “o cheque do investidor é depositado numa conta bancária do banco central do país receptor. Assim, o valor investido converte-se em crédito bancário, nos Estados Unidos, a favor do país receptor.” (GERMER, 2000, p. 165).

A terceira maneira de aumentar as reservas de dólares é por meio de empréstimos no exterior, adquiridos em bancos ou em outras instituições financeiras estrangeiras que fornecem o depósito em dólares num banco norte-americano. O banco central do país receptor entrega o valor em moeda local ao prestatário.

Em quarto lugar, há a captação de dólares através de aplicações especulativas na Bolsa de Valores do país receptor, principalmente em ativos financeiros que possuam maior confiabilidade e lucros atrativos, como é o caso dos títulos da dívida pública brasileiros.

É inequívoca a condição monopolista dos Estados Unidos juntamente a outros países do centro como beneficiários da atual estrutura do sistema de crédito internacional constituída na década de 1970 e que transformou os países de economia periférica num manancial de lucros para o capitalismo monopolista dos países imperialistas, seja por via da exploração direta da força de trabalho, seja a partir do endividamento estatal.

As nações subdesenvolvidas submetem-se a acordos e a juros abusivos para manter sua estrutura em funcionamento. Porém, a política econômica de empréstimos desenvolvida pelos órgãos internacionais, aliados, sobretudo, aos EUA, compromete gradualmente todas as instâncias econômicas e políticas do país devedor, alcançando uma completa heteronomia diante dos interesses do sistema financeiro coordenados pelas nações de capitalismo avançado.

A ascensão do dólar como padrão monetário de circulação internacional reforçou o expediente de criação de dinheiro por conglomerados financeiros, que já havia demonstrado sua capacidade de abrangência e poder nos euromercados, onde a circulação de dólares não seguia as regras do banco central dos EUA (SOTO; MELLO, 2021). Conforme Soto e Mello, o choque de juros promovido pelo Federal Reserve na transição dos anos de 1970 para 1980 decorreu no aumento exponencial do fluxo de dinheiro em circulação no mundo, canalizado para os EUA, o que, consequentemente, ampliou a influência política e econômica norte-americana, além de se tornar um lastro para o dólar.

É importante destacar que essa condição de “lastro” não outorgou ao dólar paridade com o dinheiro real ou com outra base material. À medida que o dólar se confirmava como padrão monetário de circulação mundial, criava-se em torno da moeda estadunidense a segurança de não se tratar de uma moeda fiduciária como outra qualquer, embora continuasse sem nenhum valor vinculado a ela, o que só ratifica as considerações de Marx (2013/2017) sobre o grau de fetichismo que se desenvolve como elemento essencial do sistema capitalista.

Soto e Mello afirmam:

> Uma consequência dessa política foi a “quebradeira” de uma série de países periféricos – Brasil, inclusive – que havia se tornado dependente da atração daquelas massas de capital-dinheiro. Tão logo esse manancial secou, esses países foram aprisionados na chamada “crise da dívida”, e foram levados a recorrer a empréstimos do FMI. (SOTO; MELLO, 2021, p. 83).

Os autores identificam que os empréstimos liberados pelo FMI simbolizavam um cavalo de Troia que correspondia aos anseios do capital, sob a representação inconteste dos EUA. Os países que tomavam esses créditos deveriam em contrapartida realizar reformas estruturais de ordem neoliberal em benefício dos países imperialistas do centro, que recorriam à financeirização econômica como recurso de oposição à crise. A saída da crise dos países do centro implicava necessariamente a bancarrota dos países periféricos.

Portanto, se o intuito, a princípio, dos “beneficiários” do crédito era resolver os problemas de déficits que comprometiam o funcionamento de determinados setores do Estado, o endividamento das nações periféricas resultou em novas políticas econômicas que favoreciam em escala cada vez maior seus credores. Em consequência, houve um notório retrocesso no desenvolvimento das nações endividadas, que expandiu a dependência tecnológica e a dependência de produtos fabricados nos países de capitalismo avançado, provocando um inevitável saldo negativo na balança comercial, numa relação desigual graças à desestabilização das moedas nacionais em face da sobrevalorização do dólar.

A função exercida pelos países de capitalismo atrasado foi remunerar seus credores enquanto o próprio desenvolvimento econômico recuava em algumas décadas. Nakatani e Gomes (2015) asseveram que o comércio internacional que aparece nos anos 1970 precisou de um sofisticado sistema financeiro que forçava os países subdesenvolvidos a produzirem sempre mais superávits comerciais a fim de pagar os juros do endividamento externo. Com a impossibilidade de alcançar as metas superavitárias, em virtude das políticas econômicas determinadas pelo FMI e, consequentemente, do parco crescimento de sua economia, as nações periféricas encontraram no sistema de crédito internacional o suporte para financiar suas exportações.

Para Nakatani e Gomes:

> Isso significa que esses países passaram a exportar e a receber dólares, mas, ao mesmo tempo, a maior parte desses dólares acumulados na forma de saldos comerciais passou a ser devolvida (na forma de juros e encargos da dívida) sem qualquer contrapartida estrangeira. Dessa maneira, a riqueza produzida internamente, nas nações endividadas, passou a ser transferida na forma de valor e na forma valor de uso para o centro do sistema; restava uma renda interna em busca de valores de uso que não mais existiam internamente e aceleraram o processo de crescimento da inflação

> até o estágio de hiperinflação. (NAKATANI; GOMES, 2015, p. 251-252).

Para esses economistas, as exportações de mercadorias e serviços consistiram na transferência de valores de uso (capital real) para fora do país em troca de dólares, que supostamente poderiam repor os valores de usos internos. Porém, os dólares eram devolvidos em forma de pagamento de juros e amortizações, lucros ou ganhos de capital, o que impedia que houvesse essa conversão. O resultado é a transferência de riqueza material produzida pelos países dependentes para as nações imperialistas sem contrapartida alguma. Com isso, o sistema internacional de crédito provocou movimentos internacionais de capital em busca de uma valorização permanente de capital monetário.

A partir daí, a integração da Bolsa de Valores com os mercados de câmbio formou um ambiente favorável à hipertrofia do capital financeiro através da especulação sobre as cotações das moedas e das taxas de juros. O papel da dívida dos países dependentes foi fundamental para alimentar esse mercado. “O volume de transações internacionais de crédito e com ações atingiu magnitudes elevadíssimas.” (NAKATANI; GOMES, p. 252), e mais tarde se tornaria um mercado promissor de moedas e derivativos para os especuladores, com grande destaque para a metade da década de 1990.

A desvalorização monetária[71] orientada pelo FMI teve efeito devastador para a população das economias periféricas, que não tinham acesso a artigos de primeira necessidade, medicamentos, combustíveis etc. por causa dos preços elevados desses produtos. Segundo Chossudovsky (1999), o FMI obrigou os governos dos países devedores a adotar um programa anti-inflacionário; na prática, não deliberavam qualquer ação que enfrentasse as causas da inflação, mas apenas sugeriam políticas econômicas de vieses neoliberais para reduzir e cortar o

[71] De acordo com Chossudovsky (1999, p. 49): “A desvalorização da moeda conduz a um ‘realinhamento dos preços domésticos’ nos níveis que prevalecem no mercado mundial. Esse processo de ‘dolarização’ de preços domésticos leva a um abrupto salto dos preços da maioria das *commodities*, incluindo-se os artigos de primeira necessidade, os bens de consumo duráveis, a gasolina, combustível, bem como a maioria dos insumos e matérias-primas usadas na produção (por exemplo, insumos agrícolas, equipamentos, etc.). Nesse aspecto, os preços domésticos serão ajustados de acordo com seus níveis no mercado mundial, independentemente da direção da política monetária.”. Essa realidade é facilmente observável durante a pandemia da Covid-19, tanto em relação aos combustíveis (com seus preços regulados pelo mercado internacional) quanto nos preços de muitos alimentos. Grande parte da produção era exportada, o que elevou os preços domésticos; alguns alimentos industrializados e/ou processados, que necessitavam de produtos agrícolas importados, também sofreram com a sobrevalorização do dólar.

orçamento público destinado a serviços que beneficiavam, relativamente, a classe trabalhadora.

As orientações do FMI para alcançar as metas superavitárias tinham como objetivo real a manutenção do serviço da dívida em favorecimento dos apostadores do mercado financeiro. À medida que o sistema de crédito internacional e o sistema financeiro tornaram-se mais complexos, as implicações na economia contemporânea responderam em proporções maiores a essas transformações.

> Cabe insistir, portanto, que a globalização financeira é expressão do ajuste do padrão de acumulação do capital global, que impacta fortemente nos fluxos desse capital e nas formas de financiamento das atividades econômicas, sob a batuta de imensos conglomerados que atuam nos mais diversos países e nos mais distintos ramos da produção, do comércio e das finanças, num arranjo complexo e intricado. (SOTO; MELLO, 2021, p. 85).

A mundialização do capital culminou num processo de hipertrofia financeira que teve na criação de ativos de todos os tipos a maneira de o capital sobressair à crise, ou, pelo menos, de postergá-la. Esse mesmo processo aumentou, nas últimas décadas, a concentração e a centralização de capital em prodigiosos monopólios, os quais se retroalimentam no mercado financeiro com base na especulação e no progressivo empobrecimento da população mundial em decorrência, sobretudo, do endividamento público, impulsionando o capital financeiro em seu nível máximo de fetichismo, o capital fictício.

Nakatani (2021, p. 113) comenta: “Trata-se de uma forma de transferência de riquezas do Estado para essas empresas, cujos custos recaem, no limite, nas costas da população trabalhadora, que é quem proporcionalmente mais paga impostos”. Isso além de não resolver a crise, agrava os problemas estruturais do capital.

Respaldado no pensamento de Marx, Mello anota:

> [...] o sistema de crédito serve, ao mesmo tempo, como *freio* à acumulação. Em outras palavras, ele também impõe limites e agrava as contradições da reprodução do capital. Pois, em parte, esse crescimento explosivo do capital portador de juros e do capital fictício, que verificamos nas últimas décadas, e que geram tantas bolhas e crises financeiras, também representa uma “fuga para frente” em relação aos gargalos e aos impasses do capital, que apenas retardam e agravam os problemas estruturais. (MELLO, 2021, p. 147, grifos do autor).

O autor expõe, no mesmo artigo, que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto mundial tem decrescido nas últimas décadas. Na década de 1960, o índice variava entre 5% a 6%, sendo reduzido para aproximadamente 2% nos últimos anos da década. Mello cita as análises do economista britânico Michael Roberts (2021) que demonstram que de 1950 a 1965 a taxa de lucro média do G20 esteve acima de 10%, porém, até o início dos anos 1980, ficou abaixo de 8%, conseguindo recuperar-se na segunda metade da década de 1990, quando se aproximou de 9% em virtude das políticas neoliberais que avançaram contra os direitos dos trabalhadores. Mas não se manteve por muito tempo e tem acompanhado uma tendência de queda.

Embora a queda tendencial da taxa de lucro esteja vinculada ao aumento da composição orgânica, em que há uma menor quantidade de trabalho vivo no processo produtivo, nem por isso é reduzido na mesma medida o grau de exploração. Pelo contrário, de acordo com Marx (2017), converte-se o mais-valor na maior quantidade possível de trabalho ao tempo que reduz a quantidade de trabalhadores na produção. Amplia-se a exploração, seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, seja pelo aprimoramento das novas técnicas gerenciais auxiliadas pelas reformas estruturais do neoliberalismo, propostas pelos organismos econômicos internacionais.

Com o avanço da financeirização econômica iniciada na década de 1970, intensifica-se a necessidade de o sistema econômico capitalista apropriar-se de uma parcela maior do mais-valor, a fim de compensar a redução das taxas de lucros. Assim, parte do capital extraído das atividades funcionantes subsidia as atividades financeiras para agir como uma contratendência às crises (juntamente com outras medidas elencadas por Marx no livro III[72]), as quais perdem a condição de lei geral e passam a ser meramente uma tendência à queda da taxa de lucro.

Mello (2021) constata que apesar do recuo da taxa de lucro, tanto o sistema de crédito como o mercado financeiro têm se expandido indiferentes às crises. As crises econômicas do capital desempenham a função de mecanismo catalisador do sistema financeiro; nelas, o endividamento público e o privado mobilizam recursos que serão empregados na especulação e na criação de capital fictício em suas diversas formas.

[72] Na segunda seção desta pesquisa, citam-se essas medidas usadas pelo capital para se contrapor às suas crises econômicas.

Ademais, mostra-se atualizada a afirmativa de Marx (2017) de que a suprassunção do modo de produção capitalista no interior do próprio modo de produção capitalista é uma contradição que anula a si mesma e que aponta para uma nova forma de produção. O pensador alemão quer dizer que o modo de produção capitalista traz em si as condições objetivas para superar a ordem econômica e social que o sustenta, ou seja, carrega desde a sua gênese os elementos de sua própria destruição. No entanto, também produz uma aristocracia financeira, chamada por Marx de *classe de parasitas*, que mantém todo um sistema de especulação e de fraude vinculado à sociedade de ações e ao lançamento e comércio desses ativos financeiros.

Enquanto o sistema de crédito apresenta a alavanca da superprodução, graças ao desenvolvimento das forças produtivas e do mercado mundial, "[...] acelera ao mesmo tempo as erupções violentas dessa contradição, as crises e, com elas, os elementos da dissolução do antigo modo de produção." (MARX, 2017, p. 499).

Conforme Mello:

> Em nossa época, da perspectiva da acumulação de capital, o sistema de crédito se mostra, assim, ao mesmo tempo, remédio e veneno, mas tende a ser cada vez mais tóxico – em vez de curar o paciente, têm contribuído para sua morte. Diante de cada crise assim produzida, vale a pena lembrar, mais o Estado atua de modo a defender os interesses das grandes corporações, assumindo suas dívidas, injetando dinheiro em suas contas bancárias e jogando o ônus das crises sobre as costas da população trabalhadora. (MELLO, 2021, p. 150).

O Estado neoliberal atua para sustentar a lógica que comanda o processo de reprodução ampliada do capital na contemporaneidade, submetendo-se como instrumento à acumulação financeira, cujos interesses capitalistas implicam um rigoroso controle de gastos públicos a fim de salvaguardar as condições para a ordem econômica se reproduzir. Em momentos de crise, o Estado assume cinicamente sua posição de órgão de classe e suas ações convergem com os interesses da burguesia de maior poder financeiro, de modo que as políticas monetárias e fiscais devem estar consoantes para evitar que os custos de uma crise prolongada possam comprometer o sistema como um todo.

Para Paulani (2008), há algumas razões para que o Estado se comporte dessa maneira. A primeira delas seria certa determinação do piso da taxa de juros, a partir do pagamento dos juros da dívida pública securitizada, na qual as demais taxas são estabelecidas em referência aos juros pagos pelo Estado, de modo que a ordem econômica dominada pelo sistema financeiro força o Estado a manter as taxas de juros elevadas, pois à lógica econômica do capitalismo contemporâneo, "num mundo dominado pelos credores, não faz sentido permitir que o Estado, por conta de problemas no manejo da demanda agregada, opere taxas reais de juros muito reduzidos." (PAULANI, 2008, p. 119).

A segunda razão apontada pela economista é que taxas elevadas de inflação obrigam o Estado a aumentar a emissão de moedas para evitar que haja insolvência por causa dos gastos descontrolados.

A terceira razão tem a ver com os títulos públicos, uma vez que o controle dos gastos públicos, da inflação reduzida e do juro real elevado garante a remuneração "real" desses ativos financeiros fictícios.

Nesse cenário, não se torna difícil compreender por que os dados do relatório divulgado pelo *Credit Suisse*, reproduzidos aqui por Mello (2021, p. 151), informam que "[...] os 1,1% mais ricos possuem 45,8% da riqueza global (quase metade dela), enquanto os 55% mais pobres possuem 1,3% da riqueza global.", sem contar que esses mais ricos aumentaram sua fortuna em 24% durante a fase mais crítica da pandemia de Covid-19. Segundo a *Food and Agriculture Organization*[73] (FAO) (apud MELLO, 2021), entre 720 milhões e 811 milhões de pessoas passaram fome em 2020, e mais 928 milhões enfrentaram insegurança alimentar.

Para Mello (2021, p. 151), "não é à toa que vemos a riqueza dos bilionários aumentar e o capital fictício se multiplicar nos mercados financeiros, ao tempo que ocorre uma pandemia de pobreza e desemprego.". O sociólogo chama atenção para as considerações de Marx a respeito da sobreacumulação de capital, que circula no mundo à espera de valorização e que se desmaterializa em investimentos no mercado financeiro na produção de capital fictício.

A securitização da dívida pública tem se mostrado, desde a década de 1970, um instrumento imprescindível de concentração e centralização de capital, bem como uma forma de o capital adiar suas crises, não obstante elas reapareçam com

[73] Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

aspectos mais rigorosos. O endividamento dos Estados nacionais proporciona a seus credores determinadas margens de “lucros” na mesma medida em que arruína a vida das populações pobres e miseráveis, em especial as das nações subdesenvolvidas.

4.2.2 A dívida pública na contemporaneidade

Não há dúvidas sobre o papel relevante da dívida pública para a concentração e a centralização de capitais. A riqueza excedente da sociedade é transferida para o setor financeiro por meio de títulos de obrigações, dos quais o Estado se compromete a pagar a seus credores os juros e as amortizações até que seja possível solver a dívida originária por completo, ou, o que é mais comum, rolar a dívida através de um novo empréstimo, num processo que implica dívidas impagáveis que crescem, exponencialmente, em virtude dos acordos e das políticas creditícias internacionais deliberadas pelos principais órgãos econômicos representativos do imperialismo capitalista sob a liderança dos EUA.

Marx (2013), em tom jocoso no livro I de *O Capital*, afirmou que a única parte da riqueza nacional que realmente integrava a posse coletiva dos povos modernos era sua dívida pública, que, vale destacar, nunca teve a anuência consciente da população, uma vez que o endividamento estatal raras vezes foi adquirido para benefício dos povos. Na realidade, quando isso acontece, os maiores beneficiários são os credores da dívida e toda a estrutura financeira capitalista que mantém relação com os diversos setores do capital. O dinheiro destinado ao serviço da dívida quem paga é a classe trabalhadora, por meio dos impostos recebidos mediante a extração de mais-valor. Assim, até os recursos com os quais as classes médias e dominantes pagam seus tributos provêm da exploração da força de trabalho.

Para o avanço das políticas econômicas neoliberais, as supostas conquistas no interior do capital podem prontamente ser retiradas se assim for conveniente à reprodução capitalista. Lupatini (2012, p. 60) diz que “a dívida pública desempenha desde a crise de superprodução do capital, nos anos 1970, um papel significativo na reprodução ampliada do capital.”, ao verificar as novas orientações capitalistas que demandam uma redução do Estado no tocante aos direitos e benefícios concedidos à classe trabalhadora.

Embora com diferentes matrizes ideológicas no espectro da direita e até da extrema direita, a depender do desenvolvimento de cada nação capitalista e/ou do lugar que ela ocupa entre as nações do centro, o modelo econômico e político neoliberal, em maior ou menor grau, tem se imposto na totalidade das nações ricas, que precisam da adesão dos países periféricos para realizar seu projeto imperialista de dominância do capital financeiro em sua integralidade.

Escreve Lupatini:

> Evidências constitutivas dessas políticas: por um lado, liberalização e desregulamentação dos fluxos de capital, privatização das empresas estatais, instrumentos e medidas para reforçar a propriedade privada, políticas monetárias e fiscais restritivas etc., por outro lado, assalto à seguridade social, aos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora no pós-guerra, flexibilização das leis trabalhistas etc., em outras palavras, liberalização para o aumento da taxa de exploração do trabalho pelo capital. (LUPATINI, 2012, p. 60-61).

Esse autor entende que o alargamento e a profundidade da dívida pública nas últimas décadas não se devem a um Estado ineficiente que não é capaz de gerir os recursos públicos com responsabilidade, mas têm a ver com a reconfiguração para um Estado neoliberal que, desde o início dos anos 1980, busca atender às necessidades do capital financeiro. A formação de capital fictício tem prioridade para o rentismo, que acumula fortuna no mercado especulativo dos títulos públicos e privados. Nesse sentido, os títulos da dívida pública são imperativos a um capital financeirizado que necessita da valorização (precificação) de seus ativos financeiros para controlar as disfunções da ordem capitalista.

Com isso, parte da acumulação do capital deslocou-se do setor produtivo ao financeiro, “[...] bem como houve a relocalização dos investimentos produtivos através da abertura comercial e da liberalização dos fluxos de capital.” (MARTINS, 2020, p. 97). Para Martins (2020, p. 97), “a dívida pública passou a mover-se buscando a geração de capital fictício e não mais a produção de empregos e a elevação da produtividade”, haja vista que a superprodução/superacumulação entrou num processo de declínio das taxas de lucro e o capital reposicionou-se com o propósito de manter a geração de lucro.

Martins (2020) assegura que, durante esse processo, houve a relocalização de investimentos, que saíram dos países tradicionalmente industriais – de capitalismo avançado – para regiões subdesenvolvidas que, não por acaso, traziam

diversas vantagens para os países imperialistas, desviando, assim, os fluxos de investimento produtivo. As políticas neoliberais, colocadas em prática na década de 1970, usaram os recursos possíveis de um Estado autoritário, sob o manto da democracia, para direcionar os gastos públicos a processos financeiros de acumulação em detrimento de políticas que antes eram parcialmente reservadas à classe trabalhadora. “Ambos os processos reduziram a taxa de investimento nos países centrais, contribuindo, em médio e longo prazos para o parasitismo e o desmonte da engrenagem de crescimento virtuoso do eixo atlantista.” (MARTINS, 2020, p. 97).

Observa-se que não obstante o sistema financeiro seja capaz de criar um montante em dimensão infinita de capital fictício mediante vários instrumentos financeiros, a ordem capitalista não independe da substância econômica real para se reproduzir, pois apenas pode ser criado valor na esfera produtiva, isto é, a riqueza existente na sociedade jamais será transformada em propriedade material por intermédio de papéis financeiros. Ao contrário, a riqueza social só é possível em virtude da extração de mais-valor da esfera produtiva, em que parte do valor criado vem sendo consumido/destruído ao longo das últimas décadas em investimentos de capital fictício no mercado financeiro, em transações especulativas que mais e mais se distanciam da realidade.

Para Martins, o fluxo de juros e dividendos sobre empréstimos a diferentes agentes (Estados, empresas, indivíduos etc.), convertidos em títulos de dívidas, é remunerado através de impostos sobre a chamada renda primária. Isso acontece porque existem movimentos financeiros complexos que retardam a acumulação ao tempo que os direitos a rendimentos crescem; entretanto, grande parte do capital permanece em circulação no sistema financeiro e os ativos de caráter fictício são reinvestidos e, à primeira vista, parecem capazes de elevar a riqueza autonomamente, inclusive superior ao PIB mundial.

Lupatini (2012), apoiado nos dados da OCDE *stat*, afirma que entre 1981 e 2007 a dívida pública cresceu em relação ao PIB dos países da OCDE de 23,3% para 55,1%, o que revela o papel fundamental da dívida pública para a criação de capital fictício. “A dívida pública, nas últimas décadas, é um dos centros alimentadores do capital fictício, o qual aumentou exponencialmente e exacerbou as contradições do capital.” (LUPATINI, 2012, p. 74).

Com as tentativas de se afastar da crise, o endividamento exponencial dos Estados capitalistas, do centro à periferia, visa salvar empresas de diversas atividades empresariais (bancos, corretoras, financeiras, indústrias etc.) para evitar a desvalorização do capital fictício (LUPATINI, 2012). Trindade (2017, p. 103) explica que “o sistema da dívida pública comparece como componente do sistema de crédito plenamente desenvolvido e, por sua vez, cumprindo funções próprias, por mais que subsidiárias ao sistema de crédito.”.

O autor também esclarece que a funcionalidade do capital comercial e do comércio de dinheiro em relação ao capital industrial depende da capacidade valorativa do capital produtivo para a expansão de riqueza real a todo o sistema, já que o capital de empréstimo não depende do capital produtivo em si, “[...] mas da mobilidade do capital, resultante que é da ativação contínua de capital-dinheiro latente, possibilitado pelo sistema de crédito.” (LUPATINI, 2017, p. 105). A dependência aqui é ontológica, uma vez que o movimento do capital de empréstimo tem relação direta e condicional com a acumulação produtiva, ou seja, depende da acumulação real.

Segundo Trindade (2017), a emissão de títulos públicos, a emissão acionária e o financiamento de recompra de títulos no mercado secundário geram uma massa de valores virtuais sob a forma de títulos e direitos de propriedade. Marx (2013) afere que no sistema de crédito tudo é duplicado, triplicado (ou mais) e transformado em fantasias, já que esse fluxo de papéis financeiros em circulação, no interior do sistema, gera possibilidades infinitas de formação de capital fictício.

De acordo com Trindade (2017, p. 107), “o capital fictício é uma categoria resultante do capital de empréstimo, uma forma ficcional em função de que seu valor real não mais existe, tendo sido destruído (gasto ou despendido) num período anterior”. Pode-se igualmente entendê-lo como resultado de especulações de supostos lucros baseadas no capital produtivo e em derivativos de outros ativos financeiros que podem se “valorizar” (precificar), mesmo que representem um capital já destruído, ou um capital que não existe, ou uma relação contratual cujo ativo, sem lastro, possui um determinado valor que pode vir a se valorizar.

> A forma capital fictício sucede, portanto, de o princípio do capital produtor de juro expressar todo retorno ou pagamento regular de renda monetária como aparente juro de um capital, derive ou não de um capital efetivo, supondo-se, portanto, a “duplicação ou triplicação”

> de valores oriundos de um capital preexistente ou mesmo antes destruído, como no caso da dívida pública. É forma capital em função de que possibilita ganhos ou rendimentos presentes e futuros, porém define-se como fictício por conta de que seu valor-capital é um clone do capital aberto de derivativos ou, como **no caso da dívida pública, capitalização de um rendimento de um valor pretérito, gasto na circulação reprodutiva do Estado**. (TRINDADE, 2017, p. 108, grifo nosso).

Nesse sentido, a capitalização é criadora de capital fictício a partir do momento em que se regula um rendimento de capital de empréstimo na forma de taxa média de juro. A renda preestabelecida na negociação da mercadoria-capital entre prestamista e prestatário passa a ser representada por títulos de dívidas com base na taxa geral de juro do mercado, cuja taxa de juro varia de acordo com a taxa de juro geral. Os títulos da dívida estão sujeitos a variação, uma vez que são valores fictícios capitalizados. Essas mesmas variabilidades da taxa de juro destroem o capital fictício, bem como as crises creditícias que retiram parte significativa de títulos sem valor de mercado, na ocasião de falência de empresas ou de calotes (*default*) da dívida pública, no caso de Estados nacionais (TRINDADE, 2017).

A diferença do capital de empréstimo destinado ao Estado, do capital de empréstimo remetido às empresas, em geral, está basicamente na finalidade. O capital de empréstimo que vai para o Estado, com raras exceções, não exerce a função de capital produtivo, pois não tem o propósito de criar mais-valor e, consequentemente, gerar lucros[74]; daí configura-se como um capital improdutivo. Em vista disso, “o valor tomado como empréstimo pelo Estado foi completamente dissipado; sua principal função é transformar capital de empréstimo em renda.” (TRINDADE, 2017, p. 111).

O crédito atribuído ao setor privado transforma-se sempre em capital produtivo (mercadorias), o que faz com que haja uma contração do volume de dinheiro ao tempo que expande a massa de capital produtivo. Esse movimento viabiliza a circulação de títulos de rendimento, aumentando a demanda de capital de empréstimo, o que influencia a taxa de juro. Já o movimento de contração de dinheiro de crédito surge por refluxo ou realização das mercadorias logo após o processo produtivo ter sido assegurado pelas letras de câmbio, o que leva a uma maior oferta de capital de empréstimo, garantindo os rendimentos provenientes dos

[74] Exceto, como já citado no decorrer da tese, de empresas estatais mistas, que logram determinados lucros da produção, mas também da especulação do mercado, como é o caso da Petrobrás.

ativos financeiros de caráter fictício, independentemente de sua procedência: dívida pública, dívida privada ou ações (TRINDADE, 2017).

Tanto Marx (2017), no livro III de *O capital*, quanto Hilferding (1985), em *O Capital Financeiro*, tratam da imbricada relação que envolve as letras de câmbio. Cumpre entender que a circulação das letras de câmbio cria um movimento que viabiliza as negociações de compra e venda, num processo de criação e destruição permanente desse dinheiro de crédito; o dinheiro "real" quase não aparece, pelo menos a princípio.

Segundo Trindade:

> Esses movimentos de expansão e contração podem se anular, se considerarmos, por exemplo, dois momentos: 1) lc (letra de câmbio) - MP (aquisição de meios de produção com prorrogação de pagamento emitindo-se letra de câmbio); 2) os vendedores dos meios de produção, que receberam as letras de câmbio, vão aos bancos vendê-las (desconto), a fim de, com o dinheiro, realizar pagamentos. Estes pagamentos podem ser liquidações de letras de câmbio anteriores, isto é, dívidas contraídas por esses mesmos capitalistas no seu processo de produção. Assim, considerando o sistema como um todo, haverá emissão de letras seguidas de liquidação de letras, que podem compensar-se em menor ou maior medida. (TRINDADE, 2017, p. 113).

Para o autor, a letra de câmbio é um tipo necessário de dinheiro de crédito para a circulação de capital produtivo, diferentemente dos títulos de rendimento, que provocam uma contração do capital de empréstimo. Os rendimentos apenas retornam no formato de capital virtual, haja vista que "se configuram na realidade em valores transferidos da realização de capitais produtivos e que são apropriados pelos rentistas proprietários desses títulos." (TRINDADE, 2017, p. 113-114).

Trindade esclarece que a letra de câmbio tem uma função reprodutiva nos setores funcionantes do capital, que se anula assim que a mercadoria é trocada por capital-dinheiro; tem o dever de resgatar as dívidas, e sua atuação agora visa ao cumprimento da função meio de pagamento, "[...] sustentando com capital efetivo a superestrutura real do sistema de crédito." (TRINDADE, 2017, p. 114).

De forma diferente, a emissão de ações no mercado estimula uma quantidade variada de entradas e saídas de capital de empréstimo e gera um fluxo de investimentos de capital efetivo que, sob o efeito da própria dinâmica desses papéis, aumenta seu valor contábil nominal na forma de capital fictício. Por essa razão, a

emissão primária desses títulos investe capital real nas formas funcionais que têm relação com a produção de mais-valor. Concomitantemente, circulam papéis no mercado de valores fictícios com preços correspondentes à capitalização da renda. As ações absorvem capitais para agir como capital reprodutivo ao tempo que, no mercado secundário, precificam seus ativos, mesmo que não conservem relação com o capital funcionante (produção e/ou circulação).

Já no caso dos títulos da dívida pública, estes não mantêm relação produtiva devido à emissão dos títulos, que absorve uma massa de capital de empréstimo completamente assimilada na forma de consumo. A obrigação adquirida pelo Estado é securitizada através da emissão de títulos, o que significa que há capitalização dos rendimentos (juros) dos títulos negociados no mercado financeiro.

Assim, “o capital de empréstimo destinado à dívida pública será completamente destruído pelo Estado e, com isso, deixará de existir, o que determina uma diminuição real na oferta global de capital de empréstimo no período em questão.” (TRINDADE, 2017, p. 115). Isso garante um retorno monetário aos compradores dos títulos da dívida. A titularização da dívida representa a formação de um tipo de capital fictício que absorve e destrói capital de empréstimo real, funcionando como um mecanismo de contratendência ao processo de crise de superprodução.

Os títulos de capital fictício, não importa sua origem, fazem parte do fundo de reserva dos bancos, o que os impede de participar das operações bancárias, pois não servem como crédito monetário. O capital fictício retira de circulação uma soma expressiva de capital monetário de empréstimo. Em razão disso, Trindade (2017, p. 116, grifo do autor) afirma que “[...] essa mesma função ‘positiva’ do capital fictício estabelece uma penalização sobre o circuito de reprodução e de expansão de mais-valor dada pelo aumento do fluxo de juros que faz frente ao crescimento da *massa* de capital fictício.”.

Caso todo o capital resultante da criação de mais-valor se convertesse em aplicações no mercado financeiro, o sistema econômico capitalista entraria em colapso. Assim, ainda que a atual conjuntura demonstre que o capital financeiro é dominante, não se elimina do trabalho sua condição *sine qua non* de categoria fundante da sociedade humana, mesmo que as formas potencializadas de fetiche e de alienação ocultem esse fato.

O Estado estabelece a ordem jurídica que legaliza as ações do capital financeiro, atuando diretamente como mecanismo de centralização e acumulação de capital através da dívida pública; uma parcela do mais-valor criado na sociedade é transferida à esfera financeira (SABADINI, 2013). O problema de todas as manifestações de capital fictício acentua-se com a incapacidade de o Estado determinar regras que limitem o descomedimento dos movimentos especulativos na emissão de títulos e ações, uma vez que a própria estrutura político-jurídica do Estado representa os interesses de classe que provocam o desnível entre a expansão real e a expansão fantasmagórica, o que mais cedo ou mais tarde provoca crises econômicas mais profundas.

Segundo Sabadini (2013, p. 604), “se o capital fictício funciona, por um lado, como uma contratendência à queda na taxa de lucro, por outro, carrega o germe de sua própria ruptura e instabilidade, muitas vezes representada por crises, como as que presenciamos no capitalismo contemporâneo.”. Em períodos de crise, esses ativos financeiros são imediatamente desvalorizados, forçando seus possuidores a se desfazerem a fim de obter recursos monetários suficientes para solver seus débitos.

As incertezas que cercam o mercado financeiro, em vez de desestimular os investimentos em ativos de capital fictício, transformam-se num componente motivador para especular. Por isso, Marx (2017) entende que a especulação dos ativos de capital fictício depende exclusivamente da exploração da variação de preços, que nada tem a ver com a lei de valor relacionada à produção, ou seja, com a criação de mais-valor, possível tão somente por meio do trabalho excedente, já que a singularidade dessas mercadorias negociadas no mercado financeiro estabelece preços baseados em oscilações que ocorrem na cotação desses títulos na Bolsa.

No caso específico dos ativos de capital fictício, cujo capital emprestado há muito foi consumido, convém a seus possuidores, na medida em que podem vendê-los, reconverter esses papéis em capital; porém, nada impede que sejam usados na produção, ou melhor, na criação de valor real. Diferentemente dos títulos de propriedade sobre sociedade por ações, Marx esclarece que assumem uma dupla condição: a de valor nominal de capitais inexistentes e, paralelamente, a forma de capital portador de juros que, além de garantir rendimentos, também “[...] podem ser vendidos e reembolsados como valores-capitais.” (MARX, 2017, p. 534).

Todavia, Marx adverte que a condição de essas duplicatas serem negociadas como mercadorias e circularem como valores-capitais não as descaracterizam como ilusórias devido a seus valores, que podem diminuir ou aumentar independentemente do valor real. “Ressalte-se, finalmente, que a expansão das formas fictícias de capital estabelece uma enorme distorção entre volume de valores referentes aos direitos de propriedade (títulos de dívida) e a acumulação real.” (TRINDADE, 2017, p. 123), pois a valorização e a desvalorização desses títulos se dão em virtude do movimento especulativo que influencia diretamente nas oscilações contábeis.

No caso dos títulos da dívida pública, segundo Trindade, percebe-se que a valorização ou a desvalorização desses ativos não representa perda ou ganho real, mas somente transferência e centralização de poder econômico, uma vez que o capital de empréstimo já não existe porque foi completamente consumido; os rendimentos em forma de juros são transferências de uma soma adquirida através dos impostos, que representam parte do mais-valor represado pelo Estado.

> Diferentemente das empresas capitalistas, que em última instância estão na dependência financeira do ciclo rotacional uniforme dos seus capitais, as finanças do Estado dependem das características reprodutivas de acumulação média do sistema, da sazonalidade do recolhimento dos tributos e fases dos ciclos de negócios. (TRINDADE, 2017, p. 124).

Essas circunstâncias fazem dos títulos da dívida pública ativos mais seguros do que os títulos da dívida privada, pois o próprio Estado tem o controle relativo da gestão monetária da economia, manipulando as políticas econômicas para se adequar às necessidades do capital e, simultaneamente, viabilizar o funcionamento do aparelho estatal.

No que tange aos títulos da dívida privada, não se pode ter garantia da estabilidade da empresa emissora dos ativos, mesmo que aparente ser uma empresa sólida ou que represente um portentoso monopólio, pois o modo de produção capitalista constitui-se de um sistema de especulação e de fraude. Por isso, não se desconsidera a possibilidade de falências numa ordem econômica que traz em si contradições que causam desconfianças a respeito da credibilidade dos títulos da dívida privados. “O aspecto central é que, no caso de falência e de não

recomposição falimentar e acionária da empresa, uma grande quantidade de títulos é simplesmente destruída.” (TRINDADE, 2017, p. 125).

Em relação aos títulos públicos, o Estado pode decretar moratória ou incapacidade de liquidar suas obrigações, mas os títulos são apenas parcialmente destruídos no processo de desvalorização. Depois de passada a pior fase da crise, esses títulos poderão ser renegociados por preços superiores, inclusive ao valor de face nominal que eram negociados antes da crise.

Seria preciso fatos políticos e/ou uma hecatombe econômica incomensurável para que os títulos públicos de uma determinada nação fossem completamente destruídos, visto que a ordem capitalista não hesitaria em realizar uma força conjunta dos organismos econômicos internacionais com os principais países de economia hegemônica para evitar que algo parecido viesse a debilitar a economia global.

Para Martins (2020, p. 100), mesmo com a queda das taxas reais de juros abaixo das taxas do PIB, “[...] a dívida pública e os gastos públicos permanecem crescendo a partir da intervenção do Estado no mercado privado de títulos financeiros, garantindo a liquidez de ativos podres quando este colapsa.”. Isso evidencia o vínculo entre a esfera pública e a privada: o Estado endivida-se para afiançar a reprodução capitalista. A ordem capitalista espera que os Estados endividados funcionem pelo menos num nível minimamente aceitável para não comprometer o equilíbrio do sistema.

O sistema do capital não vacilaria em sacrificar uma economia inteira para salvaguardar os interesses dos países imperialistas, seja por meio de políticas econômicas prejudiciais a nações historicamente fragilizadas e dependentes, seja por intervenções bélicas capazes de devastar completamente um território. Eis o berço das antinomias no qual a economia capitalista repousa.

De acordo com Trindade (2017), o crescimento da dívida pública significa o aumento exponencial da emissão de títulos de crédito sob a posse de credores do Estado, o que parece ser, conforme o autor, o principal mecanismo moderno de preservação do dinheiro de crédito, bastante subordinado aos fluxos de capital real que são produzidos e acumulados na economia mundial, assim como das condições internas de absorção desse fluxo de capital pela economia hegemônica.

Desse modo, observa-se que nenhuma potência econômica tem domínio sobre o capital, o que demonstra que ao Estado cumprem funções precisas e

necessárias à manutenção da ordem capitalista, – a confirmar a tese de incontrolabilidade defendida por Mészáros (2012) –, mas que depende dessa estrutura política para tornar exequível sua capacidade reprodutiva. Destaca-se que a relação entre Estado e capital mantém-se por efeito de determinações recíprocas; ambos se complementam e dependem um do outro para existir. Mészáros entende que malgrado o esforço para a perenidade da autoexpansão[75] capitalista, a estrutura do modo de produção capitalista tem limites que não podem ser superados em virtude de sua própria natureza, muito menos por ingerência de qualquer agente que corresponda às unidades produtivas do sistema ou do próprio Estado, ainda que esse complexo estatal seja a maior potência econômica e bélica da história, como é o caso dos EUA.

Martins deixa claro isso quando diz que:

> O alto nível de endividamento público e a vulnerabilidade de seus balanços de pagamentos lhes vão retirando crescentemente a autonomia de suas políticas monetárias e cambiais pelos efeitos explosivos que podem exercer sobre o gasto público e o equilíbrio macroeconômico. Esses processos desenvolvem-se em maior ou menor grau entre os países atlantistas, apresentando-se, nos Estados Unidos, sua principal potência, com maior intensidade e nitidez. (MARTINS, 2020, p. 100).

Os Estados Unidos estão submetidos às mesmas forças que dominam o restante do globo; é incontestável que os Estados nacionais são controlados pelo capital e não o contrário. Para Mészáros (2002), em *Para Além do Capital*, o Estado moderno assume uma função corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital na condição de controle sociometabólico, e sua função corretiva circunscreve-se somente a ajustes “aos últimos limites sociometabólicos do capital.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

Na mesma obra, o pensador húngaro sustenta que “as perigosas ilusões de que se pode superar ou subjugar o poder do capital pela expropriação legal/política dos capitalistas privados surgem quando se deixa de levar em conta a natureza real

[75] “Por isso, hoje somente alguém que acredite em milagres é capaz de levar a sério a ideia de que as importâncias astronômicas em dólares e libras esterlinas – e liras, pesos, pesetas, francos franceses, marcos alemães, rublos, escudos, bolívares, reais etc. – sugadas pelo buraco negro da dívida global um belo dia ressurgirão dele, com juros acumulados, na forma de quantias ilimitadas de crédito saudável disponível, de modo a permitir que o sistema satisfaça sua necessidade de autoexpansão sem fronteiras até o fim dos tempos.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 104).

do relacionamento entre controlador e controlado.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 98). Por esse motivo, até os países desenvolvidos, a fim de proteger o sistema econômico de suas incongruências, aderem a políticas monetárias que irão, inevitavelmente, agravar as desigualdades sociais internas.

Na década de 1980, houve um expressivo aumento dos gastos públicos e do endividamento tanto dos EUA quanto dos países da Zona do Euro e dos países que compunham a OCDE por efeito da elevação da taxa de juros. No caso da Alemanha, o país preferiu usar o expediente de contenção salarial como uma maneira de se manter competitivo no mercado internacional, aproveitando-se da preferência norte-americana e britânica em conservar suas moedas sobrevalorizadas, de forma que teve participação relevante no mercado mundial, embora isso indicasse assimetrias sociais crescentes ano após ano (MARTINS, 2020).

Outro exemplo de como o Estado se subordina à dinâmica sociometabólica do capital está na crise de 2007/2008, na qual o governo estadunidense, para alimentar as expectativas de lucros extraordinários no mercado financeiro, comprou títulos podres (sem liquidez). Entre 2008 e 2014, o governo dos EUA “[...] comprou US$ 4,2 trilhões em dívidas hipotecárias no mercado privado, e as instituições financeiras privadas, por sua vez, desfizeram-se de US$ 4,5 trilhões que tinham sob controle, o que indica o alto nível de rentabilidade dessas operações.” (MARTINS, 2020, p. 101-102).

Na Zona do Euro, a ajuda aos bancos chegou a ∉ 4,5 trilhões, equivalente a 36,7% do PIB europeu. O que se viu nos anos 2000 com maior nitidez foram os estragos realizados pela financeirização da economia de todos os países, sempre com mais prejuízos para as nações periféricas, que além de vivenciar seus flagelos históricos, continuam a apoiar as economias do centro. Estas impõem uma relação neocolonialista aos países de capitalismo atrasado; a diferença agora é que todos estão sujeitos aos danos causados pelo capital financeiro.

A dívida pública não tem sido indispensável apenas ao financiamento do Estado, mas também para o desenvolvimento capitalista, cuja estrutura do sistema de crédito tem contribuído para a acumulação e a centralização de capital. Conforme Marx (2013, p. 702), “à medida que se desenvolvem a produção e a acumulação capitalistas, desenvolvem-se também a concorrência e o crédito, as duas alavancas mais poderosas da centralização.”.

Para Trindade (2017), a dívida pública deve cumprir três grandes objetivos para manter determinado nível de complexidade e interação entre si. Para ele, em torno desses objetivos organiza-se a emissão de títulos e institucionalizam-se os mercados primário e secundário da dívida pública.

O primeiro dos objetivos deve ser a mobilização de capital de empréstimo, que deve ter plena conversibilidade de capital fictício em capital de empréstimo, garantindo a capacidade elevada de intercâmbio entre os títulos. Nesse sentido, a credibilidade dos títulos da dívida pública confere certa tranquilidade às transações financeiras, uma vez que eles estabilizam os fluxos de capital de acordo com os prazos, a magnitude e os interesses dos diferentes emprestadores, em especial dos investidores institucionais.

O segundo trata da absorção e da destruição de capital de empréstimo. Esse capital transforma-se em capital-renda ao impedir a sua disponibilidade integral para o capital produtivo, visto que isso conduziria à crise da superprodução. Uma menor quantidade de capital com potencial produtivo, em determinadas condições, dificulta as distorções comuns ao sistema capitalista, atribuição fundamental para o desenvolvimento capitalista na contemporaneidade.

O terceiro objetivo é o financiamento dos gastos estatais, que, para Trindade (2017, p. 129), “[...] concentra-se no fundo patrimonial e no fundo destinado a gastos bélicos.”.

Como visto ao longo da pesquisa, o sistema de crédito surge com a finalidade de utilizar o capital monetário potencial (ocioso) como capital a serviço da reprodução capitalista, à medida que esse dinheiro é usado por capitalistas funcionantes. O prestatário do crédito compromete-se a devolver a soma que tomou emprestado, acrescida de juros. Esse capital somente é capaz de aumentar em consequência de sua aplicação na esfera produtiva, único lugar de valorização de capital, mediante a criação de mais-valor, ou seja, do trabalho excedente.

É através do capital produtivo que se pode gerar valor real, base fundante da estrutura econômica capitalista e fonte monetária das receitas fiscais que possibilitam o pagamento da dívida pública.

> Neste padrão de acumulação baseado no capital financeiro financeirizado, a dívida pública assume uma importância significativa, dada a sua capacidade de canalizar recursos do fundo público para o grande capital. Isso significa o repasse de recursos públicos para

> mãos de grandes capitalistas, ao mesmo tempo em que aumenta o poder de barganha destes últimos, tendo em vista que passam a ser credores do Estado. Temos um quadro em que o capital se fortalece por meio do acesso à parte dos rendimentos da classe trabalhadora, o qual é viabilizado pelas mãos do Estado. (BRETTAS, 2020, p. 85-86).

Os títulos fictícios emitidos pelo Estado asseguram o pagamento de suas obrigações e colaboram para o desenvolvimento econômico do capital, uma vez que se vinculam intrinsecamente à mobilização de capital de empréstimo. A securitização da dívida pública, além de mobilizar capital, duplica o direito de propriedade e transforma os ativos financeiros em títulos de rendimentos, transferência de capital e, ainda, em dinheiro-capital convertido em dinheiro-renda (e vice-versa), sob a proteção do Banco Central e do Tesouro Nacional (TRINDADE, 2017).

Trindade (2017) afirma que os títulos públicos exercem uma atribuição estratégica na formação dos mercados de títulos privados, pois cumprem a função de referências no momento da definição dos preços dos papéis privados, o que confere certa segurança aos investidores. Como lembra Trindade, Marx (2017) também tinha notado que, para os banqueiros, os títulos públicos representavam “capital efetivo”, dada a quase impossibilidade de calote dos Estados devedores, contabilizando, praticamente, a totalidade das reservas bancárias.

> Nesse sentido, a *securitização* dos títulos públicos responde a uma crescente necessidade da reprodução global do capital de *aportar* massas crescentes de capital ocioso, convertendo capital de empréstimo em capital fictício e, por outro lado, a facilidade com que o capitalista credor retoma a propriedade sobre a mercadoria capital. (TRINDADE, 2017, p. 138, grifos do autor).

Isso é possível porque os títulos da dívida pública apresentam grande capacidade de fungibilidade e negociação, que expõe, de acordo com Horne (1972) apud Trindade (2017), a facilidade de conversão desses papéis em dinheiro. Assim, os títulos públicos, afora os atributos favoráveis ao mercado financeiro já mencionados, fazem do Estado um demandante fundamental para os fundos de capital de empréstimo, os quais estimulam todo o sistema financeiro por obra de investimentos em setores não funcionantes da economia capitalista, isto é, de esferas improdutivas. “Nesse sentido, o sistema de crédito e o sistema da dívida

pública são formas constituídas como partes da *totalidade* que é o modo de produção capitalista.” (TRINDADE, 2017, p. 127, grifo do autor).

Entre dívidas públicas e privadas, os Estados nacionais dominam mais da metade das dívidas. Os Estados Unidos lideram a lista de nações mais endividadas do mundo, com débito superior a US$ 30 trilhões[76] (CEIC DATA, 2022), que, para a revista Valor Investe (2021), alcançaria 107% do PIB até 2031[77]. Porém, no mesmo ano da matéria da revista, levando em conta o PIB norte-americano, a dívida pública já havia ultrapassado 106%, de acordo com o *site* Clube dos Poupadores (2022). Somente nos EUA, a massa de capital fictício supera US$ 400 trilhões de dólares, tendo como sustentação a dependência da dívida estatal e sua capacidade de reciclagem de capital fictício, informa Trindade (2017).

No geral, os Estados nacionais, em defesa do modo de produção capitalista, recorrem ao crédito como método mais voltado às necessidades do capital que ao financiamento do Estado para possível benefício da população. As crises capitalistas demonstraram, em especial depois da ascensão neoliberal, que o endividamento público resultou em enormes prejuízos à classe trabalhadora em decorrência dos ajustes fiscais e da restrição de direitos, debilitando os serviços disponibilizados à população dependente da assistência do Estado.

Brettas (2012) observa que mesmo com políticas econômicas de austeridade e cortes no orçamento do Estado em determinadas instâncias, a dívida pública tem crescido em todos os Estados nacionais, sendo frequente encontrar nações onde a dívida ultrapassa o valor de seu PIB. Para Brettas, a magnitude da dívida pública articula-se com a capacidade de produção da nação devedora.

> Este é um elemento que nos parece muito significativo para vermos a iniciativa dos Estados de tentar garantir a rentabilidade do capital fictício, mas insuficiente para identificarmos o quanto exatamente isso significa em termos de recursos que são destinados para arcar com os compromissos decorrentes da dívida. (BRETTAS, 2012, p. 115-116).

[76] Informação coletada no *site* da CEIC Data (2022).

[77] Essa estimativa não pode ser levada à risca em razão da própria natureza instável do sistema econômico capitalista. Tanto pode ser melhor do que a apresentada pelos analistas econômicos, como pode ser bem pior. Para exemplificar, na crise de 2007/2008, o serviço da dívida consumia 119% do PIB norte-americano, de modo que as inconstâncias e imprevisibilidade de fatos (pandemias, guerras, crises, fraudes financeiras etc.) podem refletir na economia mundial, o que impede qualquer tipo de previsão que determine os acontecimentos futuros. Essas circunstâncias apontadas são as mesmas que transformam o mercado financeiro num grande cassino global.

Se se fizer a relação entre a dívida pública e o PIB dos países devedores, prontamente se percebe que na lista dos países mais endividados encontram-se as nações mais ricas. A diferença substancial da economia dos países ricos para a economia dos países subdesenvolvidos está na segurança política e jurídica, na "moeda forte", na capacidade produtiva e na influência que essas nações exercem no sistema financeiro, manipulando os mercados de acordo com sua conveniência. Além disso, intervêm nas economias dependentes, onde há uma fonte abundante de recursos para a exportação de capitais.

Fica fácil perceber isso no *ranking* mundial da dívida pública em comparação com a dívida/PIB. Japão, Reino Unido e EUA lideram uma dívida/PIB de 262%, 97,4% e 137,2%, respectivamente, com juros correspondentes a -0,1%, 3,5% e 4,5%. Contudo, ao analisarmos economias dependentes como Argentina, Brasil e Turquia, encontra-se uma dívida/PIB de 80,5%, 80,27% e 42%, com taxa de juros de 75%, 13.75% e 9%[78], dados que indicam a possibilidade de lucros exorbitantes para os investidores financeiros, a considerar a particularidade e o grau de risco de cada país. Parte considerável da riqueza produzida pelos países dependentes/subdesenvolvidos converte-se em provimentos para o sistema financeiro mediante o serviço da dívida pública.

A dívida pública segue basicamente os seguintes movimentos: o Estado toma empréstimo e, em contrapartida, emite títulos de capital fictício que gera renda para os que adquirirem esses ativos. Nesse movimento, há uma troca de valores reais por valores fictícios no momento em que os títulos são transferidos para terceiros, que agora se tornam credores do Estado. "Ao vender títulos, o Estado absorve capital de empréstimo, e ao realizar seus gastos lança na circulação creditícia grande quantidade de dinheiro-renda, que realiza mercadorias, repondo capital aos capitalistas diversos." (TRINDADE, 2017, p. 145).

Os gastos estatais tornam o Estado um consumidor institucional à medida que paga pelas mercadorias compradas de diferentes capitalistas. A distinção do Estado consumidor para o consumidor comum é que o empréstimo tomado pelo primeiro converte-se em ativos de capital fictício que serão negociados no mercado financeiro. Os juros pagos pela aquisição da dívida derivam dos impostos cobrados à própria sociedade.

[78] Dados coletados no *site* Clube dos Poupadores (2023).

O segundo movimento, para Trindade, encontra-se no resgate dos títulos que circulam continuamente com relativa autonomia no mercado secundário, pois o mesmo título pode ser vendido várias vezes até que o Estado decida resgatá-lo, encerrando a circulação desse ativo ao recomprá-lo pelo valor de face nominal no mercado de títulos. Trindade (2017, p. 145) afirma que “a amortização da dívida significa reconversão do capital fictício em capital de empréstimo efetivo, ou seja, o Estado dispor de receita fiscal para liquidar os títulos ou emitir nova dívida, o que implica o primeiro movimento.”.

O autor destaca que o pagamento dos juros e do principal da dívida resulta de um refluxo de mais-valor produzido pelo capital de empréstimo convertido em capital produtivo, em circuitos internos e externamente. Assim, uma soma de capital ocioso acumulado, em vez de ser investido na produção ou na circulação, vai para a esfera financeira, por segurança. De fato, as crises de superprodução do capital têm sua gênese no sistema de crédito que impulsionou a produção capitalista, mas que tende à redução da taxa de lucro, o que estimula o sistema de crédito a realocar parte do capital criado na produção para o sistema financeiro.

É preciso lembrar que o capital emprestado ao Estado será destruído e o pagamento apenas se torna possível porque há um sistema tributário estatal que recolhe da sociedade somas de mais-valor na forma de tributos. “Observa-se destruição de capital real e a criação de capital fictício.” (TRINDADE, 2017, p. 151). Entretanto, o capital também pode ser destruído por efeito da superprodução, ou na melhor das hipóteses, ser desvalorizado.

Embora no mercado financeiro não exista nada que impeça que ativos aparentemente rentáveis possam esvanecer repentinamente, os títulos da dívida pública gozam de condições superiores às de outros ativos de capital fictício. “O sistema de dívida pública elide parte importante desse excesso, destruindo uma massa de valor que, de outro modo, iria desencadear a desvalorização de crescentes parcelas de capital, porém em ritmo descontrolado.” (TRINDADE, 2017, p. 180).

A dívida pública consiste na retirada de capital monetário de investimentos produtivos e sua conversão em dinheiro gasto pelo Estado, o qual emite títulos de capital fictício que concorrerão com ativos de natureza semelhante no sistema financeiro. Essa característica da dívida pública ocorre na retirada do excedente de capital monetário da ociosidade e que, em virtude das antinomias capitalistas, não

deve ser reinvestido nas esferas produtivas, para não acentuar a crise da superprodução, “[...] atuando sobre os fluxos de oferta até o limite dado pela manutenção da rentabilidade positiva dos capitais em aplicação produtivas, ou seja, como força contrária ao declínio da taxa média de lucro.” (TRINDADE, 2017, p. 181). Em vista disso, segundo o economista, a emissão de títulos da dívida pública exerce uma função anticrise ao suspender temporariamente a crise da superacumulação no momento em que concentra parte do capital excedente disponível no setor improdutivo.

Os investimentos em títulos de capital fictício estatais correspondem à tarefa de destruição de capital de empréstimo, uma vez que a única forma de preservar o capital é reinvesti-lo na reprodução capitalista; de outro modo, o dinheiro aplicado nas formas “autonomizadas” cria valor fictício, que cumpre tão só o papel temporário de adiar ou, pelo menos, não intensificar a crise da superprodução. “Desvalorizar capital implica a destruição de parte dessa massa de riqueza subordinando a crise a interesses da acumulação.” (TRINDADE, 2017, p. 183).

Em períodos normais (ou, em nosso entendimento, de relativa estabilidade econômica), nada obsta que o portador dos títulos da dívida se desfaça desses ativos e reinvista o capital monetário na acumulação capitalista, à procura de um novo itinerário no mercado de títulos (num contínuo processo que se retroalimenta e/ou que a própria estrutura do capital dá conta de destruir).

A dívida pública torna-se uma alternativa para o capital controlar a desvalorização em períodos de crise; os capitais latentes entesourados são alocados para uso não como capital, mas na compra de ativos financeiros que se transformam, subsequentemente, em capital-renda. Essa troca de lucros produtivos por lucros fictício-especulativos, ao tempo que destrói capital, cria um fluxo de capital fictício que funciona como elemento compensatório que pode enriquecer os proprietários desses ativos, mesmo que nada acrescente de riqueza real à sociedade.

Grossmann (1979) apud Trindade (2017, p. 184) observa que a lógica que orienta o destino do capital monetário para a aquisição de títulos públicos tem o mesmo sentido da exportação de capital, visto que a “[...] razão última para a exportação de capital não é o lucro mais elevado no exterior, e sim a falta de oportunidade de investimento no próprio país.”. O motivo do redirecionamento de capital monetário da esfera funcionante capitalista para a aquisição dos títulos

públicos é a falta de alternativa num mercado saturado de mercadorias incapazes de escoamento em sua totalidade.

Embora as vantagens de aplicar capital monetário nos títulos da dívida pública em períodos de crises capitalistas sejam incontestáveis e fundamentais para a conservação do ordenamento capitalista, o prolongamento e a gravidade da crise podem gerar uma crise monetária que forçará o aumento da oferta de capital fictício tanto no mercado primário quanto no secundário, acarretando uma diminuição nos preços de face desses ativos.

Assim, “em tempos de crise no mercado monetário, os títulos públicos experimentam uma dupla depreciação: primeiro, porque o juro sobe e, segundo, porque se lançam em massa no mercado, para serem convertidos em dinheiro (notas do banco central).” (TRINDADE, 2017, p. 188). Isso tem como solução momentânea a venda dos títulos públicos no mercado internacional, que eleva a dívida externa em troca de um arrefecimento da crise monetária. A outra solução seria a entrada de dinheiro com o crescimento das exportações, o que favorece a balança comercial.

A emissão de títulos estatais de capital fictício torna-se o recurso possível e contraditório do capital para resolver suas crises de superprodução. A retirada de parte considerável de capital de empréstimo da produção e da circulação para reinvesti-lo como capital improdutivo no mercado financeiro causa, com o passar do tempo, uma dissonância entre a riqueza real e a riqueza produzida na especulação de ativos financeiros, o que, numa crise de grandes proporções, deixa a sociedade à beira do colapso ou num processo que se encaminha para a barbárie.

A ordem capitalista não se exime de se utilizar de todos os dispositivos possíveis de espoliação da classe trabalhadora para defender a estrutura econômica e social do capital, inclusive capturando frações cada vez maiores dos fundos públicos a serviço da dívida.

4.2.3 A espoliação dos fundos públicos na nova (des)ordem mundial

A utilização do sistema de crédito pelo Estado claramente se distingue em sua finalidade do uso feito pela iniciativa privada, haja vista que os recursos do setor privado são destinados à produção de mercadorias, e, ao vendê-las, terá o seu valor realizado em dinheiro. A função do crédito para o Estado, com raras exceções, não

se transformará em investimentos produtivos, já que esse capital será completamente consumido e convertido em renda para seus credores.

O único recurso disponível pelo Estado para a solvência de suas obrigações encontra-se em um sistema tributário que se apropria de parcelas de mais-valor e de trabalho necessário no recolhimento de impostos da sociedade. Isso significa que parte da criação da riqueza gerada na produção é absorvida pelo Estado e transformada em títulos de capital fictícios estatais que formam uma nova fonte de renda para determinados capitalistas.

> O recolhimento da receita fiscal, na forma de impostos, pelo Estado compreende um momento técnico de contração real na circulação global, o que pode ser tomado como uma diminuição, forçada pelas necessidades do Estado, de parcela do mais-valor que seria jogado na circulação, sendo recolhida na forma monetária aos cofres do Tesouro Nacional. (TRINDADE, 2017, p. 141).

Em face disso, pode-se afirmar que a exploração dos trabalhadores, a espoliação – através dos impostos que furtam mais uma parcela do tempo dedicado ao trabalho – e o aumento da jornada de trabalho, via reformas estruturais, são medidas que garantem aos investidores financeiros recursos acumulados pelo Estado à disposição dos juros e amortizações da dívida. Ademais, a acumulação dessas reservas auxilia o financiamento de empresas privadas de todas as esferas (produtiva, comercial e financeira) que entram em risco de colapso durante as crises capitalistas.

Marx (2017, p. 533), no livro III de *O Capital,* afirma que “a acumulação do capital da dívida pública revelou-se como sendo apenas um aumento na classe de credores do Estado, que detêm o privilégio de retirar antecipadamente para si certas somas sobre a massa dos impostos públicos.”. Na mesma obra, em nota de rodapé, Marx cita Sismondi: “*os títulos públicos representam a parte da receita anual destinada ao pagamento das dívidas*” (SISMONDI apud MARX, p. 533, grifo nosso) de um capital que já não existe e que foi subtraído daqueles que produzem a riqueza.

É preciso destacar que embora os recursos do fundo público sejam constituídos completamente do resultado da espoliação do trabalho abstrato no capital, o dinheiro arrecadado em forma de impostos provém não somente da classe trabalhadora, mas também de outras classes que compõem a estrutura social

capitalista. O sistema tributário manifesta, do mesmo modo, as desigualdades sociais inerentes à própria ordem capitalista e privilegia as classes dominantes, numa forma de arrecadação em que a classe trabalhadora fica com o maior encargo das contribuições.

Está explícito que a receita fiscal do Estado procede de classes diversas, porém não está evidente que a origem desses recursos deriva da mesma fonte: da exploração da força de trabalho, pois toda a riqueza produzida na sociedade descende do trabalho.

Nos países subdesenvolvidos e dependentes, a situação se agrava por causa do sistema tributário que, na maioria dos casos, é regressivo, ou seja, quanto mais se ganha, menos se contribui. No Brasil, por exemplo, mais da metade das contribuições arrecadadas são provenientes de impostos indiretos, impostos que incidem sobre os produtos e não sobre a renda, e menos de 4% da tributação resulta de impostos sobre o patrimônio (SALVADOR apud BRETTAS, 2012). “Assim, ainda que seja possível identificar um caráter de classe no Estado, é possível perceber uma disputa pela forma como seus recursos são arrecadados e utilizados.” (BRETTAS, 2012, p. 102).

Mesmo nos limites do interior da ordem capitalista, a classe trabalhadora organizada deve se impor contra a utilização desses recursos para o financiamento dos negócios do capital, que tem criado, posteriormente à década de 1970, uma imensa bolha de capital fictício, estimulando o rentismo na mesma medida em que desenvolve políticas econômicas que fragilizam as condições de existência dos trabalhadores.

> Os recursos do fundo público consistem em um montante arrecadado mediante o pagamento de impostos e contribuições. Essa apropriação por parte do Estado é, de forma direta e indireta, fruto do processo de produção de mercadorias e vem, portanto, do trabalho despendido nessa produção. Tal apropriação se dá basicamente de duas formas: uma parcela vem da mais-valia produzida e recai sobre os donos do capital; a outra consiste em parte do trabalho necessário, parcela do salário pago pelos trabalhadores na forma de impostos, sobretudo indiretos. Quando falamos em tributação regressiva, esta parcela tende a ser maior do que a primeira. (BRETTAS, 2012, p. 109).

Países como o Brasil, sobretudo da década de 1990 até a atualidade, têm subordinado os recursos adquiridos em impostos ao serviço da dívida pública sob a

orientação dos organismos econômicos internacionais. Isso revela uma flagrante interferência do capital financeiro para a manutenção do poder rentista, o qual se utiliza dos recursos produzidos pela classe trabalhadora para reprimir, por algum tempo, a crise da superprodução.

Anota Chesnais (2020, p. 81): “a maior parte do ‘fruto’ das punções permaneceu dentro do sistema financeiro. Assim, o capital fictício foi reinvestido em operações em que parece ter sua própria capacidade de crescimento.”, com destaque para os títulos da dívida pública, que cumprem a eficiente tarefa de destruir capital e emitir ativos de capital fictício com uma segurança superior à de ativos de natureza igual à de instituições privadas.

Segundo Behring:

> Esses capitais encontram refúgio na atividade financeira com a punção de capitais na forma de dinheiro, mas aí também passam a encontrar limites, já que a expansão fictícia de capitais sem lastro na economia real vai encontrando dificuldades para prosperar. Vale dizer que boa parte da população mundial se encontra desempregada e desmonetarizada, o que leva a uma situação de superprodução – onde reside a origem material das crises –, atingindo duramente a produção, onde efetivamente ocorre a valorização do valor, especialmente os setores de bens duráveis: imóveis, automóveis, bens de consumo durável, móveis. (BEHRING, 2021, p. 140).

Numa relação de grande complexidade, direta e/ou indiretamente, o Estado endivida-se para financiar empresas capitalistas (sobretudo bancos, entre outras instituições financeiras), que subsequentemente poderão tornar-se seus credores se, por acaso, comprarem os títulos da dívida que foram emitidos quando se buscou capital monetário para socorrer essas mesmas instituições em períodos de crise. O capital empregado no pagamento de juros e amortizações da dívida pública decorre da riqueza produzida pelos trabalhadores que, teoricamente, seria revertido para a sociedade em forma de investimentos sociais, especialmente para a população com menor concentração de renda.

Os supostos fundos públicos revelam-se nas últimas décadas um caixa emergencial para atender às necessidades da classe de capitalistas nas oportunidades em que o capital se obriga a enfrentar os efeitos de suas contradições. Seja em financiamentos diretos ou na transferência de capital a partir

dos juros da dívida, o Estado capitalista cumpre a função imperiosa e imprescindível para a manutenção da estrutura do capital.

Mészáros (2002, p. 107) assegura que “o Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico.”, que protege e preserva a produtividade do sistema, além de estabelecer ações corretivas que possam se ajustar a seus limites sociometabólicos.

Assim, o vínculo que o Estado mantém na contemporaneidade com o capital mundializado vai um pouco além das atribuições que sempre o caracterizaram na tradição marxiana/marxista. O Estado, agora, não cumpre apenas as funções coercitivas e político-jurídicas de comitê da burguesia que persegue certo equilíbrio do sistema, mas, acima de tudo, tem uma vinculação direta, de determinação recíproca e ativa na ordem econômica capitalista que ele mesmo viabiliza por meio da emissão de títulos públicos[79], apropriando-se de mais uma parte da riqueza produzida pela classe trabalhadora por meio do sistema de crédito guiado pelos princípios econômicos neoliberais.

O crescente aumento da pobreza no mundo capitalista financeirizado impõe à classe trabalhadora a expansão de suas dívidas, uma vez que o Estado reduz significativamente as concessões sociais alcançadas à época do *Welfare State* ou por governos que tomam esse período como uma inspiração populista. Como tudo no capital, os infortúnios sociais podem transformar-se em oportunidade de negócio para a classe dominante.

O endividamento das famílias em virtude dos fundos de previdência privados, programas de empréstimos universitários, financiamentos imobiliários, planos de saúde etc. tornam-se carteiras de investimentos lucrativos no mercado financeiro, as quais amplificam as bolhas de capital fictício e podem provocar crises com dimensões imprevisíveis, de igual forma à crise imobiliária ocorrida nos EUA em 2007/2008.

De acordo com Silva G. S.:

[79] Muito embora Marx tenha trazido à baila a crítica ao capital fictício e, consequentemente, a dívida pública como um instrumento de absorção de capital excedente, de lá para cá, o aperfeiçoamento dos mecanismos do capital e a participação do Estado ganharam um nível de complexidade muito difícil de ser previsto pelo pensador alemão, como por qualquer outro teórico do mesmo espectro político-ideológico (ou de outro), sobretudo depois do desenvolvimento de tecnologias que facilitam as transações financeiras e dos organismos internacionais econômicos que controlam a economia mundial e que determinam políticas econômicas baseadas nos interesses hegemônicos das nações imperialistas, em particular, dos EUA.

> O capitalismo contemporâneo apropria-se do trabalho necessário ainda por conta da tributação altamente regressiva que onera a classe trabalhadora ao fazer com que o fundo público seja composto majoritariamente por impostos e contribuições indiretas, ou seja, que a classe trabalhadora, pelo consumo, seja a maior financiadora do gasto público, que inclui tantos gastos com políticas sociais como com remuneração do capital financeiro. (SILVA, G. S., 2012, p. 216).

Uma fração do salário dos trabalhadores é convertida em tributos que pagarão os juros da dívida pública e outros gastos do Estado; daí se conclui que o Estado não apenas sustenta a classe de capitalistas produtivos na compra de produtos e serviços, mas também sustenta uma classe parasitária de rentistas. As finanças públicas acumuladas pelo Estado por meio de tributos usam esses recursos para a manutenção da infraestrutura econômica e social necessária às condições de reprodução capitalista, tanto da esfera produtiva quanto da esfera financeira, o que permite determinados gastos correntes para o próprio funcionamento da estrutura estatal.

Segundo Trindade (2017), no que se refere ao circuito financeiro, cumprem-se duas funções importantes: regular o sistema de crédito com o uso das reservas fiscais que determinam a dinâmica do capital de empréstimo e como emissor de títulos públicos (que do mesmo modo mobiliza capital de empréstimo), assim como reciclam capital fictício; e absorver capital de empréstimo, que atua como fator de controle sistêmico (conter a superprodução/superacumulação), no qual é limitado pelas condições e magnitude da expansão do gasto público, e depois pelas condições da reprodução ampliada, levando em consideração a integração dos diversos circuitos nacionais de acumulação depois de o capital-mercadoria realizar-se em capital-dinheiro (M'-D'). Para tanto, "o planejamento econômico e, portanto, também o trato dos recursos públicos precisa cumprir a importante tarefa de funcionar como um mecanismo para sustentar e estimular a acumulação capitalista." (BRETTAS, 2020, p. 227).

Portanto, a receita fiscal que compõe os fundos públicos funciona como mecanismo de contração da circulação global, o que caracteriza um modo de reduzir o mais-valor disponível na circulação, sendo retido pelos cofres do Tesouro Nacional, o qual funciona como um sistema regulador das reservas monetárias ociosas da economia capitalista (TRINDADE, 2017). Para Trindade (2017, p. 142,

grifo do autor), “a receita fiscal nada mais é que *expropriação* por parte do Estado de parcela do excedente produzido na economia.”, que no modelo econômico neoliberal transfere uma alíquota crescentemente maior dos recursos estatais para atender às demandas do capital financeiro.

No caso específico do Brasil, em 4 de maio de 2000 foi promulgada a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar Federal nº 101 –, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Seus dispositivos constitucionais buscavam garantir que os recursos públicos estivessem à disposição para o serviço da dívida. Em 2016, no governo de Michel Temer, promulgou-se a Emenda Constitucional nº 95, conhecida como Emenda do Teto de Gastos, também sob o pretexto de reduzir o “excesso” dos gastos públicos, que, supostamente, provocara um desequilíbrio nas contas do Estado brasileiro.

A retórica daqueles que defenderam tais regulamentações perde consistência à medida que a tributação adotada no país é regressiva, deixando de arrecadar trilhões para favorecer os detentores das grandes fortunas e alimentando o mercado dos títulos públicos, que se tornou um investimento lucrativo para rentistas nacionais e estrangeiros. Prefere-se conferir maior encargo tributário para a população com menos recursos e gerar déficit fiscal ao invés de aumentar as contribuições dos mais ricos e obter um orçamento superavitário.

Pode-se afirmar que o tão perseguido superávit do Estado brasileiro segue o itinerário geral de parte significativa dos países dependentes, cuja arrecadação incide sobre o consumo de bens e serviços, sacrificando a população com menos renda. Bem diferente do que ocorre nos países mais ricos do mundo, pertencentes, em sua maioria, à OCDE, em que a tributação sobre o consumo representa apenas 30% do total da arrecadação.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT, 2018), dos trinta países que mais cobram impostos de sua população, o Brasil é a nação que proporciona o pior retorno dos valores arrecadados para o bem-estar da sociedade[80]. Isso não quer dizer que as nações que aderem ao sistema tributário progressivo estejam livres da espoliação da classe trabalhadora, acentuada pelo

[80] Cabe destacar que nessa lista constam países do centro que adotam o sistema tributário progressivo, o que piora ainda mais a situação brasileira, visto que o sacrifício determinado à população com menos recursos serve basicamente para o serviço da dívida. Assim, parte da riqueza produzida no país destina-se ao enriquecimento de instituições financeiras, indivíduos e Estados nacionais detentores dos títulos da dívida nacionais.

capital financeiro; porém, a condição dos países dependentes piora em virtude do subdesenvolvimento econômico e social, que os colocam na situação de neocolônias do imperialismo neoliberal, uma vez que o moderno e complexo sistema financeiro reforça a exportação de capital em favorecimento das nações ricas e de capitalismo desenvolvido.

A intencionalidade das instituições subservientes ao capital, que compõem a estrutura do Estado, fica evidente quando se verifica que os limites dos gastos públicos não se referem às despesas destinadas ao pagamento dos juros e amortizações da dívida. Na Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 16, inciso I, consta que as despesas públicas devem estar condicionadas à análise prévia do impacto que elas podem gerar nos cofres públicos, tanto no governo em exercício quanto nos seguintes. “No entanto, esse critério normatizado de responsabilidade fiscal não se aplica ao serviço da dívida pública, por uma excepcionalidade positivada no artigo 17, § 6º, da Lei de Responsabilidade Fiscal[81].” (SILVA, T. S., 2021, p. 95).

Dessa forma, a fim de destinar parte dos recursos para pagamento de juros e amortizações, a dívida pública, que serve de parâmetro para o equilíbrio fiscal, é a mesma que provoca a maior instabilidade nas contas públicas e, subsequentemente, exige ajustes e novos controles sobre a arrecadação tributária. Portanto, “o serviço da dívida é um exemplo de como os credores da dívida estão imunes a qualquer espécie de inadimplência, enquanto as políticas sociais sofrem limitações, inclusive de caráter constitucional, por emendas inconstitucionais à Constituição federal.” (SILVA T. S., 2021, p. 95), o que reforça o comprometimento dos Estados nacionais – e com mais rigor, dos dependentes – com o sistema financeiro.

> A dívida pública moderna ou propriamente do Estado capitalista é dedução do mais-valor nacional, como tal, o juro pago pelo Estado refere-se à dedução de receita obtida mediante tributação sobre o produto nacional. Portanto, a dívida pública moderna, diferentemente da sua forma antediluviana, é um fundo que supõe riqueza não existente, uma forma que sobrecarrega gerações futuras, taxando

[81] Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição. (BRASIL, 2000).

> antecipadamente o mais-valor que somente potencialmente poderá vir a ser gerado e realizado. (TRINDADE, 2017, p. 135).

A dívida pública do Estado capitalista taxa a riqueza que quiçá um dia possa ser produzida. Uma fração do tempo da força de trabalho excedente e da força de trabalho socialmente necessária que ainda não foram criadas já se acha comprometida antes mesmo de existir. Isso demonstra que a classe trabalhadora não só coloca uma parte do mais-valor e da parte paga de seu trabalho (salário) à disposição do capital no presente, mas confirma uma parte antecipada da futura espoliação. Já a dívida pública, como forma de acumulação primitiva do capital, consistia no pagamento de parcela da riqueza existente na sociedade por meio da receita dos impostos cobrados dos pequenos produtores e/ou da nobreza; na sociedade capitalista, a despesa se ampara na riqueza que supostamente será criada.

Conforme Mészáros (2002), o Estado moderno compreende uma estrutura política de controle sem a qual o capital não conseguiria as condições necessárias à sua reprodução. Do mesmo modo, não se admite o Estado moderno sem o capital, pois ele se realiza como seu real fundamento, como sua razão de ser, uma vez que "*the state as the comprehensive political command structure of capital cannot have autonomy, in any sense whatsoever, from the capital system, since it happens to be inextricably one with the latter*[82]*.*" (MÉSZÁROS, 1995, p. 60). É tarefa de o Estado assegurar os mecanismos políticos e jurídicos do capital financeirizado com o intuito de perpetuar a ordem econômica capitalista à custa de todas as formas de exploração possíveis, até mesmo sob o risco da extinção humana.

O exponencial crescimento do endividamento público dos Estados nacionais tem exercido um papel essencial de contratendência às crises capitalistas ao tempo que auxilia na acumulação e na centralização de capital sob o poder do sistema financeiro, o qual se utiliza dos recursos do fundo público para o serviço da dívida soberana dos Estados nacionais.

Segundo Behring (2021, p. 143), "esses são movimentos que mostram que o fundo público tem um papel estrutural no circuito do valor, criando contratendências à queda das taxas de lucro, atuando permanente e visceralmente na reprodução

[82] "O Estado como estrutura de comando político abrangente do capital não pode ter autonomia, em nenhum sentido, do sistema do capital, uma vez que é inextricavelmente relacionado com este último." (Tradução nossa).

ampliada do capital.”. A autora ressalta que o fundo público na contemporaneidade configura-se como um elemento central e estrutural na reprodução global desse ordenamento econômico, demonstrando a incapacidade de o sistema capitalista retornar a períodos em que as concessões à classe trabalhadora podiam convergir com interesses capitalistas.

Portanto, na atualidade, as contradições do capital por mérito das crises impossibilita que o desenvolvimento das forças produtivas e as outras formas de reprodução do sistema econômico vigente mantenham uma relação falsamente harmoniosa entre capitalistas e classe trabalhadora – como já foi possível em períodos passados –, pois à medida que a capacidade de reprodução do capital chega a seus limites últimos, não se avista um horizonte diferente para a perpetuação humana que não seja a superação do modo de produção capitalista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não restam dúvidas quanto à origem da riqueza produzida na sociedade, que não surge de outro lugar senão do trabalho humano, ganhando formas de produção distintas durante todo o processo histórico do desenvolvimento social. Contudo, no modo de produção capitalista, embora se alcance a maior capacidade produtiva, acumulam-se contradições insolúveis no interior da lógica capitalista, das quais a maior delas está justamente na sua capacidade de superproduzir e superacumular capital ao mesmo tempo em que encaminha fatalmente o sistema econômico para um processo de deterioração social.

O paliativo encontrado pelos capitalistas para disfarçar e/ou postergar a crise fundamenta-se num maior investimento na esfera financeira, que, a princípio, havia servido à ordem econômica como impulsionador da produção a partir do capital portador de juro. O empréstimo destinado ao capitalista retirava a absoluta dependência da realização das mercadorias na circulação para o reinvestimento no processo produtivo. Esse movimento realizado pelo capital para a manutenção da ordem econômica faz aparecer uma classe usurária de capitalistas (uma classe de parasitas, nas palavras de Marx), a qual posteriormente funda um sistema de especulação e fraude que será responsável pelo agravamento gradual das maiores crises do capital nos séculos XX e XXI.

O empréstimo criador de juros no capital desdobra-se num processo de capitalização em que um tipo de riqueza produzida no setor financeiro dissocia-se da produção da riqueza real e, subsequentemente, consegue tornar-se dominante. Se, no início, o capital financeiro serviu ao modo de produção capitalista para acelerar o desenvolvimento das forças produtivas e aumentar os seus lucros, logo depois foi responsável pela queda da taxa de lucros e pela consequente estagnação econômica. Daí surge o capital fictício como um rendimento derivado da capitalização dos juros, sem nenhum comprometimento com a criação de riqueza real; isto é, sem vínculos com a produção de qualquer tipo de mercadoria que possua quantidades determinadas de tempo de trabalho cristalizado em sua forma objetiva.

Se o capital portador de juros tem em si o potencial de valorização de capital, a exclusiva potencialidade encontrada no capital fictício está em sua infinita capacidade de criação de formas ilusórias e mistificadas de riqueza. Ainda que

ambas as categorias façam parte do capital financeiro, enquanto o capital que porta juros tem como finalidade a produção de riqueza real, o capital fictício tem compromisso apenas com uma prodigiosa formação de capital fetichizado, que adquire uma autonomia constituída na especulação em detrimento da produção de valores reais, pois os rendimentos dos ativos financeiros de capital fictício são obtidos mediante uma aposta na produção futura, de uma riqueza real ou de uma riqueza puramente ou totalmente ilusória.

Assim, tanto o capital portador de juros quanto o sistema de crédito desenvolveram as condições financeiras que possibilitaram ao capital valorizar-se sem que estivesse diretamente envolvido na produção de mercadorias. Sem esse vínculo com o setor produtivo, os ativos financeiros gerados dessa relação puderam libertar-se relativamente das amarras da realidade, de modo que se duplicam, triplicam-se etc. *ad infinitum*, de acordo com as manipulações especulativas exigidas pelo capital, sobremodo em momentos nos quais o sistema econômico demonstra claros sinais de esgotamento em virtude das próprias contradições capitalistas, que causam um obstáculo à sua reprodução. No mesmo momento em que o sistema de crédito proporciona o desenvolvimento das forças produtivas, o capital não consegue estabelecer, na mesma medida, um consumo à sua produção.

Essas antinomias do sistema capitalista implicam uma superabundância de capital de empréstimo que não pode ser aproveitado como capital portador de juros por causa da superprodução e da superacumulação de capitais, o que exige da ordem econômica encontrar alternativas no sistema financeiro que adiem a crise, mesmo que isso indique a projeção dela para o futuro, com consequências mais graves para sociedade. Se não há produção de riqueza fundada na objetivação do trabalho e, por conseguinte, na criação de valor, toda riqueza supostamente constituída não passa de uma ilusão e parte da fictividade produzida é prontamente eliminada quando irrompem as crises, especialmente as mais intensas.

A relativa insubordinação do capital fictício aos processos de produção e de circulação torna possível a emissão indiscriminada de papéis financeiros de valor fictício. Logo, “[...] *it is this relative autonomy that allows its development. On the other hand, material constraints, that is, limits posed to this autonomy, can objectify*

the development of fictitious capital onto crises, hence its relativity.[83]" (MOLLO; DOURADO; PARANÁ 2022, p. 2). Conforme esses autores, a autonomia da circulação em detrimento da produção é o que explica o desenvolvimento do capital fictício a um nível de financeirização que predomina sobre a produção na sociedade capitalista. Embora essa dominação financeira tenha conquistado mais amplitude a partir da década de 1970, provocou crises progressivamente mais graves, que revelam as fragilidades da economia capitalista bem como os riscos humanitários causados por um sistema econômico que lança mão de todos os expedientes para preservar a sua reprodução.

É justamente em crises severas que os ganhos fictícios revelam a sua incapacidade de representação de valor real, pelo menos no sentido da totalidade, uma vez que a invenção desse engodo carece, nalgum momento, que o capital sistematicamente espolie a força de trabalho de todas as formas para compensar o desequilíbrio entre a criação de valor real – que emana do processo produtivo – e os valores fictícios decorrentes da especulação financeira.

O capital designado à compra de ativos financeiros que operam no mercado especulativo mantém apenas a aparência de capital efetivo e depende exclusivamente das especulações fraudulentas para a sua "valorização". Isso sugere que o capital fictício não cria valor novo, ainda que um montante de seus lucros fictícios seja aplicado na produção real. Assim, "[...] *only from assets such as derivatives and debt securities, which are securities derived from debts and therefore not intended to be invested in real production*.[84]" (MOLLO; DOURADO; PARANÁ 2022, p. 2). Isso não impede, no caso de uma empresa de capital aberto, de aplicar parte de seus provimentos em capital real[85], porém os rendimentos originados do capital fictício e reinvestidos em capital funcionante em nada alteram o valor total da riqueza social, uma vez que tão somente há uma transferência de capital fictício de um lugar para outro, sem que de fato exista um acréscimo de valor na totalidade social.

Em períodos críticos da reprodução do capital, os maiores prejuízos recaem sobre a parcela mais vulnerável da sociedade. Daí que o capital se reorganiza

[83] "[...] é essa autonomia relativa que permite seu desenvolvimento. Por outro lado, restrições materiais, ou seja, limites impostos a essa autonomia, podem objetivar o desenvolvimento do capital fictício em crises, daí sua relatividade." (Tradução nossa).
[84] "[...] apenas a partir de ativos como derivativos e títulos de dívida, que são títulos derivados de dívidas e, portanto, não destinados a serem investidos na produção real". (Tradução nossa).
[85] Mercados primários.

política, jurídica e economicamente para utilizar os instrumentos à sua disposição e extrair o máximo possível de valor-trabalho, indispensável à preservação da estrutura do sistema econômico. A autonomia relativa da qual goza o capital fictício libera certas inversões de poder que subvertem a realidade a tal ponto que os valores ilusórios conseguem, em certa medida, subjugar a produção de valores reais, de modo que o capital produtivo pareça ter mais dependência do sistema financeiro do que o contrário. As determinações recíprocas entre capital fictício e capital produtivo têm sido determinantes para a reprodução capitalista; contudo, jamais a categoria fundante dessa relação pode ser anulada, haja vista que a primeira não pode existir sem a segunda. Já o capital produtivo (demiurgo do valor) não precisa, em condições normais, do capital fictício.

O capital que porta juros transformou-se em condição obrigatória para o desenvolvimento das forças produtivas e causou uma superprodução industrial e uma superabundância de capital monetário disponível para empréstimo, o que só aumentou as contradições capitalistas, produzindo concomitantemente a essa imensa produção de mercadorias, uma massa de trabalhadores precarizados, desempregados e miseráveis, que não possuía (e não possui) os recursos suficientes à sua sobrevivência.

Portanto, a solução encontrada para manter um determinado fluxo de capitais em movimento, mediante a estagnação econômica, tem sido a realocação de capital para o setor financeiro, visando à apropriação da riqueza do trabalho futuro. Para Marx (2017), as crises do capital sempre têm a ver com a pobreza e a incapacidade de consumo das massas, o que diverge da progressiva capacidade de desenvolvimento das forças produtivas em permanente aperfeiçoamento, de tal maneira que um dos impeditivos da crescente ampliação dos lucros no capital encontra-se no subconsumo. Assim, durante algum tempo, o sistema de crédito pode sustentar a aparência de que o capital está se reproduzindo sem dificuldades, pois o crédito entre industriais, comerciantes e uma parcela de consumidores vela, durante certo tempo, a crise que se aponta para o horizonte.

A especulação no sistema financeiro tem sido o caminho encontrado pelo capital para forçar a expansão desse sistema econômico, num tipo específico de mercado onde se negociam papéis que correspondem, hipoteticamente, a um fluxo de rendimentos futuros. Por isto, o capital fictício é uma renda prospectiva que forma um mercado no qual se transacionam direitos de uma renda que não existe

(PALLUDETO; ROSSI, 2018). Vale lembrar que, para Marx (2017), nesse mundo de papel onde tudo aparece distorcido, o preço real e seus fatores reais nunca poderão se manifestar de forma espontânea, pois representam nada mais que negócios fraudulentos que a qualquer momento estouram como bolhas de sabão. O grau de fictividade negociado no mercado financeiro não resiste às crises econômicas que forçosamente expõem o caráter totalmente ilusório[86] desses ativos, demonstrando o que efetivamente existe de valor real negociado.

A despeito de o capital fictício ter se desenvolvido a partir de empréstimos reservados à expansão do processo produtivo, tem-se imposto como força econômica determinante na economia e na política mundial. Inicialmente, como pressuposto para alavancar a produção, o capital portador de juros concebeu uma espécie de capital que traz em sua essência nada além de ilusão, cujo nível de fetichismo reflete em seu maior grau todas as contradições do sistema capitalista. Enquanto o capital portador de juros está repleto de mais-valor, o capital fictício mostra-se permanentemente vulnerável a crises econômicas gradualmente mais acentuadas.

O capital fictício tem possibilitado para os capitalistas individuais um tipo de acumulação de riqueza dissociado da produção e do comércio de mercadorias convencionais, de tal modo que essa mercadoria *sui generis* produzida pelo sistema financeiro é regida por leis próprias que escapam completamente à lógica da criação de valor. Por essa razão, o capital fictício reforça a natureza do capital, que consiste inexoravelmente em operações fraudulentas e especulações financeiras com o propósito de manter a ordem estabelecida.

A concorrência e o crédito contribuíram para a concentração e a centralização de capital. O acúmulo de uma vultosa soma nos bancos foi capaz de transformá-lo numa mercadoria que funda os alicerces do capital financeiro. Embora no século XIX o capital financeiro ainda aparecesse de forma bastante incipiente, Marx (2017) admitia que a maior parte do capital entesourado nos bancos tinha em sua composição capital fictício.

[86] Marx (2017) afirma que, mesmo nos casos onde o título de valor não expressa um capital puramente ilusório, o valor-capital desse ativo financeiro é totalmente ilusório. Nesse caso, Marx refere-se aos títulos financeiros de propriedade (ações de companhias ferroviárias, de mineração, de navegação, do setor imobiliário etc.), que representam um capital real, não descartando a possibilidade de se tratar de mera fraude.

O período de expansão do capital financeiro teve nos bancos o veículo fundamental para que os investimentos nas regiões periféricas pudessem, afinal, confirmar uma nova fase do imperialismo sob a regência do capital monopolista. As nações imperialistas conseguiram, por meio da expansão de seus domínios, aumentar os lucros dos capitalistas das metrópoles a partir da exploração da força de trabalho dos nativos, da apropriação dos recursos naturais e das transações financeiras que comprometiam a economia dos países colonizados e/ou semicolonizados.

Segundo Lenin (2012), os lucros obtidos através das intervenções imperialistas nas regiões de economia dependentes foram reservados ao capital financeiro em conformidade com os interesses dos especuladores e rentistas. A exportação de capital representou (e representa) a relação parasitária entre os países ricos imperialistas e os países de economia dependente. A exportação de capital, além de resolver a necessidade imediata de ampliar o mercado consumidor para os produtos superacumulados das nações industrializadas, estabelece uma relação de dependência crescente entre as nações pobres e as nações imperialistas.

Todavia, a exportação de capital não se circunscreve tão somente às atividades produtivas que envolvem a exportação e a importação de produtos industrializados, já que para ter as condições objetivas de se instalar num país de economia subdesenvolvida, uma empresa capitalista necessita de uma infraestrutura mínima capaz de atender às demandas do capital. Daí que os países dependentes iniciam um processo de endividamento, subscrito num relacionamento onde as obrigações da dívida configuram compromissos financeiros muito além das convencionais tratativas entre prestamistas e prestatários. Todas as concessões dadas ainda serão poucas para a avidez do capital.

A exportação de capital significa que o investimento feito pela nação de economia desenvolvida retorna para ela com um acréscimo do mais-valor e de juros dos empréstimos realizados. A exportação de capital, para Bukharin (1988), é um método formado por grupos financeiros para aplicar sua política econômica com a finalidade de colocar sempre mais regiões sob a sua dependência. A expansão territorial, econômica e política tem dado conta de resolver relativamente algumas crises; a exportação de capital contribui de forma exitosa para a partilha do mundo

entre grupos monopolistas (financeiros e não financeiros), bem como determina a drenagem de recursos materiais e financeiros para as nações dominantes.

Essas nações de economia subdesenvolvidas fornecem às nações do centro os meios necessários à manipulação de muitos ativos do mercado financeiro (*commodities*), mesmo que isso represente o comprometimento das condições de existência de sua população. As dívidas soberanas, praticamente impagáveis, tornam-se títulos financeiros relevantes para os especuladores e rentistas, que subordinam as nações dependentes às decisões políticas e econômicas dos países ricos.

As estratégias desenvolvidas pelo sistema econômico, que elevam a taxa de lucro dos monopólios, correspondem a políticas do capital financeiro que refletem as determinações do imperialismo, expandindo o território comercial não só para produzir e vender as mercadorias tradicionais, num contínuo processo de valorização de capital, mas também para ampliar os negócios financeiros e até valorizar os ativos de capital fictício, uma vez que tais ativos podem ser valorizados pela demanda da produção real. Nesse sentido, "[...] *fictitious capital can appreciate when the demand for it grows, arising from high wages and profits generated in real production. Their valuation depends only on demand for fictitious assets growing against their supplies, without generating new labour-value in production*.[87]" (MOLLO; DOURADO; PARANÁ, 2022, p. 7).

Os autores advertem que essa valorização ocorre apenas na esfera da circulação, sem retorno à esfera produtiva por meio de investimentos, o que solapa a criação de mais-valor e, posteriormente, dos lucros, já que as demandas por capital fictício também sofrem retração. "*This shows that the development of fictitious capital is possible, but structural limits for it are made evident in crises*.[88]" (MOLLO; DOURADO; PARANÁ, 2022, p. 7). Os capitalistas utilizam todos os meios à sua disposição para não dependerem unicamente do capital produtivo destinado à valorização dos ativos financeiros. A especulação, as fraudes creditícias e acionárias e as crises traduzem o *modus operandi* desse ordenamento econômico.

---

[87] "[...] o capital fictício pode se valorizar quando a demanda por ele cresce decorrente dos altos salários e lucros gerados na produção real. Sua valorização depende apenas da demanda por ativos fictícios, crescendo contra suas ofertas, sem gerar novo valor-trabalho na produção." (Tradução nossa).

[88] "Isso mostra que o desenvolvimento do capital fictício é possível, mas os limites estruturais para ele ficam evidentes nas crises." (Tradução nossa).

A evolução das crises capitalistas revela que as antinomias criadas no cerne da ordem estrutural vigente estão imunes a qualquer tentativa de resposta viável do ponto de vista da classe trabalhadora, haja vista que o desenvolvimento das forças produtivas está diretamente relacionado às privações das classes subalternas. À medida que se aperfeiçoam os meios de produção e se amplia a capacidade da força de trabalho, cresce a produção de mercadorias, expandem-se os mercados, acelera a acumulação de capital e, consequentemente, há uma tendência à queda da taxa de lucro. O aumento da composição orgânica, que intensifica a potência produtiva no sistema capitalista, causa um paradoxo: sincronicamente, a massa de mercadorias produzidas compete com a massa de trabalhadores desempregados.

Por isso, Marx diz que a superpopulação relativa, cujo capital excedente deixa de empregar, tem a ver com o baixo grau de exploração do trabalho, partindo do pressuposto de que o empreendimento de novas tecnologias no setor produtivo desemprega parte considerável dos trabalhadores. Assim, o "baixo grau de exploração" a que Marx se refere está posto em termos quantitativos, a saber, a abrangência da exploração em relação ao maior número de trabalhadores. Em termos qualitativos, o capital consegue intensificar a força de trabalho ao máximo e, por efeito, explorar com mais rigor os trabalhadores.

Embora o capital possa atenuar e/ou postergar os efeitos da crise mediante a criação de capital fictício pelo sistema financeiro, que nada apresenta de real – apenas formas fenomênicas, especulativas, fantasmagóricas etc. –, ele não pode existir sem que haja a reprodução de um valor que se valoriza mediante o trabalho vivo. De acordo com Marx (2013, p. 641), "[...] a reprodução aparece tão somente como um meio de reproduzir como capital o valor adiantado, isto é, como valor que se valoriza". O trabalho humano é a única categoria que pode agir nesse processo de valorização do valor. De outro modo, os ativos financeiros que aparentam um tipo de valor que valoriza a si mesmo autonomamente expressam o fetiche do capital em sua forma mais alienada, respaldados em vaticínios de uma produção futura que talvez nunca venha a se materializar.

Em virtude do uso de novos recursos tecnológicos, o desenvolvimento das forças produtivas barateia o processo de produção, na fabricação de mercadorias com preços inferiores aos dos concorrentes que, por motivos quaisquer, não utilizaram meios semelhantes na produção de suas mercadorias. Contudo, em pouco tempo, provocam-se demandas concorrenciais que obrigam unidades

produtivas distintas a aderir aos mesmos expedientes, sob o risco de desaparecerem. A concorrência na sociedade capitalista exige o aumento da capacidade produtiva como elemento determinante para decidir sobre a permanência ou o fracasso dos capitalistas individuais. Mesmo que a produção capitalista esteja inclinada a conservar o valor e a manter sua valorização sempre na máxima potência, as condições favoráveis sofrem com as próprias determinações opostas estabelecidas graças à sua superacumulação.

Todo esse movimento que domina a lógica capitalista é definitivo para a queda tendencial da taxa de lucro, o que incentiva a expansão do fluxo de capitais para o setor financeiro a fim de multiplicar seus rendimentos fora da esfera produtiva. Seus lucros provêm de juros de empréstimos e/ou de juros e dividendos de ações e títulos que funcionam como uma contratendência. Marx (2017) observa que a queda tendencial da taxa de lucro tem relação direta com a tendência de o capital intensificar a exploração da força de trabalho através do aumento da taxa de mais-valor.

O aumento da composição orgânica do capital tem o propósito de produzir mercadorias de baixo custo e com maior velocidade, porém enfrenta o paradoxo de colocar à disposição da sociedade uma quantidade de mercadorias incapaz de ser realizada em sua totalidade. Não obstante as empresas capitalistas, dado o aumento da composição orgânica, potencializarem a sua capacidade produtiva e conseguirem uma ampla vantagem sobre os demais concorrentes, as empresas remanescentes são obrigadas a seguir a mesma tendência para continuar minimamente competitivas e afastarem o risco de fenecer.

A disputa entre as próprias unidades produtivas do capital junto a investimentos que aceleram a produção desdobra-se num volume cada vez maior de mercadorias. Esse ritmo frenético e contínuo da produção coloca em marcha mais uma crise causada pela superprodução e superacumulação de capitais. A gênese das crises do capital é a combinação da superprodução de mercadorias com a superacumulação de capitais, que depende de um fluxo dinâmico para evitar a estagnação do processo produtivo, ainda que fatalmente não consiga escapar desse “destino”.

Daí a função que o Estado ocupa de estrutura de comando político abrangente do capital, assegurando as condições necessárias à reprodução da ordem econômica, numa relação inextricavelmente interdependente. As medidas

adotadas de proteção ao sistema capitalista não podem ser perpetuadas indefinidamente, pois as ações corretivas devem tão somente garantir certa estabilidade até que a própria dinâmica do sistema econômico provoque um novo ciclo de crises.

Giovanni Arrighi (2013) comenta a dupla tese do economista austríaco Joseph A. Schumpeter (1954), que confirma o sucesso atual e futuro do sistema capitalista, negando o seu desmoronamento sob o peso de fracasso econômico; porém, o considerado bom desempenho (sucesso) desse sistema econômico danifica as instituições sociais que o protegem e, inevitavelmente, cria as condições que dificultam a conservação de sua existência. Arrighi concorda com Schumpeter quanto à capacidade de o sistema capitalista continuar gerando as mesmas taxas de crescimento por um longo tempo[89]. Segundo o economista, "[...] é provável que, no próximo meio século, mais ou menos, a história também comprove o acerto de sua afirmação de que cada rodada bem-sucedida cria condições que tornam a sobrevivência do capitalismo cada vez mais difícil." (ARRIGHI, 2013, p. 337). Isso não apenas implica condições que dificultam a sobrevivência do capitalismo, mas também dificulta a sobrevivência da classe trabalhadora assalariada no capitalismo.

As crises do capital passam por fases de desenvolvimento que em seguida resultam em problemas semelhantes, sempre com mais gravidade e com consequências piores. As aparentes falhas ou disfunções do ordenamento econômico capitalista, na realidade, são parte constituinte de sua natureza interna, de modo que todos os meios encontrados pelo capital para dar continuidade à sua reprodução revelam a sua estrutura incontrolável e destrutiva. Mészáros (2002) afirma que uma crise sistêmica, que afeta o sistema global do capital, coloca em questão a viabilidade desse sistema de reprodução social. Para o filósofo, as condições postas pela crise estrutural e seus constituintes que avançam com força extrema, ativam "o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral." (MÉSZÁROS, 2002, p. 100).

A crise de 1929 foi um exemplo de que medidas pontuais resultam, mais cedo ou mais tarde, em dificuldades com um nível de complexidade impossível de ser

[89] "Poucos se dispunham a apostar nas chances de que o capitalismo ainda tivesse vitalidade suficiente para gerar, por cerca de mais meio século, as mesmas taxas de crescimento econômico global que havia gerado no meio século anterior a 1928 – uma clara possibilidade histórica, na opinião de Schumpeter." (ARRIGHI, 2013, p. 337).

solucionado na ordem do capital. Embora a crise da bolsa de valores de Nova Iorque seja um símbolo de catástrofe para a economia capitalista, especialmente do sistema financeiro, o capital consegue após exatos cinquenta anos implantar o neoliberalismo como um modelo político e econômico para responder às crises capitalistas sob as determinações do capital financeiro. A crise de 1929, como a primeira Grande Depressão do século XX, apontaria para metamorfoses no interior do capital que definiriam os rumos da reprodução política e econômica até os dias atuais.

Os *Roaring Twenties* (Loucos Anos Vinte) marcaram uma época de consumo ensandecido que colaborou para os desdobramentos que levaram à crise de 1929. A crença num sistema econômico inabalável, de lucros e de prosperidade infinita, avalizou os expressivos investimentos especulativos. A experiência daqueles anos parecia indicar que as crises capitalistas haviam ficado no século anterior, o que estimulou um intenso movimento favorável ao mercado financeiro. Em razão disso, os grandes industriais da época presumiram que a intensiva atividade econômica fundamentava as bases de que precisavam para se apoderar de lucros futuros a partir do mercado de ações. A ambição dos industriais e especuladores norte-americanos indicava que os lucros poderiam ser maiores ante a falsa aparência de ganhos estáveis e crescentes, já que o mercado acionário poderia fornecer esse adicional nos lucros. As fraudes financeiras se generalizaram com o objetivo de sustentar os investimentos e ocultar a bolha especulativa iminente.

Passados os Loucos Anos Vinte e sua crença na onipotência do sistema econômico capitalista, o *New Deal* surge para responder às necessidades do capital sem que houvesse uma mudança estrutural na sociedade. As circunstâncias contra-arrestantes permitidas pelo capital, sob os reflexos da crise durante a década de 1930, subjugou milhares de trabalhadores a condições precárias de trabalho, atenuadas parcialmente pela economia de guerra. Para muitos estudiosos desse período, o *New Deal* junto à Segunda Guerra Mundial representou a receita encontrada pelos EUA para saírem da crise. A economia de guerra não só serviu aos interesses imperialistas, mas conseguiu efetivar uma intervenção radical para a retomada da economia capitalista.

Os fatos que decorreram após a crise de 1929 demonstraram os limites estruturais insuperáveis da ordem econômica capitalista, que abandona qualquer ideal humanitário em prol da manutenção da riqueza de uma parcela ínfima da

população mundial, a qual detém, sob o seu poder, a quase totalidade da riqueza mundial produzida. Conflitos bélicos e guerras de proporções mundiais transformam-se em lugar-comum para a retórica dos ideólogos do capital, visando justificar as bárbaras decisões que sacrificam milhares de vidas, seja por meio da miséria, seja pela tragédia humana praticada nos campos de batalha.

O legado histórico deixado pela primeira Grande Depressão do século XX revelou que o poder bélico do capital está sempre pronto para gerar imensos lucros ao tempo que oprime nações inteiras. A Segunda Guerra Mundial deu o arremate decisivo para o final da crise capitalista que se arrastava desde o final da década de 1920, deixando como herança para nações inimigas e aliadas um profundo endividamento público e acordos político-econômicos que definiram os EUA como o mais poderoso império econômico e armamentista da história humana.

Em 22 de julho de 1944, era concluída a conferência de Bretton Woods com a criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, instituições financeiras com o propósito de evitar crises semelhantes à que ocorreu em 1929; contudo, pretendia igualmente assegurar a hegemonia política e econômica dos Estados Unidos no cenário internacional. Dali em diante, uma nova etapa da história econômica capitalista se delineava, em particular, a do capital financeiro. As leis internacionais constituídas para regular o comércio e o mercado financeiro, perante a fiscalização desses organismos econômicos, provaram ser inócuas para combater os obstáculos gerados pelo próprio capital, deixando evidente que as crises capitalistas são imanentes à sua existência e nada pode ser feito, a não ser ocultá-las e adiá-las o maior tempo possível.

Depois de quase trinta anos, os prognósticos otimistas que apontavam para o *Welfare State* como a solução definitiva para os problemas da ordem econômica capitalista começaram a derruir; as décadas subsequentes à Segunda Grande Guerra promoveram um enorme acúmulo de capital que desencadeou uma crise de grandes proporções, determinando mudanças expressivas na ordem econômica mundial, com maior gravidade para a população dos países periféricos, mas também com reflexos nas classes baixas e médias dos países de economia desenvolvida.

Grandes incentivos fiscais, práticas corruptas de privatização, fundos de pesquisas à facilitação de monopólios etc. (especialmente pesquisas destinadas ao desenvolvimento do complexo militar-industrial) foram apenas algumas medidas tomadas pelo Estado, afora as mudanças nas leis trabalhistas que, sob o manto da

democracia liberal, negaram os ganhos defensivos do passado. Com toda a razão, Mészáros é enfático ao dizer: “Como a angustiante situação de bilhões de pessoas se tornou dolorosamente óbvia, o sistema do capital, mesmo na sua forma mais avançada, esquece miseravelmente a espécie humana.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 822-823). Não há humanização possível na forma social de reprodução da burguesia.

Resta óbvio que os esforços empreendidos no encontro de Bretton Woods não puderam evitar que o mundo novamente sofresse com uma crise capitalista; a crise que se apresentava, agora, tinha mais profundidade, expansividade e efeitos nocivos no sistema do capital global, de modo que qualquer política estatal que se pretenda eficaz nesse contexto tenta apenas legitimar ideologicamente as alternativas capitalistas como as potencialmente exequíveis.

Desde o início, a Conferência de Bretton Woods esteve direcionada aos interesses norte-americanos; logo, assim que os princípios tratados na conferência não mais representavam os interesses dos EUA, não foi difícil para o presidente Richard Nixon romper unilateralmente com o acordo em 1971. Ainda que as propostas apresentadas na Conferência de Bretton Woods, em 1944, estivessem assentadas à estruturação do sistema monetário internacional e à possibilidade de criação de uma moeda de curso internacional, a escolha do dólar para essa representação monetária achava-se em conformidade com os planos imperialistas dos Estados Unidos.

Os estatutos do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Mundial (BM) privilegiavam a escolha da moeda estadunidense, reforçando a hegemonia dos EUA na concorrência intercapitalista, bem como resolviam, pelo menos naquele momento, as sequelas da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial. Das promessas iluminadas e de relações sociais e econômicas num mundo diferente, “[...] absolutamente nada frutificou das promessas solenes de uma ‘sociedade imparcial e justa para o benefício de todos’.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 632).

No final da década de 1960, o capital começou a dar indicativos de que, novamente, a superacumulação encaminhava o sistema econômico a mais uma crise. Os EUA, que já sofriam com o financiamento da Guerra do Vietnã, perceberam que não havia chance de recuperação econômica se se mantivessem compromissados com o Sistema de Bretton Woods. O endividamento público e o déficit comercial determinaram a suspensão do acordo pelos EUA, pois o dólar não

conseguia manter a sua capacidade de conversibilidade, de forma que os Estados Unidos não tinham como assegurar a paridade entre o dólar e o ouro, como havia sido acordado na referida Conferência. Assim, desvincular a moeda norte-americana do ouro foi o caminho encontrado pelo governo estadunidense para utilizar determinados instrumentos financeiros de liquidez e financiar suas dívidas, mesmo que isso representasse o aumento da dívida pública, da dívida privada e o endividamento das famílias.

A despeito de tudo isso, os EUA continuaram como nação hegemônica, assim como o dólar seguiu como referência monetária mundial, embora dissociada da base metálica do ouro. Indubitavelmente, o mercado financeiro demonstrava a sólida ligação que mantinha com o governo estadunidense, o que assegurava aos EUA o absoluto poder político-econômico no capitalismo contemporâneo. As decisões tomadas na esfera do sistema financeiro na década de 1970 tiveram implicações importantes para a consolidação do imperialismo delineado nas últimas décadas; Houve um vultoso aumento da concentração e centralização de capitais, concomitantemente a uma maior dependência e pobreza das regiões de economia periférica. Não que as estratégias adotadas fossem inéditas, mas a desregulamentação e os instrumentos à disposição da especulação hipertrofiaram o sistema financeiro como nunca antes havia acontecido na história do capital. Agora, um fluxo cada vez maior de mais-valor estava sendo realocado do setor produtivo para os investimentos financeiros puramente fictícios através de políticas econômicas adequadas aos interesses reprodutivos imediatos do capital.

De acordo com o economista francês François Chesnais (1996), o surgimento do euromercado demarcaria um dos principais movimentos da economia financeirizada para colocar o mundo sob a dominação rentista. Depois que os euromercados tiveram aceitação na City de Londres, não foi difícil expandir as bases econômicas internacionais nesse sentido. Embora Kennedy e Lyndon Johnson estivessem preocupados com o controle dos capitais norte-americanos fora de seu território, foram convencidos sobre a incapacidade de controlar mercados privados, uma vez que o monitoramento dessas divisas fora dos Estados Unidos seria uma tarefa impossível.

O papel do Estado foi imprescindível durante todo o processo de financeirização, desde a desregulamentação financeira, a supressão de impostos, o aumento das praças de negociação, até outras ações estatais necessárias para

estabelecer o sistema financeiro nos moldes que se conhece na atualidade. A ampliação da negociação de eurodólares passou tanto pelos fundos de petróleo (petrodólares) como pela comercialização internacional de drogas (narcodólares). Esta última concentrava seus negócios em praças *off-shore* de diversos paraísos fiscais.

No caso específico dos petrodólares, parte significativa desse capital foi reciclada em instituições financeiras de países desenvolvidos, remetida na forma de empréstimos para países periféricos, o que dava seguimento ao caráter semicolonial dessas regiões, que continuavam como exportadoras de capitais para as regiões mais ricas do planeta; porém, também beneficiou países centrais que estavam em recessão, os quais começaram a fazer investimentos diretos nos países subdesenvolvidos.

O endividamento dos países do terceiro mundo teve um caráter bastante lucrativo para os possuidores dos ativos das obrigações das nações devedoras. Esse endividamento, que afetou na década de 1980 muitos países latino-americanos, nem sempre produziu lucros a partir do pagamento dos juros da dívida ou da dívida como um todo, mas geralmente as vantagens financeiras contavam com renegociações da dívida e com um forte compromisso político-econômico entre países devedores e o sistema financeiro. Nas relações pactuadas entre devedores e usurários do mercado financeiro, muitas medidas adotadas intensificaram as condições já debilitadas das nações em dívida, dificultando peremptoriamente a capacidade de liquidação de suas obrigações, de tal modo que essas nações desenvolveram um laço inextricável de dependência, submetendo-se às exigências dos organismos internacionais (privatizações, reformas estruturais, desregulamentação trabalhista etc.) para adquirir algumas concessões econômicas.

A suspensão do acordo firmado em Bretton Woods influenciou na evasão dos fluxos financeiros sob os interesses dos mais poderosos operadores do mercado. A liberalização e a desregulamentação retiraram as regras, a princípio, que faltavam para que o grande cassino global voltasse a promover a escalada para novas orgias financeiro-especulativas, gerando uma vultosa soma de capital fictício superior à produção da riqueza real. Os déficits orçamentários das nações endividadas também permitiram o aumento da riqueza fictícia mediante a securitização das dívidas públicas, sobretudo através do mercado secundário.

Os dispositivos criados pelo sistema financeiro entre os anos 1970 e 1980 iriam refletir a quantidade, a variedade e a irracionalidade das transações realizadas nesse tipo de mercado, que não parou de se expandir até então. Os investimentos no setor financeiro não limitavam à redução dos lucros no setor produtivo, visto que se tornou uma prática comum para maximizar os lucros dos capitalistas num tipo de mercado que, apesar de sua relativa dependência da esfera produtiva, possuía um nível de liberdade/flexibilidade baseado exclusivamente nos resultados positivos da produção, e, muitas vezes, na superlativização dos lucros por meio das manipulações dos preços dos ativos, através de ofertas e de demandas artificiais[90].

Como já mencionado, o cerne das crises do capital comprova a teoria de Marx sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro, cujas superprodução e superacumulação de capitais – independentemente de sua forma – provocam compulsoriamente a estagnação econômica no capital. Assim, mesmo que a crise tenha origem no capital financeiro, resulta do acúmulo da volatilidade desse tipo de capital que forma uma bolha financeira especulativa; esta, em algum momento, deverá prestar contas à realidade.

Nessa fase de hipertrofia do capital financeiro, o neoliberalismo inaugurou uma nova configuração da divisão internacional do trabalho que potencializou esse fenômeno e ajudou a drenar os recursos dos países terceiro-mundistas com mais eficiência. A riqueza proveniente do capital financeiro (fictício) passou a se multiplicar desvinculada das valorizações dos ativos produtivos, porém as metas financeiras da mesma forma começaram a fazer parte dos planos das corporações produtivas. Os capitalistas assimilaram uma reprodução conjunta da forma produtiva e, ao mesmo tempo, especulativa do capital: “Não existe mais a figura do capitalista industrial puro, contra o qual estaria oposto um puro especulador.” (COGGIOLA, 2012, p. 39). Isso facilitou grandemente a espoliação das riquezas dos países periféricos pelos países das economias centrais.

A relação entre capital produtivo e capital financeiro intensificou os lucros e compensou a redução dos ganhos nos momentos em que havia estagnação no consumo de mercadorias. No alvorecer das crises, essa relação entre distintas esferas do capital compromete a estrutura econômica do sistema, já que a existência dos papéis financeiros mantém determinada dependência da produção de

[90] Prática conhecida como *spoofing*.

riqueza real, pois não há como se apoiar em ativos especulativos que não possuam alguma associação com um produto que exista objetivamente, ainda que o movimento de valorização de ambos caminhe para lados distintos.

Ademais, a reprodução capitalista a partir de 1970 consiste num maior investimento no setor financeiro, mais propriamente do capital fictício, sustentado na promessa de renda sobre a produção presente e futura; quer dizer, a criação de capital fictício justifica-se ante a aposta de lucros que existem e/ou que podem supostamente existir, sem a garantia de sua objetivação, a não ser na crença nutrida pelos especuladores de ganhos permanentes. Contudo, nos momentos em que as crises capitalistas se avizinham, revelam-se enfim as incoerências e os engodos dos ativos financeiros puramente fictícios.

O que existe de efetivamente concreto nas transações financeiras decorre do valor excedente extraído da esfera produtiva, única fonte de valorização de valor; no mais, resulta da criação de capital fictício. "*We have seen that capital can be considered fictitious exactly because, different from real capital, it does not create new value by exploiting labour-power in production, and thus loses its relation with productive activity.*[91]" (MOLLO; DOURADO; PARANÁ, 2022, p. 9). O capital fictício aparece na história do sistema capitalista para atender a determinadas exigências reprodutivas, porquanto atua como instrumento de contratendência à queda da taxa de lucro, mas também engendra circunstâncias que impõem a instabilidade da ordem econômica no processo de adensamento das crises, quando se elimina forçosamente uma enorme parte da fictividade em circulação.

O desejo de ampliar a capacidade de acumulação e centralização de capitais, junto à forma possível que o ordenamento econômico encontrou para postergar as crises, aprimorou o sistema de crédito, promovendo, a partir daí, um descontrole absoluto sobre a emissão dos papéis financeiros, em especial de ativos de capital fictício. O sistema de crédito surge como uma maneira de atribuir valor de uso a recursos monetários ociosos que não estavam servindo para a valorização de valor, processo fundamental à concentração e à centralização de capitais, cujos investimentos, *a priori*, potencializaram as forças produtivas.

---

[91] "O capital pode ser considerado fictício justamente porque, diferentemente do capital real, não cria valor novo pela exploração da força de trabalho na produção, perdendo assim sua relação com a atividade produtiva." (Tradução nossa).

Com o fim da paridade dólar-ouro após a quebra do acordo de Bretton Woods, foram dinamizadas e expandidas as relações comerciais favoráveis aos interesses norte-americanos, uma vez que os bancos estadunidenses poderiam criar um dinheiro de aceitação mundial que circulava facilmente em território internacional. O FMI exerceu a função de agente defensor dos interesses dos Estados Unidos, como se fosse uma extensão do Federal Reserve, o qual pressionava as outras nações a aceitarem a paridade cambial do dólar em troca de algumas concessões; na maioria das vezes, em forma de empréstimos, que gerariam muitos lucros com o pagamento das obrigações da dívida para os EUA, e muitos prejuízos econômicos e sociais para os países endividados.

O fim do Sistema de Bretton Woods foi benéfico para o projeto econômico e político dos EUA. A dissociação do dólar de uma base de riqueza material não impediu o projeto de dominação estadunidense; pelo contrário, facilitou, em virtude de sua maior capacidade de abrangência, sem precisar prestar contas da produção de riqueza real. O sistema de crédito internacional foi redefinido a partir das necessidades do capital em crise, só que, agora, sob o arbítrio dos EUA. Desse modo, o dólar como padrão monetário de circulação internacional permitiu a criação imoderada de dinheiro por conglomerados financeiros, que tinham nos juros ditados pelo Federal Reserve, entre as décadas de 1970 e 1980, a formação de um lastro hipotético de sustentação para o dólar, pois o poder atribuído à moeda norte-americana é incapaz de retirá-la de sua condição de moeda fiduciária.

Para cumprir suas obrigações, os países endividados determinaram políticas econômicas que favoreceram seus credores, à medida que lançavam à pobreza e à miséria parte de sua população. Investimentos que prometiam alçar essas nações a um desenvolvimento similar às nações do centro, na realidade causaram tão somente retrocesso e uma maior dependência dos países credores, provocando a desestabilização das moedas nacionais. O sistema financeiro, desde então, procura impor aos países subdesenvolvidos dependentes metas superavitárias que são decididas pelo FMI, com o propósito de garantir o serviço da dívida através de um processo que descamba, quase sempre, em dívidas ainda maiores e que provocam a precarização das condições de existência das classes subalternas.

A dominação financeira do capital mundializado das últimas décadas estimulou o crescimento da concentração e da centralização de capital em monopólios que sempre foram nutridos pela especulação e pelo gradual

empobrecimento da população mundial, que açambarca quase toda a riqueza produzida, indiferente às consequências econômicas, sociais e ambientais. Jean Ziegler (2013) em seu livro *Destruição em Massa: geopolítica da fome* faz uma pertinente analogia entre o tubarão-tigre e o especulador financeiro. O que há em comum entre ambos é que tanto um quanto o outro conseguem detectar suas vítimas a quilômetros de distância e aniquilá-las. O tubarão-tigre percebe uma gota de sangue diluído em 4,6 milhões de litros de água; já os especuladores percebem com a mesma precisão suas vítimas em escala planetária, e com a mesma voracidade as destroem a fim de alcançar seus lucros.

No capitalismo contemporâneo, semelhantemente ao que ocorreu no período em que ainda não havia se constituído como sistema econômico dominante, espolia-se a população campesina e os povos originários dos recursos naturais e de suas terras. Na melhor das hipóteses, as empresas que se instalam nessas regiões empregam a população nativa, mas dentro do clássico modelo imperialista exportador de capital: empregam um contingente de trabalhadores com parcos salários e em condições precarizadas. A expulsão de milhares de famílias de suas terras pelo mundo afora impõe um nível crescente de insegurança alimentar e a fome de bilhões de pessoas espalhadas pelo planeta – isso tudo apenas para o favorecimento econômico-especulativo de uma classe de parasitas que enriquecem por intermédio da renda da terra e/ou do rentismo do mercado financeiro. Isto é, os capitais decorrentes do sistema financeiro tendem sempre mais a serem destinados aos países dominantes, aumentando as desigualdades entre as economias mais desenvolvidas e menos desenvolvidas.

Em o *Desafio e o Fardo do Tempo Histórico*, Mészáros (2007) adverte sobre a degradação tanto do tempo de vida dos indivíduos como da humanidade, que sofre com o imperativo da tirania do tempo reificado na ordem do capital. A forma do capital de se reproduzir implica necessariamente a exploração do tempo da força de trabalho em graus e condições sempre mais degradantes, pois essa é a sua natureza e condição intrínseca para se autoexpandir. “É a relação objetivamente existente entre a humanidade e os indivíduos que torna possível a instituição e a atualização de valores muito além do *horizonte imediato restritivo* dos próprios indivíduos particulares.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 35, grifo do autor).

Isso quer dizer que embora as potencialidades da humanidade não sejam idênticas às potencialidades individuais, não impedem que os indivíduos em sua

particularidade possam adotar em suas aspirações próprias valores que apontem para potencialidades positivas da humanidade e, simultaneamente, desenvolvem a si mesmos. Mészáros acrescenta que certas escolhas individuais podem ir de encontro às potencialidades positivas da humanidade e contra as conquistas alcançadas historicamente. Por isso, segundo o filósofo, “[...] as potencialidades da humanidade podem se desenvolver apenas por meio das atividades dos indivíduos em sua inseparabilidade com relação aos grupos sociais aos quais pertencem.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 35).

Na atualidade histórica, o processo de financeirização que acomete todos os setores econômicos e sociais resulta da tentativa do sistema do capital para responder a sua crise, que surge mediante as inexoráveis contradições acumuladas durante décadas (quiçá séculos), impossíveis de ser solucionadas no interior da lógica capitalista. A crise que germinou entre as décadas de 1960 e 1970 foi consequência das decisões tomadas pelos Estados imperialistas e pelos organismos econômicos internacionais, com a finalidade de proteger o capital, haja vista que o *Welfare State* não teve outro propósito senão assegurar a sua manutenção. As antinomias que produziram a crise que se revela, mais claramente, na década de 1970, não podem ser eliminadas porque fazem parte da estrutura do modo de reprodução capitalista, indicando que qualquer alternativa viável à humanidade não pode estar sob as determinações sociometabólicas desse regime econômico. A cada movimento do capital para solucionar as suas crises, mais graves, profundas e violentas elas se tornam.

À medida que o capital agoniza, as classes subalternas são afetadas pelos efeitos da tentativa dessa ordem econômica de se perpetuar a qualquer custo, não importa quantas vidas sejam sacrificadas para alcançar esse objetivo ou se a própria humanidade sofre o risco de ser extinta em nome dessa causa que já nasce perdida graças à sua essência destrutiva e autodestrutiva. O que interessa para os capitalistas são os lucros, independentemente de se reais e/ou fictícios, pois se para o reino das aparências do capital a realidade nasce invertida e as suas contradições constituem apenas problemas eventuais e não estruturais, a forma de representação transubstancializada em capital fictício corresponde a esse tipo de inversão da lógica no atual tempo histórico. Entretanto, isso tudo é colocado à prova quando o colapso econômico capitalista dissipa qualquer fantasmagoria em face da aridez da realidade.

Não obstante as crises do capital anteriores à década de 1970 e a crise contemporânea tenham sido relativamente adiadas por intervenção de expedientes financeiros, não há como manter por muito tempo uma economia com base numa riqueza fictícia. Na ordem econômica capitalista, o único modo de criação de riqueza possível é através da atividade de trabalho humano, a qual acrescenta valor a um substrato material já existente na natureza. Ou seja, somente a partir da força de trabalho posta em ação é possível transferir valor a um determinado objeto, que depois representará uma nova riqueza social, inexistente antes do intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza. Daí em diante, o produto que surge do trabalho humano carrega cristalizado em sua matéria o tempo de trabalho socialmente necessário, a indicar uma riqueza inédita na sociedade.

Isso significa que as necessidades sociais não podem ser satisfeitas por meio de ativos financeiros fictícios, ou melhor, de capital puramente ilusório. Marx (2013) foi enfático ao afirmar que a riqueza das sociedades no modo de produção capitalistas aparece como uma enorme coleção de mercadorias, de produtos que adquirem uma dada propriedade a fim de atender às necessidades humanas, sejam elas originadas do estômago ou da imaginação. Numa fase do capital dominada pelo sistema financeiro, quando as crises emergem, parte considerável da fictividade existente na economia se desmancha no ar. Baseado nisso, a ordem capitalista tem de lidar com a superabundância da superprodução ao tempo que deve controlar os impulsos especulativos do mercado financeiro. O que se percebe com a história do capital é que nunca existiu uma forma de controle possível para o sistema capitalista, apenas existem remediações que pouco ou nada fazem para a redução dos danos.

Verifica-se que a progressiva criação de capital fictício é uma medida da ordem econômica capitalista quando não se consegue mais estabelecer o dinamismo necessário entre a produção e o consumo das mercadorias. O longo processo de superprodução e superacumulação de capitais não pode se sustentar sem uma capacidade de consumo equivalente, uma vez que o próprio desenvolvimento das forças produtivas e o consequente aumento da composição orgânica do capital impedem que haja consumidores capazes de absorver o montante de produtos fabricados.

Portanto, o tempo que produz a riqueza social na ordem econômica capitalista deve ser emancipado e ficar à disposição dos trabalhadores livremente associados,

num modelo societal em que o trabalho não seja o causador da degradação humana, muito pelo contrário, seja o ponto de partida para um tipo de desenvolvimento nunca experienciado na história. O tempo que cria mais-valor e aliena os trabalhadores na sociedade capitalista se sobrepõe à existência humana em virtude dos interesses capitalistas, de tal forma que os seres humanos tornam-se instrumentos obsoletos assim que perdem a sua capacidade produtiva.

Como afirma Marx (2009, p. 68), “o tempo é tudo, o homem é nada – quando muito, é a carcaça do tempo”. Nesse sentido, o fardo de nosso tempo histórico demonstra que as alternativas encontradas pelo regime econômico capitalista para continuar a sua reprodução insustentável estão em desacordo com a preservação da existência humana. A capacidade evolutiva do capital que parte do trabalho abstrato na produção de mercadorias para o capital portador de juros, o qual, por consequência, fornece as bases ontogenéticas do capital fictício não é suficiente para assegurar à ordem capitalista um sistema econômico livre de contradições e da miséria (material e espiritual).

A partir disso, um dilema teoricamente fácil de resolver está posto: ou a humanidade aceita os desígnios impostos pelo capital até se chegar à barbárie ou se coloca em ação um projeto emancipatório de sociedade que supere qualquer vestígio de aviltamento da condição humana. Isso indica que a verdadeira e única solução possível para emancipação da humanidade está compulsoriamente na suplantação do capital.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **A tragédia de Prometeu:** a degradação da pessoa humana-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório. Bauru: Práxis, 2016.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Jadir. **Marx e o fetiche da mercadoria:** contribuição à crítica da metafísica. Jundiaí: Paco, 2018.

ARISTÓTELES. **A política.** Tradução: Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Lafonte, 2012.

ARTHMAR, Rogério. **Os Estados Unidos e a economia mundial no pós-Primeira Guerra**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4380119/mod_resource/content/1/EUA%20e%20Economia%20MUndial%20para%20EUA%20class.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

BERNSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil:** a grande crise da economia global. Tradução: Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BLOOMBERG LÍNEA. **Riqueza global tem recorde de US$ 530 trilhões em 2021 e deve continuar crescendo.** Disponível em: <https://www.bloomberglinea.com.br/2022/06/12/riqueza-global-tem-recorde-de-us-530-trilhoes-em-2021-e-deve-continuar-crescendo/>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

BRASIL. Congresso Nacional (2000). Lei Complementar, no. 101, 4 maio 2000. **LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal**, Brasília, maio 2000.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha:** os Estados Unidos na economia mundial. Tradução. Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: SALVADOR, Evilásio et al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BUKHARIN, Nicolai Ivanovitch. **A economia mundial e o imperialismo**. 3. ed. Tradução: Raul de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CAMARA, Mamadou; SALAMA, Pierre. A inserção diferenciada – com efeitos paradoxais – dos países em desenvolvimento na mundialização financeira. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada.** Tradução: Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

CAMPOS, Fabio Antonio de; SABADINI, Maurício de Souza. **Hilferding e o nexo imperialista entre capital financeiro e exportação de capital**. In: Texto para discussão. Instituto de Economia/Unicamp, n. 243, Campinas, agosto de 2014, p. 1-27. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/35042>. Acesso em: 20 de março de 2020.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital:** essência e aparência vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital:** essência e aparência vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo**;** SABADINI, Maurício de S. Capital fictício e lucros fictícios. In: GOMES, Helder. **Especulação e lucros fictícios:** formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CHANCELLOR, Edward. **Salve-se quem puder:** uma história da especulação financeira. 2. ed. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CHESNAIS, François. Crise de sobreacumulação global iniciando uma crise de civilização. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **As metrópoles e o capitalismo financeirizado.** Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2020.

CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. **A finança capitalista.** Tradução: Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.

CHESNAIS, François. **Tobin or not tobin.** Tradução: Maria Teresa Van Acker [et al.]. São Paulo: Unesp/Attac, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza:** impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Tradução: Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

CEIC Data. **United States National Government Debt**. Londres, Maio/2022. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/en/indicator/united-states/national-

government-debt#:~:text=In%20the%20latest%20reports%2C%20US,USD%20bn%20in%20Mar%202022>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

CLUBE DOS POUPADORES. **Ranking Mundial Dívida Pública**. Janeiro/2023. Disponível em: <https://clubedospoupadores.com/ranking-divida-pib>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2023.

COGGIOLA, Osvaldo. **A crise global:** uma abordagem do período de 2007 a 2012. Porto Alegre: Editora Pradense, 2012.

COGGIOLA, Osvaldo. **As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939):** fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente. São Paulo: Alameda, 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. **O capital contra a história:** gênese e estrutura da crise contemporânea. São Paulo: Xamã/Edições Pulsar, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COMBAT, Flávio Alves. **A crise do sistema de Bretton Woods:** considerações sobre o papel do dólar na hierarquia monetária internacional. In: Revista Estudos Políticos, v. 10, n. 20, junho de 2021, p. 245-265. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/43393#:~:text=O%20artigo%20prop%C3%B5e%20uma%20an%C3%A1lise,no%20topo%20da%20hierarquia%20monet%C3%A1ria>. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DÚMENIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo.** Tradução: Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

ENGELS, Friedrich. Apêndice e notas suplementares ao Livro III d'O Capital. In: MARX, Karl. **O Capital:** O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

FARDIN, Merci Pereira; JUSTO, Rafael Breda; DOMINCZAK, Pedro Rozales Rodero. O papel do Estado no moderno sistema de crédito. In: MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti; NAKATANI, Paulo (Orgs.). **Introdução à crítica da financeirização:** Marx e o moderno sistema de crédito. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

FOLADORI, Guillermo; MELAZZI, Gustavo; KILPP, Renato. **A economia da sociedade capitalista e suas crises recorrentes.** São Paulo: Outras expressões, 2016.

GALBRAITH, John Kenneth. **A crise econômica de 1929:** anatomia de uma catástrofe financeira. Tradutor: Calado Trindade. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

GAZIER, Bernard. **A crise de 1929:** uma breve introdução. Tradução: Julia Rosa Simões. Porto Alegre: L&PM, 2019.

GERMER, Claus M. **O sistema de crédito internacional e a instabilidade financeira dos países da periferia capitalista.** Economia e Sociedade, Campinas, (15): 159-178, dez. 2000. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/5020743_O_sistema_de_credito_internacional_e_a_instabilidade_financeira_dos_paises_da_periferia_capitalista>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto/Werther**. Tradução: Alberto Maximiliano. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

GRESPAN, Jorge. **Marx:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021.

GRESPAN, Jorge. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista.** São Paulo: Boitempo, 2019.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica:** Marx e o capital no século XXI. Tradução: Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

HARVEY, David. **Para entender O Capital:** livros II e III. Tradução: Rubens Aderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

HARVEY, David. **Para entender O Capital:** livros I. Tradução: Rubens Aderle. São Paulo: Boitempo, 2013a.

HARVEY, David. **Os limites do capital.** Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013b.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro.** Tradução: Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HINKELAMMERT, Franz J. **A dívida externa da América Latina:** o automatismo da dívida. Tradução: Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1989.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). Tradução: Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914**. Tradução: Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HOBSBAWM, Eric J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo.** Tradução: Donaldson Magalhães Garschagen. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** Tradução: Waltensir Dutra. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

KILSZTAJN, Samuel. **O acordo de Bretton Woods e a evidência histórica. O sistema financeiro internacional no pós-guerra**. In: Revista de Economia Política, v. 9, n. 4, outubro-dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/36-6.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 2. ed. Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 3. ed. Ijuí: Inijuí, 2007a.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007b.

LUKÁCS, György. **Para a ontologia do ser social II.** Tradução: Sergio Lessa. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

LUKÁCS, György. **Existencialismo ou marxismo?** Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Ciências Humanas Ltda., 1979.

LUPATINI, Márcio. Crise do capital e dívida pública. In: SALVADOR, Evilásio et al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Vol. II. Tradução: Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

MAMPAEY, Luc; SERFATI, Claude. Os grupos armamentistas e os mercados financeiros: rumo a um compromisso “guerra sem limites”?. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada**. Tradução: Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital:** os fatos e sua interpretação marxista. Tradução: Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução: Rubens Aderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução: José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital. Tradução: Rubens Aderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. livro I: Tradução: Rubens Aderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** 2. ed. Tradução: Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858/esboços da crítica da economia política Tradução: Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia:** resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** Tradução: Rubens Aderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARTINS, Carlos Eduardo. O sistema-mundo capitalista e os novos alinhamentos geopolíticos no século XXI: uma visão prospectiva. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2020.

MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. A atualidade da crítica de Marx ao sistema de crédito. In: MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti; NAKATANI, Paulo (Orgs.). **Introdução à crítica da financeirização:** Marx e o moderno sistema de crédito. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XX. Tradução: Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **Crédito, capital fictício, fragilidade financeira e crises:** discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual. In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 449-474, dez. de 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-06182011000300001&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 19 de abril de 2019.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **Financeirização como desenvolvimento do capital fictício:** a crise financeira internacional e suas consequências no Brasil. In: Universidade de Brasília. Departamento de Economia. Texto n. 358. Brasília, abril de 2011. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/paper/brswpaper/>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **Capital Fictício, Autonomia Produção-Circulação e Crises:** Precedentes Teóricos para o Entendimento da Crise Atual. In: Revista Economia. Brasília (DF), v. 12, n. 3, p. 475-496, set./dez. 2011. Disponível em: https://anpec.org.br/revista/vol12/vol12n3p475_496.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2022.

NAKATANI, Paulo. As formas concretas e derivadas do capital portador de juros. In: MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti; NAKATANI, Paulo (Orgs.). **Introdução à crítica da financeirização:** Marx e o moderno sistema de crédito. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

NAKATANI, Paulo; BRAGA, Henrique Pereira. O sistema de crédito moderno. In: MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti; NAKATANI, Paulo (Orgs.). **Introdução à crítica da financeirização:** Marx e o moderno sistema de crédito. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

NAKATANI, Paulo; GOMES, Helder. A natureza e as contradições da crise capitalista. In: GOMES, Helder (Org.). **Especulações e lucros fictícios:** formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução do estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery:** servidão financeira e estado de emergência. São Paulo: Boitempo, 2008.

PALLUDETO, Alex Wilhans Antonio. **Os derivativos como capital fictício:** uma interpretação marxista. Campinas. Tese (Doutorado em economia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas-SP, 2016.

PALLUDETO, Alex Wilhans Antonio; ROSSI, Pedro. **O capital fictício:** revisitando uma categoria controversa. Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, n. 347, agosto de 2018. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3659/TD347.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

PARKER, Selwyn. **O crash de 1929:** as lições que ficaram da grande depressão. Tradução: Cid Knipel. São Paulo: Globo, 2009.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. Tradução: Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX:** Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ROMERO, Daniel (org.). **Marx sobre as crises econômicas do capitalismo**. Tradução: Diego Siqueira. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de *O Capital* de Karl Marx.** Tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SABADINI, Maurício de Souza. **Especulação financeira e capitalismo contemporâneo:** uma proposição teórica a partir de Marx. In: Economia e

Sociedade, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 583-608, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/NJbVMkK6HNCFXVCbPMzj54v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 de maio de 2022.

SABADINI, Maurício de Souza; CAMPOS, Fábio. Imperialismo e capital financeiro. In: **Introdução à crítica da financeirização:** Marx e o moderno sistema de crédito. MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti; NAKATANI, Paulo. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Mundialização do capital:** imperialismo e subimperialismo. Goiânia: Editora Phillos, 2020.

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada**. Tradução: Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

SEGAL, Luis. **Principios de economia política**. Montevidéu: Ediciones Pueblos Unidos, 1947.

SILVA, Giselle de Souza da. Transferências de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: In: SALVADOR, Evilásio et al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Tiago Assis. **A apropriação ilegal dos recursos públicos pelo capital fictício:** a dívida pública na perspectiva da teoria do valor. Curitiba: CRV, 2021.

SOTO, Olga Perez; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. O capital portador de juros em Marx. In: MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti; NAKATANI, Paulo (Orgs.). **Introdução à crítica da financeirização:** Marx e o moderno sistema de crédito. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

STATISTIC TIMES.COM. **Global gross domestic product (GDP) at current prices from 1985 to 2027.** Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/268750/global-gross-domestic-product-gdp/>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

TEIXEIRA, Adriano Lopes Almeida; GOMES, Helder. O capital em movimento: dos ciclos às formas autonomizadas do capital. In: MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti; NAKATANI, Paulo (Orgs.). **Introdução à crítica da financeirização:** Marx e o moderno sistema de crédito. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

TONELO, Iuri. **No entanto, ela se move:** a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo/Iskra, 2021.

TONET, Ivo. **Método científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRINDADE, José Raimundo. **Crítica da economia política da dívida pública e do sistema capitalista:** uma abordagem marxista. Curitiba: CRV, 2017.

VALOR INVESTE. **Nos EUA, dívida do governo deve chegar a 107% do PIB até 2031**. São Paulo, Fevereiro/2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/internacional-e-commodities/noticia/2021/02/11/nos-eua-divida-do-governo-deve-chegar-a-107percent-do-pib-ate-2031-diz-congresso.ghtml>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa:** geopolítica da fome. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 2013.